

OS ECONOMISTAS

# Baran

A Economia Política do  
Desenvolvimento

ABRIL CULTURAL





# OS ECONOMISTAS

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação  
Câmara Brasileira do Livro, SP

B18e Baran, Paul Alexander, 1910-1964.  
A economia política do desenvolvimento / Paul  
A. Baran ; apresentação de Tamás Szmrecsányi ; tra-  
dução de S. Ferreira da Cunha. — São Paulo : Abril  
Cultural, 1984.

(Os economistas)

I. Desenvolvimento econômico I. Szmrecsányi, Ta-  
más, 1936 - II. Título. III. Série.

83-1855

CDD-338.09

Índices para catálogo sistemático:  
1. Desenvolvimento econômico 338.09



# **PAUL A. BARAN**

## **A Economia Política do Desenvolvimento**

Apresentação de Tamás Szmeccsányi

Tradução de S. Ferreira da Cunha



1984

EDITOR: VICTOR CIVITA



**Título original:**

*The Political Economy of Growth*

© Copyright 1957 by Monthly Review, Inc.  
Reimpresso mediante permissão de Monthly Review Press

© Copyright desta edição, Abril S.A. Cultural,  
São Paulo, 1984.

Publicado sob licença de Monthly Review Press, Nova York,  
e Zahar Editores S.A., Rio de Janeiro.

Tradução publicada sob licença de Zahar Editores S.A.,  
Rio de Janeiro.

Direitos exclusivos sobre a "Apresentação" de autoria de  
Tamás Szmrecsányi, Abril S.A. Cultural, São Paulo.





MONTHLY REVIEW PRESS

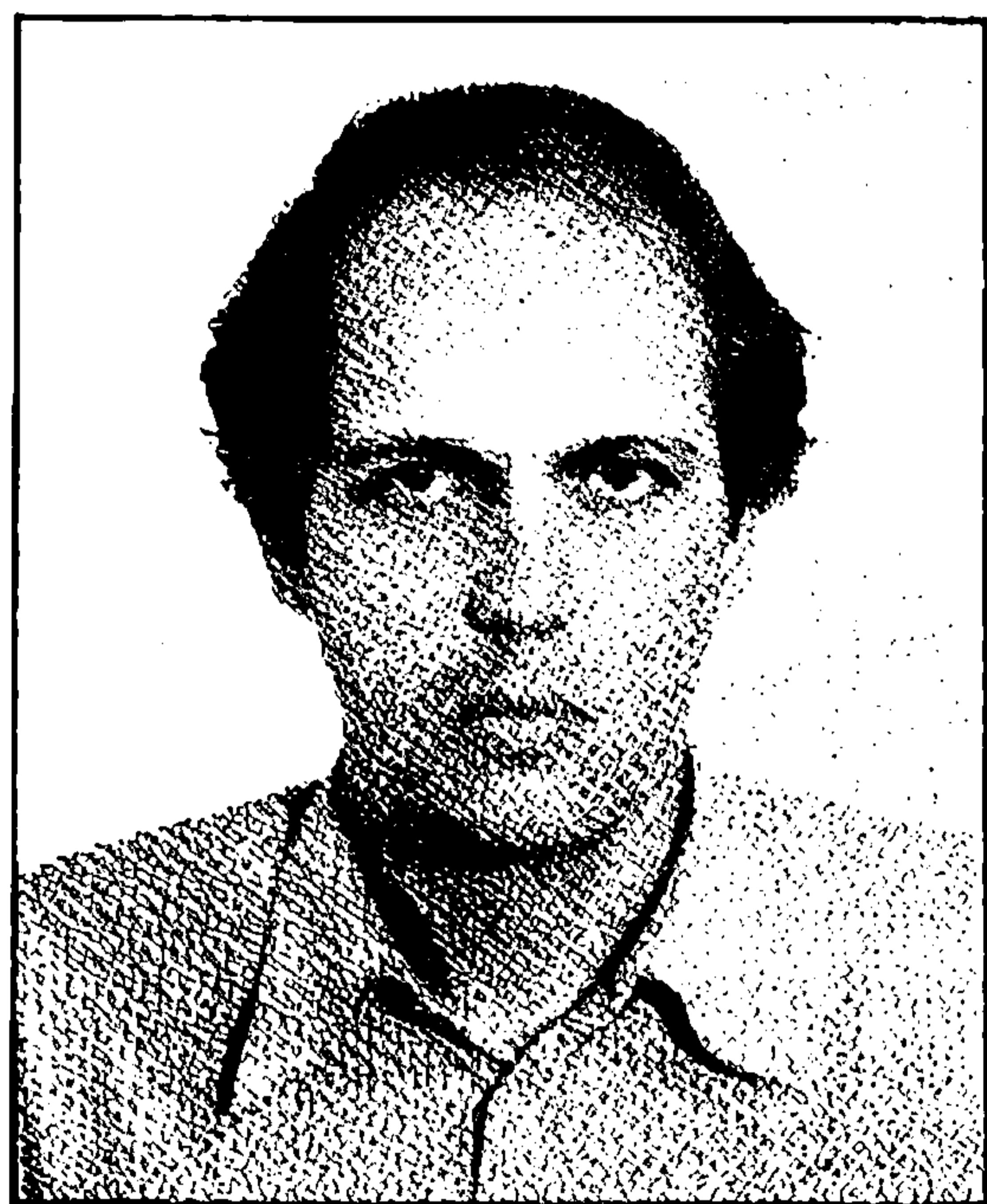
Paul A. BARAN  
(1910-1964)







## Apresentação



**Tamás Szmrecsányi** (Budapeste, Hungria, 1936) é licenciado em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1961), com mestrado em Economia pela New School for Social Research de Nova York (1969) e Doutor em Ciências (Economia) pela Universidade Estadual de Campinas (1976), onde trabalha atualmente. Na coleção "Grandes Cientistas Sociais", da Editora Ática, organizou antologia das obras de Keynes e de Malthus. Além de sua tese de doutoramento, *O Planejamento da Agro-Indústria Canavieira do Brasil, 1930-1975* (1979), publicou recentemente as coletâneas *Vida Rural e Mudança Social* (1979), em colaboração com Oriowaldo Queda, e *Dinâmica da População — Teoria, Métodos e Técnicas de*

São poucos os autores contemporâneos — e talvez de todos os tempos — que tão rapidamente conseguiram uma sólida reputação entre os economistas e demais cientistas sociais voltados para o estudo e a promoção do desenvolvimento econômico. Sólida e merecida, já que, em sua curta carreira de Professor de Economia — uma carreira que se estendeu apenas de 1949 a 1964 —, Paul Baran conseguiu elaborar algumas das obras mais importantes para a compreensão dos grandes problemas socio-econômicos de nosso tempo. Da teoria e prática do desenvolvimento econômico às formas de atuação do capital monopolista, passando pelos métodos de planejamento e pelo funcionamento concreto das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, praticamente nada escapou à sua arguta observação, à sua análise penetrante e original. Além de ajudarem a elucidar a evolução recente e as futuras perspectivas das economias contemporâneas — capitalistas e socialistas, centrais e periféricas — os trabalhos de Paul Baran têm contribuído bastante para renovar o pensamento econômico marxista. Neste sentido, eles podem ser colocados ao lado das obras de Oskar Lange, Michal Kalecki, Josef Steindl, Maurice Dobb, Charles Bettelheim, e mais especialmente Paul Sweezy, autores com os quais Baran se identifica, e com vários dos quais chegou a manter sólidas relações de amizade.

### *Uma vida movimentada*

Paul Alexander Baran nasceu no dia 8 de dezembro de 1910 em Nikolaev, cidade ucraniana situada no litoral do Mar Negro. Seu pai, Abram Baran, era um médico natural de Vilna, Lituânia, e sua mãe, Rosaly Braude, oriunda



*Análise* (1980), em colaboração com Jair L. F. Santos e M. Stella F. Levy.

de Riga, Letônia. Como estudante, Abram Baran tivera alguma militância socialista entre os mencheviques. Esse passado iria exercer alguma influência na formação intelectual do filho, tanto mais que este, devido às dificuldades de encontrar escola durante e logo após a Primeira Guerra Mundial, acabou ficando sob sua tutela até a idade de onze anos.

O pai de Paul Baran havia acompanhado com satisfação a derrubada do tzarismo em março de 1917, mas ficou bastante desalentado com os acontecimentos posteriores, especialmente com os que se seguiram ao mês de outubro do mesmo ano. Devido à tomada do poder pelos bolcheviques e por causa da guerra civil que lavrava em várias regiões da Rússia, Abram Baran decidiu migrar para sua terra natal, então fazendo parte da Polônia. Chegando a Vilna em setembro de 1921, toda a família Baran acabou assumindo a cidadania polonesa, condição que Paul só viria a perder já na Segunda Guerra Mundial, quando adotou a nacionalidade norte-americana. O fato de ser cidadão polonês iria ter alguma importância na vida de Paul Baran, ao garantir-lhe, durante certo tempo, uma relativa proteção pessoal, tanto frente às autoridades alemãs como em relação às soviéticas.

De Vilna, a família Baran não tardou a mudar-se para Dresden, na Alemanha, onde Abram esperava poder reiniciar a sua carreira de médico, e onde Paul realmente iniciou sua educação formal, passando a cursar um dos ginásios daquela cidade. Seu pai, entretanto, não pôde voltar à prática da medicina por ser estrangeiro, e teve que trabalhar apenas em atividades de pesquisa, cuja remuneração era insuficiente para garantir a manutenção da família. Devido a isso, acabou aceitando, em 1925, uma proposta para trabalhar em Moscou na sua especialidade, a tuberculose.

O jovem Paul ficou em Dresden até acabar o curso ginasial. Ali aprendeu a fundo a língua alemã, em cujo uso acabaria se sentindo mais à vontade do que com o russo, o polonês e o inglês. Foi nessa ocasião também que começou a se familiarizar com as obras dos principais expoentes tanto da literatura como do socialismo alemães. Sob a influência destes, logo ingressou nas organizações estudantis e juvenis do Partido Comunista alemão. Quando, em 1926, teve que deixar a Alemanha para juntar-se a seus pais na União Soviética, ele o fez com certa relutância e na esperança de ali poder voltar definitivamente algum dia.

No final de 1926, Paul Baran matriculou-se no Instituto Plekhanov de Economia, da Universidade de Moscou, onde iria estudar nos dois anos seguintes, tendo sido aluno, entre outros, de Eugenii Preobrazhensky. Ali teve o ensejo de acompanhar de perto os conflitos políticos e ideológicos entre os partidários de Stálin e de Trotsky, conflitos que só fizeram aumentar sua vontade de voltar ao Ocidente. Uma oportunidade para tanto acabou surgindo no final



de 1928, através de um convite para trabalhar numa pesquisa de economia agrícola russo-alemã a ser desenvolvida em Berlim.

Logo após sua chegada à capital alemã, Baran matriculou-se na Universidade, a fim de continuar seus estudos ao mesmo tempo em que passou a trabalhar na referida pesquisa. Em 1929, afastou-se do Partido Comunista e, no ano seguinte, juntou-se aos social-democratas, nos quais via a única força capaz de se contrapor à ascensão do Nazismo. Com o término da pesquisa, Baran resolveu não voltar à URSS, aceitando em troca um posto de assistente no famoso Instituto de Pesquisa Social (*Institut für Sozialforschung*) de Frankfurt, onde veio a conhecer, entre outros, o filósofo político Herbert Marcuse. Esse Instituto era o principal centro de pensamento marxista da República de Weimar. Sua influência sobre a formação intelectual e ideológica de Paul Baran iria ser tão profunda quanto duradoura.

A tarefa de Baran no Instituto era a de auxiliar o seu Diretor-associado, Friedrich Pollock, a completar o segundo volume de um tratado sobre a economia soviética. Como a melhor documentação a respeito da mesma se encontrava na cidade de Breslau, Baran para lá se transferiu, permanecendo no local até o final de 1931, ao mesmo tempo em que completava seus estudos de graduação em Economia. A seguir, transferiu-se novamente para Berlim, onde começou a trabalhar numa tese de doutorado sob a orientação do professor Emil Lederer que, mais tarde, iria ser um dos fundadores da "Universidade no exílio" (atual Graduate Faculty), da New School for Social Research de Nova York.

A tese de Baran era sobre planejamento econômico e, como assinala Paul Sweezy,<sup>1</sup> dela não sobrou qualquer exemplar. Todavia, é bastante provável que ela tenha servido, se não de base, pelo menos de ponto de partida para o erudito trabalho sobre a matéria que ele publicou vinte anos mais tarde nos EUA.<sup>2</sup>

Durante sua segunda estadia em Berlim, Baran fez amizade com Rudolf Hilferding, o famoso autor de *O Capital Financeiro*, um dos clássicos do pensamento econômico marxista. Hilferding convidou-o a escrever no jornal *Die Gesellschaft*, do Partido Social Democrático, coisa que Baran fez com alguma assiduidade, mas sempre usando o pseudônimo de Alexander Gabriel, a fim de não criar problemas para seus pais, que na época se encontravam na URSS.

<sup>1</sup> SWEEZY, P. M. "Paul Alexander Baran, a Personal Memoir". In: SWEEZY, P. M. & HUBERMAN, Leo. (eds.). *Paul A. Baran (1910-1964), a Collective portrait*. Número especial da *Monthly Review*. 11 (16). Março de 1965. p. 28-62. Esta é a melhor biografia de Baran e dela foram extraídos vários elementos para a presente apresentação.

<sup>2</sup> BARAN, P. A. "National Economic Planning". In: HALEY, B. F. (ed.) *A Survey of Contemporary Economics*. v. II (Homewood, Ill., 1952, Richard Irwin), p. 355-402.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

Com a ascensão do Nazismo, Paul Baran acabou deixando a Alemanha, indo primeiro para Paris e depois para Moscou. Ali chegando em 1934, não conseguiu adaptar-se de forma alguma às condições políticas decorrentes da crescente hegemonia stalinista. Desta vez, porém, sua saída da URSS foi promovida pelas próprias autoridades soviéticas, as quais simplesmente deixaram de renovar o seu visto de permanência no país. Em janeiro de 1935, Baran teve que despedir-se de Moscou e de seus pais, nunca mais vindo a rever sua mãe.

O único lugar para o qual podia ir era Vilna, a terra natal de seu pai. Ali, foi auxiliado por seus tios, donos de uma grande empresa madeireira, que o nomearam seu representante em Varsóvia, de onde lhe caberia também dirigir as exportações da empresa. Valendo-se dessa qualidade de empresário polonês, Baran restabeleceu alguns de seus antigos contatos na Alemanha, passando inclusive a atuar como elemento de ligação entre vários movimentos antinazistas da época. Em 1938, foi mandado pela empresa de seus tios a Londres, e foi aí que começou a aprender o inglês.

Não obstante a sua prosperidade material, Paul Baran ansiava em poder retornar aos seus estudos econômicos. Tentou, sem êxito, arranjar um emprego de professor universitário na Inglaterra. Percebendo a iminência da Segunda Guerra Mundial, decidiu transferir-se para os EUA, com o objetivo de ali reiniciar seus estudos. Conseguiu seu intento no final de 1939 e, logo após a sua chegada, tendo sido apresentado por Oskar Lange e Paul Sweezy, dirigiu-se para a Universidade de Harvard, onde obteve um mestrado de Economia no início de 1941.

Durante o ano acadêmico de 1941/42, trabalhou como pesquisador da Brookings Institution em Washington. Posteriormente atuou como economista no Departamento de Administração dos Preços (*Office of Price Administration*) e no Departamento de Serviços Estratégicos (*Office of Strategic Services*) do governo norte-americano. Permaneceu neste último posto até o final da Segunda Guerra, trabalhando sob as ordens de John Kenneth Galbraith, que fora seu professor na Universidade de Harvard.

Já a partir do final da guerra, Baran começou a ser hostilizado por alguns jornais dos EUA devido às suas origens étnicas, seu passado comunista, e suas convicções socialistas — as quais nunca deixou de manifestar abertamente. As campanhas contra ele tornaram-se particularmente insidiosas na época do macartismo. No início da década de 1950, chegou a ter dificuldades para viajar à Inglaterra, de onde fora convidado para ministrar um curso na Universidade de Oxford.

Depois de trabalhar quase três anos no Federal Reserve Bank de Nova York, Baran aceitou em 1949 um posto de Professor na Universidade de Stanford, na Califórnia, à



qual iria pertencer até o fim de sua vida. Foi a partir daí que se iniciou o período mais fecundo de sua carreira intelectual, durante o qual ele iria escrever todos os seus principais trabalhos. Isso não obstante o seu crescente isolamento dentro da comunidade acadêmica dos EUA, devido às pressões ideológicas decorrentes da Guerra Fria, e por causa da progressiva radicalização de sua própria militância política.

A consciência desse isolamento fazia-o viajar frequentemente, tanto dentro como fora dos EUA. Sempre que podia, deslocava-se da Califórnia para a Costa Leste, a fim de manter contato com seus amigos da *Monthly Review*-Paul Sweezy, Leo Huberman e, mais tarde, Harry Magdoff. Ainda em 1949, tentou voltar à URSS, para rever os seus pais, mas o governo soviético, apesar da intervenção de Oskar Lange — então já membro do governo polonês —, recusou-lhe o visto de entrada no país. Baran só voltou a viajar para o exterior em 1953, quando deu as suas aulas em Oxford, das quais iria resultar o primeiro esboço de sua *Economia Política do Desenvolvimento*.<sup>3</sup>

A publicação desse livro fora inicialmente contratada com a editora Basil Blackwell que, assustada com o teor político de várias das suas colocações, tentou obrigar Baran a introduzir modificações nos originais. Baran, entretanto, recusou-se a fazer qualquer alteração nos seus pontos de vista e, em 1956, encaminhou os referidos originais à *Monthly Review Press*, de seu amigo Paul Sweezy, que logo publicou o livro com grande êxito editorial. A obra teve seguidas reedições em inglês, além de ter sido traduzida para várias outras línguas, inclusive português. Trata-se do único livro publicado por Baran ainda em vida. Os outros dois — *Capital Monopolista*, que escreveu junto com Paul Sweezy,<sup>4</sup> e a coletânea *The Longer View*, organizada por John O'Neill<sup>5</sup> — foram póstumos, tendo sido publicados, respectivamente, dois e cinco anos após a sua morte.

Em 1955, Baran passou alguns meses na Índia, a convite do Instituto de Estatística daquele país. Na viagem de volta passou por Moscou, então em plena efervescência pós-stalinista, e ali conseguiu, finalmente, reencontrar seu pai. Em 1960, junto com Sweezy e Huberman, esteve em Cuba, a convite de Fidel Castro, do qual logo se tornou amigo, o mesmo ocorrendo com relação a Ernesto "Che"

<sup>3</sup> BARAN, P. A. *The Political Economy of Growth*. Nova York, Monthly Review Press, 1957. Nesta apresentação, valemo-nos da edição de bolso da Penguin Books (1973), feita a partir da reimpressão de 1962.

<sup>4</sup> BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. *Monopoly Capital, an Essay on the American Economic and Social Order*. Nova York, Monthly Review Press, 1966. Também esse livro foi traduzido para várias línguas, inclusive o português.

<sup>5</sup> BARAN, P. A. *The Longer View: Essays Towards a Critique of Political Economy*. Nova York, Monthly Review Press, 1969. Esse livro, que contém uma seleção bastante ampla dos principais artigos de Baran, foi traduzido para o espanhol e publicado sob o título de *El Socialismo: Única Salida*. México, Editorial Nuestro Tiempo, 1971.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

Guevara. Voltou à Europa em 1962 e, no ano seguinte, foi à América Latina, passando pelo México, Chile, Argentina e Brasil. Em todos esses países, manteve contatos com os principais economistas, causando uma forte e duradoura impressão junto aos técnicos de órgãos como a CEPAL e a SUDENE.

Essa foi sua última viagem. Depois dela, Baran pretendia acelerar a elaboração do *Capital Monopolista*, a obra que vinha escrevendo com Sweezy desde 1956. Não chegou, porém, a vê-la completada, tendo morrido de um ataque cardíaco em março de 1964. Paul Baran era divorciado e deixou um filho, Nicholas, nascido em 1952.

**Obra rica em conteúdo**

Embora só tenha resultado em três livros, a bibliografia de Paul Baran é bastante vasta e diversificada. Na verdade, dela só se conhecem os trabalhos posteriores à sua transferência para os EUA.<sup>6</sup> Não se tentou ainda recuperar os trabalhos que publicou em sua juventude na Europa. Mesmo com essa omissão, trata-se de um conjunto bastante respeitável, que inclui dezenas de artigos e ensaios de cunho acadêmico, uma série de trabalhos jornalísticos de cunho político,<sup>7</sup> e numerosas resenhas bibliográficas.<sup>8</sup> Muitos desses trabalhos nunca chegaram a ser reunidos sob forma de livro.

A classificação de todo esse material pode ser feita de duas maneiras. Uma é a que foi adotada por John O'Neill na coletânea *The Longer View*; trata-se de uma classificação essencialmente temática, pela qual os trabalhos de Paul Baran são agrupados em seis grandes conjuntos, de acordo com os assuntos abordados. O primeiro e o terceiro desses conjuntos são integrados apenas por um trabalho cada, respectivamente um ensaio ético-político sobre "O compromisso do intelectual"<sup>9</sup> e o trabalho sobre planejamento econômico mencionado há pouco. Os demais incluem, res-

<sup>6</sup> Uma relação desses trabalhos encontra-se em ISAKSEN, Eleanor. "A Preliminary Bibliography of Paul Baran". In: SWEETZ, P. M. & HUBERMAN, Leo. (eds.), *op. cit.*, p. 132-135. Esse número especial da *Monthly Review* foi posteriormente traduzido para o espanhol e publicado sob o título de *Paul Baran: El Hombre y su Obra*. Madrid, Siglo XXI, 1971.

<sup>7</sup> Publicados em sua maioria na *Monthly Review*, e alguns em *The Nation*. Na época do macartismo, Baran não assinava seus artigos na *Monthly Review*, valendo-se do pseudônimo *Historicus*.

<sup>8</sup> Talvez a maior e provavelmente a mais importante delas foi a que Baran fez em colaboração com o historiador inglês Eric Hobsbawm, do famoso livro de ROSTOW, Walt W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Essa resenha a quatro mãos, extremamente crítica e muito bem fundamentada, foi publicada originalmente na revista *Kyklos*, v. 14 (1961), p. 234-242, sob o título de "A Non-Communist Manifesto", e acha-se reproduzida em *The Longer View*, p. 52-67.

<sup>9</sup> BARAN, P. A. "The Commitment of the Intellectual". Publicado originalmente na *Monthly Review*, v. 13, maio de 1961, p. 8-18; reproduzido no número especial da mesma revista, mencionado acima na nota 1, e também em *The Longer View*.



pectivamente, cinco artigos sobre marxismo, outros tantos sobre capitalismo monopolista, quatro sobre a economia política do desenvolvimento, e três sobre o socialismo.

Outra classificação possível, e aqui adotada, é de caráter temático-cronológico. Nela os vários trabalhos são agrupados por ordem das suas datas de publicação, de acordo com os assuntos que abordam, e tomando como pontos de referência algumas obras reconhecidamente mais importantes. Tal é o caso do livro aqui apresentado e também do *Capital Monopolista*, em relação aos quais todos os demais trabalhos de Baran podem ser considerados secundários, preparatórios ou derivados. Dentro dessa perspectiva, pode-se também agrupar os trabalhos de Paul Baran em seis grandes conjuntos, a saber: (a) trabalhos sobre a economia soviética; (b) trabalhos resultantes de atividades desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial; (c) trabalhos preparatórios para *A Economia Política do Desenvolvimento*; (d) trabalhos derivados desse mesmo livro; (e) trabalhos relacionados ao *Capital Monopolista*, e (f) trabalhos secundários sobre temas diversos.

Esses últimos são considerados secundários exclusivamente em termos econômicos, não se pretendendo com essa denominação diminuir o valor e a importância do conteúdo dos mesmos. Incluem-se nesse conjunto, não apenas o grosso da produção político-jornalística de Baran,<sup>10</sup> mas também alguns ensaios de maior profundidade, bastante originais e polêmicos, sobre temas como a natureza do marxismo,<sup>11</sup> suas relações com a psicanálise,<sup>12</sup> a desestabilização,<sup>13</sup> a revolução cubana,<sup>14</sup> e o debate sino-soviético.<sup>15</sup> Os três primeiros conjuntos serão discutidos a seguir, enquanto que os dois restantes serão examinados após a análise de *A Economia Política do Desenvolvimento*.

Os estudos sobre a economia soviética constituem cronologicamente os primeiros trabalhos acadêmicos publicados por Baran nos EUA. De certa forma, tratava-se de uma retomada dos trabalhos de que participara na Alemanha. Ao mesmo tempo, este foi, sem dúvida, um dos campos em que ele mais se destacou. Suas contribuições a esse respei-

<sup>10</sup> Trata-se de uma dezena de artigos publicados entre 1949 e 1959. Ver acima a nota 7.

<sup>11</sup> BARAN, P. A. "Crisis of Marxism?" e "On the Nature of Marxism". Artigos publicados nos números de outubro e novembro de 1958 da *Monthly Review* e reunidos, sob o título do segundo, em *The Longer View*, p. 19-42.

<sup>12</sup> BARAN, P. A. "Marxism and Psychoanalysis". Publicado na *Monthly Review* de outubro de 1959 e reproduzido em *The Longer View*, p. 92-111.

<sup>13</sup> BARAN, P. A. "On Soviet Themes". Publicado na *Monthly Review* de julho/agosto de 1956, e reproduzido em *The Longer View*, p. 363-373.

<sup>14</sup> BARAN, P. A. "Reflections on the Cuban Revolution". Publicado na *Monthly Review* de janeiro de 1961, reimpresso no mesmo ano como panfleto independente, e reproduzido em *The Longer View*, p. 388-436; "Cuba Invaded". Publicado na *Monthly Review* de julho/agosto de 1961.

<sup>15</sup> BARAN, P. A. "A Few Thoughts on the Great Debate". Publicado na *Monthly Review* de maio de 1962 e reproduzido em *The Longer View*, p. 374-387.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

to estão distribuídas em seis resenhas de cinco artigos<sup>16</sup> publicados entre 1943 e 1951, e também na última parte de seu já citado trabalho sobre planejamento econômico.

Por sua vez, os trabalhos resultantes das atividades desenvolvidas por Baran durante a Segunda Guerra Mundial incluem capítulos de estudos oficiais publicados pelo governo norte-americano sobre os efeitos econômicos dos bombardeios estratégicos na Alemanha<sup>17</sup> e no Japão,<sup>18</sup> bem como uma pequena nota escrita em conjunto com J. K. Galbraith,<sup>19</sup> respondendo a críticas feitas ao primeiro desses trabalhos.

A primeira manifestação do interesse de Baran pela temática do livro aqui apresentado ocorreu durante a reunião de 1950 da American Economic Association, na qual ele foi escalado para debater uma série de trabalhos sobre desenvolvimento econômico, um assunto que estava começando a entrar em moda naquela época. Seus comentários a respeito foram publicados no ano seguinte<sup>20</sup> e reproduzidos de forma ampliada em 1952 na segunda parte do trabalho, antes referido, sobre planejamento econômico.

Esse trabalho (ver nota 2) constava de três partes, relativas ao planejamento econômico nos países capitalistas centrais ou avançados, nos países capitalistas periféricos, atrasados ou subdesenvolvidos, e nos países socialistas, ou, mais especificamente, na URSS. A primeira parte contém uma análise crítica da teoria econômica neoclássica e da política econômica keynesiana, apontando para os obstáculos e as alternativas das pretendidas políticas de pleno emprego. Na segunda parte, Baran diferenciava a problemática enfrentada pelos chamados países subdesenvolvidos da situação em que se debatiam as economias capitalistas centrais. E foi aí que ele introduziu pela primeira vez a noção de "excedente econômico", a ser examinada mais adiante, devido à sua importância fundamental em *A Economia Política do Desenvolvimento*.

No início de 1952, Baran publicou ainda um outro artigo, diretamente derivado das suas aulas em Oxford e ante-

<sup>16</sup> BARAN, P. A. "Cost Accounting and Price Determination in the Soviet Union". In: *National Bureau of Economic Research. Cost Behavior and Price Policy*. Nova York, NBER, 1943. p. 305-318; "New Trends in Russian Economic Thinking?" In: *American Economic Review*. v. 34, dezembro de 1944. p. 862-871; "National Income and Product of the USSR in 1940". In: *Review of Economic Statistics*. v. 29, novembro de 1947. p. 226-234; "Currency Reform in the URSS". In: *Harvard Business Review*. Março de 1948. p. 194-206; e "The URSS in the World Economy". In: HARRIS, S. E. (ed.). *Foreign Economic Policy for the United States*. Harvard Press, 1948.

<sup>17</sup> *The Effects of Strategic Bombing on the German War Economy*. Washington, 1945. Overall Economic Effects Division of the United Strategic Bombing Survey.

<sup>18</sup> *The Effects of Strategic Bombing on Japan's War Economy*. Idem, 1946.

<sup>19</sup> BARAN, P. A. & GALBRAITH, J. K. "Professor Despres on Effects of Strategic Bombing on the German War Economy" In: *Review of Economic Statistics*. v. 29, maio de 1947. p. 132-134.

<sup>20</sup> BARAN, P. A. "Economic Progress — General Considerations". In: *American Economic Review*. XLI(2), maio de 1951. p. 355-358; reproduzido na *Monthly Review* de agosto do mesmo ano.



cipando algumas das teses centrais do livro aqui apresentado. Esse artigo logo teve grande repercussão, sendo posteriormente reproduzido em antologias e traduzido para várias línguas.<sup>21</sup> A principal razão desse sucesso era o fato de que se tratava da primeira análise marxista da situação econômica dos países subdesenvolvidos.

Em dezembro daquele mesmo ano, Baran voltou ao tema numa resenha de um livro de Walt W. Rostow.<sup>22</sup> E, no ano seguinte, publicou um artigo eminentemente teórico,<sup>23</sup> que seria o último trabalho preparatório<sup>24</sup> de seu livro, e no qual discute a fundo o conceito de excedente econômico. Este é definido por Baran como a parcela da produção corrente de uma sociedade que transcende as necessidades do seu consumo corrente, incluindo-se no mesmo a depreciação dos equipamentos que ela emprega num dado período de produção. O volume e a natureza dos investimentos adicionais efetuados por essa sociedade no referido período de produção dependem fundamentalmente das dimensões e do modo de utilização do excedente econômico gerado pela sua produção corrente.

Baran toma o cuidado de registrar em nota de rodapé que essa colocação, a rigor, só se refere em toda extensão a sistemas econômicos fechados, ao deixar de levar em conta as transações externas, que também podem contribuir a um eventual aumento dos investimentos e do estoque de capital fixo. Trata-se, porém, de uma simplificação que não altera fundamentalmente a validade de suas proposições.

Muito mais importante é a distinção que ele apresenta entre as três variantes "estáticas" do conceito de excedente econômico, a saber: (1) o excedente econômico *real*, equivalente à diferença entre a produção real e o consumo real correntes da sociedade; esse excedente é idêntico à poupança corrente, passível de materializar-se em investimentos através dos vários tipos de ativos acrescidos à riqueza social no decorrer do período de produção em questão; nele se incluem tanto os equipamentos adicionais e os estoques da produção como os saldos em divisas e o ouro entesourado; (2) o excedente econômico potencial — isto é, a

<sup>21</sup> BARAN, P. A. "On the Political Economy of Backwardness". In: *Manchester School*, v. 20, janeiro de 1952, p. 66-84; reproduzido em AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. (eds.), *The Economics of Underdevelopment*. Nova York, Oxford University Press, 1963, p. 75-92; essa coletânea foi traduzida para o português e publicada no Brasil pela Editora Forense.

<sup>22</sup> *The Process of Economic Growth*. Nova York, Norton, 1952. A resenha de Baran foi publicada na *American Economic Review*, v. 42, dezembro de 1952, p. 921-923.

<sup>23</sup> BARAN, P. A. "Economic Progress and Economic Surplus". In: *Science and Society*, 17(3), outono de 1953, p. 289-317; reproduzido em *The Longer View*, p. 271-302.

<sup>24</sup> O artigo "Reflections on Planning of the Economic Development of India", publicado originalmente no *Economic Weekly* de Bombaim (18-02-1956), e reproduzido em *The Longer View*, p. 308-315, não pode ser incluído nessa categoria, pois embora tenha saído antes que *A Economia Política do Desenvolvimento*, sua publicação foi posterior ao término dessa obra de Baran, ocorrido no final de 1955.



diferença entre a produção que poderia ser obtida, dentro de um dado meio natural e tecnológico, pelo uso dos recursos produtivos disponíveis, e o consumo que pode ser encarado como essencial; (3) o excedente econômico *planejado* que só adquire relevância no contexto do planejamento de uma economia socialista; trata-se da diferença entre a produção "ótima" que uma sociedade é capaz de alcançar num dado meio natural e tecnológico, sob condições de utilização ótima ou planejada de todos os recursos produtivos disponíveis, e algum nível ótimo ou planejado de consumo previamente escolhido.

Na maioria dos casos, a materialização do excedente econômico potencial pressupõe uma reorganização mais ou menos drástica das modalidades de geração e de distribuição do produto social, e implica em profundas mudanças na estrutura da sociedade. Na prática, a disponibilidade desse excedente pode ser constatada através do excesso de consumo das classes de altas rendas, através da produção perdida para a sociedade por causa da existência nela de trabalhadores improdutivos, e através das perdas de produção ocasionadas pela irracionalidade e pelo desperdício inerentes à organização econômica vigente.

Baran deixa de incluir entre os indícios do excedente econômico potencial o desemprego keynesiano (ou involuntário), tanto porque parte do pressuposto de pleno emprego dos recursos produtivos disponíveis, como devido ao fato desse tipo de desemprego não ter muita relevância nos países subdesenvolvidos. Embora seja de difícil identificação e mensuração, a disponibilidade desse excedente constitui um dado essencial, seja para situações de emergência (como guerras e outras calamidades), seja para quaisquer tentativas de desenvolvimento econômico conseqüente.

Por sua vez, os requisitos de materialização do excedente econômico planejado diferem tanto dos do excedente econômico real, como dos do excedente econômico potencial. Essa materialização não pressupõe um máximo de produção atingível em dado país num determinado período. Embora implique numa ampla racionalização do sistema produtivo, na abolição de muitas formas de trabalho improdutivo, e na eliminação de ampla parcela do consumo excedente das antigas classes dominantes, o excedente econômico planejado pode estar associado a um nível de produção inferior ao máximo — seja devido a uma voluntária abreviação da jornada de trabalho, seja por causa de proteção dos recursos naturais disponíveis, seja em decorrência da eliminação consciente de alguns tipos de produtos socialmente considerados mais nocivos.

Ao mesmo tempo, o excedente econômico planejado não pressupõe um rebaixamento do consumo ao essencial. Antes pelo contrário, ele pode muito bem estar associado a um nível de consumo consideravelmente mais elevado do que o sugerido pelos critérios de essencialidade. O dado crucial reside no fato de que, para o excedente econômico



planejado, o nível do consumo não é determinado pelo mecanismo de maximização dos lucros das empresas capitalistas, mas por um plano social cujas metas dependem do que a sociedade conscientemente decidir produzir, consumir e poupar num período qualquer. Excedente econômico planejado pode ser maior ou menor do que o excedente econômico real no capitalismo. Ou então, ele pode até ser igual a zero, se a sociedade porventura decidir não mais fazer investimentos adicionais.

Esses três conceitos de excedente econômico e a problemática vinculada à materialização e à reprodução de cada um são retomados em maior amplitude e profundidade em *A Economia Política do Desenvolvimento*. Antes de passar à análise desse livro e dos trabalhos subseqüentes de Baran, cabe assinalar que a bibliografia sobre sua obra é ainda bastante restrita. Além de introduções e prefácios às reedições de seus trabalhos, ela consta apenas de um par de artigos de maior profundidade.<sup>25</sup>

### ***A teoria do desenvolvimento***

Com um prefácio de dezembro de 1956, a primeira edição de *A Economia Política do Desenvolvimento* foi publicada no início de 1957. A obra se desdobra em oito capítulos, dos quais o III e o IV, assim como o VI e o VII, devem ser analisados em conjunto, por constituírem o começo e o fim de uma mesma unidade.

O capítulo I, intitulado "Uma Vista Geral", contém uma discussão do papel ideológico da ciência econômica, a conceituação do que Baran entende por crescimento econômico, e o delineamento dos seus fatores determinantes. Ele define o crescimento (ou desenvolvimento) como o aumento através do tempo da produção *per capita* de bens materiais. Esse aumento resulta da atuação de um ou mais dos seguintes processos: (1) a incorporação ao processo produtivo de recursos (humanos e materiais) até então ociosos; (2) o aumento da produtividade do trabalho através de medidas organizacionais ou institucionais; (3) o mesmo aumento obtido através do progresso técnico, o qual pode ser alcançado seja mediante a substituição de instalações e equipamentos gastos e/ou obsoletos por novos e mais eficientes, seja por meio da expansão física do estoque de tais equipamentos e instalações.

A rigor, apenas a última modalidade do terceiro pro-

<sup>25</sup> Por ordem cronológica, ver, afora o artigo de Paul Sweezy citado na nota (1) desta Apresentação, os seguintes trabalhos: NOVICKI, Alexandre, "Croissance et Sous-Développement d'après Paul A. Baran". In: *Tiers Monde*. IV(6), outubro/dezembro de 1963. p. 121-165; MAGDOFF, Harry. "The Achievement of Paul Baran". In: SWEEZY, P. M. & HUBERMAN, Leo. (eds.). *Op. cit.*, p. 63-80; O'NEILL, John. "Introduction — Marxism and the Sociological Imagination". In: *The Longer View*. p. XIII-XXVIII; e SUTCLIFFE, R. B. "Introduction". In: BARAN, P. A. *The Political Economy of Growth*. Penguin Books, 1973. p. 59-104.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

cesso envolve necessariamente um aumento dos investimentos. Na prática, todavia, esse aumento está presente em todos os três processos, e a sua importância no desenvolvimento econômico só é inferior à do crescente conhecimento técnico que lhe é inerente. Para que ele possa ocorrer, é preciso que a sociedade em questão disponha de um excedente econômico. O volume e a natureza do investimento adicional efetuado num determinado período dependem fundamentalmente do vulto e do modo de utilização desse excedente, cujo conceito é analisado por Baran no capítulo II do livro.

Essa análise constitui, em parte, um desdobramento do artigo de 1953, ao qual se fez referência nas páginas anteriores, não sendo portanto necessário efetuar novamente uma avaliação de todo o seu teor. Um ponto que talvez mereça ser destacado é a comparação feita por Baran entre a sua conceituação e a noção de mais-valia de Marx. Esta, como se sabe, equivale à diferença entre o produto agregado líquido e a renda real dos trabalhadores. Já o *excedente econômico real* de Baran refere-se a uma parcela do produto menor do que ela, na medida em que não inclui o consumo dos capitalistas, nem o do Governo. Por sua vez, o *excedente econômico potencial* envolve uma parcela maior do que a mais-valia, uma vez que inclui também aquela parte da produção que poderia ser realizada se não houvesse subemprego ou emprego deficiente dos recursos produtivos na economia em questão. No mesmo sentido, vale a pena ressaltar que, no excedente econômico potencial, o consumo dos capitalistas e do Governo é apenas estritamente necessário à manutenção de ambos, não envolvendo portanto o consumo suntuário, ou ostentatório, implícito no conceito de excedente econômico real. Quanto ao *excedente econômico planejado*, a comparação com a mais-valia se torna desnecessária, visto que tanto o nível do consumo como o volume do excedente gerado pela produção deixam de ser determinados em termos de expropriação e de acumulação capitalista, e passam a refletir as preferências da sociedade como um todo no que se refere ao consumo no presente e no futuro. Trata-se de uma modalidade de excedente apenas alcançável no regime socialista.

Ainda dentro do capítulo II, pode-se fazer alguns reparos ao conceito de trabalho improdutivo do qual Baran se vale, junto com o excesso de consumo das classes dominantes e das entidades que estas controlam (empresas e Governos), para diferenciar o excedente econômico potencial do excedente econômico real. Para ele, constitui trabalho improdutivo todo aquele que resulta na produção de bens e serviços cuja demanda possa ser atribuída fundamentalmente às condições e às relações sociais específicas do sistema capitalista, e que (em conseqüência) estaria ausente numa sociedade racionalmente ordenada. Salvo me-



lhor juízo, essa definição é um tanto genérica e inconvincente, além de dogmática e contraditória. Isso, aliás, transparece no próprio texto de Baran, que, logo em seguida, vê-se obrigado a introduzir determinadas qualificações no que se refere ao trabalho dos cientistas, médicos, artistas, professores etc.

É importante ressaltar que esta obra de Baran não constitui apenas um estudo da situação e das perspectivas de desenvolvimento dos chamados países subdesenvolvidos. Antes de abordar essa problemática, a análise do autor se volta, nos capítulos III e IV, para a gênese e evolução do capitalismo monopolista dos países mais desenvolvidos. Nesses capítulos, ele chama a atenção para o crescente excedente econômico gerado pelos países capitalistas centrais, e para a também crescente incapacidade das economias desses países em investi-lo produtivamente. Para tanto, Baran se vale do esquema de interpretação que fora desenvolvido alguns anos antes por Josef Steindl em *Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano* (cuja primeira edição data de 1952), mostrando que, nas estruturas de mercado oligopolizadas, tanto a expansão da capacidade produtiva como as inovações tecnológicas assumem um ritmo mais lento e estão mais voltadas para a poupança de recursos do que para o aumento de produção. Este ponto seria retomado mais tarde em maior profundidade no *Capital Monopolista* de Baran e Sweezy.

Nas estruturas de mercado oligopolistas, que tendem a ser estáveis através do tempo, a concorrência via preços é abandonada e as empresas menos eficientes não são expulsas do mercado. Disso resulta um generalizado excesso de capacidade em todas as empresas, um excesso que se transforma num poderoso obstáculo ao eventual ingresso no mercado de novos concorrentes. Fazendo uma crítica ao conceito schumpeteriano de “destruição criadora”<sup>26</sup> do capitalismo monopolista, Baran mostra que, pelo menos nas economias mais avançadas, o sistema capitalista deixou há muito de ser uma força progressista, transformando-se, pelo contrário, num fator adverso ao pleno desenvolvimento das forças produtivas. A crônica insuficiência dos investimentos em relação à crescente disponibilidade de excedentes econômicos faz com que tais economias estejam constantemente tendendo para a estagnação. Também essa crítica e esse diagnóstico iriam ser retomados em trabalhos posteriores de Baran.

As várias possibilidades de superar o referido estado de coisas — ou seja, de absorver excedentes cada vez maiores através do aumento do consumo dos trabalhado-

<sup>26</sup> Ver a respeito SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. 3.ª ed., Nova York, Harper & Row, 1950. Especialmente cap. 6-8. Esse livro, cuja primeira edição data de 1942, foi também traduzido para o português e publicado no Brasil na década de 1960.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

res e/ou dos capitalistas, por meio do aumento das despesas governamentais, ou pela ampliação do comércio exterior e dos investimentos externos — são sucessivamente refutadas na análise de Baran. Para ele, o capitalismo monopolista é incapaz de elevar e de manter elevados os níveis internos de emprego e de bem-estar da força de trabalho, a não ser em situações de guerra e/ou de expansão imperialista. Essa constatação, que igualmente reaparecerá mais tarde, conduz a sua análise para o capítulo V, no qual ele examina as origens históricas do atraso econômico dos chamados países subdesenvolvidos.

Uma de suas importantes contribuições no capítulo em questão foi a de ter apontado para a comunidade das origens históricas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento no mundo capitalista. Ambos têm a sua origem na mesma expansão do capitalismo na Europa ocidental, e constituem resultados de sua transposição para os demais continentes.<sup>27</sup> A penetração do capitalismo europeu — e posteriormente do norte-americano — nas mais diversas regiões do mundo assumiu diferentes feições, conforme o estágio de desenvolvimento dos países que a promoveram e das sociedades com as quais ela se defrontou.

Nos casos em que essas sociedades eram de pequenas dimensões em relação às áreas que ocupavam, ou tinham uma estrutura incapaz de resistir ou de adaptar-se à mudança, os colonizadores europeus puderam simplesmente desalojá-las e/ou aniquilá-las, apossando-se dos seus territórios e passando a reproduzir ali — não sem algumas adaptações — o modo de vida que tinham trazido do Velho Continente. Com o passar do tempo, os descendentes de tais colonizadores puderam em certos casos — como nos EUA — dar origem a novas sociedades burguesas capazes de se tornarem politicamente autônomas e de gerarem um desenvolvimento capitalista auto-sustentado.

Já em outros casos, nos quais os colonizadores europeus se viram frente a frente com sociedades relativamente densas em termos demográficos e dotadas de um sólido e enraizado complexo cultural e institucional, a mesma estratégia não se revelou viável, e eles tiveram que conviver com tais sociedades nos territórios conquistados, procurando destruí-las ou subjugar-las aos poucos. Nesses casos foram estabelecidas colônias de exploração, das quais se extraíam os excedentes que iriam aumentar a acumulação primitiva do capitalismo europeu, e cujo âmbito espacial iria alagar-se consideravelmente na época do capitalismo monopolista por meio da expansão imperialista.

Foi dessa segunda modalidade de colônias que se originaram os atuais países subdesenvolvidos. Trata-se de paí-

<sup>27</sup> Esse ponto de vista seria mais tarde retomado pelo pensamento econômico cepalino. Ver, por exemplo, FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961. p. 179 et seqs.



ses que vivem no pior de dois mundos, sendo ao mesmo tempo capitalistas e pré-capitalistas. Neles, a penetração do capitalismo só serviu para destruir as antigas estruturas e instituições, deixando de conduzir à formação de novas — seja porque a expropriação dos recursos desses países impede-os de acumular excedentes e de incorporá-los ao processo produtivo, seja porque a concorrência externa dificulta a diversificação interna de suas economias.

Nos capítulos VI e VII, que tratam da “morfologia” do subdesenvolvimento, Baran procura aprofundar esses pontos de vista. Nos referidos capítulos, ele examina sucessivamente o comportamento dos vários setores produtivos das economias subdesenvolvidas, os efeitos dos investimentos estrangeiros, e algumas falácias da teoria neoclássica convencional do desenvolvimento econômico. Sua análise começa pelo setor agropecuário, por se tratar daquele que, via de regra, congrega a maior parte da população economicamente ativa dos países subdesenvolvidos e é responsável pela geração de parte considerável do seu produto nacional. O diagnóstico que Baran faz das distorções e do lento crescimento desse setor é, no geral, adequado e aplicável à maioria dos casos concretos. O mesmo não pode ser dito, entretanto, das suas noções um tanto estreitas, mecanicistas e quantitativistas sobre a reforma agrária, por ele qualificada como uma falácia no que se refere ao desenvolvimento econômico e ao progresso social dos países capitalistas.

Para Baran, os mais prementes problemas do setor agropecuário situam-se fora do seu âmbito específico: na excessiva intermediação comercial dos seus produtos, e no lento crescimento do setor industrial. Ambos esses fatores impedem não apenas a sua expansão, mas também a do próprio mercado interno, tornando inviável qualquer processo de desenvolvimento auto-sustentado. Muitas vezes, essa situação se vê agravada pela implantação, nos países subdesenvolvidos, de filiais e subsidiárias de grandes empresas oligopolistas estrangeiras, as quais, além de gerarem poucos efeitos multiplicadores em termos de renda e de empregos, limitam-se a estabelecer um controle monopolista sobre os já estreitos mercados internos de tais países, dificultando ainda mais a ampliação dos mesmos. “Dessa forma” — assinala Baran —, “na maioria dos países subdesenvolvidos, o capitalismo tem apresentado uma trajetória peculiarmente sinuosa. Tendo atravessado todas as dores e frustrações da infância, nunca experimentou o vigor e a exuberância da juventude, começando a apresentar desde cedo todas as penosas características da sensibilidade e da decadência.”

Uma atenção especial é dedicada por Baran aos investimentos estrangeiros nos setores voltados para a exportação de produtos primários, e mais particularmente para a exploração e comercialização de recursos minerais. O im-



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

pacto dessas empresas na economia dos países subdesenvolvidos é analisado por ele sob três pontos de vista: (1) a relevância do montante dos seus investimentos; (2) o efeito direto de suas operações correntes; e (3) a influência mais geral da atuação de tais empresas nos países em questão.

No que se refere ao primeiro aspecto, Baran mostra que essas empresas, exceto quando se trata do ramo petrolífero, costumam iniciar suas atividades nos países subdesenvolvidos por meio de transferências de capitais relativamente modestas. Parte dos investimentos de tais empresas acaba sendo constituída pelas próprias jazidas minerais, obtidas gratuitamente ou por um preço mais ou menos simbólico pago aos governantes locais. Outra parte é constituída pelo simples reinvestimento de lucros obtidos no exterior, e uma terceira (não-assinalada por Baran) provém amiúde dos empréstimos de entidades financiadoras internacionais. A parte correspondente aos equipamentos e demais meios de trabalho de tais empresas é constituída por bens importados dos seus países de origem. Dos países que as acolhem, as empresas mineradoras só adquirem, quando muito, os materiais de construção necessários à execução das obras de infra-estrutura necessárias às suas atividades. É somente essa parcela que passa a integrar os fluxos internos da circulação de mercadorias dos países receptores.

Quanto às operações correntes das referidas empresas, o mais importante é observar qual a destinação dos gastos efetuados no país com a produção e a comercialização dos bens em questão. Esses gastos envolvem, de um lado, os salários pagos à força de trabalho e, do outro, os impostos e *royalties* pagos pelas empresas aos governos dos países em que atuam. Devido à sua vinculação aos preços dos minérios nos mercados importadores, os referidos impostos e *royalties* são sujeitos a flutuações, às vezes bastante acentuadas. Já o volume dos salários, em termos gerais, não costuma ser muito grande, por causa do alto índice de mecanização desses empreendimentos que, em consequência, empregam relativamente poucas pessoas, embora estas sejam, via de regra, melhor remuneradas do que a média da força de trabalho. Mas o mais importante é que, dado o escasso desenvolvimento industrial dos referidos países, tanto os salários como os impostos pagos pelas empresas de mineração acabam se transformando em maiores importações de produtos manufaturados dos países de origem das referidas empresas.

Baran dedica todo o final do capítulo VI e parte do início do VII à discussão dos efeitos gerais dos investimentos estrangeiros nos países subdesenvolvidos. Ele divide tais efeitos em diretos e indiretos, incluindo entre os segundos a própria determinação das políticas econômicas governamentais dos referidos países. De modo geral, a sua opinião a esse respeito é bastante pessimista, a ponto de achar "muito difícil dizer o que tem sido pior para o desenvolvi-



mento dos países subdesenvolvidos: a remoção dos seus excedentes econômicos pelo capital estrangeiro, ou o seu reinvestimento no país pelo mesmo capital". No primeiro caso, há uma diminuição da renda interna dos referidos países e, no segundo, um aumento da desnacionalização de suas economias.

É verdade que, a curto prazo, essa produção mineral não teria sido possível sem os investimentos das empresas estrangeiras. Mas nada garante que os próprios países nos quais se localiza essa produção não teriam possibilidades de empreendê-la mais cedo ou mais tarde, e em condições menos desfavoráveis para o seu futuro. O mesmo se aplica à infra-estrutura especialmente criada para permitir as exportações de produtos minerais. Essa infra-estrutura, que, em tese, poderia contribuir para o desenvolvimento dos referidos países, devido à sua localização e finalidades específicas, nunca chega a integrar-se, sequer parcialmente, nas economias internas de tais países. As ferrovias e os portos, as estradas e os aeroportos, as usinas geradoras de energia e a rede de telecomunicações só assumem o papel de economias externas para as empresas que delas se beneficiam. Essas empresas, junto com as facilidades que as rodeiam, tendem a constituir na maioria das vezes verdadeiros enclaves primário-exportadores, que pouco ou nada têm a ver com o restante das economias que as abrigam. Quando muito, elas apenas reforçam a prosperidade e o poder político de frações das classes dirigentes eventualmente beneficiadas pela sua presença, as quais geralmente não têm qualquer interesse em maiores transformações das estruturas sócio-econômicas vigentes.

O reforço do *status quo* é, provavelmente, o principal efeito indireto da presença e da atuação das empresas estrangeiras, cuja influência acaba permeando todas as instituições econômicas, políticas e culturais dos países subdesenvolvidos, contribuindo em boa parte para determinar a sua futura evolução. Baran reconhece que o imperialismo contemporâneo, seu *modus operandi*, e os seus ornamentos ideológicos já não são os de cinquenta ou cem anos atrás, mas assinala ao mesmo tempo que nem por isso ele deixou de existir concretamente, apenas se tornando mais sutil e mais eficiente com o passar do tempo. O objetivo do capital monopolista que o promove não consiste apenas em manter sob controle as economias subdesenvolvidas e dependentes, mas também de garantir a manutenção dos baixos custos de produção das matérias-primas por elas fornecidas, bem como em manter um acesso privilegiado aos seus mercados internos.

Na parte final do capítulo VII, Baran examina algumas falácias das modernas teorias do desenvolvimento econômico. Uma delas é a de que o principal obstáculo ao progresso econômico dos países subdesenvolvidos reside nos termos de troca do seu comércio exterior. O significado desse



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

fator adverso é devidamente analisado por Baran, que aponta para a manipulação dos preços dos produtos primários, muitas vezes exportados e importados por firmas das mesmas empresas multinacionais, e que, portanto, procuram fixar tais preços de acordo com seus interesses e conveniências, em função das políticas tributárias e trabalhistas dos vários países em que atuam, e com base em considerações relativas à política de expansão da empresa em âmbito mundial. Outra falácia se refere à alegada falta de empresários nos países subdesenvolvidos; para Baran, o problema não está numa escassez de talento empresarial, mas antes no mau uso que lhe é dado nos referidos países, dentro da sua vigente ordem econômica e social. Mas a principal falácia das atuais teorias do desenvolvimento econômico situa-se na argumentação neo-malthusiana, segundo a qual os países subdesenvolvidos são pobres porque suas populações são excessivas em relação a seus recursos naturais, e incapazes de se desenvolverem por causa do seu crescimento demográfico excessivamente rápido. Baran demonstra que essa argumentação nada tem a ver com a realidade concreta, e que apenas serve para desviar a atenção dos verdadeiros obstáculos que dificultam e impedem o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Esses obstáculos são principalmente o capital monopolista e o imperialismo.

O capítulo VIII e último de *A Economia Política do Desenvolvimento* aponta os caminhos que devem ser trilhados para enfrentar e superar esses obstáculos. Trata-se dos caminhos da revolução e do socialismo, do estabelecimento de um sistema de planejamento econômico socialista — tarefas nada fáceis de realizar no âmbito dos atuais países subdesenvolvidos. Baran as discute com base na experiência histórica da URSS, levantando uma série de questões de grande interesse e atualidade. Não é preciso concordar com todos os seus pontos de vista para reconhecer o mérito e o valor da sua contribuição.

Encarando o predomínio do capitalismo monopolista e do imperialismo nos países desenvolvidos e o atraso econômico e social dos países subdesenvolvidos como aspectos correlatos de um único e mesmo problema, Baran postula a necessidade de uma revolução social que leve a uma superação desse estado de coisas, por mais difícil que ela seja na prática. Ele reconhece de saída que as dificuldades são particularmente grandes no caso dos atuais países subdesenvolvidos, assinalando, no entanto, que elas devem ser enfrentadas necessariamente se tais países realmente quiserem superar as suas atuais condições de atraso e de dependência. Um dos meios essenciais para tanto é o estabelecimento de uma economia planificada socialista.

Isso envolve, em primeira instância, a mobilização do excedente econômico potencial dos referidos países; e essa mobilização, por sua vez, requer, pelo menos a médio pra-



zo, uma completa reestruturação da sociedade. A mobilização em si, aparentemente, é de execução relativamente fácil: trata-se de expropriar os ativos dos capitalistas estrangeiros e nacionais, bem como dos grandes proprietários de terras, e da conseqüente eliminação dos desvios da renda nacional para o consumo suntuário das classes dirigentes e para as remessas de capitais ao exterior. Os bens assim expropriados podem, via de regra, ser imediatamente utilizados na produção corrente, ou investidos na sua ampliação, servindo assim para aumentar o excedente econômico da sociedade. Algo mais complexa, entretanto, é a mobilização do excedente potencial que existe sob a forma de trabalho improdutivo, e que envolve indivíduos de todo tipo, nem sempre — ou quase nunca — simpáticos ao novo regime, indivíduos cujos níveis de renda e de consumo são brusca-mente reduzidos de uma hora para outra. Um problema ainda mais sério do que esse é a redução geral dos níveis de consumo, a qual decorre da diminuição da produção interna durante, e logo após, o desencadeamento do processo revolucionário.

A viabilidade da nova ordem social dependerá em boa parte da duração dessa fase de transição, da natureza e da intensidade dos problemas que nela se colocam e do caráter das medidas adotadas para abreviá-la e para atenuar os seus efeitos. Mas, uma vez superada a crise, o desenvolvimento da economia pode ser retomado em novas bases, através da geração e utilização do excedente econômico planejado. Para que isso se torne possível, uma das condições essenciais é que as atividades agropecuárias se tornem passíveis de um planejamento centralizado, o que implica no desaparecimento da agricultura voltada exclusiva ou predominantemente para a auto-subsistência dos seus produtores. A produção agropecuária tem que ser transformada num setor de atividades como os demais, orientado para o atendimento das necessidades da sociedade como um todo. Dentro de um regime socialista, essa transformação deve ser alcançada por meio da colaboração dos próprios produtores, e através da progressiva coletivização de suas atividades. Cabe ao Governo, não apenas promover e acelerar esse processo, mas também assegurar aos produtores do setor agrupecuário uma remuneração que lhes permita o acesso aos bens e serviços produzidos pelos demais setores da economia nacional, tanto para fins de consumo como de investimento. O excedente econômico planejado deve contemplar o crescimento de ambos através do tempo, a fim de garantir simultaneamente o aumento da produção e do bem-estar dos produtores. E isso vale não apenas para o setor agropecuário, mas para a totalidade da economia socializada.

O equacionamento das relações entre a agropecuária e os demais setores da economia constitui um dos problemas centrais da construção de uma economia socialista.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

Um dos dilemas que se colocam logo no início desse desenvolvimento diz respeito à prioridade que deve ser conferida à industrialização ou à elevação da produtividade e da produção do setor agropecuário. Além de mostrar que esse dilema não envolve, no fundo, alternativas mutuamente exclusivas, mas estratégias econômicas complementares, Baran opta claramente pela primazia da industrialização. E, ao justificar sua opção, ele acaba revelando uma visão essencialmente urbana do problema, e até uma certa simpatia pela solução concreta que lhe foi dada por Stálin na URSS a partir do final da década de 1920. Baran chega a minimizar os custos sociais e econômicos dessa solução, assinalando que a coletivização forçada e acelerada fora, na época, a única solução possível e que, do ponto de vista da economia soviética como um todo, ela acabou dando certo...

Trata-se de proposições bastante discutíveis, mas que não chegam a comprometer o resto do capítulo, nem o teor ou a validade geral do livro. O próprio Baran assinou, no prefácio da segunda edição de *A Economia Política do Desenvolvimento*,<sup>28</sup> que não considerava esta obra isenta de críticas. E, o que é mais importante, ele certamente não a encarava como sua última palavra sobre os vários assuntos nela tratados. Isso pode ser claramente comprovado pelo grande número de trabalhos afins que publicou a partir de 1957, e mais particularmente pelo fato de já ter começado, no ano anterior, a elaborar com Paul Sweezy, uma nova obra de largo alcance, a qual iria resultar, uma década mais tarde, no *Capital Monopolista*.

**Legado dos últimos trabalhos**

Nos anos subseqüentes à publicação de *A Economia Política do Desenvolvimento*, Baran dedicou todo o tempo disponível e o melhor dos seus esforços à elaboração daquela obra conjunta. A maior parte dos trabalhos acadêmicos que publicou depois da primeira edição do livro aqui apresentado, era constituída de resenhas e de artigos preparatórios para o *Capital Monopolista*. Entre as primeiras, merecem ser destacadas as que ele fez sobre *A Teoria da Classe Ociosa*, de Thorstein Veblen,<sup>29</sup> e sobre os trabalhos que W. J. Fellner e W. W. Rostow apresentaram na reunião de 1960 na American Economic Association.<sup>30</sup> Quanto aos artigos, num total de seis, nada menos que quatro foram feitos em co-autoria com Paul Sweezy, e três só foram publica-

<sup>28</sup> "Foreword to 1962 Printing". In: BARAN, P. A. *The Political Economy of Growth*. Penguin Books, 1973. p. 19-58.

<sup>29</sup> Publicada na *Monthly Review* de julho/agosto de 1957 e reproduzida em *The Longer View*, p. 210-222.

<sup>30</sup> Estes últimos comentários acham-se reproduzidos sob o título de "An alternative to Marxism?", tanto no número especial da *Monthly Review* mencionado na nota (1), como em *The Longer View*, p. 43-51.



dos após a morte de Baran. Devido à importância que eles tiveram na sua trajetória intelectual, cabe fazer uma rápida referência a cada um deles.

O primeiro em ordem cronológica foi "Reflexões Sobre o Subconsumo", preparado para uma coletânea publicada pela Universidade em que lecionava.<sup>31</sup> Para Baran, o subconsumo é uma das tendências inerentes ao capitalismo monopolista contemporâneo, resultando da crescente defasagem entre os ritmos do crescimento da produtividade do trabalho e da demanda efetiva, uma defasagem que faz crescer constantemente o excedente econômico dos países capitalistas mais avançados, não apenas em termos absolutos, mas também com relação ao produto agregado. Essa tendência é reforçada pela atuação das grandes empresas oligopolistas, as quais concentram em suas mãos um volume crescente da produção e dos lucros.

Se essa tendência fosse a única, a depressão crônica e o crescente desemprego seriam as condições normais do sistema capitalista. Ocorre, porém, que ela é freqüentemente compensada por outras tendências que operam em sentido contrário. Tal é o caso, por exemplo, das crescentes despesas de publicidade e de promoção de vendas, que vieram substituir a redução dos preços como principal arma da concorrência intercapitalista. Essas despesas e os contínuos esforços de diferenciação dos produtos têm contribuído para reduzir o excedente via desperdícios e via trabalho não-produtivo. Mas essa redução não tem sido suficiente para impedir o crescimento do excedente através do tempo, não apenas porque a produtividade e a produção têm crescido mais depressa do que o consumo, mas também porque todos os dispêndios que acabam de ser referidos são repassados aos preços pelas empresas oligopolistas. Na verdade, o crescente excedente econômico dos países capitalistas avançados só poderia ser reduzido por meio de uma atuação consciente por parte do Governo; uma atuação difícil de ocorrer na prática usual do capitalismo monopolista.

Essa constatação leva diretamente ao segundo artigo,<sup>32</sup> resultante de uma comunicação apresentada por Baran no IV Congresso Mundial de Sociologia, realizado em 1959 na cidade de Strega (Itália), ao qual ele fora especialmente convidado para comentar dois trabalhos ali apresentados por Gunnar Myrdal e por Charles Bettelheim.<sup>33</sup> Nes-

<sup>31</sup> BARAN, P. A. "Reflections on Underconsumption". In: ABRAMOVITZ, Moses. (ed.). *The Allocation of Economic Resources*. Stanford University Press, 1959. p. 52-64; trabalho traduzido para o francês e o espanhol, e reproduzido em *The Longer View*, p. 185-202.

<sup>32</sup> BARAN, P. A. "Social and Economic Planning". In: SWEEZY, P. M. & HUBERMAN, Leo. (eds.). *Op. cit.*, p. 12-20; reproduzido em *The Longer View*, p. 236-246.

<sup>33</sup> MYRDAL, Gunnar. "The Theoretical Assumptions of Social Planning". In: *Transactions of the Fourth World Congress of Sociology*. v. II, International Sociological Association, 1959. p. 155-168; BETTELHEIM, Charles. "Problèmes et Techniques de la Planification Sociale". *Ib.*, p. 169-198.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

se trabalho, Baran apontava para as limitações da política de “pleno emprego” praticada nos EUA em fins da década de 1950, uma política econômica na verdade voltada para a manutenção de um considerável e permanente “Exército Industrial de Reserva”. Esse fato, aliado à grande centralização de capitais da economia norte-americana, não apenas põe em questão a eficácia das políticas econômicas de índole keynesiana, mas, o que é ainda mais importante, contribui para uma contínua ampliação do excedente gerado por aquela economia. A referida ampliação acaba induzindo uma tendência estagnacionista, a qual não é prevista nem desejada por essas políticas econômicas.

Outra crítica que Baran faz nesse artigo, e que iria reaparecer com maior força no *Capital Monopolista*, refere-se à distribuição setorial do pessoal ocupado na economia norte-americana. Ele aponta para o fato de boa parte da geração de empregos nos EUA estar vinculada, direta ou indiretamente, às despesas militares do Governo daquele país. Sem essas despesas, por ele estimadas em 20% do produto nacional bruto dos EUA, a economia norte-americana já teria há tempos sucumbido a uma forte depressão e a um acentuado subemprego de recursos materiais e humanos. A prosperidade decorrente de tais despesas coexiste atualmente com a miséria vigente na maior parte do chamado mundo subdesenvolvido, e até em alguns segmentos da própria sociedade norte-americana.

Esse tema é retomado por Baran em 1962, no longo e primeiro artigo que publica em co-autoria com Paul Sweezy.<sup>34</sup> Como esse artigo foi uma versão preliminar do capítulo 10 do *Capital Monopolista*, seu exame pode ser deixado de lado por enquanto. O mesmo se aplica ao segundo artigo em co-autoria que eles publicaram em 1963 no México,<sup>35</sup> e que só veio a aparecer nos EUA no final do ano seguinte<sup>36</sup> já depois da morte de Baran. O teor desse artigo foi retomado no capítulo 5 do *Capital Monopolista*. Antes de passar à apreciação dessa obra, cumpre chamar a atenção para os outros dois artigos de Baran e Sweezy, ambos também publicados após o falecimento do primeiro.

Um desses artigos, com o título de “Notas Sobre a Teoria do Imperialismo”, foi publicado em 1964, num volume de ensaios em homenagem a Kalecki.<sup>37</sup> Apesar de ter passado despercebido na época de sua publicação, e também desde então, esse pequeno artigo tem uma considerável importância devido ao seu pioneirismo. Trata-se de

<sup>34</sup> BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. “Monopoly Capital”. In: *Monthly Review*. v. 14, julho/agosto de 1962. p. 131-224.

<sup>35</sup> *Trimestre Económico*. n.º 119, julho/setembro de 1963.

<sup>36</sup> BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. “Theses on Advertising”. In: *Science and Society*. v. 28, inverno de 1964. p. 20-30; reproduzido em *The Longer View*, p. 223-236.

<sup>37</sup> BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. “Notes on the Theory of Imperialism”. In: *Problems of Economic Dynamics and Planning — Essays in Honour of Michal Kalecki*. Varsóvia, PWN, 1964. p. 13-25.



uma das primeiras análises marxistas das chamadas empresas multinacionais, um trabalho que precedeu de alguns anos as renomadas contribuições de autores como Stephen Hymer.<sup>38</sup> Por meio desse artigo, Baran e Sweezy atualizaram e reformularam a teoria leninista do imperialismo, mostrando que este é atualmente promovido, não como no passado por empresas industriais ou financeiras sediadas em determinado capitalista central, e interessadas em exportar mercadorias e capitais, ou em importar matérias-primas a baixo custo, mas por gigantescas empresas multissetoriais, com raízes espalhadas por vários países do mundo.

Essas empresas, que têm por arquétipo a Standard Oil, já não são mais, como no passado, exportadoras dos excedentes de capital dos seus países de origem. Antes pelo contrário, elas têm sido, na verdade, grandes importadoras de capital para esses mesmos países. Isso se deve ao fato de suas atividades serem geralmente muito mais lucrativas no exterior do que em tais países. E é justamente nesse diferencial de lucratividade que reside a origem das empresas multinacionais, empresas cuja acumulação de capital se processa em âmbito supranacional, e cujas operações não são enquadráveis por qualquer política econômica nacional.

A expansão dessas empresas deu-se principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando os investimentos externos de companhias norte-americanas praticamente quintuplicaram, crescendo de 7,2 bilhões de dólares em 1946 para 34,7 bilhões de dólares em 1961. O referido aumento envolveu alguma exportação de capital, mas não muita, originando-se basicamente do reinvestimento dos lucros de tais companhias no exterior. Isso pode ser comprovado pelo fato das receitas provenientes dos investimentos externos terem sido sistematicamente maiores do que os dispêndios vinculados a eles. Entre 1950 e 1961, por exemplo, as remessas de capitais norte-americanos para o exterior somaram 13,7 bilhões de dólares contra 23,2 bilhões de dólares de rendimentos repatriados por investidores dos EUA.

Vê-se por tais dados que os investimentos estrangeiros, longe de apresentarem um meio para o desenvolvimento dos países periféricos, têm constituído, na verdade, um instrumento para a transferência dos excedentes desses países para os cofres das empresas que os fazem (embora não mais necessariamente para os países de origem de tais empresas). É importante notar que essas transferências não

<sup>38</sup> Ver, por exemplo, HYMER, Stephen. "The Multinational Corporation and the Law of Uneven Development". In: BHAGWATI, J. N. (ed.). *Economics and the World Order from the 1970's to the 1990's*. Glencoe, Ill, Free Press, 1972. p. 113-140. Esse ensaio foi traduzido para o português e publicado junto com outros do mesmo autor na coletânea *Empresas Multinacionais — A Internacionalização do Capital*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1980.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

se limitam às remessas de lucros e de *royalties*, ou aos juros que remuneram os empréstimos de terceiros, mas resultam também, e muito, da manipulação dos preços de exportação e de importação dessas empresas, que atualmente controlam boa parte do comércio internacional, a ponto de muitas transações internacionais não passarem atualmente de compras e vendas efetuadas por firmas pertencentes à mesma empresa multinacional.

O outro artigo em co-autoria, intitulado “A Economia de Dois Mundos”, foi publicado em 1965 num outro volume de ensaios, dedicado a Oskar Lange.<sup>39</sup> Nele, Baran e Sweezy contrastam o caráter anistórico e apologético, a pseudo-racionalidade e as contradições da ciência econômica burguesa com a historicidade, a abrangência teórica, e a coerência teórica intrínseca da economia política marxista. A diferença entre essas duas modalidades de conhecimento pode ser claramente constatada na análise de problemas concretos — como o da grande empresa oligopolista no plano microeconômico, ou o da distribuição da renda no âmbito macroeconômico. Visando remediar as lacunas do conhecimento que gera, e assim tornar operacional o sistema capitalista sem ter que mexer nos seus fundamentos, os economistas burgueses têm recorrido cada vez mais à utilização de técnicas matemáticas, tanto em seus raciocínios teóricos como nos trabalhos empíricos.

Assinalando que não será o mero uso de modelos matemáticos que irá tornar mais eficiente o sistema capitalista, Baran e Sweezy realçam que o problema básico da ciência econômica burguesa está nos seus pressupostos — ou seja, no que é abstraído dos modelos. “Se (...) o que é abstraído inclui características essenciais do capitalismo, os modelos em questão não apenas deixam de fazer avançar o nosso entendimento dos princípios operativos do sistema, como na realidade ajudam a obscurecê-los. (...) Dessa forma, eles substituem a economia capitalista por um sistema racional imaginário que só tem o nome em comum com o capitalismo. O resultado disso, não é necessário dizê-lo, constitui uma defesa apologética do *status quo* — independente das intenções subjetivas de quem formulou o modelo.”

Algo bem diverso é o que ocorre com a Economia Política marxista, cujas tarefas diferem no tempo e no espaço, e de acordo com os sistemas econômicos e sociais a que se aplicam. Em vez de se tornar supérflua com o advento do socialismo, ela passa por importantes transformações, e suas responsabilidades chegam até a crescer. No nível macro, ela se torna a guardiã teórica da racionalidade e da orientação socialista do sistema econômico como um todo, e também o instrumental básico para a formulação dos ob-

<sup>39</sup> BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. “Economics of two Worlds”. In: *On Political Economy and Econometrics — Essays in Honour of Oskar Lange*. Varsóvia, PWN, 1965. p. 15-29; reproduzido em *The Longer View*. p. 68-91.



jetivos econômicos da sociedade, bem como da estratégia para alcançá-los. Ela não apresenta, entretanto, as mesmas potencialidades no âmbito micro-econômico, onde, por enquanto, a Economia Política marxista só teria a ganhar com a aplicação de alguns raciocínios e métodos da ciência econômica burguesa. Ao incorporá-los e adaptá-los às suas técnicas de planejamento, a Economia Política marxista não estará fazendo “concessões” à ciência econômica burguesa, mas apenas procurando aperfeiçoar o seu próprio instrumental. E até na análise macro das economias capitalistas — centrais e periféricas — a ciência econômica burguesa tem alguma contribuição a oferecer, principalmente em termos da análise keynesiana das flutuações a curto prazo. Mas essa contribuição sempre será limitada, face à rica perspectiva crítica da Economia Política marxista.<sup>40</sup>

Para completar esta apresentação, cabe finalmente tecer algumas considerações sobre o *Capital Monopolista* de Baran e Sweezy. Esse livro, publicado em 1966, dois anos após a morte de Paul Baran, pode ser encarado como a sua derradeira e mais acabada contribuição à ciência econômica, embora seja muito difícil, se não impossível, separar nessa obra os seus pensamentos dos de Paul Sweezy. De qualquer forma, nunca é demais assinalar que se trata de uma tentativa bastante ambiciosa de atualização e de reformulação do pensamento econômico marxista.

Nesse intento, os autores declaram estar seguindo a orientação de Lênin, tal como fora exposta no seu famoso opúsculo sobre o imperialismo. Em boa parte, todavia, trata-se na verdade de uma tentativa de integração das próprias idéias de Sweezy e de Baran, anteriormente expostas pelo primeiro nos capítulos 14 e 15 de sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*,<sup>41</sup> e pelo segundo nos capítulos 3 e 4 da sua *A Economia Política do Desenvolvimento*. Por sua vez, a base empírica do trabalho é proporcionada pelo desenvolvimento recente da economia norte-americana, encarada pelos autores como a quintessência do capitalismo monopolista do nosso tempo, da mesma forma que a economia britânica podia ser considerada, em meados do século passado, o modelo mais acabado e mais avançado do capitalismo concorrencial.

O livro se compõe de onze capítulos: o 1 constitui uma breve introdução ao tema; o 2 e o 3 são os que dizem respeito mais de perto à teoria e à prática do capitalismo

<sup>40</sup> É curioso observar que, apesar de se tratar de um ensaio escrito em homenagem a Oskar Lange, os autores não fazem qualquer referência a colocações muito semelhantes que esse autor fizera trinta anos antes de Baran e Sweezy, no seu artigo “Marxian Economics and Modern Economic Theory”, publicado em junho de 1935 na *Review of Economic Studies* e reproduzido em HOEOWITZ, David. (ed.). *Marx and Modern Economics*. New York, Monthly Review Press, 1968. p. 68-87. Esse volume de ensaios foi traduzido para o português e publicado pela Editora Zahar.

<sup>41</sup> SWEEZY, P. M. *The Theory of Capitalist Development — Principles of Marxian Political Economy*. 1.ª ed., 1942. Obra traduzida para o português e publicada no Brasil pela Editora Zahar.



**Apresentação** CONTINUAÇÃO

monopolista; os capítulos 4 ao 7 mostram a incapacidade do sistema de absorver o crescente excedente que ele gera, apontando, portanto, para a sua constante tendência à estagnação; o capítulo 8 traz um histórico da evolução do capitalismo monopolista nos EUA; e os três últimos, do 9 ao 12 tratam de vários aspectos da situação social reinante naquele país. Além disso, existe ainda no Livro um Apêndice elaborado por J. D. Philips, no qual se tenta quantificar o excedente econômico dos EUA.

Talvez a principal contribuição teórica dessa obra de Baran e Sweezy reside na proposta que apresentam de substituição da *lei da tendência decrescente da taxa de lucro*, formulada por Marx no Livro Terceiro de *O Capital*, e por eles considerada própria ao capitalismo concorrencial, pela *lei do crescente excedente econômico*, tida como inerente ao capitalismo monopolista dos nossos dias. Por meio dessa proposta teórica alternativa, Baran e Sweezy não pretendem negar a tendência do capitalismo para a crise e a estagnação, mas apenas pôr em questão o modo pelo qual isto se dá. Em vez de uma crescente concorrência, que tende a reduzir cada vez mais a lucratividade dos empreendimentos, desestimulando a realização de novas inversões, a teoria de Baran e Sweezy aponta para um excedente econômico cada vez maior, gerado por uma concorrência cada vez menos intensa em termos de preços, e que leva a um aumento das margens e das taxas de lucro através do tempo — lucro esse, no entanto, que não há como investir produtivamente em sua totalidade nos marcos do sistema capitalista.

Não é fácil determinar em que medida de formulação dessa lei do funcionamento do capitalismo monopolista pode ser atribuído mais a um ou a outro desses dois autores. Em termos cronológicos, Sweezy teve indubitavelmente a primazia, ao questionar em vários capítulos da sua *Teoria do Desenvolvimento Capitalista* a validade universal da lei da tendência decrescente da taxa de lucro.<sup>42</sup> Mas, ao mesmo tempo, é inegável que Baran foi o primeiro a formular e a definir o conceito de excedente econômico, contrapondo-o à noção marxista de mais-valia.<sup>43</sup> Mesmo se não houvesse quaisquer outros motivos, essa contribuição, por si só, já seria suficiente para assegurar a sua inclusão no rol dos grandes economistas marxistas do nosso tempo.

Tamás Szmercsányi

<sup>42</sup> *Op. cit.*, cap. VI, IX, X, XI e XII.

<sup>43</sup> Ver a respeito o artigo citado na nota (23) e o capítulo II da obra aqui apresentada.



**PAUL A. BARAN**

**A Economia Política  
do Desenvolvimento\***

Tradução de S. Ferreira da Cunha

\* Traduzido de *The Political Economy of Growth*. Nova York, Monthly Review Press, Inc., 1957. Quarta reimpressão, 1967. (N. do Ed.)

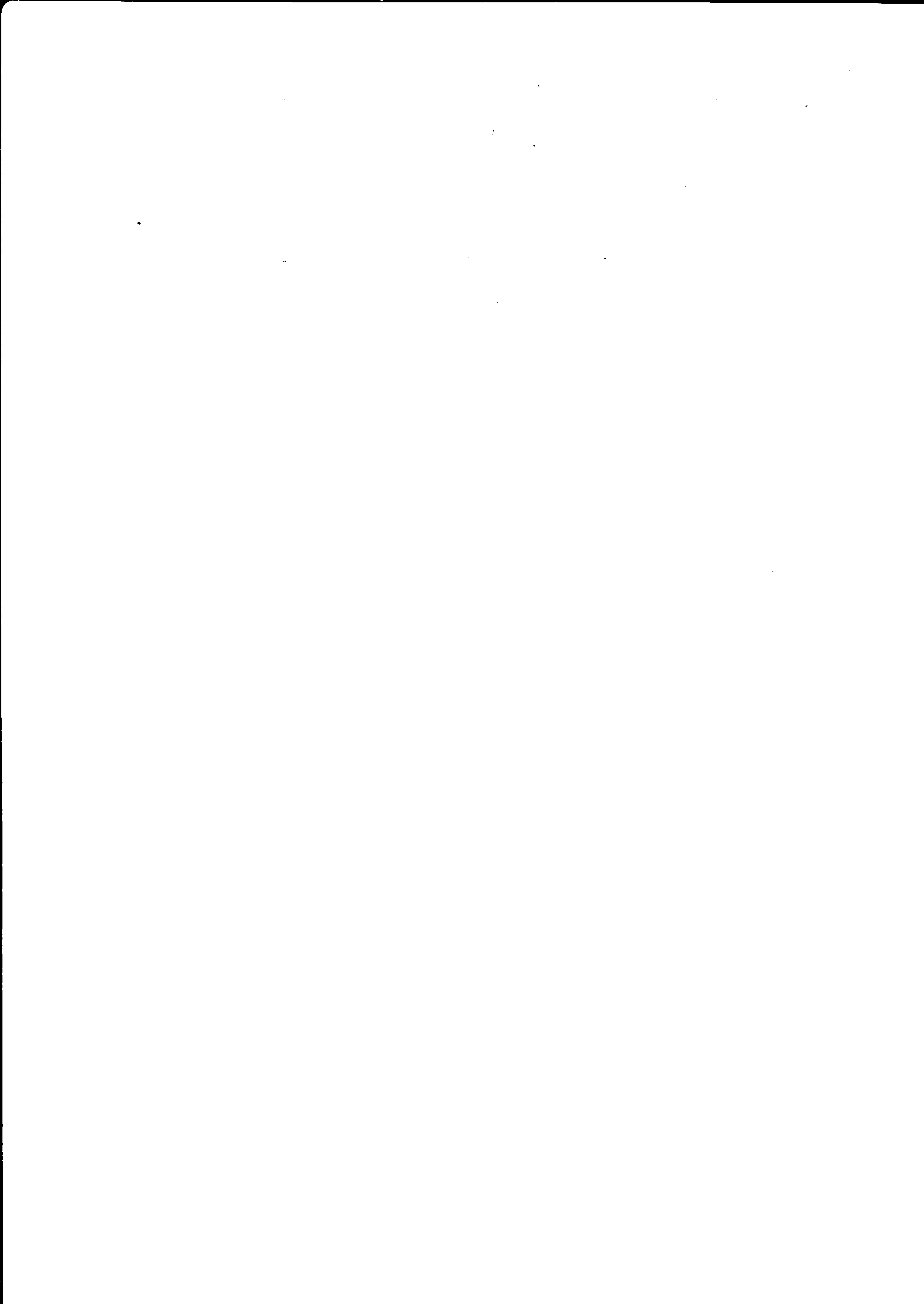






*Para meu filho Nicky*







*O que a Ciência Social precisa é usar menos as técnicas complicadas e mais a coragem de atacar os problemas fundamentais, ao invés de furtar-se a eles. Mas exigir isso é ignorar as razões sociais que fizeram da Ciência Social o que ela é.*

*J. D. Bernal*

Science in History







## ***Prefácio à Primeira Edição Americana***

Completo-se o manuscrito do presente volume no outono de 1955. Muito do que tem ocorrido no mundo desde então relaciona-se diretamente a alguns assuntos aqui tratados. Depois de resistir, por motivos óbvios, à forte tentação de acrescentar algumas considerações às provas tipográficas, resolvi tentar resumi-las neste prefácio.

Os acontecimentos que se desenrolaram no Oriente Próximo e que culminaram com a ação militar anglo-francesa contra o Egito corroboram uma das principais teses deste livro: a natureza “irreformada” do imperialismo contemporâneo e sua inerente animosidade contra todas as verdadeiras iniciativas em prol do desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas. O papel desempenhado nesse conflito pelos Estados Unidos constitui uma demonstração da permanente rivalidade entre os países imperialistas bem como da crescente incapacidade das velhas nações imperialistas para manter o seu domínio frente à investida americana, em busca de maior poder e influência. Nas amargas palavras da revista *Economist*, de Londres: “Devemos aprender que já não somos iguais aos americanos, e nem podemos sê-lo. Temos o direito de determinar nossos interesses nacionais mínimos e esperamos que os americanos os respeitem. Isso feito, porém, devemos procurar a sua liderança” (17 de novembro de 1956).

Embora a afirmação da supremacia americana no mundo “livre” implique rebaixar a Grã-Bretanha e a França (para não falar na Bélgica, na Holanda e em Portugal) à posição de sócios menores do imperialismo norte-americano, essa mudança pode ter algumas conseqüências favoráveis para os países subdesenvolvidos. Transferidas, por assim dizer, do serviço de uma empresa empobrecida para o emprego num empreendimento próspero, as nações dependentes e coloniais podem esperar que seu novo patrão seja menos rapace, mais generoso e mais previdente. Embora seja bastante duvidoso que essa mudança determine alguma diferença fundamental nos problemas básicos do desenvolvimento econômico e social das áreas atrasadas, não é improvável que ocorra alguma melhoria em seu destino.

Os acontecimentos recentes nos países socialistas da Europa confirmam ainda mais as proposições expostas (e implícitas) neste livro. As revelações de Krushev sobre alguns aspectos da época de Stálin e os acontecimentos que a elas se seguiram na Polônia e na Hungria põem a descoberto, com renovada força, as agruras do período de transformação de um país atrasado em uma sociedade melhor e



mais rica. Atribuir todos os crimes e erros, cometidos na União Soviética antes da Segunda Guerra Mundial e, após ela, em todos os países da Europa oriental e sul-oriental, às pessoas de Stálin, Beria e colaboradores, é praticar o “culto da personalidade” ao contrário. As coisas não são tão simples assim. O sentimento geral — plenamente compreensível — é que “todo o sistema”, na verdade, deve ser responsabilizado pelo que fez a liderança. Constitui, porém, tremendo engano concluir daí que o socialismo é “o sistema” que deve ser repudiado. Não é o socialismo que pode ser justamente culpado pelos erros de Stálin e de seus títeres: é o sistema político que se originou da necessidade de desenvolver a ritmo extremamente acelerado um país subdesenvolvido ameaçado por agressão externa e prenhe de resistência interna. O aparecimento desse sistema político sob as singulares condições predominantes na Rússia após a subida de Hitler ao poder, e nos países do Leste europeu durante os horríveis anos da guerra fria, não “prova” que o socialismo é, intrinsecamente, um sistema de terror e repressão. O que isso significa — e eis aqui uma lição histórica de transcendental importância — é que o socialismo em nações atrasadas e subdesenvolvidas manifesta forte tendência para tornar-se, ele mesmo, atrasado e subdesenvolvido. O que ocorreu na União Soviética e na Europa oriental confirma a proposição básica do marxismo, segundo a qual o grau de maturidade dos recursos produtivos da sociedade determina “o caráter geral da vida social, política e intelectual”. Aqueles acontecimentos, por outro lado, não tornam descabidas as reflexões sobre a racionalidade, a desejabilidade e as potencialidades de uma transformação socialista do Ocidente. Bem ao contrário: eles tornam mais evidente a sua extrema necessidade. É isso porque uma sociedade socialista nos países adiantados não seria obrigada a empreender “marchas forçadas” pela estrada da industrialização, nem compelida a retirar do consumo popular parcelas ponderáveis de rendas miseravelmente baixas, ou obrigada a destinar para fins militares partes substanciais de minúsculos produtos sociais. Essa sociedade socialista não somente batalharia contra o desperdício, a irracionalidade e a degradação moral e cultural do Ocidente, mas, também, daria todo o seu auxílio à solução total do problema da necessidade, da fome e da doença nas áreas subdesenvolvidas do mundo. Uma vez estabelecido firmemente o socialismo no Ocidente, destruiria ele, para sempre, as bases e a necessidade de qualquer ressurgimento da repressão social e política que marcou os primeiros estágios do socialismo no Oriente. Agora, mais do que nunca, é tempo de nós, socialistas do Ocidente, renovar nossa dedicação à causa da razão, do progresso e da liberdade, de redobrar nossos esforços em prol do socialismo.

O destino de toda a humanidade — tanto do Ocidente como do Oriente — depende dos resultados últimos desses esforços. E só eles serão capazes de devolver às nações mais adiantadas economicamente a liderança moral, ideológica e política do mundo que lhes foi arrebatada. Somente o progresso dos países adiantados pela estrada da democracia socialista será capaz de pôr fim ao inenarrável sofrimento a que a humanidade tem sido condenada até hoje.

Os aspectos essenciais da matéria de que trata este livro foram apresentados numa série de conferências que pronunciei na Universidade de Oxford, no último trimestre de 1953. Ao fazer revisão do material então usado, introduzi inúmeras modificações, tanto de forma como de conteúdo. Posso dizer que escrever é aprender, pois muita coisa se tornou bem mais clara para mim ao longo desta tentativa de transformar as minhas anotações originais numa apresentação que espero seja inteligível. Não tenho a pretensão de ter “esgotado o assunto”: o campo é vasto e as complicações e implicações que encontramos a cada passo são inúmeras e nos deixam perplexos. Julgo, porém, que posso aspirar ter delineado os contornos gerais desse campo e apresentado um primeiro mapa, cuja principal função, no meu



modo de sentir, deve ser a de encorajar novos trabalhos e incentivar sua exploração mais detida.

Tive a felicidade, durante a elaboração deste livro, de manter contato com alguns bons amigos que estão trabalhando e pensando em problemas semelhantes. Sou particularmente grato a Charles Bettelheim, Maurice Dobb, Leo Huberman, Michael Kalecki, Oskar Lange e Joan Robinson pela atenção e tempo que dedicaram à discussão de assuntos relacionados ao tema aqui tratado ou à leitura de partes ou de todo o original. Suas sugestões e críticas foram extremamente valiosas. Quero agradecer, também, a John Rackliffe que despendeu enorme esforço na correção do meu inglês, tentando tornar meu estilo um pouco mais acessível. Se ele não obteve sucesso integral, imagine-se o que seria este livro não fora o seu auxílio. Agradeço ainda a Elizabeth Huberman, pela preparação do índice analítico, e a Sybil May e Catherine Winston, pelo acompanhamento do trabalho de composição, impressão e edição do livro. A minha maior dívida de gratidão, porém, é para com Paul M. Sweezy, cuja amizade generosa desfruto há aproximadamente duas décadas. A coragem, a lucidez e a sempre presente devoção à razão que tornam sua obra um dos pontos brilhantes da história intelectual dos Estados Unidos do pós-guerra têm sido para mim uma fonte permanente de estímulo e encorajamento. Não há praticamente nenhum problema aqui examinado que não tenhamos discutido. Julgo mesmo impossível dizer quais dos pensamentos aqui expressos são originalmente dele e quais são efetivamente meus. Nem ele nem os demais, porém, devem ser responsabilizados pelos erros e confusões que ainda podem subsistir em minha argumentação. Tais erros e confusões refletem bem as minhas fraquezas e a minha teimosia.

Ao citar autores estrangeiros, utilizei traduções para o inglês ou, em alguns casos, servi-me do original, embora apresentando as idéias em inglês. Nesses casos, eu mesmo traduzi as passagens mais significativas.

*P. A. B.*

Los Altos, Califórnia,  
dezembro de 1956







## ***Prefácio à Edição Americana de 1962***

Relendo este livro, para preparar-lhe um prefácio às traduções francesa e alemã, bem como à nova edição americana, experimento forte sensação de ambivalência. Ocorre-me, primeiro, que talvez não seja muito imodesto, de minha parte, entregar novamente ao leitor este trabalho em sua forma original. Os acontecimentos históricos transcorridos desde que foi escrito, as reflexões e os estudos posteriores, em parte estimulados pelas críticas a ele feitas, não modificaram minha convicção de que, *no todo*, a interpretação que este livro encerra e a argumentação que apresenta ainda são totalmente válidas. Mas há também outras considerações — relativas não ao todo, mas às partes — menos confortadoras. Se o tivesse de escrever novamente, procuraria eliminar o que me parecem, hoje, fraquezas, e desenvolver vários de seus temas de forma mais compreensiva e mais conveniente. No entanto, como a premência de outro trabalho, correlato, torna tal coisa impossível, devo, com relutância, adotar o princípio de “deixar para trás o que passou”, e procurar resolver o conflito entre o todo e as partes através desta nota, focalizando os aspectos do livro que mais necessitam reconsideração e complementação. A ordem em que os assuntos são apresentados é determinada não tanto pela sua importância geral, mas pela seqüência em que aparecem nas páginas deste volume.

### ***I***

Embora me esforçasse para esclarecer a reinante confusão sobre um conceito central da teoria econômica, o da *soberania do consumidor*, o êxito que obtive não foi nada espetacular. Há poucas outras áreas onde as limitações do economista convencional são tão evidentes e prejudiciais ao entendimento quanto o são na exposição desse tema. Comprometido de forma irrevogável com a aceitação da ordem econômica e social existente, e pensando exclusivamente nas categorias que refletem as relações de produção capitalistas, até mesmo o mais capaz dos economistas é inexoravelmente envolvido pelo predicamento básico de todo o pensamento burguês: a coerção de escolher permanentemente entre alternativas igualmente prejudiciais. Como o homem condenado à morte, a quem deram “liberdade de escolha” entre ser enforcado ou fuzilado, a economia burguesa sofre eternamente do problema de determinar se a irracionalidade do monopólio é melhor do



que a anarquia da concorrência, se a acumulação dos meios de destruição é melhor do que o desemprego, se a desigualdade da renda e da riqueza que leva à poupança e ao investimento da parte dos ricos é melhor do que uma divisão justa e uma grande redução na poupança e investimento. Da mesma forma, o problema da soberania dos consumidores é visto como uma alternativa entre deixar ao consumidor — por mais sujeito que esteja ao assédio da publicidade e à pressão dos vendedores — a liberdade de gastar sua renda da forma que melhor lhe aprouver ou ser forçado a aceitar determinados produtos que um “comissário” julgar mais convenientes para ele. Vê-se facilmente que, colocado frente a esse dilema, o economista enfrenta, na verdade, uma escolha de Hobson. Ajoelhando-se temeroso perante a verdade absoluta das “preferências reveladas” do consumidor, ele se coloca na posição difícil de ter de se recusar a formular juízo sobre a resultante composição da produção e portanto sobre todo o desperdício e toda a degradação cultural que caracterizam, de modo evidente, a nossa sociedade. Por outro lado, rejeitar as preferências reveladas como a *ultima ratio* em favor de uma série de decisões impostas pelo Governo seria igualmente difícil. Significaria o repúdio de todos os ensinamentos da Economia do bem-estar e — o que é mais importante — de todos os princípios da liberdade individual que o economista justamente luta para preservar.

A reação conservadora a esse dilema tem duas variantes. Uma escola trata o problema negando sua existência. Afirmam que o condicionamento dos gostos e preferência dos consumidores pela publicidade e pelas fortes pressões das grandes empresas no sentido de promover vendas não passa de um espantalho vazio, pois com o decorrer do tempo não há persuasão nem engenhosidade capazes de modificar a “natureza humana” e impor ao consumidor o que ele não deseja.<sup>1</sup> Além disso — continua a argumentação — as preferências reveladas pelos consumidores proporcionam resultados perfeitamente adequados e não exigem nenhum aperfeiçoamento do sistema.<sup>2</sup>

Outra corrente conservadora vê o problema de ângulo diferente. Reconhece que as preferências reveladas pelos consumidores nada têm em comum com a noção tradicional da soberania do consumidor, que a força das grandes empresas é capaz de condicionar o gosto e as preferências dos consumidores em benefício do interesse delas, e que tudo isso tem um efeito prejudicial sobre nossa economia e nossa sociedade. Diz o Prof. Carl Kaysen:

“Um aspecto de seu poder (...) (...) é a posição que os diretores de empresas ocupam como modeladores de gosto e lançadores de modas para a sociedade como um todo. A influência do mundo dos negócios sobre os gostos vai desde os efeitos diretos, pelo desenho dos artigos de consumo, até os efeitos indiretos e mais sutis sobre o modo de falar e pensar transmitidos pelos meios de comunicação em massa — a escola de estilo que todos nós freqüentamos todos os dias. (...) Isso corresponde, de forma mais sucinta, à afirmação conhecida de que somos uma sociedade mercantilista, e que a grande empresa é a instituição “característica”, ou talvez estatisticamente típica, de nossa sociedade (...).”<sup>3</sup>

<sup>1</sup> “O consumidor hoje é rei... Os homens de negócios são obrigados a descobrir o que ele deseja e atender a seus desejos, até mesmo a seus caprichos.” BRITT, Stuart Henderson. *The Spenders*. Nova York, Toronto, Londres, 1960. p. 36. Os grifos são do original. Também: “Se o produto não atende a uma procura ou necessidade do consumidor, a publicidade acabará fracassando”. REEVES, Rosser. *Reality in Advertising*. Nova York, 1961. p. 141 O grifo é do original.

<sup>2</sup> “O chamado desperdício em nossa economia privada é a forma pela qual as pessoas ganham a vida e, com isso, difundem o bem-estar entre todos. É a forma pela qual conseguimos nossas belas escolas, hospitais, rodovias e outras instalações públicas.” *The Wall Street Journal*. 7 de outubro de 1960. p. 16.

<sup>3</sup> “The Corporation: How Much Power? What Scope?”. In: MASON, Edward S. (ed.). *The Corporation in Modern Society*. Cambridge, Massachusetts, 1959. p. 101.



Por mais céticos e realistas que sejam os autores que seguem tal orientação, colocam a ênfase principal no fato de que tais absurdos e calamidades são *inerentes* à ordem de coisas, que identificam com o sistema econômico e social do capitalismo monopolista.

“Tocar fundamentalmente na grande empresa”, observa o Prof. Mason, “é tocar muitas outras coisas.”<sup>4</sup>

E, em nossos dias, essas “muitas outras coisas” não fazem, definitivamente, parte da agenda do economista.

Não é essa a posição do chamado liberal. Considerando as preferências dos consumidores como fonte da irracional distribuição de recursos de nossa sociedade, de sua aflitiva condição moral e cultural, o liberal condena o impacto pernicioso da publicidade, a diversificação fraudulenta dos produtos e a sua obsolescência artificial; critica a qualidade da cultura proporcionada pelo sistema educacional, por Hollywood, pelos jornais, rádios e redes de televisão e, levado por essa indignação, chega à conclusão de que

“a escolha não é entre a atribuição da soberania aos consumidores ou a um planejador central, mas se e como o poder que tem o produtor de ignorar alguns consumidores e influir nas preferências de outros deve ser controlado, modificado ou partilhado sob determinados aspectos”.<sup>5</sup>

Para isso, ele recomenda uma lista de “remédios e políticas”, que vão desde as medidas regulamentadoras, como as tomadas pela Food and Drug Administration, passando pelo apoio do Governo à ópera e aos teatros, até a formação de Comissões de Cidadãos Destacados, cuja tarefa seria influir na opinião pública no sentido de escolhas racionais e melhor gosto.

Por mais decepcionante que isso seja para muitos, não pode haver dúvida de que na fase presente do desenvolvimento capitalista o conservador “realista” com freqüência se aproxima mais da verdade que o liberal. Tal como não há sentido em lamentar as baixas de guerra sem atacar as suas causas, ou seja, a guerra, também não há sentido em fazer soar os alarmes contra a publicidade e tudo o que a acompanha, sem identificar claramente o *locus* de onde emana toda a pestilência: a empresa monopolista e oligopolista, e as práticas comerciais que evitam a concorrência de preços e que constituem um componente integral de seu *modus operandi*. Como esse *locus* jamais é abordado, sendo tratado até mesmo como rigorosamente fora do âmbito da Economia por Galbraith, Scitovsky e outros críticos liberais, já que nada está mais longe de sua intenção (ou pelo menos de seus pronunciamentos públicos) do que “tocar fundamentalmente” a empresa gigante, o que poderemos esperar de suas recomendações de juntas regulamentadoras e até mesmo de sua possível nomeação para as Comissões de Cidadãos Destacados? É de supor que o trabalho das repartições regulamentadoras já existentes é bastante eloqüente para mostrar que a grande empresa é quem faz a regulamentação, e não o inverso. Serão necessárias maiores provas do que as já existentes, sobre a ineficiência da Repartição de Alimentos e Drogas, da Comissão Federal de Comunicações?<sup>6</sup> Não há, também, nenhuma necessidade de mostrarmos o impacto profundo que sobre a sociedade tiveram as atividades recentes e os relatórios da notória Comis-

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>5</sup> SCITOVSKY, Tibor. “On the Principle of Consumers’ Sovereignty”. In: *American Economic Review*. Maio de 1962. Agradeço ao Prof. Scitovsky ter-me proporcionado a consulta a esse trabalho antes de sua publicação.

<sup>6</sup> Cf., por exemplo, COOK, James. *Remedies and Rackets*. Nova York, 1958. *passim*; e “Behind the FCC Scandal”. In: *Monthly Review* Abril de 1958.



são das Metas Nacionais, ligada ao Presidente da República.<sup>7</sup> Mas os liberais desconhecem tudo isso. Tratando o Estado como uma entidade que preside a sociedade sem dela fazer parte, que determina as metas da sociedade e condiciona sua produção e renda, mas não é afetado pelas relações de produção predominantes e é impermeável aos interesses que imperam, são presas de um racionalismo ingênuo que, alimentando ilusões, apenas contribui para a manutenção do *status quo*.<sup>8</sup> Comparada a isso, a tese do “recuo” — “chegamos (...) à fronteira entre a teoria econômica e política; e não a atravessaremos” — com que o Prof. Scitovsky concluiu, há uma década, sua *magnum opus*<sup>9</sup> constitui uma posição relativamente defensável.

O liberal não chega nem mesmo próximo à essência do problema. Em primeiro lugar, sendo um bom keynesiano, ele não pode evitar a incoerência quando recomenda a interferência na, ou a redução da, publicidade das grandes empresas, e de outras atividades de venda. Quanto a isso, o *Walt Street Journal* e os economistas “realistas” que partilham de suas opiniões estão, sem dúvida, em terreno mais firme. Pois todas essas práticas comerciais “indesejáveis” na realidade promovem e aumentam as vendas, e direta ou indiretamente ajudam a elevar o nível de renda e de emprego.<sup>10</sup> O mesmo ocorre com a venda de maior número de automóveis, mesmo que estrangulem nossas cidades e envenenem nossa atmosfera, e a produção de armas e a construção de abrigos. Nenhuma dessas atividades pode ser considerada como promotora do progresso e felicidade da raça humana, embora todas constituam remédios contra a queda de produção e o desemprego.<sup>11</sup> Não obstante, a dialética do processo histórico é tal que dentro da estrutura do capitalismo monopolista as mais abomináveis, as mais destrutivas características da ordem capitalista se tornam as bases mesmas de sua existência — tal como a escravidão foi a *conditio sine qua non* de seu aparecimento.

O conservador “realista” mostra-se também superior ao liberal em sua compreensão geral do problema da soberania do consumidor. Ao advertir contra a exageração do impacto da publicidade, das pressões de vendas e aspectos semelhantes, sobre a preferência e a escolha dos consumidores, coloca-se numa posição de força formidável. Suas declarações de que os consumidores só gostam do que querem e só compram aquilo que querem são, evidentemente, tautologias, mas como tal são igualmente certas. Não se segue disso, na verdade, e como querem certos economistas, que o assédio da publicidade e das técnicas de venda a que o consumidor está exposto não tenha influência sobre a formação de seus desejos. Não é, porém, exato que tais práticas constituam o fator decisivo no condicionamento dos desejos do consumidor. O Prof. Henry C. Wallich aproximou-se do âmago da questão em sua arguta observação de que

“argumentar que os desejos criados pela publicidade são desejos sintéticos, e não autênticos, é ocioso — o mesmo se poderia dizer de todos os aspectos da existência civilizada”.<sup>12</sup>

<sup>7</sup> Cf. *Goals for Americans*. Relatório da Comissão Presidencial sobre Metas Nacionais. Nova York, 1960. *passim*.

<sup>8</sup> Uma lúcida exposição da teoria marxista do Estado encontra-se em MOORE, Stanley W. *The Critique of Capitalist Democracy: An Introduction to The Theory of the State in Marx, Engels, and Lenin*. Nova York, 1957.

<sup>9</sup> *Welfare and Competition: The Economics of a Fully Employed Economy*. Chicago, 1951. p. 450.

<sup>10</sup> Pelo que sei, tal ponto foi ressaltado pela primeira vez no excelente trabalho de ROTHSCCHILD, K. W. “A Note on Advertising”. In: *Economic Journal*, 1942.

<sup>11</sup> “Atualmente, as autoridades se inclinam para uma nova série de encomendas militares, de preferência a obras públicas em massa ou redução de impostos, se decidirem que a economia necessita de outro impulso.” *Business Week*, 9 de dezembro de 1961. Não é apenas “atualmente” que se evidencia essa “inclinação oficial”. Pois “alguns conselheiros gostam da idéia dos abrigos, mas guardam-na para o momento em que a economia necessitar de um estimulante”. *Ibid.*, 4 de novembro de 1961. Os abrigos, portanto, não se destinam à proteção do povo contra a radioatividade, mas contra a depressão e o desemprego.

<sup>12</sup> Citado em BRITT, Stuart Henderson. *Op. cit.*, p. 31.



Isso, porém, seria um exagero. As necessidades humanas não são todas “sintéticas”, criadas por uma Madison Avenue todo-poderosa (ou “purificadas” e “enobrecidas” por uma Madison Avenue “ao inverso”: juntas governamentais regulamentadoras, Comissões de Cidadãos Destacados para a Promoção do Bom Gosto): essa opinião reflete o espírito de maleabilidade ilimitada do homem, tão característico do “homem do terno cinzento”, que domina os gabinetes dos diretores das empresas e os departamentos governamentais importantes. Mas nem todas as necessidades são oriundas das exigências biológicas do homem ou de uma “natureza humana” mítica e eternamente imutável: tal conceito é um obscurantismo metafísico que cai frente ao conhecimento e à experiência histórica. A verdade é que as necessidades das pessoas são fenômenos históricos complexos que refletem a interação dialética de suas necessidades fisiológicas, de um lado, e a ordem social e econômica predominante, de outro.<sup>13</sup> As necessidades fisiológicas têm de ser abstraídas, por vezes, para a análise, porque são *relativamente constantes*. Uma vez feita essa abstração, as necessidades humanas podem (e devem) ser consideradas legitimamente como “sintéticas”, isto é, determinadas pela natureza da ordem econômica e social sob a qual vivem os homens. O Prof. Wallich não percebe que não se trata de ter ou não a ordem social e econômica predominante um papel destacado no condicionamento dos “valores”, desejos e preferências das pessoas. Sobre isso — tendo Robinson Crusoe deixado os livros de Economia para retornar, como devia, ao seu *habitat* insular — há um consenso quase unânime entre os estudiosos sérios do problema. A questão é o *tipo de ordem social e econômica* que faz o condicionamento, os tipos de “valores”, desejos e preferências que despertam nas pessoas sujeitas à sua influência. O que torna a ordem social e econômica do capitalismo monopolista tão irracional e destrutiva, tão prejudicial ao crescimento e à felicidade das pessoas, não é por influir, modelar, “sintetizar” o indivíduo — como sugere o Prof. Wallich, toda ordem social e econômica assim o faz — mas sim o *tipo de influência, condicionamento e “síntese”* que elabora em suas vítimas.

A compreensão disso permite novo avanço. O mal canceroso do capitalismo monopolista não está em dissipar grande parte de seus recursos na produção dos meios de destruição, de permitir às empresas que se dediquem à publicidade liminar e subliminar, em vender produtos adulterados, em inundar a vida humana com uma diversão imbecilizante, uma religião comercializada, e uma “cultura” degradada. O mal canceroso do sistema, que faz dele um obstáculo formidável ao progresso humano, é não ser tudo isso uma coleção de atributos fortuitos da ordem capitalista, mas a própria base de sua existência e viabilidade. Sendo assim, maiores e melhores Repartições de Alimentos e Drogas, uma rede geral de Comissões de Cidadãos Destacados e medidas semelhantes só podem distender um véu sobre a confusão existente, ao invés de solucionar a própria confusão. Repetindo uma comparação anterior: a construção de cemitérios suntuosos e monumentos caros às vítimas da guerra não lhes reduz o número. O máximo — e o pior — que tais atitudes aparentemente humanitárias pode fazer é embotar a sensibilidade do povo à brutalidade e crueldade, e reduzir-lhe o horror à guerra.

Voltemos ao ponto de partida dessa argumentação. Nem eu, nem qualquer outro autor marxista, cujos trabalhos conheça, defendemos jamais a abolição da soberania do consumidor e sua substituição pelas ordens de um comissário. A atribuição dessa atitude aos socialistas é simplesmente um aspecto da ignorância e da falsificação do pensamento marxista; cuidadosamente cultivadas pelos poderes domi-

<sup>13</sup> Para uma discussão mais ampla desse ponto, cf. meu *Marxism and Psychoanalysis* (Nova York, 1960), encerrando uma conferência sobre o tema, comentários dos críticos e uma resposta.



nantes. O problema real é totalmente diferente, ou seja, é o problema de saber se deve ser tolerada uma ordem econômica e social na qual o indivíduo, desde o berço, é condicionado, moldado e “ajustado”, de modo a tornar-se uma presa fácil do empreendimento capitalista motivado pelo lucro e um objeto passível da exploração e degradação capitalista. O socialista marxista não tem dúvidas quanto à resposta. Afirmando que a humanidade chegou hoje a um nível de produtividade e conhecimento que possibilita transcender a esse sistema e substituí-lo por outro melhor, acredita na possibilidade de desenvolver uma sociedade na qual o indivíduo seria formado, influenciado e educado não por uma economia determinada pelo lucro e pelo mercado, não pelos “valores” instituídos pelos diretores de empresas e pelas especulações de seus escribas alugados, mas por um sistema de produção planejado racionalmente para o uso, por um universo de relações humanas determinadas e orientadas pela solidariedade, cooperação e liberdade. Na verdade, somente numa sociedade assim pode haver soberania do *ser humano* — não do “consumidor” ou “produtor”, expressões que refletem a fragmentação letal da personalidade humana sob o capitalismo. Somente numa sociedade assim pode o indivíduo determinar livremente o volume de trabalho feito, a composição da produção consumida e a natureza das atividades de lazer — livre de vendedores disfarçados cujos motivos são a preservação de seus privilégios e a elevação de seus lucros.

E aos meus críticos que ceticamente ou “realisticamente” ironizam e observam, com condescendência, que a imagem dessa sociedade é apenas uma utopia, posso apenas responder que, se estiverem certos, todos nós — eu e meus críticos — somos utópicos. Eles, porque acreditam que a ordem social e econômica que desejam preservar pode tornar-se eterna graças a alguns truques de manipulação e algumas reformas superficiais que não tocam nem de leve a crescente e manifesta irracionalidade, destrutividade e desumanidade do sistema; e eu, por acreditar que a humanidade, que já conseguiu eliminar o capitalismo de um terço do mundo, conseguirá, com o tempo, concluir essa tarefa hercúlea e estabelecer uma sociedade genuinamente humana. Tendo de escolher entre essas duas utopias, prefiro a segunda, subscrevendo as belas palavras de Simone de Beauvoir:

“Europa socialista, há momentos em que me indago se isso não é uma utopia. Mas toda idéia ainda não realizada se assemelha, curiosamente, a uma utopia; jamais faríamos nada, se julgássemos que só é possível aquilo que já existe”.<sup>14</sup>

## II

Os capítulos III e IV, que tratam do capitalismo monopolista, requerem um esclarecimento sobre sua argumentação. As modificações necessárias não são de grande alcance, mas podem melhorar-lhes, espero, a coerência e a lógica. Minhas opiniões sobre esse vasto assunto cristalizaram-se no curso do amplo trabalho empreendido juntamente com Paul M. Sweezy. Os resultados de nossos estudos e discussões serão apresentados num livro que esperamos concluir num futuro próximo. O que segue aqui, limita-se, portanto, a apenas dois pontos que o leitor deve ter presentes quando chegar à parte em questão, no presente volume.

Afirmei, acima, ser necessário penetrar além da superfície aparente, em relação ao problema da soberania do consumidor. Isso é válido também para o que considero a chave do entendimento dos princípios práticos gerais do capitalismo: o

<sup>14</sup> *Les Mandarins*. Paris, 1954. p. 193. Traduzi do francês essa passagem.



conceito do “excedente econômico”. Não consegui explicar isso com suficiente clareza, o que se deduz pelo fato de ter um crítico tão eminente quanto Nicholas Kaldor deixado de perceber seu sentido e significado.<sup>15</sup>

A essência do problema é que o Sr. Kaldor, como todos os outros economistas fascinados pelas aparências superficiais da economia capitalista, *insiste em identificar o excedente econômico com os lucros observáveis estatisticamente*. Se tal identificação fosse legítima, não haveria necessidade de usar a expressão “excedente econômico” e — o que é evidentemente mais importante — não haveria justificativa para falar de excedentes *em crescimento*. O essencial, porém, é que os lucros não são a mesma coisa que o excedente econômico, mas constituem — para usarmos o que se tornou uma metáfora já gasta — apenas a parte visível do *iceberg*, estando o resto oculto ao olho nu. Lembremos que numa fase inicial do desenvolvimento da Economia Política (e do capitalismo) as relações relevantes eram vistas com muito maior clareza do que no momento. Uma intensa luta teórica foi travada, na realidade, para firmar-se o princípio de que o arrendamento da terra (e os juros sobre o capital) não são necessariamente custos de produção, mas componentes do excedente econômico. Numa fase posterior, porém, quando o proprietário e o usuário feudal foram substituídos pelo empregador capitalista e pelo banqueiro, seus lucros foram “purgados” do “estigma” do excedente e promovidos à condição de preços necessários de recursos escassos, ou de recompensas indispensáveis pela “espera”, “abstinência”, ou “risco”. Na verdade, a noção mesma de “excedente econômico”, proeminente nas obras de John Stuart Mill, foi declarada *non grata* pela nova ciência econômica, que proclamou serem todas as despesas “necessárias”, desde que recebessem a aprovação das preferências dos consumidores, reveladas pelo funcionamento do mercado em regime de concorrência.

A situação tornou-se mais complicada com a proliferação do monopólio. Vários economistas — a começar por Marshall e mais tarde inspirados principalmente pela obra de Pigou — que orientaram suas investigações do ponto de vista do capitalismo competitivo julgaram impossível tratar os lucros do monopólio como custos necessários da produção.<sup>16</sup> Foi, sem dúvida, um importante passo à frente; constitui, porém, apenas o início do que é necessário compreender. Pois o capitalismo monopolista não só gera lucros, renda e juros como elementos do excedente econômico, mas oculta sob o rótulo de custos uma importante parcela do excedente. Isso se deve à sempre crescente distância entre a produtividade dos *trabalhadores necessariamente produtivos* e a parcela da renda nacional que lhes é atribuída como salário.

Uma simples ilustração numérica pode ser útil. Suponhamos que no período I, cem padeiros produzem 200 pães, dos quais 100 constituem seus salários (um pão para cada), e os outros 100 são apropriados pelo capitalista como excedente (a fonte de seu lucro e o pagamento que recebe pelo arrendamento e juro). A produtividade do padeiro é de dois pães por homem; a parcela do excedente na renda nacional é de 50%, o mesmo ocorrendo com a parcela do trabalho. Vejamos agora o período II, no qual a produtividade do padeiro aumentou em 525%, para 12,5 pães, e seu salário elevou-se em 400%, para cinco pães por homem. Suponhamos, ainda, que somente 80 padeiros são agora empregados, produzindo ao

<sup>15</sup> Cf. sua crítica a este livro, em *The American Economic Review*. Março de 1958, p. 164 et seqs.

<sup>16</sup> Coube a Schumpeter (seguido depois por Berle, Galbraith e outros) a tentativa de salvar a “honra” dos lucros do monopólio, considerando-os como “custos necessários de produção”. Esse *tour de force* foi realizado com a afirmação de que as inovações tecnológicas eram lançadas à conta dos lucros do monopólio pelos inovadores, que são os lucros do monopólio que permitem às empresas a manutenção de custosos laboratórios de pesquisas etc. Com isso, o vício estático foi transformado em virtude dinâmica, e a última tentativa da teoria econômica de manter um padrão mínimo para a análise racional do funcionamento do sistema capitalista foi anulada pelo endosso total do *status quo*.



todo 1 000 pães, enquanto os outros 20 estão sendo aproveitados da seguinte forma: cinco ocupam-se em modificar continuamente a forma do pão, um tem a tarefa de acrescentar à massa uma substância química que acelera seu processo de deterioração, quatro homens estudam novos envoltórios para o pão, cinco se ocupam da publicidade do pão e a difundem pelos veículos de comunicação existentes, um homem observa cuidadosamente as atividades de outras companhias panificadoras, dois acompanham os processos legais no setor antitruste, e finalmente dois são encarregados das relações públicas da empresa. Todos eles recebem também um salário de 5 pães por homem. Nessas novas circunstâncias, a produção total de 80 padeiros é de 1 000 pães, o salário global dos 100 membros da força de trabalho da empresa é de 500 pães, e o lucro + renda + juros é de 500 pães.<sup>17</sup> Parece, a princípio, que nada se modificou entre o período I e o período II, exceto pelo aumento do volume total da produção. A parcela do trabalho na renda nacional permaneceu firme em 50%, e a parcela do excedente não parece ter variado. Não obstante, essa conclusão, embora evidente pelo exame das estatísticas habituais, seria totalmente ilusória, servindo apenas para demonstrar como podem ser errôneas essas deduções estatísticas. O fato estatístico de que as parcelas do capital e do trabalho não se modificam do período I para o período II é irrelevante, no que se relaciona com nosso problema. O que aconteceu, e que se pode ver facilmente, é que uma parcela do excedente econômico, que no período anterior estava totalmente à disposição do capitalista, como lucro e pagamento da renda e dos juros, no segundo passa a ser usada para manter os custos de um esforço de vendas realizado fora do regime de concorrência de preços — em outras palavras, passa a ser *desperdiçada*.<sup>18</sup>

À luz disso, é evidente que a afirmação do Sr. Kaldor, e de outros críticos, de que minha admissão da validade da tese de que a parcela de salários na renda permanecia mais ou menos constante num certo número de décadas é totalmente incompatível com minha defesa da teoria do *excedente crescente* — é evidente que essa afirmação reflete apenas sua incapacidade de compreender o conceito de excedente. Uma parte constante, ascendente mesmo, do trabalho na renda nacional pode coexistir com o excedente crescente simplesmente porque o incremento do excedente assume a forma de um incremento do *desperdício*. E como a “produção” do desperdício exige trabalho, a parcela do trabalho pode perfeitamente crescer, se a parcela do desperdício no produto nacional se elevar. Tratar o trabalho produtivo e improdutivo indiscriminadamente como *trabalho* e equacionar os lucros com o excedente é obscurecer essa proposição tão simples.

Várias objeções poderiam ser feitas à tese acima. Em primeiro lugar, seria pos-

<sup>17</sup> Evidentemente, se o salário dos 20 trabalhadores improdutivos for superior a cinco pães por pessoa — o que seria razoável supor — então o salário real dos trabalhadores teria de ser inferior, ou os lucros teriam de ser reduzidos, ou ambas as coisas. No primeiro caso, o excedente é maior; no caso de lucros reduzidos, continua o mesmo; e se tanto o salário dos trabalhadores produtivos como os lucros forem menores, o excedente se eleva na proporção da redução do salário.

<sup>18</sup> Incidentalmente, podemos perceber outras coisas interessantes com essa ilustração simples: primeiro, as estatísticas habituais tendem a sugerir que a produtividade por homem dedicado à panificação aumentou menos do que na realidade; com 100 empregados na panificação do período I ou II, e com a elevação da produção de 200 para 1 000 pães, a produtividade parece ter subido em 400%, e não em 525%, como na realidade ocorreu. Na verdade, uma cuidadosa “separação” do denominador da força de trabalho usado para o cálculo, com a finalidade de limitá-lo aos *trabalhadores produtivos* apenas, poderia remediar essa deficiência, mas a informação estatística normalmente existente torna impossível tal ajuste. Em segundo lugar, as estatísticas habitualmente computadas mostrariam que os salários aumentaram exatamente na mesma proporção da produtividade (*de um para cinco pães*), ao passo que na realidade os salários dos *trabalhadores produtivos* ficaram consideravelmente atrás do aumento de sua produtividade. Não é, evidentemente, por acaso que as estatísticas oficiais dão essa impressão errônea — ela é consequência dos conceitos que governam sua organização. Com a noção do “excedente econômico” negada oficialmente, e com a bastante significativa distinção entre trabalhadores de “produção” e “não-produção” colocada no lugar da diferença essencial entre *trabalhadores produtivos* e *improdutivos*, as estatísticas existentes servem antes para obscurecer do que para esclarecer um importante aspecto da realidade capitalista.



sível dizer (e está sendo dito) que não há utilidade em distinguir entre o trabalho produtivo e improdutivo, ou entre a produção e o desperdício socialmente desejável, já que não há possibilidade de tornar tais distinções “objetivas” e precisas. A exatidão da última afirmativa pode ser percebida prontamente. O fato de que a aguardente e a água misturadas numa garrafa não possam ser separadas e de que é impossível determinar com precisão as proporções em que os líquidos se combinaram, não altera a *realidade* de que a garrafa contém aguardente e água, e que os dois líquidos estão presentes na garrafa em quantidades definidas. E o que é mais, qualquer que seja o volume líquido na garrafa, podemos afirmar com segurança que, na ausência de um ou de outro dos ingredientes da mistura, ela estaria menos cheia. O fato de não podermos no momento separar precisamente o jolo do trigo, isto é, indentificar sem equívoco as dimensões da produção socialmente desejável e do excedente econômico em nossa economia, é em si um aspecto importante da ordem econômica e social do capitalismo monopolista. Assim como o problema da soberania do consumidor não está na existência de um comissário que filtre as necessidades dos consumidores e lhes imponha padrões de gosto, mas sim de como atingir uma ordem social e econômica que leve ao aparecimento de um indivíduo orientado em sentido diferente, com desejos e gostos diferentes, assim também constitui uma incompreensão total da questão exigir do economista que apresente uma compilação geral do número existente de trabalhadores improdutivos e do volume e das formas de desperdício. À parte o fato, nada trivial, de que nas condições predominantes não há (e não pode haver) a informação e o conhecimento que permitiria a elaboração desse “catálogo”, nenhum economista, por mais engenhoso, poderia julgar-se uma espécie de czar, com poderes para estabelecer os critérios de processos de separação. Somente uma sociedade socialista — na qual as pessoas não são governadas pelo motivo de lucro, e na qual o indivíduo não está sujeito aos “valores” e costumes do mercado, mas sim da consciência que surge de novas relações socialistas de produção — é que dará origem a uma nova estrutura de preferências individuais e a um novo padrão de distribuição de recursos humanos e materiais. Tudo o que o cientista social pode fazer, em relação a isso, é servir como “a coruja de Minerva (de Hegel) que começa seu vôo ao entardecer”, a assinalar, *orbi et urbi*, que a ordem social está fatalmente enferma e agonizante. As formas concretas e os princípios práticos daquilo que se está tornando realidade e as especificações exatas das transformações que a nova sociedade promoverá podem ser visualizados em conjunto, mas não determinados com precisão pelos economistas e estatísticos, por mais habilidosos que sejam. Isso deve ficar a cargo da prática social dos que lutarão e estabelecerão a ordem socialista.

De natureza diversa é outro argumento levantado contra a teoria do excedente crescente. Em essência, afirma que a distinção entre a produção socialmente desejável e o excedente econômico é irrelevante, mesmo que pudesse ser estabelecida com toda a precisão necessária. Como o nível satisfatório de renda e emprego depende de um volume adequado de dispêndio global, *não importando qual seja o objeto desse dispêndio*, a questão de provocar ele um produto útil ou o desperdício, de empregar trabalho produtivo ou improdutivo é posta de lado, como não tendo relação com as “condições econômicas”, e com proporções em que o capitalismo monopolista pode proporcionar “plenitude” de emprego. Esse raciocínio, por mais convincente que seja, assemelha-se às análises keynesianas a curto prazo, pela sua miopia irremediável. É certo, sem dúvida, que o investimento em equipamento produtivo e o investimento em submarinos, o consumo de livros e o “consumo” de publicidade, as rendas dos médicos e a dos vendedores de drogas, tudo isso faz parte da procura efetiva global e ajuda a manter a renda e o emprego. É igualmente claro, porém, que a conseqüente estrutura do produto, consumo e in-



vestimento exerce profundo impacto não apenas na qualidade da sociedade e no bem-estar de seus membros, mas também no seu crescimento e nas suas possibilidades de desenvolvimento. É mais, embora, há algumas décadas, tivesse sido possível argumentar que, havendo escassez de emprego *racional*, qualquer emprego — por mais irracional, como, por exemplo, abrir buracos no chão — era melhor do que *nenhum* emprego, até esse precário conforto já não existe hoje, quando a alternativa ao desemprego já não é a inocente abertura de buracos, mas o nada inocente armazenamento de meios de destruição.<sup>19</sup>

Outra objeção apresentada foi a de que, embora tudo o que acima foi dito possa estar certo, não devemos esquecer que é precisamente devido à irracionalidade e ao desperdício que caracterizam o capitalismo monopolista que se mantêm os altos níveis de renda e emprego, que se promovem consideráveis níveis de investimento e se obtêm certas taxas de crescimento econômico, embora baixas. Tal argumentação se assemelha à recomendação de deitar fogo à casa para assar o leitão. O pior é que não se pode ter certeza de que, no processo “assar o leitão”, e, parafraseando J. K. Galbraith,<sup>20</sup> tais aumentos de riqueza que ocorram sob o capitalismo monopolista nos Estados Unidos serviram para tornar a irracionalidade do sistema “sem importância”. Certamente, não é sem importância o fato de que mesmo depois da Segunda Guerra Mundial — durante o que C. Wright Mills chamou, com justeza, de anos da “Grande Celebração Americana” — em pelo menos metade do período (1948/49, 1953/54, 1957/58, 1960 até hoje) o desemprego oficialmente reconhecido pelo Governo era de aproximadamente 5 milhões de pessoas, e segundo os sindicatos não inferior (e provavelmente superior) a 6 milhões.

Nem podemos ignorar, como “sem importância”, o fato de que na sociedade que se convencionou chamar de “abastada” aproximadamente um terço das pessoas vive em condições de pobreza abjeta, e que pelo menos um quinto de todas as famílias americanas (e uma proporção duas vezes maior das famílias americanas de cor) habitam cortiços miseráveis, inferiores a qualquer padrão. E se deixarmos de lado as frias estatísticas e examinarmos as condições concretas em áreas específicas, a tragédia humana encontrada desafia descrição.

“Numa área de cortiços composta quase que totalmente de negros, numa de nossas maiores cidades”, escreve um antigo presidente da Universidade de Harvard, James Bryant Conant, “constatou-se a situação seguinte: um total de 59% dos jovens entre 16 e 21 anos estavam sem emprego e sem escola. Vagavam pelas ruas (...).”<sup>21</sup>

Tudo o que podemos dizer quanto à objeção que analisamos é que o desenvolvimento do capitalismo em geral e de sua última fase — o capitalista monopolista — em particular, não criou nada que se assemelhe a uma boa sociedade,<sup>22</sup> embora tenha produzido as potencialidades objetivas para o aparecimento de tal sociedade. A expansão prodigiosa das forças de produção ocorrida durante o período do imperialismo, embora um subproduto da guerra, da exploração e do desperdício, lançou realmente as bases da sociedade abastada do futuro. Mas tal sociedade

<sup>19</sup> Uma exposição mais detalhada desse aspecto encontra-se em BARAN, Paul A. “Reflections on Underconsumption”. In: ABRAMOVITZ, Moses e outros. *The Allocation of Economic Resources*. Stanford, Califórnia, 1959; incluído também em TSURU, Shigeto (ed.). *Has Capitalism Changed? An International Symposium on the Nature of Contemporary Capitalism*. Tóquio, 1961.

<sup>20</sup> *American Capitalism: The Concept of Countervailing Power*. Boston, 1952. p. 103.

<sup>21</sup> *Slums and Suburbs: A Commentary on Schools in Metropolitan Areas*. Nova York, Toronto, Londres, 1961. p. 33 et seqs.

<sup>22</sup> Não é este o local para uma descrição e uma análise mais detalhadas da qualidade da sociedade capitalista monopolista. Tal descrição é feita em meu próximo livro, escrito em colaboração com Paul M. Sweezy, sobre o assunto. O leitor interessado poderá também consultar *Monthly Review*, julho-agosto de 1962, onde algumas partes desse livro devem sair publicadas antes da obra completa.



não pode surgir sob o domínio de uma oligarquia que administra os vastos recursos da sociedade em benefício de umas poucas empresas gigantes e com o propósito de preservar o *status quo*. Tal sociedade só pode tornar-se realidade quando seus recursos abundantes forem administrados por uma “associação humana na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”.

Isso me leva ao segundo comentário que desejo fazer sobre os capítulos dedicados ao capitalismo monopolista. Esse comentário relaciona-se com minha opinião sobre as inovações e o progresso tecnológico sob o capitalismo monopolista, então apresentada. Embora ainda acredite na veracidade básica da afirmação de Steindl, por mim subscrita, de que o progresso tecnológico e a inovação são uma função do investimento, e não o inverso, dediquei espaço insuficiente à inegável interação dialética dos dois processos. Não só a pesquisa institucionalizada e as equipes que se ocupam do aperfeiçoamento das empresas gigantes operam, em certas proporções pelo menos, com um impulso próprio, e produzem inventos e aperfeiçoamentos técnicos como tarefa rotineira,<sup>23</sup> como também, e o que é mais importante, a organização militar, que se tornou um componente permanente e grande do capitalismo monopolista, transformou-se num “estímulo externo” em constante operação, para o investimento e para o progresso científico e tecnológico. Como a procura do militar substituiu, em proporções consideráveis, a procura do provável investidor, assim a seqüência dos “sputniks” e “luniks” soviéticos substituiu algumas das funções da “brisa perene” da concorrência. Isso não significa um regresso à posição de Schumpeter, para o qual o progresso tecnológico era um *deus cum machina* autônomo e inexplicável. Nem significa que o progresso tecnológico determina o investimento, de forma que o futuro progresso do conhecimento se traduza regularmente em novas instalações de produção. Sugere, porém, que a consolidação das atividades de pesquisa e aperfeiçoamento dentro da estrutura das empresas gigantes, combinada com um influxo constante de procura militar, cria certas oportunidades de investimento que sem isso não existiriam. E a importância da natureza militar da procura, bem como da natureza monopolista e oligopolista da oferta, expressa-se com extrema precisão na seleção das potencialidades tecnológicas utilizadas, bem como na rejeição das que permanecem nos arquivos dos cientistas e engenheiros. Tanto o lento progresso observado na aplicação econômica da energia atômica como o progresso incerto da automação justificam a proposição de que somente é aceito pelas empresas monopolistas e oligopolistas o progresso técnico que também é exigido pela organização militar, ou que reduz acentuadamente os custos sem aumentar indevidamente a produção.

### III

Voltamo-nos, agora, para os países subdesenvolvidos. Gostaria de acrescentar uma ressalva e uma afirmação aos capítulos V, VI e VII, que tratam de um dos três temas dominantes de nossa época (os outros dois são as vicissitudes do capitalismo monopolista durante seu atual período de declínio e queda, e as perspectivas das sociedades socialistas que nascem na Europa e Ásia).<sup>24</sup> A ressalva está relacionada com a aplicabilidade da teoria geral, apresentada neste livro, a algumas áreas densamente povoadas, daquilo que Marx chamou de “modo de produção asiático” — notadamente na Índia e Paquistão. Nessas regiões do mundo subdesenvol-

<sup>23</sup> Cf. SWEEZY, Paul M. “Has Capitalism Changed?” In: TSURU, Shigeto (ed.). *Op. cit.*, p. 83 et seqs.

<sup>24</sup> Depois de escrito este livro, a América Latina juntou-se às regiões do mundo onde o socialismo começa a existir.



vido, disseram vários críticos, bem poderia ser possível comprovar, com alguma exatidão, a *magnitude* do excedente econômico apropriado pelos latifundiários, usurários e intermediários comerciais de todos os tipos, mas seria totalmente impossível canalizar tal segmento do excedente para o investimento produtivo, mesmo depois que essas camadas parasitárias tiverem sido varridas por uma revolução social. Tal opinião baseia-se em dois tipos de considerações. Primeiro, argumenta-se, um Governo revolucionário que adotasse as medidas de expropriação necessárias não poderia colocar-se no lugar dos latifundiários, dos usurários e dos ambiciosos comerciantes eliminados pela própria revolução que colocou tal Governo no poder. Politicamente eliminada a possibilidade dessa transferência na destinação do excedente, as medidas de nacionalização e confisco não levariam a um acúmulo de um excedente investível nas mãos do Governo revolucionário, mas sim o levaria ao consumo desesperadamente insuficiente do camponês. O segundo ponto é o de que num país subdesenvolvido no qual o excedente econômico beneficie a um grupo de exploradores numericamente insignificante (como ocorreu nos países com um sistema feudal clássico e/ou nos dominados por um punhado de monopolistas internos ou externos) a situação é muito diferente da predominante numa sociedade em que uma camada constituída de milhões de *kulaks*, senhores de aldeias que emprestam dinheiro, pequenos comerciantes, intermediários se apropriam, em conjunto, de um excedente econômico que constitui uma grande parcela da renda nacional, proporcionando apenas baixas rendas *per capita* a seus beneficiários. No primeiro caso, os expropriadores podem ser expropriados com relativa facilidade, e seu destino, depois da expropriação, não constitui um problema social importante; sendo pouco numerosos, encontram emprego, emigram ou se aposentam, para viver do que sobrou de suas fortunas. No segundo caso, porém, os recipientes do excedente, sendo muitos, constituem uma força social e política importante; e, uma vez privados de suas rendas, apresentam um sério problema social. Na verdade, mantê-los até mesmo num nível mínimo por meio de assistência ou de empregos criados artificialmente seria anular grande parte das vantagens obtidas com a expropriação.

Tais problemas são sérios, e embora não os ignorasse ao escrever este livro,<sup>25</sup> talvez não tenham recebido a atenção e a ênfase suficientes. Não creio, porém, que o reconhecimento de sua importância inutilize a abordagem básica das questões enfrentadas pelos países subdesenvolvidos, e que delinee aqui. Significa que em certos países a passagem para a estrada aberta do crescimento econômico e social é mais difícil do que em outros, que os obstáculos a serem superados serão, em certos lugares, mais formidáveis do que em outros. Bem pode ocorrer, na realidade, que nos países particularmente assolados pelos desacertos estruturais acima descritos, a estratégia do desenvolvimento tenha de ser diferente da empregada nas sociedades de estrutura mais favorável. A famosa lei do desenvolvimento desigual de Lênin sugere não somente que o processo histórico é diferente nas diferentes sociedades, mas também que o estágio atingido em qualquer momento dado difere de país para país. Não existe, assim, nenhuma fórmula geral aplicável a todas as situações, a despeito do tempo e do lugar, e nada esteve mais longe de minha intenção do que afirmar a existência de semelhante vara de condão.

Consideremos, por exemplo, um país no qual exista certo núcleo de uma economia industrial e no qual o campesinato, quer explorado pelos *kulaks*, quer mantido em servidão pelos senhores feudais, tem intensa fome de terras, ansiando pela sua posse. Nesse país talvez seja possível gerar um razoável volume de excedente

<sup>25</sup> Cf. p. 154 et seqs. e p. 231 et seqs.



econômico *via* setor industrial da economia. Se, além disso, o país é relativamente pequeno, de modo que o auxílio recebido de fora possa influir materialmente no volume de sua acumulação de capital, poderá enfrentar os encargos de ensinar aos seus camponeses, pela observação e experiência, as vantagens de uma organização racional e moderna da produção agrícola. Tal foi, aparentemente, a ampla perspectiva de alguns dos países socialistas na Europa oriental e sul-oriental.

Tomemos, por outro lado, um país grande com um pequeno oásis industrial numa vasta área de agricultura de subsistência. Aqui, o excedente originado pela indústria é necessariamente pequeno, e a assistência externa representará, na melhor das hipóteses, uma gota de água no oceano das necessidades do desenvolvimento. Se, em tal país, o anseio de propriedade *individual* da terra, manifestado pelos camponeses, não for, por motivos econômicos ou culturais, premente, ou estiver mesmo ausente, sua economia agrícola pode ser colocada em novos trilhos, baseados nas cooperativas agrícolas, ou mesmo num sistema de “fábricas no campo”, operadas pelo Estado, em grande escala, de produção crescente. A nobreza, os camponeses ricos, os negociantes de aldeia e os usurários deslocados no processo podem integrar-se na nova economia agrícola ou encontrar emprego nos setores industriais e de distribuição, também em crescimento. E o excedente que lhes cabia pode ser aplicado ao desenvolvimento econômico. Tal parece ser o modelo da estratégia chinesa do desenvolvimento econômico.

Imaginemos, finalmente, uma república de bananas ou açúcar — se essa designação elogiosa se pode aplicar às ditaduras semicoloniais em questão — onde a grande parte da produção agrícola vem das plantações e onde a população agrícola é formada em grande parte não de camponeses, mas de trabalhadores agrícolas. Nesses países, a expropriação do camponês foi concluída de forma tão completa pelos donos (internos e externos) das plantações que até mesmo a imagem das propriedades agrárias individuais desapareceu da mentalidade do proletariado rural. Ali, a divisão em massa da terra não entra em cogitações, e a nacionalização das plantações coloca imediatamente à disposição da sociedade como um todo o excedente antes apropriado pelas empresas externas e internas. Isso não quer dizer que todo o excedente assim liberado pode ser transferido para o investimento. É possível que grande parte dele tenha de ser usado para elevar imediatamente as terríveis condições de vida da população trabalhadora. Complicações e atritos no processo de organização da economia, dificuldades de assegurar novas fontes de abastecimentos essenciais, bem como de encontrar novos mercados para as exportações normais do país — tudo isso em grande parte devido à sabotagem e obstrução de parte da antiga classe dominante, internamente, e de seus aliados e protetores, no exterior — podem reduzir temporariamente a produção global e, conseqüentemente, também o volume de excedente disponível. Nessa situação, a possibilidade de superar todas essas dificuldades depende dos vários fatores econômicos e políticos, internos e externos, de modo que é difícil fazer-se uma generalização aplicável aos casos individuais. O exemplo evidente do que quero dizer é a experiência dramática de Cuba, desde a sua grande Revolução.<sup>26</sup>

Assim, todo país subdesenvolvido apresenta um amplo espectro de configurações econômicas, sociais, culturais e políticas, e nada seria mais inútil do que procurar enquadrá-lo num molde rígido de “prescrição universal”. Mas a satisfação intelectual proporcionada pela descoberta de uma ampla generalização não nos deve desviar a atenção da realidade concreta e específica, tal como a fixação no detalhe

<sup>26</sup> Uma exposição geral da evolução em Cuba é feita por HUBERMAN, LEO e SWEEZY, Paul M. *Cuba, Anatomy of a Revolution*. Em minhas *Reflections on the Cuban Revolution* ampliei as observações acima.



não deve impedir a percepção que só se obtém pelo pensamento generalizador, isto é, teórico. E isso me leva àquilo que já mencionei antes como uma reafirmação de minhas opiniões sobre o problema básico que enfrentam os países subdesenvolvidos. São dois os pontos principais, que não devem ser obscurecidos pelas questões de importância secundária ou terciária.

O primeiro é que, se o objetivo é o desenvolvimento econômico rápido, o planejamento econômico geral é indispensável. A evolução gradual e de pequenas proporções, a evolução por assim dizer marginal, pode ocorrer pelo processo espontâneo do ensaio e erro. Um pequeno aumento percentual da produção poderá ser obtido habitualmente sem qualquer planificação mais ampla, elevando-se um pouco o seu preço e deixando que os ajustes necessários “se façam por si”. Mas para que o aumento do produto global do país atinja a magnitude de, digamos, 8 ou 10% ao ano, se, para realizá-lo, o modo de utilização dos recursos humanos e materiais da nação deve modificar-se radicalmente, abandonando-se certas linhas de atividade econômica menos produtivas e adotando-se outras mais compensadoras, então somente a planificação deliberada, a longo prazo, pode proporcionar a consecução desses objetivos. Quanto a isso, não há nenhuma grande discordância entre os que estudam a sério o assunto.<sup>27</sup> E o que talvez seja mais importante ainda, quanto a isso não há dúvidas no registro histórico. As estimativas mais conservadoras da taxa de crescimento nos países socialistas foram da ordem de 10% ao ano, enquanto nos países capitalistas — desenvolvidos ou não — ela raramente ultrapassou os 3%, exceto em circunstâncias extraordinárias de surtos decorrentes da guerra e da reconstrução de pós-guerra.

O segundo ponto de importância crucial é que nenhum planejamento digno desse nome é possível numa sociedade em que os meios de produção permanecem sob controle dos interesses privados, que os administram visando ao lucro máximo do proprietário (ou a segurança, ou qualquer outra vantagem particular). Faz parte da essência mesma do planejamento geral para o desenvolvimento econômico — o que o torna, na verdade, indispensável — o fato de que o padrão de distribuição e utilização de recursos que deve impor, se quiser atingir seus objetivos, é necessariamente diferente do padrão predominante sob o *status quo*. Como, porém, o padrão predominante da distribuição e utilização de recursos corresponde, pelo menos aproximadamente, aos interesses da classe dominante, é inevitável que qualquer planificação séria entre em agudo conflito com essa classe dominante, internamente, e com seus aliados, externamente. Esse conflito se pode resolver de três formas diferentes: a Junta de Planificação, se criada por um Governo capitalista, pode ser controlada — como o próprio Governo — pelos interesses dominantes, e suas atividades transformadas numa farsa, e sua existência usada para alimentar a ilusão, entre o povo, de que “algo de construtivo está sendo feito” sobre o desenvolvimento econômico. A segunda possibilidade é a de que a Junta de Planificação criada por um Governo reformista se mantenha mais ou menos impermeável às influências, pressões e suborno dos interesses poderosos, seja constituída de reformadores honestos que acreditem na independência e onipotência do Estado na sociedade capitalista, e se esforcem por introduzir modificações de grande alcance na economia nacional. Nesse caso, a Junta provavelmente encontrará a resistência tenaz e a sabotagem da parte da classe dominante, pouco poderá fazer e terminará num estado de frustração e impotência, tendo como subproduto o descrédito da própria idéia da planificação, aos olhos de uma grande camada da popu-

<sup>27</sup> Não é este o local para exame da literatura pertinente: basta mencionar os trabalhos de H. B. Chenery, E. S. Mason, T. Scitovsky e J. Tinbergen, que se ocupam principalmente de demonstrar a necessidade de coordenação e sincronização do investimento para o avanço rápido e efetivo dos países subdesenvolvidos ou, conforme o caso, dos desenvolvidos.



lação. A terceira alternativa é a de que a planificação se transforme no grito de guerra de um amplo movimento popular, seja defendida contra a oposição dos beneficiários do *ancien régime* e transformada no princípio orgânico básico da economia por uma revolução social vitoriosa, que derrube a antiga classe dominante com a propriedade privada dos meios de produção de que ela dependia.

É possível levantar-se a objeção de que tudo isso pode ocorrer, se a premissa básica for, realmente, a necessidade do desenvolvimento econômico rápido. Mas para que pressa? Por que essa “obsessão” com o desenvolvimento econômico, para usar uma expressão de um autor sobre a economia soviética? A simples indagação dessas questões reflete a distância intelectual dos observadores ocidentais das condições de vida nos países subdesenvolvidos e o estado de espírito dos povos que as têm de suportar. Nossa época já não aceita a miséria, a fome e a doença como destino inelutável, e nosso século levou a construção socialista da teoria para a prática. Os povos das regiões atrasadas sabem, agora, que o progresso econômico e social pode ser organizado, se houver vontade, determinação e coragem para declarar guerra ao subdesenvolvimento e se houver uma inquebrável resolução de travar a guerra, frente à mais impiedosa resistência dos exploradores internos e externos.

#### IV

Da experiência histórica de que dispomos torna-se evidente que a luta é prolongada, árdua e cruel. A vitória da revolução social, embora decisiva, é apenas um êxito “no primeiro round”. O estabelecimento do modo de produção capitalista e do domínio burguês, onde plenamente firmado, exigiu séculos de desenvolvimento cataclísmico. Não podemos esperar, mesmo nesta época de ritmo mais intenso, que a maior de todas as transformações sociais — a abolição da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, da exploração do homem pelo homem — se deva concluir dentro de umas poucas décadas. É compreensível que para muitos a subida parece, por vezes, proibitivamente íngreme, terrivelmente difícil. Como é impossível tentar aqui uma análise geral das dificuldades e problemas encontrados no processo de construção socialista, limito-me a algumas breves observações sobre algumas áreas em que as pedras no caminho foram particularmente grandes, no passado recente.

A primeira e mais importante delas é a arena internacional onde as revoluções sociais, não importa onde nem como se desenvolvam, encontram a hostilidade implacável da classe dominante dos Estados Unidos — a mais poderosa cidadela da reação no mundo de hoje. Nenhum regime é corrupto demais, nenhum Governo é demasiado negligente dos interesses vitais de seu povo, nenhuma ditadura demasiado retrógrada e cruel para que lhe seja negado o apoio econômico, militar e moral da principal potência do “mundo livre” — desde que mostre sua fidelidade à Santa Aliança anti-socialista. Ao mesmo tempo, nenhum Governo popular, por mais apoiado e mais heróico, nenhum Governo socialista, por mais democraticamente eleito, e por mais dedicado que seja ao progresso de seu povo, poderá estar sequer certo de uma não-intervenção da parte daqueles que nunca se cansam de profissões hipócritas de sua dedicação ao progresso social e ao progresso democrático. A agressividade indomável das potências imperialistas — grandes e pequenas — obstrui, de forma imensurável, o progresso econômico e social dos países que ingressaram no caminho da construção socialista.<sup>28</sup> Focalizando o assunto em ter-

<sup>28</sup> Os graves prejuízos causados ao magnífico esforço revolucionário do povo cubano pela estratégia “da fome” imposta pelo imperialismo americano é o exemplo mais contundente e mais lamentável disso.



mos puramente econômicos e considerando o ônus das despesas de defesa impostas aos países socialistas pela sempre presente ameaça de agressão imperialista, é evidente como são grandes os custos a que as sociedades socialistas nascentes são forçadas pelo seu inimigo de classe.<sup>29</sup>

A transferência maciça de recursos do investimento, construção residencial e produção de bens de consumo exigida pela manutenção da indispensável organização defensiva, reduz as taxas de desenvolvimento econômico dos países socialistas, impede um crescimento mais rápido dos padrões de vida de seus povos, e cria e recria atritos e engarrafamentos em suas economias. Esse pesado ônus terá de ser suportado pelos países socialistas enquanto existir a ameaça do imperialismo; seu peso não declinará enquanto as economias socialistas não se tiverem tornado tão fortes — a despeito dele — a ponto de reduzir o peso *relativo* dessas despesas.

A segunda área na qual as dificuldades dos países socialistas têm sido mais acentuadas é a da produção agrícola. Ali, as fontes de problemas são muitas. O processo de industrialização, acompanhado necessariamente por uma transferência da população das áreas rurais para as urbanas, e a manutenção de uma organização militar que come mas não produz, elevaram de modo significativo a procura global de alimentos e outros produtos da agricultura. Esse aumento da procura não foi acompanhado de uma ampliação suficiente da oferta. Isso se deve primordialmente ao fato de que, enquanto nos países com considerável subemprego nas aldeias a produtividade *por homem empregado* podia ser elevada com *relativa* rapidez, o aumento da produtividade *por hectare* revelou-se um processo extremamente lento. Assim, o que poderíamos chamar de revolução mecânica na agricultura, provocada pela introdução da eletricidade, tratores, implementos etc., realizou seu objetivo libertando milhões de camponeses para atividades não-agrícolas. Não levou a um aumento espetacular da produção agrícola por hectare de terra, que era esperado por muitos teóricos da Economia — marxistas e não-marxistas. O aumento da produtividade por hectare depende, aparentemente, muito mais do que se suponha, de uma revolução *química* na agricultura: da aplicação dos adubos sintéticos e outros fertilizantes, da seleção de sementes, da adoção de métodos mais perfeitos para a criação do gado e assim por diante. Trata-se, inevitavelmente, de um processo lento: 2 a 3% de aumento da produção por hectare, por ano, são considerados pelos agrônomos como respeitáveis. A obtenção dessa taxa de crescimento depende da disponibilidade dos elementos necessários (adubos, sementes selecionadas, animais de reprodução etc.), mas também da habilidade, diligência e paciência dos agricultores.<sup>30</sup>

Isso, por sua vez, nos leva a outro problema surgido na União Soviética, bem como em outros países socialistas em processo de industrialização. Provocou-o o fato de que a industrialização de um país agrícola, particularmente em suas fases iniciais, exige, naturalmente, a "glamourização" do trabalho industrial, a necessidade de torná-lo atrativo e prestigioso. Novas e grandes instalações industriais, a criação de centrais elétricas que revolucionam a vida de regiões inteiras, realizações

<sup>29</sup> Os que estão tão influenciados pela propaganda mendaz do imperialismo, a ponto de acreditar que a enorme acumulação de armas dos Estados Unidos é motivada pelo receio da agressão pelos países socialistas, devem ler o trabalho monumental do Prof. FLEMING, D. F. *The Cold War and Its Origins*. 2 v., Nova York, 1961; bem como o esclarecedor livro de J. P. Morray sobre a evolução recente das negociações de desarmamento, *From Yalta to Disarmament: Cold War Debate*. Nova York, 1961. Impossível acreditar que alguém, disposto a ver a verdade, não se impressione pelas provas esmagadoras reunidas nesses estudos extraordinários.

<sup>30</sup> A situação é um pouco diferente nas regiões do mundo onde o subemprego da mão-de-obra na agricultura é compensado pela subutilização da terra aproveitável — como no caso de Cuba. Nessas circunstâncias, o produto agrícola global pode, pelo menos nas bases iniciais, ser elevado rapidamente, com a utilização de terras antes inaproveitadas, embora mesmo nesse caso ocorram dificuldades mais sérias, provocadas pela falta de implementos agrícolas, fertilizantes e gado.



tecnológicas emocionantes tornam-se o centro da atenção nacional (e internacional), objeto de intenso e justificado orgulho, e recebem uma preponderante parcela da publicidade, do esforço político e organizacional do Governo e do talento administrativo e científico, sempre escasso. Em comparação, a monotonia do trabalho agrícola diário passa ao segundo e apagado plano da existência social. Um jovem ambicioso, de capacidade e energia não se dispõe mais a continuar “pregado à lama” das regiões agrícolas, confinado à “idiotice da vida rural” e limitado, em seu desenvolvimento, ao que é possível fazer, até mesmo na mais progressiva das comunidades agrícolas. A atração da cidade, de suas oportunidades de progresso social e material, de educação, participação nas atividades culturais ou de simples diversão, bem como o desejo de tornar-se membro da classe trabalhadora industrial — a camada mais respeitada da sociedade — exercem uma influência irresistível sobre a geração mais jovem. O resultado é o de que a agricultura passa a ser cada vez mais abandonada pelos seus melhores trabalhadores potenciais, ficando entregue aos velhos ou aos que não têm imaginação, iniciativa e desejo de se lançarem ao “mundo grande e amplo”.<sup>31</sup>

Isso, por sua vez, contribui seriamente para o persistente atraso no crescimento da produtividade na agricultura. Não é fácil compensar a fraqueza relativa da força de trabalho agrícola com o emprego de recursos técnicos. O trabalho na indústria dá origem à disciplina e aos padrões de atuação mediante um impulso específico próprio. A natureza coletiva da atividade industrial, sua estruturação e movimentação pelas correias transportadoras e dispositivos semelhantes, a interdependência e a indispensabilidade das operações específicas — tudo isso impõe ao trabalhador industrial certo ritmo de trabalho que determina o impulso a todo o progresso, e em grande parte é responsável pelos seus resultados. A situação na agricultura é bastante diversa, apesar da modernização dos métodos agrícolas já conseguida. À parte certas funções coletivas, o trabalhador individual é, em grande parte, um isolado. Seja arando um campo, seja cuidando de um animal, é a sua iniciativa, consciência e critério que influem no grau de êxito obtido. E, quando um espírito acentadamente conservador, a irresponsabilidade e a aversão ao trabalho árduo caracterizam os que trabalham na agricultura, a produção agrícola global provavelmente será afetada seriamente.

Nas condições capitalistas, a tendência que tem a nata da força de trabalho agrícola para migrar para as cidades foi habitualmente contida pela lentidão do processo de acumulação de capital e pela escassez mais ou menos crônica de trabalho urbano, disso resultante. Dessa forma, a agricultura permanecia com excesso de mão-de-obra, com uma competição acendrada, e a produtividade e a renda real por homem aumentavam muito mais lentamente do que a produtividade por hectare. Na sociedade socialista, o problema adquiriu perspectiva diferente. A organização da agricultura em larga escala, em trabalho coletivo, eliminando as pequenas propriedades inoperáveis, cria as condições indispensáveis para o crescimento a longo prazo da produção agrícola, transforma o camponês num trabalhador industrial dedicado à agricultura. Dessa forma, isola-o do impacto ruinoso do mercado capitalista, imuniza-o contra as vicissitudes da luta competitiva, *sem, ao mesmo tempo, colocá-lo na estrutura da integração, coordenação e disciplina, características da empresa industrial moderna em grande escala.* E o que é ainda mais paradoxal e economicamente sério: colocando-o na situação de membro trabalhador de uma sociedade socialista, concede-lhe automaticamente o direito a uma parcela do

<sup>31</sup> Depois da Segunda Guerra Mundial, a situação na União Soviética, particularmente, agravou-se pelas baixas sofridas pela população masculina agrícola, mais atingida do que o proletariado industrial, freqüentemente isento do serviço militar.



produto social global, da renda real, aproximadamente igual à parcela dos outros trabalhadores, mais produtivos.

Isso representa, com efeito, uma inversão da relação anterior: a agricultura passa a ser subvencionada pela indústria. Isso é exatamente o que deveria ocorrer, exceto pelo fato de que os subsídios não levam a uma expansão adequada da produção agrícola. Com o tempo, esse problema poderá ser resolvido. Quando uma fase consideravelmente superior do desenvolvimento econômico for atingida, as condições de vida e trabalho na cidade e no campo serão mais ou menos idênticas e será possível controlar o movimento de trabalhadores habilitados, educados e socialmente conscientes e responsáveis, não só do campo para a cidade, mas também da cidade para o campo; esses movimentos serão uma forma geral de promover a variedade, o estímulo e a satisfação proporcionada pelo trabalho produtivo na indústria ou na agricultura. Antes de se atingir essa situação, porém, há muito que fazer. Até lá, os diferentes países socialistas aplicam paliativos diversos. Nalguns deles, a coletivização da agricultura foi paralisada (ou mesmo neutralizada) com um intercâmbio regulamentado entre a cidade e o campo ao invés de uma socialização imediata da agricultura. Num outro país socialista, a China, a solução foi buscada numa direção oposta, mediante a transformação mais rápida da economia camponesa num sistema de empreendimentos agrícolas operados socialmente, disciplinados e de grande escala. Na União Soviética seguiu-se um curso intermediário: o trabalho agrícola está sendo "reglamourizado", o investimento na agricultura está sendo elevado ao máximo possível, e os incentivos às fazendas coletivas intensificados, com um favorecimento dos preços relativos em benefício da agricultura.

Isso representa, muitas vezes, um ônus adicional para a economia industrial, um corte nos salários reais dos trabalhadores industriais, uma redução do volume de excedente investível fora da agricultura, diminuindo por isso a taxa geral do desenvolvimento econômico. Mesmo assim, as dificuldades agrícolas, que não são insuperáveis, mas prejudicam e retardam o desenvolvimento das sociedades socialistas, representam apenas uma fração do preço tremendo que as sociedades socialistas têm de pagar por terem surgido, inicialmente, em países subdesenvolvidos.

É sobre o pano de fundo dessa limitação econômica — a incapacidade da produção agrícola em acompanhar os crescentes padrões de vida do povo, e a escassez da produção industrial frente às novas demandas, internas e externas, dos países socialistas individualmente — bem como da intensificação da luta de classe na arena internacional que devemos considerar os distúrbios políticos no campo socialista. Há, em primeiro lugar, a questão extremamente importante da conservação do apoio popular pelo Governo socialista durante o esforço mais acentuado para iniciar "o desenvolvimento rápido". O que se denominou de "revolução das esperanças crescentes" e que está varrendo os países subdesenvolvidos do mundo enfrenta não apenas os regimes reacionários e corruptos, que procuram contê-la por todos os meios possíveis, mas também Governos revolucionários dedicados ao desenvolvimento econômico e ao socialismo. Como um plano racional de progresso econômico exige não a política imediata do aumento rápido do consumo popular, mas uma estratégia bem planejada para assegurar as maiores taxas de crescimento possível dentro de um determinado horizonte, de 10 a 20 anos, é extremamente possível que durante a primeira fase desse esforço o consumo em massa só muito lentamente se eleve, se isso ocorrer. Somente depois que as bases de uma economia progressista tiverem sido lançadas, superada a fase inicial, pode o sistema começar a dar frutos na forma de uma expansão da oferta de bens de consumo, de domicílios e outras coisas semelhantes.

Mas as massas que acabam de passar por uma revolução, que lutaram e sofre-



ram em combates amargos contra seus inimigos de classe e seus exploradores, internos e externos, buscam, e sentem-se no direito a, uma melhoria imediata na vida diária, na cidade e no campo. O novo Governo socialista não pode fazer brotar essas melhorias do chão. Empenhado ainda na “revolução permanente”, tem de pedir “sangue, suor e trabalho” sem poder oferecer recompensas correspondentes *hic et nunc*. Somente os grupos da sociedade dotados de maior percepção e consciência de classe reconhecem e compreendem os importantes problemas em causa. Grandes camadas da população, não habituada a pensar em termos de necessidades econômicas e de perspectivas a longo prazo, facilmente se sentirão decepcionadas, presas da propaganda inimiga que procura capitalizar suas superstições e ignorância tradicional, e podem perder a fé na revolução. Não compreendem que o sofrimento no regime antigo beneficiava apenas seus senhores domésticos e seus exploradores imperialistas, que a miséria suportada no passado era sem esperança e perspectivas — ao passo que as privações que acompanham a revolução são as dores do parto de uma sociedade nova e melhor. Ignorando essa diferença fundamental, tornam-se freqüentemente apáticas e até mesmo hostis à própria revolução. Essa inevitabilidade dá origem a um conflito mais ou menos agudo entre o socialismo e a democracia, entre as *necessidades* a longo prazo e os *desejos* imediatos do povo. Nessas circunstâncias, a responsabilidade principal do Governo socialista para com os interesses preponderantes da sociedade como um todo, seu dever indiscutível de defender esses interesses contra os inimigos internos e externos, contra oportunistas e traidores no seu próprio círculo, cria a necessidade de repressão política, de redução das liberdades civis, de limitação da liberdade individual. Essa necessidade só pode diminuir e desaparecer completamente quando as dificuldades objetivas forem dominadas, quando os mais candentes problemas econômicos estiverem solucionados e quando o Governo socialista tiver alcançado certa estabilidade e equilíbrio.<sup>32</sup>

A segunda categoria dos problemas surgidos no campo socialista é provocada pela mesma causa básica, ou seja, a pobreza: as relações entre os países socialistas. Tais relações não têm sido evidentemente tão harmoniosas quanto as teriam desejado os socialistas. Embora constituam uma preocupação legítima, elas devem ser objeto de uma análise desapaixonada e colocadas sob a sua perspectiva histórica adequada. Embora não disponhamos de informações que se possam considerar adequadas, pelo que nos foi dado conhecer parece-nos que as causas das tensões existentes se relacionam com várias questões intimamente ligadas entre si.

Uma delas é a distribuição de recursos econômicos dentro do campo socialista, sendo provocada essencialmente pelas enormes diferenças no grau de desenvolvimento econômico atingido pelos países socialistas, individualmente. Em termos mais simples, a questão é: qual o auxílio que os membros economicamente mais avançados do campo socialista — principalmente a União Soviética, mas também a Tcheco-Eslováquia, a República Democrática Alemã, a Polônia — devem proporcionar aos outros países socialistas menos (e muito menos) desenvolvidos? Evidentemente, tal problema não existiria se todas as sociedades socialistas fossem igualmente ricas, ou igualmente pobres. Também é claro que, no momento, mesmo uma *igualação* da renda *per capita* entre os ricos e pobres do campo socialista é totalmente impossível. O padrão de vida de, digamos, 250 milhões de pessoas que vivem nos países mais afortunados do mundo socialista seria drasticamente reduzido, e mesmo que tal medida acelerasse substancialmente o desenvolvimento dos países mais pobres, habitados por mais de 700 milhões de pessoas, isso seria políti-

<sup>32</sup> A experiência soviética, na última década, é uma ilustração excelente dessa evolução.



ca e socialmente impraticável, seria, na realidade, um suicídio para o socialismo nos países mais abastados.

O problema não existiu enquanto a União Soviética e outros países europeus socialistas se ocupavam da reconstrução da catástrofe provocada pela guerra, e não podia proporcionar uma assistência senão simbólica àqueles que, no campo socialista, se encontravam em situação pior. Tornou-se premente em meados da década de 1950, época em que a União Soviética realizou progressos mais acentuados na sua reconstrução econômica e iniciou — depois da morte de Stálin — um processo de liberalização política e econômica de grande alcance. No setor econômico isso representou uma passagem da anterior política de austeridade e limitação do consumo, com o objetivo de atingir os mais altos índices de investimento e crescimento, para um acentuado aumento na oferta de habitações, bens de consumo manufaturados e alimentos para o povo soviético, que sofrera graves privações durante o período anterior à guerra, período de industrialização, e fora forçado a sacrifícios ainda maiores durante os anos de conflito mundial. Na área da política representou uma modificação drástica na atmosfera geral predominante na sociedade soviética, a eliminação das repressões políticas, um rompimento com o dogmatismo rígido que afetava todos os aspectos da vida soviética à época de Stálin. No que tange às relações internacionais, a nova atitude representava um esforço de acomodação com os Estados Unidos, com o objetivo de preservar a paz, reduzir o ônus da corrida armamentista e de obter uma diminuição da tensão internacional, necessária para a consolidação e progresso das sociedades socialistas na União Soviética e nos países que ingressaram na estrada do socialismo depois da Segunda Guerra Mundial. Realmente, o progresso e crescente bem-estar dessas sociedades socialistas foram uma das mais importantes alavancas para a maior expansão do socialismo no mundo. Numa atitude aparentemente de repúdio, ou pelo menos numa importante modificação da teoria convencional do imperialismo, a nova liderança soviética declarou não ser impossível tal acomodação, tendo em vista a transformação radical da balança de forças do mundo, pelo crescente poderio do bloco socialista e pela desintegração progressiva do controle imperialista dos países coloniais e dependentes. De fato, esse último processo se acelerou pelo auxílio econômico e político prestado às novas nações.

Vários aspectos dessa nova atitude foram vistos com ceticismo na China e em outros países socialistas que ainda lutam desesperadamente com as dificuldades iniciais, mais prementes, na estrada do progresso econômico. O desacordo se manifestava quanto à oportunidade e à prudência do programa de liberalização na União Soviética, à luz das necessidades de todo o campo socialista, quanto ao desejo de paz das potências imperialistas, e quanto ao critério do que constitui a melhor estratégia na luta contra o imperialismo e pela paz e o socialismo.<sup>33</sup>

Embora se tivesse acentuado nos últimos anos, foi somente no 22.º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, no outono de 1961, que a controvérsia adquiriu características de um conflito público de maiores proporções. Embora conservando suas raízes originais, a disputa exacerbou-se devido a alguns fatos. Nos últimos anos, por motivos cuja análise nos afastaria muito de nosso tema, o de-

<sup>33</sup> Na Albânia e possivelmente noutros lugares, afirmou-se também que a concessão de empréstimos e créditos aos países subdesenvolvidos não-socialistas reflete apenas uma ilusão de que os Governos não-socialistas desses países pudessem ser conquistados para a causa da paz e do socialismo. Num momento decisivo, quaisquer que forem os benefícios que possam obter da União Soviética e de outros países socialistas, tais Governos trairiam seus benfeitores, passando-se ao campo imperialista. Portanto — segue o argumento — todos os recursos distribuídos a esses amigos incertos são desperdiçados e teriam emprego mais útil na ajuda aos países socialistas. Isso é expresso num artigo de F. Konstantinov, diretor do órgão teórico oficial do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, *Kommunist*: "A Atividade Divisiva e Antimarxista dos Líderes Albaneses". Novembro de 1961. p. 48.



envolvimento econômico da China sofreu um recuo sério,<sup>34</sup> e com isso aumentou muito sua necessidade de assistência econômica em grande escala, pela União Soviética. A política soviética, ao mesmo tempo, continua sendo a de uma maior liberalização. Isso foi proclamado solenemente no programa de construção socialista na União Soviética, adotado pelo Congresso, que prevê aumentos espetaculares não somente no produto nacional da URSS, nos próximos vinte anos, mas também uma redução significativa das horas de trabalho do operariado soviético e uma grande melhoria no padrão geral de vida do povo soviético. A indagação que surge naturalmente é a de se há necessidade de estabelecer metas de bem-estar soviéticas tão altas quanto as fixadas pelo novo programa, se a política adotada em relação às taxas de crescimento da totalidade da economia, combinada com objetivos menos ambiciosos em termos de *consumo*, não proporcionaria recursos para um programa de assistência em grande escala a outros países socialistas. Em outras palavras, não estará a liderança do Partido na União Soviética adotando uma interpretação muito estreita, “nacionalista”, das necessidades e exigências da *totalidade* do campo socialista, e concentrando-se excessivamente na melhoria rápida da situação econômica do povo soviético? E um progresso mais rápido da economia chinesa, norte-coreana, norte-vietnamita e de outras economias socialistas subdesenvolvidas não teria um impacto maior no mundo em geral, e nos povos dos países subdesenvolvidos não-socialistas em particular, do que o fato de a União Soviética “atingir e ultrapassar os padrões de vida americanos” em vinte anos, como pretende o novo programa, ao invés de fazê-lo, digamos, em trinta anos, se uma parcela maior de seu produto nacional fosse destinada ao progresso das outras sociedades socialistas?

Tais indagações se traduzem em termos políticos. Como já dissemos, o abandono, pela União Soviética, da política de austeridade e redução do consumo, em favor do crescimento rápido, acompanhou de perto o ritmo acelerado de “desestalinização”, com a redução e abolição progressiva do sistema de repressão política, resultante em grande parte do regime anterior de apertar os cintos e poupar ao máximo. Desnecessário dizer que nada seria melhor recebido por um socialista do que a evolução da União Soviética para a democracia socialista com os mais altos níveis possíveis de bem-estar, desfrutando um grau ainda maior de liberdade individual. Nem os chineses, que estiveram isentos dos excessos de Stálin, nem quaisquer outros socialistas que conheço têm objeções a essa eliminação e supressão drástica de todas as aberrações e crimes cometidos por Stálin e seus sequazes. O que está em causa, aqui, não é portanto a “desestalinização” em si, mas o abandono da política de “marchas forçadas”, tão ligada ao nome de Stálin. Nem a China nem vários outros países socialistas estão *preparados economicamente* para isso; e não estando, não podem permitir a liberalização, o afrouxamento das pressões sobre o consumo e tudo o que acompanha tais medidas. Isso é possível na União Soviética no momento, e não só é possível como constitui um dos passos principais para o progresso econômico, político e cultural da sociedade soviética. Ao explicar aos seus respectivos povos sua política de industrialização rápida, de coletivização da agricultura e inevitável limitação do consumo, os Governos socialistas da China e alguns outros países socialistas usaram amplamente o exemplo soviético e a autoridade de Stálin, universalmente considerado o principal arquiteto dos êxitos soviéticos. A derrubada dramática da imagem de Stálin numa época em que as políticas por ele simbolizadas não podem ainda ser abandonadas constitui sem dúvida um

<sup>34</sup> A situação na Albânia parece ser pior ainda, embora ali, segundo certas informações, a causa principal seja a administração muito ineficiente dos altos escalões do partido.



choque político sério para os Governos socialistas que ainda enfrentam os obstáculos que a União Soviética já superou.

Igualmente, em suas relações internacionais, a China e outros países socialistas da Ásia se encontram numa posição diferente da posição da União Soviética e dos países socialistas da Europa. Partes importantes de seus territórios estão ainda controladas pelo inimigo, existe contra eles discriminação política, ameaça militar e bloqueio econômico pelas potências imperialistas. Por isso, os países socialistas da Ásia inclinam-se muito menos a aceitar uma *détente* que tem como base o *status quo* predominante nos países socialistas da Europa. Ali, a solução do problema da Alemanha é evidentemente a única questão importante no caminho de uma acomodação pelo menos temporária, ao passo que na Ásia as questões são muitas e complexas, e sua solução parece muito menos provável do que uma concessão aceitável em relação à Alemanha. Essa diferença de situação objetiva contribui para a cristalização, na União Soviética e na China, de interpretações diferentes da situação internacional.

Mesmo assim, correndo os riscos inerentes a toda profecia, arrisco a opinião de que, apesar de todo o calor do atual debate e das setas que são lançadas de ambos os lados, o conflito não representa um dano irreparável à causa do socialismo. Com o tempo, a identidade fundamental das relações de produção dos países socialistas será um fator muito mais poderoso do que as divergências temporárias entre suas lideranças quanto à estratégia e à tática imediatas. Tal como o modo de produção socialista sobreviveu a todos os males de Stálin, assim as revoluções socialistas na China e outros países representam fatos históricos irreversíveis, que não podem ser alterados, e muito menos anulados, pelos atritos e desacordos que temporariamente abalam suas superestruturas políticas. A concessão é possível e será provavelmente atingida. E mesmo que os Governos socialistas dos países em questão deixem de chegar a um *modus vivendi* mutuamente aceitável, a situação resultante não terá necessariamente de impedir o progresso contínuo dos países individuais pela estrada do socialismo, nem impedir sua coesão e solidariedade através dos tempos.

Concluindo: a realidade dominante de nossa época é a de que a instituição da propriedade privada dos meios de produção — outrora poderoso motor do progresso — está hoje em contradição irreconciliável com o desenvolvimento econômico e social do povo nos países subdesenvolvidos, e com o crescimento, evolução e libertação do povo nos países adiantados. O aspecto mais importante, decisivo talvez, desse conflito é de que a sua existência e natureza não tenham sido ainda reconhecidas em toda parte, nem compreendidas plenamente pela maioria dos povos. Isso reflete a força do domínio que sobre a mente dos homens exerce uma série de crenças, superstições e fetiches, oriundos da própria instituição da propriedade privada dos meios de produção, que hoje é preciso derrubar. O argumento atualmente mais destacado no pensamento burguês é o de que o “ajustamento” do povo a uma ordem social perniciosa e sua incapacidade e falta de vontade de erguer-se contra ela *provam* que tal ordem atende adequadamente às necessidades humanas. Tal argumento demonstra apenas que o pensamento burguês se sente culpado de traição a todas as suas melhores tradições de humanismo e razão. Bem podemos indagar qual teria sido a reação dos grandes filósofos do Iluminismo, se ouvissem dizer que a existência de Deus é *provada* pelo fato de que muitas pessoas acreditam nele. Ao colocar a ignorância e as preferências manifestadas no lugar da verdade e da razão, exultar com todas as manifestações de irracionalidade e atraso, seja em países adiantados ou subdesenvolvidos, como prova da impossibilidade de uma ordem social mais racional, o pensamento burguês de nossos dias negou-se e voltou às condições que, em sua juventude, combateu: agnosticismo e



obscurantismo. Troca, assim, as grandes metas da atividade intelectual — a procura da verdade e o esclarecimento desta, a orientação e o apoio ao homem na sua luta por uma sociedade melhor — pelas funções desprezíveis de racionalizar o irracional, inventando argumentos em defesa da insanidade, servindo como fonte de uma ideologia interessada e reconhecendo como *necessidade* humana autêntica os simples interesses daqueles cuja única preocupação é preservar o *status quo*.

P. A. B.

Palo Alto, Califórnia,  
março de 1962







## CAPÍTULO I

### *Uma Visão Geral*

#### *I*

Indagar por que o desenvolvimento econômico e social passou a figurar, recentemente, na vanguarda da discussão econômica — especialmente nos Estados Unidos — pode parecer uma questão obscura e maçante e, na história do conhecimento, apenas de leve relacionada com o próprio tema em debate. Este não é, porém, o caso. A história do pensamento revela, também aqui, os desígnios da História. Um exame das circunstâncias que suscitam a presente onda de interesse pela análise da transformação econômica e social pode lançar valiosa luz não apenas sobre a natureza e o significado do debate em curso, mas também sobre a própria substância do problema.

Lembramos que um grande interesse pelo problema do desenvolvimento econômico não constitui, de forma alguma, novidade sem precedente no campo da Economia Política. Desenvolvimento econômico foi o tema central da Economia clássica, como nos indicam o título e o conteúdo da obra pioneira de Adam Smith. Numerosas gerações de economistas, a despeito dos títulos que deram a suas obras, preocuparam-se, também, em analisar as forças determinantes do progresso econômico. Suas preocupações com as condições necessárias ao desenvolvimento econômico nasceram das acuradas observações e estudos que fizeram da sociedade em que viviam, sendo levados por eles, à firme convicção de que as relações econômicas, políticas e sociais vigentes na época impediam e retardavam, enormemente, o desenvolvimento dos recursos produtivos. Ao se referirem às falácias da teoria mercantilista do comércio exterior ou à rigidez do sistema de corporações, ao discutirem as funções do Estado na vida econômica ou o papel desempenhado pela classe dos grandes proprietários agrícolas, os economistas clássicos não tinham dúvida em mostrar que o progresso econômico dependia da remoção das instituições políticas, sociais e econômicas obsoletas, da criação de condições de livre concorrência sob as quais a iniciativa privada teria as mais amplas oportunidades para se desenvolver sem obstáculos.

Os economistas clássicos, deve-se notar, não se limitaram a criticar a sociedade então existente sem fazer uma tentativa de análise *positiva* dos princípios motores da nascente ordem capitalista. Bem ao contrário: foi precisamente o esforço positivo desses economistas que nos proporcionou muito do que hoje conhecemos



sobre o funcionamento do sistema capitalista. O que importa no presente contexto, entretanto, é que o principal incentivo ao prodigioso esforço científico e publicista que fizeram foi proporcionado pela forte necessidade que sentiam de convencer o público da urgência da libertação das cadeias feudais e semif feudais. Nesse sentido, se em nenhum outro, é perfeitamente lícito relacionar a escola clássica da Economia ao surgimento e desenvolvimento do capitalismo e ao triunfo da burguesia moderna. No dizer do Prof. Lionel Robbins:

“A doutrina do *laissez-faire* não era apenas uma recomendação isolada contra a intervenção; era um apelo urgente em prol da remoção de tudo aquilo que se pensava constituir obstáculos ou empecilhos anti-sociais, em favor da libertação do imenso potencial da livre iniciativa pioneira. Foi naturalmente com esse espírito que, na prática, seus proponentes se empenharam contra as principais formas desses empecilhos: contra os privilégios das companhias e corporações, contra a lei do aprendizado, contra os obstáculos à movimentação, contra as restrições à importação. O sentido de cruzada que emergiu do movimento livre-cambista revela bem a atmosfera dentro da qual se desenvolveu o movimento em prol da libertação das energias e iniciativas espontâneas, do qual, sem dúvida, os economistas clássicos constituíam a vanguarda intelectual”.<sup>1</sup>

Assim que o capitalismo se estabeleceu completamente e a ordem econômica e social burguesa se firmou, essa ordem foi, “conscientemente ou inconscientemente”, aceita como a “estação terminal” da História e praticamente cessou toda a discussão sobre o fenômeno da mudança econômica e social. Como a senhora de Boston que, interrogada se havia viajado muito, observou que não tinha necessidade disso, pois fora bastante feliz em já ter nascido em Boston — os economistas neoclássicos, ao contrário de seus predecessores clássicos, preocuparam-se muito menos com problemas de viagens e muito mais com a questão de como usar melhor e mobilizar melhor a casa em que haviam nascido. É verdade que, para alguns deles, a casa não parecia perfeita. Todos, porém, achavam-na suficientemente espaçosa para permitir algumas melhorias. Tais melhorias, entretanto — desejáveis como lhes pudessem parecer —, deveriam ser realizadas lentamente, cuidadosamente e de maneira circunspecta, pois, do contrário, poderiam causar dano aos alicerces e às pilastras do edifício. Ajustamentos meramente marginais pareciam praticáveis e aconselháveis — nada drástico, nada radical poderia esperar merecer a aprovação da Ciência Econômica.<sup>2</sup> O mote *natura non facit saltum* sugere, claramente, que não se pretendia mudanças, mas ele não é, com certeza, o mote do desenvolvimento econômico.

<sup>1</sup> ROBBINS, Lionel. *The Theory of Economic Policy in English Classical Political Economy*. Londres, 1952. p. 19. É estranho, por conseguinte, ler à página seguinte do livro do Prof. Robbins: “(...) Acho difícil compreender como alguém que tenha dedicado atenção aos verdadeiros trabalhos desses homens (...) possa duvidar de sua integridade e sua evidente devoção ao bem comum. (...) Tomou-se moda rejeitá-los sumariamente, bem como as suas idéias, não por seus argumentos ou hipóteses, mas por supostos interesses de classe. De acordo com esse ponto de vista, os economistas clássicos eram os porta-vozes do mundo dos negócios e, consciente ou inconscientemente, os apologistas da classe dominante” (grifos nossos). “Conscientemente ou Inconscientemente” é precisamente o ponto fundamental. Nenhum autor sério que eu conheça afirmou que os economistas clássicos — os mais importantes, pelo menos — foram conscientemente escribas servis da burguesia dominante ou nascente. Se assim fosse, dificilmente valeriam o papel em que se imprimiam suas obras, para não mencionar o que é constantemente gasto nas reedições de seus trabalhos. O cerne do problema é que eles foram — inconscientemente, com mais probabilidade — os porta-vozes da burguesia nascente, cujos interesses objetivamente serviram. O próprio Prof. Robbins viu claramente a distinção entre a consciência subjetiva de interesses e seu conteúdo objetivo em seu livro *The Economic Basis of Class Conflict* (Londres, 1930), p. 4. Para a avaliação do papel de um grupo ou de um indivíduo no processo histórico, pode ser dito, em geral, que as motivações subjetivas (conscientes ou inconscientes) são muito menos importantes que as atitudes objetivas. Em caso de dúvida, em tais assuntos, é sempre útil perguntar: *cui bono?* A resposta pode não ser conclusiva; não é nunca, porém, irrelevante.

<sup>2</sup> Não é por acaso que a teoria da utilidade marginal — que apresenta, como um de seus traços distintos mais importantes, o caráter estático — tornou-se o núcleo da Economia neoclássica.



Sim, pois desenvolvimento econômico implica precisamente o oposto daquilo que Marshall colocou na primeira página de seus *Princípios*. Implica o fato simples, mas crucial — ao qual muita vez, se não sempre, não se dá a devida atenção —, que, historicamente, o desenvolvimento econômico sempre significou uma profunda transformação da estrutura econômica, social e política, da organização dominante da produção, da distribuição e do consumo. O desenvolvimento econômico sempre foi impulsionado por classes e grupos interessados em uma nova ordem econômica e social, sempre encontrou a oposição e a obstrução dos interessados na preservação do *status quo*, dos que usufruem benefícios e hábitos de pensamento do complexo social existente, das instituições e costumes predominantes. O desenvolvimento econômico sempre foi marcado por choques mais ou menos violentos; efetuou-se por ondas, sofreu retrocessos e ganhou terreno novo — nunca foi um processo suave e harmônico se desdobrando, placidamente, ao longo do tempo e do espaço.

A Economia burguesa, entretanto, muito cedo perdeu de vista essa generalização histórica — provavelmente uma das melhores que possuímos. De fato, tendo principiado como a advogada do capitalismo, tendo-se tornado uma de suas racionalizações mais sofisticadas e talvez mais influentes, a Economia tinha que compartilhar o destino de todos os demais ramos do pensamento burguês. Enquanto a razão e as lições da História se encontravam francamente do lado da burguesia em sua luta contra as ideologias e instituições obscurantistas do feudalismo, tanto a razão como a História foram freqüentemente invocadas como os árbitros supremos da momentosa luta. Não existem testemunhas maiores desta grande aliança da burguesia nascente com a razão e o pensamento histórico do que os enciclopedistas franceses do século XVIII, do que os mestres do realismo da nascente literatura burguesa.

Quando, porém, a razão e o estudo da História principiaram a revelar a irracionalidade, as limitações e a natureza transitória da ordem capitalista, a ideologia burguesa como um todo — e, com ela, a Economia burguesa — começou a pôr de lado tanto a razão quanto a História. Esse abandono tomou não apenas a forma de um racionalismo orientado para a sua própria autodestruição, de uma transformação no agnosticismo do positivismo moderno, mas se revelou, também, abertamente sob a forma de uma filosofia existencialista que, desdenhosamente, rejeitava toda pesquisa e manifestava sua desconfiança numa compreensão racional da História. Em consequência, o pensamento burguês (e a Economia, como parte dele) se transformou, cada vez mais, em um conjunto de atrativas e variadas premissas ideológicas, necessário ao funcionamento e à preservação da ordem social existente.

A Ciência Econômica, em seus primórdios, constituiu um esforço intelectual revolucionário, orientado no sentido de pesquisar e estabelecer os princípios motores do sistema econômico mais capaz de melhorar a situação da humanidade. Mais recentemente, porém, ela se voltou contra o seu passado, transformando-se em mera tentativa de explicar e justificar o *status quo* — condenando e suprimindo, ao mesmo tempo, todo esforço de julgamento da ordem econômica existente pelos padrões da razão, ou de compreensão das origens das condições vigentes e das potencialidades desenvolvimentistas que elas encerram. Como notou Marx:

“Os economistas nos explicam o processo de produção sob dadas condições: o que eles não explicam, porém, é como se produziram essas condições, isto é, os movimentos históricos que lhes dão origem”.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> MARX. *The Poverty of Philosophy*. Stuttgart-Berlin, 1921. p. 86.



A preocupação com a análise da mudança econômica e social foi, então, deixada à escola “herética” da Economia e da Ciência Social. Marx e Engels aceitaram, no fundamental, as repetidas afirmações dos economistas clássicos sobre a magna contribuição do capitalismo para o desenvolvimento econômico. Perceberam eles os limites e os obstáculos que o sistema capitalista impõe ao progresso da sociedade. Disso foram capazes porque não estavam ligados à classe capitalista dominante e não eram compelidos, “consciente ou inconscientemente”, a encarar o capitalismo como a forma “natural” da sociedade e como a satisfação última das aspirações humanas. O método de abordar o problema por eles adotado diferia radicalmente do consagrado pela Economia burguesa. Enquanto esta última estava (e está) interessada no desenvolvimento econômico somente na medida em que conduz ao estabelecimento e à estabilidade da ordem capitalista, Marx e Engels consideraram a ordem capitalista capaz de sobreviver apenas até o momento em que não se tornasse um obstáculo ao posterior progresso econômico e social. Superando as limitações do pensamento burguês, foram eles capazes de ver a era do capitalismo como criadora dos pré-requisitos para o desenvolvimento da humanidade, desenvolvimento este que se estende bastante além dos confins da ordem capitalista. Repetimos: os esforços críticos de Marx e seus seguidores produziram os mais importantes resultados positivos, destruíram o véu de harmonia com que a Economia burguesa obscurecia a visão que se poderia ter do sistema capitalista e puseram a nu a natureza irracional e conflitiva desse sistema. Muito, se não tudo, do que conhecemos sobre o complexo mecanismo responsável pelo desenvolvimento (e estagnação) das forças produtivas e pelo surgimento e decadência das organizações sociais é o resultado do esforço analítico empreendido por Marx e por aqueles a quem ele inspirou.

Assim devia ter permanecido a situação, com o desenvolvimento econômico relegado ao “submundo” do pensamento econômico e social, não tivesse o processo histórico, em poucas décadas, alterado radicalmente todo o nosso panorama social, político e intelectual. Enquanto os economistas neoclássicos se preocupavam em refinar a análise estática do equilíbrio e em elaborar argumentos adicionais destinados a provar a viabilidade e a harmonia intrínseca do sistema capitalista, o capitalismo passava por profundas transformações.

Ao findar o século XIX, a primeira fase da industrialização do mundo ocidental aproximava-se de seu término. As conseqüências econômicas da completa exploração da tecnologia então disponível — baseada, fundamentalmente, no carvão e no vapor — determinaram não apenas a enorme expansão da indústria pesada, um grande aumento da produção e a revolução dos meios de transporte e comunicação, mas também memorável mudança na estrutura das economias capitalistas. A concentração e a centralização do capital fizeram enormes progressos e a grande empresa passou a ocupar o centro da cena econômica, deslocando e absorvendo a pequena empresa. Destruindo violentamente o mecanismo competitivo que regulava (para melhor ou para pior) o funcionamento do sistema econômico, a grande empresa tornou-se a base do monopólio e do oligopólio — os caracteres distintivos do capitalismo moderno. O mundo da Economia neoclássica desintegrava-se rapidamente. Nem lento (mas continuado) crescimento nem contínuos ajustamentos marginais relativamente indolores poderiam ser esperados sob condições de inequívocas indivisibilidades e descontinuidades, de rendimentos de escala crescente e de menores oportunidades para investimentos. O harmonioso movimento de capitais das nações desenvolvidas para as menos desenvolvidas — que se supunha seria orientado pelo motivo de lucro — assumiu, na realidade, a forma de acirradas lutas por áreas de investimentos, por mercados e fontes de matérias-primas. A penetração das áreas atrasadas e coloniais pelas potências ocidentais — penetra-



ção que, esperava-se, deveria levar as bênçãos da civilização ocidental aos quatro cantos do globo — significou, na realidade, impiedosa opressão e exploração das nações subjugadas.

As fortes tendências à estagnação, a conflitos imperialistas e a severas crises políticas, vislumbradas por Marx já na metade do século XIX e, mais tarde, observadas e analisadas por Hobson, Lênin, Hilferding, Rosa Luxemburgo e outros, manifestaram-se tão cruamente, a ponto de constituir motivo de alarme para todos, exceto para os mais complacentes. Uma descontrolada corrida armamentista entre as grandes potências principiou a absorver parcelas crescentes de suas rendas nacionais e se tornou o fator individual mais importante na determinação do nível de atividade econômica. A Guerra Sino-Japonesa, a Guerra Hispano-Americana, a Guerra dos Bôeres, a sangrenta supressão da revolta dos Boxers, a Guerra Russo-Japonesa, a Revolução Russa de 1905, a Revolução Chinesa de 1911/12 e, finalmente, a Primeira Guerra Mundial anunciaram, em rápida sucessão, a época atual do desenvolvimento do capitalismo — a época do imperialismo, das guerras e revoluções nacionais e sociais.<sup>4</sup>

O desafio teórico do marxismo tornava-se, assim, eminentemente prático. O “verão indiano” de estabilidade, prosperidade e confiança no futuro do capitalismo, que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, durou menos de uma década. O sonho de um “capitalismo organizado”, de uma solução “Ford-versus-Marx”, para todas as doenças econômicas e sociais e de uma “democracia econômica” que assegurasse justiça e bem-estar para todos foi a utopia de vida mais curta que a História registra. A Grande Depressão, com suas múltiplas e duradouras repercussões, tornou difícil manter a continuidade da “conspiração do otimismo” sobre o crescimento econômico e o progresso social dentro do sistema capitalista. A “científica” e “objetiva” descoberta da Economia, segundo a qual o socialismo é impossível, foi dramaticamente refutada pelo sucesso do esforço de industrialização da URSS.

Tardia e relutantemente, a Ciência Econômica principiou a tomar conhecimento da nova situação. Embora inspirada pelo problema imediato do combate à depressão e ao desemprego — e, em conseqüência, dirigindo-se principalmente aos problemas de curto prazo — a “Nova Economia” de John Maynard Keynes tinha implicações que transcendiam de muito o seu objetivo original. A Economia keynesiana, em sua tentativa de esclarecer os determinantes das mudanças de curto prazo dos níveis de produção, emprego e renda, viu-se face a face com a total irracionalidade e a espantosa discrepância entre as potencialidades e as realizações produtivas que caracterizam a ordem capitalista. Com o risco de exagerar enormemente a importância intelectual de Keynes, pode ser dito que o que Hegel alcançou em relação à Filosofia clássica alemã, Keynes obteve com relação à Economia neoclássica. Operando com os instrumentos costumeiros da teoria convencional, permanecendo bem dentro das fronteiras da “Economia pura”, abstendo-se fielmente de considerar o processo sócio-econômico como um todo, a análise keynesiana avançou até os limites das teorias econômicas burguesas e explodiu toda a sua estrutura. Ela equivale, na verdade, ao reconhecimento “oficial” pela “Santa Sé” da Eco-

<sup>4</sup> “A magnitude das principais guerras européias (...) é mostrada pela seguinte série de índices (que combinam a grandeza das forças em luta, o número de mortos e feridos, o número de países envolvidos e a proporção de combatentes para a população total):

Séculos:	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX
Índices:	18	24	60	100	180	500	370	120	3 080

Para detalhes, ver SOROKIN, Pitirim. *Social and Cultural Dynamics*. v. 3, 1937; e WRIGHT, Quincy. *A Study of War*. v. 1. cap. 9 e Apêndices, 1942; citados em LASSWELL, Harold D. *World Politics Faces Economics*. Nova York e Londres, 1945. p. 7.



nomia convencional de que a instabilidade econômica, uma forte tendência à estagnação e a subutilização crônica dos recursos materiais e humanos são inerentes ao sistema capitalista. Ela, implicitamente, repudiou a “pureza” da Economia acadêmica, tão zelosamente guardada, ao revelar a enorme importância, para a compreensão do processo econômico, da estrutura da sociedade, das relações das classes, da distribuição da renda, do papel do Estado e de outros fatores “exógenos”.

Este movimento da indagação sobre “a natureza e as causas da riqueza das nações”, realizado a contragosto, nada tinha em comum com o entusiasmo jovem e revolucionário da primitiva cruzada em prol do *laissez-faire*. Muito embora a teoria keynesiana tenha contribuído grandemente para a compreensão do mecanismo da economia capitalista, ela se revelou incapaz de uma compreensão teórica plena da crise geral do capitalismo e caracterizou-se apenas por um supremo esforço do pensamento econômico burguês de descobrir um modo de salvar o sistema capitalista, apesar dos sintomas evidentes de sua desagregação e decadência. A “revolução keynesiana” não se associou, portanto, ao vigoroso movimento pela abolição de uma ordem social obsoleta e destruidora, pelo desenvolvimento econômico e pelo progresso social. Semelhantemente à Filosofia de Hegel em sua interpretação “esquerdista”, ela supriu de munição intelectual um movimento reformista que esperava, uma vez mais, resolver as contradições do capitalismo por meio de mudanças na distribuição da renda prevalecente e pela criação de um Estado benevolente que proovesse, daí por diante, expansão econômica contínua e padrões de vida cada vez mais elevados. A lógica do capitalismo monopolista, porém, provou ser mais forte do que Keynes e seus seguidores radicais imaginavam. Ela usou seus resultados teóricos para propósitos muito distintos de suas intenções. O “Estado do bem-estar social”, orientado pelos cânones da Economia keynesiana e pelos preceitos das “finanças funcionais”, permaneceu, em sua essência, no papel. Foi a Alemanha facista, que, até hoje, usou mais extensamente a visão penetrante do keynesianismo, ao construir a máquina econômica que lhe permitiu desencadear a Segunda Guerra Mundial.

A guerra e os anos de prosperidade do pós-guerra eliminaram toda preocupação keynesiana com a acumulação excessiva de capital, com a deficiência da procura efetiva. Tudo se combinava, então, para criar um enorme mercado para a produção da empresa capitalista: os recursos materiais necessários à reconstrução, a satisfação da procura diferida das empresas e dos consumidores, a urgência da conversão, para fins produtivos, das inovações tecnológicas desenvolvidas durante a guerra e freqüentemente em conexão com esta.

Economistas que, relutantemente ou só sob a irresistível pressão de fatos irretorquíveis, tinham “engolido” as implicações anticapitalistas da doutrina keynesiana voltaram, com conspícua alacridade, aos costumeiros panegíricos à harmonia capitalista. Permanecendo “próximo dos fatos observáveis”, principiaram eles, alegremente, a discutir a inflação como a principal ameaça ao equilíbrio continuado das economias capitalistas e declararam, uma vez mais, que poupança excessiva, capacidade ociosa e depressão eram relíquias de um passado atrasado e remoto. Exaltando as virtudes das forças do mercado, glorificando o monopólio e os “grandes empreendimentos”, a Economia não fez mais que anular qualquer avanço realizado em decorrência da revolução keynesiana e retornou à complacência da “feliz década de 1920”.

Esse retrocesso terá, muito provavelmente, curta existência. Ele não chegou mesmo a afetar toda a Economia. Não apenas nas entrelinhas de alguns trabalhos recentes sobre crescimento econômico, mas mesmo no bojo de algumas discussões mais objetivas sobre a atual situação dos negócios e as perspectivas econômicas a curto prazo, esconde-se mordente incerteza sobre o futuro do capitalismo e



dolorosa certeza de que os empecilhos ao progresso econômico que são inerentes ao sistema capitalista devem reaparecer com força e tenacidade novas, tão logo essa situação extraordinária do pós-guerra deixe de existir.

## II

Se a instabilidade da economia dos Estados Unidos (e de outras nações capitalistas altamente desenvolvidas) está dando origem a grandes preocupações e estimulando indagações sobre os problemas básicos do desenvolvimento e crescimento econômicos, os acontecimentos que se verificam nos quatro cantos do mundo não podem deixar de emprestar a essas meditações o cunho da mais absoluta necessidade.

Isso porque a Segunda Guerra Mundial e os acontecimentos que se seguiram constituíram grande terremoto que abalou a estrutura do mundo capitalista mais violentamente ainda do que a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. De fato, a Primeira Guerra Mundial conduziu “apenas” à perda da Rússia pelo sistema capitalista. À Segunda Guerra Mundial, porém, seguiu-se não apenas a Revolução Chinesa, mas também o despertar quase universal das grandes multidões que habitam as áreas dependentes e coloniais do mundo. Despertos pela cambaleante irracionalidade e opressão de sua ordem econômica e social, cansados da contínua exploração por seus padrões internos e externos, os povos dos países subdesenvolvidos principiaram a manifestar crescente determinação em derrubar um sistema social e político que vinha perpetuando sua ignorância, miséria e estagnação.

O memorável movimento em prol da destruição de todo o edifício do imperialismo, para pôr fim ao atraso e à miséria da esmagadora maioria da raça humana, constituiria, por si só, motivo de alarme para a classe dominante nos Estados Unidos e em outros países capitalistas que se encontram no ápice da pirâmide imperialista. O que transformou esse alarme em estado de quase-pânico, entretanto, foi a confluência histórica do desejo de libertação das nações subdesenvolvidas com o progresso e a expansão espetaculares no campo socialista. A atuação militar na União Soviética na guerra e a rápida recuperação de sua economia ofereceram a prova final da força e da viabilidade de uma economia socialista. Não pode mais haver dúvida de que um sistema sócio-econômico baseado no planejamento integral da economia pode funcionar, crescer e suportar as mais duras provas históricas — sem os benefícios da empresa privada e sem a instituição da propriedade privada dos meios de produção. Há a notar, ainda, que após a guerra grande número de nações dependentes passou por uma revolução e enveredou pela senda do progresso econômico e social rápido. A Europa oriental e sul-oriental e — o que é mais importante — a China desligaram-se da órbita do capitalismo mundial e se tornaram fontes de incentivo e inspiração para os demais países coloniais e dependentes.

Como resultado dessa evolução, o debate sobre o progresso econômico e social não apenas retorna ao centro do palco histórico, mas — como há dois ou três séculos — traduz, em sua essência, a extensão e o aguçamento da luta entre duas ordens sociais antagônicas. O que mudou não foi tanto o enredo do drama, mas as suas personagens principais. Se, nos séculos XVII e XVIII, a luta pelo progresso significou luta contra as instituições obsoletas da era feudal, os esforços hoje despendidos em prol do surgimento de condições indispensáveis ao desenvolvimento econômico dos países adiantados e das áreas atrasadas entram, continuamente, em conflito com a ordem política e econômica do capitalismo e do imperialismo. Para a opinião dominante nos Estados Unidos (e também em outras partes do



mundo capitalista), as aspirações universais de progresso econômico constituem movimentos profundamente subversivos da ordem social e do sistema de domínio internacional. São, por conseguinte, movimentos revolucionários que precisam ser subornados, bloqueados e, se possível, aniquilados, a fim de que o sistema capitalista seja preservado.

Não é necessário dizer que abordar o problema do desenvolvimento econômico desse ponto de vista significa, na realidade, repudiá-lo. No que tange aos países capitalistas *adiantados* a incompatibilidade entre um contínuo crescimento econômico e o sistema capitalista foi posta em relevo em algumas obras sobre desenvolvimento econômico publicadas recentemente. A simples especificação das condições — apresentadas, sob diversas formas, por Domar, Harrod, Colm e outros — que precisariam ser satisfeitas a fim de que o produto social crescesse a um ritmo perfeitamente possível, face às disponibilidades de recursos humanos e materiais, mostra, com maior clareza, que tal ritmo é impossível de ser atingido sob o capitalismo. De fato, tanto o consumo como o investimento privado são bastante limitados pela necessidade de maximização de lucros sob condições de monopólio e de oligopólio: a natureza e o volume do dispêndio governamental não são determinados menos rigidamente pela base e função sociais do Estado em uma sociedade capitalista. Em consequência, nem o produto social máximo, racionalmente distribuído entre consumo e investimento, nem um nível predeterminado de produção que se combine com uma diminuição do esforço despendido pela força de trabalho devem ser esperados em um sistema capitalista. O que parece mais provável é o contínuo ressurgimento das alternativas de surtos de prosperidade induzidos por guerras e ondas de desemprego induzidos por depressões.

Embora hajam demonstrado e mesmo esclarecido muitos aspectos da natureza ameaçadora desse impasse, nenhum dos autores que mencionamos enunciou aquilo que constitui a conclusão iniludível de suas próprias investigações: o planejamento econômico socialista apresenta a única solução racional ao problema. É verdade que se pode admitir não haver necessidade de afirmações explícitas sobre conclusões que, necessariamente, emergem da lógica de uma argumentação vigorosa. Mesmo as verdades mais evidentes, entretanto, devem ser expressadas a fim de que sejam reconhecidas por aqueles que, não fora a afirmação feita, poderiam não reconhecê-las. Nada caracteriza melhor a atmosfera em que se desenvolve atualmente a discussão sobre o fenômeno do crescimento econômico — discussão em que abundam truísmos e trivialidades — que o fato de esta verdade por si mesma evidente constituir rigoroso tabu, mesmo para os autores mais liberais que versaram a matéria.

O clima é ainda pior quando se trata da discussão do desenvolvimento econômico dos países *subdesenvolvidos*. Um labirinto de enganos, de hipocrisia e de fingimento confunde a discussão, tornando necessário que se faça enorme esforço a fim de se atravessar a cortina da fumaça que obscurece o tema principal. O fundamental é que o desenvolvimento econômico das nações subdesenvolvidas é profundamente contrário aos interesses dominantes dos países capitalistas *adiantados*. O mundo subdesenvolvido sempre representou o “interior” indispensável ao Ocidente capitalista altamente desenvolvido, pois as nações que fazem parte desse mundo suprem os países industrializados de muitas matérias-primas importantes e proporcionam às grandes empresas enormes lucros e áreas para investimento. Assim sendo, a classe dominante dos Estados Unidos (e de outras partes) se opõe firmemente à industrialização dos chamados “países fontes” e o florescimento de economias integradas nas áreas coloniais e semicoloniais. Essa oposição se manifesta sem levar em conta a natureza do regime que, no país subdesenvolvido, procura reduzir o domínio estrangeiro da sua economia e propiciar uma parcela do de-



envolvimento independente. Se um Governo democraticamente eleito na Venezuela, na Guatemala ou na Guiana Britânica, um movimento popular indígena (como no Quênia, nas Filipinas ou na Indochina), uma administração nacionalista (como no Irã, Egito ou Argentina) decidem opor-se à dominação estrangeira de seu país, todas as alavancas da intriga diplomática, da pressão econômica e da subversão política são postas em ação, a fim de derrubar o Governo nacional recalcitrante e substituí-lo por políticos ávidos em servir aos interesses das nações capitalistas.

A resistência das potências imperialistas ao desenvolvimento econômico e social dos territórios dependentes e coloniais torna-se ainda mais desesperada quando as aspirações populares de libertação nacional e social se manifestam através de movimento revolucionário que, apoiado e estruturado internacionalmente, ameaça derrubar a ordem social e econômica do capitalismo e do imperialismo. Em tais circunstâncias, a oposição se torna maior, converte-se em aliança contra-revolucionária de todas as nações imperialistas (e dos territórios dependentes que inspiram confiança) e assume a forma de cruzada sistemática contra as revoluções nacionais e sociais.

As necessidades dessa cruzada moldaram, de forma decisiva, a atitude que atualmente existe no mundo ocidental em relação ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Da mesma maneira que os *junkers* prussianos diziam que a continuação da servidão em seus domínios era indispensável à defesa do cristianismo contra o assalto do ateísmo liberal — os esforços das classes dominantes do Ocidente para manter, nos países subdesenvolvidos, o *status quo* econômico, político e social são considerados como indispensáveis à defesa da democracia e da liberdade. Da mesma maneira que se proclama que o interesse dos *junkers* prussianos em altas tarifas sobre cereais era ditado, unicamente, pela preocupação de manter o suprimento de alimentos para a Alemanha em caso de guerra — a ânsia das grandes empresas ocidentais dominantes de protegerem seus investimentos no exterior e de assegurarem a manutenção dos costumeiros fluxos de matérias-primas do mundo subdesenvolvido é considerada, publicamente, como patriótica preocupação pelo suprimento de materiais estratégicos indispensáveis ao “mundo livre”.

O arsenal da “ação unida” contra o desenvolvimento independente dos países subdesenvolvidos compreende toda sorte de estratégias políticas e ideológicas. Há, em primeiro lugar, as afirmativas de estadistas ocidentais, largamente divulgadas, que parecem favorecer o desenvolvimento econômico do mundo subdesenvolvido. Na verdade, muito se tem falado atualmente do auxílio e apoio das nações adiantadas ao progresso econômico das áreas atrasadas. Esse progresso é concebido como uma melhoria lenta e gradual do padrão de vida da população, que contribua para diminuir a pressão popular em favor da industrialização e enfraquecer o movimento em prol do desenvolvimento econômico e social.

Todavia, esse esquema de “suborno” dos povos das nações subdesenvolvidas, que objetiva incentivá-las a se absterem de derrubar o sistema vigente e de enveredar pela senda do crescimento econômico rápido, defronta com grande número de contradições insuperáveis. A lógica do crescimento econômico é tal que torna extremamente difícil, se não impossível, qualquer projeto que vise a uma melhoria lenta e gradual no padrão de vida das nações pouco desenvolvidas. Os pequenos acréscimos do produto nacional, que podem ser obtidos com o concurso dos investimentos e possíveis auxílios provenientes das nações desenvolvidas, desaparecem diante do rápido crescimento da população, da corrupção dos Governos locais, do esbanjamento de recursos pelas classes dominantes dos países subdesenvolvidos e da remessa de lucros efetuada pelos estrangeiros.

Onde profundas mudanças de estrutura econômica são necessárias a fim de que o desenvolvimento econômico tome impulso e ultrapasse o crescimento da po-



pulação; onde indivisibilidades tecnológicas fazem com que o crescimento dependa de grandes inversões e de planejamento a longo prazo; onde formas tradicionais de pensamento e trabalho impedem a introdução de novos métodos e meios de produção — nesses casos, então, somente uma reorganização geral da sociedade e uma mobilização total das suas potencialidades criadoras podem tirar a economia do ponto morto em que se encontra. Como dissemos anteriormente, as noções de “desenvolvimento” e de “crescimento” sugerem uma transição para algo novo, a partir de algo velho que se tornou obsoleto. Essa transição só pode ser efetuada por meio da luta constante contra as forças retrógradas e conservadoras, por meio da mudança da estrutura econômica, política e social de uma sociedade atrasada e estacionária. Lembremo-nos de que uma organização social, embora inadequada, não desaparece por si mesma; que uma classe dominante, embora parasita, não entrega nunca o poder, a não ser quando é compelida a fazê-lo por pressão esmagadora. Decorre daí o fato de que o desenvolvimento e o progresso só podem ser obtidos se todas as energias e capacidades de um povo, que foi oprimido econômica, política e socialmente sob o antigo sistema, são lançadas na batalha contra as fortalezas do *ancien régime*.

A cruzada contra as revoluções sociais e nacionais, que as potências ocidentais empreendem atualmente, apóia-se na mobilização de camadas sociais totalmente diferentes. Congrega uma *entente* internacional de grupos sociais e interesses econômicos profundamente contrários ao verdadeiro progresso econômico e social e subordina as considerações de desenvolvimento econômico ao fortalecimento dessa aliança. Prevê ajuda militar e econômica a regimes que, nos países subdesenvolvidos, se revelam inequivocamente contrários ao desenvolvimento e mantêm no poder governos que, não fora esse apoio, não se manteriam diante do anseio popular em favor de uma ordem econômica e social mais racional e mais progressista.

É como parte desse mesmo esforço de suborno dos habitantes dos países subdesenvolvidos que se concedeu, recentemente, independência política a algumas nações dependentes e se permitiu que políticos nativos passassem a ocupar altas posições. Quase não há necessidade de acentuar que tal independência e autonomia não passam de uma farsa, enquanto esses países continuarem meros apêndices econômicos das nações capitalistas desenvolvidas e seus Governos, para sobreviver, continuarem ainda a depender de seus padrões estrangeiros.

Além disso, a obtenção de independência política, sob condições de imperialismo, propicia resultados muito diferentes dos esperados por esses povos. Sua independência política recém-conquistada apressa, muita vez, a mudança de seus padrões ocidentais, mudança em que o imperialismo mais jovem, mais empreendedor e mais rico em recursos assume o controle que escapara das mãos dos velhos e enfraquecidos países imperialistas. Assim, onde não era mais politicamente possível operar através das velhas e comprometidas administrações coloniais e impor controles mediante a infiltração econômica, o imperialismo americano patrocina (ou tolera) a independência política das nações coloniais, tornando-se, a seguir, a potência dominante nas regiões recém-“libertadas”. Ambos os métodos de expansão da influência americana podem ser estudados na África, no Sudeste da Ásia e no Oriente Próximo.

### III

Empreende-se, atualmente, uma considerável campanha ideológica para “vender” ao público essa política do imperialismo — política mais moderna, mais sutil e menos evidente, como observou, recentemente, um perspicaz economista:



“ ‘desenvolvimento’ quando comparado a ‘civilização’ (...) tornou-se um *quid pro quo* intelectual em favor da dominação internacional por uma grande potência”.<sup>5</sup>

E as Ciências Sociais propiciam, como sempre, a racionalização necessária ao esforço sistemático da classe dominante dos países capitalistas desenvolvidos para prevenir, ou ao menos retardar, a libertação econômica e política das nações dependentes e coloniais. Estimulados pelo pródigo apoio de vários departamentos governamentais e de fundações particulares, economistas, antropólogos, psicólogos sociais e outros cientistas sociais vêm dedicando, no Ocidente, atenção sempre crescente ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos.

No campo econômico, muita energia está sendo despendida em pesquisas que procuram demonstrar que os países capitalistas desenvolvidos atingiram o nível de desenvolvimento em que se encontram graças a um processo de crescimento lento e espontâneo, dentro dos quadros da ordem capitalista e sem maiores comoveções ou levantes revolucionários. Afirma-se que foi, na realidade, a relativa ausência de perturbação política e a continuidade e estabilidade das instituições sociais que propiciaram o “clima” essencial ao aparecimento e prosperidade do empreendedor capitalista, o qual, por sua vez, é creditado pelo desempenho do papel decisivo na promoção do progresso econômico. Assim, grandes recursos estão sendo dedicados a uma ampla campanha de reformulação da História do Capitalismo. Seu objetivo é a reabilitação do “barão ladrão” e sua glorificação como o herói e o principal agente do progresso econômico e social; sua tarefa colateral é a minimização do sofrimento e das privações que estiveram associados ao início e à evolução da empresa capitalista.

Assim, os economistas com inclinações para a pesquisa histórica procuram provar que, em se apoiando nas forças do mercado livre e da iniciativa privada, obteve-se, no passado, desenvolvimento econômico sem sacrifícios excessivos. A moral que procuram tirar dessa “constatação” é que esse método ainda representa o caminho mais recomendável para o progresso econômico. Esses historiadores raramente mencionam — se é que o fazem alguma vez — o papel que a exploração dos países hoje subdesenvolvidos desempenhou na evolução do capitalismo ocidental. Quase não dão atenção, se é que dão alguma, ao fato de que os países coloniais e dependentes não podem hoje recorrer a esse expediente de acumulação primitiva de capital, como o fizeram os países capitalistas hoje desenvolvidos. Idêntica atitude tomam em relação ao fato de que o desenvolvimento econômico na época do capitalismo monopolista e do imperialismo defronta com obstáculos que, praticamente, nada têm em comum com os encontrados duzentos ou trezentos anos atrás. Além disso, esquecem-se de que o que foi possível em certo momento histórico é irrealizável em outro.

Os economistas com tendência para os estudos teóricos seguem trilha diferente. Centralizando sua atenção em alguns aspectos técnicos do desenvolvimento econômico, descobrem uma multidão de dificuldades insuperáveis que impossibilitam a formulação de uma teoria coerente da mudança econômica e social. Alinham, com óbvio prazer, toda e qualquer questão mais ou menos relacionada ao problema do desenvolvimento econômico e sobre a qual “não sabemos o suficiente”; acentuam a falta de critério inequívoco para a distribuição racional de recursos sob condições dinâmicas; demoram-se no estudo dos obstáculos à industrialização que promanam da falta de treinamento da força de trabalho dos países subdesenvolvidos, da escassez de capacidade empresarial, de prováveis desequilíbrios do balanço de pagamentos. Todo esforço em prol do rápido desenvolvimento aparece,

<sup>5</sup> JOHNSON, H. G. *Economic Journal*. Junho de 1955. p. 303.



então, como aventura em terreno desconhecido, como bárbara violação do raciocínio econômico universalmente aceito.

Essas tentativas de desacreditar, explícita ou implicitamente, a aspiração dos países subdesenvolvidos de se desenvolverem rapidamente, e de apresentá-la como a manifestação de deplorável impaciência e irracionalidade das massas não-esclarecidas, diabolicamente manipuladas por políticos inescrupulosos e sedentos de poder — tais tentativas, repetimos, beneficiam-se sempre do auxílio dos neomalthusianos, que explicam o atraso das nações subdesenvolvidas como o resultado inevitável do crescimento “excessivo” da sua população e que, em conseqüência, denunciam como utópica toda tentativa de desenvolvimento econômico nessas áreas, enquanto não se controlar o crescimento demográfico. Uma vez que a redução da taxa de crescimento da população — supondo, para argumentar, que tal redução seja necessária — só pode ser obtida como *resultado* do desenvolvimento global das sociedades atrasadas, a posição neomalthusiana transforma o desenvolvimento econômico em uma tarefa vã, tornada insolúvel pela própria natureza do animal humano.

Procura-se, com a publicação da maioria dos trabalhos antropológicos e quase-filosóficos que guardam relação com o problema do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, obter impacto semelhante sobre a opinião pública. Tornou-se moda questionar, nesses trabalhos, a “desejabilidade absoluta” do desenvolvimento econômico, tachar de anticientífica sua identificação com o progresso, acusar os que lutam por ele no Ocidente de “etnocentrismo”, de tentarem axiomatizar a própria cultura e de demonstrarem pouco respeito pelos valores e costumes dos povos mais primitivos. Permanecendo fiel ao relativismo geral e ao agnosticismo que permeia o pensamento burguês contemporâneo, este ramo das Ciências Sociais nega a possibilidade de um julgamento racional sobre a utilidade (para não falar na necessidade) da mudança econômica e social nas áreas dependentes e coloniais e aconselha o máximo cuidado em qualquer tentativa que venha a perturbar a continuidade das sociedades atrasadas. Muito embora não endosse, explicitamente, o conceito de dominação imperialista que vê na dominação dos povos coloniais apenas a “tarefa do homem branco”, esse método de abordar o problema aproxima-se bastante desse conceito quando dá ênfase à “heterogeneidade cultural” das nações atrasadas, quando acentua a incomparabilidade dos sistemas de valores e quando sugere que os povos coloniais e dependentes podem “preferir” a presente situação ao desenvolvimento econômico e à libertação nacional e social. Essa doutrina, como se vê, não nos oferece os elementos de que necessitamos para compreender os movimentos populares sem precedente que revolucionam e rejuvenescem, nos dias que correm, a maior parte da raça humana. Ela oferece ajuda e conforto não aos povos coloniais e dependentes que lutam por sua liberdade, mas a seus dominadores que procuram manter o *status quo*.

Este é o cenário político e ideológico, no qual tem lugar a discussão sobre o problema do desenvolvimento econômico. Ele explica a natureza pouco satisfatória dos resultados a que se conseguiu chegar até hoje. A desafiadora pergunta de Robert Lynd — “Conhecimento para quê?” — relaciona-se não apenas com os frutos de um esforço intelectual em termos dos fins que pretende servir, mas também, necessariamente, com a orientação e o conteúdo do esforço em si. Assim, motivados pela destruidora preocupação com as necessidades da cruzada contra-revolucionária, amordaçados pelo medo de se opor aos interesses dominantes empenhados em obstruir, a todo custo, o progresso econômico e social das nações coloniais e dependentes, a pesquisa e os trabalhos sobre desenvolvimento econômico evitam, tanto quanto possível, fazer referência ao que constitui o próprio cerne do problema. Não mencionam as irracionalidades do capitalismo monopolista e do imperialismo que blo-



queiam o desenvolvimento econômico dos países capitalistas adiantados; não dão atenção ao sistema de dominação interna e externa que impede ou deforma o crescimento econômico das nações subdesenvolvidas. Dão pouca ênfase, ainda, ao estudo da única experiência de desenvolvimento rápido — experiência que nos é oferecida pela URSS e pelos outros países do campo socialista — como se tal experiência interessasse apenas ao Serviço Secreto do Exército. E isso quando não pode haver dúvida de que qualquer esforço em matéria de desenvolvimento econômico se poderia beneficiar imensamente de uma compreensão plena do processo de crescimento da União Soviética e dos demais países socialistas.

#### IV

Ao falarmos em desenvolvimento econômico, limitamo-nos, até aqui, a alusões mais ou menos genéricas a essa complexa expressão. É tempo de dedicarmos um pouco de energia a um exame mais detido desse processo. É de toda conveniência que principiemos por fixar uma definição de crescimento econômico. Nosso objetivo não é apresentar uma fórmula que exclua qualquer outra, da mesma maneira que não queremos sugerir que outras definições não possam ser melhores para outros propósitos. Tudo que nos propomos fazer é organizar nossas categorias de maneira tal que sejamos capazes de abordar o assunto com um método que nos parece simples e útil, um método que tencionamos explorar ao longo dos capítulos seguintes.

Definamos crescimento (ou desenvolvimento) econômico como um aumento, ao longo do tempo, da produção *per capita* de bens materiais.<sup>6</sup> Podemos permitir-nos, no presente contexto, negligenciar a dificuldade com que defrontam os economistas quando comparam dados de produção ao longo do tempo. A dificuldade surge quando as produções a serem comparadas referem-se a mais de um produto, quando, por conseguinte, mudanças na produção podem afetar diferentemente as partes que a compõe e quando certos produtos aparecem na produção de um período e não aparecem na de outro. A importância desse conhecido problema de números-índices — que pode confundir o analista quando este examina um caso de crescimento lento e gradual — é discutível quando se considera um caso de crescimento econômico mais ou menos rápido, cuja característica principal é uma profunda mudança não apenas no volume, mas também na composição da produção. Compara-

<sup>6</sup> Colin Clark sugere uma definição diferente: "O progresso econômico pode ser definido como uma melhoria do bem-estar econômico. Bem-estar econômico, segundo Pigou, pode ser definido, em primeira instância, como a abundância de todos aqueles bens e serviços que são comumente trocados por moeda. Uma vez que o lazer é também um elemento do bem-estar, podemos definir progresso econômico de modo mais preciso, como a obtenção de produção crescente de tais bens e serviços com o mínimo dispêndio de esforço e de outros recursos escassos, sejam eles naturais ou artificiais". *The Conditions of Economic Progress*. Londres, 1940. p. 1. Essa definição, a nosso ver, é insatisfatória por algumas razões: (1) a identificação de crescimento econômico com o bem-estar não leva em conta ponderável parcela do produto global que não tem influência sobre o bem-estar, qualquer que seja a definição que se adote para este: bens de investimento, armamentos, exportações líquidas etc., são bens que pertencem a esse grupo. (2) É insustentável a posição daqueles que encaram um acréscimo na produção de "todos aqueles bens que comumente são trocados por moeda" como significando "uma melhoria do bem-estar econômico". Este pode ser grandemente aumentado por um acréscimo na oferta de bens e serviços que não são comumente trocados por moeda (escolas, hospitais, estradas ou pontes), enquanto grande número de bens e serviços que são comumente trocados por moeda não traz nenhuma contribuição ao bem-estar humano (remédios patenteados e salões de beleza, narcóticos e bens de consumo conspícuo etc.). (3) O bem-estar econômico pode ser melhorado sem qualquer acréscimo de produção — por uma mudança na estrutura e na distribuição desta. (4) Embora seja obviamente desejável a obtenção de uma dada produção com o mínimo dispêndio de fatores, o aumento da produção obtido por métodos ineficientes pode também significar crescimento econômico. Parece preferível, portanto, considerar o crescimento econômico como um aumento da produção de bens, sem procurar indagar se tais bens contribuem ou não para o bem-estar humano, para o estoque disponível de bens de produção ou para as reservas de material bélico. Deixamos, assim, para um exame correlato, embora separado, os fatores determinantes da composição dessa produção e das finalidades com que é aplicada.



ções intertemporais podem, na verdade, induzir a erro quando entre os anos extremos da série ocorrem mudanças na organização econômica e social, grandes surtos de urbanização, decréscimos ou acréscimos da “parcela da produção que vai ao mercado” etc. O setor de serviços é o que maiores dúvidas suscita. Sua expansão causaria um aumento no Produto Nacional Bruto (definido no sentido usual), sugerindo, então, que teria havido “desenvolvimento econômico”. Tal fato seria considerado, em muitos países, um passo atrás e não um passo à frente na direção do progresso econômico.<sup>7</sup> Lembremo-nos logo do famoso exemplo de Pigou em que o casamento de um cavalheiro com sua cozinheira provoca uma redução da renda nacional. Podemos imaginar, facilmente, também, a enorme expansão da renda nacional que seria causada pela introdução de pagamentos compulsórios às esposas pelos serviços que prestam.

Suponhamos, porém, que os acréscimos da produção global, ao longo do tempo, podem ser medidos de alguma maneira e nos perguntemos como se originaram tais acréscimos. Eles podem ser o resultado de uma das seguintes causas (ou de uma combinação delas): 1) — A utilização global de recursos pode aumentar sem que se verifiquem *mudanças na organização e/ou na tecnologia*, isto é, recursos que não eram utilizados (trabalho, terra) podem ser levados a participar do processo produtivo. 2) — A produtividade por unidade de recurso utilizado pode aumentar graças à adoção de *medidas organizacionais*, isto é, mediante a transferência de trabalhadores de ocupações pouco produtivas ou improdutivas para tarefas mais produtivas, do aumento da jornada de trabalho, da melhoria dos padrões alimentares e do incremento dos incentivos para os operários, da racionalização dos métodos de produção e da utilização mais econômica de combustíveis, matérias-primas etc. 3) — O “*braço técnico*” da sociedade pode tornar-se mais forte, isto é, (a) fábricas e equipamentos gastos ou obsoletos podem ser substituídos por outros mais produtivos, e/ou (b) unidades produtivas novas (aperfeiçoadas ou não, tecnologicamente) podem ser acrescentadas ao estoque já existente.

Os três primeiros caminhos — 1, 2 e 3a — conduzem à expansão da produção, mas não são associados, normalmente, a *investimentos líquidos*. Embora seja quase impossível imputar a cada um dos quatro processos enumerados a sua participação nos acréscimos de produção que se verificam, não há dúvida de que as fontes mais importantes do crescimento econômico são a aplicação econômica do conhecimento técnico e o investimento líquido em unidades produtivas adicionais.

Devemos reconhecer que certa dose de investimento líquido parece ser necessária a todos os quatro processos: recursos que não eram usados não se tornam utilizáveis sem que se efetue algum dispêndio de equipamentos, na melhoria da fertilidade do solo etc.; mudanças organizacionais podem ser necessárias para a instalação de correias transportadoras e instalações semelhantes; progresso tecnológico que propicie melhoria da maquinaria a ser acrescentada ao estoque existente ou que venha substituir equipamentos gastos só pode ser obtido com grandes investimentos líquidos.

“Se (...) a técnica depende, em grande parte, da situação da ciência, a ciência depende, ainda mais, do estado e dos requisitos da técnica. Se a sociedade sente uma necessidade técnica, isso auxilia a ciência a progredir mais do que dez universidades. Toda a hi-

<sup>7</sup> Notou-se isso num trabalho das Nações Unidas — *Economic Survey of Europe Since the War* (1953): “Os serviços que não se relacionam diretamente à produção e ao transporte de bens não são julgados produtivos nos países da Europa oriental. O seu valor é, por isso, excluído da renda nacional. Para um país pobre que está tentando desenvolver sua indústria e reduzir o subemprego que normalmente existe no setor de serviços, a definição marxista de renda nacional apresenta algumas vantagens óbvias sobre o conceito mais global, admitido para as economias altamente industrializadas e adotado comumente, hoje em dia, pelas nações subdesenvolvidas” (p. 25).



drostática (Torricelli etc.) nasceu da necessidade de regular os cursos de água nas montanhas da Itália, nos séculos XVI e XVII. Só conhecemos alguma coisa razoável sobre eletricidade desde que se descobriu sua aplicação.<sup>8</sup>

Por outro lado, o reinvestimento das reservas para depreciação *em nível tecnológico mais elevado* — sem que haja qualquer investimento líquido — pode, *per se*, redundar em significativo aumento da produção. Segue-se que onde a intensidade de capital do processo produtivo já é bastante elevada — em outras palavras, onde as reservas para depreciação constituem parte importante do custo de produção — existe sempre uma fonte de capital apta a financiar melhorias tecnológicas sem que haja necessidade de qualquer investimento líquido. Embora essa circunstância agrave a instabilidade das economias capitalistas adiantadas, uma vez que aumenta o excedente gerado que tem que ser despendido em investimento, ela propicia também, a esses países, grande vantagem sobre as nações subdesenvolvidas, onde, necessariamente, as reservas para depreciação são pequenas.<sup>9</sup>

Devemos convir, porém, que, qualquer que seja o caso, só pode haver investimento líquido se a produção global da sociedade *exceder* o que é usado em consumo corrente e na reposição do desgaste sofrido pelas unidades produtivas que foram empregadas durante o período que se considere. Em conseqüência, o volume e a natureza do investimento líquido realizado pela sociedade, em dado período, dependem da *magnitude e do modo de utilização do excedente econômico* gerado.

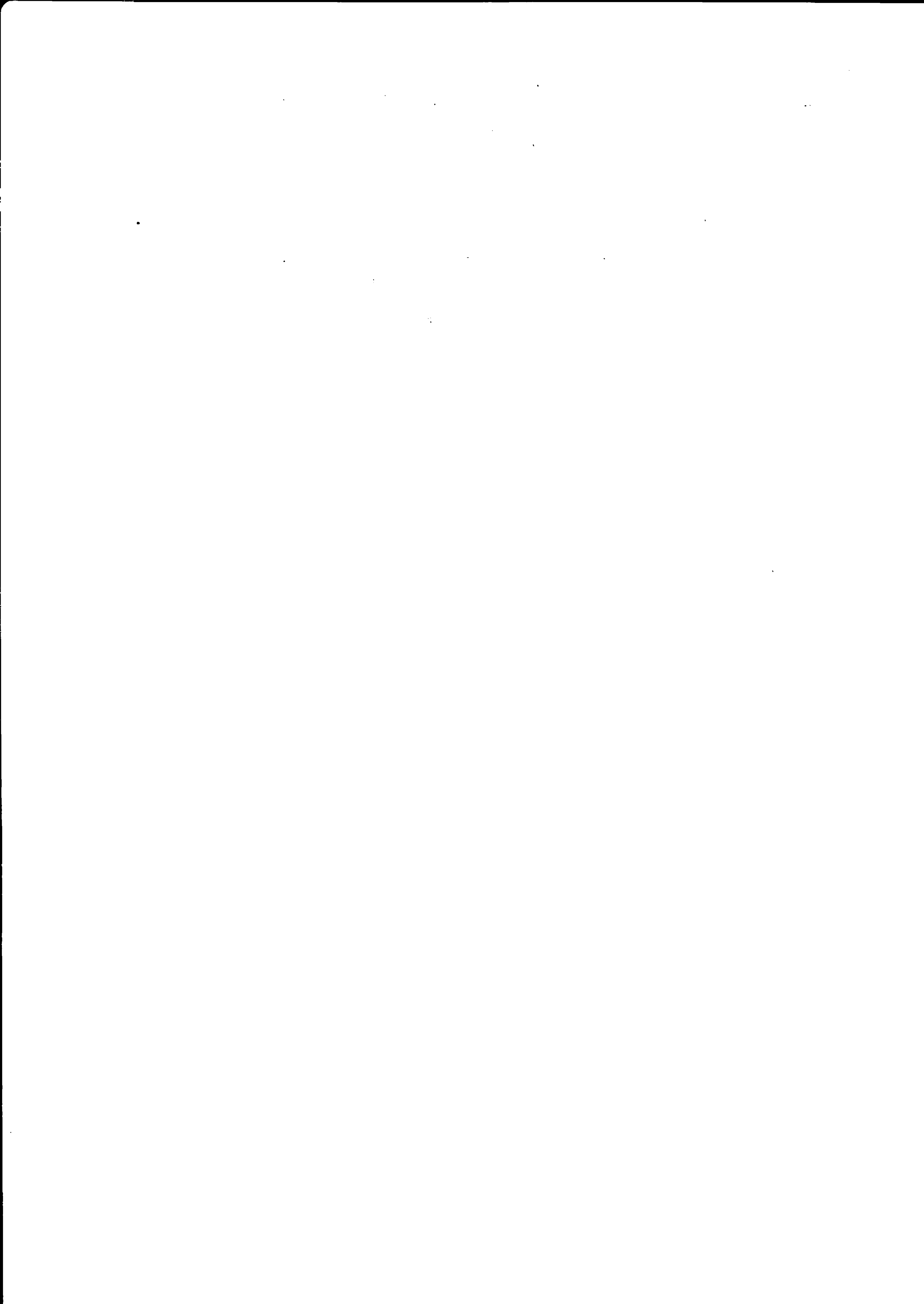
Ambos, como adiante veremos, são determinados, fundamentalmente, pelo grau de desenvolvimento dos recursos produtivos da sociedade e pela estrutura social dentro da qual o processo produtivo se desenvolve.

A compreensão dos fatores responsáveis pela magnitude e modo de utilização do excedente econômico constitui um dos objetivos mais importantes de uma teoria do desenvolvimento econômico. Mediante a “Economia pura” não conseguiremos sequer nos aproximar dessa compreensão. Para obtê-la, temos de examinar a Economia Política do desenvolvimento.

<sup>8</sup> F. Engels, carta a H. Starkenburg, in: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. II, p. 457. Sobre essa interessante relação entre desenvolvimento econômico, de um lado, e progresso científico e tecnológico, do outro, ver HESSEN, B. *The Social and Economic Roots of Newton's Principia*. Sydney, 1946; e BERNAL, J. D. *Science in History*. Londres, 1954.

<sup>9</sup> Cf. MARX. *Theories of Surplus Value*. Londres, 1951. p. 354 et seqs.; aí se dá relevância a esse ponto.







## CAPÍTULO II

### *O Conceito de Excedente Econômico*

#### *I*

O conceito de excedente econômico é, sem dúvida, algo complexo. Na tarefa de esclarecê-lo e de empregá-lo para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico, definições simples ou medidas refinadas não podem substituir o esforço analítico e o julgamento racional. É, certamente, desejável romper aqui com a velha tradição da Economia acadêmica de sacrificar a relevância do assunto à elegância do método analítico; é melhor tratar imperfeitamente o que é importante do que atingir habilidade extrema no trato de questões irrelevantes.

A fim de facilitar o mais possível a discussão, falaremos, inicialmente, em termos de “estática comparativa”, isto é, ignoraremos os caminhos pelos quais se efetua a transição de uma situação econômica para outra e consideraremos essas situações *ex post*. Assim, procedendo, podemos distinguir três variantes do conceito de excedente econômico.

Excedente econômico *efetivo*, isto é, diferença entre o produto social *efetivo* de uma comunidade e o seu *efetivo* consumo.<sup>1</sup> É idêntico, por conseguinte, à poupança ou acumulação e se materializa em ativos de várias espécies, que se adicionam à riqueza da sociedade durante o período que se esteja considerando: equipamentos e unidades produtivas, estoques, divisas e ouro entesourado. Pode parecer apenas uma questão de definição o fato de se considerar os bens duráveis de consumo (prédios residenciais, automóveis etc.) como representando poupança e não consumo, uma vez que, sem sombra de dúvida, é arbitrário considerar um prédio como investimento, enquanto, digamos, um piano é incluído entre os bens de consumo. Se a vida útil fosse o critério, onde colocaríamos a linha divisória? É essencial para a compreensão do processo econômico fazer essa distinção não com base nas propriedades físicas dos ativos em causa, mas à luz da função econômica que desempenham, isto é, se entram no fluxo de consumo como “bens finais” ou se

<sup>1</sup> O excedente econômico efetivo compreende, obviamente, parcela menor do produto social que a abrangência pela noção marxista de mais-valia. Lembramos que a mais-valia é representada pela diferença entre o produto líquido global e a renda real da força de trabalho. O “excedente econômico efetivo”, definido acima, abrange apenas a parcela de mais-valia que é acumulada: em outras palavras, não inclui o consumo da classe capitalista, os dispêndios governamentais com a máquina administrativa, as forças armadas etc.



servem como meios de produção e concorrem para um aumento desta no período subsequente. Assim, um automóvel adquirido para uso pessoal é um objeto de consumo, enquanto um carro idêntico, se adicionado à frota de táxis da comunidade, constitui um bem de investimento.<sup>2</sup>

Todas as formações sócio-econômicas de que se tem notícia geraram excedente econômico efetivo. Embora sua magnitude e estrutura tenham diferido muito durante as várias fases do desenvolvimento, sua existência caracterizou quase toda a história que conhecemos. A magnitude do excedente econômico efetivo — poupança ou formação de capital — além de ser rapidamente visualizada do ponto de vista conceptual é hoje correntemente estimada pelos serviços de estatística da maioria das nações. As dificuldades que se encontram na sua mensuração são de ordem técnica, originadas apenas pela ausência ou inadequação das informações estatísticas disponíveis.

O excedente econômico *potencial* é a diferença entre o produto social que *poderia* ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com o auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que se pode considerar como consumo indispensável.<sup>3</sup> A transformação desse excedente potencial em efetivo pressupõe a reorganização mais ou menos drástica da população e distribuição do produto social e implica profundas mudanças da estrutura da sociedade. Aparece ele sob quatro formas, a *primeira* das quais é o consumo supérfluo da sociedade (predominantemente por parte dos grupos de mais alta renda, mas, em alguns países, como os Estados Unidos, também por parte das chamadas classes médias); a *segunda* é a produção que deixa de ser realizada face à existência de trabalhadores improdutivos; a *terceira* é a produção que se perde em virtude da organização irracional, e propensa ao desperdício, do aparelho produtivo existente; a *quarta* é a produção que não se obtém devido à existência de desemprego originado, fundamentalmente, pela anarquia da produção capitalista e pela deficiência da procura efetiva.

A identificação e mensuração dessas quatro formas de excedente econômico potencial defrontam com alguns obstáculos. Tais obstáculos promanam, em última análise, da circunstância seguinte: a própria categoria de excedente econômico potencial transcende o horizonte da ordem social vigente, pois tem como pontos de referência não apenas a atuação facilmente discernível de uma dada organização sócio-econômica, mas também a imagem, visualizada menos rapidamente, de uma sociedade organizada de forma mais racional.

## II

Façamos aqui uma pequena digressão. Na verdade, do ponto de vista do feudalismo, era indispensável, produtivo e racional tudo quanto se mostrasse compatível com a continuidade e a estabilidade do sistema feudal e a elas conduzisse. Supérfluo, improdutivo e esbanjador era tudo quanto interferisse com ou se mostrasse desnecessário à preservação e ao funcionamento normal da ordem social então

<sup>2</sup> Embora não nos pareça necessário um exame mais detido dessa questão, é conveniente assinalar que, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, é da maior importância saber se o excedente econômico efetivo assume a forma de bens de capital que aumentam a produtividade ou se se manifesta pelo aumento de estoques ou pelo entesouramento de ouro — formas apenas tenuemente relacionadas — se é que o são na verdade — com o “fortalecimento do braço técnico da sociedade”.

<sup>3</sup> Esse tipo de excedente é, também, uma parcela de produto diferente do que poderia representar a *mais-valia*, no sentido que lhe dá Marx. Exclui, de um lado, elementos de *mais-valia* como o consumo *indispensável* dos capitalistas, os dispêndios *indispensáveis* da administração governamental etc.; compreende, de outro lado, o que não é abrangido pelo conceito de *mais-valia* — a produção que se perde em virtude do subemprego ou do mau emprego de recursos produtivos.



existente. Foi por isso que Malthus defendeu calorosamente o consumo excessivo da aristocracia agrária, apontando as repercussões de tais dispêndios sobre o nível de emprego. Os economistas da burguesia nascente, por outro lado, não perdiam as oportunidades que se lhes oferecessem de recriminar o *ancien régime* pelo desperdício de sua organização sócio-econômica e de apontar as feições parasíticas de muitos de seus mais caros funcionários e instituições.<sup>4</sup>

Tão logo, porém, a crítica da sociedade pré-capitalista se tornou menos necessária e a agenda da economia foi dominada pela tarefa de racionalizar e justificar a ordem capitalista vitoriosa, deixaram de ser analisadas a produtividade e a essencialidade de qualquer tipo de atividade exercida no seio da sociedade capitalista. Ao admitir que o pronunciamento do mercado desempenha o papel de único critério de racionalidade e eficiência, a Economia nega qualquer “respeitabilidade” à distinção entre consumo indispensável e supérfluo, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entre excedente efetivo e excedente potencial. O consumo supérfluo é justificado como provedor de indispensáveis incentivos; o trabalho improdutivo é glorificado por contribuir indiretamente para a produção; as depressões e o desemprego são defendidos como o preço que se tem de pagar pelo progresso; o desperdício é perdoado por constituir um pré-requisito da liberdade. Como dizia Marx:

“à medida que o domínio do capital se estende e que mesmo as esferas de produção que se não relacionam diretamente à riqueza material se tornam mais e mais dependentes dele, e que as ciências positivas (Ciências Naturais) a ele se subordinam como instrumentos da produção material — bajuladores de segunda ordem, no campo da Economia Política, julgam ser seu dever glorificar qualquer setor de atividade, demonstrando que ele está ‘ligado’ à produção de riqueza material, e que é um meio de realizá-la. Tais senhores homenageiam qualquer um ao transformá-lo em ‘trabalhador produtivo’, no sentido mais restrito do termo, isto é, trabalhador que está a serviço do capital, que é útil, de algum modo, a seu acréscimo”.<sup>5</sup>

E mais:

“O capitalismo cria uma estrutura crítica de pensamento que, após destruir a autoridade moral de tantas outras instituições, volta-se afinal contra as suas: a burguesia surpreende-se ao descobrir que a atitude racionalista não se detém diante das credenciais de reis e de papas, mas as ultrapassa para atacar a propriedade privada e todo o sistema de valores burgueses”.<sup>6</sup>

Do ponto de vista de uma sociedade socialista, isto é, de um ponto de vista que transcende o quadro de referência capitalista, muito do que, ao pensamento econômico e social burguês, parece ser indispensável, produtivo e racional se transforma em supérfluo, improdutivo e esbanjador. Pode-se dizer que, em geral, somente um ponto de vista intelectualmente fora da ordem social vigente, não adumbrado por seus “valores”, sua “inteligência prática” e suas “verdades evidentes”, proporcio-

<sup>4</sup> “O trabalho de alguns dos mais respeitáveis membros da sociedade equipara-se aos dos empregados domésticos — não produz qualquer valor. (...) O soberano, por exemplo, e todos os oficiais da Justiça e da Guerra que se encontram sob suas ordens, todo o Exército e a Marinha são trabalhadores improdutivos. São empregados do povo e são mantidos por uma parte do trabalho de outras pessoas. (...) Na mesma classe devem ser incluídos (...) padres, advogados, médicos, homens de letras de qualquer espécie, atores, músicos, cantores de ópera, dançarinos etc.” SMITH, Adam. *Wealth of Nations*. Edição da Modern Library. p. 295.

“Quando o produto anual de um país ultrapassa o seu consumo, diz-se que seu capital aumentou; quando o seu consumo anual ultrapassa o seu produto anual, diz-se que o capital desse país diminuiu. O capital pode, portanto, ser aumentado por um acréscimo do produto social ou por um decréscimo do consumo improdutivo”. RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*. Edição da Everyman's Library. p. 150.

<sup>5</sup> MARX. *Theories of Surplus Value*. Londres, 1951. p. 177.

<sup>6</sup> SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, 1950. p. 143.



na uma visão crítica das contradições dessa ordem social e de suas potencialidades ocultas. O exercício da autocrítica é tão penoso para uma classe dirigente quanto para um indivíduo.

É facilmente perceptível que a decisão sobre o que constitui o excedente econômico potencial, sobre a natureza do consumo supérfluo, do desperdício e do trabalho improdutivo, diz respeito às próprias fundações da Economia burguesa e, em particular, ao ramo desta que se tornou conhecido pelo nome de Economia do Bem-Estar. O objeto desse ramo da teoria econômica — talvez o mais ideológico e apologético de todos — é organizar os nossos conhecimentos sobre as condições determinantes do bem-estar das populações. Não precisamos dizer que o primeiro e mais importante requisito para que esse esforço tenha sentido é a existência de uma conceituação clara do que se deve entender por bem-estar econômico e de critérios que nos permitam distinguir vários graus desse bem-estar. Os economistas do bem-estar resolvem a questão (ou melhor, pensam que resolvem) referindo-se à utilidade ou satisfação experimentada pelos indivíduos. O indivíduo em si, com os seus hábitos, gostos e preferências, é aceito sem exame. Deveria ser óbvio que tal maneira de encarar o indivíduo é totalmente metafísica e não leva em consideração um dos aspectos mais essenciais da História humana. Como notou Marx numa passagem dedicada a Bentham:

“Para saber o que é útil a um cão, devemos estudar a sua natureza. Essa natureza não pode ser deduzida do princípio da utilidade. Antes de aplicá-lo ao homem e supor que ele criticaria todos os atos, movimentos e relações humanas pelo princípio da utilidade, deve-se estudar, em primeiro lugar, a natureza humana em geral e, depois, as modificações sofridas por essa natureza em cada período histórico. Bentham simplifica extremamente o problema. Com a maior singeleza considera o comerciante moderno, especialmente o comerciante inglês, como o homem normal. Tudo o que é útil a esse estranho homem normal e a seu mundo é absolutamente útil. Esse padrão de medida é, então, aplicado por Bentham ao passado, ao presente e ao futuro”.<sup>7</sup>

Não há dúvida de que a pessoa humana, com suas características físicas e psíquicas, com seus valores e aspirações, tem mudado ao longo da História, acompanhando a sociedade de que é parte. Mudanças na estrutura da sociedade têm modificado o homem; mudanças na natureza deste têm alterado a sociedade. Como podemos, então, empregar a utilidade ou a satisfação usufruída por um indivíduo, em dado tempo, como o critério segundo o qual deve ser julgada a contribuição das instituições e relações econômicas para o bem-estar da comunidade? Se nos referirmos ao comportamento observável de um indivíduo, estaremos caminhando em círculo. Seu comportamento é determinado pela ordem social em que vive, em que cresceu, em que foram moldados e determinados sua estrutura de caráter, suas categorias de pensamento, suas esperanças e seus temores. É, na verdade, a capacidade de uma constelação social de produzir mecanismos capazes de moldar personalidades, de prover a estrutura material e psíquica para um tipo específico de existência humana, que transforma essa constelação numa *ordem* social.

Não obstante, os economistas tentam avaliar essa ordem social, sua proclamada eficiência, sua contribuição para o bem-estar humano, por critérios que ela mesma suscitou.<sup>8</sup> Como poderíamos pensar em julgar a contribuição que um homicídio faz ao bem-estar, se adotássemos como ponto de partida os cânones de com-

<sup>7</sup> *Capital*. Edição Kerr. v. I, p. 668.

<sup>8</sup> “A função das instituições econômicas é organizar a vida econômica de conformidade com os desejos da comunidade, (...) a eficiência da organização econômica será (...) julgada por seu ajustamento às preferências da comunidade.” SCITOVSKY, T. *Welfare and Competition*. Chicago, 1951, p. 5.



portamento seguidos por uma sociedade canibal? O que poderíamos fazer de melhor seria julgar a *coerência* do comportamento dos canibais com suas próprias leis e regulamentos canibalísticos. Esse tipo de indagação poderia ser útil, se estivéssemos procurando divisar os meios necessários à preservação e ao melhor funcionamento da sociedade canibal. O que se poderia deduzir, porém, de tal investigação, em termos de bem-estar humano? Defrontaríamos com uma situação de ótimo econômico se supuséssemos que a vida dos canibais se conforma plenamente com os preceitos de sua sociedade, que seus chefes conseguem realizar tantos escalpelos quantos são requeridos pela sua fortuna, posição social e suas relações, e que todos os demais canibais consomem o número de estrangeiros que corresponde, exatamente, à sua produtividade marginal e que não os obtêm a não ser por aquisições num mercado livre. Poderíamos, em tal caso, afirmar que o bem-estar dos canibais melhorou? É óbvio que não poderíamos tirar essa conclusão da situação que descrevemos. O que fizemos foi apenas estabelecer que a prática da sociedade canibal corresponde, aproximadamente, aos princípios que essa sociedade desenvolveu. Não afirmamos nada, porém, sobre a validade ou a irracionalidade desses princípios ou sobre sua relação com o bem-estar humano.

A Economia do Bem-Estar, como se vê, tem por objetivo o exame da medida em que a organização econômica existente satisfaz as normas ditadas pela organização econômica existente, do grau em que o aparelho produtivo de uma sociedade capitalista se encontra organizado, "eficientemente", para uma produção cujo volume e composição são determinados pela estrutura desse mesmo aparelho produtivo. Investiga, laboriosamente, além disso, o grau em que a organização sócio-econômica existente orienta os recursos disponíveis de maneira a corresponder à demanda dos consumidores. Esta, por sua vez, é determinada pela distribuição da riqueza, e da renda, pelos gostos e escalas de valores das pessoas, os quais são moldados pela organização sócio-econômica existente. Tais preocupações nada têm em comum com a investigação das condições conducentes ao bem-estar ou com o estudo da medida em que as instituições e relações econômicas e sociais da sociedade capitalista promovem ou impedem o bem-estar das populações.

Um admirador da Economia do Bem-Estar nos faria parar aqui e indagaria que outro critério de bem-estar temos em vista.<sup>9</sup> Se a atuação efetiva e observável do indivíduo no mercado não é aceita como o teste último do que constitui o seu bem-estar, que outro teste usaremos?

O simples fato de que essa pergunta seja formulada indica o quanto já se caminhou pela estrada da irracionalidade e do obscurantismo desde os dias da Economia e Filosofia clássicas. A resposta a ela, porém, é mais simples do que se possa pensar — mais simples e mais complexa, a um só tempo. Ei-la: a *razão objetiva* é o único critério pelo qual é possível julgar a natureza de uma organização sócio-econômica, sua capacidade em contribuir para a manifestação geral das potencialidades humanas e para o seu crescimento. Foi a razão objetiva que norteou a crítica, empreendida por homens como Maquiavel e Hobbes, da sociedade então existente; foi a razão objetiva que levou Smith e Ricardo a chamarem os senhores feudais, os cortesãos e o clero de seu tempo de parasitas, pois eles não somente não contribuíram para o progresso da sociedade, mas tiravam-lhe todas as possibilidades de crescimento.

<sup>9</sup> O Prof. Scitovsky, por exemplo — um dos autores mais competentes no assunto —, observa: "(...) se principiarmos a duvidar da capacidade do consumidor de decidir o que é bom para ele, enveredaremos por uma estrada em que é difícil parar e poderemos terminar por nos descartarmos totalmente do conceito de soberania do consumidor". *Op. cit.*, p. 184. O que está em pauta, de fato, não é o "conceito de soberania do consumidor", mas apenas a versão apologetica e não-histórica desse conceito, versão que permeia toda a Economia burguesa.



Não se conclua do que foi dito que a substância da razão objetiva seja imutável no tempo e no espaço. Pelo contrário: a razão objetiva é parte integrante do fluxo sempre mutável da História; seus contornos não estão menos sujeitos à dinâmica do processo histórico do que a Natureza e a sociedade em geral. “Ninguém pode cruzar duas vezes o mesmo riacho”: o que é razão objetiva numa etapa histórica é anti-razão e reação em outra. Essa dialética da razão objetiva nada tem em comum com o cinismo relativista do pragmatismo ou com a indeterminação oportunista das várias filosofias do *élan vital*. Fundamenta-se ela na compreensão científica, profunda e crescente que o homem adquiriu sobre a Natureza e a sociedade, na exploração concreta e na utilização prática das condições naturais e sociais do progresso.

A atitude historicamente ambivalente e mutável em relação ao progresso e à razão objetiva — atitude que tem caracterizado o pensamento burguês desde que a burguesia começou a se sentir continuamente dividida entre a oposição ao feudalismo e o temor ao socialismo nascente — explica o fato de ter a crítica socialista das instituições econômicas e sociais encontrado, algumas vezes, acolhida relativamente simpática por parte dos economistas burgueses, na medida em que essa crítica se dirigiu contra os resíduos da ordem feudal. O esbanjamento de riqueza pelos senhores de terra nos países atrasados constitui um objetivo de ataque não menos admissível que sua prodigalidade sob o *ancien régime* nos países mais adiantados. A tolerância é sempre muito menor quando a crítica se dirige às instituições capitalistas *sensu stricto*. Apontar, por exemplo, a estrutura sócio-política dos países atrasados como o principal obstáculo a seu progresso é, no atual estágio imperialista do desenvolvimento capitalista, quase tão suspeito quanto insistir sobre o papel que o imperialismo desempenha no retardamento do desenvolvimento interno das nações capitalistas adiantadas e na estagnação que se perpetua nas áreas subdesenvolvidas.

Economistas apoiados, social e mentalmente, na fase (e estrato) competitiva e pequeno-burguesa da sociedade capitalista desenvolveram certa medida de clarividência com relação à irracionalidade, ao desperdício e às conseqüências culturais do capitalismo monopolista. Esquecendo-se de que é o capitalismo competitivo e liberal que, inelutavelmente, dá origem ao monopólio, reconhecem eles alguns dos custos econômicos, sociais e humanos do capitalismo em sua fase monopolista; discernem algumas das manifestações mais óbvias de consumo supérfluo, de atividades improdutivas, de irracionalidades e de brutalidade do “monarquismo econômico”. Ao mesmo tempo, os escritores que se libertaram das cadeias de uma fase pretérita ou que ingressaram diretamente na “nova era” são, algumas vezes, impressionantemente perspicazes ao remover de seu pedestal a ordem competitiva do passado — as sacrossantas virtudes da adolescência competitiva do capitalismo.

Enquanto essa tendência do pensamento burguês fornece alguns elementos e informações que permitem uma avaliação, ainda que aproximada, da natureza (e magnitude) do excedente econômico potencial, o conflito sempre latente, e algumas vezes aberto, entre os interesses da classe capitalista como um todo e os seus membros isoladamente considerados oferece outra oportunidade para a compreensão dos temas em pauta. Assim é que, em tempos de guerra, quando a vitória constitui o principal interesse da classe dominante, o que em tais circunstâncias constitui a razão objetiva se sobrepõe aos interesses particulares e às utilidades subjetivas. Seja pela adoção do serviço compulsório nas forças armadas, de controles econômicos, seja pelo sistema de requisição e confisco de suprimentos essenciais, reconhecem-se as necessidades objetivas, admite-se que elas sejam plenamente avaliáveis e se lhes empresta importância muito maior que às preferências individuais reveladas pelo comportamento do mercado. Tão logo, porém, essa situação de emergência passe, e a circunstância de se admitir a possibilidade de se identifi-



car a razão objetiva ameace transformar-se em fonte de perigosa crítica social, o pensamento burguês retira-se às pressas de qualquer posição avançada que, temporariamente, possa ter mantido e mergulha, uma vez mais, em seu costumeiro estado de agnosticismo e de “inteligência prática”.

Poder-se-ia avaliar, sem maiores dificuldades, o que constitui “consumo supérfluo” se se dedicasse a esse tema apenas uma fração do tempo e da atenção que se dedica atualmente a problemas tão urgentes e importantes como, por exemplo, o da mensuração da utilidade marginal. A conceituação e mensuração do “consumo indispensável”, tanto em países subdesenvolvidos como em economias desenvolvidas, não apresentam dificuldade maior. Onde os padrões de vida são, em geral, baixos e o conjunto de bens disponíveis pouco varia, o consumo indispensável pode ser avaliado em termos de calorias, de outros nutrientes, de qualidade de vestuário, de combustível, de espaço para moradia etc. Mesmo onde o nível de consumo é relativamente elevado e compreende grande variedade de bens de consumo e de serviços, pode-se ter uma idéia do montante e da composição da renda real necessária ao que, socialmente, se considera uma “vida decente”.<sup>10</sup>

Como dissemos antes, é precisamente isso que tem sido feito em todos os países em situações de emergência como as vigentes durante as guerras e os períodos que se lhes seguem. O que o apologista agnóstico do *status quo* e o fervoroso partidário da “soberania do consumidor” consideram obstáculo insuperável, ou condenável manifestação de arbitrariedade, é totalmente acessível à indagação científica e ao julgamento racional.

### III

A identificação de trabalhadores improdutivos, por sua vez, é assunto mais complexo e mais difícil de ser abordado quantitativamente. Como já assinalamos, a simples distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos defronta com a firme oposição da Economia burguesa. Ela sabe — graças à experiência de sua própria juventude — que essa distinção se pode constituir em poderoso instrumento de crítica social, capaz de ser facilmente orientado contra a própria ordem capitalista. Tentando dela se descartar, a Economia burguesa procura eliminar essa distinção quando julga a produtividade, a essencialidade e a utilidade de qualquer atividade pela sua capacidade em obter um preço no mercado. Desaparecem, dessa forma, todas as diferenças entre os vários tipos de trabalho — todas, exceto uma: a magnitude da remuneração a que qualquer atividade tem direito. Qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é considerada, então, útil e produtiva *por definição*.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> O Serviço de Estatística do Trabalho, do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, utiliza um conceito de “consumo indispensável” quando elabora os índices do custo de vida. O Comitê Heller para Pesquisas de Economia Social, da Universidade da Califórnia, emprega conceito semelhante. As necessidades de alimentação, habitação e serviços médicos em vários países foram estudadas pelas Nações Unidas, pela FAO e outras entidades, e representam um dos campos mais importantes para novas investigações. Cf. Food and Agriculture Organization, *FAO Nutritional Studies*, n. 5, *Caloric Requirements* (Washington, junho de 1950); National Research Council, *Reprint and Circular Series, Recommended Dietary Allowances* (Washington, 1948); United Nations, *Housing and Town and Country Planning* (1949-1950), bem como o material mencionado por essas fontes.

<sup>11</sup> É interessante notar que esse esforço de glorificar a ordem capitalista, pela eliminação da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, contribui enormemente para a auto-emasculação da Economia moderna. Levando os seus protagonistas a considerar como produtivas *todas* as atividades que, numa sociedade capitalista, têm recompensa monetária, o critério da aprovação e da valorização do mercado — que pode, pelo menos, pretender ser consistente em condições de capitalismo puro — torna-se fonte de sérios incômodos quando tratamos com uma sociedade permeada de resquícios feudais. A adesão ao princípio da valorização do mercado, em tais circunstâncias, leva os economistas: a) à rápida posição de terem de criticar a situação presente no ponto de vista não-histórico e irreal de Mises, Hauek, Knight e outros da mesma escola, ou b) à necessidade incômoda de “torcer” o “princípio” e proclamar a utilidade e essencialidade de várias atividades cujos produtos não são transacionados, mas que dão uma contribuição “indireta”



A discussão precedente, porém, deixou claro que a valorização do mercado não pode ser considerada como um teste racional para o julgamento da “adequação” e da “eficiência” de uma organização sócio-econômica. A aceitação desse teste implica, como frisamos acima, um raciocínio circular: julgar dada estrutura sócio-econômica por um padrão representativo de um aspecto importante dessa mesma estrutura sócio-econômica. Assim sendo, não se pode dizer o que é trabalho produtivo ou improdutivo numa sociedade capitalista mediante simples referência às práticas diárias do capitalismo. A decisão tem que ser feita concretamente, do ponto de vista dos requisitos e potencialidades do processo histórico, à luz da razão objetiva.

O trabalho improdutivo representa parcela não insignificante da produção de bens e serviços comerciados, produção que é, por conseguinte, considerada nas estatísticas de renda nacional dos países capitalistas. Sejam claros sobre esse ponto: o trabalho improdutivo é plenamente produtivo ou útil *dentro da estrutura da ordem capitalista* e pode ser, na verdade, indispensável à preservação desta. É desnecessário assinalar que as pessoas empenhadas nesse tipo de trabalho podem ser, e na maioria das vezes o são, “cidadãos proeminentes”, trabalhadores, homens conscientes, cujo trabalho vale o salário que recebem. A sua classificação como “trabalhadores improdutivos”, portanto, não implica opróbrio nem qualquer outro estigma. Ocorre freqüentemente que homens de boa vontade — compelidos a viver e trabalhar num sistema cuja orientação não se encontra sob seu controle — não apenas deixam de atingir os objetivos pelos quais se esforçam, mas atingem os verdadeiros opostos daqueles que procuravam alcançar.

Percebe-se facilmente que a identificação e a medida dessa parcela improduti-va do esforço econômico total de um país não podem ser feitas pela aplicação de uma simples fórmula. *Esta parcela consiste — para falar em termos mais gerais — em todo o trabalho empregado na produção de bens e serviços cuja procura pode ser atribuída às condições e relações peculiares ao sistema capitalista, procura esta que se não verificaria numa sociedade racionalmente organizada.* Parte apreciável desses trabalhadores improdutivos encontra-se, portanto, ocupada na produção de armamentos, de artigos de luxo de toda espécie, de objetos de ostentação e indicativos de posição social. Outros são funcionários governamentais, membros das forças armadas e do clero, advogados especialistas em fraudes fiscais, técnicos em relações públicas etc. Outros grupos de trabalhadores improdutivos são constituídos por agentes de publicidade, intermediários, comerciantes, especuladores etc. Um exemplo particularmente interessante pode ser encontrado num dos livros de Schumpeter — um dos poucos economistas contemporâneos que não se satisfaz em permanecer no nível da “inteligência prática”, mas tentou elevar-se à compreensão do processo histórico:

“Parte considerável do trabalho realizado pelos advogados é dedicada à luta das empresas contra o Estado e seus órgãos (...) numa sociedade socialista não haveria nem necessidade nem lugar para esse trabalho. A poupança resultante não pode ser medida, de modo satisfatório, pela soma das remunerações percebidas pelos advogados que têm esse tipo de ocupação. Tal soma é desprezível. Não se pode, porém, considerar desprezível a perda social ocasionada pelo emprego improdutivo de muitos dos melhores cérebros. Se ponderarmos que cérebros atilados constituem um produto terrivelmente escasso, veremos que seu emprego em outro tipo de ocupação pode ser de importância maior do que infinitesimal”.<sup>12</sup>

à produção comerciável ou que desempenham um papel fundamental na preservação e funcionamento do sistema capitalista como um todo.

<sup>12</sup> SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, 1950. p. 198.



O que é crucial lembrar é que trabalho improdutivo, definido da maneira acima, não se relaciona diretamente ao processo de produção indispensável e é mantido por uma parte do excedente econômico da sociedade. Participa também dessa característica outro grupo de trabalhadores que se não inclui dentro de nossa definição de trabalho improdutivo. Cientistas, médicos, artistas, professores e pessoas com profissões semelhantes às indicadas vivem do excedente econômico, mas exercem uma atividade cuja procura, numa sociedade racionalmente organizada, longe de desaparecer, seria multiplicada e intensificada de maneira sem precedente. Por conseguinte, embora seja perfeitamente justo, do ponto de vista da mensuração do excedente *total* correntemente gerado pela sociedade, incluir tais profissionais entre as pessoas sustentadas pelo excedente econômico, parece aconselhável tratá-los separadamente, quando se cogita de avaliar a magnitude do excedente *potencialmente* disponível para utilização racional.

“O trabalho pode ser necessário sem ser produtivo.”<sup>13</sup>

Essa distinção é sobremaneira útil quando se consideram não apenas as possibilidades de crescimento econômico, mas também o período de transição do capitalismo para o socialismo. Isso porque o trabalho improdutivo acima definido tende a desaparecer gradualmente, à medida que uma sociedade socialista avança na direção do comunismo. De fato, certas classes de trabalhadores improdutivos são imediatamente eliminadas com a planificação da economia, enquanto outras continuam a existir, ainda por algum tempo, mesmo em sistemas de transição do capitalismo para o comunismo, como, por exemplo, o da URSS. Pode-se dizer que o índice mais importante do progresso realizado por uma sociedade socialista, que caminha em direção ao comunismo, é representado pelo grau de eliminação do trabalho improdutivo (segundo nossa definição), pela medida em que instituições como o exército, a Igreja etc. tenham sido eliminadas e os recursos materiais e humanos liberados tenham sido empregados no aumento do bem-estar humano.

Por outro lado, o desenvolvimento de uma sociedade socialista determina enorme expansão do grupo de trabalhadores que é sustentado pelo excedente econômico e que não é abrangido por nossa definição de trabalho improdutivo. Como predisse Marx: a parte do produto global

“(...) que é destinada à satisfação de necessidades sociais, tais como escolas, serviços de saúde etc. (...) é (...), desde o início, (...) consideravelmente aumentada em comparação com a sociedade atual e cresce à medida que a nova sociedade se desenvolve (...), (enquanto) os custos gerais da administração não relacionada à produção (...) restringem-se, consideravelmente, desde o início, em comparação com a sociedade atual e diminuem à medida que a nova sociedade se desenvolve”.<sup>14</sup>

Assim sendo, os recursos usados para a manutenção de indivíduos que vivem do excedente econômico da sociedade, mas que não estão incluídos no trabalho improdutivo como o definimos, não podem ser considerados como pertencentes ao fundo potencialmente disponível para propósitos de desenvolvimento econômico.

Uma vez mais: a despeito das dificuldades que possam ser encontradas na tentativa de mensurar com exatidão o volume de trabalho improdutivo despendido

<sup>13</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie* (Rohentwurf). Berlin, 1953. p. 432.

<sup>14</sup> MARX. *Critique of the Gotha Program*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. II. p. 20 et seqs.



numa economia capitalista, a natureza dessa tarefa, em tempos de emergência, não é menos clara que a necessidade de diminuição — e mesmo de eliminação — do consumo não-essencial. Trabalhadores improdutivos são recrutados para o exército, enquanto trabalhadores produtivos não o são. Serviços de orientação de trabalhadores tentam remover pessoas de empregos improdutivos para os produtivos. Os órgãos encarregados do racionamento emitem cartões diferentes para indivíduos com ocupações diferentes, dando tratamento preferencial aos trabalhadores produtivos.

A terceira forma pela qual se oculta o excedente econômico potencial numa sociedade capitalista não é, conceptualmente, mais complexa do que a anterior, embora seja talvez ainda mais difícil de medir. Desperdícios e irracionalidades na organização produtiva — eis aqui a terceira forma de que falávamos — podem ser observados em grande número de ocasiões e determinam a obtenção de um produto social bem inferior ao que poderia ser conseguido com o mesmo dispêndio de recursos humanos e materiais. Há, em primeiro lugar, a existência (e contínua reprodução) de capacidade ociosa, a qual absorve, improdutivamente, parcela significativa do investimento corrente. Não nos referimos aqui à parcela da força de trabalho, às fábricas e aos equipamentos que são condenados à ociosidade em tempos de depressão. A isso voltaremos mais tarde. O que temos em mente, neste contexto, é a capacidade física não utilizada nem mesmo durante os anos de prosperidade, tanto pelos setores industriais declinantes como pelos que se encontram em franca expansão.<sup>15</sup>

A Brookings Institution efetuou uma investigação sobre capacidade ociosa nos Estados Unidos durante o período de 1925/29.<sup>16</sup> Para os efeitos dessa pesquisa, definiu-se “capacidade” de uma indústria como a produção que seria realizada durante um dia normal de trabalho, mediante o emprego do número de turnos comumente usado na indústria e graças à apropriada manutenção do equipamento da fábrica (isto é, levando-se em conta as necessárias paradas para reparos etc.). Fábricas que se encontravam fechadas foram excluídas, não sendo consideradas como capacidade ociosa. A capacidade assim definida (conservadoramente) é, por conseguinte, inferior à “capacidade teórica” geralmente evidenciada pelas estatísticas e baseada em estimativas técnicas. A Brookings Institution concluiu que

“em geral (...) nos anos que vão de 1925 a 1929, as instalações industriais disponíveis foram usadas à razão de 80 a 83% de sua capacidade”.<sup>17</sup> O estudo adverte que “provavelmente nem toda produtividade adicional indicada como possível pelos dados acima poderia ter sido obtida, uma vez que havia grandes diferenças na capacidade potencial dos diferentes ramos de indústria. Se toda a indústria funcionasse à plena capacidade, enormes excedentes de alguns bens ocorreriam, inelutavelmente”.<sup>18</sup>

Os autores desse estudo assinalam que, “se esforços produtivos novos fossem orientados para a coordenação dos vários ramos industriais”, essa desproporcionabilidade poderia ser acentuadamente diminuída se não totalmente eliminada. Não es-

<sup>15</sup> Convém notar, a esse respeito, que, numa sociedade racionalmente planejada, não há motivo para a existência de capacidade ociosa durante certo tempo mesmo em setores industriais declinantes, isto é, em setores que defrontam com diminuição da procura de seus produtos. Conversões apropriadas de tais capacidades para produção de outros bens poderiam reduzir a capacidade ociosa a um mínimo.

<sup>16</sup> *America's Capacity to Produce and America's Capacity to Consume*. Washington, 1934. Para uma excelente síntese desse estudo, ver STEINDL, J. *Maturity and Stagnation in American Capitalism*. Oxford, 1952. p. 4 et seqs., de onde foram retiradas algumas sentenças incluídas no texto acima.

<sup>17</sup> *America's Capacity to Produce and America's Capacity to Consume*. Washington, 1934. p. 31.

<sup>18</sup> *Ibid.*



timam, porém, o volume de produção que poderia ser obtido graças a essa coordenação. Mesmo na ausência dela, entretanto,

“uma produção 19% maior do que a realizada teria sido possível. Essa produtividade maior, expressa em termos monetários, significaria 15 bilhões de dólares, aproximadamente”;

isto é, quase 20% da renda nacional dos Estados Unidos em 1929.

Não se fez nenhum estudo semelhante sobre capacidade ociosa durante o pós-guerra. Pode-se perceber, porém, a partir de dados esparsos que, mesmo durante os anos de prosperidade sem precedente que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, a capacidade ociosa da indústria americana atingiu proporções fantásticas. Cálculos realizados por um pesquisador sugerem que apenas 55% dessa capacidade (conservadoramente estimada) foi utilizada durante o próspero ano de 1952.<sup>19</sup> Tal estimativa não inclui prodigiosas quantidades de alimentos, cuja produção era dificultada por vários tipos de controle, que se permitiu se deteriorassem ou foram destruídas ou usadas como alimentos de animais.

Toda estimativa de capacidade (e de capacidade ociosa) é altamente sujeita a erro. Além das informações estatísticas existentes serem inadequadas, elas dependem da definição de capacidade que se adota, do grau de utilização que se supõe ser o “normal” e da medida em que considerações sobre mercado, procura e lucro são levadas em conta ao se decidir sobre a magnitude da capacidade ociosa. Não se deve permitir, porém, que dificuldades encontradas na mensuração de um fenômeno obscureçam o próprio fenômeno. Tais dificuldades não importam ao presente contexto, pois nosso propósito aqui não é avaliar a magnitude do excedente econômico potencial em dado país, durante determinado tempo, mas apenas indicar as formas que tal excedente assume.

O desperdício de recursos determinado pela existência de monopólio e de concorrência monopolista é, da mesma maneira, claramente discernível. O excedente econômico potencial que daí promana nunca foi analisado em sua inteireza, embora se façam freqüentes referências a seus componentes na literatura econômica. Em primeiro e talvez mais importante lugar, há a mencionar a produção que se perde em virtude da subutilização das economias de escala, subutilização esta que tem origem na irracional diferenciação de produtos. Não é do meu conhecimento que alguém haja tentado calcular a poupança global que seria realizada se grande número de artigos que apresentam diferenças puramente nominais fosse padronizado, e se sua produção fosse concentrada nas fábricas tecnicamente mais eficientes e econômicas. Se olharmos para os automóveis e outros bens duráveis de consumo (geladeiras, fogões, aparelhos elétricos etc.), ou se pensarmos em produtos como sabonetes, pastas de dentes, tecidos, sapatos ou alimentos enlatados, concluiremos que não pode haver dúvida de que a padronização e a produção em massa poderiam diminuir, apreciavelmente, o custo unitário de produção. Convém notar que casos existem em que firmas sob condições monopolísticas operam fábricas cujo tamanho pode ser considerado ótimo do ponto de vista técnico, fábricas em que, em outras palavras, nenhuma economia de escala adicional pode ser realizada pela introdução de processos tecnológicos já conhecidos. Há muita razão, porém, para se acreditar que tais casos são relativamente raros, e que limitações de mercado para cada marca e de capital disponível para firmas isoladas são fatores que determinam a existência de fábricas de tamanho menor (e, muita vez, conside-

<sup>19</sup> ROBB, Lewis H. “Industrial Capacity and its Utilization”. In: *Science & Society*. Outono de 1953. p. 318-325.



ravelmente menor) do que seria racional. A contínua existência e proliferação de empresas pequenas, ineficientes e dispensáveis — não apenas na indústria, mas também, em particular, na agricultura e nos setores de distribuição e de serviços — resultam em desperdício de recursos materiais e humanos, cuja magnitude dificilmente pode ser avaliada.<sup>20</sup>

A multiplicação de unidades produtivas e o esbanjamento de recursos ocasionado pela irracional pequenez de empresas são acompanhados pelo desperdício por parte dos grandes monopólios, os quais, escudados nas suas posições monopolistas, não sentem necessidade de se preocupar com a minimização dos custos ou com a maximização da eficiência. Devemos mencionar aqui, a esse respeito, os chamados custos fixos das sociedades anônimas, postos em evidência por suas despesas de representação assombrosamente crescentes e pelos exorbitantes ordenados pagos aos membros de suas diretorias. Estes últimos, note-se, não contribuem em nada para a produção da empresa, mas efetuam retiradas graças à força de suas ligações financeiras, de sua influência pessoal ou dos traços de caráter que os tornam particularmente adaptados à política de tais sociedades.

Não se deve também subestimar o ativo imponderável — talvez mais valioso do que os outros que possamos citar — que vem sendo sistematicamente dilapidado pelos monopólios: o material humano que cresce no ambiente degradante, corruptor e imbecilizante dos vastos impérios do mundo dos negócios; o homem e a mulher comuns, cuja educação vem sendo distorcida e deformada pelo contato contínuo com a produção, a propaganda e as campanhas de vendas das grandes empresas.<sup>21</sup>

Mais difícil de avaliar, ainda, é o benefício que a sociedade poderia usufruir da pesquisa científica se sua direção e realização não estivessem sob o controle de empresas que visam à obtenção de lucros ou sob o controle de Governos que dão enorme ênfase a programas armamentistas.<sup>22</sup>

Essa espécie de apoio e de administração do trabalho científico influencia grandemente não só sua perspectiva geral, mas também a escolha dos assuntos e dos métodos a serem empregados. Ao desmoralizar e desorientar cientistas, ao deixar de propiciar estímulos verdadeiros para o trabalho criador, tal apoio dificulta e deforma o desenvolvimento da ciência. Ao determinar o modo de utilização das des-

<sup>20</sup> Embora apenas uma parte relativamente pequena desse tipo de excedente econômico potencial tenha sido mobilizada, mesmo em condições de emergência, o que se alcançou em tais ocasiões é suficiente para indicar as dimensões do problema em loco. O acréscimo de produção que se obteve durante a guerra mediante a concentração da produção em fábricas de grandes dimensões, mediante a eliminação dos casos mais flagrantes de duplicação e ineficiência, foi enorme tanto nos Estados Unidos quanto na Grã-Bretanha e na Alemanha.

<sup>21</sup> Não quer isso dizer que Babbitt — o mais apto participante da luta "acirrada" e competitiva pela sobrevivência —, que é venerado por alguns economistas liberais e por algumas Câmaras de Comércio obsoletas, seja um tipo humano mais atraente que o homem "moderno" descrito nos livros de David Riesman, *The Lonely Crowd*, de C. Wright Mills, *White Collar: The American Middle Classes*, de T. K. Quinn, *Glante Business*. Não haveria muita razão para termos confiança no futuro da raça humana se tivéssemos que escolher entre esses dois tipos.

<sup>22</sup> "Sabemos que sob o regime de acordos de cartéis internacionais, as patentes servem, freqüentemente, não como estímulo a investimentos, mas como um mecanismo para limitar a produção, estabelecendo áreas restritas de mercado, limitando o ritmo do progresso técnico, fixando preços etc. Sabemos que o conúbio de antes da guerra entre a Standard Oil e a I. G. Farben retardou enormemente o desenvolvimento da indústria da borracha sintética nos Estados Unidos. Sabemos que as concessões feitas pela Standard à Farben foram ditadas, em grande parte, pelo desejo de eliminar as patentes de gasolina sintética fora da Alemanha. Sabemos que os acordos entre a Du Pont e a I. C. I. resultaram em divisão dos mercados mundiais ao invés de determinarem o desenvolvimento dinâmico e competitivo deles. (...) Investigações feitas revelaram (...) que, quando a Du Pont conseguiu obter um pigmento que poderia ser utilizado tanto em pinturas como no tingimento de tecidos, o diretor de um de seus laboratórios de pesquisa escreveu: 'É preciso despender mais trabalho para adicionar elementos aos corantes 'Monastral', a fim de tomá-los inservíveis para tecidos e úteis apenas para pintura'. Tais investigações descrevem os esforços desperdidos em pesquisas por Rohm & Haas, a fim de descobrirem um elemento que tornasse o metilmetacrilato útil como pó comercial de moldagem, mas inútil para a feitura de dentaduras. Narram ainda os esforços heróicos da organização de pesquisas da General Electric para encurtar a vida das pilhas de lanternas etc." ADAMS, Walter. *American Economic Review*. Maio de 1945. p. 191.



cobertas, limita enormemente os benefícios que poderiam resultar do progresso científico. Existe evidência abundante, tanto no que concerne à energia atômica e aos serviços de utilidade pública como no que respeita à substituição de materiais e processos de fabricação, de que o emprego produtivo de possibilidades técnicas é, séria e freqüentemente, dificultado pelos interesses dos patrocinadores da pesquisa tecnológica.

Essa miríade de formas sob as quais se esconde o excedente econômico potencial na complexa teia de aranha da economia capitalista — todas elas identificáveis mais ou menos rapidamente — não constituiu nunca objeto de investigação sistemática e, muito menos, de avaliação estatística. Tal circunstância, porém, não se deve ao fato de que, no passado, os economistas não tenham tentado analisar o desperdício e a irracionalidade que permeiam a ordem capitalista. A razão é que eles consideravam o desperdício e a irracionalidade como imperfeições e atritos do sistema, que podiam ser corrigidas pelas reformas adequadas, ou como resíduos anacrônicos de tempos pré-capitalistas que se esperava desaparecessem durante o desenvolvimento do próprio capitalismo. Ultimamente, porém, à medida que se tornava cada vez mais óbvio que o desperdício e a irracionalidade, longe de constituírem imperfeições fortuitas, relacionavam-se à própria essência do capitalismo, tornou-se moda minimizar a importância do problema e referir-se a ele como a um “assunto de menor importância”, com o qual se não deve preocupar nossa época de abundância.<sup>23</sup>

Chegamos, assim, ao quarto e último (mas não menos importante) título de nosso catálogo das formas sob as quais o excedente econômico potencial se esconde numa economia capitalista. É ele a produção que a sociedade perde pelo desemprego de recursos materiais e humanos, desemprego motivado, parcialmente, pela inadequação dos meios de coordenação das instalações produtivas e, principalmente, pela insuficiência da procura efetiva. Embora seja difícil, se não impossível, separar essas duas causas de desemprego, identificando a parcela pela qual cada uma delas é responsável, é extremamente útil, para propósitos analíticos, distingui-las claramente. Em parágrafos anteriores, fizemos referência à primeira dessas causas — comumente denominada na literatura econômica de desemprego “friccional”. Manifesta-se ela mediante a despedida de operários, motivada por mudanças na composição da procura ou pela introdução de equipamentos economizadores de mão-de-obra, seguindo a essa despedida o abandono de parte da maquinaria e das instalações produtivas existentes. Embora tanto a mão-de-obra como a maquinaria em questão pudessem ser convertidas em emprego útil e, dessa maneira, reintegradas no processo produtivo, quando ocorre essa reintegração, numa economia capitalista, ela se processa, mesmo sob as circunstâncias mais favoráveis, com grande lentidão e desperdício. É verdade que, num sistema planejado racionalmente, tais perdas não seriam totalmente inevitáveis; seriam, contudo, enormemente reduzidas.

Mais importante ainda — pois segue-se, em ordem de importância, aos dispêndios militares como causa da contínua existência de enorme diferença entre o excedente potencial e o efetivo — é o desemprego determinado pela deficiência da procura efetiva. Tal deficiência afeta tanto a mão-de-obra como as unidades produtivas plenamente utilizáveis e, embora varie de intensidade de período a período, imobiliza ponderável parcela dos recursos materiais e humanos disponíveis.

<sup>23</sup> Essa maneira de encarar o problema, sugerida originalmente por Schumpeter, difundiu-se largamente graças ao livro de J. K. Galbraith, *American Capitalism* (Boston, 1952), onde lemos: “(...) a ineficiência social de uma comunidade rica cresce com o crescimento da riqueza. Tal crescimento, porém, atinge sempre um ponto a partir do qual essa ineficiência se torna irrelevante” (p. 103).



O impacto desse desemprego (sempre presente) de potencialidades produtivas não é adequadamente medido pela estimativa e agregação das diferenças entre produto social em tempos de prosperidade e produto social em tempos de depressão. Esse processo não considera, em primeiro lugar, que, mesmo na maioria dos chamados períodos de pleno emprego, há uma parcela considerável de desemprego de mão-de-obra e de capacidade produtiva, e que, em segundo lugar, mesmo o produto social relativo a um período de máxima prosperidade é menor do que poderia ser se as empresas não tivessem consciência da existência de anos maus e anos bons e não se vissem, em decorrência, na necessidade de ajustar a essa realidade seus planos de produção e de investimento. Cálculos baseados apenas em comparações entre produtos sociais referentes a fases distintas do ciclo econômico subestimam, portanto, o volume de produção perdida em virtude de flutuações do nível de emprego.

Ainda assim tais cálculos, embora conservadores, oferecem uma visão suficientemente ilustrativa do volume do excedente econômico potencial que pode ser atribuído ao desemprego em massa. Isador Lubin, por exemplo, quando diretor do Serviço de Estatística do Trabalho dos Estados Unidos, afirmou em seu depoimento ao Temporary National Economic Committee (1.º de dezembro de 1938):

“Se supusermos uma população economicamente ativa da mesma grandeza da de 1929 e se adicionarmos o emprego perdido em 1930, 1931, 1932 até 1938, chegaremos à conclusão de que o número de homens-ano perdido durante esse período de tempo foi de 43,435 milhões. Em outras palavras, se todos os que trabalharam em 1929 continuassem em seus empregos durante os últimos 9 anos, todos nós poderíamos tomar férias por um ano e dois meses e a diminuição da renda nacional não seria menor do que foi”.<sup>24</sup>

Em termos de renda nacional avaliada aos preços de 1929, a perda total atingiu a 133 bilhões de dólares (essa perda deve ser comparada à renda nacional dos Estados Unidos em 1929 — 81 bilhões de dólares).<sup>25</sup> Esse desemprego de mão-de-obra foi acompanhado por capacidade ociosa das unidades produtivas, a qual atingiu cerca de 20% “no seu auge”, em 1929, e “mais de 1/3” à época do depoimento, isto é, em 1938.<sup>26</sup>

Devemos lembrar que os cálculos de Lubin basearam-se na hipótese de que a população economicamente ativa permanecesse constante de 1929 a 1938 e que sua produtividade não se alterasse durante todo o período. De fato, como ele mesmo notou, a população ativa teria aumentado em 6 milhões e a produção *per capita* teria crescido às taxas usuais se se tivessem desfrutado condições econômicas mais ou menos prósperas. Levando em consideração o aumento da força de trabalho e admitindo que as taxas de crescimento da produtividade que se verificaram na década de 1920 prevalecessem durante a década de 30, o

“Dr. L. H. Bean, do Departamento de Agricultura, estimou a perda sofrida pela renda nacional, a partir de 1920, em 293 bilhões de dólares”.<sup>27</sup>

Esses cálculos foram efetuados em 1938, uma vez que foi nesse ano que se realizaram as investigações. As condições de subemprego aí evidenciadas persistiram até o início da Segunda Guerra Mundial. A mobilização, que se seguiu ao iní-

<sup>24</sup> TNEC Investigation of Concentration of Economic Power, Hearings, Parte I. Washington, 1939. p. 12.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 16.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 77.

<sup>27</sup> *Ibid.*, depoimento de Leon Henderson, p. 159.



cio das operações, demonstrou, de forma mais convincente que todos os cálculos estatísticos, quão grande era o potencial produtivo que jazia adormecido no seio da economia americana. Como é bem sabido, os Estados Unidos, durante os anos de guerra, foram não somente capazes de manter 12 milhões de pessoas ligadas diretamente à guerra, de produzir fantástica quantidade de armamentos, de suprir seus aliados com enormes quantidades de gêneros alimentícios e outros bens, mas ainda de *aumentar* o consumo da população civil. Em outras palavras: todo o esforço bélico americano — durante a maior e mais custosa guerra que sua História registra — foi financiado pelos Estados Unidos mediante a mobilização de *parte* do seu excedente econômico potencial.

Não é necessário acentuar que o desperdício resultante do desemprego não é um fenômeno exclusivamente americano e nem tem apenas interesse histórico. Ele se verifica nos dias que correm e tem sido uma característica de toda a história do capitalismo, em qualquer parte do globo. Embora sua magnitude difira de país a país e de período a período, tal desperdício sempre manteve o produto social em nível apreciavelmente inferior ao que alcançaria numa sociedade racionalmente organizada. O impacto do desemprego não pode ser adequadamente expresso pela medida do produto que se perdeu. Não se podem estimar os benefícios que a sociedade teria usufruído se a energia, a capacidade de trabalho, a mentalidade criadora de milhões de desempregados fossem aplicadas em finalidades produtivas.

#### IV

Se o excedente econômico potencial é uma categoria de considerável interesse científico para a compreensão da irracionalidade da ordem capitalista e de grande sentido prático para uma sociedade capitalista que esteja sob condições de emergência ou defrontando com a necessidade de se desenvolver economicamente — o excedente econômico *planejado* é aplicável tão-somente ao planejamento econômico global de uma sociedade socialista. Tal excedente é a diferença entre o produto social “ótimo” que a sociedade pode realizar em ambiente natural e tecnológico historicamente dado, segundo uma planejada utilização “ótima” dos recursos produtivos disponíveis, e um volume “ótimo”, previamente escolhido, de consumo. O significado e conteúdo dos “ótimos” a que nos referimos diferem, fundamentalmente, do sentido que se empresta a essa noção na Economia burguesa. Não refletem eles uma hipótese de produção e consumo determinada pelo desejo de obtenção de lucros das empresas existentes, pela distribuição da renda, pelos gostos e pressões sociais que se manifestam numa sociedade capitalista. Representam o julgamento ponderado de uma comunidade socialista orientada pela razão e pela ciência. Assim sendo, no que tange à utilização de recursos, implica uma profunda racionalização do aparelho produtivo da sociedade (liquidação de unidades de produção ineficientes, economias de escalas máximas etc.), a eliminação de dispensável diferenciação de produtos, a abolição do trabalho improdutivo (anteriormente definido), uma política científica de conservação de recursos materiais e humanos etc.

Essa noção de “ótimo” não pressupõe, tampouco, a maximização do produto social que podia ser atingida num país, em dado período de tempo. Pode ela muito bem ser associada a um produto inferior ao máximo em virtude de diminuição do dia de trabalho, de aumento do tempo dedicado à educação ou do abandono consciente de certos tipos de trabalho julgados perigosos (mineração de carvão, por exemplo). O fundamental é que o volume do produto social não seria determinado pelo resultado fortuito de um sem-número de decisões desordenadas toma-



das por empreendedores e empresas isoladamente. Seria determinado, isso sim, por um plano racional que expressasse o que a sociedade deseja produzir, consumir, poupar e investir durante um período de tempo determinado.<sup>28</sup>

Além disso, a constelação de recursos que pode ser considerada “ótima” numa economia socialista não exige, de maneira alguma, uma redução do consumo ao meramente essencial. Ela pode e será sempre associada a um nível de consumo apreciavelmente mais elevado que o sugerido pelo critério de essencialidade. O importante é que o nível de consumo e, por conseguinte, o volume do excedente efetivamente gerado não sejam determinados pelo processo de maximização de lucros, mas por um plano racional que reflita as preferências das sociedades com relação ao consumo presente e ao consumo futuro. O excedente econômico numa economia socialista, em consequência, pode ser menor ou maior do que o excedente econômico efetivo de uma sociedade capitalista; pode mesmo ser igual a zero se a sociedade decidir que não mais investirá. Tudo depende do estágio que se atingiu no processo histórico, do grau de desenvolvimento dos recursos produtivos, da estrutura e crescimento das necessidades humanas.

Nada mais precisamos dizer sobre os nossos instrumentos de análise. Tentamos agora aplicá-los a algum material histórico.

<sup>28</sup> O fato de que uma economia planificada pode, facilmente, liquidar com a mais flagrante irracionalidade do sistema capitalista — o desemprego originado pela insuficiência da procura — é sucintamente demonstrado por M. Kalecki: “É útil ponderar qual seria o efeito de uma redução no investimento num sistema socialista. Os trabalhadores dispensados da produção de bens de capital seriam empregados pelas indústrias de bens de consumo. O aumento da oferta desses bens seria absorvido por uma diminuição de seus preços. Uma vez que os lucros das indústrias socialistas seriam iguais ao investimento, os preços teriam que ser reduzidos até o ponto em que o declínio nos lucros igualasse a queda no valor do investimento. Em outras palavras, o pleno emprego seria mantido pela redução dos preços em relação aos custos. No sistema capitalista, entretanto, a relação preço-custo (...) é mantida e os lucros declinam mediante redução da produção e do emprego, em montante igual ao investimento mais o consumo dos capitalistas. É na verdade paradoxal que, embora os apologistas do capitalismo considerem comumente o “mecanismo dos preços” como a grande vantagem do sistema capitalista, a flexibilidade de preços se afirma como característica distintiva de uma economia socialista”. *Theory of Economic Dynamics*. Londres, 1954. p. 42 et seqs.



## ***Imobilidade e Movimento do Capitalismo Monopolista (I)***

### ***I***

O ritmo e a direção do desenvolvimento econômico de um país, em dado momento, dependem, como dissemos anteriormente, tanto da *magnitude* como do *modo de utilização* do excedente econômico. Estes, por sua vez, são determinados por (e, ao mesmo tempo, determinam): o grau de desenvolvimento das forças produtivas, a correspondente estrutura das relações sócio-econômicas e o sistema de apropriação do excedente econômico que essas relações envolvem. De fato, como Marx assinalou:

“(...) a forma econômica específica, segundo a qual o trabalho excedente não remunerado é extraído dos produtores diretos, determina a relação entre dominantes e dominados, da mesma maneira que ela se origina, diretamente, da produção e, por sua vez, reage sobre esta como elemento determinante. (...) É sempre a relação direta dos proprietários dos meios de produção com os produtores diretos que revela o mais íntimo segredo e o fundamento oculto de toda estrutura social. (...) A forma dessa relação entre dominantes e dominados corresponde sempre a um estágio definido de desenvolvimento da força de trabalho e de sua produtividade social. Isso não impede que a mesma base econômica mostre infinitas variações e gradações em sua aparência, embora suas condições fundamentais sejam sempre as mesmas”.<sup>1</sup>

Seria uma tarefa fascinante acompanhar a evolução da magnitude e a aplicação do excedente econômico ao longo do desenvolvimento pré-capitalista. O material necessário poderia ser reunido recorrendo-se à literatura antropológica e histórica disponível e seu levantamento sistemático muito auxiliaria no provimento do princípio organizacional de que se está necessitando urgentemente para empreender uma análise significativa da história econômica e social. É óbvio que tal empreendimento não poderia ser tentado dentro dos limites do presente trabalho. Para nossos propósitos é suficiente acentuar que a transição do feudalismo para o capitalismo representou uma mudança radical no método de extração, no modo de

<sup>1</sup> *Capital*. Edição Kerr. v. III, p. 919. Modificamos algumas palavras onde a tradução é menos exata.



utilização e, conseqüentemente, na grandeza do excedente econômico.<sup>2</sup> Os economistas clássicos tinham plena consciência dessa implicação, de importância crucial, da ordem capitalista nascente. Viam eles como principal *raison d'être* dessa ordem sua capacidade de proporcionar progresso econômico rápido, não simplesmente mediante a maximização do excedente econômico com base em determinado nível de produtividade e produção — afinal de contas, esse problema estava sendo resolvido também pelo feudalismo — mas principalmente mediante sua utilização racional e produtiva.

A ordem econômica emergente da decadência do feudalismo — já visível aos grandes autores clássicos em seus contornos mais essenciais — apresentava enormes possibilidades de investimento maciço em meios de produção. Os empreendedores individuais — operando agora em ambiente sócio-econômico diferente, libertos das antigas restrições e capazes de dar plena manifestação a seu insopitável desejo de auferir lucros — lutavam para “progredir”, para acumular e para expandir suas empresas e constituíam necessariamente poderoso fator de aumento do produto social. Diante disso, a concorrência entre os empreendedores os forçaria, continuamente, a melhorar seus métodos de produção, a promover o progresso tecnológico e a utilizar plenamente seus resultados, assim como a aumentar e diversificar sua produção. O desperdício e a irracionalidade seriam eliminados do processo produtivo, uma vez que os recursos produtivos disponíveis tenderiam a ser utilmente empregados e a redução dos custos constituiria o interesse dominante de capitalistas preocupados com a maximização dos lucros. O funcionamento da Lei de Say faria com que a produção global encontrasse normalmente procura adequada, enquanto as “desproporcionalidades friccionais”, que poderiam resultar de mudanças tecnológicas ou de variações de gosto, constituiriam meras “doenças de crescimento”, perfeitamente negligenciáveis e não muito perigosas em suas repercussões. Tais crises, na realidade, pelo fato de ajustarem o aparelho produtivo às mutáveis necessidades da comunidade e de depurarem-no, de quando em quando, de unidades atrasadas e ineficientes, teriam efeitos realmente benéficos: promoveriam o progresso geral e facilitariam a sobrevivência dos mais aptos.

Do produto máximo assim obtido, uma parcela máxima constituiria o excedente econômico. A concorrência entre os operários impediria que os salários ultrapassassem o nível de subsistência e diminuíssem os lucros — a forma característica sob a qual o excedente econômico apareceria na sociedade capitalista.<sup>3</sup> Não haveria, também, qualquer perigo da procura de trabalho — acumulação de capital — exceder sua oferta. Poder-se-ia esperar que o aumento da população mantivesse o mercado de trabalho sob pressão e impedisse qualquer expansão da parcela do produto social absorvida pelo “fundo de salários”.

Não deveria haver lugar, na ordem capitalista competitiva, para trabalhadores “improdutivos” que não contribuíssem para a acumulação de capital. Não mais seria permitido que os grandes séquitos, o extravagante modo de vida das cortes feudais, o luxo e o conforto gozados pelos patriarcas das cidades medievais absorvessem o excedente econômico.<sup>4</sup> O culto divino seria tornado menos dispendioso: ri-

<sup>2</sup> A transição da escravidão para a servidão — base da ordem feudal — que se verificou no fim da Antiguidade constituiu igualmente um importante marco no desenvolvimento econômico e social.

<sup>3</sup> “O preço natural do trabalho é o preço que é necessário pagar a fim de que os trabalhadores subsistam e perpetuem sua raça, sem aumentar ou diminuir”. RICARDO. *Principles of Political Economy and Taxation*. Edição da Everyman's Library. p. 53. “Se os salários continuassem os mesmos, os lucros dos industriais não se alterariam, mas se (...) os salários aumentassem (...) então os lucros necessariamente diminuiriam”. *Ibid.* p. 64.

<sup>4</sup> “Os dispêndios de um grande senhor feudal mantêm, geralmente, mais pessoas ociosas do que ativas. Embora o capital de um rico comerciante mantenha apenas pessoas ativas, os seus gastos, isto é, os dispêndios da renda que auferir, mantêm comumente a mesma espécie de pessoas que os do senhor feudal”. SMITH, Adam. *Wealth of Nations*. Edição da Modern Library. p. 317. É interessante observar que para Adam Smith, o “rico comerciante” ainda é uma



tos simples e modestos realizados por clérigos humildes, frugalmente mantidos por suas congregações, substituiriam a pompa e o aparato organizados pela rica e refinada hierarquia da Igreja Católica Romana ou da Igreja Nacional.

Custos de venda elevados, grandes despesas de propaganda, capacidade ociosa, departamentos jurídicos ou de relações públicas não eram incluídos, também, no modelo de uma economia que se supunha composta de firmas relativamente pequenas, elaborando produtos mais ou menos homogêneos e substituíveis uns pelos outros. É certo que alguns trabalhadores improdutivos teriam necessariamente de existir — banqueiros, corretores, comerciantes. Uma vez, porém, que se integrassem no sistema capitalista, desempenhariam um papel inteiramente diferente do que exerciam na sociedade feudal. Não somente *contribuiriam* para a formação do excedente econômico, como a parcela deste que lhes caberia a título de remuneração por serviços prestados seria, em sua maior parte, acumulada e não consumida. De fato, diminuindo a renda real das massas trabalhadoras, às quais transfeririam parte do custo de suas operações, fariam eles uma contribuição independente para a formação de capital ao invés de diminuí-la.<sup>5</sup>

Ainda mais importante era a pronunciada diminuição, se não o desaparecimento, do que se considerava como um dos mais insaciáveis pretendentes ao excedente econômico: a administração governamental esbanjadora, corrupta e ineficiente que datava do período feudal. Provavelmente sobre nenhum outro ponto os economistas clássicos foram tão francos e insistentes:

“É alta impertinência e presunção (...) da parte dos reis e ministros pretender cuidar da economia dos seus súditos e restringir sua despesa. (...) Eles mesmos são, sem nenhuma exceção, os mais pródigos gastadores da sociedade. Que cuidem de sua própria despesa e deixem que os indivíduos cuidem da que lhes diz respeito”.<sup>6</sup>

Numa sociedade dedicada à maximização e à utilização racional do excedente econômico, tudo o que o Estado tinha a fazer era abster-se de interferir na formação de capital, não cobrando impostos excessivos, não se imiscuindo em problemas sociais, não concedendo ajuda aos pobres e reduzindo acentuadamente o número de trabalhadores improdutivos mantidos por recursos que, de outro modo, seriam parte do excedente econômico efetivo.<sup>7</sup> Incumbia ao Estado salvaguardar a lei e a ordem, além de poder ser, eventualmente, solicitado a proteger mercados externos, fontes de suprimento e áreas de investimento no estrangeiro. Não se esperava, porém, que essas atividades governamentais assumissem maiores proporções ou demandassem maiores despesas.

Tornava-se necessário, entretanto, que outra condição fosse satisfeita para que o máximo excedente econômico obtível proporcionasse as maiores taxas de crescimento possíveis. Essa condição é a frugalidade e a vontade de investir do novo detentor do excedente econômico: o empreendedor capitalista.

---

figura do passado feudal e não o herói da ordem capitalista nascente. Esse papel é desempenhado pelo empreendedor industrial e agrícola, para quem a acumulação de capital e seu emprego lucrativo, e não a vida pródiga, representam o conteúdo e o sentido da existência.

<sup>5</sup> Operando em um meio capitalista e não feudal, os banqueiros facilitariam a formação de capital, centralizando pequenas economias e extraindo excedente econômico adicional da população mediante a inflação.

<sup>6</sup> SMITH, Adam. *Op. cit.*, p. 329.

<sup>7</sup> “A tendência clara e direta das leis sobre os pobres (...) não é, como pretendia a legislação benevolente, amenizar a condição dos pobres, mas deteriorar tanto a condição do pobre como a do rico. Ao invés de tornar o pobre rico, são elaboradas de tal maneira que transformam o rico em pobre. Enquanto tais leis estiverem em vigor, nada mais natural que o fundo de manutenção dos pobres cresça progressivamente até o ponto de absorver toda a renda líquida deste país”. RICARDO. *Op. cit.*, p. 88. A repugnância clássica da burguesia pelo militarismo e pelos gastos militares foi realçada por SCHUMPETER, em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York 1950. p. 122.



Havia boas razões para esperar que essa condição fosse satisfeita. Em primeiro lugar, o mecanismo competitivo compeliria os empreendedores a acumular, uma vez que somente reinvestindo continuamente seus lucros em inovações redutoras de custos poderiam ter esperança de se manter na luta competitiva. Podia-se admitir que não haveria escassez dessas e de outras descobertas tecnológicas: não só as perspectivas de progresso científico eram quase infinitas, como era de esperar que o interesse das empresas em custos mais baixos, em novos produtos e em possibilidades de utilização de novos materiais suscitaria habilidades científicas e capacidade de invenção tecnológica.

Em segundo lugar, o enriquecimento dos homens de negócios — de origem humilde — e sua ascensão ao poder eram explicados pela propensão a trabalhar arduamente e a poupar. Considerava-se provável — como base sociológica e caracterológica — que mantivessem o modo de vida que lhes havia proporcionado sucessos espetaculares e assegurado uma posição social que nunca haviam desfrutado.

Em terceiro lugar, o advento do que Weber e Sombart denominaram “espírito capitalista” — ao qual, na realidade, atribuíram a gênese do capitalismo moderno<sup>8</sup> — e o domínio da ética puritana estabeleceram um sistema de valores sociais em que o espírito de poupança e a tendência a acumular eram elevados à posição de mérito supremo e virtude última.<sup>9</sup> Foi Marx e não Weber, como geralmente se pensa, quem primeiro indicou a existência de íntima relação entre o aparecimento do protestantismo e do puritanismo, de um lado, e a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, de outro — relação que se expressa não somente em profundas mudanças na ideologia dominante, mas também na drástica redução da parcela do excedente econômico absorvida pela Igreja.

“O culto do dinheiro implica seu próprio ascetismo, sua própria autonegação, seu próprio auto-sacrifício — parcimônia e frugalidade, menosprezo pelas satisfações mundanas, temporais e transitórias: a isso conduz a luta pelo tesouro eterno. Dai a relação não apenas do puritanismo inglês, mas também do protestantismo holandês, com a ganância.”<sup>10</sup>

A única nuvem escura que pairava sobre a clara perspectiva do progresso econômico era o temor de “rendimentos decrescentes” na agricultura. Se isso se verificasse, o custo dos alimentos se elevaria, o que determinaria acréscimo do custo dos bens que constituíam o mínimo de subsistência do operário. Em conseqüência, verificar-se-ia um aumento da renda dos proprietários de terra e, corresponden-

<sup>8</sup> Diga-se de passagem que o desenvolvimento do cálculo e da contabilidade racionais, a que Weber e Sombart deram tanta ênfase, foi incluído por Marx, já em 1847, entre os fatores mais importantes do crescimento da cultura burguesa: “A burguesia é muito esclarecida, calcula muito bem, para compartilhar os preconceitos do senhor feudal que ostenta o brilho de seu séquito. As condições de existência da burguesia obrigam-na a calcular”. “Wage Labor and Capital”. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I, p. 91. (Os grifos são nossos.)

<sup>9</sup> “É apenas coincidência ou conseqüência o fato de que a profissão de espiritualidade feita pelos quacres andou de mãos dadas com a sagacidade e o tato na gestão dos assuntos mundanos? Uma devoção real é sempre favorável ao sucesso de um comerciante, pois lhe proporciona integridade e hábitos benéficos de prudência e premeditação, itens importantes para obter a posição e o crédito que, no mundo comercial, são necessários à aquisição de riqueza”. ROWNTREE, G. A. *Quakerism. Past and Present*. Londres, 1859. p. 85. “Em resumo, o caminho para a riqueza, se a desejas, é tão claro quanto o caminho para o mercado. Depende principalmente de duas palavras, *atividade e frugalidade*; isto é, não desperdices nem tempo nem dinheiro, mas fazes o melhor uso de ambos. Sem atividade e frugalidade nada conseguíras; com elas, tudo. Aquele que ganha honestamente tudo o que pode e poupa tudo o que ganha (excluídas as despesas necessárias), certamente se tornará rico, se aquele Ser que governa o mundo, do qual todos devem procurar uma bênção para seus esforços honestos, não determinar em contrário, segundo sua sábia providência”. FRANKLIN, Benjamin, *Works*. Edição Jared Sparks, Boston, 1840. v. II, p. 87 et seqs.

<sup>10</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*. Berlim, Rohentwurf, 1953. p. 143. (O grifo é do original.)



temente, uma contínua pressão sobre os lucros — principal fonte de acumulação de capital.

“O interesse do proprietário de terra é sempre oposto ao do consumidor e ao do industrial”, advertia Ricardo.<sup>11</sup>

O maior interesse da classe capitalista, da qual Ricardo era um dos mais proeminentes porta-vozes, residia na luta contra o senhor feudal que, embora proprietário da terra, em nada contribuía para o processo produtivo, mas se apoderava de crescente parcela do excedente econômico para dissipá-la improdutivamente.

Não foi senão uma geração depois da publicação dos *Princípios* de Ricardo que o progresso tecnológico na agricultura e a descoberta de imensos recursos agrícolas no ultramar vieram atenuar essa preocupação com o lento e inadequado crescimento da produtividade agrícola. O antigo proprietário de terra, a essas alturas, já havia sido afastado de sua propriedade, graças a sua inaptidão em balancear suas contas e pagar suas dívidas, ou se transformara em empreendedor capitalista, operando sua empresa agrícola do mesmo modo que os capitalistas urbanos conduziam seus empreendimentos industriais.<sup>12</sup> Foi nesse período que o fervor antifeudal da burguesia nascente passou a inspirar apenas seus componentes lunáticos — reformadores sociais e partidários do imposto único — enquanto o corpo principal da classe dominante formava, com os grupos capitalistas com interesse no campo, ampla frente comum contra a crescente ameaça socialista. Depois que a Comuna de Paris foi afogada em sangue, pela “ação unida” de todas as classes proprietárias da Europa e que o movimento operário internacional sofreu um de seus mais dolorosos reveses, nada mais se parecia antepor ao firme e rápido progresso econômico dentro da estrutura da ordem capitalista. O único problema com que defrontava a sociedade era a criação e a preservação das instituições políticas e sociais que permitissem ao mecanismo capitalista funcionar tranqüilamente, sem interferência e distúrbio externos. A mão invisível de Deus guiaria então a sociedade pela senda da produção e do bem-estar crescentes e propiciaria uma distribuição dos bens terrenos cada vez mais eqüitativa.

## II

Não nos parece necessário dizer que essa descrição do *modus operandi* de uma economia capitalista — tão rapidamente esboçada — é, em muitos aspectos importantes, um retrato apologético e inexato até mesmo da fase inicial, competitiva, do desenvolvimento capitalista. Vale a pena, porém, reter essa descrição; ela indica, pelo menos de forma aproximada, os princípios essenciais do mecanismo que efetivamente proporcionou enorme volume de investimento produtivo, desenvolvimento sem precedente das forças produtivas, avanço gigantesco da tecnologia e considerável aumento da produção e do consumo. Mais ainda, sugere, embora indiretamente, a natureza do processo que propiciou o crescimento da grande empresa — o principal veículo da produtividade em expansão — e a evolução do monopólio e do oligopólio — formas dominantes da organização econômica do capita-

<sup>11</sup> *Principles of Political Economy and Taxation*. p. 225.

<sup>12</sup> “Os Comuns na Inglaterra, o Terceiro Estado na França, a burguesia no continente, em geral (...) eram uma classe poupadora, enquanto a descendência da aristocracia feudal era uma classe dissipadora. (...) Por conseguinte, a primeira gradualmente substituiu a segunda como proprietária de grande parte da terra”. MILL, John Stuart, *Principles of Political Economy*. Nova York, 1888. p. 38.



lismo de nossos dias.<sup>13</sup> Pode ela servir, portanto, como ponto de partida para a compreensão dos aspectos mais destacados da fase avançada, monopolista, do desenvolvimento capitalista — assunto do presente capítulo e do seguinte.

Acredito que muita coisa será esclarecida se nos perguntarmos em que medida nossas “condições clássicas” para o crescimento econômico são satisfeitas na fase atual, monopolista, do capitalismo. As mudanças verificadas são suficientemente importantes para tornar o modelo competitivo obsoleto, para conduzir a um desenvolvimento econômico social e político, na fase avançada do capitalismo, que seja, em muitos aspectos, diferente do obtido durante a juventude competitiva desse sistema? Existem algumas regularidades no funcionamento econômico, social e político do capitalismo monopolista que poderiam ser melhor visualizadas com a ajuda de um sistema de referência diferente?

Começemos do princípio: lembramos que a primeira e talvez mais importante das quatro condições anteriormente formuladas — a que tudo mais está intimamente relacionado — é a plena utilização de todos os recursos produtivos disponíveis. Sob o domínio supremo da concorrência, os custos reais e o desperdício deveriam ser conservados em nível mínimo e os fatores distribuídos de maneira que se obtivesse o produto social máximo. Conquanto não tenha nunca havido razão suficiente para esperar tal maximização do produto, mesmo durante a fase competitiva do capitalismo, provavelmente nem os mais ardorosos apologistas desse sistema quererão sustentar que essa condição esteja sendo satisfeita na economia capitalista de nossos dias. O que dissemos antes — ao discutir o excedente econômico potencial — sobre o desemprego, a capacidade ociosa, as restrições ao aumento da produção agrícola etc., é suficiente para demonstrar que, com a possível exceção dos anos de guerra, o sistema capitalista atual vem gerando um produto social menor, e freqüentemente bem menor, do que seria possível com o equipamento, os recursos naturais e a mão-de-obra disponíveis (levando-se em conta, ainda, a divisão do tempo das pessoas entre o trabalho e o lazer). A busca do proveito individual, a concorrência entre os homens de negócios, o funcionamento do mecanismo do mercado e outros fatores com que os economistas burgueses contavam para fornecer os princípios motores do progresso econômico determinaram, na verdade, considerável desenvolvimento, mas não asseguraram taxas de crescimento que correspondessem ao progresso da tecnologia, ao crescimento e às potencialidades criadoras da população.

As informações disponíveis não permitem calcular a magnitude da diferença entre o produto social efetivo e o potencial ao longo da história do capitalismo em diferentes países. É, pois, impossível obter uma medida precisa da extensão em que esse hiato aumentou no capitalismo monopolista, em comparação com o capitalismo competitivo. Tudo o que podemos estudar — e com grandes dificuldades — é o desempenho efetivo, isto é, as taxas de crescimento atingidas em alguns países. Nenhum proveito nos traz discutir o que *podia* ter sido realizado sob condições de pleno emprego e eficiente distribuição dos recursos disponíveis.

Assim, embora possa parecer que as taxas de crescimento do produto *per ca-*

<sup>13</sup> Não queremos dizer com isso que não existiam monopólios durante a “idade do ouro” da livre concorrência. Bem ao contrário: monopólios podem ser encontrados mesmo no início da ordem capitalista. Contudo, é um erro do “modernismo” — e erro freqüentemente encontrado na literatura histórica (tanto política como econômica e social) — igualar, indiscriminadamente, instituições primitivas com as que hoje existem em condições inteiramente diversas das anteriores. A base e a natureza do monopólio nos séculos XVII e XVIII tomaram-no um fenômeno perfeitamente distinto do que ele é hoje. Naquela época, ele era uma decorrência das instituições restritivas das corporações feudais; era gerado pelas repetidas crises locais e temporárias de escassez, pela imobilidade de recursos, pelo fato dos sistemas de comunicação e transporte serem pobres. Além disso, assumia a forma de açambarcamento de mercados limitados, ao invés da forma moderna de grandes empresas controladoras de parcelas decisivas de imensas produções.



pita nos Estados Unidos eram mais baixas antes da Guerra Civil do que após o seu término,<sup>14</sup> devemos lembrar que as *potencialidades* demográficas, econômicas e tecnológicas de crescimento também eram, naquela época, menores do que nas décadas subseqüentes. Com parcela muito maior do produto total gerada pelos setores não-capitalistas da economia (agricultura, artesanato etc.), a diferença entre o produto social efetivo e o potencial era, muito provavelmente, menor do que mais tarde, quando os setores não-capitalistas da economia principiaram a se contrair rapidamente. Se isso é verdade para os Estados Unidos, mais o é para os países da Europa ocidental, pois aí os setores não-capitalistas eram inicialmente maiores e o processo de sua contração foi consideravelmente mais lento.

Aparentemente não há dúvida entre os técnicos de que o ritmo de crescimento da economia americana tem diminuído bastante desde a Guerra Civil, isto é, durante o período comumente associado com o capitalismo adiantado ou monopolista. O crescimento da renda nacional dos Estados Unidos caiu de 27% por quinquênio, na primeira parte do período, para cerca de 9% na última.<sup>15</sup> Parte dessa queda na taxa de crescimento está ligada, sem dúvida, à redução do aumento da população. A taxa de crescimento da população americana passou de cerca de 12% para, aproximadamente, 6,5% por quinquênio, entre a parte inicial e a final do período que se segue à Guerra Civil. Além disso, a taxa de crescimento da renda *per capita* caiu de 13,5% por quinquênio para menos de 3%.<sup>16</sup> Como observa Kuznets, a própria alteração da taxa de aumento da população pode ser resultado da mudança da taxa de crescimento econômico.

Um fator ao qual deve ser atribuída certa responsabilidade pela redução do crescimento do produto social é a considerável diminuição do número de horas semanais de trabalho, ocorrida durante o período em questão. Essa diminuição contrabalançou parte do aumento da produtividade por homem-hora e fez com que uma parcela do aumento potencial do produto assumisse efetivamente a forma de lazer adicional.<sup>17</sup>

Não obstante o que dissemos, as principais razões da queda do ritmo de crescimento que se observou nos Estados Unidos e da expansão muito lenta que tem caracterizado numerosos outros países adiantados no século atual devem ser procuradas em outro lugar. Tais razões foram, principalmente, as violentas flutuações da atividade econômica e do nível de emprego, que caracterizam particularmente a última parte do período, e a taxa de formação de capital bem menor, que não é apenas causa, mas também efeito dessas flutuações.<sup>18</sup>

Uma vez mais: embora não tenhamos base satisfatória para comparar a grandeza da diferença entre o produto social efetivo e o potencial nos séculos XIX e XX, parece-nos que esse hiato aumentou consideravelmente. Altos e baixos na atividade econômica foram talvez mais freqüentes durante o período competitivo, seu aparecimento e desaparecimento provavelmente mais dramáticos. Há evidência suficiente, entretanto, para corroborar a hipótese de que a perda total de produto, considerada em relação ao produto total que poderia ser obtido — perda originada por desemprego, capacidade ociosa, diminuição propositada de produção

<sup>14</sup> Cf. KUZNETS, S. *National Income, A Summary of Findings*. Nova York, 1946. p. 33. Cf. R. F. Martin, *National Income in the United States, 1799-1938*, é citado como fonte dessa afirmação.

<sup>15</sup> KUZNETS, S. *Op. cit.*, p. 34. Colin Clark apresenta estimativas para certo número de outros países adiantados, todas elas apontando para a mesma direção. Cf. seu *Conditions of Economic Progress*, 2.ª ed., Londres, 1951. Capítulo III.

<sup>16</sup> KUZNETS, S. *Op. cit.*, p. 54.

<sup>17</sup> Departamento de Comércio dos Estados Unidos, Serviço de Recenseamento. *Historical Statistics of the United States, 1789-1945*. Washington, 1949. Seção D.

<sup>18</sup> Cf. KUZNETS, S. *Op. cit.*, p. 58 e p. 61 et seqs.



etc. —, tem sido bem maior neste século do que no anterior.<sup>19</sup> Se cálculos semelhantes aos feitos pelo dr. Louis Bean para a década de 1930 nos Estados Unidos fossem elaborados para todo o período de existência do capitalismo monopolista, a estimativa da diferença entre o que *poderia* ter sido produzido e a produção efetivamente realizada atingiria magnitudes astronômicas. Assim, nossa primeira condição dificilmente se conforma com o curso do desenvolvimento capitalista. Não foi satisfeita durante a fase competitiva e bem mais longe está de sê-lo na fase avançada e monopolista.

### III

A situação é algo diferente, e mais complexa, quando analisamos a nossa segunda condição. Ela exigia, como recordamos, um nível de salário tal (e, relacionado a este, um nível de consumo) que permitisse que a maior parcela possível da renda global de pleno emprego fosse constituir o excedente econômico e se tornasse disponível para a acumulação de capital. Ao tentar estabelecer, pelo menos aproximadamente, em que medida essa condição foi satisfeita ao longo das diferentes fases do desenvolvimento capitalista, devemos ter bem presente o que foi dito há pouco sobre a realização da primeira condição. Com efeito, uma vez que o *produto* social máximo só foi obtido esporadicamente durante o desenvolvimento capitalista, e que a subprodução é mais pronunciada no capitalismo avançado do que no competitivo, podemos concluir que o excedente econômico foi bem inferior ao que poderia ter sido se se desfrutassem condições de pleno emprego. Precisamos ser claros sobre o significado específico das expressões excedente econômico “maior possível” e, inversamente, nível de salário (e consumo) “menor possível”, que conduz à geração do excedente máximo a partir do produto máximo. No esquema geral da Economia clássica, esses problemas dificilmente surgiam: supunha-se que se obtinha sempre o produto social correspondente ao nível de pleno emprego, e que os salários (e o consumo) tendiam para o “mínimo de subsistência”. O mínimo de subsistência representava, então, um patamar firme, abaixo do qual os salários não poderiam cair nem mesmo um só instante, e constituía um limite efetivo à magnitude do excedente econômico possível.

Ensina-nos a História, porém, que o mínimo de subsistência é tudo, menos um patamar firme. É, antes, uma escada rolante em contínuo movimento. Não pode haver dúvida de que o que se considera “mínimo de subsistência” em determinado tempo — pelo menos nos países capitalistas adiantados — é uma quantidade *crescente* de bens e serviços. Em tais circunstâncias, a hipótese de que os salários no capitalismo oscilam em torno do mínimo de subsistência não nos leva muito longe. Poderia ser sustentada diante de *qualquer* nível de salário e consumo — isto é, mesmo se o padrão de vida se elevasse apreciavelmente e o excedente econômico declinasse. Em outras palavras, a validade dessa hipótese não pode ser nem provada nem negada por simples referência ao testemunho histórico. Pode-se sustentar que os níveis de salário e consumo, quaisquer que tenham sido em qualquer período, coincidem sempre com o “mínimo de subsistência” para o período — por definição.<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Ainda que generalizações desse tipo sejam sempre arriscadas, pode-se dizer que, se no século XIX as flutuações econômicas assumiram *primordialmente* a forma de movimentos de preço, no século XX sua *principal* expressão foi a variação do nível de produção. Essa característica promana também do aumento da participação relativa da produção industrial no produto social, uma vez que a reação da produção industrial a mudanças na procura é bem diferente das reações típicas da produção agrícola.

<sup>20</sup> É por esse motivo que a teoria do mínimo de subsistência não pode ser comprovada pelas comparações entre os sa-



O fato de que a abordagem pelo mínimo de subsistência não nos fornece uma definição adequada do excedente econômico máximo possível ou do nível de salário (e consumo) mais baixo possível não quer dizer, porém, que estejamos inteiramente à deriva e que não haja solução para o nosso problema. Na realidade, não nos precisamos preocupar com os fatores determinantes da magnitude absoluta do excedente econômico ou do volume absoluto de salários (e de consumo).<sup>21</sup> O que é essencial para nossos objetivos é saber se existem fatores que agem para determinar as parcelas relativas da renda que vão constituir o excedente econômico e o consumo. Sem dúvida, tais fatores existem. Embora haja divergências consideráveis na explicação do fenômeno, há amplo acordo entre os economistas sobre a existência de limites à parcela do produto disponível para pagamento de salários (e consumo), assim como à parcela que constitui o excedente econômico. A existência de tais limites é tudo o que é necessário para dotar de significado concreto, histórico, as noções de excedente econômico "maior possível" e de montante "mínimo possível" de salários (e consumo) a partir de qualquer volume dado de produto global.

Podemos voltar agora à nossa pergunta original: o que sucedeu à nossa segunda condição de crescimento durante o transcorrer da história do capitalismo? Embora os estudos estatísticos sobre a distribuição da renda por classes diverjam pouco no que concerne a estimativas específicas, há evidência bastante para se concluir que ela manteve acentuada estabilidade durante todo o período para o qual se dispõe de informações. Assim é que Kalecki reuniu dados que evidenciam a constância da participação dos salários na renda nacional da Grã-Bretanha durante o período 1889-1938. Essa constância, segundo outros estudiosos do problema, não foi perturbada nem mesmo pelo Governo trabalhista do pós-guerra.<sup>22</sup>

As conclusões a que chegaram vários pesquisadores no tocante aos Estados Unidos são menos uniformes. Enquanto alguns sustentam que "uma tendência ascendente suave mas definida pode ser observada na participação da remuneração do trabalho no produto dos EUA,"<sup>23</sup> outros acham que tal melhoria não se verificou, ou mesmo que essa participação apresentou tendência ao declínio. Segundo as estimativas de Kuznets, a participação dos salários e ordenados era, em 1949, inferior em 1/5 à observada em 1939.<sup>24</sup> O Relatório Econômico do Presidente dos Estados Unidos ao Congresso Americano (janeiro de 1953) declara:

---

lários efetivamente recebidos e os vários "mínimos de subsistência" ou "orçamentos mínimos" tais como os computados pelo Comitê Heller para Pesquisas de Economia Social, da Universidade da Califórnia, e outras organizações. Embora tais comparações sejam relevantes e bastante esclarecedoras, se o que se deseja é obter uma descrição do padrão de vida vigente e do nível de bem-estar econômico desfrutado pela população, elas não podem ser usadas como argumentos em favor da tese de que os salários estão no nível de subsistência, abaixo ou acima dele. Um rápido exame do orçamento do Comitê Heller, por exemplo, mostrará claramente que ele se baseia em algo que não é certamente o mínimo de subsistência que, digamos, Ricardo tinha em mente, ou o "desfrutado" pelos trabalhadores ingleses ou americanos há cem anos, ou mesmo cinquenta anos atrás.

<sup>21</sup> Estes dependem de grande número de circunstâncias históricas, geográficas e demográficas que influenciam o desenvolvimento econômico e o nível de produtividade de um país, em determinada época.

<sup>22</sup> Mesmo um autor que acredita tanto nas possibilidades do "Estado de bem-estar social", como John Strachey, afirma que "nos últimos 15 anos [a participação dos assalariados na renda nacional] pode ter aumentado novamente, mas não mais que o necessário para trazê-la de volta ao nível de 1860". "Marxism Revisited". In: *New Statesman and Nation*. 1953. p. 537. Contrariamente a concepções frequentemente apreendidas, a redistribuição da renda que se efetuou na Grã-Bretanha depois da guerra, como resultado da política econômica do Governo trabalhista, não teve nenhum impacto sobre a participação da remuneração do trabalho na renda nacional. "As despesas sociais com alimentação e saúde (...) foram contrabalançadas por impostos mais elevados sobre a cerveja, o fumo e outros bens, de maneira que os assalariados não obtiveram nenhum proveito desses subsídios". KERR, Clark. "Trade Unionism and Distributive Shares". In: *American Economic Review*. Maio de 1954. p. 291, onde WEAVER, Findlay. "Taxation and Redistribution in the United Kingdom". In: *Review of Economics and Statistics* (maio de 1950) é citado como fonte dessa afirmação. Cf. também ROGOW, A. A. "Taxation and Fair Shares Under the Labour Governments". In: *Canadian Journal of Economics and Political Science*. Maio de 1955.

<sup>23</sup> CLARK, Colin. *Conditions of Economic Progress*. 2.ª ed., Londres, 1951. p. 524

<sup>24</sup> Conforme menção de PERLO, Victor. *The Income Revolution*. Nova York, 1954. p. 54.



“Os aumentos da renda real disponível no período do pós-guerra foram relativamente pequenos. (...) A esse respeito, é interessante notar (...) que, durante esse período, contrariamente ao que se pensa, os salários médios horários do setor industrial, quando ajustados às variações dos preços pagos pelo consumidor, não apresentaram ritmo de crescimento superior aos acréscimos reais de produtividade, mas sim ritmo bem inferior” (p. 111).

Essas conclusões divergentes podem resultar de diferenças nos sistemas de referência. Considera-se, às vezes, a tendência a longo prazo; em outras, concentra-se a atenção nas variações a curto prazo relacionadas com as mudanças do nível de preços, da renda e do emprego. É importante ter em mente, além disso, que qualquer que tenha sido o aumento da participação dos assalariados na renda nacional durante os últimos cinquenta anos, ele foi obtido não pela elevação da posição relativa da classe operária, mas por sua expansão mediante a absorção de pequenos comerciantes, artesãos etc. anteriormente independentes.<sup>25</sup> A participação relativa dos lucros não foi, portanto, afetada. A situação é, talvez, mais bem descrita em um artigo recentemente publicado:

“(...) grandes aumentos de salários foram concedidos, no último quarto de século, por muitas indústrias de características diferentes, em períodos de depressão e de hiperemprego, sem que se notasse nenhuma redução significativa na parcela de lucros. (...) As potencialidades de redistribuição de renda por meio de aumentos de salários são muito reduzidas, desde que os produtores possam ajustar livremente seus preços, técnicas e emprego, de modo a proteger sua posição de lucro”.<sup>26</sup>

Contudo, o fato de que durante as cinco ou sete últimas décadas — período comumente associado com o capitalismo monopolista — a parcela da renda global destinada a salários tenha permanecido razoavelmente estável (ou mostrado apenas flutuações de curto prazo) deixa sem resposta a questão se houve alguma mudança em comparação com o capitalismo competitivo. No meu limitado entender, não há resposta estatística a essa questão. Estudos semelhantes aos acima mencionados parecem ser impraticáveis para a segunda metade do século XVIII e os primeiros três quartos do século XIX. Todavia, se é válido conjecturar, é permissível supor que não houve mudança significativa na participação relativa dos salários (e consumo) na renda nacional. Isso porque a evolução da grande empresa, do monopólio e do oligopólio, que começou no último quartel do século passado, vem-se processando a ritmo cada vez maior desde então e afetando um segmento sempre crescente do sistema econômico. Como esse aprofundamento e ampliação do impacto do monopólio — que teve lugar nos últimos cinquenta ou oitenta anos — parece não ter diminuído consideravelmente a parcela de renda destinada à remuneração do trabalho, pode-se supor que o aparecimento anterior da empresa monopolística não causou, também, qualquer declínio dessa parcela. Esse raciocínio é reforçado pelas considerações teóricas, claramente formuladas por Marx:

“O preço de monopólio de certas mercadorias simplesmente transferiria uma parte do lucro dos outros produtores para as mercadorias com preço de monopólio. O que

<sup>25</sup> “Os trabalhadores autônomos constituíam, em 1880, 36,9% de todos os trabalhadores remunerados, mas apenas 18,8% em 1939. Da maior importância para a questão é o declínio dos empreendedores independentes. Os empreendedores não-agrícolas declinaram de 8% em 1880 para 6% em 1939”. House of Representatives, Committee on Small Business. *United States vs. Economic Concentration and Monopoly*. Washington, 1949. p. 96.

<sup>26</sup> LEVINSON, Harold M. “Collective Bargaining and Income Distribution”. In: *American Economic Review*. Maio de 1954. p. 314, 316.



aconteceria seria uma distorção local na distribuição da mais-valia entre as várias esferas da produção; contudo, ela não afetaria as fronteiras da própria mais-valia".<sup>27</sup>

O que isso sugere é que a disseminação da grande empresa e do monopólio afetou, mais provavelmente, a *distribuição* de lucros entre capitalistas e não a sua participação na renda nacional. Nas palavras de Kalecki:

"(...) a elevação do grau de monopólio, determinada pelo crescimento das grandes empresas, conduziu à transferência da renda de uns setores industriais a outros dominados por essas empresas. Operou-se, desse modo, uma redistribuição de renda em favor das grandes empresas e não das pequenas".<sup>28</sup>

Existe farta documentação que comprova esse fato.

Uma vez que é lícito supor que a concentração de lucros está intimamente relacionada à concentração de ativos (assim como de vendas e emprego), não há necessidade de se discutir mais ainda a tendência básica a que nos referimos.

"É evidente (...) que se tem observado uma tendência mais ou menos pronunciada de aumento da concentração do controle exercido pelas grandes empresas. Assim, as 200 maiores sociedades anônimas não-financeiras aumentaram sua participação relativa na propriedade de todos os ativos de 1/3, em 1909, para 48% em 1929, e 55%, no início da década de 1930."<sup>29</sup>

Embora não tenham sido efetuados, para o período do pós-guerra, estudos semelhantes aos existentes sobre os anos anteriores à guerra, não há dúvida de que o movimento maciço de concentração que se operou desde o término da Segunda Guerra Mundial aumentou mais ainda a participação das maiores empresas.<sup>30</sup> Examinando-se a escassa informação direta disponível sobre a distribuição de lucros, tem-se exatamente essa impressão. Assim, em 1923, as 1 026 maiores sociedades — 0,26% das registradas na Divisão de Rendas Internas — receberam 47,9% dos lucros líquidos de todas as sociedades anônimas existentes. Em 1951, último ano para o qual foram publicadas informações, 1 373 empresas (0,23% do total) auferiram 54% dos lucros líquidos de todas as sociedades anônimas, enquanto 747 sociedades (0,12% do total) geravam 46,5%.<sup>31</sup> Na realidade, as razões da concentração tanto de ativos como de lucros subestimam, de modo crescente, a parcela do total que é controlada por um reduzido grupo de interesses. De fato, muitas sociedades registradas como independentes são ligadas através de "holdings", de acionistas comuns, de diretorias etc.<sup>32</sup>

Acredita-se freqüentemente — e esta é uma crença diligentemente alimentada por publicações provenientes de fontes óbvias — que a concentração de lucros nas mãos de pequeno número de firmas não tem maior importância, uma vez que

<sup>27</sup> *Capital*. Edição Kerr. v. III, p. 1003. Marx observa na mesma página que isso não significa que pode não haver tendência para o monopólio diminuir a renda dos operários enquanto consumidores. Não obstante, se a parcela da renda que remunera o trabalho apresenta considerável estabilidade, essa estabilidade pode ter por origem os esforços dos sindicatos para equilibrar as pressões do monopólio e manter os salários em certa relação com os preços e os lucros.

<sup>28</sup> *Theory of Economic Dynamics*. Londres, 1954. p. 18.

<sup>29</sup> Smaller War Plants Corporation. *Economic Concentration and World War II*. Washington, 1946. p. 6.

<sup>30</sup> Comissão Federal de Comércio. *Report on the Merger Movement*. Washington, 1948.

<sup>31</sup> Para 1923, ver Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, Divisão de Rendas Internas. *Statistics of Income*. p. 118; para 1951, *Statistics of Income. Preliminary Report*. p. 41.

<sup>32</sup> Sobre a situação de antes da guerra, ver o excelente estudo de Paul M. Sweezy, "Interest Groups in the American Economy", publicado originalmente como Apêndice 13 da Parte I de *Structure of the American Economy*. Comitê de Recursos Nacionais, e recentemente reproduzido em *The Present as History*, do mesmo autor (Nova York, 1953), p. 158 et seqs.



essas firmas gigantes podem ser de propriedade de grande número de indivíduos. Esse quadro de uma democracia de acionistas é, porém, apenas um mito. Numerosos estudos já mostraram que o controle das poucas empresas às quais cabe a parte do leão do ativo e uma parte proporcionalmente grande do lucro global está nas mãos de um pequeno número de pessoas que recebem, por conseguinte, o grosso dos lucros distribuídos.<sup>33</sup> O fato de que isso se reflete na distribuição da renda e da poupança pessoais pode ser observado em estudos recentemente realizados pelo Federal Reserve Board, pelo Michigan Survey Research Center e por um grupo de economistas da Universidade de Harvard. Victor Perlo, resumindo esse material, chega à conclusão de que,

“calculando a média de sua participação nos lucros não-distribuídos e na poupança pessoal, veremos que apenas 1% dos acionistas detêm entre 50 e 55% de toda a poupança, pessoal e das empresas”.<sup>34</sup>

Procuremos agora resumir essa breve discussão da segunda condição “clássica” para o crescimento. Embora o excedente econômico no capitalismo monopolista seja muito maior, em termos absolutos, do que no capitalismo competitivo, é acentuadamente menor do que o maior excedente possível, entendendo-se este como a diferença entre o produto social que pode ser obtido numa situação de pleno emprego e o consumo equivalente ao limite fisiológico de subsistência. O excedente econômico gerado pelo capitalismo monopolista é, contudo, tão grande quanto possível no sentido relevante deste conceito, isto é, levando-se em conta o nível do produto social realizado, o mecanismo de mercado responsável pela distribuição da renda no regime capitalista, bem como a elevação mais ou menos contínua dos padrões convencionais de subsistência.<sup>35</sup> A diferença fundamental entre o capitalismo monopolista e o competitivo reside na *distribuição* do excedente econômico entre aqueles a quem se destina. Do mesmo modo que a transição do feudalismo para o capitalismo competitivo determinou não apenas uma grande expansão do excedente econômico, mas também a transferência de grande parte dele do senhor feudal para o empreendedor capitalista, a transição do capitalismo competitivo para o monopolista ocasionou enorme aumento do volume absoluto do excedente econômico e a passagem de seu controle das mãos dos pequenos capitalistas para umas poucas empresas gigantes.

#### IV

Com o crescimento e a difusão da grande empresa, do monopólio e do oligopólio, a distribuição do excedente econômico tornou-se incomparavelmente mais desigual do que na época do pequeno capitalismo competitivo. A conseqüente

<sup>33</sup> Cf. The Brookings Institution. *Share Ownership in the United States* (Washington, 1952), onde se dá muita importância ao fato de que 6,5 milhões de americanos possuem ações de sociedades anônimas, numa média de 4 ações por acionista. Essa publicação informa também — embora de maneira bem menos destacada — que 2,3% de todos os acionistas de empresas industriais detêm 57% do total de ações. No setor dos serviços de utilidade pública, 1% dos acionistas possui 46% das ações. No setor dos intermediários financeiros, 3% dos acionistas controlam 53% das ações e nos transportes 1,5% dos acionistas detêm 56% do total. Cifras semelhantes, para o período anterior à guerra, são apresentadas por TAITEL. M. *Profits, Productive Activities and New Investment*. Monografia TNEC n.º 12. Washington, 1941.

<sup>34</sup> *The Income Revolution*. Nova York, 1954, p. 58

<sup>35</sup> Foi promovendo essa elevação do que é socialmente considerado como o padrão mínimo de vida que os sindicatos desempenharam seu papel principal. Os sindicatos têm muito a ver com o crescimento da produtividade e do produto social. Ao elevarem a taxa de salário estimularam a introdução de inventos que economizam mão-de-obra e incentivam a difusão do progresso técnico.



concentração de ativos e de lucros nas mãos de um pequeno grupo de empresas gigantes (e de um pequeno círculo de capitalistas que as controlam) assume maior significação quando consideramos as outras condições “clássicas” para o crescimento. São elas: primeiro, a maximização não somente do excedente econômico, mas também da parcela disponível para reinvestimento no mesmo negócio — em outras palavras, gestão austera e parcimoniosa do excedente por parte daqueles que o recebem. Segundo, a existência de áreas suficientes para seu investimento lucrativo. Pequena familiarização com o problema do desenvolvimento econômico em nossos dias (e com sua literatura) é suficiente para indicar que é nesses aspectos que o capitalismo monopolista mais difere de sua fase competitiva.

Com relação ao primeiro dos dois requisitos, podemos dizer que a situação é um tanto paradoxal. O capitalista de hoje difere muito de seus ancestrais puritanos: parcimônia, frugalidade e abnegação infatigável são predicados que dificilmente podem ser considerados como suas (e de sua esposa) principais características. Contudo, o que deveria ser o fruto do espírito de poupança do capitalista ainda é obtido pelo capitalismo monopolista, embora de modo bem diverso. A distribuição extremamente desigual dos lucros faz com que apenas pequena parcela do excedente econômico se destine ao consumo da classe capitalista. Em condições de pleno emprego e de produto e excedente volumosos, a pequenez dessa parcela torna-se ainda mais pronunciada. A proporção do excedente econômico que as grandes empresas retêm e que se torna disponível para novos investimentos não é apenas grande, mas aumenta consideravelmente durante os períodos de prosperidade.<sup>36</sup>

A situação é bem mais complexa quando se considera o outro lado da questão: não o volume do excedente econômico e a necessidade de oportunidade para investimento, mas a procura de capital acumulado e a disponibilidade de áreas para investimentos lucrativos. Sobre esse assunto teremos que nos estender um pouco mais.

Durante muito tempo, os economistas raramente relacionaram o desenvolvimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio ao problema das oportunidades para investimento, da capacidade da procura de fundos investíveis em absorver o excedente econômico gerado em condições de pleno emprego. Como se supunha que nossas condições “clássicas” eram satisfeitas, isto é, como se acreditava válida a Lei de Say, a utilização do excedente econômico parecia não constituir maior problema. Admitia-se que a parcela do excedente apropriado pelo empresário capitalista — monopolista ou não — era reinvestida e esse investimento acelerava o progresso econômico. Quanto maior fosse esse excedente, tanto mais rápido seria o crescimento da produtividade e da produção. Assim, embora se admitisse que um excedente muito grande reduziria indevidamente o consumo *presente* em benefício do consumo *futuro*, não se encontravam razões que justificassem uma tentativa de limitar a magnitude desse excedente. A redução do excedente poderia tornar o investimento menos atrativo para os que se encontravam em condições de investir, o que causaria uma queda no investimento global (e uma diminuição do progresso econômico) inteiramente desproporcional ao benefício temporário que se poderia usufruir do aumento do consumo. Em conseqüência, a preocupação de certos autores com o que consideravam um volume muito grande de excedente econômico, sua insistência em controlar uma acumulação de capital “excessiva”, suas queixas em relação ao “subconsumo”, eram encaradas como supervalorização míope do presente em relação ao futuro, como preocupação e insistên-

<sup>36</sup> Esta é uma das afirmações mais importantes da chamada teoria do subconsumo. Ver na 1.ª seção do capítulo 4 uma qualificação dessa afirmativa.



cia que refletiam compreensível compaixão por seus semelhantes menos privilegiados e insuficiente percepção dos cânones da sã Economia.

Não queremos dizer com isso que a proliferação do monopólio e a magnitude dos lucros monopolistas não preocupassem os economistas. Bem ao contrário: no último quartel do século XIX e no primeiro do século XX, os economistas dos países capitalistas adiantados preocuparam-se bastante com a importância crescente da empresa monopolista e oligopolista. A Economia acadêmica, entretanto, refletindo sua origem pequeno-burguesa e exprimindo a crescente frustração e ansiedade dos pequenos e impotentes empreendedores competitivos — que assistiam, sem nada poder fazer, ao florescimento portentoso de seu rival monopolista — mostrava-se incapaz de uma visão histórica global do desenvolvimento da grande empresa. Toda a munição utilizada contra o monopólio era, portanto, retirada do arsenal da teoria da concorrência perfeita — a ideologia adequada à pequena empresa. Supunha-se que os efeitos nocivos da grande empresa residiam, principalmente, na distorção das combinações “ótimas”, que, esperava-se, deveriam resultar do livre jogo das forças do mercado. Identificando os interesses dos pequenos empreendedores com os interesses da sociedade,<sup>37</sup> essa denúncia do monopólio o acusava de distorcer a distribuição “ótima” da renda, quando o relevante era o impacto da existência de monopólios sobre a distribuição dos lucros. Movidos pelo temor e pela inveja, os críticos do monopólio atacavam sua política de preços e de produto e a acusavam de diminuir o bem-estar do consumidor. E isso faziam quando o que se verificava freqüentemente, se não sempre, era a superioridade competitiva da grande empresa.

Face à ascensão dos proprietários de grandes empresas a posições de influência social e ao poder, os inimigos do monopólio passaram a estigmatizar a posição dos monopolistas no corpo político como perigosa para a democracia e a liberdade, quando a questão que se punha era a ameaça à ascendência dos pequenos empreendedores na sociedade capitalista. Interessada na preservação do *status quo*, tentando apegar-se ao melhor dos mundos, jamais pensando em termos de mudança e de desenvolvimento histórico, essa hostilidade pequeno-burguesa à grande empresa não deixava lugar para uma compreensão racional do impacto do monopólio sobre o processo de investimento e de crescimento econômico.<sup>38</sup>

Mesmo depois que a chamada revolução keynesiana repudiou a Lei de Say e fez da determinação do nível de renda e de emprego o centro da discussão econômica, a relação entre o processo de investimento (e de desenvolvimento econômico) e o crescente papel da grande empresa e do monopólio recebeu apenas uma atenção difusa e esporádica. Seguindo as pegadas de Keynes, considerando o investimento (ou a maior parte dele) como um dado “autônomo”, exogenamente determinado e pouco interessado em sua composição, a teoria da renda e do emprego contornou, por assim dizer, o problema do impacto do monopólio e do oligopólio sobre o volume e os efeitos de longo prazo do investimento. Além disso, essa orientação do pensamento econômico deslocou para segundo plano o tipo anterior de crítica do monopólio — crítica que se baseava em considerações de bem-

<sup>37</sup> Cf. BENSON, Lee. *Merchants, Farmers, and Railroads*. Cambridge, Massachusetts, 1955.

<sup>38</sup> Uma exceção notável é Schumpeter, que não escondeu o seu desprezo por essa abordagem pequeno-burguesa do problema do monopólio. Na obra desse autor, o monopólio foi considerado principalmente do ponto de vista do desenvolvimento a longo prazo do capitalismo. Foram necessários, porém, quarenta anos para que a antecpação feita por ele da economia do capitalismo monopolista atraísse a atenção (e o aplauso) de seus colegas economistas. Somente na literatura marxista o crescimento do monopólio foi considerado como o aspecto mais importante do desenvolvimento geral do capitalismo. O *Finanzkapital* (1910) de Hilferding constitui a contribuição clássica do marxismo sobre esse tema. Ao livro de Hilferding, deve-se adicionar a obra de Lênin: *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (1917), e outros trabalhos.



estar — e preparou intelectualmente o terreno para a tendência atual de aceitação integral, se não de glorificação, do monopólio.

É verdade que a “Nova Economia” adota uma atitude antimonopolista quando se preocupa com a superacumulação. Todavia, a ênfase do raciocínio é colocada na necessidade de aumento da participação do consumo na renda nacional, ao invés de no papel do monopólio no processo de investimento. Desse ponto de vista, o excedente econômico, seja ele apropriado pelos monopolistas, seja pelos pequenos empreendedores competitivos, é considerado muito grande não tanto porque reduz o consumo corrente numa medida indesejável em termos de bem-estar, mas porque não encontrou adequada utilização *via* investimento privado. Nas palavras do Prof. Alvin H. Hansen:

“O problema de nossa geração é, sobretudo, o problema de áreas inadequadas para investimento”.<sup>39</sup>

Essa inadequação das áreas para investimento tem sido atribuída pela maior parte da economia contemporânea — como diria Schumpeter — não a causas inerentes ao funcionamento do mecanismo econômico, mas à ação de fatores externos a ele. Bem representativa dessa maneira de abordar o problema é a chamada “teoria do perecimento das oportunidades de investimento”, cuja formulação mais conhecida se encontra na obra do Prof. Hansen. Embora os economistas que endossavam essa teoria percebessem corretamente o fenômeno da crescente inadequação das áreas para investimentos privados à grandeza do excedente econômico gerado em condições de pleno emprego, não podemos dizer que eles *explicaram* satisfatoriamente essa inadequação. Os fatores que desempenham o principal papel na argumentação desses economistas — o crescimento da população, o desaparecimento da chamada fronteira, as alegadas mudanças do ritmo e da natureza do progresso tecnológico — não explicam essa inadequação.

Além da probabilidade do declínio do crescimento da população observado nos países capitalistas avançados ser, ele mesmo, um fenômeno que deva ser explicado em termos de insuficiência de investimentos, de emprego e de renda, não há razão para se esperar que mudanças populacionais *per se* exerçam influência apreciável sobre o volume de investimento. No que concerne à relação entre mudanças populacionais e procura efetiva, observa Kalecki:

“(...) o importante (...) não é um incremento da população, mas um aumento do poder aquisitivo. O acréscimo do número de pobres não amplia o mercado. Uma população mais numerosa não significa necessariamente, por exemplo, uma procura maior de casas; se não houver um aumento do poder aquisitivo pode muito bem acontecer que um número maior de pessoas irá repartir o mesmo espaço habitacional que hoje existe”.<sup>40</sup>

Não quer isso dizer que um aumento da população não exerça alguma influência sobre a demanda efetiva. Uma população crescente pode gerar uma estrutura de consumo diferente da que caracterizaria uma população estagnada. A população crescente, por exemplo, pode comprar mais leite e menos uísque, mais tecido e menos gravatas, mais casas e menos automóveis. Não se deve esquecer que diferenças como essas na composição da procura do consumidor podem in-

<sup>39</sup> “Economic Progress and Declining Population Growth”. In: *American Economic Review*. Março de 1939. Reproduzido em *Readings in Business Cycle Theory*. Filadélfia-Toronto, 1944. p. 379.

<sup>40</sup> *Theory of Economic Dynamics*. Londres, 1954. p. 161.



fluenciar a rentabilidade e o volume do investimento.<sup>41</sup> O problema de se saber se uma população crescente pouparia mais ou menos, além de não ser muito relevante, é bastante controvertido. Poder-se-ia argumentar que maiores despesas com a manutenção de grandes famílias reduziriam a poupança pessoal; poder-se-ia afirmar igualmente que a responsabilidade com o sustento de famílias mais numerosas exigiria maiores reservas, o que reduziria as despesas correntes. A diferença não seria grande, qualquer que fosse a hipótese que adotássemos. É isso porque a quase totalidade das pessoas, mesmo nos países mais ricos do mundo, não realiza qualquer poupança.

Pode parecer mais relevante o argumento segundo o qual os empreendedores, quando procuram decidir se devem ou não investir, são muito influenciados pelas estatísticas de população. Se isso fosse realmente verdade, e se os capitalistas investissem muito quando o crescimento da população fosse rápido e reduzissem o investimento quando esse crescimento fosse lento ou a população permanecesse no mesmo nível, suas expectativas de lucro poderiam ser confirmadas, temporariamente, pela experiência — não devido ao aumento previsto da população, mas ao volume de investimento global e ao resultante global de renda e procura. Na realidade, contudo, somente poucas firmas — principalmente as que atuam no campo dos serviços de utilidade pública e de comunicações — orientam seus planos de investimentos pelas estatísticas de população. Em tais casos, porém, as estatísticas relevantes não são as que refletem mudanças globais na população, mas as que descrevem as migrações internas e o crescimento e declínio de regiões ou localidades.

Algum significado pode também ser atribuído às verbas que as autoridades governamentais de todos os níveis dedicam à assistência social, a escolas, hospitais, parques etc. Tais verbas podem ser determinadas pela estrutura social e pelo tamanho da população (e por suas mudanças). É da máxima importância observar, porém, que tais gastos só constituem uma adição líquida ao dispêndio global e só têm um efeito estimulante sobre a economia considerada como um todo *quando não são contrabalançados por uma contração dos dispêndios em outro setor*. De fato, acontece freqüentemente que maiores dispêndios do tipo indicado, quando realizados pelas autoridades municipais, só são possíveis graças à poupança realizada em outras rubricas do orçamento ou ao aumento de impostos.<sup>42</sup> Sempre que este for o caso, o impacto de tais dispêndios “relacionados à população” não é significativo.

Todavia, supõe-se freqüentemente que mudanças na população afetam o investimento não pelo aumento da procura efetiva, mas pelo do impacto que tais mudanças exercem sobre a oferta de trabalho. Argumenta-se a esse respeito que um rápido aumento da população exerce pressão sobre o nível de salários e conduz a lucros mais elevados, acelerando, assim, a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, tornando o investimento mais atraente para o empresário capitalista. As implicações desse raciocínio não estão livres de ambigüidade.<sup>43</sup> Em primeiro lugar, deve-se notar que as mudanças relevantes não são as da população total ao longo do tempo, e sim as do número de pessoas que participam do mercado de trabalho.<sup>44</sup> Tal número, porém, depende não apenas do crescimento global da população, mas também da medida em que a *migração interna* dos setores não-capi-

<sup>41</sup> “Assim um deslocamento da procura de bens em geral para habitações tem o mesmo efeito de uma onda de inovações “favoráveis ao capital” e tende a promover investimento no mesmo sentido”. ROBINSON, Joan. *The Rate of Interest and Other Essays*. Londres, 1952. p. 109.

<sup>42</sup> Cf. ROBINSON, Joan. *Op. cit.*, p. 107.

<sup>43</sup> Cf. KALECKI *Op. cit.*, p. 160.

<sup>44</sup> Esse ponto — muito importante, mas freqüentemente esquecido — foi bem realçado por SWEEZY, Paul M. *Theory of Capitalist Development*. Nova York, 1942. p. 222 et seqs.



talistas da economia (agricultura de subsistência, artesanato etc.) aumenta a oferta de mão-de-obra à disposição da empresa capitalista.<sup>45</sup>

A menos que se suponha que a elasticidade da procura de trabalho por parte dos capitalistas é, pelo menos, unitária — note-se que nada há que nos indique que essa hipótese é verdadeira — a diminuição dos salários, resultante da maior concorrência entre os operários pelos empregos existentes, reduziria a renda dos assalariados, e ocasionaria uma queda da procura global dos consumidores, sem que essa queda fosse contrabalançada por um aumento dos investimentos. O investimento seria na realidade desencorajado pela redução das compras dos consumidores. Além disso, a disponibilidade de mão-de-obra barata tenderia a enfraquecer os incentivos para a introdução de equipamentos economizadores de mão-de-obra, equipamentos estes cujo desenvolvimento e produção representam uma importante oportunidade de investimento. Assim, o aumento da oferta de trabalho e o barateamento da mão-de-obra podem levar não ao aumento do investimento e da produção, mas ao aumento do desemprego, ainda que disfarçado.<sup>46</sup> A circunstância de que esse pode ser um resultado não muito difícil de se obter é sugerida pela experiência dos países subdesenvolvidos já velhos, os quais não se podem queixar de crescimento insuficiente da população. Pode-se, ao mesmo tempo, afirmar em favor dessa tese que foi precisamente a relativa escassez de mão-de-obra durante todo o período inicial da História americana que possibilitou o grande volume de investimento, o rápido progresso da tecnologia e o resultante aumento da produtividade nos Estados Unidos.

Se não há progresso tecnológico (tanto na agricultura como na indústria), se não se promove a exploração de novos recursos naturais e se não se concretiza a transferência de mão-de-obra da agricultura, ainda que por coerção extra-econômica, uma população crescente representa condição indispensável para a realização de investimentos e para a expansão econômica. Em tais condições, porém, dificilmente o problema surgiria: a impossibilidade de investimentos seria acompanhada

<sup>45</sup> Essa migração interna é causada fundamentalmente por deslocamento econômico ou tecnológico de mão-de-obra dos setores não-capitalistas da economia, embora em certo número de casos seja o resultado de coerção "extra-econômica" (o movimento dos *enclosures* na Inglaterra, dos *Bauernlegen* na Alemanha), cuja base, entretanto, é o desenvolvimento industrial das cidades. Em países novos, pouco povoados a princípio, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, os setores não-capitalistas que supriam a indústria com mão-de-obra adicional localizavam-se não apenas em seu interior, mas também no Velho Mundo. Desse modo, a imigração foi a forma sob a qual grande parte desse influxo se apresentou.

<sup>46</sup> Essa afirmação não contradiz a importante ponderação de que o barateamento da mão-de-obra e o conseqüente desinteresse pelo desenvolvimento do progresso tecnológico, resultantes do rápido crescimento da população, propiciam ao capitalismo melhores condições de estabilidade a longo prazo; retardam seu desenvolvimento e adiam, assim, as crises que surgem em sua maturidade (cf. SWEEZY, Paul M. *loc. cit.*). Como diz Hans Neisser: "A estabilidade econômica não exige necessariamente um elevado nível de renda *per capita* e nem mesmo a eliminação do chamado desemprego estrutural. Bem ao contrário: as economias pobres apresentam provavelmente maior estabilidade que as ricas". "Stability in Late Capitalism". In: *Social Research*. Primavera de 1954, p. 85. De fato, se se conservam em baixo nível a intensidade de capital por operário, a produtividade e o produto social, o crescimento rápido da população reduz o volume do excedente econômico gerado normalmente. Além disso, se o produto social é obtido com o emprego de pouco capital, as reservas para depreciação representam, necessariamente, apenas uma pequena parcela de seu valor e o excedente bruto é, correspondentemente, inferior ao que seria se a depreciação dos equipamentos participasse em maior proporção do produto total. Uma vez que, em tais casos, o montante do excedente econômico disponível para investimento é pequeno — depois de se ter deduzido o consumo dos capitalistas — o número de operários que pode ser adicionado à força de trabalho empregada é também pequeno, a despeito de ser reduzido o montante de capital que é necessário para equipar um operário adicional. Assim, mesmo que o capitalista invista todo o excedente disponível em instalações e equipamentos produtivos — o que não deve nunca ser tomado como certo — o resultado será, provavelmente, uma lenta expansão e pleno emprego dos bens de capital existentes no setor industrial da economia, enquanto os setores não-capitalistas (agricultura, artesanato, comércio distribuidor etc.) se transformam em regiões pobres, habitadas por uma "população excedente" em rápido crescimento. Essa circunstância põe em relevo uma das mais agudas contradições da ordem capitalista: a rápida expansão da produtividade e da produção resulta em instabilidade, depressão e desemprego no setor industrial da Economia, com seu séquito de conseqüências para toda a sociedade. Um pequeno aumento da produtividade e da produção dá origem ao desemprego disfarçado, à pobreza e à estagnação nos setores não-industriais da sociedade, o que constitui uma força que age, incessantemente, contra a continuidade do progresso das ilhas industriais adiantadas desse mar de subdesenvolvimento.



pela ausência de quaisquer incentivos para investir. É desnecessário dizer que tal situação não tem a menor semelhança com a realidade. Ela é demasiado estática para se aplicar mesmo a uma sociedade feudal. Onde existe pelo menos algum progresso tecnológico, alguma possibilidade de exploração de novos recursos naturais, alguma migração interna de pessoas anteriormente empregadas na agricultura, algum investimento sempre é realizado e a produtividade aumenta, esteja a população crescendo, estagnada ou em declínio. Pode-se dizer que os projetos de investimento, da mesma maneira que criam condições para o seu próprio financiamento, suscitam sempre a oferta de trabalho necessária à sua realização. Isso não se aplica apenas aos países velhos, em que a agricultura, o artesanato, o comércio a varejo etc. constituem reservas permanentes de mão-de-obra: aplica-se também aos países novos escassamente povoados, onde a imigração constitui a fonte de suprimento de trabalho quando a acumulação capitalista cria uma procura suficientemente forte para ele.

A conclusão que podemos tirar do que foi dito é que, longe de determinar o volume de investimento, a própria situação demográfica apresenta-se com aspectos diferentes nas diferentes fases do desenvolvimento econômico, aspectos estes que dependem da extensão da acumulação de capital, da natureza das transformações tecnológicas, da velocidade e da intensidade das modificações da estrutura ocupacional da sociedade etc.

Examinemos agora o problema da chamada passagem da fronteira. Devemos notar, inicialmente, que não é óbvio o significado que se deve emprestar a essa expressão, se é que se deve emprestar algum. Em primeiro lugar, as fronteiras da expansão e do desenvolvimento econômicos não coincidem com as fronteiras geográficas: há muito lugar para crescimento dentro de quaisquer fronteiras geográficas. Ninguém nega, por exemplo, que houve muito mais desenvolvimento na Bélgica do que na Espanha. Em segundo lugar, existem grandes áreas subdesenvolvidas na maioria dos países capitalistas adiantados: há enormes oportunidades de investimento no sul dos Estados Unidos, nas regiões em declínio da Grã-Bretanha, em grande parte da França, da Itália ou da Escandinávia. Mais ainda: os territórios menos desenvolvidos que se encontram além das fronteiras nacionais dos países adiantados podem constituir áreas de investimento tão boas quanto as internas, ou até melhores. A conclusão a se tirar daqui é que, quando as condições são propícias ao investimento, sempre se encontram as oportunidades para investir; quando o investimento perde o vigor, oportunidades de investimento que em outras ocasiões seriam consideradas excelentes não são aproveitadas.

A situação não é menos diferente quando se trata de inovações tecnológicas. É muito discutível a afirmativa de que a intensidade e a natureza das descobertas tecnológicas nas últimas décadas têm sido tais que requeiram para sua realização menores investimentos do que, digamos, há cem anos. Kalecki pode estar certo quando chama nossa atenção para o fato da diminuição da importância da descoberta de novas fontes de matérias-primas bem como do crescente significado da "organização científica" das linhas de montagem que não requerem grandes investimentos.<sup>47</sup> Razão pode ter também Sweezy ao acentuar a extraordinária importância das ferrovias como provedoras de áreas para investimento na segunda metade do século XIX.<sup>48</sup> Algum valor pode ser igualmente atribuído ao argumento de que o barateamento relativo dos bens de capital, que se verificou nos últimos cem anos, reduziu as necessidades de capital em relação à produção física prevista, em-

<sup>47</sup> *Theory of Economic Dynamics*. Londres, 1954. p. 159.

<sup>48</sup> *Econometrica*. Outubro de 1954. p. 532.



bora não seja a produção física um elemento de interesse para o investidor capitalista.

Pode-se, por outro lado, afirmar — e creio que com bastante razão — que todas as considerações acima não têm tanta relevância para o problema que nos preocupa, uma vez que, na realidade, elas põem o carro adiante dos bois. No mundo antigo, assim como na Idade Média, inúmeros inventos técnicos engenhosos não foram utilizados porque não existiam condições sócio-econômicas para sua aplicação. Poder-se-ia fazer uma lista bem grande das descobertas técnicas recentes cuja utilização exige enormes dispêndios de capital — dispêndios iguais a quaisquer outros que a História registra. Há projetos tecnicamente tão possíveis e economicamente tão racionais como quaisquer outros realizados no passado, tanto no campo da energia atômica ou da automação, como no dos transportes ou do aumento da fertilidade do solo, no dos bens de consumo ou da maquinaria agrícola, no da habitação ou da alimentação. A diferença reside, “simplesmente”, no fato de que as inovações técnicas anteriores atraíram investimento suficiente para serem realizadas, ao passo que as possibilidades tecnológicas mais recentes são menos rapidamente (e mais seletivamente) apropriadas pela empresa capitalista. É mais plausível admitir, portanto, que as inovações tecnológicas, da mesma maneira que as áreas subdesenvolvidas ou menos desenvolvidas internas ou externas dos países capitalistas adiantados, constituem um conjunto disponível de oportunidade de investimento. Os fatores responsáveis pela utilização de apenas parte desse conjunto, em qualquer tempo, são outros. Nas palavras de J. Steindl:

“as inovações (...) afetam somente a *forma* que o investimento líquido assume. (...) As inovações tecnológicas acompanham o processo de investimento como uma sombra, elas não agem sobre ele como força propulsora”.<sup>49</sup>

Note-se que a análise precedente não endossa a resposta que se dá freqüentemente aos “profetas de um futuro negro e atroz” — resposta que indica o grande número de projetos úteis que “poderiam” ser realizados e cuja realização contribuiria para o bem-estar humano. Essa resposta, na verdade, está eivada do mesmo equívoco que permeia toda a argumentação que pretende refutar. Embora qualquer compêndio elementar de Economia principie assinalando que o importante numa economia capitalista não são os *desejos* humanos em geral, mas apenas os que são amparados por poder aquisitivo suficiente (“procura efetiva”), tão logo a discussão atinge um nível mais “avançado”, mesmo os economistas mais sofisticados se esquecem desse princípio básico. O erro de que está eivado o raciocínio é sempre o mesmo, quer responsabilizem o progresso tecnológico insuficiente ou mal orientado pela inadequação das oportunidades de investimento, quer afirmem que essas oportunidades são praticamente ilimitadas diante do número de necessidades dos consumidores que ainda não foram satisfeitas.<sup>50</sup> Ambas as partes da argumentação não são relevantes para o problema em pauta. Existe, de fato, inadequação contínua e crescente do investimento privado ao volume de excedente econômico gerado em condições de pleno emprego. Além disso, existe — e isso é visível a todos — uma plethora de empreendimentos tecnicamente possíveis e socialmente urgentes que poderiam absorver, rapidamente, todo esse excedente econômico, e

<sup>49</sup> *Maturity and Stagnation in American Capitalism*. Oxford, 1952, p. 133 e p. 235 n. (O grifo é do original).

<sup>50</sup> Talvez os melhores exemplos desse tipo de construção de castelos na areia possam ser encontrados no artigo de GALBRAITH, J. K. “We Can Prosper Without War Orders”. In *New York Times Magazine*. 22 de junho de 1952; e em LILIENTHAL, David. *Big Business, A New Era*. Nova York, 1953. p. 8 et seqs.



muito mais ainda. O problema a resolver, portanto, é o de determinar o que, na estrutura do capitalismo adiantado e nas mudanças ocorridas no processo de investimento nas últimas cinco ou oito décadas, torna difícil, se não impossível, o emprego do excedente econômico na realização desses projetos.

Não queremos dizer que apenas os chamados fatores endógenos devam ser levados em consideração para a solução desse problema. A distinção entre elementos endógenos e exógenos de uma totalidade sócio-econômica é sempre sutil e arbitrária. Como Lênin observou:

“A questão de se saber se essas transformações [na estrutura do sistema capitalista] (...) são puramente econômicas ou não-econômicas (militares, por exemplo) é secundária, e não afeta em nada a visão fundamental que devemos ter da última fase do capitalismo”.<sup>51</sup>

O que é essencial é saber se as profundas transformações do modo de funcionamento do sistema capitalista que se verificaram na primeira metade deste século se devem a acontecimentos mais ou menos acidentais e fortuitos ou se constituem o resultado natural do desenvolvimento capitalista e se, de acordo com a lógica intrínseca desse desenvolvimento, teriam obrigatoriamente de se verificar. Não chegaremos a nenhuma conclusão do ponto de vista analítico se atribuirmos essas transformações à teoria do perecimento das oportunidades de investimento ou à filosofia que atribui ao acaso todas as desgraças que sucederam ao capitalismo nos últimos cinquenta anos. Tal atitude, por outro lado, significaria a aceitação implícita da concepção agnóstica (e apologética) que atribui todas as contradições e irracionalidades do sistema capitalista não às leis próprias do sistema, mas aos “distúrbios” ocasionais — econômicos, políticos e outros — sem os quais o capitalismo funcionaria harmoniosamente.

## V

Para explicar a inadequação do investimento privado ao volume do excedente econômico gerado em condições de pleno emprego não precisamos, porém, solicitar o auxílio de fatores “externos” aos princípios motores da economia capitalista, de erros governamentais ou de imprevisíveis adversidades do destino. Essa inadequação pode ser explicada por um processo profundamente enraizado na estrutura básica do capitalismo e originado por seu desenvolvimento: o crescimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio e o domínio sempre crescente que tais organizações exercem sobre todos os setores do sistema capitalista.<sup>52</sup>

Mencionamos já um dos resultados mais marcantes desse desenvolvimento: a concentração dos lucros nas mãos de pequeno número de capitalistas. É a esse ponto que devemos voltar após nossa extensa digressão. No mundo competitivo, cujas características principais são evidenciadas por nosso modelo “clássico”, não havia lugar para uma distribuição de lucros tão desigual como esta. Destinando-se a grande número de empresas de vários tamanhos, cada uma dominando apenas pequena fração do mercado, o lucro total dividia-se necessariamente em grande número de pequenas porções desiguais. Além disso, não só eram pequenas as dife-

<sup>51</sup> VARGA, E. e MENDELSON, L. *New Data for Lenin's Imperialism — The Highest Stage of Capitalism*. Nova York, 1940. p. 168. (O grifo é do original.)

<sup>52</sup> É a adoção e a exploração bastante interessante desse tipo de abordagem do problema que tornam o livro de J. Steindl, *Maturity and Stagnation in American Capitalism* (Oxford, 1952), singularmente valioso e importante. Aproveitei bastante a obra de Steindl na formulação de muitos dos parágrafos seguintes.



renças entre os montantes absolutos dos lucros auferidos pelas várias firmas, como as taxas de remuneração do capital investido tendiam a se igualar em todas as linhas de produção. Atribuiu-se grande importância na realidade a essa tendência à igualação. Conferiu-se-lhe a responsabilidade pela orientação de recursos e pela manutenção do equilíbrio do sistema competitivo. O mecanismo em que se confiava era, em suas linhas mais gerais, o que passamos a descrever. Suponhamos um estado de equilíbrio em que as taxas de lucro de todas as firmas são iguais. Fazemos ainda a hipótese de que dada firma inicie a aplicação de um invento tecnológico que diminua seus custos de produção. A pequena redução de preço que a diminuição dos custos tornou possível fará com que essa firma venda uma produção maior e obtenha lucros extraordinários. Essa taxa de lucro superior à normal não só concorrerá para um aumento posterior da produção da firma pioneira, como também atrairá capital dos ramos da economia em que a taxa de lucro é apenas normal. Os lucros extraordinários que a firma inovadora recebe não duram muito. Sim, pois as demais firmas defrontam com a alternativa de serem expulsas do mercado por seu competidor cujos gastos são menores ou de adotarem também o novo processo técnico de produção. As firmas mais fracas financeiramente (ou mais inflexíveis por outros motivos) serão, certamente, eliminadas. As restantes introduzirão o novo processo de produção, diminuirão seus custos e preços e continuarão a dominar suas parcelas do mercado. Os lucros extraordinários dos pioneiros serão, desse modo, eliminados e a taxa média de lucro, mais uma vez restabelecida.

Mais importante ainda é observar que, em tais condições, a transição para o novo método de produção (tecnologicamente mais evoluído) não pode ser obstada pela discricção da firma competitiva. Esta corre o risco de desaparecer se desprezar as possibilidades disponíveis de redução de custos. Assim, além de oferecer o prêmio dos lucros extraordinários, o sistema competitivo brande o espantinho da bancarrota para promover e impor a realização de investimentos e de progresso tecnológico. Papel importante no funcionamento do mecanismo é desempenhado pela circunstância de que, nessa corrida competitiva, “o diabo agarra os retardatários” e as firmas menos eficientes, menos viáveis, são postas de lado. Dessa maneira, a capacidade produtiva ociosa, que se desenvolvia nas fases iniciais do processo acima esboçado, tende a ser eliminada.<sup>53</sup> Isso, por sua vez, prepara o terreno para que se repita toda a seqüência de acontecimentos: novas melhorias tecnológicas dão origem, uma vez mais, a lucros extraordinários que são utilizados para a realização de investimentos adicionais e que atraem capital novo de outras áreas. Sim, pois a existência de capacidade ociosa retardaria e dificultaria os novos investimentos na indústria, uma vez que tornaria difícil o surgimento de novos métodos de produção que reduzissem os custos.<sup>54</sup>

O processo não chega nunca a terminar. O barateamento da produção de uma indústria cria “economias externas” onde quer que essa produção sirva como matéria-prima.<sup>55</sup> Desse modo, lucros extraordinários aparecem em vários ramos da economia e o investimento é estimulado ora em um setor, ora em outro. Essa “briga perene” — para usar a expressão favorita de Schumpeter — promove crescimento econômico de maneira incessante.

<sup>53</sup> A maneira pela qual a capacidade ociosa é eliminada e não deixa nunca de ter importância. Essa eliminação pode consistir na transformação em sucata do equipamento antiquado, ou este pode continuar sendo utilizado por uma indústria que se torna quase cronicamente “doente” face à dificuldade de eliminar a capacidade redundante. A história da economia americana está cheia de casos como este (carvão, tecidos, agricultura), e esta foi uma das causas mais importantes do estabelecimento do monopólio ou de controles governamentais desses setores industriais.

<sup>54</sup> Steindl dá muita ênfase a esse ponto e menciona também as qualificações que devem ser feitas em virtude da existência do que pode ser chamado de capacidade ociosa “normal”.

<sup>55</sup> VINER, J. “Cost Curves and Supply Curves”. In: *Zeitschrift fuer Nationaloekonomie*. 1931. v. III, n.º 1, p. 98.



“Vemos como, dessa maneira, o modo de produção e os meios de produção são continuamente transformados, revolucionados, como à divisão do trabalho segue-se necessariamente divisão do trabalho ainda maior, à aplicação de maquinaria, aplicação de maquinaria ainda maior, ao trabalho em grande escala, trabalho em escala ainda maior. Esta é a lei que afasta a produção burguesa freqüentemente do seu curso e que compele o capital a intensificar as forças produtivas do trabalho porque este (já) o havia intensificado — a lei que não dá descanso ao capital e continuamente sussurra ao seu ouvido: Avante! Avante!”<sup>56</sup>

Contudo, para que esse “avante” se verifique, algumas condições têm que ser satisfeitas, condições às quais, explícita ou implicitamente, fizemos referência acima. Em primeiro lugar, e principalmente, o número de firmas existentes em toda a economia (e em cada setor industrial) tem que ser grande e a produção de cada uma delas, pequena em relação à produção total do setor industrial a que pertence. Além disso, os produtos das firmas que integram um ramo de indústria devem ser substitutos mais ou menos perfeitos uns dos outros, de tal modo que uma pequena diferença de preço transferirá a procura de uma firma a outra. Somente nessas condições uma firma será incapaz de influenciar, significativamente, mediante sua própria política de preços e produção, o preço vigorante no mercado; somente nessas condições poderá tomar decisões quanto a investimentos, expansão da produção etc., sem levar em consideração possíveis represálias por parte de seus competidores. Com efeito, uma vez que todas as firmas são pequenas, nenhuma delas é capaz de influenciar a situação do mercado que condicionou suas decisões de investir e de expandir a produção; como o número de firmas é grande, há possibilidade de que uma firma isolada avalie certamente o que as empresas restantes irão realizar. Assim, a firma, quando formula sua própria política de investimentos, orienta-se pelas considerações “internas”: as possibilidades existentes de diminuir os custos, a capacidade que tem de levantar capital, a taxa de lucro que percebe e que espera obter. Ela não está, então, em condições de — nem é compelida a — levar em conta o efeito que sobre o mercado terão, no futuro, as decisões de investimentos das demais firmas que operam no mesmo setor industrial ou em outros.

É essa anarquia do mercado capitalista, a que Marx deu tanta ênfase, e o contínuo aparecimento, desaparecimento e reaparecimento de lucros extraordinários que determinaram a acentuada tendência para um volume grande, e mesmo excessivo, de investimento durante a fase competitiva do capitalismo.<sup>57</sup> Isso conduziu ao desperdício do excedente econômico e à destruição prematura de ativos. Tanto as decisões de investir como as perdas de capital tiveram por causa os caprichos da evolução tecnológica e a emergência fortuita e esporádica de lucros extraordinários. A organização competitiva da economia capitalista pode, por outro lado, ser “creditada” pelo suprimento de áreas em extensão suficiente (ou quase suficiente) para absorver o excedente econômico gerado em condições de pleno emprego. Grande parte desse investimento, porém, constituía, na realidade, uma perda para a sociedade e determinava que as taxas de crescimento se situassem bem abaixo de sua grandeza potencial. Essa perda se expressou não apenas por um produto social bem inferior ao que podia ser obtido, mas também por um volume de em-

<sup>56</sup> MARX. *Wage Labor and Capital*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I, p. 93. (Os grifos são do original; a palavra entre colchetes foi acrescentada pelo autor com base no original alemão.)

<sup>57</sup> Cf. ROBINSON, Joan. “The Impossibility of Competition”. In: CHAMBERLIN, E. H. (ed). *Monopoly and Competition and Their Regulation*. Nova York, 1955. Foi essa natureza específica do progresso de investimento no capitalismo competitivo, sua magnitude excessiva e sua irracionalidade freqüente que condicionaram a forma particular das crises econômicas que caracterizaram o século XIX: ondas de insolvência, pânico resultantes dos efeitos da multiplicação de falências, superproduções agudas e de curta duração em mercados específicos etc.



prego muito menor que o possível. Essa afirmação não contradiz o que dissemos sobre a suficiência do investimento para absorver o excedente econômico gerado em condições de pleno emprego. O subemprego no capitalismo competitivo manifestou-se de forma bem diferente do que hoje chamamos de desemprego keynesiano. Ele foi consequência não tanto da inadequação do investimento em relação ao excedente econômico potencial, mas sobretudo da inadequação do investimento (tanto em volume como em composição) em relação ao número de pessoas disponíveis para o trabalho. Uma vez que o montante mínimo de capital necessário para equipar um operário estava fixado mais ou menos rigidamente pelo nível tecnológico predominante — nível que, por sua vez, era determinado pela concorrência entre os produtores — e uma vez que muito capital era desperdiçado no processo competitivo, o número de pessoas que podiam encontrar emprego vantajoso era necessariamente menor do que o que seria possível se o capital disponível fosse utilizado de modo racional.

## VI

Quaisquer que sejam as falhas (absolutas) e os méritos (relativos) do processo de investimento num sistema competitivo, não é preciso muito esforço para se compreender que apenas algumas de suas características essenciais podem ser observadas na atual fase monopolista do desenvolvimento capitalista. A diferença mais acentuada relaciona-se às condições de entrada num setor industrial. De fato, numa economia em que os setores industriais são constituídos por uma multidão de pequenas firmas, cada uma responsável por insignificante parcela da produção mais ou menos homogênea do setor, a entrada de uma nova firma não apresenta problemas maiores. Qualquer capitalista que disponha do montante de capital necessário pode tornar-se um empresário e iniciar um novo negócio. Como a estrutura do mercado é bastante simples e como o produto do setor industrial em que pretende ingressar é bastante homogêneo, os pré-requisitos para empreender a aventura não são muitos e os obstáculos a superar, relativamente pequenos.

Estas são, obviamente, condições inteiramente estranhas à estrutura de um setor industrial monopolizado e oligopolizado. Aqui o número de firmas que compõem um setor é pequeno, o tamanho típico da firma é grande, o mercado que ela enfrenta, complexo e o produto que vende — embora em muitos casos não apresente características físicas bem distintas do fabricado por seus concorrentes — fortemente identificado por marcas registradas, publicidade intensa etc. Em tais circunstâncias, as condições de entrada num setor industrial são totalmente diferentes. Deixando de lado os obstáculos legais, tais como patentes, concessões governamentais e outros que podem ser utilizados pelas grandes empresas que operam no setor, o montante de capital necessário para a criação de nova firma atinge proporções fantásticas.<sup>58</sup>

Além dos atuais padrões tecnológicos tornarem muito dispendiosa a construção de uma fábrica moderna, cientificamente planejada, os gastos iniciais em publicidade, promoção de vendas etc., que uma nova firma tem que enfrentar exigem grandes somas de investimento. Além disso, a natureza altamente efêmera do "ati-

<sup>58</sup> Não há necessidade de acentuar que o importante não é o montante absoluto de moeda em causa, mas o volume de riqueza avaliado em termos de unidade de salário, como uma proporção da renda nacional ou seguindo um outro critério real. As necessidades de capital para a instalação de novas empresas do tamanho mais indicado tecnologicamente foram estudadas por J. S. Bain. Cf. seu "Economies of Scale, Concentration and Entry", *American Economic Review* (março de 1954), onde estão resumidas algumas de suas conclusões.



vo” inicialmente adquirido (confiança, contatos no mercado etc.) aumenta muito o risco do novo produto. A criação de uma nova empresa torna-se, assim, totalmente inacessível a pequenos empreendedores ou mesmo a grupos de homens de negócios (sociedades anônimas) que não possuam os recursos necessários ou não sejam capazes de obter apoio suficiente do mercado de capital.<sup>59</sup> O empresário audacioso e arrojado de Schumpeter é hoje figura lendária de um passado distante — se não da mitologia do capitalismo — ou é encontrado apenas no submundo dos negócios, fundando novas sorveterias e pequenos restaurantes.<sup>60</sup>

A extraordinária dificuldade, se não mesmo impossibilidade, de entrada de novas firmas em setores industriais dominados por monopólios e oligopólios faz com que as empresas já estabelecidas operem dentro do que se poderia chamar de “santuários privilegiados”. As regras de conduta na relativa tranqüilidade e segurança desses retiros são, todavia, muito diferentes das que se aplicam às indústrias expostas aos ventos bravios da concorrência. Embora, como dissemos acima, a relação entre o processo de investimento e essa profunda transformação da estrutura básica do capitalismo tenha recebido, na literatura econômica, atenção bem menor do que obviamente merece, pode-se considerar como bem estabelecido certo número de proposições. A mais significativa destas pode ser formulada com grande simplicidade: *em qualquer situação dada*, uma expansão da produção tende a ser contrária à política de maximização de lucros dos monopolistas. Dependendo da elasticidade da procura dos produtos que estes fabricam (e da forma de sua curva de renda marginal), um aumento da produção pode não aumentar seus lucros totais, pode mesmo diminuí-los em relação ao nível vigente antes da expansão da produção. Nas palavras de Paul M. Sweezy:

“(...) A política de investimento do monopolista não pode ser dominada pela sua taxa global de lucro ou pela taxa que pode obter do investimento adicional, tomada em si mesma. Ele deve ser guiado pelo que podemos chamar de taxa marginal de lucro, ou seja, a taxa sobre o investimento adicional após os descontos determinados pelo fato de que o investimento adicional, que aumentará a produção e reduzirá o preço, provocará uma redução no lucro do investimento antigo”.<sup>61</sup>

É verdade que um monopolista, como qualquer outro capitalista, está sempre interessado em reduzir seus custos de produção. Na medida em que a redução de custos é obtida pela introdução de equipamentos novos e aperfeiçoados, ela representa uma importante oportunidade para novos investimentos. Todavia, o interesse de reduzir os custos pode ser (e freqüentemente é) anulado por outras considerações. Em primeiro lugar, há a considerar o desejo de preservar o valor do investimento existente e de adiar os novos investimentos até que o equipamento disponí-

<sup>59</sup> “Assim, o crédito limitado de muitas firmas — que não lhes permitem obter mais do que um montante limitado de capital à taxa de juros correntes — é freqüentemente uma consequência direta do conhecimento de que elas são incapazes de aumentar suas vendas fora de seu próprio mercado particular, sem incorrer em grandes despesas de propaganda”. SRAFFA, P. “Law of Return Under Competitive Conditions”. In: *Economic Journal*. Dezembro de 1926. p. 550. O que é verdade para uma firma já existente, também o é, a fortiori, para uma firma que se procura instalar. Não se deve esquecer que a íntima ligação existente entre o mercado de capital e empresas poderosas e já estabelecidas reduz enormemente a possibilidade das novas firmas de obter apoio financeiro em termos razoáveis.

<sup>60</sup> “Não há concepção de economia americana que seja mais aceita do que a que a encara como um processo biológico no qual o velho e o senil é continuamente substituído pelo jovem e vigoroso. Embora tal concepção seja uma ficção agradável, ela é certamente artificiosa. De fato, se a presente geração sobreviver, ela irá comprar aço, cobre, bronze, automóveis, pneumáticos, sabão, alimentos, toucinho, cigarro, uísque, máquinas registradoras e cofres de uma ou de algumas das firmas que hoje fabricam tais artigos. Uma rápida reflexão indica que as firmas que fornecem hoje esses produtos são praticamente as mesmas que o faziam há algumas décadas”. GALBRAITH, J. K. *American Capitalism*. Boston, 1952. p. 39.

<sup>61</sup> *Theory of Capitalist Development*. Nova York, 1942. p. 275.



vel esteja totalmente amortizado.<sup>62</sup> Essa nossa afirmação parece contradizer a conhecida regra segundo a qual uma nova máquina deve ser introduzida para substituir uma velha se o custo médio *total* unitário obtido com a nova máquina é inferior ao custo médio *variável* por unidade de produção realizada pela máquina antiga. A contradição, porém, é apenas aparente: a regra é mais ambígua do que pode parecer à primeira vista. Em primeiro lugar, para que a substituição de maquinaria antiga por nova seja racional segundo essa regra, a poupança assegurada pela nova máquina deve ser tal que não somente pague os juros sobre a perda de capital determinada pela substituição, como também amortize essa perda em período relativamente curto.<sup>63</sup> Isso significa que somente inovações tecnológicas muito importantes terão *chance* de “vencer”, enquanto outras só serão aplicadas após o completo desgaste da maquinaria existente. Por outro lado, a aplicabilidade dessa regra depende da capacidade demonstrada pelo investidor ou administrador de prever, com exatidão, a vida útil da nova máquina. É essa vida útil que determina a magnitude do custo médio total unitário dos bens produzidos pela nova máquina.<sup>64</sup> Não é preciso dizer que o que interessa no caso não é prever o período de vida física da máquina, mas o tempo durante o qual não se espera que ela seja superada por um invento tecnológico ainda melhor, ainda mais eficiente. A situação torna-se particularmente complexa quando se atravessa uma fase de rápidas transformações tecnológicas. A máquina *A* seria substituída pela nova máquina *B*, quando tal substituição promettesse poupança significativa. Contudo, se há razão para acreditar que a máquina *C* — que, por sua vez, apresenta inúmeros melhoramentos técnicos em relação à máquina *B* — está prestes a ser colocada em funcionamento, não seria aconselhável sucatear a máquina *A* apenas para adquirir a máquina *B* — que deverá ser, ela também, transformada em sucata muito antes de seu desgaste completo.<sup>65</sup> Assim, ainda que o progresso tecnológico estimule o investimento, pode haver, em condições de monopólio e oligopólio forte tendência de adiar dispêndios com novos equipamentos até que as condições tecnológicas se tenham mais ou menos estabilizado, ou de suprimir o avanço tecnológico até que o equipamento existente se desgaste completamente.

Não queremos dizer que essa tendência seja peculiar à empresa monopolista e que não opere de igual modo em relação à competitiva. A diferença consiste simplesmente — e essa diferença é muito importante — em que a firma competitiva é obrigada, pela concorrência, a introduzir novos equipamentos, a despeito das perdas de capital que daí decorrem, sob pena de ser expulsa do mercado por seus antigos ou novos competidores que se encontram capacitados a produzir e a vender mais barato. A empresa monopolista, por sua vez, não está sujeita a tal pressão. Como diz o Prof. Hansen:

“Face à vigorosa concorrência de preços, novas técnicas que reduziam os custos eram introduzidas compulsoriamente, mesmo que o abandono da maquinaria obsoleta, mas não depreciada, acarretasse perda de capital. De acordo com o princípio monopolista do obsoletismo, porém, novas máquinas não serão introduzidas até que o valor não-depreciado da máquina antiga seja, pelo menos, coberto pelas economias das novas técnicas. Assim, o progresso diminui o seu ritmo e se eliminam possibilidades de

<sup>62</sup> LANGE, O. *On the Economic Theory of Socialism*. Minneapolis, 1938, 2.<sup>a</sup> tiragem, 1948. p. 114; cf. também DOMAR, E. D. “Investment Losses and Monopolies”. In: METZLER, Lloyd e outros. *Income, Employment and Public Policy: Essays in Honor of Alvin H. Hansen*. Nova York, 1948. p. 39.

<sup>63</sup> Esse requisito decorre não apenas da limitação do capital disponível à firma, mas também de considerações sobre o risco em que incorre. Tal risco aumenta à medida que se dilata o período em questão.

<sup>64</sup> Cf. TERBORGH, G. *Dynamic Equipment Policy*. Washington, 1949. Capítulo 11.

<sup>65</sup> Isso obviamente se aplica tanto ao novo investimento como aos investimentos de substituição.



formação adicional de capital, possibilidades sempre presentes numa sociedade competitiva mais desapietada".<sup>66</sup>

Isso significa que, em condições de monopólio, tanto os gastos em melhorias tecnológicas como as perdas de capital — formas importantes de utilização do excedente econômico no capitalismo — são apreciavelmente reduzidos.<sup>67</sup>

Há a notar que grande número, se não a maioria, das melhorias tecnológicas e das inovações redutoras de custos se baseia na expansão da escala das operações. De fato, as "economias internas" e os "rendimentos crescentes à escala" são os principais responsáveis pelo crescimento da grande empresa e pelo desenvolvimento da produção em série. Contudo, o fenômeno dos rendimentos crescentes em relação à escala de operações aparece no palco econômico em duas ocasiões bastante distintas. Em primeiro lugar, ele elimina as pequenas oficinas e propicia um impulso poderoso ao desenvolvimento das forças produtivas e destrói, assim, a concorrência ao concentrar a produção em número relativamente pequeno de grandes empresas monopolistas (e oligopolistas) tecnologicamente avançadas. Aparece, posteriormente, como obstáculo à continuação do progresso técnico quando as melhorias técnicas conduzem ao que se tornou uma expansão indesejável da produção.<sup>68</sup> Um invento que diminuísse o custo de uma unidade se, por exemplo, se dobrasse o número de unidades produzidas, pode não ter interesse para o monopolista (ou oligopolista), cujos lucros muito provavelmente cairiam como resultado desse aumento de oferta.

"Assim (...) o oligopólio exerce uma ação seletiva contra as inovações que aumentam a produção e a favor das que poupam fatores."<sup>69</sup>

Pode-se perguntar, entretanto, por que uma firma oligopolista, que controla

<sup>66</sup> "Economic Progress and Declining Population Growth". In: *American Economic Review*. Março de 1939. Reproduzido em *Readings in Business Cycle Theory*. Filadélfia-Toronto, 1944. p. 381.

<sup>67</sup> Não obstante, é errôneo afirmar, como o faz Schumpeter, que a política de uma economia socialista planificada seria, a esse respeito, a mesma de uma grande empresa que operasse em condições monopolísticas. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, 1950. p. 96 et seqs. Em termos de combinação racional dos recursos da sociedade, a política de preservação de capital da firma monopolista pode ser preferível ao investimento excessivo e à destruição de capital que se observam em condições competitivas. Verifica-se contudo, que todo aumento de racionalidade, que assim se consegue, transforma-se, frequentemente, em seu oposto se a política monopolista de preservação de capital contribui para a diminuição das oportunidades de investimento e conduz à redução da produção da renda e do emprego. Numa economia socialista planificada, a situação é inteiramente diversa, uma vez que a decisão de adiar qualquer investimento (para substituição de instalações antigas ou em novas) não implica necessariamente uma redução do investimento *global* ou — se se deseja tal redução — pode ser acompanhada por um aumento adequado do consumo. Isso posto, não se terá então nem diminuição da produção nem desemprego. Isso significa que ao distribuir o capital escasso (seja para novos investimentos, seja para investimentos de substituição) a comissão socialista de planificação dá prioridade àqueles ramos da economia e às empresas em que o investimento adicional é socialmente mais desejável. Em outras palavras, algumas empresas poderão continuar funcionando durante algum tempo com equipamento antiquado não porque seus valores de capital devem ser preservados, mas porque o capital necessário para a introdução de maquinaria nova pode ser empregado mais produtivamente em outro setor. É claro que tal distribuição de capital segundo prioridades sociais é algo inteiramente diferente da prática monopolista de maximização dos lucros de seu capital ou de preservação do valor de seus ativos.

<sup>68</sup> Aparece ainda uma terceira vez em que uma economia socialista planificada, na qual o seu papel de agente promotor de acréscimo de produtividade não é mais dificultado pela política de maximização de lucros da empresa monopolista.

<sup>69</sup> LANGE, O. "Note on Innovations". In: *Readings in the Theory of Income Distribution*. FELLNER, W., HALEY, B. F. eds. Filadélfia-Toronto, 1946. p. 194. Uma observação semelhante pode ser encontrada em SRAFFA, P. "Law of Return Under Competitive Conditions". In: *Economic Journal*. Dezembro de 1926. p. 543. Essa relação entre inovações redutoras de custos e o volume da produção constitui um fator importante na explicação do atraso técnico que freqüentemente se observa em muitas empresas monopolistas e oligopolistas da Grã-Bretanha e de outras partes da Europa ocidental. Referir-se a essa situação como decorrente da "pequenez dos mercados" com que defrontam tais firmas — o que freqüentemente se verifica em discussões sobre a economia da Europa ocidental — significa colocar o carro adiante dos bois, uma vez que é essa "pequenez do mercado", determinada pelo monopólio, que deve ser discutida.



apenas uma parte do mercado (ainda que grande), não aproveita as oportunidades técnicas existentes para diminuir o custo de seus produtos mediante a expansão da produção, a fim de poder vendê-los mais baratos que seus concorrentes e tentar conquistar todo o mercado (ou uma parte maior dele). A resposta a essa pergunta abrange grande número de elementos, dos quais é crucial: a concorrência de preços em condições de oligopólio apresenta a tendência de se tornar crescentemente odiosa para os empreendedores que dela participam.<sup>70</sup> Qualquer redução moderada de preços por parte de um oligopolista — feita com o objetivo de aumentar sua parcela no mercado — encontra resposta imediata em diminuições correspondentes de preços por parte dos outros oligopolistas — todos suficientemente grandes e suficientemente fortes para observarem a conseqüente perda de lucros.<sup>71</sup> Por outro lado, uma guerra de preços até as últimas conseqüências entre oligopolistas exigiria um montante tal de capital e envolveria riscos tão grandes que se prefere a acomodação à hostilidade ruinosa. A fim de eliminar a concorrência, firmam-se acordos mais ou menos explícitos ou se estabelece a “liderança de preços”. Em tais casos, as partes contratantes aceitam o princípio de viver e deixar viver ao invés de tentarem destruir-se mutuamente. Essa tendência é reforçada ainda pelo fato de que os grupos financeiros interessados em mais de uma grande empresa num mesmo setor industrial geralmente exercem sua influência no sentido de evitar as grandes perdas de capital que podem resultar da expansão agressiva de uma firma oligopolista, perdas cuja recuperação é sempre mais ou menos incerta.<sup>72</sup>

A abstenção de concorrência de preços e a aceitação do princípio de viver e deixar viver exercem profunda influência na estrutura dos setores industriais oligopolizados. Firmas com custos elevados não são eliminadas do mercado e continuam funcionando ao lado de empresas mais produtivas e mais lucrativas. Em conseqüência, a capacidade ociosa gerada pelas tentativas anteriores de aproveitar ao máximo as economias de escala e de atender a uma procura flutuante não apresenta tendência à diminuição e eventual desaparecimento. Ela permanece não só sob a forma de potencialidades produtivas das empresas que operam a custos baixos — empresas de tamanho maior que o necessário para suas operações normais — como também sob a forma de estabelecimentos industriais que operam a custos elevados, mas que são protegidos contra o mau tempo pelo guarda-chuva da indústria oligopolista. A capacidade ociosa, por sua vez, desencoraja novos investimentos, particularmente nos setores industriais em que sua existência é bem conhecida face ao pequeno número de firmas dominantes.

O monopolista e o oligopolista se tornam, assim, cada vez mais cautelosos em suas decisões de investir e julgam haver, *em qualquer situação*, pouco incentivo ao reinvestimento de seus lucros em sua própria empresa. Seus lucros elevados po-

<sup>70</sup> O *New York Times*, de 22 de março de 1955, publicou trechos do depoimento do Sr. Benjamin Fairless, presidente da diretoria da United States Steel Corporation, perante uma comissão do senador americano: “Houve uma mudança em nosso pensamento”, concordou o Sr. Fairless. “O preço não é a única forma de concorrência. Concorremos também em qualidade e em serviços. ‘Julga o senhor, diante disso, que falar em concorrência de preços, dentro das novas condições, seria irrealista?’ — perguntou um senador. ‘Sim’, afirmou o depoente, aduzindo ainda que, face a seu ‘objetivo de lucro’, a United States Steel Corporation decidiu algumas vezes não enfrentar a concordância de preços baixos. ‘O senho: pensa que podemos ter uma idéia falsa do valor da concorrência de preços, como existia há cinqüenta anos, e que as pessoas que anseiam por ela estão completamente erradas?’ ‘Sim!’ — respondeu o Sr. Fairless”. O Sr. Harlowe Curtice, presidente da General Motors Corporation, declarou perante a mesma comissão: “A indústria automobilística é uma indústria altamente competitiva. A concorrência, porém, se realiza em termos de modelos e qualidade”. *New York Times*, 19 de março de 1955.

<sup>71</sup> Cf. SWEEZY, Paul M. “Demand Under Conditions of Oligopoly”. In: *Journal of Political Economy*. Agosto de 1939.

<sup>72</sup> Sobre esse ponto, ver Hilferding, *Das Finanzkapital*, onde se chama a atenção para a cautela habitual das grandes instituições financeiras e para sua relutância em se engajar em empreendimentos muito arriscados.



dem fornecer incentivo a um possível investidor. O apetite do forasteiro é, entretanto, frustrado pelos obstáculos à entrada numa indústria monopolizada e oligopolizada bem como pela consciência de que seu aparecimento no mercado dessa indústria não deixará de afetar, desfavoravelmente, o nível de preços predominante. Em outras palavras, o possível oligopolista, da mesma forma que o já estabelecido, tem que pensar não tanto em termos de taxas reais de remuneração do capital já investido na indústria, mas das taxas previstas de lucro do novo investimento. Quando o forasteiro faz parte de algum outro setor já oligopolizado, o que dissemos antes sobre as limitações da luta entre oligopolistas se aplica também aqui, *mutatis mutandis*. Um oligopolista que transpassa as fronteiras de outro setor industrial oligopolizado não só corre o risco de retaliação em seu próprio mercado por parte dos membros do setor invadido, como também pode contrariar interesses financeiros poderosos que atuam simultaneamente em bom número de setores industriais.

Tanto a ameaça como a dificuldade de tais invasões desempenham importante papel na política das grandes empresas. A ameaça pode resultar numa moderação de sua ganância de lucros, induzi-las a fixar preços mais baixos e se contentar com lucros menores do que os que poderiam obter face à elasticidade da procura de seu produto. Mais freqüentemente, porém, essa ameaça age com estímulo poderoso ao fortalecimento da posição de uma firma monopolista ou oligopolista no mercado, determina o dispêndio de somas crescentes em publicidade (fortalecendo assim a identificação de seus produtos), a integração vertical de empresas, o desenvolvimento e multiplicação de suas ligações com instituições financeiras etc. Quanto maior for o sucesso que ela obtiver na construção dessas defesas tanto menores serão suas preocupações com a possibilidade de que seus lucros incentivem um forasteiro a tentar a sorte em seus domínios monopolistas ou oligopolistas.

A dificuldade de entrada num setor industrial monopolizado ou oligopolizado, por outro lado, influencia bastante a política de investimento da firma monopolista ou oligopolista. Impossibilitada de reinvestir seus lucros, impedida de investi-lo em outro setor industrial altamente concentrado, a firma monopolista ou oligopolista, "sufocada" por seus lucros, procura empregá-los em setores em que domine ainda a concorrência ou em que o grau de concentração seja relativamente baixo. Em tais setores, não é preciso temer grandes resistências, não há o perigo de retaliação, não se encontra a mão controladora das instituições financeiras. Passando a pertencer a um deles, a empresa monopolista ou oligopolista tende a moldá-la à sua imagem: a produção passa a se concentrar em algumas grandes empresas, equipamentos modernos são introduzidos, as políticas de preços, lucros e investimentos são revistas a fim de se conformarem às práticas vigentes nos mercados monopolistas e oligopolistas. Em conseqüência, o monopólio e o oligopólio se estendem de um ramo a outro da economia, e a grande empresa se estabelece onde anteriormente o controle pertencia à pequena empresa competitiva. A economia tende, assim, a tornar-se um sistema de impérios monopolísticos e oligopolísticos compostos, cada um, de reduzido número de empresas gigantes.

É óbvio que existem alguns setores industriais que, por motivos técnicos, não podem ser operados por grandes empresas e que, por essa razão, são inacessíveis aos investimentos das firmas monopolistas e oligopolistas. A agricultura é provavelmente um bom exemplo, embora mesmo aqui a grande empresa desempenhe um papel crescente, quer como produtor direto, quer como beneficiador ou distribuidor. No setor de serviços, principalmente, encontram-se áreas em que o grau de concentração não é elevado. Há a notar, porém, que muitos pequenos empreendedores ou artesãos aparentemente independentes são, na realidade, dependentes mais ou menos bem pagos de grandes empresas. Este é o caso, por exemplo, do



sapateiro que trabalha com máquinas da United Shoe ou do vendedor de automóvel que representa a General Motors Corporation.<sup>73</sup>

À medida que o processo de concentração avança, que um ramo industrial após outro se torna "oligopolizado", o setor competitivo da economia tende a se restringir ao segmento inferior da escala tecnicamente determinado. As empresas que dele continuam a fazer parte não mais podem constituir áreas de investimento para os lucros abundantes da empresa monopolista e oligopolista.<sup>74</sup>

Existe, entretanto, outra área em que esses lucros podem ser investidos — área que desempenhou, historicamente, papel de grande relevância. Referimo-nos à criação de novas indústrias que, como a maior parte da África no início do século XIX, ainda não foram apropriadas por nenhuma grande potência e representam uma terra de ninguém à disposição de todos. Como dissemos anteriormente, esse modo de utilização do excedente econômico não está limitado por possibilidades técnicas. Tais possibilidades sempre existiram em medida suficiente e são, atualmente, pelo menos maiores do que antes. O que limita a criação de novas indústrias nos dias atuais é a estrutura do processo de investimento. Somente as grandes empresas se encontram em condições de levantar o capital necessário para o estabelecimento de uma nova indústria. Tais empresas ou operam elas mesmas em setores industriais monopolizados ou oligopolizados ou — no caso de serem instituições financeiras — estão intimamente ligadas a tais setores. Assim, ao decidirem sobre o desenvolvimento de uma nova indústria, têm que considerar, em primeiro lugar e primordialmente, se essa nova indústria não irá competir com as já existentes, nas quais têm interesse. É claro que uma empresa de um setor industrial oligopolizado poderá promover o desenvolvimento de outro setor industrial que irá competir não com o seu próprio produto, mas com o de terceiro. Pelas razões que já apontamos, tais empreendimentos são vistos com grande desconfiança no mundo dos negócios e das finanças e só muito raramente chegam a se concretizar.

## VII

Que conclusões podemos tirar dessa discussão? Podem elas ser esboçadas, ainda que resumidamente, da maneira seguinte: na fase monopolista do desenvolvimento capitalista, o mecanismo de igualação das taxas de lucro só opera no setor competitivo da economia, setor este que se apresenta então já bem reduzido. Aí as taxas de lucro são baixas e o montante de lucro disponível para investimento, relativamente pequeno. Na esfera monopolista e oligopolista da economia, as taxas de lucro são desiguais, predominantemente altas, e o montante de lucro disponível para investimento, prodigiosamente grande. Essa circunstância conduz à redução do volume de investimento global, uma vez que as poucas firmas monopolistas e oligopolistas que recebem o grosso dos lucros julgam que não é lucrativo rein-

<sup>73</sup> Cf. o interessante livro de MILLS, C. Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. Nova York, 1951. *Passim*, em particular as partes I e II.

<sup>74</sup> Deve-se notar que o setor competitivo permanece grande quando se mede pelo número de pessoas que nele encontram emprego. De fato, ele se torna crescentemente superpovoado por pequenos capitalistas que não têm acesso aos grandes empreendimentos, pelos operários e empregados descontentes, que não se dispõem a, ou não estão em condições de se unir às fileiras da força de trabalho empregada pelos grandes consórcios. Por isso, os lucros auferidos no setor competitivo tendem a ser pequenos, a eficiência das pequenas firmas, baixa, e os preços elevados. Cf. KALDOR, N. "Market Imperfection and Excess Capacity". In: *Economics*. Nova Sória, 1935. É interessante notar que, à medida que as grandes empresas distribuem como dividendos parte de seus lucros que não encontram áreas novas para aplicação, essa situação tende a se agravar, uma vez que os dividendos extras, principalmente os recebidos pelos pequenos capitalistas, podem ser investidos no setor competitivo da economia.



vesti-los no mesmo setor e que se torna cada vez mais difícil investi-lo em outro setor. A dificuldade a que nos referimos aumenta à medida que o setor competitivo “se oligopoliza” e se tornam menores as possibilidades de criação de novas indústrias que não concorram com as empresas oligopolistas existentes. Assim, em qualquer situação dada, o volume de investimentos tende a ser inferior ao volume de excedente econômico que seria gerado em condições de pleno emprego. Verifica-se, por conseguinte, uma tendência à estagnação, ao subemprego e à superprodução, tendência esta identificada com precisão por Marx há mais de cem anos.

“A superprodução geral ocorre não porque os bens de consumo dos operários e dos capitalistas sejam produzidos em pequena quantidade, mas porque ambos são produzidos em demasia — produção em demasia não em relação ao consumo, mas em demasia para que se mantenha a proporção correta entre consumo e acumulação; em demasia, portanto, em relação à acumulação.”<sup>75</sup>

Embora a maior parte da argumentação precedente, senão toda, possa ser encontrada nas obras de muitos economistas, a ela se dá, geralmente, interpretação bem diversa. Afirma-se, por exemplo, que é somente na presença do monopólio que o progresso técnico é possível numa economia capitalista. Um capitalista já estabelecido — e muito menos um possível investidor — jamais pensaria em realizar um investimento de maior vulto se não estivesse protegido contra uma possível concorrência por barreiras à entrada de outras firmas em seu campo de negócios. Há a notar, além disso, que apenas as grandes empresas estão em condições de financiar os dispêndios exigidos pela moderna tecnologia. Finalmente, só as grandes firmas podem manter departamento de pesquisas, indispensáveis à continuação do progresso tecnológico. À luz da discussão anterior, entretanto, pode parecer que essa linha de raciocínio despreza, completamente, a dialética histórica de todo o processo. Não há dúvida de que em certa fase do desenvolvimento capitalista (cinquenta ou oitenta anos atrás), o crescimento da grande empresa, do monopólio e do oligopólio constituiu um fenômeno progressista, pois possibilitava o aumento da produtividade e o progresso da ciência. Não é menos verdade que esse mesmo fenômeno tende a tornar-se hoje uma força retrógrada — econômica, social, cultural e politicamente — pois dificulta e distorce o processo de desenvolvimento das forças produtivas. O fato de que a concorrência não seja compatível com a produção moderna, tecnicamente avançada, não equivale à proposição de que monopólio seja uma estrutura racional para o desenvolvimento das forças produtivas. Como observa Lênin:

“(...) o fato de os monopólios retardarem agora o progresso não constitui argumento em favor da livre concorrência, pois esta se tornou impossível desde que deu origem ao monopólio”.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie. (Rohentwurf) Berlin, 1956. p. 346-347. (Os grifos são do original.)

<sup>76</sup> VARGA, E. e MENDELSON L. (eds.). *New Data for Lenin's Imperialism --- The Highest Stage of Capitalism*. Nova York, 1940. p. 236.



### *Imobilidade e Movimento do Capitalismo Monopolista (II)*

#### I

A incapacidade dos investimentos em absorver o excedente econômico gerado pelo capitalismo monopolista foi discutido até agora em termos estáticos. Assinalamos que, em *qualquer situação dada*, há falta de oportunidade para reinvestimento remunerativo dos lucros auferidos pela empresa capitalista. Embora o “equilíbrio de subemprego” resultante possa ser bastante lucrativo, dificilmente pode ser considerado uma situação satisfatória ou estável. Em primeiro lugar, essa situação é altamente frustrativa para o capitalista, cujo elemento é a acumulação de capital e cuja *raison d'être* não é cobrar dividendos, mas aumentar continuamente seus lucros.<sup>1</sup> Além disso — e o que é pior — a mera continuação dessa “situação dada” não representa opção prática, disponível durante qualquer período de tempo, para a classe capitalista. Um produto social estacionário significa, necessariamente, volume crescente de desemprego. De fato, a simples substituição do equipamento gasto por maquinaria nova e mais eficiente — implique ou não essa substituição um investimento líquido — aumenta a produtividade do trabalho e conduz à despedida, mais ou menos contínua, de certo número de trabalhadores, ao mesmo tempo que o crescimento normal da população aumenta anualmente a força de trabalho disponível. Estimou-se que, mesmo na ausência de investimento *líquido*, apenas a substituição de equipamento totalmente gasto por maquinaria moderna provocaria, nos Estados Unidos, um aumento da produtividade de, aproximadamente 1,5% ao ano. Se levarmos em conta que a força de trabalho aumenta de mais de 1% anualmente, veremos que a simples reprodução de um mesmo produto social conduz, necessariamente, a um incremento anual do volume de desemprego de mais 2,5% da força de trabalho. É desnecessária assinalar que tal aumento de de-

<sup>1</sup> As mudanças na estrutura da administração dos negócios, sua “burocratização” e “despersonalização”, que têm sido muito comentadas na literatura recente, embora de interesse em contexto diferente, dificilmente exigem uma reavaliação dos objetivos fundamentais da empresa capitalista. Elas podem ter significação, entretanto, ao acentuar a cautela e a prudência de uma firma monopolista e oligopolista se comparada com uma que espera nas velhas condições competitivas. Uma análise de algumas das obras mais importantes sobre o assunto pode ser encontrada em PAPANDREOU, A. G. “Some Basic Problems in the Theory of the Firm”. In: *A Survey of Contemporary Economics*. (ed. B. F. Haley). Homewood, Illinois, 1952. V. II. Cf. também o brilhante ensaio de SWEEZY, Paul M. “The Illusion of the Managerial Revolution”. In: *Science & Society*. Inverno de 1942. Reproduzido em seu livro *The Present as History*. Nova York, 1953.



semprego ameaçaria seriamente o equilíbrio social e político da ordem capitalista e tornaria essa "situação dada" altamente precária.

Não se observa, contudo, no capitalismo monopolista, tendência nítida ao desenvolvimento *automático* das condições que permitam a alteração dessa "situação dada" e que proporcionam incentivos adicionais para o investimento do excedente econômico gerado. Dois desses "campos de manobra" que surgem automaticamente já foram mencionados: o investimento em indústrias competitivas sujeitas à monopolização e à oligopolização<sup>2</sup> e o desenvolvimento de novas indústrias que podem ser criadas sem prejuízo dos poderosos interesses monopolistas e oligopolistas já existentes. À medida, porém, que essas reservas internas do sistema se esgotam, a possibilidade de fugir dessa "situação dada" passa a depender, de maneira crescente, de impulsos externos às relações imediatas de mercado do capitalismo monopolista. Não há uma linha de demarcação nítida que separe as áreas que surgem automaticamente e as que são deliberadamente criadas para o investimento do excedente econômico superabundante. Não obstante, é da maior importância — pelas razões que serão esclarecidas no devido tempo — ter bem presente essa distinção.

Um meio óbvio e "simples" de proporcionar, à empresa monopolista, um estímulo externo e de ampliar o mercado para sua produção seria incrementar o consumo (em relação ao produto social). Se isso ocorresse, a parcela do produto social que constitui o excedente econômico efetivo seria reduzida, ao mesmo tempo que oportunidades de investimento seriam criadas em decorrência da expansão da procura global. Tal solução, entretanto, não é proporcionada por um sistema econômico em que a distribuição da renda entre o capital e o trabalho é determinada pela maximização dos lucros de firmas isoladas. Como vimos anteriormente, a parcela da renda que remunera o trabalho tende a ser razoavelmente estável. E não há mesmo razão para supor que esteja em operação qualquer tendência que provoque mudanças significativas a esse respeito. Além disso, não se pode esperar que, a fim de incrementar o consumo, as firmas passem a representar, isoladamente, o papel de Papai Noel para seus operários e fregueses. Algumas medidas podem ser inteiramente racionais do ponto de vista do sistema capitalista como um todo, mas se fossem empreendidas por um capitalista acarretariam perdas, e mesmo bancarrota.

É certo que um incremento do consumo global poderia resultar também de uma expansão do consumo pessoal dos próprios capitalistas. Na realidade, é isso o que tem acontecido freqüentemente. O modo pelo qual ocorreu merece atenção particular. Embora o padrão de vida e os dispêndios dos capitalistas modernos tenham crescido bastante se comparados aos dos seus antepassados, o aumento de consumo resultante não foi maior (foi provavelmente menor) que o correspondente crescimento do excedente econômico. Inúmeras razões contribuíram para que assim acontecesse. Em primeiro lugar, a concentração de lucros e dividendos em mãos de um número relativamente pequeno de acionistas limita, efetivamente, o montante dos gastos de consumo que se pode esperar dessa fonte. Nem mesmo o mais extravagante dos Cresos contemporâneos pode gastar parte apreciável de sua renda para fins pessoais. Ademais, o paradoxo que mencionamos há pouco, ao falarmos do consumo das massas trabalhadoras, é mais visível ainda quando se trata do consumo dos capitalistas. Embora um aumento do consumo dessa classe possa ser considerado como altamente vantajoso para a estabilidade da economia capitalista, este não pode constituir um princípio diretor da vida do capitalista indivi-

<sup>2</sup> Deve-se notar que a desigualdade do desenvolvimento dentro do próprio setor monopolista e oligopolista colocará, freqüentemente, uma indústria monopolista e oligopolista "atrasada" na condição de uma indústria competitiva, que pode ser invadida e assimilada por outra indústria monopolista e oligopolista mais adiantada, mais concentrada.



dual. A harmonia entre o puritanismo e as exigências do desenvolvimento capitalista, que tão poderosamente fez progredir os antigos e tão ditosamente serviu a seus sucessores, não subsiste numa situação de capitalismo monopolista e de excedente econômico superabundante. Os interesses do capitalista individual, em tais circunstâncias, não mais correspondem aos interesses de sua classe ou aos da sociedade capitalista, como um todo. A acumulação e a parcimônia constituem, ainda para ele, meios indispensáveis de sucesso e progresso: uma vida faustosa, acima do que é considerado como nível convencional para pessoas de seu grupo, pode conduzir não só à destruição de seu capital, mas também revelar-se prejudicial ao seu crédito e à sua posição no seio da comunidade.<sup>3</sup>

Essa contradição entre o que é racional para o capitalista e o que é exigido pela sociedade capitalista como um todo não pode ser resolvida por um indivíduo agindo isoladamente. Ela só pode ser superada por mudanças na estrutura sócio-econômica, as quais, por sua vez, conduzem a alterações nos costumes e valores que determinam as volições e o comportamento dos indivíduos. A essa transformação da sociedade deve ser, acertadamente, atribuída a maior parte do aumento dos gastos improdutivos do capitalismo monopolista. Sua causa não está em mudanças nos hábitos de dispêndio da renda do capitalismo *individual*, em sua maior ou menor "propensão a consumir": há fortes indícios de que essa propensão permanece razoavelmente estável há longo período de tempo. As razões vamos encontrá-las nas transformações profundas por que passou a estrutura da empresa capitalista e nas alterações, que daí decorreram, da distribuição e do modo de utilização do excedente econômico. De fato, os dispêndios de uma firma monopolista ou oligopolista têm pouca semelhança com o que existia (e ainda existe) em uma empresa competitiva relativamente pequena. Salários e gratificações pródigos para gerentes de sociedades anônimas; generosos honorários para advogados, peritos em relações públicas, especialistas em propaganda, analistas de mercado e advogados administrativos; elevados dispêndios com enormes burocracias e representação — tudo isso era desconhecido à época do capitalismo competitivo e continua ainda hoje fora do alcance das pequenas empresas que operam na periferia competitiva da economia capitalista adiantada. O empreendedor competitivo não podia também sonhar com as enormes somas que gigantescas sociedades anônimas doam a fundações de várias espécies, com o objetivo mais ou menos declarado de influenciar os formadores da "opinião pública" em favor do capital monopolista. Tudo isso tornou-se parte integrante da tradição do capitalismo monopolista e absorve grande parte da enorme parcela do excedente econômico global que cabe à grande empresa.<sup>4</sup> Quase não se tem consciência da extensão em que aumentou, sob o

<sup>3</sup> Existe, entretanto, importante elemento de racionalidade geral que reforça a racionalidade subjetiva de relativa sobriedade de capitalista. Onde a luta de classes é intensa e a estabilidade política da ordem capitalista é precária, uma ostentação "indecente" de riqueza e uma vida "desregrada" provocariam o antagonismo de grande parte da população e são, por conseguinte, consideradas de "mau gosto". A simplicidade e a funcionalidade da aparência tornam-se essenciais: os gozos excessivos, os gastos frívolos e as extravagâncias daqueles que se situam no ápice da pirâmide de renda capitalista são cuidadosamente escondidos do conhecimento público. Eles são feitos, porém, em centros de diversão estrangeiros, em casas de campo retradas ou em suntuosas residências urbanas cujos exteriores são de decepcionante simplicidade. Em países e períodos históricos em que a tensão social é menos pronunciada, cessa essa necessidade de hipocrisia e dissimulação, e o "consumo conspícuo" torna-se mais aparente. O resultado é um declínio dos padrões de "bom gosto" — declínio tão freqüentemente criticado pelos europeus ao observarem o procedimento da classe dominante americana, socialmente bem mais segura.

<sup>4</sup> Como previu Marx, "a sociedade burguesa reproduz, a seu modo, tudo aquilo que combateu na forma feudal ou absolutista". *Theories of Surplus Value*. Londres, 1951. p. 176. Isso indica a existência de um dilema verdadeiramente trágico que se apresenta, continuamente, a uma sociedade capitalista adiantada. Uma redução de emprego perdulário do excedente econômico provoca depressão e desemprego. A intensificação, cada vez mais indispensável da dissipação do excedente econômico em finalidades improdutivas resulta em volume sempre maior de consumo conspícuo, no crescimento rápido dos "serviços de diversão" que oferecem seus produtos a pessoas deslumbradas, no declínio acelerado de todos os padrões de cultura. Cf. o interessante artigo de LYNES, Russell. "What's so Good about Good Times?" In: *Harper's Magazine*. Junho de 1956. Ai o problema é bem colocado sem ser analisado.



capitalismo monopolista, o contingente de trabalhadores improdutivos, direta ou indiretamente sustentados pelo excedente econômico da sociedade.

“Para cada 100 pessoas empregadas nos Estados Unidos, em 1929, na produção de mercadorias, 74 encontravam-se ocupadas de forma diferente. Essa relação, em 1939, foi de 100 para 87 e em 1949 passou a ser de 100 para 106.”<sup>5</sup>

Todavia, os dispêndios das grandes empresas em finalidades improdutivas — embora sejam ponderáveis — estão bem longe de absorver o excedente econômico superabundante ou de fornecer estímulos adequados, pela expansão da procura global, para investimentos adicionais. De fato, a maior parte do que essas empresas pagam a trabalhadores improdutivos passou a ser considerada “despesa necessária” à operação de grandes empreendimentos, e é tratada como parte dos custos fixos que têm que ser cobertos (pelo menos a longo prazo) pelo preço do produto.<sup>6</sup> Assim sendo, o custo da manutenção dos trabalhadores improdutivos não é suportado pelos lucros das grandes empresas, e sim transferido aos compradores de seus produtos. Iguamente importante é o fato de que parte significativa da renda recebida pelos beneficiários da generosidade das grandes empresas — a “nova classe média” — não é gasta em consumo, e sim poupada. A poupança desse grupo constitui, de fato, grande parte da poupança pessoal normalmente realizada nos países capitalistas adiantados. Assim, o efeito líquido da proliferação de trabalhadores improdutivos sobre a acumulação de capital e sobre a procura global não é sequer sugerido pela soma de suas rendas. Parte do aumento do consumo global devido à manutenção de trabalhadores improdutivos é anulada pela diminuição do consumo do resto da população. Outra parte daquele aumento de consumo, entretanto, causa uma redução da poupança do resto da população e, por conseguinte, leva a uma verdadeira absorção do excedente econômico. Por outro lado, parte do excedente econômico absorvido desse modo (ou porque certa parcela da renda paga aos trabalhadores improdutivos não pôde ser transferida por seus empregadores e foi retirada dos lucros) reaparece, uma vez mais, como excedente econômico sob a forma de poupança pessoal dos trabalhadores improdutivos.

Enfim, embora o mecanismo automático de funcionamento do capitalismo monopolista tenha, indubitavelmente, aumentado a parcela do produto social utilizada improdutivamente, esse aumento não é suficiente para reduzir adequadamente o volume do excedente econômico disponível para investimento em condições de pleno emprego ou para determinar uma expansão conveniente das oportunidades de investimento. Há necessidade de maior quantidade de “impulsos externos” para que o capitalismo monopolista possa sair do ponto morto e encontrar os incentivos necessários a uma utilização lucrativa do excedente econômico gerado.

## II

Tais impulsos só podem ser proporcionados pelo Estado. Não quer isso dizer

<sup>5</sup> PERLO, Victor. *American Imperialism*. Nova York, 1951. p. 226. Uma nota na mesma página explica que “empregados na produção de mercadorias” incluem empregados na agricultura, mineração, construção, indústria de transformação, transportes, comunicações, serviços de utilidade pública. Para estimativas feitas de modo diferente, mas reveladoras da mesma tendência, ver MILLS, C. Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. Nova York, 1951. Cap. 4.

<sup>6</sup> O princípio de se fixar o preço pela aplicação de percentagens sobre os custos médios iniciais de uma produção padrão torna-se cada vez mais reconhecido na literatura econômica como a regra geral de fixação de preços pela empresa monopolista e oligopolista. É evidente sua significação para o problema da transferência dos gastos improdutivos bem como dos encargos fiscais. Cf. FAGAN, Elmer D. “Impôt sur le Revenu Net des Sociétés et Prix”. In: *Revue de Science et de Législation Financière*. v. XLVI, n.º 4 (1954); e também ANDERSON, William H. *Taxation and the American Economy*. Nova York, 1951. Cap. 16.



que o Estado não tenha desempenhado um papel importante na vida econômica ao longo de toda a história do capitalismo. Direta ou indiretamente, financiando a construção de estradas de ferro na Alemanha e nos Estados Unidos, promovendo, no estrangeiro, os interesses econômicos dos capitalistas nacionais, como o caso da Inglaterra e da Holanda, ou por meio de cuidadosas transações financeiras e imposição de tarifas alfandegárias, como ocorreu na França e na Rússia — o Estado contribuiu significativamente, em toda parte, para a determinação da direção e da velocidade do desenvolvimento econômico na era capitalista. Inicialmente, porém, as atividades econômicas do Estado eram essencialmente de natureza esporádica, dirigiam-se a questões econômicas específicas ou respondiam às exigências mais ou menos gerais da classe capitalista como um todo. Servindo, nas palavras de Marx e Engels, como “um comissário para administração dos negócios comuns de toda a burguesia”, o Estado desempenhou, enérgica e inequivocamente, sua função básica: manter e proteger a ordem capitalista. No que tange a seu papel na esfera estritamente econômica, a questão foi um pouco mais complexa.

De fato, “toda a burguesia”, em cujo interesse o Governo agia como seu “comissário”, era composta de enorme multidão de homens de negócios, com interesses bem diferentes e divergentes. O que é mais importante, entretanto, é o fato de que esses homens de negócios eram relativamente fracos, tinham força e objetivos aproximadamente iguais; suas associações industriais ou regionais tinham, por sua vez, poder e influência semelhantes. Em tais circunstâncias, o Estado podia portar-se de acordo com seu mandato comum de proteção e fortalecimento da própria ordem capitalista contra os ataques das classes exploradas. Não se esperava que ele interferisse nas relações entre grupos ou facções da burguesia, que apoiasse um desses grupos em sua luta competitiva contra outro. A igualdade, ou, pelo menos, a quase igualdade de influência que cada componente da burguesia podia ter nas esferas social e política tendia a criar um equilíbrio de forças dentro da burguesia e a fazer do Estado um instrumento de toda a classe. Enquanto a expressão política dessa constelação sócio-econômica básica se manifesta no mecanismo clássico da democracia burguesa, a fórmula ideológica para essa neutralidade do Estado na luta competitiva no seio da classe capitalista é a crença na automaticidade econômica, o credo de não-interferência do Estado no livre jogo das forças do mercado. Como disse, sucintamente, Thomas Jefferson, o Estado devia garantir “direitos iguais para todos, privilégios especiais para ninguém”. É claro que enquanto os contendores na luta competitiva possuíam capacidade de pressão quase igual, enquanto nenhum deles podia exercer sobre o Estado influência maior que outro, tanto a confiança na automaticidade do mercado como a insistência na neutralidade do Governo podiam ser aceitas por toda a classe capitalista e elevadas, unanimemente, à condição de valores sociais supremos.<sup>7</sup>

O desmoronamento dessa estrutura tornou-se claro com o advento da grande empresa. Os participantes na *bellum omnium contra omnes*<sup>7a</sup> não só se tornaram cada vez mais desiguais em poder econômico e social, mas a preeminência crescente dos grandes empreendimentos destruiu, gradativamente, toda a capacidade e a vontade do restante da classe capitalista de resistir a seu domínio. Absorvendo um

<sup>7</sup> A utilidade política desses conceitos foi grandemente aumentada pelo fato de que a imparcialidade do Governo entre as diferentes partes da burguesia podia ser apresentada ao povo em geral como imparcialidade do Estado frente às diferentes classes que compunham a sociedade. Providências ocasionais do Governo, como legislação trabalhista, restrições ao trabalho de menores etc. — imparciais em relação a toda a burguesia, uma vez que afetavam a todos os seus membros — pareciam corroborar a opinião de que o Estado cuidava, também, das “classes inferiores”. O camponês russo que considerava o czar como um árbitro objetivo entre ele e o proprietário da terra não é um exemplo menos espantoso do impacto dessa ideologia do que o pequeno comerciante que espera que o Governo o proteja contra seus competidores monopolistas.

<sup>7a</sup> “Guerra de todos contra todos”. (N. do Ed.)



segmento do sistema econômico após outro, transformou um número crescente de pequenos homens de negócios, artesãos e fazendeiros, anteriormente independentes, em empregados e agentes de empresas gigantescas. Embora os deixasse frequentemente com a ilusão de que continuavam autônomos, a empresa monopolista fez com que seu modo de vida e situação social passassem a depender, cada vez mais, da boa vontade da administração dos grandes consórcios.<sup>8</sup> De membro da classe capitalista — pequeno, mas em absoluta igualdade com os demais quanto a importância e prestígio — o empreendedor competitivo passou à posição de dependente da grande empresa, cuja liderança econômica, política e social não estava em condições de desafiar. Mais espantosa ainda é talvez a circunstância de que ele perdeu, aos poucos, o desejo de disputar essa liderança. Identificando-se com os senhores feudais do capitalismo monopolista, venerando-os como figuras heróicas e dignas de respeito e emulação, os novos vassalos sociais dos líderes da grande empresa transformaram-se rapidamente na claqué mais importante da elite (monopolista) da classe capitalista. Assim como os camponeses alemães, cujos interesses eram diametralmente opostos aos dos *junkers* prussianos, seguiram fielmente a liderança aristocrática da hierarquia do famoso *Landbund*, a empresa competitiva, na era do capitalismo monopolista, encontra-se, submissamente, presa à aba dos fraques dos “monarquistas econômicos”.

A ascensão do capital monopolista ao poder econômico e social não implicou, inicialmente, a renúncia dos sacrossantos princípios do individualismo desenfreado, da automaticidade de mercado e da neutralidade do Governo. Uma vez que esses princípios serviam, admiravelmente, como cortina de fumaça atrás da qual podiam reunir fortunas imensas e obter controle efetivo do Estado, os capitães da indústria monopolista não pouparam esforços para difundir e apoiar a ideologia da livre sobrevivência dos mais aptos. Max Horkheimer observa com perspicácia que, ao longo da História,

“o valor do indivíduo tem sido enaltecido por aqueles que tiveram oportunidade de desenvolver sua individualidade à custa de outros”.<sup>9</sup>

De fato, tendo atingido o ápice da pirâmide social, a grande empresa não poderia encontrar fórmula ideológica melhor adaptada às suas exigências do que o princípio da total liberdade do indivíduo para aproveitar, ao máximo, as oportunidades que se lhe apresentassem. Esse princípio, combinado à circunstância de que a interferência social nos esforços individuais deveria ser evitada ao máximo, não apenas sanciona a desigualdade, os privilégios e a exploração, mas dá às vítimas da desigualdade, dos privilégios e da exploração uma profunda sensação de inevitabilidade ou, mesmo, de justiça do seu destino. Nos países capitalistas adiantados, não apenas a classe operária foi profundamente afetada por essa ideologia, mas os empreendedores competitivos, os fazendeiros e outros membros da pequena burguesia se revelaram incapazes de a ela resistir. Embora estivessem sendo gradativamente devorados pela grande empresa, embora estivessem perdendo tanto seus lucros como sua independência, continuaram considerando-se membros da classe capitalista, como camada privilegiada bastante superior ao mero proletariado. Essa participação, efetiva ou ilusória, nos privilégios e nos frutos da exploração — mesmo quando essa parcela diminuía a olhos vistos — privou a pequena burguesia de

<sup>8</sup> “O poder da grande empresa é tal que, mesmo que grande número de pequenas empresas permaneçam independentes, elas se tornam, na realidade, agentes de empresas maiores”. MILLS, C. Wright. *White Collar: The American Middle Classes*. Nova York, 1951. p. 26.

<sup>9</sup> *Eclipse of Reason*. Nova York, 1947. p. 178.



toda independência moral e política, transformou-a em instrumento dócil nas mãos de seus novos senhores monopolistas.

Não quer isso dizer que não houve oposição a essa tendência. A oposição que existia, porém, nunca foi muito forte e se manifestou através de duas correntes bem distintas. Uma foi a exigência populista de ação decidida por parte do Estado contra o poder econômico de um pequeno número que se estava apoderando do Governo para usá-lo em seu próprio proveito. Esse movimento foi conduzido, fundamentalmente, pelos elementos não-capitalistas da sociedade — operários, artesãos, alguns fazendeiros — e contou com algum apoio de certos setores do segmento competitivo da economia. Estava ele fortemente imbuído das noções jeffersonianas de democracia, da ideologia da imparcialidade do Estado em relação a todas as classes sociais e considerava como certo que o Governo iria suprimir os abusos da empresa monopolista com o mesmo vigor que evidenciava em suas relações com as organizações sindicais nascentes. O principal resultado desse movimento nos Estados Unidos foi a legislação antitruste que encarregou o Governo — cada vez mais subserviente à grande empresa — de limitar os poderes dos grandes consórcios.

A outra, e não menos ingênua, corrente de oposição — a que se filiaram principalmente os empreendedores competitivos e os intelectuais educados nos princípios econômicos tradicionais do *laissez faire* e da democracia burguesa — clamou por uma volta aos “velhos tempos”, insistiu sobre o respeito honesto e consistente aos princípios da automaticidade e da não-intervenção e dirigiu sua cólera não tanto contra a empresa monopolista, mas contra o Governo, a quem culpava por todos os males.<sup>10</sup> Uma vez que se absteve de atacar seriamente os grandes empreendimentos, esse tipo de “oposição leal” agradou particularmente às grandes empresas. Propiciando uma forma inofensiva de desabafo para o descontentamento que existia e não ameaçando qualquer das posições importantes da grande empresa, adaptando-se perfeitamente à sua própria fraseologia, essa ideologia do antiestatismo e da livre concorrência não era apenas inteiramente compatível com a crescente hegemonia do capital monopolista, mas pôde, também, ser aproveitada na luta contra a oposição do tipo populista, bem como contra todos os outros movimentos de reforma social.

Todas essas correntes ideológicas e políticas ainda hoje existem, embora seu papel e sua coloração tenham mudado bastante, em consonância, aliás, com a situação sócio-econômica que lhe serve de base. A depressão da década de 1930 comprometeu, irrecuperavelmente, o conceito de automaticidade do mercado. Diante do catastrófico declínio da produção e da renda, tornou-se impossível sustentar que o sistema capitalista, entregue a si mesmo, tende a gerar maior bem-estar para o maior número. Diante da multidão de homens e mulheres que queriam e estavam aptos a trabalhar, mas que não encontravam emprego, não se podia mais continuar aceitando a tese de que o mecanismo do mercado propiciava, a todos os elementos “aptos”, oportunidade de melhorar de condição. Tornou-se necessária, então, a ação governamental para mitigar pelo menos os aspectos mais violentos da situação. Por meio de obras públicas, auxílios aos desempregados, subsídios aos fazendeiros, pensões aos veteranos da guerra, o Governo teve que intervir para impedir que a depressão econômica conduzisse ao colapso da ordem capitalista. Era preciso encontrar um escoadouro compatível com a preservação do sistema capitalista para a energia das forças sociais que eram tradicionalmente a fa-

<sup>10</sup> Esse antiestatismo ligava-se a toda tradição da luta da burguesia contra o feudalismo e era particularmente caro aos corações dos imigrantes europeus nos Estados Unidos, cujo ódio aos Governos tirânicos de seus países era a característica fundamental de sua bagagem ideológica.



vor da intervenção governamental, para o desespero crescente dos setores não capitalistas menos influenciados pela ideologia da automaticidade e da neutralidade do Estado (ou que se podiam revelar mais dispostos a se desligarem dela pelo impacto da realidade que os circundava). O *New Deal* desempenhou nos Estados Unidos exatamente esse papel. Graças ao reconhecimento e à proteção governamental dos sindicatos, a instituição de mecanismos de amparo sistemático aos fazendeiros, a algumas leis sobre previdência social e uma supervisão moderada dos mercados financeiros — e este foi um preço bastante baixo — o presidente Roosevelt, em seu primeiro período de governo, pôde impedir grandes transformações políticas e sociais que poderiam ter abalado os alicerces do próprio capitalismo.

Tão séria foi a crise, tão profunda a falência das noções de automaticidade e de não-intervenção estatal, que mesmo a empresa monopolista teve que fazer adaptações em sua própria filosofia. Evidentemente, isso não aconteceu da noite para o dia; ainda hoje, parcela considerável da comunidade das grandes empresas evidencia sinais de que não foi afetada pelo terremoto da década de 1930. Em seus principais escalões, entretanto, a grande empresa passou a adotar, bem rapidamente, novas posições ideológicas. Essa transição foi grandemente facilitada pelo fato notável de que ela não implicou, na realidade, mudança ideológica autêntica.<sup>11</sup>

As primeiras empresas monopolistas enalteceram a automaticidade e a neutralidade governamental não porque nisso acreditassem, mas porque tais teses, se aceitas e difundidas por toda a classe capitalista e pela maioria da população, ofereciam a cortina mais conveniente para o domínio crescente do Estado pelos grandes consórcios. Essa filosofia não apresenta, nos dias atuais, qualquer utilidade prática. Sua inadequação tomou-se evidente, sua utilização política para o engodo das massas desapareceu, à medida que os setores competitivos de economia, que ainda se apegavam às antigas noções, tornaram-se rapidamente uma quantidade desprezível. De fato, o programa de pleno emprego a ser realizado por meio de ação governamental apropriada, que tomou o lugar do individualismo desenfreado e da neutralidade estatal, tinha todas as virtudes da filosofia que desalojou e nenhuma de suas desvantagens óbvias. Retirou ele da classe capitalista o ônus do mau funcionamento da economia e passou a atribuí-lo à sociedade como um todo e a seus dispendiosos funcionários políticos; forneceu uma ideologia atraente aos recém-formados sindicatos; satisfaz as exigências dos fazendeiros; proporcionou lucros elevados ao capital monopolista e, ao mesmo tempo, prometeu boas rendas à crescente “nova classe média”, política e socialmente importante. De fato, o que é

<sup>11</sup> De fato, é duvidoso se o termo “ideologia” como é convencionalmente utilizado na sociologia do conhecimento, se aplica ao capitalismo monopolista. Na medida em que denota uma concepção inadequada, parcial e tendenciosa da realidade, e que essa inadequação, parcialidade e tendenciosidade podem ser atribuídas à estrutura da sociedade e ao lugar nela ocupado por uma classe, a “ideologia” tem duas importantes características. A inadequação, parcialidade e tendenciosidade que a tornam meia verdade fazem com que ela, ao mesmo tempo, participe da própria verdade. Ela abrange, em outras palavras, um aspecto da verdade ao expressar certas concepções da realidade e certos interesses efetivamente partilhados por uma classe ou uma camada social. Por essa mesma razão, uma “ideologia” é firmemente acreditada por aqueles que a esposam: ela não é algo que eles podem produzir, mudar ou ajustar a seu bel-prazer. Nesse sentido, a “ideologia” é semelhante à “racionalização” de Freud: a diferença fundamental entre as duas consiste em que a primeira é considerada como um produto da estrutura da sociedade e a última, da estrutura psíquica do indivíduo (que, entretanto, é, por sua vez, determinada pela sociedade na qual o indivíduo vive). Uma entidade completamente diferente é aquela constituída por um conjunto de noções inadequadas, parciais e tendenciosas conscientemente impingidas nos espíritos dos homens, graças aos esforços de uma classe, que procura atingir certos fins incentivando sua aceitação mais ou menos geral. Na época do capitalismo monopolista — época na qual as crenças, os valores e as convicções sucumbem progressivamente ao ataque pragmático — a ideologia conduz, rapidamente, ao condicionamento das massas, a seu ajustamento etc., deixando, assim, o seu estudo de ser feito pela sociologia do conhecimento e passando para o domínio da manipulação da pesquisa de opinião. Engels percebeu com agudez que “a ideologia é um processo realizado conscientemente, de fato, pelo chamado pensador, mas como uma falsa consciência. Os motivos reais que o impõem permanecem desconhecidos para ele, se não, não seria de forma alguma um processo ideológico”. Carta a Mehring, 14 de julho de 1893. In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. Nova York, 1934, p. 511.



espantoso não é a pressa com que a maior parte dos homens de negócios mais clárvidentes passaram a apoiar o novo programa, mas sim a lentidão com que muitos outros se arrastaram até as novas posições.

A razão para isso é bem simples. Além do lapso de tempo que sempre tem que transcorrer antes que formas tradicionais de pensamento sejam completamente substituídas pela realidade mutável do processo histórico, há importante justificacão objetiva para a cautela e a prudência que os homens de negócios demonstraram em aderir ao novo programa. Sendo melhores historiadores e cientistas sociais do que muitos dos que abraçaram essas profissões, os líderes do capital monopolista compreenderam muito bem que o que importava não eram os aspectos teóricos do novo programa, ou mesmo a complexa rede de órgãos governamentais criada para implementá-lo, mas quem iria, efetivamente, controlar sua execução.<sup>12</sup> O que para alguns economistas, que encaram a realidade através de seus antolhos, parece ser uma questão secundária, era habilmente considerado pelo capital monopolista como o cerne de toda a questão. Foi a suprema manifestação de poder das grandes empresas e da incapacidade de Roosevelt para resistir a ele, depois de passado o pior, o fato de que, desde o início do seu segundo período governamental, pessoas que gozavam da confiança das grandes empresas principiaram a desalojar de suas posições os elementos "suspeitos" que foram alçados a postos governamentais pela onda populista de 1932. O controle das grandes empresas sobre o Governo não foi totalmente restabelecido senão durante a guerra e as subseqüentes administrações dos presidentes Truman e Eisenhower. A partir de então, o Governo, mesmo em sua composição pessoal, tornou-se mais "comissário" não mais da "burguesia como um todo", mas de seu elemento principal — a empresa monopolista e oligopolista.

Quando se estabeleceu efetivamente o domínio do capital monopolista sobre a forma que o novo programa deveria assumir, quando foram eliminados do Governo os grupos que tentaram — fundamentalmente em vão — promover reformas sociais sob o manto das políticas de pleno emprego, quando a direção das políticas de "pleno emprego" passou a mãos aceitáveis às grandes empresas — mesmo os contingentes retardatários do campo monopolista encontraram um modo de aderir à nova linha. Esse apoio marcou o início da vigorosa campanha para gravá-lo na consciência das massas, para torná-lo uma estrutura ideológica capaz de unir o povo ao sistema capitalista, para dar-lhe tanta força e estabilidade quanto as que gozavam, anteriormente, as noções de automaticidade e de neutralidade governamental. Essa aceitação da chamada política de pleno emprego por parte do capital monopolista e a capacidade que tem esse programa de atender, no presente momento, às reivindicações da maioria da nação criam a atmosfera de unanimidade no palco político, atmosfera que não é perturbada pela existência de pessoas mal alimentadas, mal vestidas e mal abrigadas e pela instabilidade pobremente disfarçada da prosperidade reinante.

J. K. Galbraith tem toda a razão quando observa que

"grande parte de nossas discussões é ruidosa e violenta não porque as questões sejam relevantes, mas porque elas não o são. Raiva existe não porque as questões estejam sendo resolvidas, mas porque elas já o estão. Não obstante, o barulho dá a impressão de que o assunto continua na ordem do dia. Embora uma argumentação veemente possa indicar que uma questão esteja sendo decidida, mais freqüentemente ela apenas indi-

<sup>12</sup> Schumpeter viu isso claramente: "o pessoal e os métodos, e ainda o espírito com os quais uma medida ou um conjunto de medidas são administrados, são muito mais importantes do que qualquer coisa contida em qualquer lei". *Business Cycles*. Nova York, 1939. v. II, p. 1045.



ca que uma minoria irremediavelmente vencida está-se fazendo ouvir da única maneira possível".<sup>13</sup>

Galbraith, porém, tem razão em um sentido apenas. Muitas questões estão de fato resolvidas na medida em que o programa de intervenção estatal para obter o pleno emprego é endossado pelo setor dominante da classe dirigente, pela camada sindical dominante, pela nova classe média, pela maioria dos fazendeiros, intelectuais etc. De fato, como observa corretamente Galbraith, a escolha de

"se um Governo face à realidade de uma depressão deve ou não ser keynesiano (...) equivale, aproximadamente, à escolha entre cometer ou não um suicídio político".<sup>14</sup>

Este, contudo, é apenas um dos aspectos do problema e não é o mais importante. Na verdade, o notório barulho e fúria que se produzem em debates públicos sobre questões de menor importância, assim como o acordo subjacente sobre a necessidade de uma política governamental de pleno emprego, obscurecem problemas verdadeiramente importantes, relativos estes ao significado do pleno emprego e aos caminhos e modos pelos quais se deve verificar a intervenção estatal, a fim de atingi-lo e mantê-lo.

De uma coisa podemos estar certos: a tendência monopolista de assegurar seu controle sobre o Estado, de concentrar em suas mãos a direção da intervenção governamental, que possa ser necessária nas atividades econômicas, de eliminar do Governo todos os elementos que manifestem a menor inclinação por uma interpretação reformista das políticas de pleno emprego — essa tendência não se origina da ambição de poder ou da avidez de cargos públicos do capital monopolista.<sup>15</sup> De fato, em condições diferentes, o capital monopolista preferiu manter-se afastado da ribalta política e permanecer nos bastidores puxando fios invisíveis, que movimentavam seus "poderosos" bonecos. Somente quando as atividades governamentais adquirem maior importância, quando o que elas envolvem não mais pode ser confiado a políticos inconstantes e a representantes de segunda ordem, é que os escalões dirigentes do capital monopolista se encaminham abertamente para o centro do palco. O que está em jogo, então, são os interesses mais vitais do capital monopolista, aqueles que, de fato, dizem respeito à sua própria existência.

### III

A administração da intervenção governamental para a obtenção e a manutenção do pleno emprego envolve certo número de problemas distintos, embora intimamente relacionados. Em termos mais gerais: se a procura global, isto é, a procura dos consumidores, investidores e do Governo é insuficiente para absorver o produto social gerado em condições de pleno emprego, o Governo defronta com cinco possibilidades diferentes (ou com alguma combinação delas). A primeira consiste em admitir qualquer desemprego que possa surgir e deixar que o produto social corresponda à magnitude da procura global que se manifesta no mercado. Como

<sup>13</sup> *Economics and the Art of Controversy*. New Brunswick, Nova Jersey, 1955. p. 103.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 100.

<sup>15</sup> Isso para não falar da superficialidade, se não da inteira falta de sentido, da contraditória explicação dos acontecimentos históricos pela "ambição de poder", que é tratada como se fosse um instinto inerente à espécie humana. Além do fato de que tal "ambição de poder", como característica do homem, é ela própria uma categoria histórica que antes exige explicação e não invocação como *deus ex machina*, a questão que importa é quais as forças sócio-políticas e os interesses econômicos que servem de base à tendência ao poder das nações, das classes e mesmo dos indivíduos ambiciosos.



vimos anteriormente, a visível irracionalidade e o perigo social e político decorrente desse procedimento o tornam inaceitável não só à sociedade como um todo, mas a todas as parcelas importantes da classe capitalista. A rejeição dessa alternativa, porém, deixa completamente aberta a questão do que deve ser entendido por pleno emprego. Longe de ser uma sutileza semântica, essa questão é de enorme importância. O pleno emprego tem sido definido na literatura econômica como a situação em que todos aqueles que fossem capazes e estivessem dispostos a trabalhar mediante a taxa de remuneração corrente estariam em situação de conseguir emprego. O que isso implica, na realidade, é que o número de vagas deveria normalmente exceder um pouco o número dos que procuram emprego, isto é, que o mercado de trabalho deveria, como regra, ser um mercado vendedor.<sup>16</sup>

Repetimos: os líderes do capital monopolista têm melhor instinto para descobrir os princípios motores da economia capitalista do que os economistas que consideram o pleno emprego acima definido como meta realista, possível de ser atingida pelo capitalismo. Os líderes do capital monopolista estão bem cômnicos do fato de que esse pleno emprego é incompatível com o funcionamento normal do sistema capitalista. Com efeito, em condições de escassez permanente de mão-de-obra, a empresa capitalista tem que operar sob severa pressão: trabalhadores marginais e mesmo submarginais têm que ser mantidos na folha de pagamento, mesmo quando sua contribuição à produção da firma é relativamente pequena; a tarefa de supervisão torna-se mais pesada e os custos tendem a aumentar. O que é pior ainda, diante de um mercado de trabalho vendedor, torna-se cada vez mais difícil conter as aspirações dos sindicatos e manter, dentro de limites “razoáveis”, suas reivindicações em favor de salários mais elevados, melhores condições de trabalho etc. A existência permanente de um exército industrial de reserva é indispensável para conservar a força de trabalho na empresa capitalista, para preservar a posição de comando do empresário mediante salvaguarda de sua fonte fundamental de poder e lucro: a capacidade de contratar e demitir.<sup>17</sup>

Um Governo controlado pelo capital monopolista não conduzirá, pois, sua política de pleno emprego de modo a manter verdadeiramente o pleno emprego.<sup>18</sup> Assim, nos Estados Unidos, a Lei de Pleno Emprego, de 1946 — amplamente aclamada como a Carta Magna do pleno emprego —, declara ser responsabilidade permanente do Governo

“usar todos os meios possíveis (...) com o objetivo de criar e manter o nível de emprego máximo, de modo a ampliar e promover a livre empresa competitiva”.

O nível de emprego que se procura atingir não deve, portanto, ser superior ao que

<sup>16</sup> Essa definição deixa ainda campo para o chamado “desemprego friccional”, que pode ser causado por fatores climáticos, movimentos de pessoas de uma localidade para outra, mudanças na tecnologia ou na estrutura industrial etc. Tal desemprego, normalmente tratado pelos economistas como insignificante e inevitável, é, na realidade, bastante considerável e poderia ser reduzido acentuadamente numa economia planejada facilitando-se as necessárias redistribuições e provendo-se novos treinamentos à mão-de-obra, prevendo-se os desenvolvimentos tecnológicos etc. Não se deveria cometer o grave erro de equiparar o pleno emprego definido acima com o emprego *racional*, uma vez que o primeiro é inteiramente compatível com a manutenção de atividades improdutivas de toda espécie.

<sup>17</sup> “O desemprego permanece muito baixo para que a força de trabalho possa ter flexibilidade. Sempre que o total de desempregados é menor do que 2 milhões, mesmo ocupações para trabalhadores não-qualificados são escassas. Muitos empregadores precisam guardar com zelo seus trabalhadores qualificados. Os sindicatos têm certamente a iniciativa nas negociações salariais. É certo que se pode conseguir maior número de operários, mas somente a preço considerável. E provavelmente eles não seriam da qualificação mais procurada. Não há melhor garantia contra a inflação do que um bom montante de verdadeiro desemprego. Essa é uma constatação dura e triste, mas é verdadeira”. *Business Week*, 17 de maio de 1952.

<sup>18</sup> “Fazendo-se a média (estatística) dos anos bons e maus, o desemprego deveria ser superior a 5 ou 6 milhões — talvez 7 ou 8. Esse número não é tal que nos devamos horrorizar (...) pois pode ser dado um sustento adequado aos desempregados”. SCHUMPETER, *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova York, 1950, p. 383. Cf. também JEWKES, John. *Ordeal by Planning*. Nova York, 1948, p. 78 et seqs.



irá “ampliar e promover a livre empresa competitiva”. É isso quando a “livre empresa competitiva” tornou-se a maneira cortês e tática de se referir à empresa monopolista e oligopolista.

O que interessa, contudo, não são os estatutos jurídicos ou os pronunciamentos dos porta-vozes do mundo dos negócios ou do Governo. Os fatos são mais eloqüentes do que as palavras: na primeira ocasião em que a filosofia da nova política foi aplicada na prática — durante a considerável elevação do desemprego no verão de 1953 — o Governo e a alta finança em favor da qual ele age tornaram excessivamente claro o significado que emprestam à expressão “pleno emprego”. Permitiram a existência do desemprego de, aproximadamente, 5 milhões de pessoas.<sup>19</sup> Isso não é, de modo algum, o resultado de acidentes lamentáveis ou de “insuficiente conhecimento” dos métodos de combater o desemprego crescente. O fato de que a manutenção desse “saudável” nível de desemprego é uma política deliberada pode ser percebido, com toda a clareza, mesmo através da neblina da fraseologia bombástica, no Relatório Econômico para o ano de 1955, do Conselho de Assessores Econômicos do Presidente dos Estados Unidos:

“É necessário reconhecer que, em certas ocasiões, os processos de crescimento podem interromper-se (...), o aumento de conhecimento por parte do público deve, contudo, ser acompanhado por uma compreensão realista das dificuldades práticas de obtenção de aumentos contínuos da produção total, do nível de emprego e da renda pessoal. (...) A arte de dirigir os negócios do Estado exige que façamos todos os esforços para conduzir o idealismo de nossa geração ao fim prático de minimizar as flutuações econômicas”. (...) <sup>20</sup> Enquanto isso, “devemos dirigir nosso programa para 1955 principalmente para [acelerar o crescimento econômico a longo prazo] ao invés de procurar imprimir um imediato impulso ascendente à atividade econômica em geral” (p. 48).

E “acelerar o crescimento econômico de longo prazo” deve consistir em promover “a livre empresa competitiva” e em “um sentimento de confiança no futuro econômico (...) amplamente partilhado por investidores, operários, homens de negócios, agricultores e consumidores” (p. 2).

A aceitação do “pleno emprego” pelo capital monopolista transforma-se assim, em beijo da morte. Ela implica não uma política governamental no sentido da obtenção e manutenção do pleno emprego concebido por economistas bem-intencionados ou sonhado pelos deslumbrados reformadores sociais; seu objetivo é evitar catástrofes maiores, como a crise de 1929/33, impedir depressões maiores, como a que caracterizou toda a década de 1930. Ela não objetiva eliminar as crises “normais” ou abolir o desemprego “normal”. Estes, de fato, são considerados como “reajustamentos salutares”, desejáveis não simplesmente para a preservação do exército industrial de reserva indispensável, mas, também, como condições sob as quais firmas monopolistas e oligopolistas podem aproveitar-se de “liquidações”, engolir competidores mais fracos e consolidar suas posições no mercado.<sup>21</sup>

Não se deve permitir, sem dúvida, que o desemprego e o declínio da renda se tornem muito fortes, pois se pode incorrer no risco de suas repercussões políticas porem em perigo a estabilidade do sistema. Obras públicas, auxílios e pensões de vários tipos têm que ser postos em prática para aliviar a desgraça externa e subornar as vítimas do “reajustamento”, de modo que se não perca a “confiança” em um

<sup>19</sup> Report of the Joint Committee on the Economic Report. Janeiro de 1955. Washington, 1955. et seqs.

<sup>20</sup> Ibid., p. 65 et seqs.

<sup>21</sup> A onda de fusões de empresas que invadiu a economia americana durante a recessão de 1953/54 fornece ilustração de nossas assertivas.



“sistema econômico que é, ao mesmo tempo, forte e humano, um sistema que pode assegurar maior abundância material e melhor qualidade de vida”.<sup>22</sup>

Os limites de desemprego e de perda de produção que devem ser respeitados não se deduzem a partir dessa tão exaltada “dignidade do indivíduo” ou da não menos intensamente afirmada solicitude para com as populações famintas dos países subdesenvolvidos do mundo; esses limites são ditados pelas exigências e conveniências das grandes empresas e pela disposição das pessoas em suportar a hipocrisia e a irracionalidade de uma ordem econômica governada pelos interesses do capital monopolista.

Outra possibilidade seria a redução da produção por meio de uma diminuição geral do número de horas de trabalho. Deve ser óbvio que esse método para criar um equilíbrio entre procura e oferta globais — isto é, pela redução do produto social ao mesmo tempo em que se mantém o pleno emprego — só seria racional se a incapacidade da procura efetiva existente para absorver a produção realizada com o pleno emprego e com a semana de trabalho dada exprimisse uma real saciedade das pessoas em relação a todos os bens e serviços, quer de investimento, quer de consumo. Não necessitamos de muita coisa para provar que tal saciedade ainda não existe — mesmo com uma distribuição igualitária de renda. Além disso, mesmo se ela existisse, o sistema capitalista só admitiria uma redução geral da semana de trabalho muito lentamente e só se tivesse que suportar severa pressão. Com efeito, no que se relaciona com a empresa capitalista individual, uma redução da semana de trabalho, que provocasse uma contração da produção, implicaria uma redução dos lucros. De fato, a História nos ensina que a redução das horas diárias de trabalho de 16 para 14 e daí para 12 e mais tarde para as atuais 40 horas semanais (nos Estados Unidos) foi conseguida apesar de oposição tenaz da classe capitalista e refletiu não apenas a intensificação do trabalho e os aumentos de produtividade que tiveram lugar ao longo de um século, mas também a emergência de poderoso movimento operário que não mais podia ser contido.<sup>23</sup> Não pode haver dúvida de que novas reduções legais da semana de trabalho seriam combatidas, nos dias de hoje, pelos interesses capitalistas tão intensamente quanto as anteriores. Mais ainda: se essa redução do número de horas de trabalho não fosse compensada por aumento, pelo menos correspondente, da produtividade, e resultasse efetivamente numa contração absoluta da produção total (único caso relevante para a presente discussão), há toda a probabilidade de que grande parcela dessa redução, se não toda, seria transferida para o montante de salários, isto é, teria que ser absorvida pela classe operária. Em tais circunstâncias, uma diminuição da semana de trabalho nem resolveria o problema da superabundância do excedente econômico, nem seria aceitável para o proletariado. Assim, além do fato de que há ainda um grande caminho a ser percorrido até que a produtividade tenha atingido o ponto no qual, numa sociedade racionalmente organizada, não haverá necessidade mais urgente do que a do lazer, na qual, portanto, a contração da produção seria o procedimento adequado, é impossível, no capitalismo, que o problema sempre presente da superprodução potencial seja resolvido — mesmo que parcialmente — por uma redução voluntária da semana de trabalho. Uma tentativa para for-

<sup>22</sup> Conselho de Assesores Econômicos. *Economic Report for 1955*. p. 3.

<sup>23</sup> Mesmo assim, somente constelações políticas e econômicas particularmente propícias explicam a maioria das vitórias alcançadas pelo movimento de reforma social. Estas foram, em parte, alianças temporárias entre elementos feudais da sociedade e o movimento operário em ascensão, alianças estas cimentadas por sua hostilidade comum contra a classe capitalista (como na Grã-Bretanha, na Alemanha de Bismarck e em alguns outros países europeus); em parte, foram algumas crises importantes da ordem capitalista que forneceram a oportunidade para arrancar maiores concessões de uma burguesia enfraquecida e amedrontada (como nos Estados Unidos, na década de 1930).



çar tal redução por parte do Governo — se é que tal tentativa pode ser esperada de um Governo dominado pela classe capitalista — encontraria forte oposição não só por parte do mundo dos negócios, mas também por parte dos assalariados, que suportariam mal uma diminuição em seus salários reais.

Uma vez que não é possível nem desejável a redução voluntária da produção, o mecanismo, patrocinado pelo Governo, de equilíbrio da procura global com a produção total (em nível predeterminado de emprego) poderia assumir a forma de dispêndio governamental em consumo adicional, seja esse consumo individual ou coletivo. De fato, a entrega, pelo Governo, de recursos às pessoas que não estão em condições de satisfazer suas exigências de consumo não poderia deixar de aumentar a procura efetiva. Tais desembolsos poderiam assumir quaisquer formas que se queiram e ser orientados para indivíduos que tenham um nível de renda inferior ao estipulado ou para grupos especiais da população, como fazendeiros, operários industriais, veteranos de guerra, estudantes ou pais de muitos (ou poucos) filhos. A única exigência para que esse tipo de dispêndio resulte em aumento relativamente grande da renda e do emprego totais é que os beneficiários iniciais sejam pessoas com elevada propensão marginal a consumir, isto é, integrantes dos grupos de baixa renda.

A não ser durante crises muito sérias, os subsídios ao consumo individual em grande escala não guardam nenhuma coerência com o espírito do capitalismo e nem oferecem atrativos aos interesses dominantes. Tais subsídios acarretariam certo número de repercussões altamente prejudiciais ao funcionamento normal da ordem capitalista. Os pagamentos governamentais a particulares tenderiam a elevar o nível de salários, dando ao trabalhador um nível de subsistência independente de seu emprego, mudando assim sua avaliação relativa de renda e lazer. Além disso — e esse aspecto não tem, talvez, menor importância que o anterior — tais receitas, auferidas sem contrapartida de serviços, seriam inteiramente estranhas ao sistema de valores e à ética capitalistas. O princípio de que o homem tem que ganhar o pão com o suor de seu rosto é o cimento e a argamassa de uma ordem social, cuja coesão e funcionamento dependem de penalidades e recompensas monetárias. Ao reduzir a necessidade de trabalhar para ganhar a vida, a distribuição gratuita de grande volume de bens e serviços necessariamente destruiria a disciplina social da sociedade capitalista a enfraqueceria as posições de prestígio e controle sociais que coroam sua pirâmide hierárquica.<sup>24</sup>

Como essas considerações se aplicam em muito menor grau às contribuições governamentais ao consumo *coletivo*, o dispêndio com tal objetivo é considerado como método bem mais respeitável de manter o nível de atividade econômica. Envolvendo, como geralmente acontece, construções, ele incentiva, mais diretamente que as contribuições ao consumo individual, a procura da produção da indústria pesada e, em muitos casos, lhes propicia valiosas “economias externas”. A construção de novas estradas com localizações adequadas tem, claramente, essas implicações. Correios, escolas, hospitais etc., convenientemente localizados podem ser de considerável utilidade para a empresa industrial, comercial ou agrícola. Quer fornecendo os seus serviços gratuitamente, como às vezes acontece, quer mediante o pagamento apenas de taxas, esses estabelecimentos de consumo coletivo não apresentam os defeitos, materiais e ideológicos, dos subsídios ao consumo pessoal.

<sup>24</sup> É por esse motivo que, quando os subsídios ao consumo individual são adotados em situações que exigem o alívio de dificuldades extremas, o recebimento de tais benefícios é associado ao opróbrio social. O que era verdade há cem anos, para os famosos abrigos de pobres da Inglaterra, é também verdade nas condições modernas, embora o grande aumento do número de pessoas que uma vez ou outra procurou o auxílio público tenha tornado a desgraça que isso representa mais suportável para os indivíduos que recebem tal auxílio.



Além disso, não afetam negativamente a disposição de trabalho dos operários, nem o seu preço, e não interferem na lei soberana do bezerro de ouro.

O montante que o Governo pode despende para tais objetivos é, porém, limitado. Em primeiro lugar, há séria resistência dos setores de renda elevada em sustentar, mediante o pagamento de impostos, o estabelecimento de serviços que eles próprios utilizarão.<sup>25</sup> Mais ainda: alguns dos estabelecimentos de consumo coletivo interferem nos poderosos direitos adquiridos: programas de habitação barata e de urbanização de favelas, por exemplo, são ferozmente combatidos pelos interesses imobiliários. Além disso, o âmbito de tais programas é bastante limitado, em qualquer época, pela capacidade da indústria de construção. É verdade que essa capacidade pode ser aumentada, mas tal aumento pode ser difícil a curto prazo, em vista da imobilidade de vários recursos e da natureza temporária dos projetos em questão. Não se conseguirá facilmente induzir as firmas de construção a realizar grandes investimentos, quando elas sabem que seu negócio pode inclinar muito dentro de poucos anos. Uma grande expansão dos estabelecimentos de consumo coletivo é, hoje, na maioria dos países, se não em todos, bastante irracional face às prioridades sociais existentes. Não há justificação para construir estradas ou monumentos adicionais quando existe premente necessidade de urbanização de favelas, de escolas ou de alimentação e vestuário. Não há, também, nenhuma justificação para transferir os alfaiates para o setor de construção se existe uma necessidade a longo prazo de desenvolvimento da indústria do vestuário. A racionalidade dos dispêndios governamentais em consumo coletivo pode ser negada, embora sejam mais sensatos do que os gastos em empresas altamente inúteis que só fazem proporcionar salários a indivíduos inutilmente empregados. Tais dispêndios — e isso ainda pode ser de maior significação “prática” — dificilmente atingem magnitudes suficientes para absorver grande parte do excedente econômico.

Isso nos leva ao quarto método possível de intervenção governamental: os investimentos em unidades produtivas. Se nem uma redução planejada da produção total nem um aumento suficiente do consumo corrente é praticável, a expansão do investimento representa a única maneira racional mediante a qual a utilização da produção pode ser elevada ao nível da oferta global em condições de pleno emprego. Parece-nos que não há necessidade de acentuar que, de todas as formas concebíveis de dispêndio governamental, esta é a que se apresenta como verdadeiro tabu para o capitalismo monopolista. Na realidade, todas as considerações que impedem a própria empresa monopolista de investir seus lucros superabundantes fundamentam, *a fortiori*, sua recusa em tolerar tal investimento por parte do Estado. Ele é igualmente intolerável aos interesses dominantes, quer se dirija às indústrias monopolizadas ou oligopolizadas em que o investimento é mantido em baixo nível pela política de maximização de lucros das firmas em questão, quer se oriente para o desenvolvimento de novas indústrias, atrativas ao capital monopolista ou cuja produção pode competir com a da grande empresa existente.

“Permite-se” ao Governo investir apenas em áreas ainda não exploradas comercialmente ou que não têm relevância para os interesses da grande empresa. O capital monopolista, na realidade, encoraja o Governo a assumir os elevados custos e riscos da exploração e da experimentação em tais áreas. Quando, porém, as etapas iniciais de tais empreendimentos são coroadas de êxito, seu posterior desen-

<sup>25</sup> Evidentemente, isso se aplica também aos subsídios governamentais ao consumo pessoal. A violenta oposição desses setores ao apoio governamental à educação é um excelente exemplo dessa atitude. O que é mais interessante é que essa oposição provém não tanto dos círculos das grandes empresas, onde o valor da força de trabalho especializada é mais ou menos bem compreendido, mas das empresas menores, muito menos capazes de pensar nesses termos “globais”.



volvimento e os lucros daí resultantes devem ser transferidos, rapidamente, à empresa privada.<sup>26</sup>

Resta-nos, por conseguinte, a quinta possibilidade de ação governamental: dispêndios governamentais não em bens de consumo individual ou coletivo, nem em investimentos úteis, mas em fins improdutivos de toda espécie. Esse caminho para dispêndios governamentais é, de fato, o mais amplo de todos e, sob todos os aspectos, o de maior importância. Ultrapassa ele, de muito, todos os outros setores do orçamento governamental tomados em conjunto, constitui o principal "impulso externo" que impede que a economia do capitalismo monopolista permaneça na "situação dada" e a capacita, em determinadas épocas, a criar condições de prosperidade, capazes de manter o emprego em nível relativamente elevado. Essa área de aplicação do excedente econômico superabundante de um país capitalista adiantado está bastante ligada a suas relações internacionais. Ela merece, dada sua extrema importância, discussão um pouco mais detalhada.

#### IV

Quando falamos, anteriormente, das possibilidades de igualar a procura e a produção globais, referimo-nos ao que, na literatura econômica, se costuma chamar de "sistema fechado". Quando, porém, as relações econômicas internacionais de um país capitalista adiantado são levadas em linha de conta, a situação se apresenta sob luz um pouco diferente. O comércio exterior somente fornece áreas para aplicação do excedente econômico se as exportações são pagas em ouro, ou se os lucros dela decorrentes são investidos no estrangeiro. Se as exportações são compensadas por importações, não há, à primeira vista, mudança na grandeza da renda nacional e, por conseguinte, do excedente econômico. Não obstante, mesmo a simples troca de exportações por importações é de importância vital para algumas nações. De fato, em muitos países, a mera manutenção da "situação dada" só é possível se há comércio exterior suficiente, mesmo que equilibrado. Somente pelo comércio externo podem conseguir o *suprimento físico* dos bens exigidos por sua estrutura de produção, de consumo e de investimento. Além disso, ao abrir novas fontes de matérias-primas, combustível etc. — e fontes melhores ou mais baratas — o comércio exterior, mesmo equilibrado, pode dar origem a novas indústrias, nova tecnologia ou novos produtos, que podem incentivar investimentos adicionais. O comércio exterior, ao expandir o mercado para os produtos de dado número de firmas, pode igualmente dar origem a aumentos da produção ou do investimento, aumentos que não ocorreriam se outra fosse a situação.<sup>27</sup> Observe-se ainda que a importância do comércio ex-

<sup>26</sup> "Os que se opõem a que se dê à empresa privada maior participação no programa de energia atômica apontam os 13 bilhões de dólares, aproximadamente, que foram gastos, pelos contribuintes americanos, até o presente ano fiscal inclusive, no campo da energia atômica. Eles clamam que seria temerário entregar tal investimento à empresa privada. (...) Não deveríamos esquecer os bilhões de dólares de impostos gastos no desenvolvimento da aviação, da turbina a vapor e dos motores diesel e em muitos outros campos industriais, que foram posteriormente entregues à livre empresa para que prosseguissem o desenvolvimento e as melhorias em benefício da humanidade. (...) Em vista dos tremendos custos iniciais, a indústria privada pode não ser capaz de suportar a carga. Isso significa que o Governo terá que participar dos custos iniciais durante o período experimental. Contudo, depois de adquirir o conhecimento e a experiência necessários, o talento do nosso sistema americano de livre empresa será capaz de prosseguir a tarefa, como em outras ocasiões em que trabalhou com o Governo, e encarregar-se do programa de desenvolvimento industrial". Discurso do Delegado James E. Van Zandt, membro da Comissão Conjunta de Energia Atômica do Congresso, no 18.º Congresso da Indústria Americana, promovido pela Associação Nacional de Indústrias, a 4 de dezembro de 1953 (citado em *Monthly Review*, maio de 1954).

<sup>27</sup> Em condições de comércio equilibrado, entretanto, o efeito desse fenômeno sobre a economia como um todo é menos certo, uma vez que a expansão das indústrias exportadoras pode ser perfeitamente contrabalançada pela contração de indústrias afetadas pela introdução de bens importados em seus mercados.



terior como fator dinâmico, como fonte do impulso que auxilia a economia capitalista a romper a "situação dada", reside fundamentalmente no fato de que fornece um mecanismo para as exportações de capital.<sup>28</sup>

Essa é, porém, apenas uma parte da história, e não é a mais importante. Em um país capitalista, o comércio exterior, como qualquer outro tipo de comércio, é realizado por empresas independentes, que não podem orientar suas atividades pelas considerações "globais" e nem levar em conta o impacto de suas operações sobre a economia como um todo. Para se entender o efeito das transações das várias empresas sobre a renda e o emprego nacionais, a questão que deve ser respondida é a seguinte: que resultados se podem esperar da realização dessas transações em diferentes circunstâncias históricas?

No capitalismo competitivo, os homens de negócios ansiavam por vender suas mercadorias no exterior. Se os preços nos mercados estrangeiros eram mais tentadores do que os do mercado interno, e os rendimentos esperados maiores, as firmas competitivas realizavam todos os esforços para entrar nesses mercados e, assim, aumentar seus lucros médios. Ansiavam, igualmente, por adquirir, no estrangeiro, matérias-primas e quaisquer outros produtos, se tais importações pudessem ser lucrativamente vendidas no mercado nacional ou no internacional. Nas condições competitivas, entretanto, havia em funcionamento um mecanismo automático que impunha séria limitação ao comércio exterior. Essa barreira era o balanço internacional de pagamentos. Se os capitalistas de um país tendiam a exportar para outro mais do que importavam desse último, havia uma reação mais ou menos rápida e mais ou menos automática no sentido de gerar um desequilíbrio no balanço de pagamentos. Ocorriam, então, mudanças no nível da atividade econômica ou evasão das reservas de ouro do país deficitário, o que ocasionava a diminuição dos preços de seus produtos e desencorajava as importações (e encorajava as exportações). Essa evasão podia ainda determinar a depreciação da moeda do país (e, possivelmente, modificações convenientes em seu sistema de tarifas), que causava o mesmo efeito. Os capitalistas de ambos os países — tanto das nações superavitárias como das deficitárias — geralmente não estavam em condições de influir nesse processo, e tinham que aceitá-lo impotentemente, como um dado com que tivessem que contar.

As exportações de capital que se verificaram durante a fase do capitalismo competitivo foram, da mesma maneira, principalmente o resultado de grande número de pequenos movimentos de capital. De fato, as firmas competitivas, cada uma possuidora de capital relativamente pequeno, não podiam, em geral, engajar-se a fundo em exportações de capital: as exportações de capital então realizadas resultaram principalmente de configurações históricas mais ou menos acidentais. Assim, as exportações de capital da Grã-Bretanha durante as primeiras décadas do século XIX estavam intimamente ligadas à emigração de cidadãos britânicos para várias partes do Império (onde se estabeleceram com a ajuda de capitais trazidos de seu país) e às atividades de comerciantes aventureiros que empregavam seu capital no estrangeiro, a prazos curtos.<sup>29</sup> De natureza não muito diferente era o investimento de *portfolio*, que se baseava na aquisição de ações de empresas de um país

<sup>28</sup> A importação de ouro difere, em muitos aspectos, das exportações de capital. Seu volume é, naturalmente, limitado, não constitui um ato de investimento de uma firma particular, não fornece, portanto, qualquer rendimento etc. Não obstante, no presente contexto, ela pode ser tratada como equivalente às exportações de capital.

<sup>29</sup> Cf. o interessante artigo de NURKSE, Ragnar. "The Problem of International Investment in the Light of Nineteenth-century Experience". In: *Economic Journal*. Dezembro de 1954. É desnecessário dizer que a presente discussão não se refere a empréstimos que um Governo obtém de outro ou dos mercados privados de capital e determinados, principalmente, por considerações políticas e militares.



por pessoas residentes em outros. De qualquer modo, nenhuma dessas iniciativas assumiu grandes proporções ou representou um esforço sistemático de investimento no estrangeiro.

No capitalismo monopolista, a questão assumiu feição inteiramente diversa, neste como em muitos outros aspectos. A firma monopolista e oligopolista, que opera em condições de rápida diminuição de custos, anseia mais que sua predecessora competitiva por expandir suas vendas no exterior. De fato, mesmo que os preços vigentes no mercado externo sejam inferiores aos do mercado nacional, ela pode julgar lucrativo aumentar suas exportações e efetuar uma discriminação de preços, desde que essas reduções discriminatórias não venham a afetar sua posição no mercado nacional. Encontrando-se também empenhada na produção em série e sendo uma compradora em grande escala de matérias-primas, ela precisa ter interesse, não apenas ocasional, na oferta e no preço das importações que podem ser indispensáveis à condução de seu negócio. Ela deve procurar conservar e desenvolver fontes estrangeiras de suprimento e se esforçar em assegurar, tanto quanto possível, uma posição monopolista com a ajuda de investimentos nos "países de produção primária" — investimentos que pode realizar rapidamente dadas as enormes quantidades de capital à sua disposição.

O que uma pequena firma competitiva tinha (e ainda tem) como dado imutável está, atualmente, sujeito à manipulação de uma empresa gigante. O funcionamento mais ou menos automático do mecanismo do balanço de pagamentos, que equilibrava as atividades de exportação e importação de inúmeras firmas e os movimentos a curto e longo prazo de uma multidão de quantidades relativamente pequenas de capital, não mais representa uma dificuldade objetiva aos esforços de uma firma monopolista ou oligopolista. Se sua tendência a exportar se chocar com o obstáculo dos déficits do balanço de pagamentos do país importador, ela pode conceder créditos maciços a seus compradores ou induzir poderosas organizações financeiras, às quais está ligada, a conceder os financiamentos que se fizerem necessários. Se o Governo do país importador pretende efetuar uma desvalorização monetária ou adotar outras medidas restritivas às importações, a firma pode exercer sua influência ou organizar uma pressão conjunta de certo número de grandes empresas, a fim de evitar medidas hostis. Se a oferta das matérias-primas de que necessita é pequena mesmo no país que as produz, ou se tais bens se dirigem a outros mercados de exportação, a firma monopolista pode fazer grandes investimentos de capital no país de produção primária e assegurar, dessa forma, a obtenção das matérias-primas.

Não quer isso dizer que as exportações de capital durante a fase do capitalismo monopolista naveguem a todo vapor e possam assumir, rapidamente, proporções cada vez maiores. Bem ao contrário: além de algumas das forças que dificultam o investimento no país adiantado atuarem no mesmo sentido em relação ao estrangeiro, muitos obstáculos adicionais existem no caminho da exportação de capitais privados. Com efeito, os esforços das firmas monopolistas e oligopolistas (e dos grupos financeiros a elas ligados) para investir no exterior estão necessariamente condicionados por sua política geral de negócios. Raramente elas se decidem a aplicar seus recursos na construção de fábricas em países estrangeiros que satisfaçam a procura desses mercados externos. Preferem, muito naturalmente, exportar para esses mercados seus próprios produtos, uma vez que os custos marginais deles tendem a ser muito pequenos. Além disso, o seu interesse pelo desenvolvimento das fontes de matérias-primas estrangeiras não é tão grande que as induza a promover sua produção em condições ótimas. O investimento total que é realizado nesse setor depende, antes de mais nada, da quantidade de matéria-prima que a



empresa investidora pode utilizar em suas próprias instalações ou transacionar lucrativamente em seu país de origem ou em outros lugares.

Isso significa que os princípios familiares de maximização dos lucros em condições de monopólio e oligopólio — não “estragar o mercado”, não se empenhar em competições destruidoras com rivais poderosos etc. — são tão válidos para o investimento internacional como o são para o nacional. E é evidente que, quanto maiores forem as firmas em questão, quanto maior for sua importância em suas economias nacionais ou em qualquer ramo da economia mundial, tanto mais aptas estarão para avaliar a estrutura de qualquer mercado particular e tanto mais prudentes e cautelosas serão em suas decisões de investimento.

A esses obstáculos “normais” ao investimento, adicionam-se, ainda, no caso do investimento estrangeiro, outros impedimentos não menos importantes. Mesmo quando o investimento em outro país parece interessante a uma grande empresa de um país capitalista adiantado, ele tem que ser considerado à luz das incertezas sociais e políticas associadas a todo empreendimento no estrangeiro. Essas incertezas aumentaram consideravelmente na época do imperialismo, das guerras e das revoluções nacionais e sociais, e o risco resultante para as exportações de capital reduz enormemente sua atratividade para possíveis investidores. Temores de conflagração, de “motim, intranquilidade e revolução”, de medidas nacionalizadoras, de controles, cambiais ou do comércio exterior, têm, necessariamente, um efeito depressivo sobre o volume do investimento no exterior.

De profundo significado, porém, é o fato — e fato que realmente marca uma época — de que nenhum desses obstáculos à expansão dos mercados externos e à exportação de capitais é aceito passivamente pela empresa monopolista e oligopolista. Devido à circunstância de realizar parcela ponderável da produção total de seu setor industrial (ou mesmo de seu país), de controlar enorme massa de riqueza, de dispor de conexões poderosas e de grande influência, uma empresa gigante pode, sozinha ou em combinação com outros grupos de interesses semelhantes, desempenhar papel tão importante na determinação da situação do Governo de seu país nos assuntos políticos e econômicos internacionais quanto na determinação da política interna.<sup>30</sup> Em todas as suas operações na arena internacional, por conseguinte, uma grande empresa de um país capitalista adiantado pode lançar mão não apenas de seu prodigioso poder financeiro, mas também dos enormes recursos do Governo de seu país.

A disponibilidade desse apoio governamental aumenta consideravelmente a capacidade da firma monopolista ou oligopolista para vencer as dificuldades que se antepõem às suas atividades econômicas no exterior. O apoio governamental aumenta muito o seu poder competitivo, no que tange às limitações impostas à empresa pela estrutura dos mercados internacionais. De qualquer modo, a estabilidade da estrutura de qualquer mercado internacional é sempre bem mais precária do que qualquer estrutura de mercado de um único país. O número de firmas oligopolistas na economia mundial é forçosamente maior do que em qualquer país, como menos freqüentes são os controles financeiros comuns, as diretorias interligadas etc. Em conseqüência, em se tratando de economia mundial, as restrições à concorrência entre firmas oligopolistas de diferentes nacionalidades são menores e menos força têm as considerações às táticas agressivas que as firmas oligopolistas po-

<sup>30</sup> Sobre o papel dominante desempenhado pela grande empresa na política exterior das Grandes Potências antes da Primeira Guerra Mundial, ver o brilhante estudo de HALLGARTEN, G. W. F. *Imperialismus vor 1914*. Munique, 1951.



dem adotar em um país.<sup>31</sup> O fato, porém, de que cada titã oligopolista, em sua luta competitiva nos mercados internacionais, pode apoiar-se no Governo de seu país, reduz ainda mais a influência dos fatores que propiciam a estabilidade da estrutura de mercados de um país. Uma vez que pode apoiar-se no poder econômico, diplomático e militar do Governo de seu país, a firma oligopolista que opera no mercado mundial tem uma tendência irresistível a tentar conquistar parcela maior do mercado ou a procurar áreas adicionais para investimentos. Onde a concessão de créditos a compradores de um país cujo balanço de pagamentos é deficitário pareça ser comercialmente desaconselhável, a empresa monopolista pode fazer com que seu Governo forneça os empréstimos e donativos necessários ou assumam os riscos, garantindo os empréstimos feitos. Onde os gestos exigidos para eliminar ou reduzir as atividades de uma firma competitiva de outro país são muito grandes, a empresa monopolista, com certa facilidade, consegue transferi-los ao Tesouro Nacional de seus país. Onde o desenvolvimento das fontes de matérias-primas em um país de produção primária não atrai uma firma ou o grupo financeiro a ela ligado devido aos grandes custos da exploração inicial ou da insuficiência de rentabilidade esperada, o Governo de seu país pode ser induzido a suportar todos os encargos financeiros decorrentes do empreendimento, ou a maior parte deles.<sup>32</sup>

O apoio governamental às empresas gigantes que concorrem na economia mundial influencia a situação de outra forma ainda. A pressão política, econômica e militar exercida pelo país de origem da grande empresa sobre outro, mais fraco e menor, pode excluir do mercado deste último um concorrente originário de um terceiro país. Um empréstimo a um país atrasado, concedido pelo Governo do país de origem da firma oligopolista, pode estar ligado a condições capazes de fazer com que a balança competitiva se incline, decisivamente, a favor daquela firma oligopolista.<sup>33</sup>

Os obstáculos ao investimento estrangeiro derivados das incertezas políticas, do perigo de sublevações sociais ou da resistência dos Governos dos países dependentes podem, da mesma maneira, ser superados, com o auxílio dos Governos das potências imperialistas. Uma empresa gigante, muitas vezes, não defronta com uma nação fraca e pequena apenas como único comprador de suas exportações ou como fonte importante de suas importações e (ou) créditos: ela pode, sozinha ou utilizando os instrumentos adequados do Governo de seu próprio país, intervir ativamente na política interna daquela nação para comprar, instalar ou depor suas

<sup>31</sup> Os membros de um setor industrial oligopolizado de um país raramente concorrem entre si no mercado mundial. Os motivos que dificultam, se não impedem, a concorrência efetiva entre eles no país de origem igualmente se aplicam a suas operações no estrangeiro. De fato, muito freqüentemente, oligopolistas de um país operam conjuntamente no mercado mundial, fundando empresas comuns, agências compradoras etc. As leis antitrustes nos Estados Unidos contribuem especificamente para tais combinações (Webb-Pomerane).

<sup>32</sup> Cf. meu artigo "The Rich Got Richer". In: *The Nation*, 17 de janeiro de 1953.

<sup>33</sup> "Em certas partes do mundo, as grandes empresas americanas têm que negociar, franca e abertamente, com o Governo estrangeiro, com ou sem assistência do Departamento de Estado dos Estados Unidos. As companhias petrolíferas americanas que operam na Venezuela, as companhias que se dedicam ao cobre no Chile, as que negociam com açúcar na República Dominicana tratam diretamente com as autoridades desses países. Ainda que a prática dos consórcios esteja longe de ser uniforme, parece que a maioria das grandes empresas americanas prefere tratar diretamente, e não por intermédio das Embaixadas americanas ou funcionários diplomáticos, embora os diplomatas possam auxiliar em algumas circunstâncias. Algumas das maiores empresas recebem relatórios periódicos e cuidadosos sobre atitudes e aptidões dos funcionários diplomáticos americanos, classificando-os segundo sua provável utilidade para a ampliação ou proteção dos interesses da companhia". BERLE, JR., A. A. *The Twentieth Century Capitalist Revolution*. Nova York, 1954, p. 131 et seqs. Deve-se notar que os antecedentes do Prof. Berle emprestam excepcional importância ao seu testemunho. Ele foi Secretário de Estado Adjunto de 1938 a 1944 e Embaixador dos Estados Unidos no Brasil de 1945 a 1946.



administrações, para fazer ou destruir políticos.<sup>34</sup> E, quando for necessário, o potencial militar do país imperialista pode ser utilizado para assegurar a “liberdade” das atividades da empresa monopolista.

Assim, a concorrência, na arena mundial entre empresas oligopolistas, torna-se, de modo crescente, uma disputa pelo poder entre países imperialistas. O resultado da concorrência depende não apenas da força das várias empresas, mas também do potencial político e militar de seus países de origem. Os limites a tal expansão do comércio externo ou do investimento estrangeiro, que podem ser atingidos pelas empresas monopolistas e oligopolistas apoiadas pelo Governo de seu país, são estabelecidos pela resistência das empresas monopolistas e oligopolistas de outros países, igualmente apoiadas por seus respectivos Governos, pela resistência das populações que habitam os países dependentes, bem como pela medida em que as condições políticas e sociais internas facilitam ou dificultam a subserviência dos Governos aos interesses das grandes empresas.

Essa circunstância causa, necessariamente, considerável fluidez nas vantagens auferidas pelos países capitalistas do comércio e do investimento estrangeiros. A desigualdade do desenvolvimento de suas políticas internas e do crescimento de seu poder nacional (e da força de seus grupos industriais e financeiros) ocasiona mudanças contínuas em suas posições relativas na economia mundial. Períodos de paz e estabilidade precária são rapidamente substituídos por condições de perturbação e fricção. A coexistência “normal” dentro de cartéis e acordos de quotas gera conflitos agudos e guerra aberta. Portanto, a intensidade do impulso que uma economia capitalista adiantada recebe de suas relações externas difere não apenas de um país a outro, mas também de um período histórico a outro: em dada época, o impulso é maior para determinado país; em outra, para um ou vários de seus rivais.

## V

O montante de excedente econômico que é “automaticamente” absorvido pelas relações econômicas externas está, porém, longe de fornecer uma medida, ainda que aproximada, da importância dessas relações para a economia das potências imperialistas. O que é de primordial significação é seu impacto sobre o escopo e a natureza das atividades governamentais nos países capitalistas adiantados. De fato, como mencionamos anteriormente, a posição competitiva, na economia mundial, de uma empresa monopolista ou oligopolista depende muito do apoio amplo e sistemático do Governo de seu país de origem. O que bastava há um ou dois séculos, hoje não é suficiente. Nem uma *démarche* drástica, mas ocasional do *Foreign Office*, nem mesmo o envio de um navio de guerra a um lugar conveniente — que nos velhos tempos bastavam para “normalizar” as relações de um país não-razoável com os homens de negócios de uma grande potência — representam, atualmente, o tipo da intervenção governamental exigida. O que é necessário hoje, em termos econômicos, é a concessão de grandes empréstimos, donativos e “assistência técnica” aos países que interessam às atividades externas das grandes empresas. O que é necessário hoje, em termos políticos, é o estabelecimento de bases militares onde for possível, para assegurar estabilidade política e social, Governos dó-

<sup>34</sup> Os exemplos dessa situação são de tal modo generalizados que podem ser tomados ao acaso. Quer olhemos para as práticas britânicas, quer para as americanas no tocante aos países do Oriente Próximo, da América Latina ou do Sudeste asiático, as formas de manipulação pelo imperialismo das condições políticas das nações menores e mais fracas são sempre as mesmas. Mais adiante voltaremos a esse ponto.



ceis e política social e econômica favorável em todos os países acessíveis. Qualquer equilíbrio que se atinja dessa forma é, contudo, extremamente instável. Pequenas e grandes guerras marcam o reajustamento das condições mundiais às mudanças de poderio das potências imperialistas concorrentes, guerras estas que, não obstante, resultam em novos equilíbrios de duração incerta.

A constelação de condições sócio-econômicas num sistema capitalista monopolista é tal que condiciona à política do imperialismo a opinião pública, os funcionários de maior importância, os legisladores e os líderes intelectuais. Escrevendo há mais de cinquenta anos, Hobson nos deu um esboço desse mecanismo.<sup>35</sup> Por mais impressionante que seja essa visão, porém, deve-se reconhecer que ela não penetrou em todas as minúcias da questão. O que tem sido decisivo para o sucesso espetacular da empresa monopolista ao tornar o corpo político dos países capitalistas adiantados um instrumento dócil de seus interesses no estrangeiro é o fato de que essa política não se baseia exclusivamente, e nem mesmo principalmente, no atraso das massas, na corrupção de funcionários, na perfídia dos políticos. O fato de que a política do imperialismo pode ser realmente benéfica ao homem comum de um país imperialista foi claramente percebido por Lênin, que dedicou atenção à existência de uma "aristocracia operária" que participa dos lucros extraordinários da empresa monopolista.<sup>36</sup> Ele foi antevisto, talvez com maior amplitude ainda, por Engels, que escreveu, profeticamente, o seguinte numa carta a Marx (7 de outubro de 1858):

"O proletariado inglês está se tornando cada vez mais burguês, a ponto desta nação, a mais burguesa de todas, aparentemente apresentar a tendência para possuir uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês, do mesmo modo que uma burguesia. Para uma nação que explora o mundo inteiro, isto é, sem dúvida, compreensível".<sup>37</sup>

De fato, os frutos da política imperialista não se destinam à nata plutocrática de um país capitalista e seus dependentes e representantes: eles afetam enormemente a existência de toda a sociedade que vive sob o domínio do capitalismo monopolista.

O que interessa não são os aumentos da renda e do emprego que um país imperialista pode usufruir do seu comércio exterior e dos investimentos que efetua no estrangeiro. Estes não precisam ser muito grandes, ainda que tenham enorme importância para as grandes empresas que os realizam e para os grupos a elas associados.<sup>38</sup> De fato, na medida em que as vantagens *imediatamente* relacionadas às atividades econômicas externas constituem a razão principal da promoção da política imperialista, seus fundamentos políticos e sua justificação ideológica são necessariamente débeis. É impossível manipular, pela fraude e pelo suborno, a administra-

<sup>35</sup> "O agente diretor e controlador de todo o processo (...) é a pressão dos desígnios industriais e financeiros, operada em prol dos interesses materiais diretos de curto prazo de grupos pequenos, hábeis e bem organizados de um país. Esses grupos asseguram a cooperação ativa dos estadistas e dos blocos políticos que detêm o poder dos "partidos", em parte associando-se diretamente a seus esquemas de negócio, em parte apelando para os instintos de conservação dos membros das classes proletárias, cujos interesses adquiridos e dominação de classe são melhor protegidos desviando as correntes da energia política dos assuntos internos para os externos. A aquiescência e mesmo o apoio ativo e entusiástico do corpo político de uma nação a um curso fatal a seus próprios e verdadeiros interesses são assegurados, em parte, por apeios à missão da civilização, mas principalmente jogando com os instintos primitivos de uma raça". HOBSON, J. A. *Imperialism*. Londres, 1902, p. 212.

<sup>36</sup> VARGA, E. e MENDELSON, L. (eds.). *New Data for Lenin's Imperialism — The Highest Stage of Capitalism*. Nova York, 1940, p. 224.

<sup>37</sup> MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. Nova York, 1934, p. 115. Uma mudança de pequena importância foi feita pelo autor na tradução inglesa do trecho citado.

<sup>38</sup> Um caso especial, contudo, é a Inglaterra, onde o comércio e o investimento externo constituíram, por si sós, grandes fontes de renda nacional.



ção de uma nação adiantada, a não ser durante muito pouco tempo. Não podem, também, a filosofia da “tarefa do homem branco” e a doutrina da superioridade racial suportar, durante muito tempo, o contraste gritante entre os enormes custos humanos e materiais do imperialismo e seus resultados: lucros pródigos para um punhado de grandes empresas. Esse contraste só pode desacreditar os porta-vozes corruptos do imperialismo e destruir suas fábulas hipócritas e fraudulentas, limitando a circulação de uns e de outros aos estratos mais inferiores da política e da “cultura” imperialistas.

Essa questão aparece sob perspectiva inteiramente diversa quando se levam em conta não apenas os produtos diretos da política imperialista para a sociedade de um país capitalista adiantado, mas também quando se visualiza a totalidade de seu efeito. Tudo assume proporções gigantescas: os empréstimos e concessões aos chamados Governos amigos dos países dependentes, os gastos com as instalações militares para “proteger” certos territórios ou para reforçar certas políticas no estrangeiro, os dispêndios com vastas organizações destinadas a promover a propaganda, a subversão e a espionagem, tanto nas áreas subjugadas como em outros países imperialistas concorrentes ou “incertos”. Embora constituam grande parcela do Produto Nacional Bruto (cerca de 20%, em média, nos últimos vinte anos nos Estados Unidos), sua importância não se traduz plenamente por uma percentagem. Ela se tornará mais clara quando se compreende que a parcela do *excedente econômico* absorvida por esses gastos é substancialmente maior. Desse modo, o impacto dessa forma de utilização do excedente econômico sobre o nível da renda e do emprego de um país capitalista adiantado transcende em muito o efeito gerador de renda e de emprego das próprias atividades externas. Este último aspecto tem, atualmente, importância apenas em comparação com o primeiro citado. Este, sim, é a pedra solta que põe em movimento uma imensa rocha.

O fato de os instrumentos da política imperialista ocultarem quase totalmente seus desígnios originais tem importantes implicações. Graças à circunstância de que eles oferecem imensa área para a aplicação do excedente econômico superabundante, os dispêndios com os instrumentos da política imperialista tornaram-se a principal forma de gastos compensatórios, o cerne da intervenção governamental em busca do “pleno emprego”. Isso porque essa modalidade de dispêndio governamental é plenamente aceitável ao capital monopolista. Ela beneficia a grande empresa, proporcionando-lhe procura adicional para sua produção, sem interferir em seus mercados normais; não tem nenhuma das desvantagens dos outros tipos de dispêndios governamentais e garante, ao mesmo tempo, alto nível de lucratividade e níveis adequados de emprego. Assim, a manutenção e mesmo a expansão da política imperialista e de gastos militares a ela relacionados são apoiadas não apenas por seus beneficiários diretos, mas também pelas empresas que auferem, com o apoio do Governo, lucros imensos de suas atividades no estrangeiro, pelas firmas que fornecem equipamento militar ao Estado, por generais e almirantes ansiosos por não serem dispensados de suas limitadas responsabilidades, por intelectuais que desenvolvem sua atividade em organizações que devem sua existência a essa política e pela “aristocracia operária” que se beneficia das migalhas caídas das mesas monopolistas. Os dispêndios militares em grande escala apresentam-se, assim, como essenciais à sociedade como um todo, a todas as suas classes, grupos e estratos cujos empregos e rendas dependem da resultante manutenção em alto nível da vida econômica da nação.

Estabelece-se, em tais circunstâncias, ampla harmonia entre os interesses da empresa monopolista, de um lado, e os da população abrangida de outro. A fórmula unificadora desse “imperialismo do povo” — para usar a correta expressão de Oskar Lange — é o “pleno emprego”. Com essa fórmula em sua bandeira, a



empresa monopolista tem dificuldade em conseguir apoio popular para o seu domínio monolítico; para controlar ampla e abertamente o Governo; para determinar, sem maior oposição, a política interna e externa, que deve ser por este seguida. Essa fórmula atende ao movimento operário, satisfaz às exigências dos agricultores, contenta o “público em geral” e destrói, no nascedouro, toda oposição ao regime do capital monopolista.

## VI

Essa fachada brilhante de prosperidade econômica e coesão política e social é, porém, ilusória. Ela pode facilmente dar a impressão de que o problema básico do capitalismo monopolista — o da superprodução e do subemprego — foi solucionado e que a estabilidade e o funcionamento do sistema estão, “em princípio”, assegurados. Essa visão do capitalismo — expressa, de diferentes maneiras, pela economia burguesa — é apresentada, atualmente, de modo bem mais sofisticado pelos teóricos keynesianos do pleno emprego. Defrontando com persistente superacumulação e com insuficientes áreas para aplicação do excedente econômico e tendo bem presente a teoria da determinação, a curto prazo, do nível de renda, os keynesianos proclamam, como sabedoria econômica suprema, que *qualquer* dispêndio promove a prosperidade, que *qualquer* utilização do excedente econômico contribui para a melhoria do bem-estar geral. E isso fazem sem demonstrar qualquer sinal de insatisfação com esse profundo modo de ver e sentir o problema.<sup>39</sup> Quando incomodados pela manifesta irracionalidade de uma posição que consagra como bem supremo o que, no máximo, poderia ser considerado como mal menor — embora, no caso dos gastos com a preparação de guerras, mesmo essa consideração seja radicalmente falsa — tais economistas recuam para “posições previamente preparadas” e afirmam que um aumento da renda e do emprego, tão logo seja obtido, determina uma expansão da procura global e conduz, em consequência, a um aumento do consumo, bem como a certo investimento adicional, induzido pela ampliação do mercado. Não existe, provavelmente, exemplo melhor do que este para demonstrar a que absurdos pode conduzir o exercício da “inteligência prática”. O que se pode dizer de um raciocínio que justifica o desperdício de enormes quantidades de recursos humanos e materiais com a simples menção dos *subprodutos* desse desperdício — um certo aumento do consumo e um (incerto) acréscimo do investimento?<sup>40</sup>

A irracionalidade dos economistas, porém, não é apenas o reflexo da irracionalidade do sistema econômico e social que procuram servir e perpetuar.<sup>41</sup> Ela é, na verdade, um componente importante de todo o aparato ideológico que continuamente condiciona as pessoas às exigências do capitalismo monopolista. De fato, sob a égide do princípio de que “qualquer dispêndio é bom”, perde todo o sen-

<sup>39</sup> Comentando Malthus, Ricardo diz que sua concepção implicaria que “um grupo de trabalhadores improdutivos é tão necessário e útil à produção futura como um fogo que consumisse, nos armazéns das próprias indústrias, os bens que esses trabalhadores improdutivos normalmente consumiriam”. Acrescenta ainda: “Não posso exprimir numa linguagem adequada quão forte é o espanto que sinto sobre as várias proposições formuladas nesta seção”. RICARDO. *Works*. SRAFFA, P. (ed.). Cambridge, 1951. v. II, p. 421-423.

<sup>40</sup> Em presença de grande capacidade ociosa, o montante do investimento “induzido”, resultante de uma elevação da procura dos consumidores, pode ser efetivamente muito pequeno e pode-se traduzir, fundamentalmente, em aumento de estoque.

<sup>41</sup> Uma coleção de ensaios sobre o pleno emprego e temas afins, escritos por um grupo de keynesianos e editados há alguns anos por S. E. Harris, denominava-se, sintomaticamente, *Saving American Capitalism* (“Salvando o Capitalismo Americano”).



tido qualquer indagação sobre a racionalidade da utilização dos recursos. Todo e qualquer gasto por parte da empresa monopolista, independentemente de sua natureza, produtividade ou de sua relação com o bem-estar humano, não é apenas santificado por ter passado pelo duro teste da lucratividade, mas também beatificado como essencial à manutenção do nível de renda e do emprego.<sup>42</sup> Tal princípio elimina, ao mesmo tempo, qualquer preocupação com a natureza e os objetivos dos dispêndios governamentais, ao considerá-los, em qualquer circunstância, como bem-vindo suplemento à procura global, suplemento esse que conduz, necessariamente, à expansão da atividade econômica.

Não há dúvida de que o desperdício sistemático de grande parcela do excedente econômico com a realização de dispêndios militares, com o aumento de estoques e com a multiplicação do número de trabalhadores improdutivos, pode fornecer o "impulso externo" necessário à economia do capitalismo monopolista, pode servir como remédio de efeito rápido contra as depressões, pode "aliviar a dor" do desemprego crescente. Mas, como no caso de outros narcóticos, a aplicação dessa picada no braço é limitada e seu efeito pouco duradouro. E o que é pior, frequentemente agrava o estado a longo prazo do paciente.

Certo volume de dispêndios governamentais eleva o emprego e a renda a um novo nível. Essa elevação é reforçada por certa quantidade de investimento privado realizado diretamente em resposta à procura governamental de equipamento militar: a indústria de armamentos exige, de modo contínuo, a criação de novas unidades produtivas, a rápida evolução tecnológica, a introdução imediata de meios e métodos de produção mais atualizados.<sup>43</sup> A resultante expansão da procura global amplia, por sua vez, o mercado para a empresa capitalista. Um aumento da produção que anteriormente redundaria em preços mais baixos e lucros reduzidos pode agora ser realizado sem que se verifiquem tais repercussões. Isso estimula o investimento tanto no setor monopolista como no competitivo da economia — em maquinaria moderna e ampliação de capacidade, no primeiro, e na criação de novas empresas, no segundo.<sup>44</sup> É óbvio que esse aumento da capacidade produtiva global da nação nem mesmo se aproxima, em volume e composição, do que se verificaria se o montante de excedente econômico desperdiçado tivesse sido aplicado em investimento racionalmente orientado. Todavia, num país tão rico como os Estados Unidos, mesmo esse investimento "induzido" tem enorme importância. Ele causa um aumento da produtividade que ultrapassa em muito aquele que teria sido obtido se não tivesse havido investimento líquido. Estimou-se que a simples substituição de maquinaria usada por um equipamento mais moderno e eficiente causaria um aumento anual da produtividade de 1,5% por operário. Graças à existência, porém, de investimento líquido, como o que se tem realizado sob o impac-

<sup>42</sup> Diga-se de passagem que o próprio Keynes, embora vivendo numa época em que a razão não havia sido completamente banida do templo das Ciências Sociais, foi inteiramente ambivalente sobre essa questão. Por um lado observava que "não há muita evidência, a partir da experiência, de que a política de investimentos que é socialmente vantajosa coincide com a que é mais lucrativa". *General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres, 1936. p. 157. Por outro lado, observou que não há "razão para supor que o sistema existente empregue ruinosamente os fatores de produção que são utilizados. (...) É na determinação do volume e não na distribuição do emprego efetivo que o sistema existente falhou". *Ibid.*, p. 379.

<sup>43</sup> A indústria de armamentos torna-se, por assim dizer, uma perene "nova indústria", fornecendo imensa área para aplicação de fundos investíveis, com a vantagem adicional de que o Governo está sempre pronto a assumir os riscos e custos da pesquisa, exploração e experimentação iniciais.

<sup>44</sup> Deve-se notar que um aumento da produção da parte monopolista e oligopolista da economia exige, quase que automaticamente, expansão do número das empresas quase-independentes, que conseguem levar uma vida mais ou menos adequada nos limites dos impérios industriais e comerciais: oficinas de reparos e serviços para automóveis, mercearias e lavanderias, agências de seguros e pequenas casas bancárias.



to dos “impulsos externos”, esse aumento anual médio de produtividade tem atingido 3% por operário. Isso significa que a realização de um volume qualquer dado de produção requer o emprego de 3% a menos de mão-de-obra cada ano. Diante disso, se levarmos em conta que o aumento natural da força de trabalho é de cerca de 1% ao ano, concluiremos que a simples reprodução de um dado volume de produção física determinará um aumento anual do nível de desemprego de cerca de 4% da força de trabalho. É óbvio que tal crescimento do desemprego assumirá, rapidamente, proporções muito maiores do que qualquer magnitude que se possa considerar “desejável” para o exército industrial de reserva. Em outras palavras, para que o “pleno emprego” seja mantido — mesmo descontando-se o volume de desemprego considerado como necessário pelos interesses dominantes — a produção tem que aumentar continuamente, acompanhando o crescimento da produtividade e a expansão da força de trabalho.

Essa conclusão nos traz de volta ao nosso problema inicial. Tão logo o sistema se adapta ao novo nível de renda e emprego, esse novo nível torna-se novamente a “situação dada”, cujas propriedades foram discutidas anteriormente. A procura global se estabiliza; as empresas monopolistas e oligopolistas atingem novamente suas posições ótimas em relação à produção e aos preços; o setor competitivo da economia volta à primitiva situação de superpovoamento e de lucros baixos. Se, porém, o aumento de renda resultante da injeção dos gastos governamentais for suficientemente grande, ele pode gerar um estado de espírito de otimismo e “confiança”, sob o qual não só os pequenos homens de negócios aventureiros, mas também as habitualmente cautelosas e prudentes administrações dos grandes consórcios, consideram que o céu é o único limite à sua expansão. Sob essa influência, aumenta-se a capacidade produtiva da economia em geral maior do que o permitido pelo novo nível da procura global. Embora esse próprio investimento adicional determine um aumento na renda, a ampliação resultante da procura não pode acompanhar a expansão da capacidade produtiva. Torna-se maior, então, a capacidade ociosa tanto nos ramos competitivos da economia como nas indústrias monopolizadas e oligopolizadas. A situação com que o sistema econômico defrontava antes, ressurgue agora de forma ampliada e mais aguda. De fato, na nova “situação dada”, a capacidade ociosa é maior; em consequência, os incentivos para investir são mais fracos. E isso se verifica quando o excedente econômico da sociedade é não apenas maior em termos absolutos, mas constitui parcela consideravelmente maior na procura e renda globais. Este último fato se deve fundamentalmente ao método de financiamento do dispêndio governamental, do qual nos ocuparemos mais demoradamente.

## VII

Lembremos que uma política governamental que vise a atingir qualquer nível predeterminado de emprego terá que se basear, fundamentalmente, em dispêndios suficientemente grandes para cobrir o hiato entre o excedente econômico que se efetiva a esse nível de renda e o volume de investimento privado que se prevê ocorrerá em tais condições. É evidente que, quanto maior for esse hiato e quanto mais elevado o nível de emprego que se quer alcançar, maior será o dispêndio necessário. O procedimento mais simples para financiar tais dispêndios parece ser, à primeira vista, a criação de déficits orçamentários financiados por emissão de moeda ou por empréstimos às empresas privadas, às organizações financeiras e a particulares. Embora aparentemente viável e não problemático, esse método é, entretanto, dificilmente praticável durante certo período de tempo. Se os dispêndios go-



vernamentais em causa se traduzem em investimento produtivo, a contrapartida dos crescentes montantes de renda monetária e quase-monetária nas mãos do público será um volume rapidamente crescente de produção. Como, porém, o grosso dos dispêndios governamentais não se dirige para a criação de novas unidades produtivas, mas se traduz em aumento dos estoques de equipamento bélico e de outros “ativos” semelhantes, a política de déficits governamentais necessariamente aumenta a relação entre as rendas monetárias e quase-monetárias nas mãos do público e a produção que normalmente se destina ao mercado. Isso, em troca, cria uma ameaça sempre crescente de inflação. Sob o impacto de circunstâncias imprevisíveis (em particular, de ameaças de guerra e de escassez que dela resulta), os detentores de renda monetárias e quase-monetárias podem subitamente procurar transformá-las em tangíveis — cuja oferta se reduz então, devido à especulação — e causar um movimento inflacionário na economia. Embora sob o impacto da inflação os lucros aumentem e a redistribuição de renda resultante favoreça a classe capitalista, essa classe não se mostra nunca disposta a arriscar as conseqüências de um declínio maior do poder aquisitivo da moeda. Eliminando a possibilidade de cálculo racional, exaurindo os ativos líquidos das firmas e dos capitalistas, a inflação — e este talvez seja um dos seus aspectos mais negativos, no que diz respeito ao mundo dos negócios — põe em perigo toda a complexa estrutura de crédito do capitalismo moderno e constitui ameaça considerável aos bancos e às organizações financeiras.<sup>45</sup> Além disso, ao promover o desenvolvimento de uma clivagem entre os interesses dos credores e dos devedores, ao expropriar as novas classes médias e os que vivem de rendimentos, ao deprimir a renda real dos operários, ela enfraquece seriamente a autoridade de Governo e rompe a coesão política e social da ordem capitalista. É desnecessário assinalar que o perigo da inflação e de suas conseqüências torna-se tanto maior quanto mais freqüente for o recurso aos déficits. A espada de Dâmocles torna-se cada vez mais pesada, e cada vez maior se torna o risco de sua queda sobre a economia. Essa medida, portanto, tem que ser adotada com a maior parcimônia, reservando-se apenas para situações excepcionalmente críticas, como as de guerra ou de depressão particularmente aguda. É justamente a finalidade dos gastos governamentais — armamentos — que torna os déficits orçamentários um método de financiamento inconveniente, que aumenta o perigo de guerra quando as pressões inflacionárias se tornam maiores.

Em se tratando, portanto, de política a longo prazo, os dispêndios governamentais necessários à manutenção de um predeterminado nível de renda e emprego têm que ser, pelo menos aproximadamente, equilibrados pela receita tributária. Isso significa, contudo, que os dispêndios governamentais têm que permanecer dentro de limites mais ou menos estritos. É da natureza do mecanismo tributário normalmente empregado no capitalismo o fato de que, ao mesmo tempo que absorve parte do excedente econômico (dos lucros das empresas e da poupança pessoal), impõe, necessariamente, cortes ao consumo. Daí o paradoxo de que quanto maior o montante de excedente que o Governo precisa despender para manter o nível de renda e emprego desejado, tanto mais tende a tornar ainda maior o próprio excedente ao apoderar-se de partes da renda que, de outro modo, seriam despendidas em consumo. A situação é controlável apenas na medida em que o montante total da cobrança de impostos é suficientemente “razoável”. Como já vimos, as firmas monopolistas e oligopolistas estão sempre prontas a transferir todos os seus encargos com impostos, ou boa parte deles, aos compradores de seus produ-

<sup>45</sup> Schumpeter chegou mesmo a considerar um mecanismo de crédito operando convenientemente como a *conditio sine qua non* para o funcionamento do sistema capitalista.



tos. O excedente econômico adicional que é eliminado do sistema provém, por conseguinte, do setor competitivo da economia que não goza dessa situação favorável, bem como do grosso da população, que consiste antes em “suportadores de preços” (*price takers*), do que em criadores de preços (*price makers*) — para usar a expressão do Prof. Scitovsky.<sup>46</sup> Somente por tentativas é que se pode determinar até que ponto pode crescer o peso dessa carga. Ele depende obviamente de sua distribuição entre diferentes grupos de rendas, embora não se deva esquecer que a redução resultante da renda real de certos setores da população é acompanhada por uma expansão do emprego que afeta favoravelmente a renda real de outros setores. Parece que, no conjunto, o equilíbrio de interesses resultante é tal que um nível bastante elevado de impostos pode ser mantido durante muito tempo, dada uma atmosfera política favorável.<sup>47</sup>

O quadro mudaria consideravelmente se os dispêndios governamentais necessários para atingir um predeterminado nível de emprego (para não falar no verdadeiro pleno emprego!) forem muito grandes e, ainda mais, se tiverem de ser financiados por um orçamento equilibrado. Embora se tenha mostrado que, tecnicamente, isso não é impossível,<sup>48</sup> sua viabilidade prática está completamente fora de cogitação. Dada a natureza dos dispêndios governamentais, eles desviarão parcela exorbitante da produção total para despesas militares e outros fins improdutivos semelhantes — “nacionalizando” e redistribuindo, ao mesmo tempo, o que restar do produto nacional. Em tais circunstâncias, a transferência dos encargos tributários se tornará muito difícil, se não impossível, e o peso dos impostos que teria que ser suportado pelas empresas competitivas, pela nova classe média, pelos agricultores, pelos operários e por outros grupos se tornaria simplesmente proibitivo. As repercussões de tal política sobre a estabilidade social do sistema capitalista e os perigos políticos que acarretaria seriam piores do que os resultantes de uma inflação contínua.

Não mencionamos ainda, porém, uma forma de ação governamental para o nível de renda e emprego — a medida mais próxima dos corações tanto das empresas como do público: um aumento do dispêndio global mediante uma redução de impostos. Permanecendo inalterado o volume de dispêndio governamental, esse método leva ao que já se chamou de “déficit sem dispêndios”. Evidentemente, ele está exposto às mesmas objeções feitas às outras formas de déficits. O que é ainda mais sério, é que sua eficácia é muito limitada. Isso se deve à assimetria que existe entre os efeitos de um aumento da receita tributária e os de uma redução. Dentro dos limites traçados pelos padrões de vida vigentes, pelos hábitos de disciplina fiscal etc., nos países capitalistas adiantados, o primeiro sempre aumenta o excedente econômico, pelo menos a curto prazo. Quando as alíquotas dos impostos são elevadas, algum excedente econômico — parte dos lucros e da poupança — passa às mãos do Governo. Concomitantemente, porém, “transfere-se” renda adicional para o excedente econômico — a parcela de renda que, de outro modo, teria sido despendida em consumo. De fato, a essência da política fiscal no sistema capitalista foi sempre minimizar a parcela da receita tributária que incide sobre o excedente econômico apropriado pelo setor privado e aumentar, simultaneamente, a parcela que constitui o excedente econômico adicional. Esse princípio básico, evidentemente, está implícito em todas as reduções de impostos no capitalismo. Elas

<sup>46</sup> Essas são, portanto, sintomaticamente, as camadas que clamam com mais energia por menores impostos!

<sup>47</sup> A contínua produção e reprodução dessa atmosfera torna-se, desse modo, não apenas um desiderato político, mas também uma extrema necessidade econômica para o capitalismo monopolista.

<sup>48</sup> Para um excelente sumário da argumentação, ver SAMUELSON, Paul A. “Simple Mathematics of Income Determination”. In: METZLER, Lloyd e outros. *Income, Employment and Public Policy: Essays in Honor of Alvin H. Hansen*. Nova York, 1948; bem como a literatura aí mencionada.



são calculadas de modo a *maximizar* os montantes devolvidos ao excedente econômico apropriado pelos particulares e a *minimizar* as somas libertadas, por assim dizer, do excedente econômico e que se tornam disponíveis para o consumo.<sup>49</sup>

Em conseqüência, as reduções de impostos que se realizam não exercem impacto considerável sobre o nível de consumo. Para conseguir isso, elas teriam que se aplicar fundamentalmente aos encargos tributários suportados pela maior parte dos consumidores, isto é, pelos grupos de renda mais baixa. Teriam que assumir a forma de maiores isenções de impostos, de eliminação dos impostos de vendas sobre os bens de consumo generalizado etc. Não é necessário repetir que esse tipo de política tributária não goza da estima da classe capitalista, e as reduções de impostos que se realizaram nas últimas décadas seguramente não seguiram esse modelo. Uma diminuição da carga tributária dos setores de renda elevada, entretanto, terá sempre uma influência relativamente pequena sobre o dispêndio global dos consumidores. Ela aumentará, isso sim, o volume do excedente econômico que se efetiva sob a forma de poupança individual.<sup>50</sup>

Não há muita razão para acreditar que uma redução dos impostos sobre os lucros e a resultante elevação do excedente econômico apropriado estimularão muito o investimento privado. Como já vimos, a inadequação do investimento privado que se observa no capitalismo monopolista não pode ser atribuída à insuficiência de capital investível ou ao nível insatisfatório de lucros (após o pagamento de impostos). Enormes lucros e superabundância de fundos investíveis são característicos, numa economia capitalista adiantada, dos setores monopolistas e oligopolistas da economia e coexistem com os lucros baixos e com a escassez de capital que caracteriza o setor competitivo. Assim, se não há uma expansão geral da procura, uma redução dos impostos sobre os lucros não incentiva as firmas monopolistas e oligopolistas a ampliarem seus investimentos, pois sua relutância em investir não foi motivada em primeiro lugar pela exigüidade de sua remuneração corrente ou pela escassez de capital. Tudo a que uma redução de impostos pode conduzir, nesse caso, é ou permitir um grau mais elevado de financiamento interno — de investimentos que se esperavam realizar de qualquer modo — privando assim alguma poupança pessoal da aplicação que ela poderia, de outro modo, encontrar adquirindo ações de empresas que necessitassem aumentar o seu capital; ou proporcionar lucros retidos (e não-investidos) mais elevados e (ou) pagamentos de dividendos maiores, no caso de se não ter planejado nenhum investimento adicional. Em ambos os casos, é mais provável que a redução de impostos aumente a poupança tanto das empresas como dos indivíduos do que conduza a maior volume de investimento.

O efeito pode ser bastante diferente quando se considera o setor competitivo da economia. Aí, uma redução dos impostos pode, na realidade, causar uma expansão do investimento, na medida em que tal investimento tenha sido efetivamente dificultado pelo caráter insatisfatório dos lucros previstos ou pela falta de fundos investíveis. É, entretanto, bastante duvidoso, à luz da intensidade de capital relativamente baixa do setor e de sua relativa contração a longo prazo, que tal expansão possa assumir proporções suficientes para exercer um impacto significativo sobre a economia em seu conjunto. Mais duvidosa ainda é a racionalidade de uma política

<sup>49</sup> Isso é grandemente facilitado pelo fato de que as reduções desiguais e regressivas de impostos são sempre politicamente mais fáceis de realizar do que os aumentos desiguais e regressivos. As primeiras não impõem novos encargos a ninguém e são, portanto, menos notadas que os últimos.

<sup>50</sup> Cf. MUSGRAVE, R. A. e PAINTER, M. S. "Impact of Alternative Tax Structures on Consumption and Saving". In: *American Economic Review*. Junho de 1945; assim como MUSGRAVE, R. A. "Alternative Budget Policies for Full Employment". In: *Quarterly Journal of Economics*. Junho de 1945.



que cria incentivos ao investimento nas já congestionadas áreas da distribuição, do comércio, dos serviços e de outras atividades competitivas semelhantes.

Voltemos, porém, ao ponto do qual nos desviamos para essas extensas considerações: qualquer que seja a maneira pela qual possa ter sido financiado o dispêndio governamental que deu início à expansão original, seu resultado é não somente um aumento da produção global, mas também uma elevação tanto da grandeza absoluta do excedente econômico como de sua participação relativa na renda nacional.<sup>51</sup> Assim, para evitar o crescimento do desemprego no período seguinte, a utilização do excedente econômico — por parte das empresas e (ou) do Governo — deve não apenas permanecer no nível original, mas aumentar. Nada, porém, que se assemelha ao aumento necessário pode ser esperado do investimento privado. Bem ao contrário: como já vimos, tão logo o novo plano de renda e da procura tenha sido atingido, o investimento privado tende a permanecer no mesmo nível. O que é pior, o aumento da capacidade ociosa torna o sistema menos sensível aos estímulos de posteriores dispêndios governamentais. Após se ter criado uma grande indústria de armamentos, após uma onda considerável de procura crescente e “confiança” ter gerado grandes investimentos, as possibilidades de posterior investimento “induzido” tornam-se muitos menores. É isso quando a possibilidade de aumento dos dispêndios governamentais se baseia no aumento de impostos. Essa circunstância, por sua vez, significa maiores limitações ao consumo, maior expansão do excedente econômico, maior dependência, para a estabilidade econômica, de gastos governamentais.<sup>52</sup>

## VIII

A estabilidade do capitalismo monopolista é, por conseguinte, altamente precária. Incapaz de realizar uma política de verdadeiro pleno emprego e de tal progresso econômico, tendo que se abster do investimento produtivo bem como da expansão sistemática do consumo, ele deve basear-se fundamentalmente em dispêndios militares para a preservação da prosperidade e do alto nível de emprego de que dependem os lucros e o apoio popular de que goza o sistema. Tal situação, entretanto, embora crie a aparência de um “tempo bom para todos”, resulta em contínua dissipação do excedente real do povo. Pior ainda, ela não pode durar indefinidamente. O homem comum, empregado e trabalhando muito, mas que não vê nenhuma melhoria em suas condições de vida, cansa-se cada vez mais de pagar impostos para um aparato militar, cuja necessidade se torna, dia a dia, mais duvidosa. Embora, durante algum tempo, ele possa conformar-se com essa situação, graças às condições de nível de emprego elevado, a longo prazo esse conformismo passa a ser aceito com mais dificuldade. O que se torna cada vez mais necessário é o “processamento” ideológico sistemático da população, com o objetivo de assegurar sua lealdade ao capitalismo monopolista. Para assegurar a aceitação popular para os programas armamentistas, a existência do perigo externo tem que ser sistematicamente martelada na cabeça de todos. Incessante campanha de propaganda, ofi-

<sup>51</sup> Uma excelente ilustração desse fato é fornecida pelo desenvolvimento dos Estados Unidos no pós-guerra. Enquanto o Produto Nacional Bruto (a preços de 1954) aumentou em cerca de 11% *per capita*, entre 1946 e 1954, o consumo se elevou, no mesmo período, de aproximadamente, 5% *per capita*. *Economic Report of the President*. Janeiro de 1955. p. 138-149. O aumento efetivo do excedente econômico deve ter sido maior do que o sugerido por essa diferença, uma vez que nesse período o consumo dos capitalistas cresceu mais do que proporcionalmente ao pequeno aumento do consumo popular.

<sup>52</sup> Para uma análise exemplar das cifras relevantes, cf. o editorial de *Monthly Review*, “The Economic Outlook” (dezembro de 1954).



cial e semi-oficial, financiada tanto pelo Governo como pelas grandes empresas, procura criar uma uniformidade de opinião quase completa sobre todas as questões importantes. Complexo sistema de pressões econômicas e sociais é posto a funcionar, com o objetivo de silenciar o pensamento independente e sufocar toda e qualquer expressão artística ou literária "indesejável". Uma teia de corrupção é tecida ao redor de toda a vida política e cultural do país imperialista, eliminando da vida política os princípios, a honestidade, a humanidade e a coragem.<sup>53</sup> O cinismo do empirismo vulgar destrói a fibra moral, o respeito pela razão e a capacidade de distinguir o bem do mal entre várias camadas da população. A ênfase no pragmatismo grosseiro, na "ciência" do controle e da manipulação, mata qualquer preocupação com os objetivos e metas da atividade humana e eleva a eficiência à condição de fim em si mesma, a despeito do que deve ser "eficientemente" realizado. O não-conformismo e a não-condescendência com a "cultura" do capitalismo monopolista levam à perda de emprego, ao ostracismo social e à perseguição interminável dos poderosos.

Quando a propaganda, a doutrinação e a pressão social e administrativa não conseguem manter as pessoas afinadas com as exigências do imperialismo, provocam-se incidentes para dar base aos temores cultivados, para dar substância à histeria sistematicamente mantida. Tais incidentes são facilmente montados. Cercados por nações coloniais e dependentes, subdesenvolvidas, famintas, ardendo em inquietude, as potências imperialistas continuamente defrontam com desafios à sua autoridade e dominação. A oferta de incidentes potenciais é, assim, mais do que abundante, e as oportunidades para pequenas ou grandes ações de política se oferecem a todo momento. E essas ações policiais criam e recriam o perigo de guerra, ateiam e reateiam o fogo no caldeirão fervente da histeria coletiva.

Antigamente, as tensões internas e as frustrações do imperialismo encontravam na guerra sua libertação catastrófica. Embora a tendência do imperialismo a escapar ao impasse por meio da guerra seja hoje tão grande como sempre foi, há certo número de fatos que devem ser considerados na análise da presente situação. A preponderância esmagadora de uma potência imperialista sobre todas as outras torna a guerra entre elas cada vez mais difícil. Mesmo nações imperialistas anteriormente orgulhosas tendem a se rebaixar à condição de satélites do país imperialista dominante, assumindo este último, de forma crescente, o papel de árbitro supremo do campo imperialista. Embora as guerras entre países imperialistas menores, ou entre combinações deles, continuem sendo uma possibilidade, devemos reconhecer que essa possibilidade é bastante remota.

Surge, ao mesmo tempo, crescente perigo de uma guerra em que todas ou algumas potências imperialistas procurem restabelecer o domínio imperialista sobre os países que constituem hoje a parte socialista do mundo. Todavia, essa possibilidade também é menos aguda do que geralmente se pensa. Não só a parte socialista do mundo — habitada por 1/3 da espécie humana — se torna cada vez mais forte, como também uma guerra contra ela causará, com toda a probabilidade, um colapso total na estrutura imperialista. Haverá poucas nações coloniais e dependentes na Ásia, na África e em outras partes, para as quais tal conflito não constitua o sinal para a revolução nacional e social. É essa consideração que, ao lado da instabilidade interna, social e política, mais ou menos pronunciada, responde pela evi-

<sup>53</sup> Falando na 59.ª reunião anual da Academia Americana de Ciência Social e Política, Adolf A. Berle, Jr. observou que "uma série de influências tem-se constituído no sentido de expulsar progressivamente os homens cujos hábitos de espírito, pesquisa honesta, especulações ou expressões artísticas tendem a entrar em conflito com a tendência uniforme das operações correntes ou são antagônicas ao pensamento corrente das grandes empresas". *New York Times*, 2 de abril de 1955.



dente falta de entusiasmo das chancelarias das potências imperialistas por novas aventuras militares.<sup>54</sup>

Entretanto, o que serve provavelmente como eliminador mais importante da “paixão guerreira” excessiva é o poder destruidor sem precedentes das armas term nucleares que se encontram em contínuo aperfeiçoamento. O fato de o mundo imperialista não possuir o monopólio desse instrumento de destruição torna seu emprego um empreendimento cujo grau de risco é proibitivo. A perspectiva de retaliação atômica tende a esfriar mesmo os espíritos mais marciais que andejam pelos bastidores das potências imperialistas, tende, de fato, a reduzir grandemente a atratividade da guerra, mesmo falando-se em termos puramente econômicos. Com efeito, se nas guerras anteriores a divisão de funções era tal que a luta e a morte cabiam ao homem comum, enquanto a classe dominante cuidava dos aspectos políticos, administrativos e econômicos das hostilidades, numa guerra atômica não haverá lugar para tal combinação. Não somente a vida mas também a propriedade dos membros da classe capitalista teriam pouca chance de escapar às destruições causadas por uma bomba A ou H. Com certo humor mórbido, embora não-intencional, dois economistas formularam, recentemente, correto juízo sobre a guerra na era atômica atual.

“A marcha da ciência e da inovação, iluminada pela libertação da energia atômica em agosto de 1945, acentua o fato de que os ativos de capital estão sempre a caminho do ferro velho. A destruição criadora, desenvolvida pelo capitalismo dinâmico, abre vastas oportunidades de investimento.”<sup>55</sup>

A única objeção séria a essa análise — que, fora isso, é perfeita — é o fato de que se se repetir a libertação da energia atômica tal como ocorreu em Hiroxima e Nagasaki em agosto de 1945, ela não somente mandará para o ferro velho os ativos de capital, mas também enviará para o cemitério os aspirantes a investidores.

A perspectiva de destruição ilimitada associada à guerra atômica não só exerce sua influência sobre os líderes do capital monopolista como também dá origem a sérias dúvidas quanto à sua viabilidade política. Uma coisa é mobilizar apoio popular para as políticas imperialistas, mediante alto nível de emprego e mediante a guerra psicológica; outra muito diferente é estar certo da cooperação popular diante da retaliação atômica. O fato de que não se pode contar com o moral das pessoas para suportar uma catástrofe desse tipo é fortemente sugerido por vários estudos sobre a experiência da Segunda Guerra Mundial. Em tais circunstâncias, torna-se cada vez mais difícil saber se o jogo vale a pena, se uma guerra geral — longe de resolver, mesmo que temporariamente, os problemas do capitalismo monopolista — não viria, de fato, destruir nossa civilização.

Não parece impossível, portanto, que a liderança do capital monopolista, que controla os destinos dos países imperialistas, procure demonstrar, no trato dos problemas mundiais, a mesma cautela e prudência que demonstrou em seus negócios. Deixando a tarefa de rufar os tambores de guerra preventiva a cargo de seus superzelosos assalariados políticos e superaventureiros servos militares, os estadistas do capital monopolista parecem preferir cada vez mais as guerras “frias” às “quentes”, as ações políticas de menor envergadura às conflagrações gerais, a atmosfera de perigo ao próprio perigo. Tal arranjo lhes asseguraria a melhor parte de ambos os mundos: contínua prosperidade baseada em enormes dispêndios mili-

<sup>54</sup> É desnecessário dizer que isso não elimina, de modo algum, a ameaça de acidentes, em que os “riscos calculados” podem ter conseqüências incalculáveis.

<sup>55</sup> SWANSON, E. W. e SCHMIDT, E. P. *Economic Stagnation or Progress*. Nova York, 1946. p. 197.



tares, contínuo domínio sobre uma população amedrontada e politicamente submissa, assim como prevenção de um conflito atômico que enterraria, sob seus escombros, a própria ordem capitalista.

É evidente que essa possibilidade está longe de constituir uma certeza. A política do imperialismo possui dinâmica própria: interesses e ideologias, uma vez deflagrados, tendem a assumir feição própria; fantoches servis podem, repentinamente, tornar-se fatores políticos independentes; e aquilo que se acreditava estar sujeito à manipulação e controle subitamente irrompe com a força dos elementos. Os espíritos, uma vez invocados, não se vão facilmente, como muitos magnatas da Alemanha descobriram, com profundo pesar, na década dos trinta. Pior ainda: a situação de *nem paz nem guerra*, de equilíbrio à beira do abismo, não fornece solução a longo prazo para o problema básico do capitalismo monopolista. Para que sua prosperidade dure, para que o nível de emprego permaneça elevado, o impulso dos grandes dispêndios com armamentos não é suficiente. Esse impulso tem que se tornar continuamente maior, esse dispêndio tem que continuar crescendo: o sistema tem que correr depressa se quiser permanecer onde está. Contudo, quanto maior e mais complexo o estoque de engenhos militares, tanto maiores os interesses adquiridos dos produtores de material bélico.<sup>56</sup> E, quanto maior e mais permanente o aparato militar, tanto maior a tentação de “negociar pela força” — o que significa impor ultimatos às nações menores e mais fracas e apoiá-los, se necessário, com a força. Assim, o perigo de ignição espontânea torna-se onipresente; a ameaça de uma explosão não-prevista, importantíssima.

“Mas, se as nações podem aprender a se prover de pleno emprego por sua política interna (...) não há necessidade de forças econômicas importantes que visem a colocar o interesse de um país contra o dos seus vizinhos.”<sup>57</sup>

Essa profunda visão de Keynes abrange metade do problema. A outra metade, que ficou inteiramente obscurecida a seus olhos, foi claramente vista por um de seus mais brilhantes seguidores:

“Atualmente, qualquer Governo que tivesse tanto o poder como a vontade de remediar os defeitos fundamentais do sistema capitalista teria a vontade e o poder para aboli-lo completamente, enquanto os Governos que têm o poder para manter o sistema carecem da vontade de remediar seus defeitos”.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> “Pela primeira vez em sua História, os Estados Unidos estão tendo uma indústria de armamentos de tempo integral e escala nacional, sendo que a maioria das companhias que a compõem trata sua produção bélica como parte permanente de seu negócio”. *Business Week*, 27 de setembro de 1952. Um exemplo dessa “indústria de armamentos de tempo integral e escala nacional” é dado por *Pull Magazine* (março de 1955), onde se declara que “há alguns anos, cinco consórcios cuidavam de explosivos. Hoje essas companhias foram absorvidas por duas outras — The Du Pont Company of Wilmington, Delaware e a Olin-Mathieson Chemical Company, de East Alton, Illinois. Essas gigantescas empresas controlam hoje, completamente, os explosivos e todos os seus componentes, nos Estados Unidos”.

<sup>57</sup> KEYNES, *General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres, 1936. p. 382.

<sup>58</sup> ROBINSON, Joan, *Economic Journal*. Dezembro de 1936. p. 693.







### *As Raízes do Subdesenvolvimento*

#### *I*

Preocupamo-nos até agora com sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, possuidoras de enormes excedentes econômicos e incapazes de sua utilização racional. Tais sociedades representam, entretanto, apenas um aspecto do panorama geral do capitalismo contemporâneo. O outro e não menos importante componente deste é o grande segmento do “mundo livre” ao qual, comumente, se denomina subdesenvolvido. Do mesmo modo que o setor adiantado abrange uma multidão de áreas distintas em suas características culturais, políticas, sociais e econômicas (como os Estados Unidos e o Japão, a Alemanha e a França, a Grã-Bretanha e a Suíça), também o setor subdesenvolvido se compõe de grande variedade de países, com enormes diferenças entre eles. Nigéria e Grécia, Brasil e Tailândia, Egito e Espanha pertencem ao grupo das áreas atrasadas.

Na tentativa, porém, de compreender as leis do desenvolvimento das partes atrasadas e adiantadas do mundo capitalista, é possível — e mesmo necessário — abstrair das peculiaridades dos casos individuais e concentrar a atenção em suas características comuns fundamentais. Não se concebe, de fato, nenhum trabalho científico em que esse método não seja aplicado. Seja o “capitalismo puro” de Marx, a “firma representativa” de Marshall ou o “tipo ideal” de Weber, a abstração dos atributos secundários de um fenômeno e a concentração da atenção na sua estrutura básica sempre foram os primeiros instrumentos de todo esforço analítico.<sup>1</sup> Pouco importa que o “modelo” do que se estuda não se aplique totalmente a um caso particular, não acomode adequadamente todas as suas peculiaridades e especificações. Essa circunstância não representa censura válida ao método em si ou a seus resultados imediatos. Se o modelo se mostra útil a seus objetivos, se consegue cap-

<sup>1</sup> Não quer isso dizer que o conhecimento de quais são as características fundamentais de um fenômeno seja dado por Deus a “seus escolhidos durante seus sonhos”. Não se pode ter esse conhecimento a não ser como resultado de um estudo metódico e total do assunto, formando essa pesquisa a base para a decisão do que deve ser abstraído e do que deve ser incluído no modelo teórico. Nesse sentido, as Ciências Sociais, não menos que as demais Ciências, implicam um conhecimento cumulativo: nem todo pesquisador precisa começar do nada. Dispõe-se de indicadores perfeitamente adequados à determinação dos elementos fundamentais de um processo sócio-econômico. Como em todo trabalho científico, a adequação de tais indicadores só pode ser estabelecida pela prática, isto é, pela sua aplicação teórica e empírica ao material histórico concreto.



tar os aspectos dominantes do processo real, ele contribuirá mais para a compreensão deste do que qualquer volume de informações detalhadas, de dados particulares. Além disso, é somente com a ajuda de tal modelo, é somente quando se têm bem claros na mente os contornos do “tipo ideal” que se pode atribuir significado aos dados e informações que, freqüentemente, servem como substituto para a compreensão de um fenômeno ao invés de servir como subsídios para entendê-lo.

A relevância desse ponto de vista para o estudo das condições prevalecentes nos países subdesenvolvidos, e para a compreensão dos problemas que estes enfrentam, foi reconhecida em recente relatório das Nações Unidas:

“(...) embora possa ser verdade que não há dois países que defrontam com dificuldades idênticas em seu processo de desenvolvimento, é também verdade que países que se encontram em estágios de desenvolvimento semelhante confrontam-se com dificuldades da mesma espécie e, sendo sujeitos às mesmas forças econômicas, encontram-se, muitas vezes, em situações bem parecidas”.<sup>2</sup>

Não se procura, por conseguinte, nas páginas que se seguem, apresentar a fotografia de determinado país subdesenvolvido, nem analisar os obstáculos à industrialização, em condições capitalistas, de áreas geográficas específicas. O propósito deste e dos capítulos seguintes é, isto sim, identificar os elementos do problema que considero essenciais e com eles construir o esqueleto desse problema, sem preocupação com a forma e o aspecto concreto que possam assumir em um caso particular.

Tendo bem presente essa ressalva, podemos prosseguir *in medias res*. O que caracteriza todo país subdesenvolvido, o que na realidade responde pela sua classificação como subdesenvolvido, é a exigüidade de seu produto social *per capita*. Embora as comparações das estimativas de renda nacional para diversos países estejam sujeitas a inúmeras e bem conhecidas dificuldades, podemos ter uma idéia da situação prevalecente nos países subdesenvolvidos observando os dados seguintes:

#### Distribuição da Renda Mundial em 1949<sup>1</sup>

Especificação	Renda mundial (%)	População mundial (%)	Renda per capita (US\$)
Países de renda elevada	67	18	915
Países de renda média	18	15	310
Países de renda baixa	15	67	54

<sup>1</sup> NURKSE, Ragnar. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Oxford, 1953. p. 63. Ali se indica a fonte dos números desse quadro.

Constata-se, pelos dados acima, que dois terços, aproximadamente, da raça humana têm uma renda *per capita* equivalente a 50 ou 60 dólares por ano. Tais cifras dispensam qualquer explicação adicional para se compreender por que, em quase todas as regiões a que se referem tais estatísticas, há fome crônica, pobreza infinita e doenças endêmicas. A situação dessas regiões não mudou quase nada

<sup>2</sup> *Processes and Problems of Industrialization of Under-developed Countries* (1955). p. 6 et seqs.



nos últimos cem ou duzentos anos; em alguns países subdesenvolvidos as coisas pioraram mesmo no último século. Como nesse período o padrão de vida melhorou apreciavelmente nos países adiantados, “a distribuição da renda *per capita* entre os países do mundo se tornou mais desigual”.<sup>3</sup>

Acode-nos, então, imediatamente, uma pergunta: como é possível que não tenha havido, nos países capitalistas atrasados, nenhum progresso segundo as linhas do desenvolvimento capitalista, que bem conhecemos através da História de outros países capitalistas? Por que o movimento em direção ao progresso foi tão lento ou mesmo nulo? A resposta correta a essas perguntas tem importância capital. Ela é na verdade indispensável a todos aqueles que querem compreender o que obstrui hoje o caminho do progresso econômico e social dos países subdesenvolvidos e saber qual a forma e a direção prováveis do desenvolvimento futuro.

Esse problema pode ser mais bem abordado recordando-se, inicialmente, as condições a partir das quais evoluiu o capitalismo, tanto nas regiões hoje adiantadas como nas subdesenvolvidas. Essas condições foram, em todas as regiões, um modo de produção e uma ordem política e social que podem ser resumidos convenientemente pelo nome feudalismo. Não quer isso dizer que a estrutura do feudalismo era a mesma em toda parte. Bem ao contrário: devem-se ter presentes as enormes diferenças que há entre as histórias dos sistemas feudais nas diferentes partes do mundo, da mesma maneira que se sabe que

“se estaria certo ao falar não de uma única história do capitalismo e da estrutura geral que este teve, mas de uma coleção de histórias do capitalismo, apresentando todas elas uma estrutura geral semelhante, mas cada uma delas atravessando suas etapas principais em datas distintas”.<sup>4</sup>

Na verdade, observaram-se profundas divergências entre a estrutura pré-capitalista da China, a sociedade baseada em aldeias comunais da Índia e a ordem social fundada sobre a servidão que caracterizou a maior parte do desenvolvimento pré-capitalista da Europa. Tais divergências levaram muitos historiadores a duvidar da aplicabilidade geral do termo “feudalismo”. Para não entrarmos nessa polêmica, limitar-nos-emos a uma proposição sobre a qual parece haver consenso quase geral de opiniões: a ordem pré-capitalista, tanto na Europa como na Ásia, a partir de certo ponto de seu desenvolvimento, entrou em período de desintegração e decadência. Essa desintegração foi mais ou menos violenta e o período de decadência foi mais curto ou mais demorado em uns países que em outros; a *direção* geral do movimento, porém, foi a mesma em todos os pontos. Embora com o risco de incorrer em simplificações exageradas, podemos considerar os processos seguintes — distintos entre si, embora estreitamente inter-relacionados — como as características mais marcantes desse movimento. Em primeiro lugar, houve um lento, embora apreciável, aumento da produção agrícola, que se fez acompanhar não só de intensa pressão feudal sobre a população rural, mas também de deslocamento e rebeliões camponesas cada vez maiores e do conseqüente surgimento de uma força de trabalho potencialmente industrial. Em segundo lugar, observou-se a propagação, mais ou menos profunda e mais ou menos geral, da divisão do trabalho, que trouxe com ela a evolução da classe dos comerciantes e artesãos, acompanhando o crescimento das cidades. Em terceiro lugar, verificou-se uma acumulação de capital mais ou menos espetacular por parte dos comerciantes e camponeses ricos, cujo número e influência cresciam de forma mais ou menos constante.

<sup>3</sup> MASON, E. S. *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955. p. 16.

<sup>4</sup> DOBB, Maurice. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres, 1946. p. 21.



É a confluência de todos esses processos (e de uma série de outras mudanças secundárias) que constitui a condição prévia indispensável ao surgimento do capitalismo. Como disse Marx:

“O que possibilita a riqueza monetária transformar-se em capital é, de um lado, seu encontro com trabalhadores livres; em segundo lugar, situa-se o seu encontro com meios de subsistência, matérias-primas etc., igualmente livres e disponíveis para venda, bens estes que, de outra forma, seriam, *d'une manière ou d'une autre*, propriedade das massas atualmente esbulhadas”.<sup>5</sup>

É, porém, à terceira — a acumulação primária de capital — que, indubitavelmente, se deve atribuir importância estratégica, como, aliás, sugere o próprio termo capitalismo. É evidente que a mera acumulação de capital mercantil, *per se*, não conduz ao desenvolvimento do capitalismo.<sup>6</sup> Duas considerações, porém, exigem que se dê particular atenção à acumulação de capital. Em primeiro lugar, as outras condições responsáveis pela transição do feudalismo para o capitalismo estavam amadurecendo em quase todas as partes — embora em períodos diferentes e a ritmos distintos — sob o impacto das tensões internas da ordem feudal. Em segundo lugar, foi o escopo e a velocidade da acumulação de capital mercantil e a ascensão da classe burguesa que desempenharam o papel mais importante no debilitamento da estrutura da sociedade feudal, na criação das condições necessárias ao seu desaparecimento. Devemos aqui citar Marx uma vez mais:

“A formação de capital é determinada pela própria natureza do capital (...) por sua gênese, que a faz surgir do *dinheiro* e, portanto, da riqueza que existe sob a forma de moeda. Pelas mesmas razões, ela parece surgir da circulação, como seu *produto*. A formação de capital, por conseguinte, não provém da propriedade da terra (quando muito, provém do arrendatário, na medida em que este se dedica ao comércio de produtos agrícolas); nem tampouco das corporações (embora haja possibilidade disto ocorrer), mas da riqueza dos comerciantes e dos usurários”.<sup>7</sup>

A acumulação mercantil, na Europa ocidental, foi particularmente grande e — o que tem muita importância — altamente concentrada. Isso se deveu, em parte, à localização geográfica dos países europeus ocidentais, localização esta que lhes propiciou a possibilidade de desenvolverem, antes que os demais, a navegação e, com ela, o comércio marítimo e fluvial. Em segundo lugar, essa acumulação foi causada — e isso é, até certo ponto, paradoxal — pela circunstância de ser a Europa ocidental mais pobre de recursos naturais, e de seu desenvolvimento econômico, naquele tempo e em muitos aspectos, ser menor, e não maior, do que as partes do mundo que eram objeto de sua penetração comercial. Essa circunstância incentivou a procura dos mais diversos produtos tropicais — especiarias, chá, marfim, anil etc. — que não podiam ser obtidos nas suas proximidades; deu origem a um esforço de importação de valiosos produtos fabricados no Oriente — roupas de excelente qualidade, adornos, cerâmica etc. — e originou, finalmente, a tentativa desesperada de aumentar o suprimento de metais e pedras preciosas, suprimento este que, nos países europeus, era pequeno a esse tempo. A expansão comercial que se seguiu, aliada à pirataria, ao saque, ao tráfico de escravos e à descoberta

<sup>5</sup> *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*. (Rohentwurf). Berlim. 1953. p. 404.

<sup>6</sup> Como assinala Dobb: “uma característica dessa nova burguesia mercantil — tão surpreendente como universal, à primeira vista — é a facilidade com que essa classe entrou em acordo com a sociedade feudal, tão logo obteve os privilégios por que lutava”. *Op. cit.*, p. 120.

<sup>7</sup> *Loc. cit.*



ta de ouro no Novo Mundo, determinou, em conseqüência, a formação rápida de imensas fortunas nas mãos dos comerciantes da Europa ocidental.<sup>8</sup>

Manifestou-se então, como era de se esperar, a tendência dessa riqueza aumentar rapidamente. As necessidades criadas pela navegação deram grande estímulo à descoberta científica e ao progresso tecnológico. A construção naval, o preparo de expedições ao além-mar, a fabricação de armas e de outros produtos necessários à proteção dessas expedições e às “negociações” com os sócios comerciais no além-mar foram coisas que deram extraordinário impulso ao desenvolvimento da empresa capitalista. O princípio de que “uma coisa produz outra” operou aqui plenamente: economias externas de vários tipos se realizaram de forma crescente, o que permitiu que se acelerasse o ritmo de desenvolvimento posterior. Não precisamos apontar em detalhe as diversas formas pelas quais o capital acumulado se transferiu, gradativamente, para empreendimentos industriais. Ricos comerciantes ingressaram no campo industrial com o objetivo de assegurar-se de suprimentos contínuos e baratos. Artesãos que haviam enriquecido, ou que estavam associados a comerciantes endinheirados, expandiram a escala de seus negócios. Mesmo os ricos proprietários de terra fizeram, com freqüência, incursões no campo industrial (particularmente na indústria extrativa mineral) e contribuíram, assim, para lançar as bases das grandes empresas capitalistas. A contribuição mais importante, porém, foi dada pelo Estado, que, sob o domínio crescente dos interesses capitalistas, se tornou cada vez mais ativo nos auxílios e nas contribuições aos empreendedores incipientes.

“Todos eles empregaram o poder do Estado — a força concentrada e organizada da sociedade — para apressar, como numa estufa, a transformação do modo feudal para o modo capitalista de produção e para encurtar o período de transição.”<sup>9</sup>

O grande passo à frente dado pela Europa ocidental não devia significar, necessariamente, a criação de obstáculos ao desenvolvimento econômico de outros países. Embora estes não estivessem capacitados a diminuir, para não falar em eliminar, o hiato existente entre eles e os pioneiros do Ocidente europeu, podiam, porém, ter iniciado um processo próprio de crescimento que os conduzisse a níveis mais ou menos elevados de produtividade e de produção. Era de esperar mesmo que os crescentes contatos com as nações mais adiantadas, técnica e cientificamente, da Europa ocidental facilitassem o progresso dos países que mantinham intercâmbio com esta última. Nos primórdios do capitalismo moderno, durante a última parte do século XVII e no século XVIII, parecia que as coisas correriam dessa maneira: os acontecimentos que se verificaram a esse tempo, em alguns países que hoje se contam entre os subdesenvolvidos, davam amplo apoio a essa perspectiva. A acumulação primitiva de capital progredia bastante, as manufaturas e o artesanato se expandiam, enquanto as crescentes revoltas camponesas, aliadas à pressão cada vez maior da burguesia ascendente, abalavam os alicerces da ordem pré-capitalista. Isso pode ser verificado, quer analisemos a história do início do capitalismo

<sup>8</sup> Cf. DOBB. *Op. cit.*, p. 207 *et seqs.* Sobre o papel desempenhado pela escravatura e pelo tráfico de escravos na acumulação primitiva do capital, ver WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Carolina do Norte, Chapel Hill, 1944.

<sup>9</sup> MARX. *Capital*. Edição Kerr, v. I, p. 823. Sobre o papel desempenhado pelo Estado, sob o domínio dos capitalistas, nas primeiras etapas do desenvolvimento do capitalismo, mesmo num país em que há, proverbialmente, pouca intervenção governamental em assuntos econômicos, citamos aqui útil advertência do Prof. E. S. Mason: “a maioria dos norte-americanos não reconhece a extensão em que os Governos federal e estaduais concorreram para a promoção das primeiras etapas do desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, através do suprimento de capital social sob a forma de canais, reificação de rios, estradas de ferro, instalações portuárias etc. A construção, pelo Governo, de obras públicas dessa espécie foi, sem dúvida, essencial à expansão do investimento privado”. *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955, p. 47.



na Rússia e nos países do Este e do Sudeste da Europa, quer observemos os primórdios do capitalismo na Índia, no Oriente Próximo e mesmo na China. Não quer isso dizer que todos esses países devessem ter seguido necessariamente o mesmo caminho que a Grã-Bretanha, a Holanda, a Alemanha e a França percorreram. Diferenças não apenas nos pré-requisitos naturais do desenvolvimento econômico, em localização geográfica e em clima, mas também em antecedentes políticos, religiosos e culturais determinaram o aparecimento de divergências no nível e nas taxas de crescimento da produtividade. Essas diferenças, por sua vez, não podiam senão causar grandes variações nos montantes de capital acumulado nas mãos das classes capitalistas das várias nações, bem como nos graus de coesão e flexibilidade de suas respectivas estruturas sociais e políticas pré-capitalistas. Quaisquer que tenham sido sua velocidade e os seus ziguezagueantes caminhos, a direção geral do movimento histórico parece ter sido a mesma, tanto nos escalões atrasados como nos vanguardeiros.

“O país mais adiantado, indiscutivelmente, mostra apenas, aos países menos desenvolvidos, a imagem de seu próprio futuro.”<sup>10</sup>

O fato de que as coisas não tenham tomado esse rumo, de que a Europa ocidental tenha deixado o resto do mundo bem atrás, não é fruto de acidente fortuito ou de algumas peculiaridades sociais dos diferentes povos. Isso foi determinado, na verdade, pela própria natureza do seu desenvolvimento, pois os efeitos da penetração capitalista européia no mundo foram extremamente complexos. Eles dependeram da natureza dessa penetração e do estágio de desenvolvimento já atingido pelas sociedades que se expuseram ao contato exterior. Devemos distinguir, portanto, entre o impacto da penetração européia nos Estados Unidos (bem como na Austrália e na Nova Zelândia) e a “abertura para o mundo” da Ásia, África e da Europa oriental, realizada pelo capitalismo do Ocidente da Europa. No primeiro caso, os europeus ocidentais entraram em um vácuo social mais ou menos completo e se estabeleceram nessas regiões, passando mesmo a aí residir permanentemente. Pouco importa que, de início, não tivessem essa intenção; que fossem comerciantes aventureiros em busca de lucros rápidos que pudessem transferir para seus países de origem; que fossem refugiados de perseguições políticas e religiosas, como aconteceu nos Estados Unidos, ou deportados de qualquer espécie, como ocorreu na Austrália; que tivessem trazido consigo algum capital ou que dispusessem apenas de iniciativa, habilidades especiais e de engenhosidade. O que importa é que eles embarcaram para as novas terras com “o capitalismo em seus ossos”, que não encontraram maiores resistências — malgrado as decantadas façanhas de Davy Crockett — e que conseguiram estabelecer, em curto espaço de tempo, sua própria sociedade em um solo praticamente virgem e excepcionalmente fértil. Essa sociedade — graças ao fato de ter, desde sua origem, uma estrutura capitalista e de não necessitar remover os obstáculos e as barreiras do feudalismo — pôde dedicar-se, exclusivamente, ao pleno desenvolvimento de seus recursos produtivos. Suas energias políticas e sociais não foram gastas em prolongadas lutas contra a ordem feudal e nem dissipadas na superação das convenções e das tradições do feudalismo. O único obstáculo que encontraram à acumulação e à expansão capitalistas foi o domínio estrangeiro. Embora não estivessem totalmente livres de tensões e conflitos internos de certa intensidade — lembremos o caso de Benedict Arnold! —, as sociedades burguesas nascentes tiveram, desde o princípio, a força e a coe-

<sup>10</sup> MARX. *Capital*. Edição Kerr. v. I, p. 13.



são suficientes para se livrarem do domínio estrangeiro e criarem uma estrutura política adequada ao desenvolvimento do capitalismo.

Tudo isso é algo bem distinto do que ocorreu em outras partes do mundo. O que é importante não é tanto o fato de que os empreendedores da Europa ocidental que se dirigiam à Índia, à China, aos países do Sudeste asiático, do Oriente Próximo e da África eram, em muitos aspectos, diferentes daqueles que emigraram para os Estados Unidos. Sendo eles também fruto do desenvolvimento capitalista do Ocidente, nutriam aspirações egoístas e dedicavam-se a atividades predatórias. A diferença fundamental reside no que encontraram ao chegar à Ásia e à África. Aquele era, de fato, um mundo completamente diferente do que foi encontrado na América ou na Austrália.

Naquelas partes em que o clima e o ambiente natural podiam constituir atrativo para os emigrantes da Europa ocidental, encontravam eles sociedades já estabelecidas, com ricas e antigas culturas, em estágio pré-capitalista ou em estado embrionário de desenvolvimento capitalista. Nas regiões em que as organizações sociais existentes eram primitivas e tribais, as condições gerais — e o clima, em particular — eram tais que impediam a fixação em massa dos emigrantes europeus. Em ambos os casos, por conseguinte, os visitantes da Europa ocidental decidiram extrair rapidamente os maiores lucros possíveis dos países hospedeiros e carregá-los para seus países de origem. Dedicaram-se, então, à pilhagem aberta ou ao saque tenuemente disfarçado sob o manto do comércio, apropriando-se de enormes riquezas e transportando-as das regiões em que penetraram.

“A política colonial dos séculos XVII e XVIII diferia pouco, na cruel rapacidade de sua exploração, dos métodos que os cruzados e os comerciantes armados das cidades italianas empregaram, nos primeiros séculos, para roubar os territórios bizantinos do Oriente”.<sup>11</sup> “Os tesouros apropriados fora da Europa pelo saque indisfarçado, pela escravidão e pelo crime foram transportados para o país de origem e se transformaram em capital.”<sup>12</sup>

Geralmente se diminui a importância dessas “transferências unilaterais” de riqueza, dos países não-europeus para os da Europa ocidental, ao se dar atenção exclusivamente à sua magnitude em termos dos *produtos sociais* dos países a que se dirigiam ou mesmo daqueles de que se originavam. Não quer isso dizer que não fossem grandes, mesmo quando medidas por esse padrão. O que lhes deu, porém, importância decisiva para o desenvolvimento da Europa ocidental e para o das nações hoje subdesenvolvidas foi a natureza, ou melhor, o *locus econômico* dos recursos em causa. A realidade é que, qualquer que tenha sido o acréscimo da *renda nacional* que os países da Europa ocidental obtiveram de suas operações no além-mar, tais recursos *multiplicaram o excedente econômico* de que tais nações dispunham. Além disso, o incremento do excedente econômico assumiu, imediatamente, forma concentrada e foi, em sua maior parte, apropriado por capitalistas que puderam usá-lo para a realização de investimentos. Dificilmente se pode exagerar a intensidade do impulso que tais contribuições “exógenas” à acumulação de capital deram ao desenvolvimento da Europa ocidental.<sup>13</sup>

Essa transfusão e, em particular, os métodos pelos quais se efetuou tiveram,

<sup>11</sup> DOBB. *Studies in the Development of Capitalism*. Londres, 1946. p. 208.

<sup>12</sup> MARX. *Capital*. Edição Kerr. v. I, p. 826.

<sup>13</sup> Isso não significa que o efeito total dessa política representasse, para os países “beneficiários”, uma bênção iniludível. A corrupção da vida social e política da Europa ocidental, o crescimento do “chauvinismo” e do racismo, o desenvolvimento inevitável do imperialismo e do belicismo têm sua origem, em boa parte, na odiosa exploração dos povos não-europeus que acompanhou o desenvolvimento das primeiras etapas do capitalismo ocidental.



talvez, maior impacto sobre os relutantes — para não dizer algo pior — países “doadores”. Afetaram, violentamente, todo o seu desenvolvimento e influíram, decisivamente, sobre a posterior evolução deste. Afetaram, com violência explosiva, o movimento glacial de suas antigas sociedades e aceleraram, de maneira vertiginosa, o processo de decomposição de suas estruturas pré-capitalistas. Ao forçá-los a romper com as formas tradicionais de sua economia agrária e ao ocasionar mudanças na produção das culturas de exportação, o capitalismo ocidental destruiu a auto-suficiência de sua sociedade rural — que constituía a base da ordem pré-capitalista de todos os países em que penetrou — e ampliou e aprofundou, rapidamente, a circulação de mercadorias. Mediante a indisfarçada — e, em muitos países, maciça — apropriação das terras ocupadas por camponeses e a sua transformação em grandes fazendas a serviço dos empreendimentos estrangeiros, ao expor seu artesanato rural à ruínosa concorrência de suas exportações industriais, o capitalismo ocidental criou um enorme contingente de trabalhadores paupérrimos.<sup>14</sup> Ao ampliar, desse modo, a área das atividades capitalistas, propiciou ele, também, a evolução das relações legais e de propriedades de acordo com as necessidades de uma economia de mercado e estabeleceu as instituições administrativas necessárias ao seu cumprimento. Embora com o propósito único de expandir e fortalecer o controle econômico e político das áreas sob o seu domínio, determinou o capitalismo invasor que essas áreas dedicassem parte de seus excedentes econômicos à melhoria dos sistemas de comunicação, à construção de estradas de ferro, portos e rodovias, o que ocasionou o aparecimento, como subproduto, das instalações básicas indispensáveis à inversão lucrativa de capital.

Esta é, porém, apenas uma parte de toda a história. A penetração do capitalismo ocidental nos países hoje subdesenvolvidos se, por um lado, acelerou, com irresistível energia, o aparecimento de *alguns* pré-requisitos básicos para o desenvolvimento de um sistema capitalista, bloqueou, com igual força, o amadurecimento de outros. A remoção de grande parcela do excedente econômico anteriormente acumulado e daquele que era continuamente gerado pelos países invadidos não podia causar senão sério retrocesso em sua acumulação primitiva de capital. A circunstância de que passaram a ficar expostos à concorrência ruínosa de países estrangeiros não podia significar senão a asfixia de sua incipiente indústria. Embora a expansão da circulação de mercadorias, a pauperização de grande número de camponeses e artesãos e o contato com a tecnologia ocidental tenham proporcionado poderoso impulso ao desenvolvimento do capitalismo, esse desenvolvimento foi desviado de seu rumo normal, deformado e mutilado, a fim de se adaptar aos objetivos do imperialismo ocidental.

Os povos que passaram a gravitar na órbita do capitalismo da Europa ocidental encontraram-se, por conseguinte — e repentinamente —, no ocaso do feudalismo e do capitalismo, sofrendo a um só tempo as piores características de ambos os sistemas e, além disso, o impacto total do jugo imperialista. À opressão de seus senhores feudais — opressão desapiedada, embora abrandada pela tradição — adicionou-se a dominação pelos capitalistas nacionais e estrangeiros — dominação brutal, que encontrava seu limite apenas na resistência do povo subjugado. O obscurantismo e a violência arbitrária herdada de seu passado feudal se combinaram com a racionalidade e a rapacidade calculada de seu presente capitalismo. Sua exploração se multiplicou e os frutos desta não acresceram sua riqueza produtiva: foram remetidos para o exterior ou serviram para sustentar, em seu próprio país, uma burguesia parasita. Viviam em meio à miséria espantosa e não vislumbravam

<sup>14</sup> Cf. MOORE, W. E. *Industrialization and Labor*. Ithaca e Nova York, 1951. p. 52.



perspectivas de futuro melhor. Viviam dentro de um regime capitalista e não havia acumulação de capital. Perderam seus meios de vida tradicionais, suas artes, seus ofícios e não havia indústria que lhes proporcionasse outras atividades em substituição às perdas. Foram postos em amplo contato com a adiantada ciência ocidental, mas permaneceram em meio ao mais profundo atraso.

## II

O caso mais importante é, sem dúvida, o da Índia. A História indiana, desde os dias da Companhia das Índias Orientais, é bem conhecida e dispensa maior exposição. Sobre poucos assuntos históricos existe tão grande acordo de opiniões entre estudiosos das mais distintas tendências como sobre o que aconteceu à Índia depois que o capitalismo ocidental a anexou a sua carruagem. Isso é bem apresentado por uma autoridade que, sem sombra de dúvida, não pode ser acusada de nutrir preconceitos antibritânicos. Vera Anstey resume suas conclusões da maneira seguinte:

“(...) até o século XVIII, a situação econômica da Índia era relativamente adiantada e os métodos indianos de produção e de organização industrial e comercial podiam comparar-se com os que eram adotados em qualquer outra parte do mundo. (...) O país que havia fabricado e exportado as mais finas musselinas e outros artigos de luxo, em um período em que os antepassados dos ingleses viviam em condições extremamente primitivas, deixou de tomar parte na revolução econômica iniciada pelos descendentes desses mesmos bárbaros”.<sup>15</sup>

Esse “fracasso” não foi acidental e nem se deveu a alguma inaptidão particular da “raça” indiana.<sup>16</sup> Ele foi causado pela exploração brutal, consciente e sistemática da Índia pelo capital britânico desde o início do domínio inglês. Tão grande foi a extensão da pilhagem, tão fantástica a soma que se extraiu da Índia que, em 1875, o marquês de Salisbury — que era, então, Secretário de Estado para a Índia — advertiu que, “se a Índia deve ser sangrada, a sangria deve ser feita com cuidado”.<sup>17</sup> O volume de riqueza que a Grã-Bretanha obteve da Índia e que se adicionou à acumulação de capital britânica nunca foi, que eu saiba, completamente avaliado. Digby nota que, segundo estimativas feitas, a riqueza extraída da Índia, entre Plassey e Waterloo — período de crucial importância para o desenvolvimento do capitalismo britânico —, pode ser avaliada entre 500 milhões e 1 bilhão de libras. A enormidade dessa quantia pode ser visualizada quando se considera que, ao iniciar-se o século XIX, o capital total de todas as sociedades por ações que operavam na Índia ascendia a 36 milhões de libras. Os competentes estatísticos indianos

<sup>15</sup> ANSTEY, Vera. *The Economic Development of India*. Londres, Nova York, Toronto, 1929. A citação foi extraída da 4.ª edição, 1952.

<sup>16</sup> Como notou um dos primeiros observadores da Índia, “a grande maioria do povo indiano possui grande energia industrial, está apta a acumular capital e se distingue pela clareza matemática de sua mente e sua habilidade para cálculos e para as Ciências Exatas. Seus intelectos são excelentes”. Citado nos artigos de Marx intitulados “The Future Results of the British Rule in India” e incluídos em MARX e ENGELS. *On Britain*. Moscou, 1953. p. 390. (Os grifos são do original.) Inúmeros estudiosos da Índia já atestaram que o sistema educacional organizado e supervisionado pelos ingleses fez tudo o que pôde não para promover, mas para reprimir o crescimento das aptidões científicas e industriais dos indianos. Nas palavras de Vera Anstey: “(...) Não deveríamos indagar quanto o sistema de educação introduzido pelos ingleses ajudou a gerar o espírito científico e a difundir o conhecimento científico? Daí, não concluíamos que, ao invés de ensinar o povo a compreender o mundo a seu redor e a controlar e utilizar melhor as forças da Natureza, os ingleses ensinaram os indianos a escrever notas a respeito de frases arcaicas encontradas em obras de autores britânicos dos séculos XVI e XVII, bem como a recitar de cor a biografia de obscuros líderes de uma terra estrangeira?” *Op. cit.*, p. 4.

<sup>17</sup> DIGBY, William, “Prosperous” *British India*. Londres, 1901. p. XII.



K. T. Shah e K. J. Khambata calcularam que, nas primeiras décadas deste século, a Grã-Bretanha apropriava-se, anualmente, de mais de 10% do Produto Nacional Bruto da Índia.<sup>18</sup> Pode-se admitir, sem medo de errar, que essa percentagem foi menor no século XX que nos séculos XVIII e XIX. Além disso, pode-se ter como certo que essa percentagem subestima a pilhagem britânica de recursos indianos, uma vez que ela se refere tão-somente às transferências diretas e não inclui as perdas que foram causadas à Índia pelas relações de troca desfavoráveis, impostas pelos britânicos.

Quando consideramos o problema em termos do que ele significou para a Grã-Bretanha, vale a pena citar Brooks Adams, autor que pintou um quadro vivo da situação:

“Sobre a pilhagem da Índia não pode haver melhor autoridade que Macaulay, que ocupou alto posto em Calcutá (...) e que, menos que qualquer outro escritor que se lhe seguiu, foi porta-voz da classe dominante. Narrou ele como, após Plassey, a ‘chuva de riqueza’ principiou a cair, e descreveu os próprios ganhos de Clive: ‘podemos afirmar, sem risco algum, que não houve inglês que começasse do nada e que em qualquer campo de atividade tenha acumulado tão grande fortuna antes dos 34 anos de idade. O que Clive obteve, porém — seja para si, seja para o Governo —, não foi nada quando o comparamos com o roubo por atacado e com a exploração que se seguiram à sua partida, quando Bengala ficou entregue, como vítima indefesa, a uma miríade de ambiciosos funcionários. Estes eram tirânicos, irresponsáveis e rapaces e pilhavam mesmo tesouros particulares. Seu único pensamento era extrair, tão rápido quanto possível, algumas centenas de milhares de libras dos nativos e regressar à sua pátria para ostentar sua riqueza. Enormes fortunas foram rapidamente acumuladas em Calcutá, onde 30 milhões de seres humanos foram reduzidos à mais negra miséria. (...) O mau Governo inglês chegou a ponto tal que dificilmente parece compatível com a própria existência da sociedade. Haviam, finalmente, sido superados o procônsul romano que, em um ano ou dois, extraía de uma província os recursos necessários para a construção de palácios de mármore, para banho nas costas da Campânia, para beber em copos de âmbar, para deleitar-se com o canto dos pássaros, para exhibir exércitos de gladiadores e manadas de girafas; e o vice-rei espanhol que, deixando atrás de si as maldições do México e de Lima, entrava em Madri com enorme caravana de carroças douradas e de cavalos adornados e ferrados com prata’.<sup>19</sup> (...) Pouco depois de Plassey, a pilhagem de Bengala começou a chegar a Londres e seu efeito parece ter sido instantâneo, pois todas as autoridades concordam que a ‘revolução industrial’ — o acontecimento que distingue o século XIX de todos os séculos anteriores — principiou em 1760. Antes de 1760 (...) a maquinaria usada para tecer algodão no Lancashire era quase tão simples como a da Índia, enquanto por volta de 1750 a indústria siderúrgica britânica estava em plena decadência. (...) É ao capitalista, e não ao inventor, que a civilização deve o fato de a máquina a vapor se ter tornado parte integrante da vida diária”.<sup>20</sup>

Completa análise do impacto que essa frenética orgia da acumulação primitiva de capital teve sobre o desenvolvimento da Índia nos é dada pela obra clássica de Romesh Dutt, *The Economic History of India*.<sup>21</sup> Não podemos fazer aqui nada melhor que citar as suas palavras:

<sup>18</sup> Citado no livro de DUTT, R. Palme, *India Today*. Bombaim 1949. p. 32. Esta percentagem deve ser considerada à luz da parcela da renda nacional que se pode esperar constitua excedente econômico em um país tão pobre como a Índia.

<sup>19</sup> A passagem acima é da obra de Macaulay intitulada *Lord Clive*.

<sup>20</sup> *The Law of Civilization and Decay. An Essay on History*. Nova York, 1896 (a citação é da reimpressão de 1943). p. 294 et seqs.

<sup>21</sup> Londres, 1901; citado da 7.ª edição, 1950. p. VIII et seqs. Esse autor, alto funcionário da administração britânica na Índia e professor de História da Índia no University College de Londres, não deve ser confundido com R. Palme Dutt, o autor do importante livro sobre a Índia, *India Today*. Londres, 1940; 2.ª edição, Bombaim, 1949.



“É fato, infelizmente, que as fontes de riqueza nacional da Índia se empobreceram, de diversos modos, sob o domínio britânico. A Índia era, no século XVIII, um grande país tanto industrial como agrícola, e os produtos das terras indianas abasteciam os mercados da Ásia e da Europa. É verdade, infelizmente, que a Companhia das Índias Orientais e o Parlamento Britânico, fiéis à política egoísta de um século atrás, desencorajaram os fabricantes indianos nos primeiros anos do domínio britânico, a fim de incentivar a nascente indústria inglesa. A política adotada e seguida nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX tinha por objetivo tornar a Índia dependente das indústrias britânicas e fazer o povo indiano dedicar-se, exclusivamente, à produção de matérias-primas, destinadas ao suprimento dos teares e das indústrias localizadas na Grã-Bretanha. Essa política foi seguida com resolução inquebrantável e obteve nefasto êxito. Baixaram-se ordens que compeliavam os artesãos a trabalharem nas fábricas da Companhia das Índias Orientais; os residentes comerciais foram legalmente investidos de amplos poderes sobre as vilas e comunidades de tecelões indianos; tarifas alfandegárias excessivamente elevadas passaram a excluir os tecidos indianos de seda e algodão da Inglaterra; os produtos ingleses passaram a ter entrada na Índia livres de direitos alfandegários ou mediante o pagamento de tarifa apenas normal. (...) A invenção do tear mecânico na Europa completou a decadência das empresas indianas. Quando, em período recente, se introduziu o tear mecânico na Índia, a Inglaterra agiu uma vez mais, em relação àquele país, com injusto ciúme: um imposto de vendas foi lançado sobre a produção de tecidos de algodão indiano, o qual (...) tirou a vida às novas indústrias têxteis do país. A agricultura é hoje, na Índia, a única fonte restante de riqueza nacional (...), mas o que o Governo britânico (...) recebe como imposto territorial aproxima-se, atualmente, do total da renda econômica das propriedades. Isso (...) paralisa a agricultura, impede a poupança e mantém os agricultores em estado de pobreza e endividamento. (...) O Estado, na Índia, interfere na acumulação de riqueza mediante trabalhos agrícolas, intercepta as rendas e os lucros dos agricultores (...) e deixa os lavradores em situação de pobreza permanente. (...) O Estado, na Índia, não incentivou a criação de novas indústrias e nem reviveu as velhas, o que viria beneficiar o povo. (...) De uma ou de outra forma, tudo o que pôde ser obtido por meio de tributação excessiva foi, após o pagamento da faminta administração, enviado para a Europa. (...) Na realidade, a umidade da Índia abençoa e fertiliza outras terras”.

A catástrofe que adveio à Índia pela invasão do capitalismo britânico assumiu, portanto, proporções alarmantes. É verdade que o processo de transição do feudalismo para o capitalismo e o desvio de recursos para a formação de capital — desvio que constitui parte integrante daquele processo — causaram muito sofrimento, miséria e indignação em todas as partes em que essa transição seguiu o seu curso inexorável. O excedente econômico da sociedade não foi apenas transferido de um a outro uso, com todas as revoltas, lutas e privações correspondentes; foi obtido, principalmente, das massas subalimentadas, mal vestidas, mal alojadas e esgotadas por excesso de trabalho. Esse excedente — embora de modo parcial e irracional — foi utilizado para a realização de investimentos produtivos e serviu para lançar as bases para a expansão posterior da produção e da produtividade. Não pode haver dúvida de que se o montante do excedente econômico que a Inglaterra extraiu da Índia tivesse sido *investido nesta última*, o desenvolvimento econômico indiano teria hoje pouca semelhança com o sombrio quadro que constitui a realidade. É ocioso especular se a Índia teria atingido um nível de desenvolvimento econômico compatível com seus fabulosos recursos naturais e com as potencialidades de seu povo. De qualquer modo, porém, o destino das sucessivas gerações indianas não se teria, ainda que remotamente, parecido com a crônica catástrofe dos últimos dois séculos.

O mal que se fez ao potencial econômico indiano só é superado pelo dano mutilante, talvez ainda mais duradouro, que se infligiu a seu povo.



“Todas as guerras civis, invasões, revoluções, conquistas, fomes estranhamente complexas, rápidas e destrutivas ações, como parecem ser as sucessivas investidas contra o Indostão, não afetam mais que a sua superfície. A Inglaterra destruiu toda a estrutura da sociedade indiana, sem que tenha, até agora, manifestado qualquer sintoma de reconstituição. Essa perda de seu velho mundo, desacompanhada da conquista de um novo, imprime particular melancolia à miséria atual dos hindus e desvincula o Indostão, dominado pela Grã-Bretanha, de todas as suas antigas tradições e de toda a sua História pretérita.”<sup>22</sup>

A política britânica na Índia seguiu muito de perto as práticas adotadas por alguns tiranos indianos, eloqüentemente descritas por Macaulay:

“Quando temiam a capacidade e o espírito de algum súdito importante e quando não podiam aventurar-se a assassiná-lo (costumavam) (...) dar-lhe, diariamente, uma dose de *pousta*, um preparado à base de ópio, cujo efeito era destruir, em poucos meses, toda a capacidade física e mental daqueles que tomavam a droga, convertendo-os em irremediáveis idiotas. Esse detestável artifício, mais horrível que o próprio assassinato, era digno daqueles que o empregavam”.<sup>23</sup>

Foi dessa mesma forma que a administração britânica destruiu todas as fibras e bases da sociedade indiana. Sua política agrária e tributária arruinou a economia das aldeias indianas e substituiu-a pelos latifundiários e agiotas parasitas. Sua política comercial destruiu o artesanato e deu origem às infames favelas das cidades indianas, abarrotadas de milhões de párias, famintos e doentes. Sua política econômica aniquilou quaisquer princípios que pudessem haver de desenvolvimento industrial nativo e promoveu a proliferação de especuladores, pequenos comerciantes, agentes e aventureiros de toda espécie que, a duras penas, conseguiam levar uma vida estéril e precária em meio a uma sociedade decadente.

“O domínio britânico se consolidou pela criação de novas classes e de interesses estabelecidos que estavam ligados àquele domínio e cujos privilégios dependiam de sua continuidade. Havia os latifundiários e os príncipes; existia grande número de membros subordinados aos serviços de diversos departamentos governamentais, desde o *patwari*, o chefe da aldeia, para cima. (...) Deve-se adicionar, a todos esses métodos, a deliberada política, seguida durante todo o período do domínio britânico, de criar divisões entre os indivíduos, de encorajar um grupo à custa de outro.”<sup>24</sup>

Já fizemos referência à política britânica relativa à educação. No mesmo capítulo do livro de Nehru, de que tomamos as palavras acima, encontramos a seguinte citação da obra de Kaye, *Life of Metcalfe*:

“Este temor à livre difusão do conhecimento se converteu em doença crônica (...) que afligia, continuamente, os membros do Governo com toda sorte de sonhos hipocôndriacos e pesadelos, nos quais as visões das impressoras e da Bíblia fazem tremer seus corpos e põem de pé os seus cabelos, tal é o horror de que ficam possuídos. Nossa política, naqueles tempos, consistia em manter os nascidos na Índia no mais profundo estado de barbárie e obscurantismo, e toda tentativa de difundir a luz do conhecimento entre o povo, tanto nos estados que dominávamos como nos independentes, era violentamente hostilizada e julgada ofensiva”.

<sup>22</sup> MARX. “British Rule in India”. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I. p. 313.

<sup>23</sup> *Speeches*, citado por Digby em seu livro “*Prosperous*” *British India*. Londres, 1901. p. 63.

<sup>24</sup> NEHRU, Jawaharlal. *The Discovery of India*. Nova York, 1946. p. 304 et seqs.



Nehru faz, portanto, avaliação justa dos efeitos, sobre a Índia, de dois séculos de dominação pelo capitalismo ocidental quando diz:

“(...) quase todos os grandes problemas que hoje se apresentam foram gerados durante o domínio britânico e constituem uma conseqüência direta da política seguida pelos ingleses: os príncipes; o problema das minorias; os interesses constituídos, estrangeiros e indianos; a ausência de indústrias e o negligenciamento da agricultura, o atraso extremo dos serviços sociais; e, acima de tudo, a trágica pobreza do povo”.<sup>25</sup>

Não precisamos dizer que essas palavras não significam que queremos idealizar o passado pré-britânico da Índia e retratá-lo, romanticamente, como o “Paraíso Perdido”. Como assinalou Marx, em magnífico trecho de um de seus já citados artigos sobre a Índia:

“(...) não nos devemos esquecer que essas idílicas comunidades rurais, embora pareçam inofensivas, constituíram sempre as bases sólidas do despotismo oriental, restringiram o intelecto humano aos mais estreitos limites, tornando-o um instrumento de superstição, escravizando-o às regras convencionais e despojando-o de toda grandeza e de todas as suas energias históricas. Não nos devemos esquecer do egoísmo bárbaro que, concentrado em um mísero pedaço de terra, testemunhou, sem protestar, a ruína de impérios, a perpetração de crueldades inenarráveis, o massacre das populações das grandes cidades — populações que eram presas fáceis para qualquer agressor que se dignasse fixar sua atenção sobre elas — sem que a isso se desse maior importância do que aos fenômenos naturais. Não nos devemos esquecer que essa vida sem dignidade, vegetativa e estacionária, essa forma passiva de existência despertava, por outro lado e em oposição, forças destrutivas, cegas e desenfreadas que, no Indostão, fizeram do assassinato um rito religioso. Não nos devemos esquecer que essas pequenas comunidades estavam contaminadas pela distinção de castas e pela escravidão, que elas submetiam o homem às condições externas ao invés de elevá-lo à posição de soberano das circunstâncias, que transformaram um estado social, que se desenvolvia por si mesmo, em destino natural imutável, criando, assim, um culto grosseiro da Natureza”.<sup>26</sup>

Não deve ser esquecido, ao mesmo tempo, que, se se tivesse deixado a Índia entregue a suas próprias forças, ela poderia ter encontrado, ao longo do tempo, caminho mais curto e certamente menos tortuoso, capaz de a conduzir a uma sociedade melhor e mais rica. Não pode haver dúvida de que esse caminho teria de passar pelo purgatório da revolução burguesa e que um grande período de desenvolvimento capitalista seria o preço inevitável que teria que pagar pelo progresso. Ela seria, porém, uma Índia inteiramente diferente (em um mundo totalmente distinto), se lhe houvessem permitido — como ocorreu com outras nações mais afortunadas nesse aspecto — realizar seu destino à sua própria maneira, empregar seus recursos em seu próprio proveito e dedicar suas energias e capacidades ao progresso de seu próprio povo.

### III

As considerações anteriores constituem na verdade pura especulação, mas especulação legítima. Sim, pois, não é hipotética a alternativa à pilhagem maciça de

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 306 et seqs.

<sup>26</sup> “British Rule in India”. *Op. cit.*, p. 317.



sua riqueza acumulada e de sua produção corrente, à supressão desapiadada e à distorção de todo o seu próprio processo de crescimento, à corrupção sistemática de sua vida social, política e cultural que o capitalismo ocidental infligiu a todos os países que hoje se contam na categoria de subdesenvolvidos.<sup>27</sup>

Essa nossa afirmativa é corroborada pela História do único país asiático que conseguiu escapar ao destino de seus vizinhos e atingiu um grau relativamente elevado de desenvolvimento econômico. Durante o período que estamos considerando — quando o capitalismo ocidental arruinou a Índia, lançou suas garras sobre a África, subjugou a América Latina e iniciou a penetração da China — as condições, no Japão, eram tão propícias, ou melhor, tão desfavoráveis ao desenvolvimento econômico como em qualquer outra parte da Ásia. De fato, o Japão, “como uma organização tipicamente feudal da propriedade fundiária e com sua desenvolvida economia de pequenos camponeses” (Marx), estava, talvez, mais sufocado pela camisa-de-força dos obstáculos e restrições feudais que qualquer outro país pré-capitalista, pois se via fustigado por todas as tensões e conflitos de uma sociedade feudal.

“Fez-se, durante mais de 200 anos, todo e qualquer esforço para suprimir o crescimento e a mudança (...), a sociedade estava congelada em um molde classista, legalmente imutável. (...) A manutenção da classe guerreira continuava a consumir o excedente da sociedade, quase nada deixando para a realização de investimentos (...), o sistema de classes fechadas asfixiava as energias criadoras e tendia a imobilizar o trabalho e o talento nas ocupações tradicionais. Era inconcebível que se pudessem varrer esses obstáculos ao desenvolvimento industrial.”<sup>28</sup>

Ao mesmo tempo, porém, sob a rígida crosta da ordem feudal, havia rápida acumulação de capital nas mãos dos comerciantes urbanos e rurais.<sup>29</sup> A citação seguinte dá idéia da magnitude da riqueza acumulada pela próspera burguesia:

“Em 1760, o *Bakufu* pediu emprestado aos membros das corporações de comércio 1,781 milhão de *ryo*, soma esta da mesma ordem de grandeza da despesa corrente do Governo durante um ano”.<sup>30</sup>

Uma vez que tais “empréstimos” quase nunca eram resgatados, essa cifra indica

<sup>27</sup> Falamos mais ou menos extensamente sobre a Índia; tudo porém o que dissemos sobre a Índia aplica-se, *mutatis mutandis*, às demais áreas subdesenvolvidas. Relato mais ou menos completo da experiência da Birmânia e das Índias Orientais Holandesas (bem como excelente discussão de toda a política colonial das potências ocidentais) é apresentado nos livros de FURNIVALL, J. S., em particular em *Netherlands Indies*. Cambridge, Inglaterra, 1944; e *Colonial Policy and Practice*. Cambridge, Inglaterra, 1948. Muito útil é, também, o livro de BOEKE, J. H. *The Evolution of the Netherlands Indies Economy*. Nova York, 1946. A literatura sobre a China é vasta. Os livros mais ilustrativos para o presente contexto são os de GREENBERG, Michael. *British Trade and the Opening of China 1800-1842*. Cambridge, Inglaterra, 1951; e EFIMOV, G. E. *Ocherki po Novou i Noveusher Istorii Kitaya (Ensaio Sobre a História Recente e Atual da China)*. Moscou, 1951. Um bom relato do que ocorreu na África pode ser encontrado no livro de Leonard Woolf, *Empire and Commerce in Africa* (Londres, s. d.), enquanto a melhor descrição, talvez, da inacreditável catástrofe que desabou sobre a região das Caraíbas pode ser encontrada no clássico livro do bispo Bartolomeu de Las Casas, *The Tears of the Indies* (reimpressão, Stanford, Califórnia, s. d.).

<sup>28</sup> SMITH, Thomas C. *Political Change and Industrial Development in Japan: Government Enterprise, 1868-1880*. Stanford, Califórnia, 1955. Sou agradecido ao Prof. Smith por haver-me deixado compulsar as provas tipográficas dessa excelente monografia.

<sup>29</sup> É de grande importância a observação de que, já no século XVIII, poderosos clãs feudais, em particular o de Satsuma ao sul de Kyushu, passaram a dedicar-se ao comércio e acumularam grandes montantes de capital. NORMAN, E. Herbert. *Japan's Emergence as a Modern State*. Nova York, 1946. p. 15. A orientação inicial para atividades mercantis, por parte dos senhores feudais, teve, provavelmente, muito a ver com o fato de que, por pertencerem aos 86 *tozama* ou senhores do “exterior”, foram excluídos pelo grupo dirigente Tokugawa de toda participação do Governo e foram obrigados a dar vazão às suas energias em outras atividades.

<sup>30</sup> SANSOM, G. B. *The Western World and Japan*. Nova York, 1950. p. 240.



não só a riqueza da classe mercantil, mas também o nível de exações a que o Governo a submetia. Tais exações não eram somente financeiras.<sup>31</sup>

“As autoridades cercaram [a classe mercantil] (...) de inúmeras restrições: o modo de vestir, o uso de calçado, de sombrinhas e uma série de outros pequenos detalhes eram regulamentados por lei. O Governo não permitia sequer a um comerciante ter nome semelhante ao de um *daimyo*, nem permitia que uma pessoa que se dedicasse ao comércio vivesse em distrito *samurai*. De fato, nenhuma aristocracia feudal poderia expressar maior aversão à arte de fazer dinheiro e às pessoas que acumulavam dinheiro que os moralistas e legisladores Tokugawa.”<sup>32</sup>

Embora pareça haver certo desacordo entre os historiadores do Japão sobre a parcela de “crédito” que se deve atribuir às diferentes classes pela sua participação na derrubada do domínio Tokugawa, não há dúvida de que as relações capitalistas, que se desenvolviam rapidamente apesar das barreiras da ordem feudal, foram a força básica que conduziu à Restauração Meiji. Não se quer com isso diminuir o enorme significado político da crescente oposição dos (pequenos) *samurai* ou da ascendente onda de revoltas camponesas que, durante a primeira metade do século XIX, abalou os alicerces do regime Tokugawa, e nem tampouco exagerar o papel político desempenhado pela classe mercantil no estabelecimento da nova ordem.<sup>33</sup> Como acontece em todas as revoluções, foi uma combinação de grupos sociais heterogêneos que conseguiu derrubar o *ancien régime*. É verdade que os mais ativos e os que mais se destacaram foram os guerreiros *déclassés* e os intelectuais frustrados, os senhores feudais amargurados e os cortesãos descontentes que haviam sido postos à margem pelo grupo dirigente Tokugawa. Foi, porém, a burguesia ascendente que determinou tanto a direção como o resultado do movimento, e foi a classe capitalista que colheu os frutos políticos e econômicos da revolução.

“Menos dramático que as façanhas políticas e militares dos *samurai*, mas mais importante que a derribada do *Bakufu* e para a estabilização do novo regime, foi o apoio financeiro dos grandes *chonin*, particularmente de Osaka, onde se dizia que estava

<sup>31</sup> Elas são descritas, com certo detalhe, no livro de G. B. Sansom, citado acima.

<sup>32</sup> NORMAN, E. Herbert. *Japan's Emergence as a Modern State*. Nova York, 1946. p. 17.

<sup>33</sup> É, em geral, bastante questionável a importância que se deve atribuir aos antecedentes de classe dos indivíduos que participam de movimentos revolucionários. Inúmeros fatores ocasionais influenciam as decisões e a conduta dos membros das diferentes classes, o que torna difícil encontrar uma relação estreita entre o conteúdo de classe de um movimento histórico e a classe de origem de mesmo uma parcela significativa de seus participantes e dirigentes. Uma revolução burguesa não se torna menos burguesa pela circunstância de que a ela tenha aderido grande número de nobres, os quais, precisamente por causa de seus antecedentes e educação, podem ter superado os pontos de vista de sua própria classe e ascendido a uma posição de liderança num movimento progressista; uma revolução proletária, tampouco, se torna menos proletária porque em seus escalões dirigentes, por razões semelhantes às do caso anterior, se possam encontrar indivíduos com antecedentes burgueses ou aristocráticos. Por isso, não darei muita importância à informação apresentada por Thomas C. Smith (*op. cit.*, cap. II) sobre as origens de classe dos líderes do movimento restaurador aos quais foram concedidos, postumamente, títulos nobiliárquicos, presumivelmente como testemunho do reconhecimento do papel que desempenharam na Restauração. A surpreendente pequenez do número de comerciantes que foram assim recompensados parece sugerir que a classe mercantil desempenhou papel secundário no movimento revolucionário. Essa impressão, entretanto, é extremamente enganadora. Os burgueses, como indivíduos, não participaram nunca, ativamente, em nenhum lugar, da política revolucionária. Esta é, na verdade, uma das características mais importantes da classe capitalista; está também intimamente ligada a seu *habitat* econômico e ideológico a circunstância de que atua na cena política — particularmente em períodos de revolução — mediante representantes, agentes e aliados, e não de forma direta, mediante seus próprios membros. No Japão, em ambiente político totalmente dominado pela tradição feudal e em que a oferta de famintos e belicosos *samurai* e *ronin* era superabundante, os comerciantes de Yedo e Osaka facilmente descobriram quão sábio é substituir, por dinheiro, suas próprias pessoas na luta pela liberdade. “Os descendentes dos ricos comerciantes de Yedo e Osaka desempenharam importante papel, e tiveram participação verdadeiramente indispensável, no movimento que culminou na derrubada do Shogunato em 1868, uma vez que esse movimento dificilmente seria vitorioso se não contasse com o apoio financeiro daquelas pessoas”. SAN-SOM, G. B. *Op. cit.*, p. 189.



concentrada 70% da riqueza do Japão (...), as batalhas decisivas na guerra de restauração (...) foram travadas e ganhas com fundos fornecidos pelos *chonin*.<sup>34</sup>

Iríamos muito longe — e isso seria mesmo desnecessário para os nossos atuais objetivos — se fôssemos delinear, detalhadamente, as mudanças que ocorreram no Japão em decorrência da revolução Meiji. É suficiente dizer que ela conseguiu criar a estrutura política e econômica indispensável ao desenvolvimento capitalista. Proporcionando um exemplo surpreendente de como

“os Governos — Henrique VII, VIII etc. — intervêm como instrumentos de dissolução histórica e como criadores das condições para a existência de capital”,<sup>35</sup>

o regime emergente da restauração mudou, drasticamente, a marcha da economia do país e proporcionou tremendo impulso à ainda incompleta acumulação primitiva de capital e à sua transferência de empreendimentos puramente mercantis para outros nitidamente industriais.

No que respeita a esse último aspecto, deve-se assinalar que não se pouparam esforços para extrair o máximo dos produtores diretos. Uma vez que a economia japonesa era predominantemente agrária — a agricultura ocupava de 70 a 75% da população —, a maior parte do excedente econômico não podia vir senão dos camponeses.<sup>36</sup> Isso foi assegurado pelo que constitui o traço mais marcante do desenvolvimento japonês: a combinação de relações feudais na agricultura com um Estado forte, centralizado e dominado pelos capitalistas, que fomentava, por todos os meios ao seu alcance, o crescimento da empresa capitalista.<sup>37</sup> De fato, a pressão combinada do Estado reorganizado e “modernizado” e da nova classe “burguesa” proprietária de terras, agora dominante e constituída pelos *jinushi*, determinou acentuado acréscimo no ônus imposto ao campesinato. Se a parcela da produção agrícola retida pelos produtores diretos era, durante a primeira metade do século XIX, 39%, essa percentagem se reduziu a 32% depois da promulgação, pelo Governo Meiji, da reforma agrária, e não excedeu de 42% até 1933/35.<sup>38</sup> Não é, pois, exagero dizer que a fonte principal da acumulação primitiva de capital no Japão foi a aldeia, a qual, ao longo de toda a História moderna desse país, desempenhou o papel, para o capitalismo japonês, de verdadeira colônia interna.<sup>39</sup>

A política tradicional de extorsão desapiedada e direta dos camponeses foi suplementada por inúmeras outras medidas, que objetivavam elevar ao máximo o excedente econômico total. O salário dos trabalhadores não-agrícolas foi mantido em seu nível mais baixo — princípio de fácil aplicação num mercado de trabalho em que a oferta era superabundante, dada a população agrícola excedente. Mais importante ainda foi a política inflacionária sistemática iniciada pela administração Meiji e que determinou não apenas redistribuição da renda em favor da acumulação de capital, mas também expansão do excedente econômico mediante a utilização de recursos anteriormente ociosos.<sup>40</sup> A contribuição mais importante para a acumulação primitiva de capital foi, sem dúvida, a emissão de bônus governamen-

<sup>34</sup> NORMAN, E. Herbert. *Op. cit.*, p. 49.

<sup>35</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*. (Rohentwarf). Berlim, 1953. p. 406. (Grifos no original.)

<sup>36</sup> “O comerciante japonês (...) não teve, no comércio e na pilhagem, as oportunidades para a acumulação primitiva de capital propiciadas aos comerciantes europeus dos séculos XVI e XVII”. NORMAN. *Op. cit.*, p. 51.

<sup>37</sup> “A revolução Meiji, longe de as suprimir, incorporou-as à nova sociedade capitalista do Japão e santificou, legalmente, as relações fundamentais da propriedade feudal”. TAKAHASHI, H. Kohachiro. “La Place de la Révolution de Meiji dans l’Histoire Agricole du Japon”. In: *Revue Historique*. Outubro-novembro de 1953. p. 248.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 262, onde se refere o trabalho do conhecido estatístico e historiador japonês M. Yamada, como fonte desses dados.

<sup>39</sup> PEVSNER, Ya. A. *Monopoliticheski Kapital Yaponii (O Capital Monopolista do Japão)*. Moscou, 1950. p. 11.

<sup>40</sup> O escopo e o método da política de financiamento através de déficits são estudados por SMITH, Thomas C. *Political Change and Industrial Development in Japan: Government Enterprise, 1868-1880*. Stanford, Califórnia, 1955. Capítulo VII.



tais em pagamento das indenizações devidas aos senhores feudais desalojados e a assunção, pelo Governo, do compromisso de pagar os seus débitos.

“O senhor feudal deixou de ser um magnata *territorial*, que obtinha seu rendimento dos camponeses, e tornou-se, em virtude da comutação de sua renda, um magnata *financeiro*, que investia sua recém-capitalizada riqueza em bancos, ações, indústrias ou bens fundiários, incorporando-se, assim, à pequena oligarquia financeira.”<sup>41</sup>

A reivindicação dos *samurai* para que lhes fosse concedida pensão governamental foi solucionada de maneira tal que sua capitalização, sob a forma de bônus que rendiam juros, resultou em maior acréscimo do estoque de capital disponível. Esse capital, centralizado e administrado pelo sistema bancário que crescia rapidamente, tornou-se a base para a expansão maciça de crédito. Os empréstimos diretos concedidos pelos bancos ao Governo — ou melhor, a quase completa união do Tesouro com alguns dos principais estabelecimentos de crédito da época (Mitsui, Ono, Simada, Yasuda e outros) — e os enormes lucros que estes obtiveram durante aquela cooperação aumentaram ainda mais a concentração de capital nas mãos de pequeno número de instituições financeiras.<sup>42</sup>

Embora se tenham feito, dessa maneira, todos os esforços possíveis para encher os cofres da burguesia, para criar novas e imensas fortunas, para aumentar o capital à disposição da classe empreendedora, existente e potencial, tais esforços, *per se*, não conseguiram estimular os investimentos necessários ao desenvolvimento industrial. Depois da Restauração Meiji — tal como nos últimos tempos do domínio Tokugawa — a simples concentração de riqueza em mãos dos comerciantes, embora associada à pleora existente de mão-de-obra barata, não foi suficiente para deslocar os empreendedores das atividades comerciais para as industriais.

“Muitas famílias de comerciantes, particularmente a Mitsui (...) assumiram papel dirigente no processo de desenvolvimento industrial, mas nos primeiros anos do período Meiji (...) os comerciantes, como se fossem um só homem, aferraram-se decididamente a seus campos tradicionais de atividade — especulação, comércio e usura.”<sup>43</sup>

O processo de acumulação primitiva de capital estava longe de seu término; o Japão, porém, atravessava a fase mercantil do capitalismo.

Acentuamos, anteriormente, que a burguesia mercantil nunca realizou sozinha a transição para o capitalismo industrial. Sempre necessitou do apoio enérgico e generoso do Estado, controlado pela classe capitalista em ascensão. Tal impulso foi proporcionado pelo moderno Estado capitalista criado pela revolução Meiji; revelou-se ele tão forte que tirou a economia japonesa do ponto morto em que se encontrava e encaminhou-a pela senda do capitalismo industrial. O que Marx observou, em termos gerais, sobre a gênese do capitalismo industrial aplica-se, com precisão, às condições japonesas ao tempo da Restauração Meiji.

“A quantidade mínima que um possuidor de dinheiro ou de mercadorias deve dis-

<sup>41</sup> NORMAN. *Op. cit.*, p. 94. Takahashi faz importante observação adicional: “Essas medidas, adotadas pelo Governo durante a Restauração, liberaram, por um lado, os magnatas (*daimyo*) de suas antigas dívidas para com os usurários e, por outro, transformaram os capitalistas usurários (que eram muitas vezes compelidos a emprestar dinheiro aos *daimyo*, sob coerção feudal) em possuidores de bônus resgatáveis pela nação. O que era ontem papel sem valor tornou-se agora capital com função moderna”. *Op. cit.*, p. 252 n.

<sup>42</sup> Entre 1875 e 1880, o capital total dos bancos passou de 2,45 milhões de ienes para 43,04 milhões de ienes. “O acréscimo foi ocasionado, em boa parte, pela emissão, em 1876, dos fundos de pensão para os *samurai* e para os *daimyo*. Tais bônus podiam ser trocados por notas bancárias, as quais deveriam ser usadas para a constituição dos bancos nacionais”. SMITH, Thomas C. *Op. cit.*, capítulo IV. Cf. também PEVSNER. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>43</sup> SMITH, Thomas C. *Op. cit.*, capítulo IV.



por, a fim de transformar-se em capitalista, varia com as distintas fases do desenvolvimento capitalista e é diferente, dentro de cada uma dessas fases, para as diversas esferas de produção, dependendo, em cada caso, das condições técnicas específicas. Existem certas esferas de produção que exigem, desde o princípio da produção capitalista, um mínimo de capital que se não encontra nas mãos de um único indivíduo. Isso dá origem, em parte, aos subsídios governamentais a particulares, como ocorreu na França, nos tempos de Colbert, e como se verifica em muitos estados alemães até os dias atuais. Aquela circunstância origina, ainda, em parte, a formação de sociedades com monopólio legal de exploração de certos ramos da indústria e do comércio.<sup>44</sup>

O Estado Meiji foi mais longe: investiu enormes somas na construção de ferrovias, de estaleiros, no desenvolvimento de um sistema de comunicações, em indústrias básicas, na produção de maquinaria etc. Contou-se já, inúmeras vezes, a história dos primeiros tempos da industrialização japonesa: ao longo de toda ela se distingue, como se fora um fio vermelho, o importante papel desempenhado pelo Governo na aceleração do desenvolvimento do capitalismo industrial. Como foi realizada esta política, pouco importa para o presente contexto. Alguns investimentos governamentais foram financiados diretamente com o que já não se necessitava pagar como pensão aos *samurai* — montante que, nos primeiros tempos, absorvia quase toda a renda ordinária do Governo. Outras empresas se instalaram graças às amplas garantias governamentais dadas aos investidores. Outras ainda foram impulsionadas pelo compromisso governamental de adquirir, durante alguns anos, a produção das empresas recém-criadas. Qualquer que tenha sido o caminho escolhido, o resultado foi sempre o tremendo fortalecimento do poder do capital industrial. Os lucros auferidos em diversos contratos com o Governo pelos Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo, Okura e outros futuros “*Zaibatsu*” foram verdadeiramente fabulosos. Foram, talvez, eclipsados unicamente pelos lucros propiciados a esses consórcios pela política governamental de “devolver ao setor privado” as empresas industriais de propriedade do Estado.

“Não há dúvida de que essa política fortaleceu, enormemente, o poder da oligarquia financeira, sobretudo se se têm em conta os preços ridiculamente baixos pelos quais o Governo vendeu suas fábricas modelo.”<sup>45</sup>

Não é muito fácil encontrar, por conseguinte, na história das primeiras etapas do desenvolvimento do Japão (bem como na de outros países), o empresário audaz e inovador que os modernos reescritores da história apresentam, por motivos bastante óbvios, como o criador e o promotor original de todo o progresso econômico.<sup>46</sup> Se algo é óbvio nesse período, não pode ser outra coisa senão o exorbitante nível de proteção e de suborno, por parte do Estado, que foram necessários para deslocar o capital de suas atividades preferidas de especulação e usura para o investimento em empresas produtivas.

Isso nos traz de volta à pergunta que originou a presente exposição e que resume o seu tema central: o que foi que possibilitou ao Japão seguir caminho radical-

<sup>44</sup> *Capital*. Edição Kerr. v. I, p. 338. (A tradução do alemão para o inglês foi ligeiramente modificada pelo autor, à luz do original germânico.) A primeira parte desse trecho, diga-se de passagem, tem muita importância para a nossa exposição anterior sobre o capitalismo monopolista (cap. 3, seção VI).

<sup>45</sup> NORMAN. *Japan's Emergence as a Modern State*. Nova York, 1946. p. 131. “As fábricas foram vendidas, em geral, por 15 a 30% do que haviam custado ao Governo e em condições de pagamento tais que permitiam a amortização da dívida em prazos muito longos, os quais chegaram a atingir mesmo vinte e trinta anos”. PEVSNER. *Op. cit.*, p. 23.

<sup>46</sup> Sobre as investigações a respeito da “história dos empreendedores”, investigações prodigamente custeadas pelas grandes empresas e por douradas fundações e cujo objetivo não é outro senão o de glorificar os “homens de indústria”, ver HUBERMAN, Leo, “The New History or the Crowning of Mammon”. In: *Monthly Review*. Agosto de 1952; bem como o livro de AP THEKER, Herbert. *Laureates of Imperialism*. Nova York, 1954.



mente distinto de todos os outros países que constituem hoje o mundo subdesenvolvido? Em outras palavras: Qual foi a constelação histórica que permitiu a revolução burguesa no Japão e que, por sua vez, conduziu ao estabelecimento de um regime dominado pela burguesia, o qual serviu, desde o seu início, ao capitalismo japonês como poderoso e incansável motor?

A resposta a essa questão é extraordinariamente complexa e, ao mesmo tempo, tremendamente simples. É simples porque, reduzida à sua essência, não é mais do que o fato de que o Japão é o único país da Ásia (bem como da África e da América Latina) que não foi transformado em colônia ou em apêndice do capitalismo norte-americano ou europeu ocidental; foi o único país que teve oportunidade de ter um desenvolvimento nacional independente. É complexa porque foi somente graças à feliz confluência de uma série de fatores mais ou menos independentes que o Japão desfrutou essa afortunada conjuntura.

Como fator básico, dentre todos os demais — e fator que nos lembra o paradoxo apresentado pela Europa ocidental e, em particular, pela Grã-Bretanha —, devemos citar o atraso e a pobreza do povo japonês bem como a exigüidade de seus recursos naturais.<sup>47</sup>

“O Japão tinha muito pouco a oferecer, seja como mercado para os bens industriais estrangeiros, seja como celeiro de matérias-primas para a indústria ocidental.”<sup>48</sup>

Em conseqüência, a atração que o Japão exerceu sobre os capitalistas e os Governos da Europa ocidental nunca chegou a se aproximar da irresistível fascinação que o ouro da América Latina, a flora, a fauna e os minerais da África, as fabulosas riquezas da Índia ou o mercado chinês, supostamente inesgotável, exerciam.

Não menos importante foi o fato de que, em meados do século XIX, quando a penetração ocidental da Ásia atingia o mais elevado grau de intensidade, os recursos das principais nações do Ocidente europeu estavam já enormemente comprometidos em outros empreendimentos. A Grã-Bretanha, particularmente, que era então a principal potência colonial do mundo, tinha suas mãos bastante ocupadas com a Europa, o Oriente Próximo, a Índia e a China para se envolver em campanha militar que visasse à conquista do Japão. Essa limitação da capacidade expansionista da Grã-Bretanha acelerou as profundas mudanças que se operaram, a partir dos meados do século XIX, na natureza e na orientação de sua política colonial. Embora veladas pelo debate político — que parecia mais uma luta contra inimigos imaginários — no qual os *Tories* aceitavam plenamente os aspectos essenciais da política externa de Palmerston —, tais mudanças implicaram, na realidade, a transição da antiquada pirataria, característica da fase mercantil do capitalismo e da cumulação primitiva de capital, para a estratégia mais complexa do imperialismo moderno.<sup>49</sup>

O que, porém, influenciou, de maneira decisiva, a posição do Japão foi outra característica do imperialismo moderno: a crescente rivalidade entre os tubarões im-

<sup>47</sup> Mesmo atualmente, após quase 100 anos de prospecções intensas, não se pode comparar a riqueza natural conhecida do Japão com a de outros países industriais. Não possui petróleo, bauxita, metais não-ferrosos, e tem pouco ferro e carvão. A única exceção a esse estado de coisas é o seu grande potencial para geração de energia hidrelétrica. Cf. ZIMMERMAN, E. W. *World Resources and Industries*. Edição revista, Nova York, 1951. Em particular as p. 456, 525 e 718.

<sup>48</sup> NORMAN. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>49</sup> “O imperialismo antigo exigia tributos; o novo empresta dinheiro a juros”. BRAILS福德, H. N. *The War of Steel and Gold*. Londres, 1914. p. 65. A importância cada vez menor do capital mercantil e o crescimento dos interesses industriais e financeiros, ao determinar um acentuado esfriamento do entusiasmo por novos esforços de conquista dos duvidosos mercados do Oriente, refletiam-se no declínio gradual da influência dos chamados “peritos na Velha China”. Cf. o excelente livro de PELCOVITS, N. A. *Old China Hands and the Foreign Office*. Nova York, 1948.



perialistas existentes e a entrada, no palco mundial, de uma nova potência imperialista — os Estados Unidos. Foi essa rivalidade, com as necessárias oscilações, que impediu, em grande parte, que a Grã-Bretanha impusesse à China o mesmo castigo imposto à Índia; foi esse ciúme internacional que tornou impossível a conquista do Japão, por qualquer das potências imperialistas.<sup>50</sup> Embora tivessem sido os Estados Unidos que efetuaram a penetração inicial e impuseram a esse país o primeiro tratado injusto, o estágio atingido pelo desenvolvimento do capitalismo americano e o seu *status* internacional não permitiam que a nação norte-americana estabelecesse um controle exclusivo sobre o Japão.

“A proximidade da China deu ao Japão importância estratégica extraordinária. As potências que haviam obrigado o Japão a firmar tratados lesivos procuravam evitar que qualquer delas tivesse influência predominante sobre o Japão e que ele se convertesse em sua colônia, propiciando-lhe, assim, um trampolim para maior penetração na China.”<sup>51</sup>

A possibilidade e a necessidade de deter a ameaça ocidental tiveram poderoso impacto sobre a velocidade e a direção do posterior desenvolvimento japonês. Não somente permitiram o investimento do excedente econômico em sua própria economia, mas, ao salvá-lo da invasão maciça de “caçadores de fortuna”, de soldados, marinheiros e “civilizadores” ocidentais, salvaram-no também da xenofobia extremada, que tanto tem retardado a expansão da ciência ocidental em outros países asiáticos. A excepcional receptividade japonesa ao conhecimento ocidental — receptividade freqüentemente comentada e elogiada por autores ocidentais — deveu-se, em boa parte, à feliz circunstância de que a civilização ocidental não foi levada ao Japão pela boca dos canhões, de que o pensamento e a tecnologia ocidentais não foram associadas, no Japão, ao saque, à pilhagem e ao assassinato como o foram na Índia, na China e em outros países hoje subdesenvolvidos. Essa circunstância permitiu a manutenção, naquele país, de um “clima” sócio-psicológico não adverso à adoção da ciência ocidental, quer mediante a importação de técnicos, quer mediante o envio de jovens aos centros ocidentais de ensino.

A ameaça de penetração ocidental agiu, por outro lado, como permanente estímulo ao desenvolvimento econômico do Japão. Ao se aproximar o término do período Tokugawa, ela se apresentava como perigo fundamentalmente militar e assim era tratada pelos governantes feudais. Considerável esforço foi por estes empreendido a fim de instalar no país indústrias estratégicas, como as do aço, a de construção naval e a de armamentos.<sup>52</sup> Esses modernos centros industriais, superimpostos a uma sociedade atrasada e feudal, sem base para o crescimento de sua estrutura sócio-econômica, permaneceram como corpos estranhos numa economia pré-capitalista e pré-industrial.

As coisas tomaram rumo completamente diferente na década de 1860. A ameaça estrangeira não era mais “apenas” uma ameaça à independência nacional do Japão. Os mercados japoneses, que ficaram indefesos após a celebração de injustos tratados, foram inundados por mercadorias estrangeiras. A própria existência

<sup>50</sup> “A complexidade singular da situação internacional desde 1850 até o término da Guerra Civil Americana e o início da Guerra Franco-Prussiana, bem como o impasse a que levaram as intrigas anglo-francesas no Japão (...) propiciaram a este país o período de tempo necessário à libertação dos obstáculos feudais, que haviam conduzido a nação à bancarrota econômica e que a expuseram aos perigos da dominação, comercial e militar, estrangeira”. NORMAN. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>51</sup> EYDUS, Kh. *Yaponia ot Pervoy do Vtoroy Mirouov Voyny (O Japão entre a I e a II Guerra Mundial)*. Moscou, 1946. p. 4.

<sup>52</sup> SMITH, Thomas C. *Political Change and Industrial Development in Japan: Government Enterprise, 1868-1880*. Stanford, Califórnia, 1955. Capítulo I.



do ascendente capitalismo japonês corria enorme perigo. A política governamental que emergiu da revolução Meiji foi ajustada, plenamente, aos interesses que representava e aos problemas que tinha de resolver. Nem a concorrência estrangeira nem a agressão externa podia ser detida pela construção de umas poucas fábricas de material bélico ou pela estocagem de armamentos. Tornava-se indispensável o desenvolvimento rápido de uma economia industrial integrada, capaz de suportar a guerra moderna e, ao mesmo tempo, de conter o assalto da concorrência estrangeira.

Essa correspondência dos interesses vitais do capitalismo japonês com as necessidades militares para a sobrevivência nacional teve extraordinária importância na determinação da velocidade do desenvolvimento econômico e político do Japão após a revolução Meiji. Ela acelerou, enormemente, o seu desenvolvimento econômico ao dirigir os investimentos para as indústrias básicas, os estaleiros, as comunicações, ao invés de orientá-los exclusivamente para a indústria de material bélico. Possibilitou, ao mesmo tempo, ao novo governo burguês associar o fervor patriótico e marcial das castas militares *déclassées* a seus esforços para a criação de uma economia moderna. Menos que metade de um século teria que se passar antes que a indústria concentrada e controlada monopolisticamente provesse base firme para um impressionante poderio militar que, associado ao chauvinismo conscientemente alimentado dos *samurai* e os seus descendentes, transformou o Japão de objeto que era das intrigas imperialistas em um dos mais brilhantes sócios menores do imperialismo ocidental. Nas palavras de Lênin:

“pela sua pilhagem colonial dos países asiáticos, os europeus conseguiram preparar um deles — o Japão — para grandes feitos militares, o que lhe assegurou um desenvolvimento nacional independente”.<sup>53</sup>

#### IV

É impossível, obviamente, conjecturar sobre a velocidade com que os países hoje subdesenvolvidos teriam enveredado pelo mesmo caminho do Japão e gerado, autonomamente, um processo de desenvolvimento capitalista e crescimento econômico, se não se tivessem verificado a invasão e a exploração estrangeiras. A rapidez da transformação do Japão em país capitalista industrializado deveu-se, em boa parte, na verdade, à ameaça econômica e militar do Ocidente. Quaisquer que tenham sido o ritmo e as circunstâncias específicas do movimento desenvolvimentista, existe grande evidência na História de todos os países em questão capaz de indicar a natureza de sua tendência geral. A despeito de suas peculiaridades nacionais, os sistemas pré-capitalistas da Europa ocidental e do Japão, da Rússia e da Ásia estavam atingindo, em diferentes períodos e de diversas maneiras, o seu destino histórico comum.<sup>54</sup> Durante os séculos XVIII e XIX, estavam eles em estado de desintegração e decadência em todo o mundo. As revoltas camponesas e a ascensão da burguesia abalavam seus próprios alicerces. As revoluções burguesas e o desenvolvimento do capitalismo encontraram resistências mais ou menos efetivas, dependendo das condições históricas específicas, da força interna das ordens sociais pré-capitalistas e da intensidade das pressões antifeudais. Em parte alguma foram

<sup>53</sup> *Sochinenya (Obras)*. 4.ª edição, Moscou, 1947. v. 15, p. 161.

<sup>54</sup> “Na produção de mercadorias que se desenvolveu nos recônditos da sociedade feudal chinesa, existiam já os princípios elementares do capitalismo. A China, por conseguinte, ter-se-ia desenvolvido gradativamente e convertido em um país capitalista, mesmo sem o impacto do capitalismo estrangeiro”. MAO-TSE-TUNG. *Isbrannye Proizvedenia (Obras Escolhidas)*. Moscou, 1953. v. III, p. 142.



estancados definitivamente. Se os contatos das nações adiantadas com as subdesenvolvidas tivessem sido diferentes do que foram, se tivessem consistido em verdadeira cooperação e assistência e não em opressão e exploração, o desenvolvimento progressivo dos países hoje subdesenvolvidos ter-se-ia efetuado com muito menor demora, menor atrito, menos sacrifício e sofrimento humano. A transplantação pacífica da cultura, da ciência e da tecnologia ocidentais para as nações menos adiantadas teria constituído, em qualquer parte, poderoso elemento catalítico de progresso econômico. A penetração violenta, destrutiva e predatória, pelo capitalismo ocidental, dos países fracos distorceu imensamente o seu desenvolvimento. Essa diferença pode ser visualizada facilmente, comparando-se o papel desempenhado pela ciência e tecnologias britânicas no desenvolvimento dos Estados Unidos e o papel do ópio inglês no desenvolvimento da China.



### *A Morfologia do Subdesenvolvimento (I)*

#### *I*

Passando agora ao exame da situação atual dos países capitalistas subdesenvolvidos, procuraremos reunir uma vez mais — ainda que à custa de inevitável repetição — vários pontos da análise feita anteriormente sobre o processo histórico do desenvolvimento capitalista, a fim de dar maior relevo às conseqüências diretas e naturais desse processo. As forças que moldaram o destino do mundo subdesenvolvido ainda hoje influenciam poderosamente as condições econômicas e sociais que aí prevalecem. Suas formas mudaram, e variou sua intensidade; suas origens e direções, porém, permaneceram inalteráveis. Controlam elas agora, como controlaram no passado, o destino dos países capitalistas subdesenvolvidos; a rapidez com que venham a ser dominados, bem como os métodos a serem empregados para tal fim, determinarão o desenvolvimento econômico e social futuro desses países.

O modo pelo qual o capitalismo se inseriu no processo histórico de desenvolvimento das atuais nações subdesenvolvidas impediu a materialização do que denominamos condições “clássicas” do crescimento. Muito pouco necessitamos dizer sobre a nossa primeira condição clássica. Tal como sugere o próprio termo “subdesenvolvimento”, a renda gerada nos países subdesenvolvidos é pequena e seus recursos humanos e materiais grandemente subutilizados. O regime capitalista, ao invés de constituir o elemento motor do crescimento econômico, do progresso tecnológico e das transformações sociais, tem sido, nesses países, o responsável pela estagnação econômica, pela manutenção de uma tecnologia arcaica e pelo atraso social. O excedente econômico nos países capitalistas, na medida em que depende do volume da produção e do nível de renda, tem sido necessariamente pequeno. Não quer isso dizer, porém, que constitua pequena porção da renda global. Ao contrário, nossa segunda condição “clássica” vem sendo satisfeita totalmente: o consumo da população trabalhadora tem sido comprimido até o mais baixo nível possível, correspondendo esse “mais baixo nível” praticamente ao mínimo de subsistência ou, como ocorre em muitas nações subdesenvolvidas, a nível inferior ao próprio limite de subsistência. O excedente econômico, embora pequeno em termos *absolutos* quando comparado ao das nações desenvolvidas, representa, na verdade, considerável fração do produto nacional, e fração tão grande quanto a observada nos países capitalistas desenvolvidos, se não mesmo maior.



Não é aqui, portanto, que se encontra a principal distinção entre a situação hoje prevalecente nos países subdesenvolvidos e a descrita no modelo clássico do desenvolvimento econômico. A distinção mais profunda e verdadeiramente decisiva só pode ser percebida quando cogitamos de nossas terceira e quarta condições clássicas do crescimento econômico, isto é, das condições relacionadas com o *modo de utilização* do excedente econômico. É esse problema que passaremos a analisar mais detidamente.

Constitui fenômeno típico das economias atrasadas, se não é uma de suas características definidoras, o fato de a maioria de sua população depender da agricultura. Esta, em conseqüência, contribui com a maior parcela para a formação da renda de tais economias. Embora a proporção possa diferir de país para país, em quase todas as partes parcela considerável da produção agrícola é obtida pelos camponeses, que têm seu padrão de consumo mantido ao nível de subsistência, os quais, por sua vez, constituem a maioria da população agrícola do país. As propriedades por eles exploradas são, via de regra, pequenas e sua produtividade (por pessoa ocupada e por hectare) é extremamente baixa. De fato, em grande número de países subdesenvolvidos, a produtividade marginal do trabalhador agrícola é de tal modo insignificante que o abandono das atividades agrárias por grande parte da população rural ativa não provocaria uma diminuição da produção agrícola total.<sup>1</sup> Mesmo quando não recai nenhum ônus sobre as propriedades e estas pertencem àqueles que as exploram, a produção que delas se obtém mal dá para proporcionar o mínimo de subsistência à família do camponês, enquanto, em muitos países, dificilmente se alcança até mesmo esse nível mínimo. Em quase todos os países subdesenvolvidos, a maior parte das pequenas propriedades não pertence aos camponeses mas, ao contrário, é arrendada principalmente de latifundiários e, ocasionalmente, do Estado. Sejam arrendadas ou próprias dos que as cultivam, tais propriedades têm não apenas que sustentar as famílias de seus ocupantes, mas também prover os recursos necessários ao pagamento do arrendamento ou dos impostos (ou de ambos). Em grande número de casos, devem elas ainda fornecer os meios indispensáveis ao pagamento dos juros das dívidas contraídas pelo camponês, seja para a aquisição da propriedade, seja para o atendimento de suas necessidades de consumo, em anos maus ou em situações de emergência. Os compromissos do camponês representados por arrendamento, impostos e juros são bastante elevados, em todos os países subdesenvolvidos. Frequentemente tais encargos absorvem mais da metade de sua diminuta renda líquida. As relações de troca, sob as quais o camponês é forçado a operar, lhe são, em geral, altamente desfavoráveis, o que representa uma drenagem adicional de sua renda disponível. Explorado por intermediários de toda espécie, ele recebe baixos preços pelo pouco que lhe sobra para vender no mercado, mas paga preços elevados pelas poucas mercadorias industrializadas que está em condições de comprar. Dessa forma, o excedente econômico que é "extraído" da classe camponesa é apropriado por latifundiários, agiotas, comerciantes e, em menor grau, pelo Governo.<sup>2</sup>

Em outra parte do setor agrícola, formada pelas grandes propriedades que se não subdividem em pequenas parcelas, mas são exploradas em grande escala com au-

<sup>1</sup> Uma excelente discussão do desemprego estrutural na agricultura, ou, como tem sido chamado, do "desemprego disfarçado", pode ser encontrada em *The Economics of Industrialization* (Calcutá, 1952), cap. V, de B. Datta, no qual se encontra ainda extensa referência bibliográfica sobre a matéria.

<sup>2</sup> Existe, ainda, na maioria dos países subdesenvolvidos, uma pequena, mas comparativamente forte, camada da população rural, que constitui um misto de camponês, comerciante e usurário: os *kulaks*, na terminologia russa. Eles empregam mão-de-obra assalariada, dedicam-se ao comércio e à agiotagem, funcionando como "sanguessugas" de suas respectivas vilas e apropriando-se de considerável parcela do excedente econômico local.



xílio de mão-de-obra assalariada, a produção (por unidade de área) é freqüentemente maior que nas pequenas propriedades. O excedente econômico de que se apropria o latifundiário, sob a forma de lucros, tende também a ser maior, especialmente em virtude do fato de que as relações de troca não lhe são tão desfavoráveis quanto para os pequenos agricultores.<sup>3</sup>

Considerada a agricultura em seu conjunto, é bastante provável que o excedente econômico gerado pelo setor agrícola das economias subdesenvolvidas represente pelo menos a metade e, em muitos países, mais da metade de sua produção global. É óbvio que o emprego que se dê a essa considerável porção do produto nacional é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Não é menos óbvio que em todos os países subdesenvolvidos a maior parte desses recursos não é utilizada com o propósito de expandir e aperfeiçoar o aparelho produtivo da sociedade. Parcela considerável do excedente econômico retido pela aristocracia rural é destinada a manter seus faustosos hábitos de consumo. O que despertou a ira de Adam Smith, Ricardo e outros economistas clássicos ainda é regra comum nos países atrasados. A manutenção de residências suntuosas, de uma vida de gastos pródigos e de hábitos conspícuos de consumo, que servem como símbolos de poder e de prestígio social, o emprego de vasta criada-gem, diversões e viagens de recreio são costumes que explicam a magnitude das despesas dos grandes proprietários.<sup>4</sup> Afigura-se-lhes pouco atraente a perspectiva de aplicação de sua renda na melhoria de suas terras ou na aquisição de implementos agrícolas aperfeiçoados. Essa atitude pode ser atribuída, em parte, a um estilo de vida irracional, alimentado pela tradição, bem como a convenções sociais peculiares à aristocracia rural. Fundamentalmente, porém, esse comportamento está em inteira concordância com as condições econômicas objetivas prevalecentes nos países subdesenvolvidos.

Se a terra é explorada sob a forma de grandes propriedades, o custo elevado da maquinaria agrícola, normalmente importada, ao lado do baixo preço da mão-de-obra rural, desestimula inversões no setor agrícola. Ocorre ainda a circunstância de que os rendimentos do capital aplicado na agricultura tendem a materializar-se vagarosamente, de maneira que as taxas de juro, normalmente altas nos países subdesenvolvidos, desencorajam grandemente a imobilização de recursos na melhoria da agricultura. Ao mesmo tempo, as flutuações acentuadas nos preços dos produtos agrícolas emprestam aos investimentos nesse setor elevado grau de risco. Sob tais condições, o proprietário rural tem toda razão em evitar os encargos fixos oriundos de dívidas, enquanto os emprestadores têm igualmente razão em discriminar financiamentos a longo prazo para aplicação na agricultura.

A situação é ainda mais grave quando a terra está em mãos de pequenos arrendatários. O aperfeiçoamento do trabalho agrícola baseia-se, em sua maior parte, na aplicação da tecnologia moderna e depende, para sua introdução, da existência de cultivos em larga escala. Nem tratores nem colhedeiças mecânicas podem ser empregados adequadamente em propriedades de pequena extensão. Mesmo nos casos em que podem ser introduzidos melhoramentos independentemente do tamanho

<sup>3</sup> A publicação das Nações Unidas intitulada *Land Reform* (1951) trata de maneira excelente esses problemas

<sup>4</sup> É forçoso reconhecer que parte do excedente econômico assim dissipado vai alimentar, na prática, os gastos de consumo das classes menos favorecidas, tal como no caso da Igreja e dos senhores feudais, na Idade Média, onde as esmolas de todas as espécies, a manutenção de familiares, velhos servidores e protegidos de várias categorias ocupavam importante posição nos orçamentos dos proprietários de terras. Parece-nos desnecessário assinalar que esta última forma de utilização do excedente econômico, embora mais racional do ponto de vista humanitário, não constitui uma contribuição mais decisiva para o desenvolvimento econômico que a utilização do excedente no financiamento de gastos de consumo suntuário da própria classe proprietária.



dos lotes arrendados — como, por exemplo, a irrigação de toda uma área — são fracos os incentivos para que o proprietário da terra incorra nas despesas correspondentes. Já que a taxa de arrendamento é elevada e o padrão de vida dos arrendatários é extremamente baixo, difícil, se não impossível, se torna aumentar o aluguel da propriedade beneficiada com o melhoramento. Os aumentos de produtividade derivados de investimentos em terras arrendadas poderiam traduzir-se em pequeno acréscimo da renda do arrendatário; essa parcela adicional, porém, dificilmente alcançaria volume suficiente capaz de possibilitar o reembolso dos investimentos realizados pelo proprietário da terra.

Não se julgue, por outro lado, que sejam grandes os recursos disponíveis para investimentos que se encontram em mãos dos proprietários. Ao contrário, a necessidade de manter um padrão de vida compatível com a posição que ocupam na sociedade representa poderoso dreno em suas rendas e força muitos deles — particularmente em anos maus — a contrair dívidas ruinosas, a hipotecar e, algumas vezes, a perder suas propriedades. Os recursos líquidos que ficam nas mãos dos proprietários mais afortunados ou mais prudentes não são, entretanto, empregados na melhoria de suas propriedades. Atraídos pelas altas taxas de juro, empregam seus recursos, diretamente ou através de intermediários, em operações de crédito ou na aquisição de terras adicionais, que se encontram continuamente em oferta no mercado, em virtude da bancarrota de pequenos ou mesmo de grandes proprietários.

Assim, enquanto, de um lado, larga parcela do excedente econômico gerado na agricultura continua sendo excedente apenas *potencial*, que poderia ser usado para investimentos, caso se eliminassem o consumo supérfluo e todas as formas de gastos improdutivos, de outro lado, o excedente *efetivo* que participa do processo produtivo das sociedades atrasadas contribui, de maneira assaz modesta, para o incremento da produtividade da economia. Sem embargo, seria falacioso acreditar que a eliminação do desperdício e da má utilização do excedente econômico representaria, por si só, tudo quanto é necessário para gerar uma tendência continuada de expansão dos investimentos e da produção na agricultura. É nessa falácia que se apóia a tese de que uma reforma agrária — fracionando os latifúndios, entregando áreas a camponeses até então sem terra e libertando-os de encargos e compromissos asfixiantes — poria fim à estagnação da agricultura nos países atrasados. O efeito imediato de tais medidas seria, sem dúvida, o aumento mais ou menos importante da renda disponível da população rural. Todavia, como o seu nível de renda — tão baixo antes da reforma — quase não se modificaria após o desmembramento das grandes propriedades e após a inteira abolição do pagamento de aluguéis, pequena parcela daquele aumento de renda poderia ser poupado, se é que algo viria mesmo a ser poupado. Na verdade, qualquer melhoria do padrão de vida da população rural conseguida dessa maneira estaria fadada a curta existência. Ela seria rapidamente absorvida por aumentos da população, fato que exigiria subseqüentes divisões das propriedades distribuídas após a reforma. O resultado final seria uma renda *per capita* ao nível original ou mesmo inferior. Pior ainda, a extrema divisão da terra reduziria as possibilidades de se conseguir aquilo que, obviamente, representa a suprema necessidade da agricultura nas economias subdesenvolvidas: um rápido e substancial aumento de sua produção global. Isso porque uma economia agrícola baseada em unidades produtivas de proporções reduzidas ofereceria poucas possibilidades de aumento da produtividade. Não obstante, algo poderia ser conseguido pelo emprego de sementes selecionadas, do maior uso de fertilizantes e de medidas semelhantes. Todavia, como observamos anteriormente, um aumento sensível da produtividade e do volume da produção depende das possibilidades de introdução, nos trabalhos agrícolas, de especialização, de maquinaria moderna e de energia mecânica — hipótese viável apenas com a exploração em larga escala.

Isso nos coloca na presença de um dos problemas mais complexos que afligem



os países subdesenvolvidos. Uma reforma agrária, se realizada em um meio de generalizado atraso, retardará, mais do que acelerará, o desenvolvimento econômico do país. Ainda que melhorando temporariamente o padrão de vida da população, a reforma assim realizada acarretará uma diminuição futura da produção agrícola total e acabará com o pequeno excedente econômico que a agricultura usava até então para fins produtivos.<sup>5</sup> Conseqüência ainda mais grave de uma reforma desse tipo é que, ao possibilitar um aumento do consumo da população rural vinculada ao setor de subsistência e ao dividir e fracionar as grandes propriedades antes ocupadas com culturas destinadas ao mercado, reduz-se a produção agrícola anteriormente encaminhada aos centros urbanos, sob a forma de alimentos, de matérias-primas ou de produtos para exportação.

As atuais nações capitalistas desenvolvidas resolveram esse problema por um processo que se desdobrou em várias etapas. Em primeiro lugar, o desenvolvimento capitalista atuou sobre a agricultura como uma espécie de contra-revolução, que veio liquidar com a revolução agrária anterior, para a qual havia, originalmente, contribuído de forma decisiva. Elevando assim a agricultura a um novo nível, forçou sua "capitalização", provocando nova concentração da propriedade nas mãos de agricultores capitalistas e dividindo os pequenos produtores, auto-suficientes, em dois grupos: trabalhadores agrícolas e empresários agrícolas integrados na economia de mercado. Em segundo lugar, pela propaganda das vantagens oferecidas por empregos industriais e, principalmente, mediante coerção física, o capitalismo efetuou a incorporação de grande número de camponeses à força de trabalho industrial, aliviando, desse modo, a pressão demográfica sobre as pequenas propriedades agrícolas e aumentando, simultaneamente, a renda *per capita* daqueles que permaneciam na agricultura. Em terceiro lugar, expandindo o setor industrial, colocou-se cedo o capitalismo na posição de oferecer aos produtores rurais artigos manufaturados em troca de seus produtos, criando, de outro lado, as condições indispensáveis não apenas para assegurar alimentos para uma população urbana crescente, mas também para promover a agricultura de implementos, fertilizantes etc., os quais, por sua vez, permitiram um aumento da produtividade agrícola.

Portanto, para que a reforma agrária, num país capitalista, constitua realmente um elemento coadjuvante do desenvolvimento econômico geral e não um instrumento de propagação e multiplicação da miséria rural, deve ela fazer-se acompanhar de crescente acumulação de capital, além do vigoroso e rápido movimento na direção do capitalismo industrial. Esse movimento tanto depende como resulta da ação de ambos os fenômenos acima mencionados: a revolução agrária e o que chamamos de contra-revolução agrária. É somente por meio da revolução agrária que se destroem os alicerces do sistema feudal e se subordina o estado às necessidades e interesses do desenvolvimento capitalista. A criação de um Governo a serviço da burguesia, capaz e desejoso de promover diretamente o crescimento de empresas industriais e de criar e manter um clima favorável à sua expansão, constitui condição indispensável à rápida transformação de uma economia atrasada numa economia capitalista industrial.<sup>6</sup> Ao mesmo tempo, somente mediante a contra-revolução agrária o capitalismo industrial em expansão obtém a indispensável base agrícola, capaz

<sup>5</sup> Cf. MOORE, W. E. *Economic Demography of Eastern and Southern Europe*. Genebra, 1945. p. 55-98.

<sup>6</sup> Devem-se ter presentes esses fatos ao se analisar certas reformas agrárias como a executada por Stolypin na Rússia Czarista, ou as levadas a efeito antes da Segunda Guerra Mundial no leste e sudeste da Europa, ou então as aprovadas (ou em discussão) em alguns países da América Latina, sudeste da Ásia e Oriente Próximo. Tais reformas, realizadas "ordeiramente", não passam, na verdade, de encenações armadas por Governos controlados pelas classes proprietárias, destinadas, unicamente, a iludir e a acalmar a população rural insatisfeita, e são, usualmente, combinadas com pródigas compensações aos senhores feudais. Elas servem, freqüentemente, não para quebrar o domínio feudal sobre o Estado, mas sim para fortalecê-lo. Tendem, por conseguinte, a acentuar todos os aspectos negativos das reformas agrárias, sem abrir, porém, o caminho para o desenvolvimento industrial e para a reorganização e racionalização da própria economia agrícola.



de proporcionar-lhe uma oferta abundante de mão-de-obra, de alimentos e de matérias-primas industriais.

É necessário acrescentar que as observações acima não devem ser interpretadas como afirmações de que as reformas agrárias, nos países subdesenvolvidos, são indispensáveis ou que sua realização representa um passo na direção errada. Ao contrário, nosso objetivo é alertar o estudioso contra a noção "liberal", tão largamente difundida, de que a reforma agrária constitui uma panacéia para todos os males do atraso econômico e social. Longe disso! O papel histórico da reforma agrária está sujeito a grande margem de incertezas quanto a seus resultados e depende inteiramente das condições sob as quais se realiza, bem como da natureza e composição das forças que a impõem. Se promovida por um Governo dominado por uma coalizão feudal-mercantil, ela se transforma em instrumento temporário de sustentação de uma ordem econômica, social e política que, por sua própria natureza, é contrária a um processo de contínuo desenvolvimento. Mesmo que, a longo prazo, represente uma contribuição ao progresso da economia, a curto prazo tende a retardá-lo. Por outro lado, se ela é fruto de incontável pressão da população rural e se se efetua apesar de resistência oferecida por um Governo dessa espécie — em outras palavras, se assume o caráter de uma *revolução agrária* — a reforma significa um avanço substancial no caminho do progresso. Ela é, na realidade, indispensável à eliminação da classe latifundiária parasita que estrangula a vida de uma economia subdesenvolvida. Ela é indispensável, também, como forma de satisfazer as aspirações legítimas da população rural e de assegurar o pré-requisito mais essencial de todo desenvolvimento econômico e social, qual seja a libertação das energias criadoras e da potencialidade das massas rurais, impedidas de manifestação por séculos de degradante opressão e servidão. E é indispensável, ainda, porque somente através de uma distribuição da terra entre os trabalhadores rurais é que serão conseguidas as condições políticas e psicológicas capazes de oferecer uma solução racional para o problema agrário: fazendas tecnicamente adiantadas, exploradas em cooperação por produtores livres e iguais.

## II

Como bem notou certa vez um autor alemão, a decisão sobre a existência ou não de alimentos na cozinha nunca é tomada na própria cozinha. Da mesma maneira o destino da agricultura num regime capitalista nunca é traçado na agricultura. Os processos econômicos, sociais e políticos que se desenvolvem fora da agricultura, especialmente a acumulação de capital e a evolução da classe capitalista — a despeito de terem sido grandemente determinados, em suas origens, pelas transformações que tiveram lugar no setor agrícola —, passam a constituir, com a consolidação do sistema, os elementos propulsores do desenvolvimento histórico. Nos países capitalistas subdesenvolvidos — predominantemente agrícolas — esse fato pode ser menos aparente que nos desenvolvidos; não é, porém, menos verdadeiro.

Mesmo num país capitalista atrasado, o setor não-agrícola se apropria de grande parcela do excedente econômico global da nação. Tal porção se distribui, nessas economias, entre *quatro* tipos de beneficiários que, malgrado serem bem distintos, encontram-se intimamente unidos. Há, em primeiro lugar, o grupo constituído pelos comerciantes, agiotes e intermediários de toda espécie, os quais não pertencem à população agrícola, dada a natureza de suas atividades, embora alguns deles vivam na zona rural. O mais impressionante nesse estrato sócio-econômico é o seu *tamanho*. Ninguém que tenha estado na velha China, no Sudeste asiático, no Oriente Próximo ou no Leste europeu de antes da guerra pode ter deixado de notar a impressio-



nante multidão de mercadores, mascates, intermediários de negócios e elementos de ligação, feirantes e gente sem ocupação definida, que superlotava as ruas, praças e cafés das cidades. Até certo ponto as atividades de tais indivíduos se assemelham às exercidas por certos grupos existentes em todos os países capitalistas — apenas são mais visíveis e aparentes nos países subdesenvolvidos do que naqueles em que o mesmo tipo de “trabalho” é executado por correspondência ou por telefone. Em sua maior parte, entretanto, a natureza dessas transações é típica das condições que prevalecem nas primeiras etapas do desenvolvimento capitalista.

Já fizemos menção às relações de troca altamente desfavoráveis ao produtor rural. Ignorante, pobre e cheio de limitações, com apenas pequena quantidade de sua produção livre para transações, o arrendatário ou o pequeno proprietário constitui um elemento ideal para explorações pela classe mercantil. Com freqüência em dificuldades financeiras, particularmente em anos de más colheitas e maus preços, ou em situações de emergência, ele se vê forçado a recorrer a adiantamentos por conta de entregas futuras, a pagar taxas de juro extorsivas sobre tais empréstimos e a aceitar quaisquer preços que o intermediário se disponha a pagar por sua produção. Obtendo uma renda monetária muito pequena ao fim do ano agrícola, ele se vê impossibilitado de evitar novos adiantamentos. Acaba, assim, envolvido em contratos lesivos a seus interesses, compelido a comprar do mesmo negociante a quem vende sua produção todos os bens manufaturados de que necessita, caindo na mais completa dependência do “seu” comerciante e fornecedor de crédito. É desnecessário assinalar que os lucros obtidos pelos últimos alcançam cifras extremamente elevadas.

Não queremos dizer com isso que o comércio de produtos agrícolas e as vendas efetuadas aos produtores rurais constituam a única fonte dos grandes lucros mercantis. Onde os mercados são desorganizados e fracionados, como acontece nos países subdesenvolvidos, sempre há surpreendente variedade de meios para se identificar oportunidades de lucro e delas se aproveitar. Negócios imobiliários, exploração de escassez (temporária e local) de vários produtos, especulação e comissões pelo estabelecimento de contatos entre compradores e vendedores — todas estas são atividades que propiciam ganhos consideráveis às pessoas habilidosas que se dedicam a esse gênero de transações. A inflação mais ou menos crônica que se observa na maioria dos países subdesenvolvidos e dá origem ao mercado negro de moedas estrangeiras, de ouro e de outros bens de valor mais estável, oferece oportunidades adicionais para comércio lucrativo, enquanto as oportunidades sempre presentes de obtenção de concessões e favores governamentais constituem permanente convite aos recursos, energia e engenhosidade dos homens de negócios bem relacionados e ricos.

Pela própria natureza de sua atividade, essa categoria de indivíduos, que age e opera no setor da circulação dos bens, constitui uma classe social inteiramente aberta, que admite, em conseqüência e de forma contínua, novos membros. Formam-na os jovens descendentes de famílias nobres e de comerciantes, os membros da nobreza *déclassée*, os camponeses mais hábeis e empreendedores, os artesãos deslocados pela competição, pessoas de diversas camadas sociais que conseguiram educar-se mas que não tiveram oportunidade de usar a educação adquirida, e assim por diante. A competição entre seus membros é feroz e, por isso, sua renda média é baixa. Não obstante, a renda total que estão em condições de obter é de magnitude considerável.<sup>7</sup> Sem dar qualquer contribuição indispensável à for-

<sup>7</sup> “É incrível”, diz Ricardo Torres Gaitan, um dos principais economistas mexicanos, “que o comércio possa produzir renda maior do que a agricultura; acima de tudo é inadmissível que a atividade dos comerciantes possa gerar uma renda maior do que o dobro da gerada pela agricultura”. Citado por STURMTHAL, A. “Economic Development, Income Distribution and Capital Formation in Mexico”. In: *Journal of Political Economy*. Junho de 1955. p. 198 n.



mação do produto social, esse grupo constitui a contrapartida urbana do desemprego estrutural existente na zona rural. Visto, entretanto, do ângulo do desenvolvimento econômico, seu papel é bastante diferente e muito mais importante. A parcela da população rural que se encontra estruturalmente desempregada retira o seu consumo dos meios de subsistência das massas camponesas. Ela somente reduz o excedente econômico na medida em que contribui com o seu parasitismo para o aumento do nível de subsistência dos camponeses, o que diminui o montante de rendimentos que pode ser exigido pelo latifundiário. Do mesmo modo, a manutenção da superabundante população mercantil recai sobre a mesma fonte, desde que baseada na exploração direta do camponês. Ela se baseia, também, em grande parte, na transferência de porções do excedente econômico de que se haviam apropriado outras classes: proprietários rurais, empresas estrangeiras e industriais nacionais. O desvio dessa parcela do excedente econômico para a manutenção de uma classe parasita representa considerável dreno na acumulação de capital.<sup>8</sup>

O fato mais significativo com relação a esses “párias da burguesia” (*lumpen-bourgeois*) que pertencem à classe mercantil é que, embora se apoderando de parcela substancial do excedente econômico que cabe à classe em conjunto, as inversões de capital realizadas por seus membros mais ricos raramente se orientam para o segundo ramo da economia não-agrícola, isto é, para a produção industrial. Sendo eles possuidores de recursos em pequena escala, estes somente podem encontrar aplicação lucrativa no setor da circulação de bens, onde importâncias relativamente pequenas de dinheiro, aplicadas em transações específicas, produzem grandes lucros e onde o giro dos capitais aplicados é rápido. De outro lado, os comerciantes que possuem recursos mais avultados encontram sempre melhores oportunidades de lucros na compra de terras já arrendadas,<sup>9</sup> no exercício de atividades complementares à operação de empresas estrangeiras, nos negócios de importação e exportação, no empréstimo de dinheiro e em especulações diversas. Dessa forma, embora a transferência de capital e energias do setor mercantil para o setor industrial seja sempre possível, o preço dessa transferência se torna anormalmente elevado.

O fenômeno que se verifica atualmente nos países hoje subdesenvolvidos ocorreu também nas primeiras etapas do desenvolvimento capitalista da Europa ocidental e do Japão, onde forças poderosas tenderam a impedir a saída de capital da esfera da circulação de bens, onde, não obstante, operou-se com o passar do tempo a transferência de capitais da esfera mercantil para a industrial. Todavia, o que distingue nitidamente a atual situação dos países subdesenvolvidos daquela

<sup>8</sup> Esse grupo, que conta com alguns dos elementos mais capazes e dinâmicos das sociedades de que fazem parte, desperdiça, corrompe e destrói, ao mesmo tempo, em grande quantidade, aquele que é talvez um dos mais escassos de todos os recursos produtivos: o talento humano criador. Conquanto essa situação não difira muito da encontrada nos países capitalistas adiantados, a proliferação de ocupações “terciárias” numa economia subdesenvolvida não deve ser confundida com sua expansão sob condições econômicas e sociais desenvolvidas. Da mesma forma que a obesidade pode ser um indicativo tanto de riqueza quanto de miséria, assim também o fato de grande número de pessoas se encontrar ocupado no setor da circulação de bens e da prestação de serviços pode significar tanto o progresso como o atraso econômico. Esse ponto foi claramente examinado por B. Datta em *The Economics of Industrialization* (Calcutá, 1952), cap. VI, se bem que a magnitude do desperdício de recursos envolvidos no processo esteja aí subestimada. Esse erro resulta, como sempre, do fato de se considerar esse malbarato de recursos em relação à *renda global*, ao invés de examiná-lo em relação ao *excedente econômico*.

<sup>9</sup> Cabe notar que não se pode nunca ter certeza se as quantias pagas para aquisição de um pedaço de terra constituem transferências de excedente econômico ou se representam deduções de excedentes acumulados e que vão ser usadas para fins de consumo. Quando os vendedores da terra são proprietários arruinados ou camponeses esmagados por dívidas — ainda que a dívida possa ter tido origem em necessidades de consumo — a primeira alternativa pode ser a real: os recursos obtidos com a venda da terra serão usados para o pagamento de dívidas e vão, assim, aumentar o capital do credor. Quando os vendedores são camponeses ou proprietários compelidos a se desfazerem de suas propriedades por fatores circunstanciais ou pela impossibilidade de fazer face a seus gastos correntes, a última hipótese será verdadeira. O que importa, porém, é que, em qualquer das situações descritas, os recursos conseguidos mediante a venda da terra não serão, normalmente, investidos no setor industrial.



com que defrontaram, no passado, os países capitalistas hoje desenvolvidos é a existência de formidáveis obstáculos à entrada, na esfera da produção industrial, dos recursos acumulados no setor mercantil.

### III

A expansão industrial sob o capitalismo depende grandemente de sua capacidade de conquistar dinâmica própria.

“O capital cria, rapidamente, para si, um mercado interno pela destruição de todo o artesanato rural, pelo desempenho, em grande escala, de tarefas antes entregues ao artesanato, como fiação, tecelagem, fabricação de roupas etc., enfim, pela transformação, em bens com valor de troca, de bens que até então tinham apenas valor de uso direto — processo que é uma conseqüência natural da tomada ao trabalhador (se bem que um servo) da terra e da propriedade de seus meios de produção.”<sup>10</sup>

Não pretendemos insinuar que a dissolução da economia pré-capitalista, ou a desintegração da sua natural auto-suficiência, não haja ocorrido nos atuais países subdesenvolvidos. Ao contrário, como assinalamos anteriormente, em todas as áreas de penetração da civilização ocidental, a agricultura comercial deslocou em proporção considerável a agricultura tradicional de subsistência, enquanto os artigos manufaturados invadiram o mercado antes dominado pelo artesanato indígena. Não obstante, como diz Allyn Young,

“a divisão do trabalho depende, em grande parte, da própria divisão do trabalho”.<sup>11</sup>

É de notar, porém, que não se desenvolveu como se esperava nas áreas hoje subdesenvolvidas. Ela seguiu, em tais regiões, caminho diferente: a divisão do trabalho resultante da divisão inicial do trabalho assemelhava-se à distribuição de funções entre o cavaleiro e o cavalo. Todo e qualquer mercado de bens manufaturados que despontasse nas colônias ou países dependentes não se transformava automaticamente no “mercado interno” desses países. Mantidos inteiramente abertos, pela colonização e por força de tratados injustos e desfavoráveis, esses mercados passavam a constituir apêndice do “mercado interno” dos países capitalistas ocidentais.

Embora representassem poderoso estímulo ao crescimento industrial do Ocidente, esses acontecimentos vieram extinguir a chama sem a qual não poderia haver crescimento industrial nos países hoje subdesenvolvidos. Em etapa histórica em que mesmo o mais ardoroso defensor do livre-cambismo recomendaria o estabelecimento de barreiras protetoras da indústria nascente, os países que mais intensamente necessitavam de tal proteção foram obrigados a adotar um regime que bem poderia ser cognominado de “infanticídio industrial”, regime este que influenciou todo o seu desenvolvimento posterior. O atendimento pleno (e os baixos preços), pela indústria estrangeira, de limitada procura de bens manufaturados de tais países eliminava as oportunidades para investimentos lucrativos numa indústria nativa, que fosse capaz de suprir o mercado interno existente. A ausência de tais investimentos não permitiu, por sua vez, que fossem criadas oportunidades para ulteriores investimentos. É sabido que um investimento conduz a outro subseqüente:

<sup>10</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der Politischer Oekonomie*. Rohentwurf. Berlim, 1953. p. 411.

<sup>11</sup> *Increasing Returns and Economic Progress*. In: *Economic Journal*. Dezembro de 1928. p. 533.



um ato de investir dá origem a outro; o segundo cria condições para um terceiro e assim por diante. De fato é essa seqüência de investimentos, sua simultaneidade, que põe em marcha a reação em cadeia que é sinônima da evolução do capitalismo industrial. Mas, assim como o investimento tende a tornar-se autopropulsor, a ausência de investimento tende, também, a perpetuar as condições que impedem sua realização.

Sem o impacto amplificador do investimento, o mercado, originalmente limitado, permaneceu necessariamente limitado.<sup>12</sup> Sob tais condições, não poderia ocorrer a disseminação das pequenas oficinas industriais, que caracterizou em toda parte a transição do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial. Quando se tornava viável o exercício de uma atividade industrial, seja pela imposição de barreiras tarifárias, seja por outra forma qualquer de concessões ou estímulos governamentais, as empresas industriais que surgiam eram por vezes fundadas por estrangeiros (usualmente associados a interesses locais), os quais emprestavam à organização e operação da nova empresa sua experiência e *know-how*. Com a finalidade de produzir mercadorias similares, em qualidade e aspecto, às anteriormente importadas, construíram-se fábricas modernas para a produção em larga escala capaz de atender à procura existente. Não obstante o fato de ser vultosa a quantia total de capital necessária à materialização do empreendimento, a parcela gasta no país subdesenvolvido era pequena, uma vez que a maior parte das despesas era feita no exterior, com a aquisição de equipamentos, de patentes etc. O efeito estimulador desses investimentos sobre a economia em seu conjunto era, por isso mesmo, moderado. Acrescente-se a esse fato a circunstância de que, uma vez construído o estabelecimento industrial, tanto o grande volume de capital necessário à sua efetivação como as limitações da procura reduziam enormemente — ou eliminavam por completo — as possibilidades de êxito de outra empresa que pretendesse ingressar no mesmo ramo de negócio. A quantidade de capital necessária para penetrar no santuário privilegiado do monopólio, os riscos decorrentes da luta inevitável, as pressões que o grupo já estabelecido exercia no intuito de esmagar e expulsar um intruso são os elementos que se congregavam para destruir os incentivos à transferência de capitais da esfera mercantil para as atividades industriais. O mercado de pequenas dimensões tornava-se monopolisticamente controlado e o controle monopolístico passava a constituir obstáculo adicional à sua ampliação.

Não queremos dizer com isso que o desenvolvimento industrial verificado nos países atrasados não representou notável progresso em relação à situação anterior, quando os seus mercados de artigos industriais eram controlados mediante suprimentos oriundos do exterior. Essa situação contribuía decisivamente para arruinar o artesanato nativo e sufocar toda iniciativa industrial porventura existente nos países atrasados sem, contudo, oferecer aos artesãos e operários atingidos qualquer alternativa de emprego na indústria. A expansão industrial que deveria corresponder a esse movimento verificava-se nos países capitalistas ocidentais. As empresas industriais que se instalavam no país representavam como que um antídoto a essa situação. Elas transmitiam ao país escolhido parte, pelo menos, do processo original de divisão do trabalho; uma fração do investimento total era realizada internamente e proporcionava algum emprego e, conseqüentemente, renda para a mão-de-obra nativa. Esse antídoto, porém, era inadequado. Sua falha não residia apenas em sua incapacidade para compensar os danos causados à economia pela situação

<sup>12</sup> Isto foi também descoberto, com grandes sofrimentos, pelos capitalistas ocidentais que não previram limitações à sua capacidade de exportar bens manufaturados para as áreas densamente povoadas, sujeitas à penetração comercial do Ocidente.



anterior, mas, principalmente, na maneira como era administrado e que tinha como resultado o início de um processo de crescimento canceroso, não menos potente e não menos pernicioso que a enfermidade que havia curado parcialmente no princípio.

As novas firmas, conquistando rapidamente o controle exclusivo do mercado e protegendo-se mediante a imposição de tarifas protecionistas ou concessões e favores governamentais de toda espécie, bloqueavam o crescimento posterior da indústria, enquanto seus preços de monopólio e suas políticas de produção tornavam desinteressante a ampliação dos próprios conjuntos industriais. Mudando inteiramente de posição, passando de uma atuação progressista para o desempenho de papel nocivo ao progresso, essas empresas se constituíram, ainda nas primeiras etapas do processo, em empecilhos ao desenvolvimento econômico, empecilhos estes semelhantes, em seus efeitos, ao regime de propriedade semifeudal prevalente nos países subdesenvolvidos. Tais empresas não deixam apenas de promover ulteriores divisões de trabalho e uma elevação do nível de produtividade da economia; originam, na verdade, movimento no sentido oposto. A indústria de caráter monopolístico dilata, por um lado, a duração do capitalismo mercantil, ao dificultar a transferência de capitais e de mão-de-obra desse setor para o da produção industrial. Por outro, não criando mercado para a produção agrícola, não oferecendo oportunidade de emprego à mão-de-obra rural excedente e não suprindo o agricultor de implementos e bens de consumo a preços acessíveis, força a agricultura a orientar-se no sentido da auto-suficiência, perpetua a inatividade da mão-de-obra estruturalmente desempregada e encoraja a proliferação dos pequenos comerciantes, da indústria rural etc.<sup>13</sup>

O capitalismo, na maioria dos países subdesenvolvidos, sofreu, assim, forte deformação de seu processo de crescimento; tendo passado por todas as penas e frustrações da infância, não pôde nunca experimentar o vigor e a exuberância da mocidade, começando ainda jovem a apresentar os sintomas dos graves distúrbios que caracterizam a senilidade e a decadência. Ao peso morto da estagnação típica de uma sociedade pré-industrial veio juntar-se o impacto paralisador do capitalismo monopolista. O excedente econômico de que os consórcios monopolistas se apossam em quantidades enormes, nos países subdesenvolvidos, não é empregado nem na ampliação das próprias empresas que ensejaram a sua conquista nem tampouco na instalação de novas firmas. A parte desse excedente que não é distribuída entre os acionistas estrangeiros tem destino semelhante àquele que encontra nas mãos da aristocracia rural: serve para manter a vida luxuosa de seus detentores, sendo gasta na construção de suntuosas residências nas cidades e no campo, na manutenção de vasta criadagem e em despesas de consumo supérfluo etc. A

<sup>13</sup> Seria dispensável qualquer menção à natureza profundamente retrógrada dessa volta à "feliz" condição de auto-suficiência do meio rural e de regresso à indústria rural, não fossem os crescentes favores e incentivos que lhe vêm sendo dispensados pelos países capitalistas ocidentais. O Governo dos Estados Unidos, sob o chamado "Programa do Ponto IV", tanto quanto a Ford Foundation, por exemplo, tem destinado recursos vultosos para campanhas com o objetivo de "vender" essa idéia aos Governos dos países subdesenvolvidos, enquanto diversos economistas têm advogado essa "solução" em trabalhos recentes sobre desenvolvimento econômico. (Ver, por exemplo, NICHOLLS, W. H. "Investment in Agriculture in Underdeveloped Countries". In: *American Economic Review*. Maio de 1955; ou AJBREY, H. G. "Small Industry in Economic Development". In: *Social Research*. Setembro de 1951. Nada melhor que repetir aqui os comentários eloqüentes feitos há mais de meio século por Karl Kautsky sobre essa forma de "ajuda" ao campesinato dos países subdesenvolvidos: "Na indústria rural, explorada capitalisticamente, encontramos o mais longo e mais extenuante dia de trabalho, ao lado da mais ínfima remuneração pelo trabalho executado, da maior ocorrência de trabalho infantil e feminino e das mais miseráveis condições de habitação e trabalho; em síntese: as condições mais ultrajantes que podem ser encontradas dentro do nosso sistema de produção. Esta é a mais infamante forma de exploração capitalista e o mais degradante método de proletarização do campesinato. Todas as tentativas de ajudar os pequenos camponeses que já não são mais capazes de viver exclusivamente do trabalho agrícola, por meio do encorajamento da indústria rural, determinam, após curto e duvidoso período de melhora, uma queda inevitável na mais profunda e desesperançada miséria". *Die Agrarfrage*. Stuttgart, 1899. p. 180 et seqs.



parcela que resta após esses gastos excessivos é empregada na aquisição de terras para arrendamento, no financiamento de atividades comerciais de todas as naturezas, na usura e na especulação. E, *last but not least*, somas vultosas são remetidas para o exterior onde vão constituir um seguro contra a depreciação da moeda nacional ou, então, reservas destinadas a assegurar a seus proprietários a fuga ou retirada, em condições satisfatórias, no caso de ocorrência de perturbações políticas e sociais.

#### IV

Chegamos, assim, ao terceiro ramo do setor não-agrícola do sistema econômico dos países subdesenvolvidos: a empresa estrangeira.<sup>14</sup> As empresas total ou parcialmente estrangeiras cuja produção se destina ao mercado interno do país subdesenvolvido não apresentam nenhum problema especial.<sup>15</sup> Aplica-se também a elas o que foi dito anteriormente sobre a indústria em geral. Enquanto uma parte do excedente econômico de que se apropriam é gasta, localmente, no pagamento, por exemplo, de administradores altamente remunerados, outra parte, justamente a de maior vulto (incluem-se aqui as poupanças pessoais desses administradores), é transferida para o exterior. A contribuição desse tipo de empresa à formação de capital nos países subdesenvolvidos é, portanto, menor do que a das firmas nacionais.

Mais complexo — mas também mais importante — é o papel desempenhado pelas grandes empresas estrangeiras radicadas em países subdesenvolvidos que produzem mercadorias para exportação. Representam elas não apenas a quase totalidade dos interesses estrangeiros nas áreas atrasadas, envolvendo grandes inversões de capital, como também são responsáveis por parcela substancial da produção (tanto nacional como mundial) de tais mercadorias. A fim de se ter uma noção mais precisa do impacto que essas empresas têm sobre o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos onde operam, é útil examinar, separadamente, os diferentes aspectos de suas atividades: a) a importância do investimento realizado pela empresa estrangeira; b) o efeito direto de suas operações correntes; e c) sua influência mais genérica sobre o país subdesenvolvido.

No que concerne ao primeiro item — importância do investimento — cabe notar que, via de regra, os consórcios estrangeiros dedicados à produção de bens exportáveis (com exceção do petróleo) iniciaram suas atividades com uma inversão de capital relativamente pequena. Isso se deve ao fato de que o controle dos recursos naturais necessários à operação da empresa — especialmente a terra destinada à mineração ou à formação de grandes fazendas ocupadas com uma só cultura — era obtido mediante a expropriação das populações nativas ou mediante sua aquisição, a preço mais ou menos simbólico, dos governantes, senhores feudais ou chefes tribais que dominavam as respectivas áreas. Por esse motivo, era inexpressiva a contribuição ao estoque de capital dos países subdesenvolvidos trazida pela instalação da empresa estrangeira que iria explorar recursos naturais. Mesmo mais tarde, com a considerável expansão das atividades das empresas vinculadas ao setor de exportação, a quantidade de capital que os países subdesenvolvidos realmente re-

<sup>14</sup> À semelhança dos negócios mercantis, a maioria de tais empresas encontra-se realmente localizada nas zonas rurais e está fisicamente ligada à agricultura. Apesar disso, sua natureza econômica pouco ou nada tem a ver com a agricultura propriamente dita.

<sup>15</sup> "As indústrias manufatureiras típicas, trabalhando principalmente para o mercado nacional, parecem não atrair o capital estrangeiro". Liga das Nações. *Industrialization and Foreign Trade*. 1945. p. 66.



ceberam dos países adiantados tem sido muito menor do que comumente se supõe. As empresas desse tipo, que se encontravam eventualmente interessadas em ampliar seus negócios, podiam facilmente financiar as inversões necessárias com os lucros obtidos de suas operações, em geral, altamente rentáveis. Pronunciando-se sobre a experiência da Grã-Bretanha, na matéria, Sir Arthur Salter observa que

“foi somente durante o primeiro período — terminando logo após 1870 — que os recursos para investimentos no exterior provieram de um excesso de exportações correntes sobre as importações. Em todo o período compreendido entre 1870 e 1913, quando as inversões totais no estrangeiro aumentaram de cerca de 1 bilhão para perto de 4 bilhões de libras, o total dos novos investimentos realizados representou apenas 40%, aproximadamente, da renda gerada durante o mesmo espaço de tempo por investimentos feitos em épocas anteriores”.<sup>16</sup>

A expansão, no exterior, dos consórcios franceses, holandeses e (mais tarde) americanos obedeceu basicamente ao mesmo modelo, isto é, foi realizada, em grande parte, graças à reinversão dos lucros de suas operações nos países estrangeiros.<sup>17</sup> O aumento dos ativos dos países capitalistas ocidentais do mundo subdesenvolvido decorre, portanto, apenas parcialmente, da exportação de capitais (no sentido exato do termo), sendo, de fato, resultado principalmente da reinversão no exterior da parte do excedente econômico aí conseguido.<sup>18</sup>

O reconhecimento desse fato é interessante, dada a indignação freqüente manifestada contra a violação dos “sagrados” direitos de propriedade dos capitalistas ocidentais em alguns países subdesenvolvidos.<sup>19</sup> O que importa, entretanto, no presente contexto, é saber se o excedente econômico gerado e reinvestido nos países subdesenvolvidos tem dado realmente uma contribuição significativa ao desenvolvimento econômico de tais países. Mesmo a crítica mais complacente dificilmente poderia sustentar a tese da existência de resultados positivos para a economia. Parte do investimento feita pelos referidos consórcios é representada pelo pagamento, a um preço qualquer, do título de propriedade das fontes de recursos naturais adquiridas. Como dissemos anteriormente, esse preço é usualmente muito baixo, não ultrapassando, com freqüência, a importância necessária ao suborno de funcionários e potentados envolvidos na operação. Já tomamos contato com a maneira pela qual esses indivíduos dispõem de sua renda. E ela por certo não provoca nenhum aumento do estoque de capital dos países atrasados.<sup>20</sup>

Parcela considerável do investimento necessário — na verdade, sua maior parte — toma a forma de “investimento em espécie”. Em outras palavras, ao aplicarem seus lucros (ou mesmo recursos adicionais) na ampliação de suas instalações e negócios ou na concretização de novos empreendimentos, essas firmas gastam

<sup>16</sup> *Foreign Investment*. Princeton, 1951. p. 11.

<sup>17</sup> Com referência aos investimentos norte-americanos no exterior, no pós-guerra, uma publicação governamental credenciada afirma que “estes, em sua maior parte, compõem-se de reinvestimentos dos lucros de suas subsidiárias no estrangeiro, ao invés de novos capitais levantados nos Estados Unidos”. *Report to the President on Foreign Economic Policies* (“Gray Report”). Washington, 1950. p. 61. Em 1954, os investimentos privados norte-americanos no exterior “alcançaram 3 bilhões de dólares aproximadamente, enquanto a renda derivada de investimentos feitos em épocas anteriores elevou-se a cerca de 2,8 bilhões de dólares”. PIZER, S. e CUTLER, F. “International Investment and Earnings”. In: *Survey of Current Business*. Agosto de 1955.

<sup>18</sup> Ver também SCHIFF, Erich. “Direct Investment, Terms of Trade and Balance of Payments”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Fevereiro de 1942.

<sup>19</sup> É desnecessário dizer que o problema se complica seriamente em virtude de nossas afirmações se basearem em balanços líquidos globais; os indivíduos e empresas hoje considerados podem não ter, e freqüentemente não têm, ligações com os que obtiveram lucros em épocas anteriores.

<sup>20</sup> Nas condições presentes, menos “românticas”, o acesso aos recursos naturais de certos países subdesenvolvidos é obtido mediante o pagamento de *royalties* e impostos, mais ou menos vultosos, sobre a *produção corrente*. Algumas vezes envolve, também, a concessão aos Governos locais de donativos e empréstimos, tornando-os mais permeáveis a negociações subseqüentes. Voltaremos mais tarde a esse ponto.



grande porção dos recursos mobilizados para tal fim na compra de equipamentos produzidos em seus países de origem. Nem poderia ser de outro modo, uma vez que o equipamento desejado não é fabricado, normalmente, nas regiões onde os mesmos irão operar. Além disso, a direção da empresa investidora tem, via de regra, natural e compreensível preferência pela maquinaria fabricada em seu país de origem, uma vez que com ela está familiarizado. Em conseqüência, como os dispêndios em bens de capital se fazem em favor da indústria do país subdesenvolvido, o ato de investir representado pela constituição ou pela expansão de uma subsidiária de empresa estrangeira num país subdesenvolvido, ou pela eventual reposição de seu equipamento, provoca uma expansão do mercado interno do país desenvolvido ao invés de concorrer para a ampliação do mercado da economia atrasada. Não se pode ignorar, entretanto, que parte do dispêndio total é efetuada no país subdesenvolvido, ocupando capacidade produtiva e mão-de-obra locais e acarretando acréscimos da renda e da procura efetiva do país em causa. As inversões em moeda nacional tomam quase sempre a forma de obras civis, como, por exemplo, a abertura de estradas, de minas, a construção de edifícios industriais ou de escritório, de residências para os empregados estrangeiros, vilas operárias etc. O montante das despesas no país é, contudo, usualmente pequeno, mesmo porque essa parte do programa de inversões depende grandemente de artigos importados, como materiais de construção, equipamentos de transporte, material de escritório e doméstico, e porque há sempre necessidade de trazer do exterior engenheiros, técnicos e dirigentes, para supervisionar ou executar os projetos de construção.

Uma vez verificado que não são tão grandes, como se propala, os benefícios que os países subdesenvolvidos derivam de investimentos ligados à implantação ou à expansão, em seu território, de subsidiárias de empresas estrangeiras dedicadas à produção para exportação, podemos passar ao exame do tópico seguinte, ou seja, à apreciação dos efeitos das *operações correntes* dessas subsidiárias sobre as economias dos países atrasados. Suas atividades correntes envolvem tanto a produção como a exportação de bens como minérios, combustíveis e produtos agrícolas. Devemos, portanto, investigar o modo de utilização da receita bruta resultante quer da produção, quer da exportação. Podemos começar pela parcela usada para remunerar a força de trabalho. Tal parcela é geralmente pequena, uma vez que é determinada pela taxa de salário extremamente baixa da mão-de-obra nativa e reflete um alto grau de mecanização em algumas linhas de produção, de que decorre o emprego de mão-de-obra em escala limitada. Na Venezuela o petróleo representa mais de 90% do valor total das exportações (e uma parcela substancial do Produto Nacional Bruto), mas a indústria petrolífera emprega somente 2% da força de trabalho venezuelana,<sup>21</sup> enquanto suas despesas em moeda local (excluindo os pagamentos do Governo) não absorvem senão 20% do valor das exportações.<sup>22</sup> Cerca de 7/8 dessas despesas correspondem a salários e ordenados, constituindo o remanescente dispêndios com aquisições de bens no país. No Chile,

“antes da Primeira Guerra Mundial, cerca de 8% da população ativa encontravam-se ocupados na mineração ou em atividades a ela ligadas; essa proporção porém vem declinando firmemente”.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> NURKSE, Ragnar. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Oxford, 1953. p. 23.

<sup>22</sup> Banco Central da Venezuela, *Memória* (1950), p. 36, citado por ROLLINS, C. E. “Mineral Development and Economic Growth”. In: *Social Research*. Outubro, 1956. Sou profundamente grato ao Dr. Rollins por haver colocado à minha disposição o manuscrito dessa excelente monografia de onde retirei uma série de referências adicionais.

<sup>23</sup> Nações Unidas. *Development of Mineral Resources in Asia and the Far East*. 1953. p. 39.



De acordo com estudo inédito do Fundo Monetário Internacional, a parcela do valor do produto total da indústria no próprio país é também de 20%, aproximadamente. Não se pôde determinar, porém, qual a proporção relativa à mão-de-obra e aos materiais. Na Bolívia, cerca de 5% dos trabalhadores encontram emprego nas minas de estanho, estimando-se que durante a última metade da década de 1940 aproximadamente 25% das receitas totais eram reservados para atender a pagamentos de salários. Essa cifra, contudo, é indubitavelmente alta porquanto utilizou-se a taxa oficial de câmbio para comparar os valores em dólar das vendas com as cifras dos salários bolivianos.<sup>24</sup> No Oriente Médio, no máximo 0,34% da população encontra-se ocupado na indústria do petróleo,<sup>25</sup> enquanto menos de 5% da receita dessa indústria correspondem a salários. Em alguns países com populações pequenas e, paralelamente, grandes explorações de matérias-primas, a proporção da população empregada nessas atividades é evidentemente maior (por exemplo: cerca de 10% nas minas de cobre da Rodésia do Norte). Estas situações são, porém, excepcionais. Note-se que, ainda assim, a participação dos salários nas receitas totais desses empreendimentos é aproximadamente igual àquela que prevalece nos casos já mencionados.

Seria errôneo, porém, acreditar que essa parcela modesta da receita global derivada da exploração de reservas de matérias-primas serve, em sua totalidade, para ampliar o mercado interno do país subdesenvolvido. Em primeiro lugar, alguns dos empregados que ocupam posições de gerência ou subgerência e que percebem, por isso mesmo, salários elevados, são estrangeiros. Apesar de manterem um alto padrão de vida, tais empregados encontram-se ainda em condições de poupar parcelas consideráveis de suas rendas. Na realidade, uma das principais atrações oferecidas por esses empregos é justamente a possibilidade que proporcionam a seus ocupantes de constituir reservas apreciáveis em período de tempo relativamente curto. Não é preciso acrescentar que tais poupanças ou são enviadas periodicamente para o país natal ou são levadas por esses empregados ao deixarem seus postos.<sup>26</sup> Tampouco seus gastos de consumo se concentram inteiramente em produtos locais. Embora empreguem grande número de pessoas na manutenção de suas casas e adquiram muitos bens de consumo produzidos por indústrias locais, fração ponderável de seus gastos se destina à aquisição de artigos importados a que se acham acostumados. A parcela do total dos salários percebidos por estrangeiros que é despendida na compra de bens e serviços produzidos no país em que se encontram — parcela que provoca um aumento na procura global dos países subdesenvolvidos — é, pelas razões apontadas, comumente pequena.

No caso da força de trabalho nativa, a situação é algo diferente. Executando trabalhos que requerem pouca ou nenhuma especialização, seus salários são extremamente baixos e com freqüência mal atingem o mínimo de subsistência. Mesmo quando são mais elevados e propiciam padrão de vida um pouco melhor, dificilmente alcançam níveis capazes de permitir a formação de poupança. É possível admitir-se, pois, que os salários recebidos pelos trabalhadores nativos sejam gastos totalmente em consumo.<sup>27</sup> Ainda assim, parte do que compram é fornecida pela própria companhia empregadora, especialmente habitação. Além disso, inúmeros

<sup>24</sup> ROLLINS. *Op. cit.*, citando POLLNER, M. D. *Problems of National Income Estimation in Bolivia*. Tese de pós-graduação, Universidade de Nova York, 1952.

<sup>25</sup> Nações Unidas. *Review of Economic Conditions in the Middle East*. 1951. p. 63.

<sup>26</sup> Os casos de indivíduos que se enamoram dos países em que estão empregados e que por isso decidem "naturalizar-se economicamente" podem ser ignorados dada a sua baixa freqüência.

<sup>27</sup> Em alguns países, como a Birmânia, assume grandes proporções a remessa de fundos, pela mão-de-obra emigrada de outras partes do país, aos familiares que permanecem nas zonas de origem.



acampamentos e vilas operárias estão de tal maneira localizados que se torna mais fácil e mais barato importar os bens de consumo procurados pelos trabalhadores que tentar obtê-los de fontes internas, normalmente distantes.<sup>28</sup>

Em resumo, o volume de renda que as empresas estrangeiras ligadas ao setor exportador proporcionam aos habitantes dos países subdesenvolvidos é, em toda parte, muito pequeno e consiste basicamente de salários pagos a um número relativamente pequeno de indivíduos. Uma vez, porém, que as variações na procura mundial de bens primários afetam principalmente o seu preço ao invés de se refletir no volume de sua produção — e isso por motivos de ordem técnica e econômica, sobre os quais não nos deteremos aqui — o nível de emprego da força de trabalho nativa tende a variar muito pouco. Como, por outro lado, seus salários são também praticamente fixos, a renda total dos trabalhadores, em termos absolutos, é, no conjunto, bastante estável. Ela representa obviamente uma proporção variável do valor total da produção, dependendo dos preços pelos quais é vendida essa produção. Mesmo considerando em conjunto anos bons e anos maus, parece que a sua participação flutua em torno de 15%, colocando-se percentagem mais baixa ao redor de 5%, em algumas áreas e em alguns anos, e alcançando 25% em outros. Se bem que oscilações do último tipo tenham grande valor para as populações extremamente pobres dos países subdesenvolvidos, só se pode compreender o seu significado para o desenvolvimento econômico dos países atrasados através do exame da natureza e do comportamento dos grupos humanos atingidos pelo fenômeno. Como esses grupos se compõem principalmente de trabalhadores que recebem baixos salários, quaisquer melhorias no nível de renda resultam na aquisição de bens de consumo elementares procedentes do setor agrícola ou então fabricados por artesãos locais, ou na compra de mercadorias importadas, não favorecendo, por conseguinte, a formação de um mercado interno capaz de encorajar a instalação da empresa industrial.<sup>29</sup>

As receitas brutas provenientes das atividades de exportação desenvolvidas pelas empresas estrangeiras podem ser classificadas em duas categorias. A primeira e mais importante é formada pelos lucros brutos das companhias (após o pagamento de impostos e *royalties*) na qual se incluem também os ônus da depreciação e do esgotamento. A segunda abrange os pagamentos de impostos, *royalties* etc. aos Governos dos países onde operam. Voltaremos oportunamente a esta última categoria. Com referência à primeira, o modo de utilização dos recursos aí classificados está sujeito a consideráveis variações. Como vimos anteriormente, a maior parte de tais recursos é reinvestida no exterior. Note-se, porém, que essa afirmação baseia-se na análise estatística dos saldos que se observam quando tratamos com totais mundiais e períodos longos. Considerados os países individualmente e em períodos de tempo determinados e contínuos — tanto as remessas de lucros como os investimentos estrangeiros apresentam flutuações bastante violentas, bem como movimentos em direções diferentes. Enquanto, por vezes, em alguns países as remessas excedem os investimentos, em outras épocas e em outros lugares ocorre justamente o contrário. Noutras ocasiões, algumas firmas remetem às suas matrizes a totalidade ou a maior parte de seus lucros, ao passo que as demais realizam novas inversões no exterior. Algumas organizações comerciais de âmbito mundial

<sup>28</sup> As companhias estaníferas bolivianas constituem excelente ilustração de situações do tipo comentado. "Durante muitos anos as companhias mantiveram lojas, que eram supridas principalmente do exterior (...)." ROLLINGS, C. E. *Op. cit.* É desnecessário dizer que a razão para esse comportamento é, em muitos casos, não apenas o mais baixo preço dos bens importados, mas principalmente a existência de pagamentos em espécie. No caso das firmas dedicadas à exportação, as baixas tarifas marítimas de retorno constituem importante fator de encorajamento à importação de bens de consumo que serão vendidos mais tarde em suas lojas e armazéns.

<sup>29</sup> Isso dá lugar a lucros mercantis; não é disso, entretanto, que carecem os países subdesenvolvidos.



transferem freqüentemente seus lucros do país ou países nos quais eles se originam para áreas onde as oportunidades de investimento são mais favoráveis, em certas ocasiões. Isso não quer dizer que os países subdesenvolvidos tenham um destino comum e que os lucros gerados em um deles, se não são reinvestidos nele próprio, serão forçosamente aplicados em outro país subdesenvolvido. O que acontece é normalmente o oposto, isto é, os lucros obtidos nos países pobres e atrasados têm servido, em sua maioria, para financiar investimentos nas regiões mais desenvolvidas do mundo. Desse modo, conquanto se observem diferenças pronunciadas entre os países subdesenvolvidos, no que respeita ao montante dos lucros neles reinvestidos ou então exportados pelo investidor estrangeiro, o que de fato ocorre é que o mundo subdesenvolvido, em seu conjunto, tem exportado, continuamente, parcela substancial de seu excedente econômico para os países mais avançados, a título de juros e dividendos.<sup>30</sup>

## V

O mais grave, entretanto, é que é muito difícil dizer o que tem sido mais pernicioso ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos: se a expropriação de seu excedente econômico pelo capital estrangeiro ou se as reinversões realizadas pelas empresas estrangeiras. Este é, realmente, o dilema sombrio com que defrontam essas nações. Ele não se torna evidente apenas pela verificação da pronunciada modéstia dos benefícios que os investimentos estrangeiros proporcionam diretamente, mas, principalmente, pela apreciação do impacto total da empresa estrangeira sobre o processo de desenvolvimento dos países atrasados.

Este não é, por certo, o ângulo do qual tais problemas são vistos nos estudos mais ou menos oficiais sobre o assunto, preparados no Ocidente. Assim é que os autores do já mencionado artigo publicado no *Survey of Current Business*, do Departamento do Comércio dos Estados Unidos, afirmam com vigor que

“a grande expansão da capacidade produtiva de países estrangeiros representada pelos investimentos (de empresas norte-americanas) tem desempenhado papel de relevo na elevação das condições econômicas nesses países”.<sup>31</sup>

Se bem que aparentemente menos confiante, o Prof. Mason sustenta que

“(...) a expansão da produção mineral é, em geral, não somente compatível com o crescimento econômico das áreas subdesenvolvidas como também pode facilitar grandemente a industrialização dessas mesmas áreas”.<sup>32</sup>

E o Prof. Nurkse, também quase convencido, conclui que

“(...) o problema com relação a investimentos estrangeiros do tipo tradicional não é que eles sejam maus ou que não tendam geralmente a promover o desenvolvimento; eles o fazem ainda que desigualmente e de forma indireta. A questão é que esses investimentos não se verificam em escala substancial. (...)”<sup>33</sup>

<sup>30</sup> Cf. VINER, Jacob. “America's Aims and the Progress of Underdeveloped Countries”. In: *The Progress of Underdeveloped Areas*. HOSELITZ, B. F. (ed.). Chicago, 1952. p. 182 et seqs.

<sup>31</sup> PIZER, S. e CUTLER, F. “International Investments and Earnings”. Agosto de 1955. p. 10.

<sup>32</sup> “Raw Materials, Rearmament, and Economic Development”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Agosto de 1952. p. 336.

<sup>33</sup> *Op. cit.*, p. 29



Tais opiniões fundamentam-se, na sua essência, em considerações do tipo que passaremos a discutir.

Argumenta-se, em primeiro lugar, que a remessa de lucros de investimentos estrangeiros não pode ser considerada como expropriação do excedente econômico do país subdesenvolvido, posto que o que se transfere não teria existido sem o investimento estrangeiro. Por conseguinte, uma vez que na ausência dessas transferências não haveria também investimentos estrangeiros, essas mesmas remessas deixam de representar um custo real para a economia e não podem ser, por isso, consideradas como fatores que influenciam adversamente o seu desenvolvimento.<sup>34</sup> Afirma-se, em segundo lugar, que, como parte do valor da produção das empresas estrangeiras corresponde a pagamento a fatores de produção locais, o funcionamento dessas empresas aumenta, em certa proporção, a renda da população nativa. Assinala-se, em terceiro lugar, que a empresa estrangeira, qualquer que seja a sua contribuição *direta* para o bem-estar dos habitantes dos países subdesenvolvidos, presta-lhes um serviço *indireto* da maior importância, qual seja o de estimular a construção de rodovias, ferrovias, centrais elétricas etc... além de transmitir a seus capitalistas e trabalhadores o *know-how* e a habilidade técnica dos países adiantados. Dá-se ênfase, finalmente, ao fato de que as empresas capitalistas ocidentais, através do pagamento de impostos e *royalties* aos Governos dos países onde operam, colocam em suas mãos vultosos recursos que podem ser utilizados para financiar o seu desenvolvimento econômico.

Como acontece com a maioria do raciocínio econômico burguês, baseado na "inteligência prática", esses argumentos são judiciosos e plausíveis apenas na aparência. Partem, na verdade, do exame de uma fração da realidade, que não é tratada historicamente, mas por um método agora muito em voga e que se poderia chamar de "estática animada", o que dá lugar a uma concepção tendenciosa e enganosa, a um só tempo. Examinemos, pois, em profundidade, essas teses.

Não há a menor dúvida de que, se os recursos naturais dos países subdesenvolvidos não fossem explorados, não seria gerada renda capaz de dar origem à remessa de lucros para o exterior. Aqui termina, porém, o terreno firme no qual se assenta a primeira das proposições acima referidas. É isso porque não se pode aceitar como fato consumado que os atuais países pobres, admitido um processo independente de desenvolvimento, não viessem a iniciar, em algum momento, a exploração de seus recursos naturais por iniciativa própria e em condições mais vantajosas que as oferecidas pelos capitais estrangeiros. A hipótese seria aceitável somente se os investimentos estrangeiros e o caminho seguido pelo desenvolvimento dos países atrasados constituíssem fenômenos dissociados e inteiramente independentes. Todavia, como já vimos anteriormente e o exemplo do Japão o demonstra de forma convincente, não se pode concordar de nenhum modo com a tese de independência. Aceitá-la corresponde a uma recusa de encarar o problema em sua totalidade, bem como a prejudgá-lo. Há ainda outro aspecto da questão a considerar. No que se relaciona a alguns produtos agrícolas, poder-se-ia pensar que, uma vez que constituem culturas temporárias e o seu mercado natural é o externo, a produção e a exportação dos mesmos não representam qualquer sacrifício para os países produtores. Trata-se, como se vê, de uma falácia de graves consequências, se bem que comumente aceita. Mesmo ignorando a circunstância de que as grandes empresas agrícolas ligadas ao setor exportador empreendem por tradição exploração predatória da fertilidade do solo sob seu controle, o estabelecimento e expansão dessas empresas têm provocado a sistemática pauperização e,

<sup>34</sup> Cf. FRANKEL, S. Herbert. *The Economic Impact on Under-Developed Societies*. Oxford, 1953. p. 104.



em muitos casos, até mesmo a completa destruição física de grande parte da população nativa. Os exemplos são inúmeros e bastará citar alguns poucos:

“A monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil é bom exemplo. A zona possuía um dos poucos solos tropicais realmente férteis. Desfrutava um clima favorável à agricultura e possuía originalmente revestimento florístico extremamente rico em árvores frutíferas. Hoje, a absorvente e autodestruidora indústria açucareira desflorestou toda a terra disponível e cobriu-a de cana-de-açúcar; em consequência, esta é uma das áreas do continente onde impera a fome. O insucesso na plantação de frutas, verduras e legumes, ou na criação de gado na região criou um problema alimentar extremamente difícil em uma área onde a agricultura diversificada poderia produzir variedade infinita de alimentos”.<sup>35</sup>

Na maior parte da América Latina, o que

“contribuiu para arruinar definitivamente as populações nativas foi o fato de quase toda a área dedicar-se a um tipo predominante de exploração econômica; certas regiões dedicaram-se à mineração, outras ao plantio de café, algumas ao fumo e outras ao cacau. Essa especialização provocou uma deformação nas economias nacionais, que ainda hoje se observa em países como El Salvador, que praticamente nada produz além de café, e Honduras, que exporta exclusivamente bananas”. No Egito, “grande parte das terras irrigadas foi reservada a culturas comerciais de exportação (...) particularmente o algodão e o açúcar — o que agravou ainda mais a pobreza alimentar do *felá*”. Na África, “a primeira inovação européia que veio perturbar os costumes alimentares da população nativa foi a produção, em larga escala, de culturas comerciais de exportação, tais como cacau, café, açúcar e amendoim. Sabemos já como funciona o sistema de grandes fazendas, (...) um bom exemplo é dado pela colônia britânica de Gâmbia, na África Ocidental, onde a cultura de produtos de alimentação para consumo local foi completamente abandonada a fim de permitir a concentração na produção de amendoim. Como decorrência dessa monocultura (...) a situação alimentar da colônia dificilmente poderia ser pior”.

A parcela do território norte-americano que, de há muito, vem representando o papel de colônia interna do capitalismo americano — os Estados sulinos — tem sofrido efeitos bastante semelhantes produzidos pelo açúcar e, particularmente, pelo algodão.

“Nos Estados Unidos, os Estados algodoeiros constituem o grupo de renda mais baixa da Nação. A correlação estatística entre o plantio de algodão e níveis de pobreza é surpreendente. A cultura do algodão traz duas consequências prejudiciais ao solo: (1) esgotamento do solo (...); (2) os danos causados pela erosão. (...) Tudo isso é claramente percebido, agora, mas não foi compreendido e apreciado no século XIX — o século durante o qual se media o sucesso em dólares e centavos, ainda que à custa do patrimônio social.”<sup>36</sup>

É preciso observar, a fim de evitar incompreensões, que se não devem entender estes últimos parágrafos como demonstração contrária à divisão intranacional e internacional do trabalho e o conseqüente aumento da produtividade. O que eles revelam claramente é que uma especialização intranacional e internacional organi-

<sup>35</sup> CASTRO, Josué de. *The Geography of Hunger*. Boston, 1952. p. 97. As três passagens seguintes transcritas no texto foram extraídas das páginas 105, 215 e 221 desse magnífico trabalho. O Prof. J. de Castro observa, incidentalmente, que, enquanto a erosão e a exaustão do solo constituem uma praga em todo o mundo colonial, os técnicos “vão ao ponto de asseverar que, para todos os propósitos práticos, não existe erosão no Japão” (p. 192).

<sup>36</sup> ZIMMERMAN, E. W. *World Resources and Industries*. Edição revista, Nova York, 1951. p. 326. É ocioso dizer que o autor discrimina injustamente o século XIX. No mundo capitalista do século XX, o sucesso é ainda medido pelo mesmo padrão, com a única diferença de que hoje as grandes empresas pensam mais em seus lucros a longo prazo.



zada de tal modo que um participante do grupo se especializa no empobrecimento e na miséria, enquanto o outro arca com o ônus assumido pelo homem branco de coletar os lucros, dificilmente pode ser considerada solução satisfatória para o problema da obtenção de maior bem-estar para a maioria.

Tampouco a tese da “ausência de sacrifícios” é mais correta quando a produção exportável das empresas estrangeiras não se compõe de bens agrícolas, mas de produtos da indústria extrativa, como minérios, petróleo etc. Ainda que nesse caso o deslocamento da população nativa e a destruição de suas bases tradicionais possam ter assumido proporções algo menores que no caso da empresa agrícola — embora não sejam de nenhum modo desprezíveis — o efeito de longo prazo desse tipo de exploração de recursos naturais é menos impressionante. Na realidade, não dá para se considerar os recursos naturais dos países subdesenvolvidos como um bem livre e existente em quantidades infinitas. Se a exaustão das reservas mundiais de matérias-primas é espantoso que se pode deixar de levar em consideração no caso de determinados países e de matérias-primas específicas, o perigo está longe de ser pequeno.<sup>37</sup> Destarte, para grande número de países subdesenvolvidos, o pouco que eles recebem atualmente em troca da exploração intensiva dos seus recursos naturais pode significar, na prática, a alienação de seu direito a um futuro melhor em troca de um pobre “prato de lentilhas”.

Viu-se, acima, que o “prato” não é grande e quão modesta é a quantidade e a qualidade da “lentilha”. A crescente hostilidade às empresas estrangeiras e a prática, cada vez mais comum, de intimidação e coerção adotada contra os trabalhadores nativos, a fim de induzi-los a trabalhar para firmas ocidentais, demonstra que a espoliação vem sendo compreendida cada vez mais pelos povos assim sacrificados. Conquanto se possa aceitar como verdade que a relutância dos nativos em trabalhar de maneira adequada em troca de salários de fome tenha sua origem em um “atraso cultural” e em uma percepção insuficiente do que é bom para eles, é bem provável também que sua resistência seja motivada pelo simples fato de que eles desfrutam melhor situação mantendo-se dentro de seus sistemas tradicionais de vida, que aquela que lhes seria proporcionada pelos novos sistemas aos quais são compelidos a aderir pelo capital estrangeiro.

“Desde o declínio da escravidão como forma de mobilização do trabalho, o sistema mais freqüente de recrutamento e submissão de trabalhadores nativos relutantes vem sendo o de estabelecer contratos de trabalho de longa duração, garantidos por uma sanção penal na hipótese de seu não-cumprimento. Essas relações são contratuais apenas nominalmente. (...) Entre povos analfabetos, o contrato é muitas vezes uma proteção mais formal que real para o trabalhador e não há, usualmente, nenhum controle efetivo sobre o cumprimento ou não das promessas feitas pelo recrutador e que muitas vezes não figuram no contrato real. Uma vez contratado e levado para longe de sua aldeia natal, o trabalhador tem poucas possibilidades de cobrar as promessas recebidas ou de encontrar qualquer meio efetivo de romper os vínculos estabelecidos. (...) Assim, se o contrato tem origem na força e na fraude, ou na pressão da miséria, sua

<sup>37</sup> O que o Prof. Mason observa com relação aos Estados Unidos aplica-se ou se aplicará também mais cedo ou mais tarde, e em menor ou maior grau, a outros países: “Toda a evidência, no que respeita ao petróleo e a vários outros minerais (...) indica de maneira bastante clara um custo real de pesquisa e localização crescente. Além disso, sabemos que, com respeito ao cobre, chumbo e zinco, a tendência tem sido, durante décadas, de obtenção de minérios cada vez mais pobres. Finalmente, deve ser mencionada a inexistência de qualquer descoberta realmente importante de jazidas de alguns dos nossos mais importantes metais, pelo menos durante as três últimas décadas”. “Raw Materials, Rearmament, and Economic Development”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Agosto de 1952, p. 329. O mesmo acontece em grande número de países produtores de matérias-primas, como, por exemplo, a Venezuela, onde “semear petróleo” é o slogan que traduz a sua ansiedade generalizada com respeito à possível exaustão (ou declínio de valor) de suas reservas petrolíferas; a Bolívia, onde a preocupação com o estanho não é menor; e um grande número de países exportadores de madeira, para os quais o fim do período áureo da madeira está à vista.



execução envolve um elemento substancial de coerção direta. Nas Índias Holandesas, particularmente nas Províncias Exteriores, a sanção penal que dava força aos contratos de trabalho permaneceu em vigor até 1940. Esse método é ainda grandemente empregado na África, particularmente no caso de trabalhadores em minas. (...) Em todas as colônias e protetorados do Sudeste asiático e do Pacífico, a escassez ou a má vontade de trabalhadores locais para com as empresas agrícolas ou minerais e fábricas tem fornecido a justificativa para o uso generalizado de contratos de trabalho desse gênero. (...) O emprego de várias formas de coerção, mais ou menos moderadas, para garantir a mão-de-obra para a fazenda, as minas e mesmo para as fábricas tem características de endemia na América Latina. As formas vão desde a prestação de serviços em pagamento de dívidas ou a servidão em consequência de débitos até o contrato de trabalho de longo prazo, similar àquele usado em muitas áreas coloniais. (...)<sup>38</sup>

Por conseguinte, se os apologistas do imperialismo insistem em que

“(...) tem que ser demonstrado que o investimento meramente geográfico é realmente prejudicial para o país que o recebe, o que deve significar que ele resulta em nível de renda mais baixo para os habitantes do país do que aquele que eles teriam conseguido de outro modo”.<sup>39</sup>

tal demonstração pode ser feita prontamente se se excluem os comerciantes nacionais que são os únicos habitantes dos países subdesenvolvidos que obtêm vantagens substanciais do funcionamento das empresas estrangeiras que exploram fontes locais de matérias-primas.

## VI

Chegamos, assim, à nossa terceira questão — o terceiro dos argumentos mencionados acima — que diz respeito ao efeito *indireto* que as empresas estrangeiras de exportação exercem sobre o processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Em grande número de regiões, o estabelecimento e o funcionamento da empresa estrangeira conduzem as inversões em instalações que, embora não participem diretamente do sistema de produção e de exportação de matérias-primas, são, não obstante, indispensáveis a essas atividades. Tais instalações consistem em ferrovias e portos, rodovias e aeroportos, serviços de comunicação, canais de navegação e usinas elétricas. De maneira geral, o progresso nesses campos é necessário e desejável, interessando, pois, a qualquer país subdesenvolvido. Mesmo que a implantação ou a expansão desses “serviços” *per se* pouco contribua para o crescimento do mercado interno das áreas subdesenvolvidas — uma vez que a maior parte do investimento correspondente assume a forma de despesas com equipamento importado, ou seja, “investimento em espécie” — os projetos de infra-estrutura são usualmente considerados benéficos para a economia, pois, uma vez concluídos, terão expandido o horizonte para novos investimentos na região. Tais possibilidades, derivadas da criação de “economias externas”, originam-se do fato de que a operação de uma empresa facilita (ou torna mais barato)

<sup>38</sup> MOORE, W. E. *Industrialization and Labor*. Ithaca e Nova York, 1951. p. 60-62. Ver também a bibliografia referida nessas páginas, em particular o elucidativo trabalho de LASKER, B. *Human Bondage in Southeast Asia*. Chapel Hill, Carolina do Norte, 1950.

<sup>39</sup> McLEOD, A. N. “Trade and Investment in Underdeveloped Areas: A Comment”. In: *American Economic Review*. Junho de 1951. p. 411. A expressão “investimento meramente geográfico”, empregada pela primeira vez por H. W. Singer, refere-se ao “investimento estrangeiro que geograficamente se localiza nos países subdesenvolvidos, mas que nunca se torna parte integrante de suas economias, permanecendo, isto sim, como parte das nações investidoras”.



a formação ou o funcionamento de outra. Assim, a construção de uma usina elétrica para uso de um conjunto industrial ou de mineração pode evitar à outra firma as despesas com a instalação de fonte própria de energia elétrica, suprindo-a, desse modo, com a mais barata energia que poderia pensar obter. Igualmente, a montagem de uma serraria para suprir as necessidades de uma fábrica pode reduzir o custo de construção de outra fábrica na mesma zona.

É importante distinguir a melhoria das condições propiciadoras da expansão econômica que tem lugar do modo indicado acima, da que resulta do fenômeno que se pode, com justeza, denominar de “efeito amplificador dos investimentos”, ou seja, o processo a que já nos referimos e segundo o qual o investimento em um dado projeto é tornado possível pela ampliação do mercado ocasionada por investimentos em outras empresas. Faz-se mister sublinhar essa distinção porquanto há forte tendência a ignorá-la ou confundi-la na maioria dos trabalhos sobre desenvolvimento econômico. Isso pode levar a graves erros, pois, enquanto o “efeito amplificador dos investimentos” é quase sinônimo de desenvolvimento econômico e implica, forçosamente, a criação de “economias externas”, a instalação de “serviços” do tipo mencionado no parágrafo precedente *pode* dar lugar a economias externas mas não provoca, obrigatoriamente, um aumento do volume de inversões e o crescimento econômico generalizado. Em outras palavras, os investimentos internos simultâneos, que refletem um processo de crescente divisão do trabalho e que determinam uma expansão cumulativa do mercado interno, trazem, como subproduto, a criação de economias externas, isto é, a formação de condições que, a seu turno, irão facilitar ulteriores divisões do trabalho e subseqüentes investimentos. Todavia, para que a formação de um ambiente favorável a inversões resulte de fato em aumento da taxa de acumulação de capital em dada região, é indispensável que a mesma tenha alcançado um nível de desenvolvimento econômico e social em que seja possível a transição para o capitalismo industrial. De outro modo, essas fontes virtuais de economias externas, na medida em que se incorporarem ao sistema, servirão apenas para dar maior vigor àquelas forças que garantem a estrutura econômica e social vigente, contrária ao desenvolvimento, ou então ficarão recuzidas a meras potencialidades — disponíveis, porém não utilizadas —, que pouco contribuirão para o progresso da economia, indo juntar-se a outras forças produtivas também subempregadas.

Significa isso que as “economias externas” como agente estimulador de inversões podem representar, na prática, um papel semelhante ao que corresponde ao barateamento de qualquer elemento constitutivo do custo de um fator de produção, como, por exemplo, aquele resultante de uma redução na taxa de juro. Da mesma maneira como hoje se reconhece ser um engano esperar que, a dado nível de renda e de procura efetiva, uma simples queda na taxa de juro provocará um aumento no volume de investimentos, é também errôneo supor que a presença “física” de fontes potenciais de economias externas seja suficiente para gerar a expansão econômica. A semelhança, porém, não pára aí. Assim como a antiga insistência da Ciência Econômica em afirmar a importância estratégica da taxa de juro não era, de modo algum, uma atitude “inocente” — implícito como estava nessa tese o primado do *laissez faire* e da não-intervenção governamental na atividade econômica —, do mesmo modo o atual clamor em favor das inversões maciças nos países subdesenvolvidos nos setores capazes de originar economias externas (usinas elétricas, rodovias etc.) está longe de corresponder a um entusiasmo puramente teórico. Seu significado real torna-se visível, entretanto, tão pronto se pergunte: a quem os serviços de infra-estrutura assim criados irão proporcionar economias externas? É bastante passar a vista em declarações de economistas, tanto de órgãos governamentais como de várias organizações dominadas pelas grandes empresas,



para ver claramente que tais fontes de “economias externas”, cuja construção é aconselhada aos países subdesenvolvidos, destinam-se basicamente a favorecer a exploração de seus recursos naturais pelas empresas ocidentais. Além disso, a grande ênfase na tese da indispensabilidade da ajuda governamental a esses projetos, através de financiamentos e facilidades de toda ordem, característica de manifestações do gênero, nada mais é que um reflexo da velha e respeitável noção da “cooperação harmoniosa” entre os Governos das nações pobres e as empresas monopolistas: aos primeiros cabem os ônus da implantação e da manutenção dos empreendimentos, com a menor “participação” financeira possível das firmas interessadas, enquanto cabe a estas embolsar os lucros daí resultantes, evitando-se nessa fase a menor “intervenção” financeira possível do poder público.

Assim, enquanto Nelson Rockefeller e seus colaboradores afirmam que

“quando se desenvolve rapidamente uma aguda escassez, torna-se da máxima importância o aumento, também rápido, da produção de matérias-primas nos países subdesenvolvidos”,<sup>40</sup> o Prof. Mason assinala, por sua vez, que “tal expansão dificilmente terá lugar sem a ampliação dos serviços de base — ferrovias, rodovias, melhoria de portos, usinas elétricas etc. — tarefa da responsabilidade dos que têm uma contribuição a dar ao desenvolvimento econômico geral”.<sup>41</sup>

Não se menciona, porém, quem deve arcar com o ônus dos investimentos nesses setores: se aqueles que promoverão um “aumento rápido da produção de matérias-primas nos países subdesenvolvidos” ou aqueles que “têm uma contribuição a dar ao seu desenvolvimento econômico geral”. O famoso *Gray Report* responde a ambas as questões com toda a clareza possível. Depois de expressar o ponto de vista historicamente correto de que os

“investimentos privados revestirão provavelmente um caráter seletivo, com a quase totalidade dos novos fundos encaminhando-se para a exploração de recursos minerais em um número relativamente pequeno de países”, seus autores passam a explicar que “o investimento privado constitui o método preferível e desejável para alcançar o desenvolvimento”, que “as oportunidades para o investimento privado devem ser ampliadas ao máximo”, e que há “necessidade de um correspondente condicionamento e ajustamento do volume do investimento público”<sup>42</sup> a esses objetivos.

O ponto central do problema é que os “serviços auxiliares” são de fato auxiliares mas, na maioria dos casos, apenas das atividades da empresa estrangeira vinculada ao setor exportador, e que as “economias externas”, que originam, favorecem, quase exclusivamente, a produção adicional de matérias-primas para a exportação. Deve-se isso, em parte, à circunstância das instalações ou “serviços” da natureza indicada, quando construídos pela empresa estrangeira ou por exigência sua, serem naturalmente projetados e localizados de forma a atender as suas necessidades. Em toda parte e em todos os setores, observa-se a mesma situação. As estradas de ferro, quando construídas sob os auspícios de empresas estrangeiras, seja na Índia, na África ou na América Latina, obedecem sempre, em seu traçado, ao objetivo principal de facilitar a movimentação de matéria-prima até os portos de embarque. O melhoramento das instalações portuárias é imposto, também, pelos exportadores de matérias-primas, do mesmo modo que determinadas usinas elétri-

<sup>40</sup> “International Development Advisory Board”. In: *Partners in Progress, a Report to the President*. Washington, 1951. p. 8.

<sup>41</sup> “Raw Materials, Rearmament, and Economic Development”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Agosto de 1952. p. 336.

<sup>42</sup> *Report to the President on Foreign Economic Policies*. Washington, 1950. p. 52 e 61.



cas são montadas para suprir as empresas de mineração estrangeiras, e projetos de irrigação são executados para beneficiar as grandes propriedades agrícolas sob controle do capital estrangeiro. Como diz o Dr. H. W. Singer,

“os serviços de base existentes nos países subdesenvolvidos, que prestam serviços ao seu setor exportador, são geralmente uma conseqüência de investimentos estrangeiros e nunca se tornam parte integrante da estrutura econômica desses mesmos países subdesenvolvidos, exceto em sentido puramente físico e geográfico”.<sup>43</sup>

Não obstante, não são as características físicas desses serviços, patrocinados pela empresa estrangeira, que constituem a razão principal de sua esterilidade do ponto de vista do desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Muito mais importante é o fato de que mesmo na hipótese de que houvessem sido projetados e localizados de forma a corresponder plenamente às necessidades técnicas do crescimento econômico das áreas atrasadas, seus efeitos ainda assim seriam nulos (quando não negativos) uma vez que continuariam a constituir um segmento estranho, artificialmente introduzido, na estrutura sócio-econômica. Não são as ferrovias e usinas elétricas que promovem o desenvolvimento do capitalismo industrial: é o capitalismo industrial que conduz à construção de ferrovias, rodovias e centrais elétricas. As mesmas fontes de “economias externas”, se existentes em um país em que o capitalismo ainda não superou a etapa comercial, irão servir ao capitalismo mercantil e não provocar a sua transição para a forma mais avançada do capitalismo industrial. É por isso que os modernos bancos fundados pelos ingleses durante a segunda metade do século XIX, na Índia, no Egito, na América Latina e em toda parte do mundo subdesenvolvido da época não se tornaram fontes de crédito industrial e sim câmaras de compensação, em grande escala, das finanças mercantis, rivalizando-se com os usurários locais na cobrança de juros. Do mesmo modo, os portos e as cidades que surgiram em muitos países subdesenvolvidos, em conexão com a rápida expansão de suas exportações, não se tornaram centros de atividade industrial: cresceram rapidamente, superpovoando-se de uma variada população de mascates, agentes e comissários e transformando-se em vastos mercados que propiciavam aos ricos comerciantes o necessário “espaço vital”. As ferrovias, as rodovias e os canais construídos especialmente para servir às empresas estrangeiras não se transformaram, também, em pujantes artérias do aparelho de produção. Simplesmente aceleraram a desintegração da economia agrária existente, constituindo-se em instrumentos adicionais para a exploração mercantil, mais intensa e mais impiedosa, das populações rurais.

O Prof. Frankel tem toda a razão ao afirmar que

“a história de tais ‘investimentos’ na África e em outras regiões fornece inúmeros exemplos de traçados ferroviários, estradas de rodagem, portos, sistemas de irrigação etc. Situados em lugares errados, que não apenas fracassaram em detonar um processo autogerador de renda, mas que impediram, de fato, se alcançasse um ritmo de progresso econômico maior, que bem poderia ter ocorrido”.<sup>44</sup>

<sup>43</sup> “The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries”. In: *American Economic Review*. Maio de 1950. p. 475. É interessante notar que a Missão de Assistência Técnica das Nações Unidas enviada à Bolívia conclui sua análise da economia mineira desse país com a seguinte observação: “essa nova economia de mercado e de sentido capitalista manteve-se inteiramente divorciada da restante estrutura econômica do país”. *Report of the UN Mission of Technical Assistance to Bolivia*. 1951. p. 85. A Comissão Econômica para a América Latina — CEPAL (*Recent Facts and Trends in the Venezuelan Economy — 1951*) observa que é mais correto considerar a atividade petrolífera na Venezuela como parte da economia dos países de origem das companhias investidoras do que como um segmento da economia venezuelana.

<sup>44</sup> *Some Conceptual Aspects of International Economic Development of Underdeveloped Territories*. Princeton, 1952. p. 14.



Não se conseguirá nunca, entretanto, dar ênfase demasiada ao fato de que o dano pior que esses investimentos causaram ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos não é o de terem sido feitos em projetos “errados”, mas sim o de terem subtraído recursos para investimento em projetos “certos” e nos lugares “certos”. O principal efeito da empresa estrangeira sobre o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos é o de fortalecer o predomínio do capitalismo comercial; o de retardar e, muitas vezes, de impedir sua transformação em capitalismo industrial.

## VII

Esta é a “influência indireta” realmente importante que a empresa estrangeira exerce sobre a evolução dos países subdesenvolvidos. Transmite-se através de grande número de canais; alcança todos os setores de atividade — económico, social, político e cultural — e determina, de forma decisiva, toda sua evolução. Há, primeiramente, o nascimento de um grupo de comerciantes que se expande e prospera na órbita do capital estrangeiro. Muitos de seus membros conseguem formar vastas fortunas e ascender aos mais altos escalões da classe capitalista dos países subdesenvolvidos, quer operando como atacadistas — montando, selecionando e padronizando mercadorias compradas de pequenos produtores e artesãos, para vendê-las, em seguida, a representantes das empresas estrangeiras — quer como fornecedores de matérias-primas locais, ou como supridores de outras necessidades das firmas estrangeiras e de suas diretorias. Derivando seus lucros da operação dos consórcios estrangeiros, vitalmente interessado, portanto, em sua expansão e prosperidade, esse segmento da burguesia nativa usa toda a sua influência e poder com o objetivo de fortalecer e perpetuar o *status quo*.

Há, em segundo lugar, os monopólios industriais nativos, na maioria dos casos intimamente ligados e associados ao capital mercantil nacional e à empresa estrangeira, e que dependem, para a sua sobrevivência, da manutenção da estrutura económica vigente e cuja posição monopolista seria eliminada pelo surgimento do capitalismo industrial. Interessados em evitar o aparecimento de competidores que venham disputar seus mercados, tais monopólios vêem com simpatia o desvio de capitais para as atividades de “circulação” de bens e nada têm a temer da empresa estrangeira dedicada ao comércio exterior. São eles, por isso, corajosos defensores da ordem e do regime vigentes.

Os interesses desses dois grupos nacionais são comuns aos dos proprietários feudais, poderosamente entrincheirados nas sociedades das regiões atrasadas. Nenhum deles tem realmente motivo para se preocupar com as atividades das empresas estrangeiras em seus países. Essas atividades, ao contrário, proporcionam-lhes lucros consideráveis. Frequentemente tais empresas criam oportunidades para colocação dos produtos dos latifúndios; em muitos lugares fazem com que se eleve o valor da terra; oferecem, muitas vezes, oportunidades de empregos rendosos aos membros da aristocracia rural.

Resulta daí uma poderosa coalizão, política e social, formada pelos ricos representantes da classe mercantil, pelos poderosos monopolistas e pelos grandes senhores de terras, destinada a defender a ordem feudal-mercantil prevalecente. Dominando o país, não importa por que processos políticos — com uma monarquia, com uma ditadura militar fascista ou com uma república do tipo “Kuomintang” —, os setores coligados não podem esperar nada de bom do surgimento do capitalismo industrial, o qual terminaria, inevitavelmente, por desalojá-los de suas posições de privilégio e de poder. Bloqueando todo o progresso económico e social em seu país, tal regime não possui nenhuma base política real na cidade ou no campo, vi-



vendo em constante sobressalto, eternamente receoso das massas populares, miseráveis e ansiosas por sua libertação, dependendo, para sua continuidade, das guardas pretorianas formadas por mercenários bem pagos.

Na maioria dos países hoje subdesenvolvidos, a evolução política e social das últimas décadas teria abalado e derrubado os regimes dessa espécie. O fato de que tenham conseguido sobreviver — sobrevivência que significa, no caso, a espoliação das massas populares em favor de minorias nacionais e do capital estrangeiro — na maioria dos países da América Latina e do Oriente Médio, bem como em numerosas nações “livres” do Sudeste asiático e em alguns países igualmente “livres” da Europa, deve-se, principalmente, se não exclusivamente, à ajuda e ao apoio que lhes foram dados, também “livremente”, pelo capitalismo ocidental e pelos Governos que agiram como seus representantes. Em conseqüência, a manutenção no poder de tais Governos e as atividades da empresa estrangeira nos países subdesenvolvidos tornaram-se mutuamente interdependentes. É o estrangulamento econômico dos países coloniais e dependentes pelas potências imperialistas que impede o desenvolvimento do capitalismo industrial nacional, não permitindo a derrubada do regime feudal-mercantil e sustentando no poder as administrações subservientes e fiéis a seus interesses. É a preservação de Governos subservientes, que asfixiam o desenvolvimento econômico e social e que suprimem todos os movimentos populares de libertação social e nacional, que torna possível às potências imperialistas continuarem a explorar e dominar, ainda hoje, as economias subdesenvolvidas.

O capital estrangeiro e os Governos pelos quais é representado têm mantido firmemente, até hoje, seus compromissos nesse pacto. Embora admitindo que as “potências coloniais tenham juntado o peso da proscricção governamental e do desencorajamento público às forças que dificultam a expansão industrial nas áreas produtoras de matérias-primas”, a opinião oficial corrente crê firmemente que “esses dias (...) tenham terminado para sempre”.<sup>45</sup> Infelizmente, não pode haver mais errônea interpretação da História contemporânea. Se olharmos para o procedimento britânico no Quênia, na Malásia ou nas Índias Ocidentais, para as operações francesas na Indochina e na África do Norte, para as atividades dos Estados Unidos na Guatemala e nas Filipinas, ou mesmo se considerarmos as transações um pouco mais “sutis” dos Estados Unidos com a América Latina e o Extremo Oriente, ou ainda as maquinacões anglo-americanas mais complexas no Oriente Próximo, poderemos dizer que muito pouco da essência do imperialismo “daqueles dias” “desapareceu para sempre”.

Devemos reconhecer, entretanto, que tanto o próprio imperialismo quanto o seu *modus operandi* e roupagens ideológicas não são hoje exatamente o que eram há cinquenta ou cem anos. Da mesma maneira como a pilhagem cedeu lugar ao estabelecimento de um comércio organizado com os países subdesenvolvidos, no qual o saque foi racionalizado e se transformou em rotina graças a um mecanismo de relações contratuais impecavelmente “corretas”, assim também o funcionamento bem ajustado do comércio evoluiu para o moderno sistema imperialista de exploração, ainda mais adiantado e mais racional. À semelhança de todos os outros fenômenos historicamente mutáveis, a forma contemporânea do imperialismo contém e preserva todas as suas características primitivas, elevando-as, contudo, a novo nível. A característica principal do imperialismo dos dias presentes é que ele agora já não se contenta mais com a rápida obtenção de grandes lucros esporádicos nos territórios que domina, ou com a simples manutenção de um fluxo regular desses lucros, por

<sup>45</sup> MASON, E. S. “Nationalism and Raw Materials”. In: *The Atlantic*. Março de 1953. p. 62.



um período mais ou menos longo. Impulsionado por uma empresa monopolística bem organizada e racionalmente dirigida, o imperialismo tem hoje, como escopo, a perpetuação dessa corrente de lucros. Descobre-se, assim, o objetivo fundamental do imperialismo em nossa época: impedir ou, se isso for impossível, retardar e controlar o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Que o desenvolvimento é fenômeno profundamente hostil aos interesses das grandes empresas estrangeiras produtoras de matérias-primas para exportação é coisa que se demonstra rapidamente. Existe, é claro, a ameaça mortal da nacionalização de tais empresas, que sempre está associada à ascensão ao poder, nos países atrasados, de Governos empenhados em retirar seus países da estagnação em que se encontram. Mesmo na ausência de nacionalização, porém, o desenvolvimento econômico dos países de produção primária representa sempre um mal e um perigo para o capitalismo ocidental, pois, qualquer que seja o ângulo do qual se aprecie o fenômeno, ele se revela sempre flagrantemente prejudicial à prosperidade das empresas produtoras de matérias-primas.<sup>46</sup> É que, em condições de crescimento econômico, expandem-se as oportunidades de emprego e a produtividade em outras faixas da economia, ao mesmo tempo que aumentam a consciência de classe e poder de barganha da força de trabalho, o que tende a elevar os salários no setor produtor de matérias-primas. Embora em algumas linhas de produção — especialmente nas empresas agrícolas — esses custos maiores possam ser compensados pela adoção de técnicas mais aperfeiçoadas, a mecanização implícita na substituição da mão-de-obra significa dispêndios de capital, cuja realização obviamente repugna às empresas atingidas, enquanto, na indústria extrativa mineral e nas explorações petrolíferas, até mesmo essa solução oferece possibilidades limitadas. Estas últimas atividades empregam, em geral, os mesmos métodos de produção em uso nos países adiantados, de modo que o “hiato” tecnológico — que oferecia possibilidades de substituição do fator de produção que encareceu — é, por isso mesmo, muito pequeno. Como os preços de seus produtos no mercado mundial constituem um dado fixo para cada uma das empresas — pelo menos a curto prazo —, a elevação do custo da força de trabalho, associada a vários suplementos de salários decorrentes de sindicalização progressiva, bem como a custos, também crescentes, de outros produtos locais, não pode conduzir senão a uma diminuição dos lucros. Destarte, se os efeitos de longo prazo do desenvolvimento econômico não podem deixar de ser prejudiciais às grandes empresas produtoras e exportadoras de matérias-primas, as modificações imediatas e concomitantes ao processo de desenvolvimento econômico podem ser ainda mais perturbadoras. Elas significarão, via de regra, impostos e *royalties* mais elevados, cobrados às empresas estrangeiras pelos Governos nacionais, a fim de mobilizar recursos para financiar projetos de desenvolvimento; a adoção de controles cambiais, destinados a eliminar ou reduzir a remessa de lucros para o exterior; a aplicação de tarifas, que encarecem o equipamento estrangeiro ou aumentam os preços dos bens de consumo genérico importados etc. Todas essas medidas interferem, inevitavelmente, na liberdade de ação das empresas estrangeiras e redundam em diminuição de seus lucros.<sup>47</sup>

Não é de admirar, pois, que em tais circunstâncias as grandes empresas ocidentais, profundamente engajadas na exploração de matérias-primas, não meçam

<sup>46</sup> O único efeito possivelmente favorável do crescimento da renda nos países subdesenvolvidos, conseqüente à aceleração do processo de crescimento, isto é, o aumento da procura de matérias-primas, pode ser ignorado sem perigo. Para que essa procura alcance altos níveis será necessário atingir um estágio adiantado de desenvolvimento. Assim, na Venezuela, onde se observa a mais elevada participação do consumo interno na produção total, em relação aos demais países petrolíferos atrasados, menos de 4% do petróleo é vendido no mercado venezuelano.

<sup>47</sup> Este parágrafo é em sua essência uma reformulação de assertivas do Dr. C. E. Rollins em sua monografia já citada. “Mineral Development and Economic Growth”. In: *Social Research*. Outono de 1956.



esforços e sacrifícios em suas tentativas de obstruir a evolução das condições políticas e sociais que podem conduzir os países subdesenvolvidos à promoção de seu desenvolvimento econômico. Nessa luta, fazem uso de todo o seu imenso poder para sustentar, nas regiões atrasadas, as administrações que lhes são fiéis, para quebrar e corromper os movimentos políticos e sociais que lhes sejam opostos e para derrubar quaisquer Governos progressistas que possam alcançar o poder e que se recusem a obedecer e a se submeter a seus desígnios imperialistas. Onde e quando seus próprios recursos não são suficientes para manter a situação sob controle, ou onde e quando os custos e encargos de tais operações podem ser transferidos para os Governos de seus países de origem — ou, atualmente, para organismos internacionais como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento —, recursos diplomáticos, financeiros e, se necessário, forças militares da potência imperialista são rápida e eficientemente mobilizados para auxiliar a empresa privada que esteja encontrando obstáculos para o desempenho de sua tarefa.<sup>48</sup>

### VIII

A preocupação de elaborar políticas e de promover movimentos de opinião pública no Ocidente, destinados a amparar as grandes empresas em seu planejado esforço de manter as posições conquistadas nos países atrasados e de sabotar o seu desenvolvimento econômico, é evidente não apenas em muitos trabalhos econômicos, mas também em pronunciamentos oficiais. O Presidente Eisenhower definiu os objetivos da política externa norte-americana como sendo

“o de realizar o nosso Governo todo e qualquer esforço capaz de estimular um fluxo de investimentos privados para o exterior. Isso significa que o propósito sério e explícito de nossa política externa deve ser o de encorajar a criação e a manutenção de um clima favorável a esses investimentos nos países estrangeiros”.<sup>49</sup>

Esse ponto de vista encontrou eco nas manifestações de C. B. Randall, presidente da Comissão de Política Econômica Exterior, o qual insiste na imperiosa necessidade “de ser criado um novo e melhor clima para os investimentos norte-americanos”, ao mesmo tempo que se rejubila com o fato de que essa necessidade “felizmente já vem sendo reconhecida em países como a Turquia, a Grécia e o Panamá, que tem liderado o movimento em favor da modernização de suas leis sobre sociedades anônimas e da criação de um ambiente adequado a nossos investimentos”.<sup>50</sup> A posição das grandes empresas foi definida de maneira que se poderia chamar de “brutalidade desarmadora”, por August Maffry, vice-presidente da Irving Trust Company e um dos mais influentes economistas de Wall Street. Em relatório

<sup>48</sup> Não nos é possível, infelizmente, dar aqui um tratamento extenso a esse importante assunto. Falta-nos um estudo completo sobre o imperialismo contemporâneo, e seu retrato tem que ser feito, por isso, à base da reunião de informações colhidas em várias fontes. Em complemento ao que foi dito num dos capítulos precedentes, ver a interessante e fiel descrição das atividades imperialistas no campo do petróleo em *The Empire of Oil* (Nova York, 1955), de Harvey O'Connor; a bem documentada descrição do que provavelmente constitui o mais expressivo caso de intervenção imperialista no período do pós-guerra, em *The Impact of the West on Iranian Social History* (tese inédita. Universidade da Califórnia em Berkeley, 1955), de N. Keddie; e o útil relato sobre as intervenções norte-americanas na América Latina apresentado por O. E. Smith, Jr., em *Yankee Diplomacy* (Dallas, 1953) — isso para citar apenas alguns trabalhos.

<sup>49</sup> Mensagem sobre o estado da União, 1953.

<sup>50</sup> *A Foreign Economic Policy for the United States*. Chicago, 1954. Capítulo II. A lista dos países que fazem jus a essa referência especial é certamente valiosa. Ela poderia ser ampliada de modo a incluir a Espanha de Franco, a Coreia de Syngmann Rhee, a China Nacionalista de Chiang Kai-Shek, a Guatemala de Castillo Armas e algumas partes do “mundo livre” de orientação e concepção política e econômica semelhantes.



especialmente preparado para o Departamento de Estado norte-americano, ele lança o seu apelo em prol de uma "diplomacia total", a serviço dos investimentos americanos no exterior.

"A melhoria do clima propício a investimentos nos países amigos, mediante intensificação de medidas mais diretas, deve constituir o objetivo de um esforço diplomático, total e permanente, dos Estados Unidos. (...) Todos os órgãos e agências do Governo dos Estados Unidos que se relacionam, de algum modo, com o desenvolvimento econômico no exterior, devem exercer constante vigilância sobre ações discriminatórias ou de outra natureza, porventura empreendidas por Governos estrangeiros, que possam afetar os interesses dos investidores americanos, e devem empregar todas as formas possíveis de pressões diplomáticas para impedi-las ou contorná-las."

Não se preocupando muito com a seleção dos métodos a serem empregados, o mesmo autor sugere mais adiante:

"Há ainda outro meio, bastante promissor, pelo qual o Governo dos Estados Unidos pode contribuir para a obtenção de melhores condições para investimentos nos países estrangeiros. Consiste ele em auxiliar e reforçar, por todas as formas possíveis, os esforços desenvolvidos por investidores privados com o propósito de obter concessões dos Governos estrangeiros para inversões em projetos específicos. (...) Uma vez obtidas essas concessões, mediante a combinação dos esforços privados e oficiais, estará então aberto o caminho para a sua generalização em benefício de todos os outros investidores privados".<sup>51</sup>

Como os

"investimentos privados norte-americanos no exterior estão concentrados especialmente em atividades extrativas em particular no setor petrolífero", sendo "provavelmente verdade que, na ausência de condições muito especiais, nenhum capital privado norte-americano se orientará para o exterior a menos que haja boas perspectivas de que (...) os lucros amortizarão os investimentos em um prazo aproximado de cinco anos",<sup>52</sup>

compreende-se prontamente de que espécie devem ser os Governos dos países subdesenvolvidos para garantirem a tais investimentos a hospitalidade que exigem. Não é também difícil perceber que classe de regime e que qualidade de forças políticas e sociais devem ser estimuladas e amparadas nos países subdesenvolvidos pela "diplomacia total" e pela aplicação de "medidas mais diretas", a fim de que se crie, nas regiões ricas em matérias-primas, o "tipo correto de ambiente" para o capital estrangeiro.

<sup>51</sup> "Program for Increasing Private Investment in Foreign Countries". Edição mimeografada, Nova York, 1952. p. 10-12.

<sup>52</sup> VINER, Jacob. "America's Aims and the Progress of Underdeveloped Countries". In: *The Progress of Underdeveloped Areas*. HOSELITZ, B. F. (ed.). Chicago, 1952. p. 184.







### *A Morfologia do Subdesenvolvimento (II)*

#### *I*

Podemos, agora, tentar completar nossa rápida investigação sobre o modo de utilização do excedente econômico nos países subdesenvolvidos, examinando, ao mesmo tempo, o último dos argumentos citados em favor da empresa estrangeira. Para tanto, devemos pesquisar, ainda que brevemente, qual o emprego dado à parcela do excedente econômico que é apropriada pelo *quarto* pretendente não agrícola à sua posse: o Estado. O montante de que o Estado se apropria varia, obviamente, de país para país. Em alguns deles é relativamente pequeno, como, por exemplo, na maioria dos países da América Latina ou nas Filipinas; em outros, é vultoso, como na Venezuela e em algumas zonas petrolíferas do Oriente Médio. Não são menos pronunciadas as variações do que denominamos *locus* econômico das receitas governamentais e dos métodos (intimamente ligados àquele) de sua coleta. Em numerosos países — uma vez mais localizados nas áreas produtoras de petróleo — as receitas governamentais constituem *transferências* de excedente econômico, facilmente identificáveis. Em outras regiões, elas representam *acrêscimos* ao excedente econômico, determinadas por uma redução correspondente da parcela do produto total disponível para consumo da população. No primeiro caso, as receitas provêm, em sua maior parte, de impostos, direitos de exportação e *royalties* pagos, em boa parte, pela empresa estrangeira. No segundo caso, várias são as fontes dentre as quais se destacam como principais os impostos indiretos cobrados à população, sob a forma de tarifas aduaneiras e de tributos sobre bens de consumo popular, ou mediante a emissão inflacionária de papel-moeda.<sup>1</sup>

Embora se observem também diferenças consideráveis na maneira pela qual cada governo gasta suas receitas, a diversidade nesse aspecto é muito menor. De fato, os países atrasados podem ser grupados, sem maiores dificuldades, em três grandes categorias: a primeira, composta pelos vastos territórios coloniais administrados diretamente pelas potências imperialistas (aproximadamente quase toda a África, partes da Ásia e algumas áreas, relativamente pequenas, da América); a se-

<sup>1</sup> Em países nos quais tarifas elevadas e impostos de vendas incidem sobre artigos de luxo (o número desses países é relativamente reduzido), as receitas fiscais daí resultantes podem também significar transferências de excedente econômico ao invés de incremento.



gunda, formada pela esmagadora maioria dos países atrasados, controlados por regimes políticos predominantemente do tipo feudal-mercantil, servis aos interesses imperialistas; a terceira inclui os poucos países subdesenvolvidos cujos Governos obedecem a uma orientação política que se poderia chamar de *New Deal* — principalmente a Índia, a Indonésia e a Birmânia.<sup>2</sup>

Com referência ao primeiro grupo, tem-se feito, desde o fim da guerra, grande esforço publicitário procurando demonstrar que a administração atual das colônias imperialistas é totalmente diferente — em espírito, propósitos e conseqüências — daquela que costumava ser a prática consagrada no passado e que se considera hoje como definitivamente liquidada. Assim como o Presidente Truman, ao anunciar, em 1949, o aplaudido Ponto IV de seu *Discurso de Posse*, prometeu

“proporcionar a força vitalizadora capaz de levantar os povos do mundo em ação triunfante, não somente contra seus opressores humanos, mas também contra seus inimigos seculares — a fome, a miséria e o desespero” —,

os Governos da Inglaterra, França, Bélgica e Portugal vêm anunciando planos decenais de desenvolvimento colonial, cujos propósitos confessados são a elevação dos níveis de saúde e de bem-estar dos povos que habitam os territórios sob seu domínio.

Além disso, as diretrizes que orientam as atividades do Programa do Ponto IV e os esforços das potências ocidentais européias em elaborar planos de desenvolvimento colonial foram inspirados por espíritos irmãos. No Programa do Ponto IV,

“particular ênfase (...) é dada (...) à criação de condições incentivadoras de um fluxo de inversões privadas consideravelmente maior”.<sup>3</sup>

Os Governos da Europa ocidental, de maneira semelhante, afirmaram que

“todo esforço está sendo feito, e continuará a ser feito, com o objetivo de encorajar o fluxo de capital privado para as colônias. Alimenta-se a esperança de que os investidores privados venham a compreender plenamente as vantagens que os investimentos nos territórios poderão oferecer”.<sup>4</sup>

De fato, parece que a maximização de tais vantagens constituía o objetivo dos arquitetos do Ponto IV e dos autores dos planos coloniais da Europa ocidental. Aparentemente ainda interessados — para usar a famosa expressão de Cecil Rhodes — “na terra e não nos negros”, os projetos da “ação triunfante” nas colônias dão ênfase especial ao desenvolvimento da produção de matérias-primas. Que esse é também o objetivo fundamental do Ponto IV revela-o claramente o próprio órgão incumbido de sua administração:

“A localização, desenvolvimento e beneficiamento de recursos minerais e energéticos assumem grande importância no programa de cooperação técnica para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos” —

presumivelmente porque

<sup>2</sup> Existiram, no passado, alguns países pertencentes a esse grupo na América Latina — especialmente o México, durante o período governamental de Lázaro Cárdenas, bem como a Guatemala e o Chile. Essas “situações especiais” foram, porém, “corrigidas”, e os países mencionados trazidos de volta ao nosso segundo grupo.

<sup>3</sup> Departamento de Estado dos Estados Unidos. *Point Four, Cooperative Program for Aid in the Development of the Economically Underdeveloped Areas*. Washington, 1949. p. 4.

<sup>4</sup> Organização para a Cooperação Econômica Européia. *Investments In Overseas Territories in Africa South of the Sahara*. Paris, 1951. p. 79.



“muitos recursos minerais inexplorados, existentes nas regiões que participarão desse esforço cooperativo, são de inestimável valor para as nações mais altamente desenvolvidas no mundo, inclusive os Estados Unidos”.<sup>5</sup>

A Organização para a Cooperação Econômica Européia — OCEE — atesta, por sua vez, que os benfeitores das colônias da Europa ocidental não almejam outro resultado:

“Dentro das linhas do presente programa de desenvolvimento, os territórios podem dar uma significativa contribuição à defesa do mundo livre de que fazem parte [sic!], particularmente pelo aumento de sua produção de matérias-primas”.<sup>6</sup>

A lucratividade da exploração privada de matérias-primas depende, porém, da disponibilidade de “serviços de infra-estrutura”: ferrovias, rodovias, portos, centrais elétricas etc. Sua implantação, entretanto, raramente atrai o capital privado.<sup>7</sup> Como sabemos, a “livre empresa” nunca invejou nem disputou essa área de inversões, que é deixada ao Tesouro Nacional, o que explica que mais de 3/4 dos dispêndios públicos projetados para os territórios franceses tenham, como finalidade, a criação de tais fontes de “economias externas” para as empresas produtoras de matérias-primas, enquanto a proporção correspondente no orçamento belga é de aproximadamente 2/3, sendo de cerca de metade nas previsões inglesas.<sup>8</sup>

As parcelas remanescentes do orçamento de investimentos organizados para essas regiões são gastas, geralmente, com os chamados “serviços sociais”, isto é, com a melhoria das condições alimentares, de assistência médica, de educação etc. Mesmo essas despesas obedecem, em sua essência, aos interesses do capitalismo ocidental e têm como finalidade proporcionar melhores fontes humanas de economias externas. As palavras do Prof. Josué de Castro sobre esse assunto merecem ser citadas na íntegra:

“O colonizador europeu, quando oferece ao negro uma quantidade maior de alimentos do que aquela de que dispõe normalmente na aldeia nativa, atende a um duplo objetivo: atrair trabalhadores e, concomitantemente, provê-los de uma quantidade superior de energia, a qual ele espera reaver sob a forma de trabalho produtivo. O que ele está realmente proporcionando não é melhor nutrição, mas sim combustível em maior abundância. A mesma coisa que está acontecendo agora na África, já ocorreu na América tropical, no que concerne à alimentação de negros escravos. O senhor de escravos, ansioso por obter a maior produção possível, teve sempre o cuidado de propiciar-lhes (...) uma dieta que mantivesse os negros permanentemente com boa saúde, e tornasse possível exigir-lhes os mais árduos trabalhos agrícolas. Essa política dos grandes fazendeiros do Brasil e das Antilhas (...) levou à falsa conclusão de que os negros escravos constituíam um dos mais bem alimentados grupos escravos das colônias. Isso nunca foi verdade. A dieta do negro era maciça, mas sempre má. A chamada política do ‘estômago cheio’ piorou consideravelmente a situação alimentar do ne-

<sup>5</sup> Departamento de Estado. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>6</sup> OCEE. *Loc. cit.*

<sup>7</sup> Deve-se isso à baixa remuneração dos capitais aplicados em serviços públicos nos países subdesenvolvidos, em comparação com os investidos em empreendimentos exploratórios de recursos minerais, especialmente matérias-primas. No quadriênio 1945/48, a remuneração média anual dos valores contábeis dos investimentos norte-americanos nas regiões subdesenvolvidas foi de 3,2% em serviços públicos, em comparação com 13,4% em todos os ramos de atividade, inclusive serviços públicos, e com 26,7% em petróleo. DERNBURG, H. J. “Prospects for Long-Term Foreign Investment”. In: *Harvard Business Review*. Julho de 1950, p. 44. A causa dos baixos lucros proporcionados pelos serviços públicos nos países subdesenvolvidos decorre, principalmente, do elevado custo médio por unidade de produto, resultante de sua incapacidade de beneficiar-se das economias de escala, incapacidade esta ocasionada pela ausência de suficientes investimentos em empresas que seriam normalmente usuárias desses serviços.

<sup>8</sup> Cf. Nações Unidas. *Review of Economic Conditions in Africa*. 1951, p. 111 et seqs.



gro na África equatorial (...) o negro mostrava sinais muito mais frequentes de deficiência alimentar (...) depois de entrar para o serviço dos colonizadores do que revelava antes. (...) A situação alimentar é particularmente precária nos distritos mineiros, onde alimentos frescos são praticamente desconhecidos".<sup>9</sup>

Não pode haver nenhuma dúvida de que é essa mesma política de "estômago cheio" que orienta hoje os gastos em serviços sociais efetuados pelas administrações coloniais das potências imperialistas. O Ministro das Colônias da Inglaterra afirmou na Câmara dos Comuns, a 27 de maio de 1949, que

"grande parte das despesas com 'serviços sociais' deve ser considerada como gasto necessário para promover a maior eficiência do trabalhador e evitar grandes desperdícios".<sup>10</sup>

As mesmas razões inspiram os norte-americanos de boa vontade em suas relações com os povos coloniais, conforme se depreende da seguinte passagem do já citado relatório de Nelson Rockefeller e colaboradores:

"O absenteísmo na ferrovia Vitória-Minas foi drasticamente reduzido pelo controle efetivo da malária. Tal controle permitiu a redução de 1/3 do pessoal de conservação das linhas, o que, por sua vez, conduziu à diminuição do custo de extração e transporte do minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce".<sup>11</sup>

Que este

"renovado esforço para conseguir matérias-primas baratas, novas fontes de riquezas minerais, produção abundante de alimentos para exportação em países espantosamente subalimentados"<sup>12</sup>

constitui um flagrante menosprezo das necessidades de desenvolvimento das áreas coloniais é uma evidência que dispensa maiores comentários. Isso é óbvio à luz de todos os fatos históricos, bem como à vista de todas as considerações teóricas sobre o desenvolvimento econômico e social de países subdesenvolvidos mediante a exploração estrangeira de suas reservas de matérias-primas. Isso é dito com precisão admirável no relatório das Nações Unidas, acima referido:

"As inversões no setor desenvolvido da economia concentram-se na produção de produtos primários para a exportação. (...) Praticamente todo o capital aplicado na ampliação desse setor teve de ser importado de regiões fora da África e, com exceção da União da África do Sul e de partes da África do Norte, esses investimentos têm tido efeito relativamente pequeno na geração secundária de rendas e investimentos. As receitas obtidas com a exportação são transferidas para o exterior, em proporções consideráveis, tanto sob a forma de empréstimos como de dividendos sobre o capital investido".<sup>13</sup>

## II

Não é melhor a situação do segundo grupo de países subdesenvolvidos, isto

<sup>9</sup> *The Geography of Hunger*. Boston, 1952. p. 223.

<sup>10</sup> Nações Unidas. *Loc. cit.*

<sup>11</sup> International Development Advisory Board. *Partners in Progress. A Report to the President*. Washington, 1951. p. 54.

<sup>12</sup> DAVIDSON, Basil. *Report on Southern Africa*. Londres, 1952. p. 271.

<sup>13</sup> *Review of Economic Conditions in Africa*. 1951. p. 17.



é, daqueles que aparentemente já se libertaram das potências capitalistas, mas que, na verdade, são por elas dirigidos, através de Governos locais submissos a seu império. Os mais importantes, nesse caso, são os países produtores de petróleo do Oriente Médio e da América Latina, bem como certo número de países latino-americanos fornecedores de minérios estratégicos e de produtos alimentares. A diferença entre esses dois grupos que nos interessa, mais de perto, no presente contexto, é que a exploração de matérias-primas no primeiro grupo — formado pelos territórios coloniais — ainda não chegou a um grau muito avançado, enquanto a produção de matérias-primas no segundo grupo já atingiu enorme volume. Na verdade, essa diferença é recente, e mesmo naquelas regiões onde ela persistiu, de modo mais pronunciado por períodos maiores de tempos, essa circunstância não modificou grandemente a situação dos respectivos países. Com exceção do Irã, somente a partir do período que se situa entre as guerras mundiais é que a produção de petróleo alcançou grandes proporções, ao passo que foi apenas após a Segunda Guerra Mundial que os Governos dos países produtores puderam deitar suas mãos sobre parcelas significativas das rendas geradas pela indústria petrolífera.<sup>14</sup>

A partir de então, os Governos de quase todos os países produtores de petróleo vêm conseguindo contratos mais favoráveis com as companhias estrangeiras que exploram seus recursos petrolíferos.<sup>15</sup> Se bem que as remessas efetivas das empresas não guardem, necessariamente, relação com as rendas pagas aos Governos nacionais, em virtude das novas cláusulas dos contratos de concessão,<sup>16</sup> as importâncias regularmente obtidas pelas autoridades são muito grandes em quase todas as zonas produtoras de petróleo do mundo, apesar de variar o seu montante de país para país. Elas são, na verdade, fabulosas, quer se considerem em termos globais, quer em termos de receita média por habitante.

No Oriente Médio, seis zonas — “país” dificilmente seria uma designação apropriada para algumas delas — habitadas por 30 milhões de pessoas possuem 64% das reservas petrolíferas conhecidas do mundo e são responsáveis por, aproximadamente, 20% da produção mundial de petróleo. Elas são, por ordem decrescente de produção em 1954, Kuwait, Arábia Saudita, Iraque, Qatar, Irã e Bahrein. Durante os nove anos que se seguiram ao término da Segunda Guerra Mundial, os Governos dessas seis zonas receberam o equivalente a 3 bilhões de dólares, sob a forma de pagamentos diretos efetuados pelas companhias estrangeiras de petróleo.<sup>17</sup>

A transferência, em prazo bastante curto, de tão volumosos recursos para os cofres governamentais daquelas regiões poderia ser apontada como a maior contribuição “indireta” oferecida às mesmas pelo capital estrangeiro — tão grande, de fato, que deveria tornar absolutamente irrelevantes quaisquer considerações capazes de nos levar a uma posição de ceticismo quanto à natureza benéfica de seu im-

<sup>14</sup> Ver Nações Unidas. *Review of Economic Conditions in the Middle East*. 1951. p. 58-59. Ali se mostra, em quadro sinótico, a história das concessões petrolíferas no Oriente Médio. Curto, mas bom testemunho da história recente dos acordos de *royalties* entre vários Governos e companhias petrolíferas é apresentado por MIKESSELL, R. F. e CHENERY, H. B. *Arabian Oil*. Carolina do Norte, Chapel Hill, 1949. Cap. IV. Essa descrição está atualizada em “Oil and Social Change in the Middle East”. In: *The Economist*. 2 de julho de 1955.

<sup>15</sup> Isso se deve, parcialmente, ao intenso crescimento da procura de petróleo durante e depois da guerra e à conseqüente intensificação da rivalidade entre as grandes companhias — particularmente entre as domiciliadas nos Estados Unidos e as na Inglaterra — e, em parte, também à crescente pressão popular nos países subdesenvolvidos que vem ameaçando a estabilidade política dos Governos nacionais e limitando, por essa forma, o grau de subserviência dos mesmos aos interesses estrangeiros.

<sup>16</sup> “Uma vez que a maioria das empresas concessionárias é controlada ou associada às companhias que comercializam o produto, o montante dos lucros atribuídos às operações realizadas dentro do país concedente pode ser manipulado de forma a reduzir ao mínimo esses pagamentos”. MIKESSELL e CHENERY. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>17</sup> A estimativa referente aos anos 1946-49 baseia-se em dados contidos em Fundo Monetário Internacional. *Balance of Payments Yearbook*. Washington, 1949; e *Balance of Payments Yearbook*. v. V, Washington, 1954; as estimativas para os anos 1950-54 foram extraídas de *The Economist*. *Loc. cit.*



pacto sobre o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Dificilmente, porém, se encontraria argumento com menos apoio na realidade que este. Sua validade e justiça dependem totalmente do destino dado aos recursos entregues aos Governos nacionais. É mister, pois, averiguar que papel eles desempenharam na tarefa de impulsionar esses países através da longa estrada do progresso econômico e social. Como gostava de dizer A. Smith: “Vejam os fatos que registram”.

“No golfo Pérsico”, diz *The Economist*, “(...) principados e emirados são ainda dirigidos em bases feudais e pouca distinção se pode estabelecer entre a receita pública e o tesouro particular do governante.”

Podemos iniciar pelo Kuwait a nossa investigação sobre os “principados e emirados”. Esse principado, habitado por menos de 200 mil pessoas, recebeu em um só ano (1954) cerca de 220 milhões de dólares, pagos pela Kuwait Oil Company, de propriedade anglo-americana. Não existe nenhuma informação mais detalhada sobre o modo de utilização dessa impressionante receita. O que se conhece a respeito, entretanto, não deixa dúvida sobre o fato de que ela não foi usada, nem mesmo parcialmente, com a finalidade de aumentar a produtividade ou de elevar os padrões de vida da população nativa. Esta se coloca, na realidade, entre as mais pobres do mundo, com uma renda anual da ordem de 50 dólares *per capita* e com mais de 90% de seus membros sofrendo de fome crônica e de tuberculose. Sabe-se, por outro lado, que 1/3 da receita do xeque vai para o seu tesouro particular, outro terço é aplicado regularmente em títulos estrangeiros, destinando-se a soma restante a dispêndios públicos. Estes objetivaram basicamente a modernização da cidade e de seu porto, a instalação de uma destilaria de água salgada (a fim de evitar a importação de água potável de Shatt-al-Arab, no Iraque) e a construção de um novo e extraordinário palácio<sup>18</sup> — empreendimentos que contribuem mais para a felicidade da família do xeque e dos técnicos estrangeiros da Kuwait Oil Company do que para o bem-estar dos árabes naturais da pequena nação.

Se bem que as rendas petrolíferas do rei da Arábia Saudita, quando consideradas em termos de renda média de seus 6 milhões de súditos, não se aproximem nem de perto da *bonanza* caída sobre o xeque de que vimos de falar, suas receitas globais têm sido, durante todo o período do pós-guerra, consideravelmente maiores que as recebidas pelo governante do Kuwait. Em 1954, por exemplo, elas alcançaram 260 milhões de dólares. O destino dado a esse dinheiro constitui um mistério:

“A única experiência feita em data recente (1947) para conduzir a administração do reino de acordo com um orçamento, publicado e amplamente divulgado, constitui tamanho fracasso que se não reproduziu desde então qualquer tentativa para dar ao povo um conhecimento melhor de seu Governo”.<sup>19</sup>

É bem compreensível esse temor em tornar público o destino dado ao “sempre crescente fluxo de ouro para os cofres do Governo”. Já durante a guerra, quando consideráveis somas foram pagas a Ibn Saud, através dos Programas Anglo-Americanos de Empréstimos e Arrendamentos,

<sup>18</sup> O'CONNOR, Harvey. *O Império do Petróleo*. Nova York, 1955. Cap. 28.

<sup>19</sup> PHILBY, H. St. J. B. *Arabian Jubilee*. Londres, 1952. p. 228. Vale a pena observar que o autor desse ilustrativo livro não pode ser tido como suspeito de animosidade contra o regime dominante na Arábia Saudita. Na verdade, o livro foi dedicado a Ibn Saud e teve por *motto* o seguinte: “Louvemo-lo por seus atos magníficos; louvemo-lo em conformidade com sua excelente grandeza”.



“a reação dos governantes foi aumentar extraordinariamente os gastos suntuários e a dilapidação de recursos, acompanhada de aumento da corrupção, em larga escala, das altas esferas”:

“O petróleo permitiu à Arábia incorrer em extravagâncias acima de suas posses e ela o fez literalmente em escala alucinante, começando com o envio de uma dúzia de príncipes ao Novo Mundo, a fim de inaugurar a era das Nações Unidas e para descobrir a América dos automóveis e de outras alegrias da vida. Seguiram-se a esta outras expedições, uma chefiada pelo príncipe herdeiro e outra pelo próprio Abdullat Sulaiman: cada uma delas levou, ao retornar à Arábia, substanciosos testemunhos de sua incursão ao país mais rico do mundo, entre cujas maravilhas um membro de uma dessas expedições escolheu, como a mais notável de todas elas, um *night club* submarino, com paredes de vidro, através das quais os peixes em volta podiam observar as danças. Com os automóveis americanos e outros produtos industriais, inclusive câmaras cinematográficas e projetores, aparelhos de ar condicionado e uma miscelânea de artigos de esporte, vieram muitos conceitos norte-americanos e mesmo o gosto pela comida americana. Eu tenho participado de jantares *al fresco* nos jardins do palácio do príncipe herdeiro em Riyadh, onde cada item do cardápio vem da América em aviões frigoríficos”.<sup>20</sup>

*The Economist* descreve a situação de forma bastante sucinta:

“A despesa efetiva (na Arábia Saudita) (...), a despeito do crescimento astronômico de sua renda, tem, nos últimos anos, excedido regularmente e em escala apreciável a sua receita. A julgar pelas aparências, o déficit pode ser explicado pela grande parcela da receita que é gasta na manutenção de uma existência faustosa para toda a corte e em inversões em imóveis suntuosos no exterior, para príncipes, ministros, rivais na disputa do poder e outros personagens palacianos”.<sup>21</sup>

O que sobra é despendido na manutenção de vasto aparelho militar, responsável por quase 35% da despesa pública, e de um Departamento Eclesiástico em perpétuo crescimento. O primeiro representa, de acordo com competentes observadores, o principal instrumento físico de preservação do regime, enquanto o último constitui o seu não menos indispensável sustentáculo espiritual e ideológico.<sup>22</sup>

O fato de que ambos os instrumentos são indispensáveis pode ser facilmente demonstrado. A renda *per capita* da população é da mesma magnitude que a do Kuwait. Apesar de a malária, a tuberculose e as doenças venéreas estarem difundidas de maneira alarmante, e a despeito de a maior parte de sua população ser analfabeta, o orçamento de 1953/54 consignava apenas 5,3% da despesa total para educação, saúde e serviços sociais.<sup>23</sup> Ao mesmo tempo, enquanto 80% da população vivem de tâmaras, grande parte das quais tem de ser importada, um funcionário da Comissão de Agricultura dos Estados Unidos, que visitou a Arábia Saudita na década de 1940, expressava a crença de que a superfície agriculturável

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 227 e 231. Abdullah Sulaiman, referido acima, é o Ministro das Finanças da Arábia Saudita, responsável pelo orçamento, o que “à exceção da intocável provisão feita para o tesouro real e de ataques não premeditados contra os recursos do Estado, partidos da mesma fonte, era administrado ao inteiro arbítrio do Ministério das Finanças, o qual poderia reter, sempre que lhe aprouvesse, dotações orçamentárias de qualquer outro Ministério, e assim o fazia normalmente, retendo o pagamento de funcionários graduados por períodos que variavam entre oito (na pior) e quatro meses (na melhor das hipóteses)”. p. 228.

<sup>21</sup> “Oil and Change in the Middle East”. 2 de julho de 1955.

<sup>22</sup> ATKINSON, Henry A. e colaboradores. *Security and the Middle East, the Problem and its Solution*. Propostas Submetidas ao Presidente dos Estados Unidos, Nova York, 1954. p. 81. Mr. Philby revela que Ibn Saud, cuja sagacidade política muito admira, dizia que “os Comissários Eclesiásticos faziam mais pelo país do que todos os outros Ministérios juntos, pois proporcionavam bem-estar espiritual ao povo”.

<sup>23</sup> *Security and the Middle East*. p. 82. Não é preciso dizer que não há certeza de que mesmo essa modesta importância tenha sido realmente gasta com aqueles objetivos.



“poderia ser aumentada de pelo menos dez vezes pela simples utilização de lençóis de água subterrâneos”.<sup>24</sup>

Não é preciso dizer que são enormes as potencialidades do país no campo industrial.

As condições reinantes nos demais países produtores de petróleo do Oriente Médio são tão semelhantes àsquelas encontradas na Arábia Saudita ou no Kuwait que se poderia substituir o nome de um país pelo de outro. O Iraque, que tem uma população de 5 milhões de habitantes, recebeu, em 1954, mais de 191 milhões de dólares das companhias de petróleo. Embora se estime que a renda *per capita* do Iraque seja superior à da maioria dos outros países árabes (em torno de 90 dólares), somente 20% da terra potencialmente cultivável são usados e apenas uma área insignificante é irrigada. As condições de saúde da população são extremamente baixas, cerca de 90% dos habitantes são analfabetos e o desemprego é generalizado. As rendas derivadas de exploração do petróleo desaparecem nas mãos de uma administração corrupta e insaciável, controlada por senhores de terras que

“mediante (...) a inclusão dos *royalties* do petróleo no orçamento ordinário (...) têm podido reduzir os impostos que recaem sobre a classe capitalista e, ao mesmo tempo, ampliar sua máquina administrativa. Essa política tem fortalecido o Governo, mas tem piorado o padrão de vida da população”.<sup>25</sup>

Muito embora “o Iraque e o Irã possuam vasta gama de recursos naturais”<sup>26</sup> e tenham, por conseguinte, grandes potencialidades de desenvolvimento econômico, o último país não se mostra mais próspero que o primeiro. Na realidade, as rendas do petróleo no Irã são consideravelmente menores do que no Iraque, embora venham sendo recebidas há muito mais tempo. Seu destino é o mesmo de toda parte, isto é, o de alimentar a corrupção, a extravagância e o desperdício.

É por esse motivo que as conclusões de Philby relativas à Arábia Saudita aplicam-se sem discrepâncias a todos os países produtores de petróleo do Oriente Médio:

“Basta um pouco de moderação nos gastos públicos e de administração judiciosa para que o país se coloque, para sempre, ao abrigo de dificuldades e desfrute alto nível de prosperidade”.<sup>27</sup>

Realmente, um cálculo simples pode dar uma idéia, ainda que imperfeita, das oportunidades desperdiçadas. Suponha-se, em primeiro lugar, que os 3 bilhões de dólares recebidos pelos seis países produtores de petróleo da área, no período 1946/54, houvessem sido aplicados em investimentos produtivos e, em segundo lugar, que a razão produto/capital no Oriente Médio fosse de 1 para 3, isto é, aproximadamente igual à observada nos Estados Unidos.<sup>28</sup> Em tais circunstâncias, a ren-

<sup>24</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 72.

<sup>26</sup> *The Economist. Loc. cit.*

<sup>27</sup> *Op. cit.*, p. 231.

<sup>28</sup> Essa hipótese não é tão fantasiosa quanto poderia parecer à primeira vista. Se bem que nas fases preliminares da industrialização essa relação possa ser menor devido à pouca destreza da mão-de-obra e ao mais rápido desgaste do equipamento, daí resultante, encontram-se atuantes, nos países subdesenvolvidos, determinadas forças capazes de tornar mais alta a razão produto-capital nessas economias do que nos países capitalistas adiantados. É que os países subdesenvolvidos gozam da vantagem de poder lançar mão dos equipamentos mais modernos e eficientes sem a contrapartida de um estoque de capital composto, em grande parte, de bens de produção tecnologicamente já superados. Mencione-se, por fim, a possibilidade que têm as economias subdesenvolvidas de utilizar plenamente esses bens de ca-



da dos 30 milhões de habitantes da área petrolífera do Oriente Médio (exclusive a gerada pelo setor petróleo) seria, anualmente, 1 bilhão de dólares maior do que a atual, isto é, 50% mais elevada que o presente nível. Considere-se, ainda, que, se as receitas anuais do petróleo tivessem sido investidas produtivamente à medida que eram recebidas, o aumento cumulativo da renda, nos nove anos mencionados, teria alcançado aproximadamente 3 bilhões de dólares! E isso sem levar em conta os efeitos multiplicadores de tais investimentos, isto é, o aumento total da renda que resultaria de outros investimentos estimulados ou induzidos pela utilização racional das receitas petrolíferas. O mais interessante, porém, é que conseqüências e resultados tão expressivos podem ser previstos sem apelo a qualquer hipótese "subversiva" como, por exemplo, especulações sobre os efeitos da exploração das reservas petrolíferas em benefício próprio ao invés de em benefício das companhias ocidentais.

A comparação do que se poderia ter obtido na Venezuela — o exemplo oficial dos benefícios e vantagens que um país subdesenvolvido usufrui da exploração estrangeira de suas matérias-primas<sup>29</sup> — com o que foi efetivamente conseguido com as rendas governamentais do petróleo não apresenta resultados menos chocantes que aqueles encontrados no Oriente Médio. Tendo ultrapassado os 500 milhões de dólares, em 1954, as receitas totais arrecadadas pelo Governo venezuelano das companhias petrolíferas são, sem sombra de dúvida, as maiores de toda a área produtora de petróleo do mundo. Com uma população de 5 milhões de habitantes, essas receitas, em termos *per capita*, são superadas apenas pelas do Kuwait, Qatar e Bahrein. É verdade que parte dessas enormes rendas vem sendo gasta pelo Governo com objetivos de desenvolvimento econômico, mas, para usar as expressões de *The Economist*,

"a política de semear petróleo tem demorado muito em produzir frutos; (...) pode-se dizer, em termos gerais, que os recursos econômicos da nação foram, até hoje, tocados apenas de leve".<sup>30</sup>

É importante que se tenha consciência das causas de ambos os fenômenos, isto é, de um lado a conquista de pelo menos *algum* progresso na situação econômica da nação, tornada possível pelas receitas petrolíferas, e de outro o ritmo desalentadoramente vagaroso do processo. No que respeita ao primeiro aspecto, o fator decisivo e preponderante a ser considerado é a existência de um conjunto de circunstâncias sociais e políticas que impediram o estabelecimento, na Venezuela, de um regime tão ultrajante quanto o vigente, por exemplo, na Arábia Saudita, no Irã ou no Kuwait. Sob esse aspecto, a Venezuela encontrava-se mais adiantada que os países do Oriente Médio, mesmo antes do advento da indústria do petróleo. De qualquer modo, porém, o elemento determinante de diferenciação apontada foi o vigoroso ascenso democrático que se observou na Venezuela, em decorrência do tríplice impacto da Grande Depressão, da atmosfera de liberdade e independência criada, nos Estados Unidos, pelo *New Deal*, e da crescente resistência ao imperialismo, verificada em toda a América Latina.

pital, em condições de industrialização racionalmente planejada, ao contrário da capacidade ociosa sempre presente nas economias dominadas pelo capitalismo monopolista. Veja-se, sobre esse assunto, por exemplo, a interessante discussão, ainda que incompleta, contida no trabalho de BHATT, V. V. "Capital-Output Ratios of Certain Industries: A Comparative Study of Certain Countries". In: *Review of Economics and Statistics*. Agosto de 1954, p. 309 et seqs.

<sup>29</sup> Ver, por exemplo, "The President's Raw Materials Policy Commission". In: *Resources for Freedom*. Washington, 1952, v. I, p. 61; é também conhecido como "Paley Report".

<sup>30</sup> Número de 7 de janeiro de 1950. Conquanto tenham sido feitos alguns progressos desde então, o ritmo de desenvolvimento tem sido bem lento. Cf. *Economic Survey of Latin America 1953*. Nações Unidas, 1954, p. 177 e 223.



“Enquanto durou o Governo do ditador Gomez, poucos foram os problemas surgidos. Carrascos e carcereiros silenciavam toda e qualquer crítica. Após a sua morte, em 1935, a Venezuela emergiu de um século negro de guerra civil, anarquia e despotismo militar. (...) Com a formação de partidos políticos depois de 1935, a imprensa tornou-se inquisidora, os trabalhadores de petróleo e de outros ramos organizaram-se em sindicatos, e o país despertou para um genuíno *New Deal* particular. As companhias viram-se finalmente obrigadas, em 1943, a partilhar meio a meio seus lucros com o Governo. (...) À retaguarda das companhias permanecia a ameaça de crescimento do nacionalismo na América Latina, bem como em todo o mundo. O México, poucos anos antes, havia expulsado (...) as companhias estrangeiras e nacionalizado o seu petróleo. (...) O exemplo de autoconfiança era embriagador. (...) Forçadas a ajustar-se à nova situação, as companhias proclamavam que a divisão em partes iguais de seus lucros constituía a sua contribuição para a política de boa vizinhança.”<sup>31</sup>

Procurando conservar sua larga base popular, os Governos relativamente independentes — se bem que cautelosos e mesmo vacilantes — que detiveram o poder na Venezuela por toda uma década e, em particular, o Governo do partido da Ação Democrática, que assumiu o poder em 1945, forçaram não apenas uma participação nacional mais elevada nas rendas petrolíferas como também começaram a dedicar parcela das mesmas a objetivos de desenvolvimento econômico, iniciando, assim, uma política econômica e social, desagradável tanto para os consórcios petrolíferos quanto para os interesses capitalistas nativos. O pior, entretanto, é que se não podia confiar em tais governos como capazes de resistir à crescente pressão popular em favor da nacionalização da indústria petrolífera. Este era, porém, um problema ao qual Washington se mostrava “particularmente sensível”, segundo as palavras do correspondente Milton Bracker.<sup>32</sup> Devido a essas circunstâncias, uma junta militar depôs, em 1948, o Governo do Presidente Rómulo Gallegos — “governo eleito democraticamente e apoiado por grande maioria do povo” — e dispôs-se a “proteger e respeitar os investimentos estrangeiros”. O Presidente Gallegos, homem de elevado conceito como escritor liberal e educador, tanto no exterior como em seu próprio país, declarava poucos dias depois:

“As companhias norte-americanas de petróleo e os grupos reacionários locais foram os responsáveis pelo recente golpe militar na Venezuela. O grupo de rebeldes do Exército foi encorajado a apoderar-se do país pelas companhias petrolíferas e pelo capitalismo local. O adido militar de uma grande potência encontrava-se no Quartel-General do Exército quando o golpe foi desferido”.<sup>33</sup>

Assim, a Venezuela “foi salva para a democracia”, banindo-se o pesadelo da nacionalização e assegurando-se às companhias estrangeiras os serviços leais de uma administração submissa a seus desejos.

Isso nos dá a resposta para a segunda parte de nossa pergunta original. Sob o guante da atual ditadura, amparada pelas companhias de petróleo, a quantia reservada para fins de desenvolvimento econômico é sensivelmente inferior aos recursos disponíveis. De outro lado, as inversões governamentais não se subordinam aos superiores interesses do povo venezuelano, mas sim aos interesses do capital estrangeiro. Destarte, excluída a proporção anormalmente elevada das receitas governamentais destinadas às forças armadas, muito pouco é dedicado à agricultura,

<sup>31</sup> O'CONNOR, Harvey. *O Império do Petróleo*. Nova York, 1955. Cap. 25.

<sup>32</sup> *New York Times*. 8 de dezembro de 1948.

<sup>33</sup> *New York Times*. Edições de 25 e 27 de novembro e de 6 de dezembro de 1948. Posteriormente identificou-se o Coronel Adams, da Embaixada Norte-Americana em Caracas, como sendo o adido militar mencionado por Rómulo Gallegos.



enquanto a quase totalidade dos dispêndios de capital é absorvida pela construção de rodovias, aeroportos, instalações portuárias, pela espetacular expansão e modernização de Caracas e empreendimentos semelhantes, todos de grande utilidade do ponto de vista do capital estrangeiro, mas que pouco contribuem para o florescimento de uma economia nacional harmonicamente desenvolvida.<sup>34</sup> Uma vez que o Governo, fiel às diretivas de seus patrocinadores norte-americanos, abstém-se de invadir a área reservada aos investimentos privados, os gastos públicos ficam confinados a aplicações geradoras de “economias externas” para a livre empresa. Uma vez, porém, que a Venezuela, como os demais países capitalistas subdesenvolvidos, encontra-se ainda no estágio mercantilista do capitalismo, quase não há estímulo (e oportunidade) para investimentos industriais por parte dos capitalistas nacionais. Os investimentos no setor secundário — que as abundantes “economias externas” criadas pelo Governo tanto ajudam — são feitos quase exclusivamente por *empresas estrangeiras*. Mesmo assim, os investimentos estrangeiros — ainda quando feitos em função do mercado interno — concentram-se, na sua maioria, em oficinas de montagem ou fábricas produtoras de bens de consumo destinadas a atender aos aumentos de procura resultante das despesas governamentais. Como se trata principalmente de investimentos em espécie, eles expandem muito pouco o mercado interno dos países onde são feitos, não possibilitando, assim, o aparecimento de condições propícias à instalação das indústrias de base, indispensáveis ao rápido e seguro desenvolvimento de toda a economia. Em consequência, excluída a indústria de cimento, que cresceu rapidamente sob o impulso da procura governamental, o desenvolvimento industrial da Venezuela tem-se processado mediante a instalação de indústrias produtoras de artigos como leite condensado, óleos comestíveis, biscoitos, chocolates, enquanto a “produção de cigarros e cerveja alcançou níveis sem precedentes”.<sup>35</sup>

Deve-se reconhecer que esse aumento na produção de bens de consumo (complementado, como é, por crescente volume de importações) reflete, sem dúvida, a melhoria das condições econômicas do país. O progresso alcançado por esse caminho é, porém, incapaz de transformar-se em mecanismo autopropulsor do crescimento ou de subsistir à cessação do estímulo original, isto é, o dispêndio das receitas governamentais derivadas da extração do petróleo. Uma diminuição na receita do Governo, por força da queda eventual dos preços do produto — e isso para não mencionar uma possível exaustão das reservas —, destruiria essa prosperidade artificial com a mesma rapidez com que foi originada pelo rápido desenvolvimento na indústria petrolífera no pós-guerra.<sup>36</sup>

O volume astronômico das rendas que os países produtores de petróleo recebem das empresas estrangeiras dá lugar ao nascimento de um grupo de elite entre as nações subdesenvolvidas administradas por Governos servis às potências imperialistas. Os demais países exportadores de matérias-primas minerais e vegetais de

<sup>34</sup> Com relação à estrutura dos gastos governamentais da Venezuela, em 1936/37 e 1950/51, ver a publicação intitulada *Public Finance Surveys: Venezuela*. Nações Unidas, 1951. p. 82. Em “Raw Materials and Economic Development” (tese inédita — Universidade de Stanford, 1955) são apresentadas informações sobre anos posteriores, reunidas pelo seu autor, C. E. Rollins.

<sup>35</sup> Nações Unidas. *Economic Survey of Latin America 1951-1952*. 1954. p. 195; e *Economic Survey of Latin America 1953*. 1954. p. 224.

<sup>36</sup> É dispensável assinalar que essa mesma prosperidade afeta apenas um pequeno segmento do país, tanto em termos de área como de população. Constitui “mera fonte de encantamento e sonho para 9/10 da população, que vivem fora do mundo do petróleo. A fome e as doenças continuam grassando nos barracos, levantados nas encostas dos morros, e nas palhoças dos colonos dos latifúndios, com a mesma intensidade da época anterior à descoberta do petróleo. Pelo menos 200 mil pessoas se deslocam do interior para a dourada Caracas, onde vivem sob as pontes, em pântanos, ou nas encostas dos morros, em habitações construídas com o lixo e o refúgio da cidade, ironicamente chamadas de *ranchos*. As atraentes publicações do Governo, onde se proclamam as glórias da capital, ignoram, naturalmente, essas residências dos esquecidos da fortuna”. O’CONNOR, Harvey. *O Império do Petróleo*. Nova York, 1955. p. 267.



toda espécie normalmente não participam dos lucros das empresas estrangeiras. Suas receitas provêm do lançamento de impostos sobre a produção (ou renda) das firmas estrangeiras. Seu montante, porém, é muito inferior àquele obtido pelas nações produtoras de petróleo, tanto em termos absolutos como em termos de receita por habitante. Apesar disso, as receitas auferidas pelo Chile, com uma população aproximadamente de 6 milhões de habitantes, a título de imposto sobre remessas de lucros e dividendos das empresas de mineração estrangeiras, elevaram-se a mais de 60 milhões de dólares em 1951, enquanto o estanho proporcionou à Bolívia, com cerca de 4 milhões de habitantes, receitas acima de 20 milhões de dólares, em 1949, e 15 milhões, aproximadamente, em 1950. Se recursos dessa magnitude, que vêm sendo recebidos há longo tempo, estivessem sendo aplicados, prudentemente, com o propósito deliberado de fazer progredir a economia, esses países poderiam ter ao menos ingressado na senda do desenvolvimento econômico. Quão pouco se tem realmente feito nesse sentido é fato do conhecimento de todos aqueles que se dão ao trabalho de acompanhar a história desses e de outros países que se encontram em situação semelhante. O que caracteriza tais países é a corrupção, o malbarato e o desperdício de enormes somas, com o único fito de manter enorme e desnecessária burocracia, bem como forças armadas cuja função exclusiva é sustentar no poder Governos do tipo feudal-mercantil.<sup>37</sup>

Preocupamo-nos até aqui com o destino que os Governos controlados pelas potências imperialistas dão às rendas provenientes das concessões feitas ao capital estrangeiro. Muito pouco necessitamos adicionar com relação ao *excedente econômico* que tais Governos “extraem” diretamente da população do país. Esse constitui uma parcela variável da receita global, parcela esta que não é nunca insignificante, mesmo no caso dos países produtores de petróleo. Suas fontes principais são os impostos altamente regressivos: sobre a importação de mercadorias, bem como os tributos individuais (capitação) e sobre a terra, cuja carga recai basicamente sobre o campesinato. Embora em alguns países subdesenvolvidos o imposto progressivo sobre a renda faça parte do sistema tributário, sua existência é apenas formal. A evasão fiscal é técnica altamente desenvolvida nesses países, sendo incontável o número de artifícios à disposição dos ricos proprietários de terras e dos comerciantes para evitar o pagamento mesmo da leve tributação a eles imposta. Tampouco a tarefa de escapar à ação do fisco representa um desafio à sua engenhosidade. Lidando com regimes dominados por eles próprios e assessorados, desde o mais alto até o mais baixo posto, por membros de sua própria classe ou então por funcionários servis e corruptos, não têm dificuldade em impedir a aprovação de leis que lhes tornem mais pesados os tributos ou, se isto se revelar politicamente desaconselhável, em evitar o seu pagamento. O fato de que a carga tributária nos países subdesenvolvidos é suportada pela massa da população e não pelos membros das classes feudal e capitalista não quer dizer que defrontamos com um problema exclusivo de administração fiscal. Essa situação é simplesmente fruto da estrutura imperfeita de suas sociedades e do caráter de classe de seus Governos. Como o Prof. Mason corretamente observa,

<sup>37</sup> C. E. Rollins — “Raw Materials and Economic Development”, 1955 (ver nota 34) — descreve o uso que o Governo boliviano faz de suas receitas. Na Colômbia “tem sido gasto bastante em projetos de desenvolvimento de mérito discutível (...) bem acima disso encontram-se as pesadas despesas com as forças armadas. Essas despesas, que as estimativas oficiais situam em torno de 18% do orçamento ordinário mas que, provavelmente, se aproximam dos 35%, ajudam a manter a ditadura no país. (...) A fim de reforçar seu regime contra o descontentamento popular, Rojas tomou providência para colocar inexperientes oficiais do Exército nos mais diversos postos civis. (...) O suborno é uma instituição (...) os habitantes de Bogotá diariamente inventam novas anedotas sobre a corrupção nos altos postos — não poupando mesmo a própria Presidência”. *Business Week*, 27 de agosto de 1955, p. 116 et seqs. Ver, também, sobre o assunto, por exemplo, GALATOLI, Anthony H. *Egypt in Midpassage*. Cairo, 1950; e “Economic Survey Mission to the Philippines”. In: *Report to the President of United States*. Washington, 1950.



“a eliminação da evasão fiscal praticada por alguns indivíduos de alto nível de renda pode exigir mudanças que vão bem mais longe que meros aperfeiçoamentos administrativos”.<sup>38</sup>

Não é preciso dizer que o modo de utilização do *excedente econômico* retirado pelo Governo de fontes nacionais não se distingue do emprego dado ao excedente que obtém, por transferência, de empresas estrangeiras.

Antes de abandonarmos esse problema, sobre o qual há informações e estudos em abundância, devemos analisar, ainda que brevemente, dois outros tópicos intimamente relacionados com o que acabamos de examinar. Um deles diz respeito ao fato — objeto de ampla publicidade — de que, em muitos países subdesenvolvidos, as empresas estrangeiras empenham-se em elevar as condições de vida da população das zonas onde operam, o que as obriga a realizar dispêndios mais ou menos vultosos. Assim, em muitos lugares, as grandes empresas petrolíferas ou minerais têm oferecido a seus empregados condições habitacionais superiores àquelas de que dispunham anteriormente, além de construírem escolas, hospitais, cinemas etc. Assinale-se, entretanto, que os possíveis efeitos desses gastos sobre o bem-estar das populações nativas tendem a ser grosseiramente exagerados. Em primeiro lugar, tal atitude constitui simplesmente uma das facetas da política de “estômago cheio” mencionada anteriormente e indispensável ao duplo propósito de assegurar a força de trabalho necessário e de aumentar a sua eficiência.<sup>39</sup>

Assinale-se, em segundo lugar, que mesmo esse sistema não tem surtido os resultados desejados, como o demonstram as contínuas dificuldades encontradas pelas companhias minerais e petrolíferas em conseguir a quantidade adequada de operários,<sup>40</sup> e as freqüentes e violentas greves que afligem as empresas estrangeiras em quase todos os países subdesenvolvidos. De qualquer modo, o número de pessoas que se beneficiam dos favores que, segundo se propala, são distribuídos generosamente pelos consórcios estrangeiros representa parcela bem pequena da população total dos referidos países. Assim,

“a Anglo-Iranian Oil Company, que iniciou a produção de petróleo há bem mais tempo que as companhias rivais, colocava-se, nos anos que se seguiram à guerra, na dianteira das demais também quanto ao bem-estar proporcionado a seus funcionários. Mesmo atualmente, nenhuma outra empresa pode disputar-lhe o recorde de construção de habitações para 16 mil famílias iranianas”.<sup>41</sup>

Essa cifra é verdadeiramente extraordinária para um país com uma população de 18 milhões de habitantes e que tem propiciado à Anglo-Iranian bilhões de dólares de lucro!

O outro ponto a destacar é a alegação comumente feita de que o emprego

<sup>38</sup> *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955. p. 60.

<sup>39</sup> “Não é bastante para a companhia treinar simplesmente trabalhadores e pagar bons salários. (...) O trabalhador tem que estar sociologicamente condicionado a um modo de vida diferente, se não se deseja a sua deformação no processo. É fato, também, que uma das mais importantes contribuições à produtividade, derivada de um padrão de vida mais elevado, provém da melhoria da saúde do trabalhador. (...) Por conseguinte, é essencial que, do ponto de vista da eficiência do operário, sua renda monetária ampliada proporcione condições de vida mais saudáveis para ele e para sua família”. MIKESSELL, R. F. e CHENERY, H. B. *Arabian Oil*. Carolina do Norte, Chapel Hill, 1949. p. 31 et seqs. Ou, conclusamente, tal como o coloca *The Economist*, “o paternalismo em relação à mão-de-obra local tornou-se parte da ciência da indústria petrolífera”. “Oil and Change in the Middle East”. 2 de julho de 1955.

<sup>40</sup> O empregador local, ainda que pagando salários mais baixos e não concedendo nenhuma das vantagens oferecidas pelas empresas estrangeiras, “parece conseguir, sem dificuldade, toda a mão-de-obra de que necessita, porque trabalhar para ele tem a vantagem de menos tempo gasto em viagens diárias do local de moradia para o deserto, e vice-versa, ou porque ele não oferece perspectivas de trabalho contínuo e intenso durante todo o dia”. *The Economist*. Loc. cit.

<sup>41</sup> *Ibid.*



que os Governos dos países de produção primária dão a seus recursos nada tem que ver com a avaliação “puramente econômica” da contribuição das empresas estrangeiras ao desenvolvimento econômico desses países. Essa concepção deformada constitui um exemplo muito claro, e apropriado a livros didáticos, da incapacidade característica da Ciência Econômica burguesa de compreender o problema fundamental do objeto de sua investigação. Decompondo cruamente um fenômeno histórico, voltando as costas ao todo bem mais complexo, com o objetivo de ver melhor suas partes bem mais simples, ela chega a formulações que, embora sejam verdadeiras quando se relacionam às partes, constituem falsidades quando referidas ao todo. Isso porque um fenômeno histórico é inseparável daquilo que representa o seu desdobramento ulterior. Já demonstramos que a exploração de matérias-primas por empresas estrangeiras e a existência, nos países subdesenvolvidos, de Governos esbanjadores, corruptos e reacionários, não são coincidências fortuitas, mas apenas aspectos diferentes, se bem que intimamente relacionados, de algo que só pode ser adequadamente compreendido como a expressão do imperialismo em sua totalidade.

“É ponto pacífico hoje”, diz *The Economist*, “que Governos e empresas encontram-se de tal modo interligados que, por muitos anos, nenhuma das partes será capaz de qualquer gesto ou atitude sem o apoio da outra.”<sup>42</sup>

É com o objetivo de intensificar e perpetuar essa interligação que as potências imperialistas ajudam a destruir qualquer movimento progressista que possa empolgar o poder nos países atrasados, prestando todo o auxílio diplomático, militar e financeiro aos Governos “bem comportados” e obedientes, amparando e estimulando de todos os modos as forças reacionárias, políticas e sociais que formam as bases desses regimes. É também com o intuito de intensificar e perpetuar tais vínculos que as próprias empresas procuram criar,

“através de seus planos de economia, de esquemas de financiamentos para compra de moradias, programas de treinamento e outros métodos (...) uma classe profundamente interessada numa vida tranqüila e sem comoções de qualquer espécie para toda a comunidade. O ideal é atingido quando o orador local refere-se não à empresa, mas sim à ‘nossa empresa’ ”.<sup>43</sup>

Felizmente, é bastante problemático que esse “ideal” seja alcançado algum dia. Apesar de os especialistas do Ponto IV estarem inquestionavelmente certos ao afirmarem que os habitantes dos países subdesenvolvidos, quando

“incapazes de satisfazer suas mais modestas aspirações, tornam-se, pela miséria que os aflige, campo fértil para a propagação de qualquer ideologia que lhes acene com promessas, ainda que falsas, de uma vida melhor”,<sup>44</sup>

os acontecimentos da última década em todo o mundo subdesenvolvido dão inteira razão à previsão de que a ideologia da “nossa empresa” — mesmo onde já lançou suas raízes — será uma ilusão passageira.

<sup>42</sup> *Ibid.* O que se aplica ao Oriente Médio, aplica-se com igual força à América Latina, às Filipinas e a certas partes do Sudeste asiático.

<sup>43</sup> *Ibid.*

<sup>44</sup> *Point Four, Cooperative Program for Aid in the Development of the Economically Underdeveloped Areas.* Washington, 1949. p. 2.



## III

Os problemas se apresentam com um caráter e uma coloração diferentes no terceiro grupo de países subdesenvolvidos, isto é, aqueles que conquistaram recentemente sua soberania e cujos Governos obedecem à linha política que denominamos *New Deal*. Os Governos desses países foram levados ao poder por amplos movimentos populares, cujo propósito fundamental era o de derrubar o domínio colonial e estabelecer a independência nacional. Lutando contra o imperialismo e seu aliado interno — a coalisão feudal-mercantil — os movimentos nacionais tomaram a forma de frente unida, onde lutavam, ombro a ombro, a burguesia progressista, desejosa de abrir o caminho para o capitalismo industrial, os intelectuais, que aspiravam por um futuro melhor para sua pátria, e os elementos ativos do proletariado urbano e rural, que se levantavam contra a miséria e a opressão do regime feudal-imperialista. Em alguns países, até mesmo segmentos essencialmente reacionários da aristocracia feudal juntaram-se ao campo nacionalista, interessados, basicamente, em desviar as energias populares da luta em prol da revolução social para a luta apenas contra a dominação estrangeira.<sup>45</sup>

A unidade do movimento nacionalista tem estado sujeita, em toda parte, a severos abalos e pressões. Sua ala direita, temerosa de que a luta nacional, ao mobilizar e organizar as massas populares, pudesse criar condições para a revolução social, procurava minimizar o papel do proletariado e do campesinato na luta antiimperialista. Tentava, por isso, agir com moderação, através de negociações e acordos com os regimes dominantes, sentindo-se, a todo instante, tentada a transigir e a aceitar um *modus vivendi* com os representantes das forças colonialistas. No outro extremo, a ala esquerda da frente nacionalista, realmente ansiosa por combinar a libertação nacional com a libertação social, batalhava sem descanso em favor de uma participação cada vez mais ampla das massas nas lutas nacionalistas e por uma ação revolucionária intransigente. Enquanto o objetivo principal — a independência nacional — não foi atingido, as forças centrípetas mostraram-se, no conjunto, mais fortes que as forças centrífugas. A luta pela independência nacional sobrepunha, e colocava em segundo plano, a luta pelo progresso social.

O panorama começava a se modificar tão pronto o movimento de libertação nacional conquistava a vitória. Enfraquecidas pela Segunda Guerra Mundial e não mais em condições de contrapor-se com êxito à pressão em favor da emancipação das colônias, as potências imperialistas viram-se forçadas a curvar-se ante o inevitável e a conceder a independência política àqueles países onde eram mais poderosas as forças antiimperialistas e onde não podiam esperar manter, por mais tempo, o seu domínio. Para usar as palavras de John Foster Dulles,

“quando as batalhas da Segunda Guerra Mundial se aproximavam do fim, o problema social/colonial passou a constituir o maior problema político do período. Se o Ocidente houvesse tentado perpetuar o *status quo* do colonialismo, a revolução dos povos coloniais e a derrota ocidental teriam sido inevitáveis. A única política que poderia ter êxito seria a de conceder, pacificamente, a independência aos mais adiantados dos 700 milhões de indivíduos dependentes”.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> Os seguidores do Dr. Mossadegh, no Irã, constituem exemplo desse comportamento.

<sup>46</sup> *War or Peace*. Nova York, 1950. p. 76. O trecho acima constitui uma interpretação mais correta das razões que levaram à concessão da independência às colônias — as quais, de outra forma, teriam expulsado seus dominadores ocidentais — do que a hipótese aventada pelo próprio Dulles de que “a religião ocidental e sua filosofia econômica e social combinaram-se a fim de promover a extinção pacífica da dominação política exercida pelo Ocidente e a sua substituição pela autodeterminação”. p. 87.



Todavia, uma vez conquistada a independência nacional — apenas política, frise-se, uma vez que esta não foi nunca acompanhada pela econômica — o conflito básico de classes de uma sociedade prenhe de antagonismos teria, necessariamente, que vir à tona e ganhar intensidade. Conquanto seja verdade que a solução de grande número de problemas importantes — alguns deles fundamentais mesmo — que afetam o desenvolvimento econômico e social dos territórios coloniais ou dependentes está estreitamente ligado à questão da independência nacional, é forçoso admitir, também, a existência de outros problemas, igualmente importantes, cuja vinculação ou associação ao mesmo fato serve somente para mascará-los e confundi-los. É o caso da opressão e exploração das populações camponesas pela aristocracia rural, ou do estrangulamento da expansão do setor industrial pelos interesses monopolísticos. Estes não são, por certo, apenas problemas nacionais, que encontram solução automática com a conquista da autonomia política. São também, e talvez em maior grau, problemas sociais, que devem ser encarados e tratados como tais. É por esse motivo que os movimentos nacionalistas, após se apossarem do poder nas novas nações, não conseguem escapar a um processo de desintegração. Os elementos socialmente heterogêneos, que estiveram unidos por tênues laços durante a luta anticolonialista, terminam, cedo ou tarde, por deixar-se atrair e identificar com as classes que se hostilizam e se opõem dentro da estrutura da nova sociedade.

A rapidez com que a unidade nacional se decompõe, bem como o agravamento da luta interna de classes, depende das circunstâncias históricas, específicas de cada país. A divisão do campo nacionalista efetuou-se rapidamente em todos os países em que o proletariado urbano de vanguarda desempenhou papel dominante no movimento nacionalista e onde ele foi suficientemente forte e organizado para assumir a liderança da luta do campesinato em favor da revolução agrária. A fração burguesa-capitalista, confrontando-se desde logo com o espectro da revolução social, voltou-se, rápida e resolutamente, contra os seus companheiros da véspera, os seus inimigos mortais de amanhã. De fato, nessa nova fase, ela não hesitou em fazer causa comum, seja com os elementos feudais que representavam o principal obstáculo ao seu próprio progresso, seja com as forças imperialistas pouco antes desalojadas de suas posições pela luta de libertação nacional, ou, até mesmo, com os grupos locais que serviam de ponta de lança à penetração do capital estrangeiro e que se encontravam ameaçados pela retirada política de seus parceiros e mentores. É que, como sabiamente observa Lord Acton, “os interesses de classe são mais fortes que os interesses da nacionalidade”.<sup>47</sup> Submetida a essas pressões, a independência política, ainda mal consolidada, terminou por converter-se em fraude, com a nova facção dominante associando-se à antiga, e onde as classes proprietárias, amalgamadas num só bloco, com o apoio e incentivo dos interesses imperialistas, lançavam mão de todo o seu poderio com o fito de esmagar o movimento popular em prol de uma verdadeira libertação nacional e social, e de restaurar o *ancien régime* não *de jure* mas *de facto*. A China sob o Kuomintang, o Paquistão, a Filipinas, a Coréia do Sul, o Vietnã do Sul, são exemplos típicos do processo de decomposição do movimento nacionalista.

Onde a pressão popular pela libertação social é menos pronunciada quando da vitória na luta pela independência nacional — ou porque a classe trabalhadora é ainda débil, numérica e politicamente, ou devido à passividade demonstrada pela classe camponesa, em consequência de séculos de servidão e de superstições religiosas profundamente arraigadas em seu espírito — a burguesia nacional pode

<sup>47</sup> *Essays on Freedom and Power*. Nova York, Edição “Meridian”, 1955. p. 224.



sentir-se mais segura e estimulada para tentar impedir a explosão futura de poderosas forças revolucionárias por meio de esforço tendente a lançar as bases indispensáveis ao nascimento e à evolução do capitalismo industrial nacional e à criação de um Estado capitalista moderno. O sucesso de um empreendimento desse gênero depende de vários fatores: da força política e econômica da burguesia nacional, da qualidade de sua liderança, de sua determinação em expulsar os elementos da antiga coalizão feudal-mercantil de suas posições de mando, de sua capacidade de resistência e, finalmente, de um conjunto de circunstâncias presentes no cenário internacional e capazes de permitir a eliminação ou, na sua impossibilidade, o considerável enfraquecimento do apoio dado a essas camadas reacionárias da sociedade pelas potências imperialistas.

Este parece ser o caso atual do Egito, em que as condições se mostram extremamente propícias à sua entrada na senda do "desenvolvimento japonês". No momento, as forças armadas colocam-se ao lado da burguesia nacional egípcia, enquanto os seus líderes parecem decididos a vencer a oposição e a resistência do grupo feudal-mercantil, ao mesmo tempo que a situação internacional lhes permite adotar uma política de independência em relação aos demais países. Essa coincidência de fatores favoráveis amplia as possibilidades de sucesso da campanha que hoje se desenvolve nesse país com o propósito de conduzi-lo pela estrada do capitalismo industrial. Apesar disso, é preciso convir que o Egito é um membro de pouca importância em nosso terceiro grupo de países subdesenvolvidos. A situação é muito mais complexa quando se considera o mais importante país dessa categoria, ou seja, a Índia.

Ali, a frente unida das forças antiimperialistas mantém-se intacta — se bem que precariamente — e propicia ao Governo da burguesia nacional a sua grande base política. Contudo, é essa mesma amplitude de coalização nacional, responsável pela enorme força do Partido do Congresso durante a luta pela independência do país, que hoje praticamente paralisa o Governo. Embora contando com a aprovação da maioria esmagadora dos setores politizados e organizados da nação, o Governo encontra dificuldades insuperáveis em suas tentativas de formular e executar um programa de regeneração econômica e social. Pretendendo promover o desenvolvimento do capitalismo industrial, ele não se atreve, porém, a contrariar os interesses dos proprietários rurais. Buscando minorar os efeitos das mais ultrajantes desigualdades na distribuição da renda, evita interferir nas atividades dos comerciantes e agiotas. Procurando melhorar as condições miseráveis de trabalho, atemoriza-se com a idéia de opor-se às classes produtoras. Antiimperialista por formação e origem, corteja e espera favores do capital estrangeiro. Esposando o princípio da propriedade privada, promete à Nação um "modelo socialista de sociedade". Imaginando encontrar-se *au-dessus de la mêlée*, e colocado acima dos choques de grupos antagônicos, apenas reflete o estágio que a luta de classes já atingiu na sociedade indiana. Ansioso pela conciliação de necessidades inconciliáveis, de compor e harmonizar diferenças radicais, conseguir acordos e temporizações onde as decisões são inevitáveis, desperdiçando energias e tempo na tentativa de solucionar conflitos permanentes dentro de seu próprio bloco, o Governo atual da Índia substitui mudanças radicais por pequenas reformas, atos revolucionários por palavras revolucionárias, pondo em perigo dessa maneira não somente a própria possibilidade de ver realizadas suas esperanças e aspirações, mas também sua própria permanência no poder. Colocado em desvantagem pela heterogeneidade e debilidade de suas bases sociais e pelas limitações ideológicas daí resultantes, o regime essencialmente pequeno-burguês que hoje governa a Índia é incapaz de oferecer à nação liderança adequada na batalha pela industrialização, ao mesmo tempo que se revela impotente para mobilizar o que realmente tem importân-



cia em todo o movimento: o entusiasmo e as energias criadoras das grandes massas populares para o combate decisivo contra o atraso, a pobreza e a letargia em que jaz o país.

Fizemos, anteriormente, um levantamento das forças que impedem a formação de capital e os investimentos produtivos nos setores urbano e rural da economia de um país atrasado. Essas forças são tão poderosas na Índia como em qualquer outra parte do mundo subdesenvolvido. Em consequência, na Índia, como nos demais países subdesenvolvidos, somente o Governo se encontra em condições de arregimentar o excedente econômico potencialmente presente no sistema econômico e de utilizá-lo na ampliação do aparelho produtivo da nação. Se nas áreas coloniais dos dias atuais o excedente econômico de que se apropriam suas administrações não é empregado em benefício de seus habitantes, e sim na expansão dos interesses das potências imperialistas, e se nos países de nosso segundo grupo o excedente econômico apropriado, em enormes volumes, por Governos comprometidos com o capital estrangeiro, encontra aplicação similar ou é inteiramente desperdiçado — no caso da Índia o problema se apresenta de maneira diferente. Nesse país, a quantidade de recursos arrecadada pelo Estado é muito menor que o excedente econômico potencial, e, o que é menos grave, a utilização dada a esses recursos, a despeito da boa intenção das autoridades, não corresponde àquela capaz de permitir o crescimento econômico harmonioso, a um ritmo mais acelerado. Não obstante o fato de que, como observa *The Economist*, “tal como a rainha Vermelha, a Índia tem que correr para ficar parada”,<sup>48</sup> as meias-medidas e a ausência de decisão constituem as características dominantes de sua política econômica — apesar de todas as bombásticas declarações em contrário.

“De tempos em tempos, o socialismo é anunciado como o objetivo supremo e final da política do Partido do Congresso e dos planos econômicos da Índia. Em declaração sobre a política industrial, feita em 1948, estabeleceu-se que o Estado seria responsável pelo desenvolvimento de base e exerceria controle sobre todos os setores-chaves da economia. Todavia, os Ministérios diretamente responsáveis pelo desenvolvimento econômico da Índia — o Ministério da Fazenda e o Ministério do Comércio — estão bem cômnicos dos limites da ação estatal. (...) Nos primeiros três ou quatro anos, o realismo e o pragmatismo transformaram-se, em certa medida, nos fundamentos da política oficial.”<sup>49</sup>

Esse “realismo e pragmatismo” estão expressos claramente nos objetivos inteiramente inadequados do primeiro plano quinquenal, o qual

“mesmo em sua versão final, publicada em dezembro de 1952 (...) parece bastante modesto na escala de inversões que prevê, tanto em termos absolutos como em relação à renda nacional. Uma despesa de 20 bilhões de rupias, ao longo de um período quinquenal, representa pouco mais de 5% da renda nacional, o que não é muito superior à taxa de inversão que se observava antes do início da execução do plano”.<sup>50</sup>

As condições reinantes no país ao fim do primeiro plano quinquenal parecem confirmar que a atitude adotada foi excessivamente prudente. Observou-se, na verdade, considerável melhoria da situação econômica geral, melhoria esta que se revelou no acentuado aumento do volume de gêneros alimentícios disponível e em certo incremento da produção industrial. Seria, porém, extremamente temerário concluir, com base nos “resultados auspiciosos” dos últimos anos, que o país te-

<sup>48</sup> “Índia — Progress and Plan”. 22 de janeiro de 1955.

<sup>49</sup> *Ibid.*

<sup>50</sup> Nações Unidas. *Economic Survey of Asia and the Far East, 1953*. 1954. p. 59.



nha ingressado, realmente, na senda do progresso, de um rápido e firme desenvolvimento econômico. É unânime a opinião de todos os estudiosos da economia indiana que o ritmo de crescimento satisfatório alcançado na última etapa do primeiro plano quinquenal foi devido, principalmente, a duas colheitas excepcionalmente abundantes e suas repercussões favoráveis sobre o balanço de pagamentos, à disponibilidade de matérias-primas etc. Tampouco se pode atribuir, em sã consciência, essas circunstâncias favoráveis ao modesto aumento da área irrigada, realizado durante esse quinquênio, nem a qualquer medida governamental de outra natureza. A contribuição verdadeiramente importante do primeiro plano foi a de fornecer impressionante testemunho das imensas possibilidades potenciais de desenvolvimento da Índia. A realização de grandes projetos de barragens, de múltiplos propósitos, a implementação de numerosos programas de irrigação, a construção de grande número de fábricas modernas — tudo isso demonstra, acima de qualquer dúvida, a prodigiosa capacidade dos técnicos e dos trabalhadores indianos.

Apesar disso, o segundo plano quinquenal, cobrindo o período 1956/61, longe está de ter sido concebido de maneira a proporcionar-lhes as necessárias oportunidades. Até o mais autorizado documento já publicado sobre esse plano — o *Draft Plan-Frame*,<sup>51</sup> do Prof. P. C. Mahalanobis — padece do mesmo mal, isto é, não ataca frontalmente os principais obstáculos que se antepõem ao progresso da Índia. Estabelecendo, como objetivo, um incremento anual da renda nacional de 5% — taxa de crescimento que, embora modesta, já representa considerável aceleração em confronto com os resultados obtidos no passado — o Plano toma, como ponto de partida, a taxa de investimentos que prevalece na economia e procura alcançar a meta fixada mediante reorientação parcial das inversões da indústria de bens de consumo para a indústria de bens de capital. Uma vez que se não pode esperar que o capital privado realize essa mudança, o Plano atribui ao Governo não apenas a responsabilidade do investimento inicial na indústria de bens de capital, mas também a responsabilidade dos investimentos futuros necessários à absorção de produção dessa mesma indústria. Deixa, porém, em aberto a questão dos meios e modos pelos quais o Governo deverá levantar os recursos correspondentes. Assim procedendo, ele fornece apenas uma elegante demonstração do que poderia ser conseguido se a sociedade tivesse a possibilidade de determinar e comandar, de fato, o modo de utilização de seu excedente econômico efetivo, mas deixa de prover um esquema concreto de política econômica.

Nas mãos da “realista” e “pragmática” Comissão de Planejamento, que transformou o *Draft Plan-Frame* naquilo que aparentemente constitui o plano<sup>52</sup> definitivo, até mesmo aquele aspecto progressista do documento original ficou perdido. Se, nos programas de industrialização mais realistas, a participação projetada da indústria de bens de capital é de pelo menos 40%, e se no *Draft Plan-Frame* destinava-se a esse setor cerca de 20% do investimento total, a Comissão de Planejamento reduziu essa quota para 11%. Por outro lado, o financiamento dos dispêndios governamentais programados não será feito mediante enérgico esforço de mobilização do excedente econômico existente, mas, ao contrário, mediante seu aumento por intermédio da inflação e de impostos sobre as vendas de bens de consumo popular. Face ao baixíssimo padrão de vida da população indiana, as possibilidades de comprimir o consumo da população são, obviamente, muito limitadas. A menos que modificações substanciais ocorram no decurso desse quinquênio, o segundo plano quinquenal se transformará numa segunda edição do primeiro plano, isto

<sup>51</sup> Instituto Indiano de Estatística. *The Second Five Year Plan 1956/57-1960/61. Recommendations for the Formulation of the Second Five Year Plan*. Calcutá, 1955.

<sup>52</sup> Governo da Índia, Comissão de Planejamento. *Second Five Year Plan, A Draft Outline*. 1956.



é, produzirá taxas de crescimento apenas suficientes para determinar insignificante aumento da renda *per capita*.

A única política que se pode admitir como adequada ao presente estágio de desenvolvimento econômico da Índia é aquela que adote como base do programa de desenvolvimento o reinvestimento da maior parcela possível da renda nacional. De acordo com grande número de estimativas, realizadas independentemente, não se pode ter dúvidas quanto ao fato de que 15% da renda nacional poderão ser investidos sem qualquer redução do nível de consumo popular. O que se requer para alcançar esse objetivo é a arregimentação mais completa possível do excedente econômico potencial, gerado correntemente pelo sistema econômico do país. Esse se situa em torno de 25% ou mais da renda nacional da Índia, parcela que uma sociedade caracterizada pela miséria extrema entrega à sua camada improdutiva. Esse excedente é visível a olho nu, como a quota do produto agrícola que os lavradores entregam aos proprietários em pagamento pelas terras arrendadas, ou aos usuários sob a forma de juros extorsivos. Pode ser visto, também, entre os lucros das empresas, a maior parte dos quais não reverte ao sistema produtivo, mas é gasto em consumo por seus detentores.<sup>53</sup>

É óbvio que a mobilização do excedente econômico potencial encontraria forte oposição da classe proprietária e só teria êxito como resultado de uma luta sem quartel contra a “minoría, cujo principal interesse é a conservação de suas riquezas e de seus privilégios”.<sup>54</sup> O atual Governo da Índia não é capaz de aceitar esse desafio e liderar o movimento que venha a quebrar a resistência da classe exploradora das populações rurais e urbanas. Ao recusar-se a assumir a responsabilidade pela formulação e execução de um verdadeiro programa de desenvolvimento econômico e social, ao tentar fugir a esse conflito inevitável, esse Governo põe em perigo sua grande oportunidade histórica: a transformação pacífica de um grande país vítima da miséria e opressão em uma democracia socialista capaz de desenvolver-se a ritmo acelerado. O desenvolvimento econômico e social — tal como um avião — é processo cuja “decolagem” exige uma velocidade mínima bastante elevada. Se o necessário ritmo de crescimento não é alcançado, grande é o perigo que se corre de ver as forças reacionárias conseguirem, uma vez mais, resguardar-se de um “desastre”, bloqueando — ainda que temporariamente — a única saída possível para o impasse da exploração, da prepotência e da estagnação. Essas mesmas forças são capazes de valer-se da exasperação das massas e de sua desilusão, enganando-as com uma fraseologia socialista vazia de conteúdo, para provocar um levante fascista e impor-lhes uma ditadura, que daria nova oportunidade de sobrevivência ao domínio capitalista na cidade e no campo. Somente a História mostrará se a tortuosa estrada palmilhada pelo povo indiano, na sua longa caminhada histórica, irá obrigá-lo a atravessar um período fascista ou se ele será poupado dessa dura provação.

#### IV

Da análise precedente decorrem três importantes corolários. Em primeiro lu-

<sup>53</sup> Enquanto grande parte do montante total dos lucros é ainda remetida para o estrangeiro, da parcela remanescente, que fica no país, cerca de metade é distribuída sob a forma de dividendos. Consultem-se a respeito o *Economic Survey of Asia and the Far East*, 1953. Nações Unidas, 1954. p. 63; e DATTA, B. *The Economics of Industrialization*. Calcutá, 1952. p. 229. Cálculos mais recentes, com base nos últimos dados disponíveis, indicam que os lucros reinvestidos não ultrapassam de 25 a 30% do total.

<sup>54</sup> Nações Unidas. *Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries*. 1951. § 37.



gar, ao contrário do que comumente se sustenta com grande destaque na literatura ocidental sobre os países subdesenvolvidos, o principal obstáculo a seu desenvolvimento não é a escassez de capital. O que é escasso em todos esses países é o que denominamos de excedente econômico efetivo investido na ampliação do seu aparelho produtivo. O excedente econômico potencial, que poderia ser utilizado com esse objetivo, é grande em todos esses países. Note-se que ele não é grande em termos absolutos, isto é, quando comparado à ordem de grandeza do excedente de nações adiantadas como, por exemplo, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, embora existam algumas áreas subdesenvolvidas onde ele é considerável até mesmo quando medido por esse padrão. É grande, porém, como uma proporção da renda nacional. E se não é suficientemente grande para provocar fortes incrementos absolutos do produto social desses países, ele pelo menos o é para permitir-lhes atingir taxas de crescimento elevadas, bastante elevadas mesmo. Devemos deixar claro que não estamos falando do excedente econômico planejado — cuja formação, convém repetir, envolve, entre outras coisas, o emprego racional de recursos normalmente não utilizados — mas apenas do excedente econômico potencial, ou seja, daquele que se disporia para inversões se se utilizasse conscientemente o produto nacional obtido com os mesmos recursos que são hoje empregados. Em monografia ainda inédita, o Dr. Harry Oshima apresenta os resultados de cuidadosas estimativas que fez para certo número de países, sobre os quais existem informações mais ou menos adequadas, chegando às conclusões preliminares seguintes: na Malásia, em 1947, o excedente econômico potencial alcançou 33% do Produto Interno Bruto, enquanto o investimento bruto foi da ordem de 10% do Produto Bruto; no Ceilão, em 1951, essas mesmas proporções foram de 30% e 10%, respectivamente; nas Filipinas, em 1948, 25% e 9%; na Índia, 15% e 5%; na Tailândia, 32% e 6%. No México, entre 1940 e 1950, a participação dos lucros no Produto Nacional Líquido aumentou de 28,6% para 41,4%.<sup>55</sup> Na Rodésia do Norte (1949) a renda da propriedade (não computada a renda das firmas individuais) totalizou 42,9%; no Chile (1948) 26,1%; No Peru (1947) 24,1%.<sup>56</sup> Não precisamos acrescentar nada ao que já dissemos sobre a verdadeira torrente — e torrente no sentido literal mais amplo — que é o excedente econômico potencial nos países produtores de petróleo. Quanto aos países do Oriente e do Sudeste europeu, tanto Rosenstein-Rodan quanto Mandelbaum estimaram — e nós agora sabemos que essa estimativa se distancia muito da realidade — a capacidade de investimento dos países dessas áreas em cerca de 15% de sua renda nacional.<sup>57</sup>

O principal obstáculo ao rápido desenvolvimento econômico dos países atrasados é o modo de utilização de seu excedente econômico potencial. Ele é absorvido por várias formas de consumo suntuário da classe capitalista,<sup>58</sup> é usado para crescer as quantias já entesouradas tanto no país quanto no exterior, para manter vasta e improdutiva burocracia e uma força militar, ainda mais dispendiosa e não me-

<sup>55</sup> STRUMTHAL, A. "Economic Development, Income Distribution and Capital Formation in Mexico". In: *Journal of Political Economy*. Junho de 1955. p. 187.

<sup>56</sup> Nações Unidas. *National Income and its Distribution in Underdeveloped Countries*. 1951. p.17.

<sup>57</sup> ROSENSTEIN-RODAN, P. N. "The Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe". In: *Economic Journal*. Junho-setembro de 1943; MANDELBAUM, K. *The Industrialization of Backward Areas*. Oxford, 1954. p. 34.

<sup>58</sup> Este é um fenômeno bem diferente daquele "aumento da tensão, impaciência e desassossego, que determina um movimento ascensional da função-consumo e que age como empecilho à poupança" que o Prof. Nurkse atribui à ação do "efeito-demonstração" dos padrões de vida mais altos dos países adiantados. Diante da espantosa subnutrição em que vive a grande maioria da população dos países subdesenvolvidos, e do desperdício e das extravagâncias de sua classe capitalista, visíveis a olho nu, não deixa de ser ridículo "hesitar" — como faz o Prof. Nurkse — "em estabelecer qualquer distinção de classe a esse respeito" e falar de uma propensão "nacional" a consumir. *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*. Oxford, 1953. p. 65, 68 e 95.



nos dispensável.<sup>59</sup> Grande parcela desse excedente — parcela cuja magnitude se conhece mais do que outras — é apropriada pelo capital estrangeiro. É do conhecimento geral que os lucros das empresas estrangeiras nos países subdesenvolvidos são muito grandes; na realidade, são muito maiores que as respectivas remessas para o exterior. Estudo de grande interesse, recentemente publicado, oferece excelente levantamento dos lucros auferidos por empresas britânicas que operam nos países subdesenvolvidos.<sup>60</sup> O material aí reunido é pródigo em exemplos de firmas que obtêm por períodos superiores a 40 anos lucros anuais da ordem de 50% e mais. O trabalho em questão conclui que

“os fatos aqui apresentados podem ser resumidos em poucas palavras: 1) dentre mais de 120 companhias (...), cujos registros de dividendos figuram em diversas tabelas anexas, somente 10 não conseguiram obter, durante uma ou mais décadas, a média anual de lucros superior a 10% do valor nominal de suas ações ordinárias, enquanto somente 17, durante os seus cinco anos mais prósperos, deixaram de pagar um total de dividendos que equivale, pelo menos, ao seu capital; 2) 70 companhias distribuíram um total de dividendos, durante seus cinco anos mais prósperos, que atingiu volume superior ao dobro de seu capital e (...) mais de 1/4 do grupo recuperou inteiramente seu capital em um único ano ou menos; 3) os dividendos correspondentes ao período 1945/50 sugerem que a época dos lucros espetaculares ainda não terminou”.

O confronto entre os dividendos pagos por (I) empresas holandesas operando na própria Holanda e os pagos por (II) empresas dessa nacionalidade operando nas Índias Orientais Holandesas, principalmente através de subsidiárias ou filiais, não é menos sugestivo, como o demonstra a tabela seguinte:<sup>61</sup>

Ano	Dividendos pagos por empresas do Grupo I %	Dividendos pagos por empresas do Grupo II %
1922	4,8	10,0
1923	4,2	15,7
1924	4,5	22,5
1925	5,0	27,1
1926	5,2	25,3
1927	5,6	24,8
1928	5,6	22,2
1929	5,4	16,3
1930	4,9	7,1
1931	2,2	3,0
1932	2,1	2,5
1933	2,2	2,7
1934	2,1	3,3
1935	2,0	3,9
1936	3,3	6,7
1937	4,5	10,3

<sup>59</sup> As informações estatísticas compiladas e publicadas pelos Governos dos países subdesenvolvidos são de tal natureza — o que não constitui surpresa — que tornam extremamente difícil a determinação desses valores. O estudo do Dr. Oshima, refendo acima, tenta — pela primeira vez, segundo o meu conhecimento — suprir, ainda que parcialmente, essa lacuna para os países cujos dados podem ser reunidos e comparados.

<sup>60</sup> RIPPY, J. F. “Background for Point Four: Samples of Profitable British Investments in the Underdeveloped Countries”. In: *Journal of Business of the University of Chicago*. Abril de 1953.

<sup>61</sup> TINBERGEN, J. e DALMULDER, J. J. J. In: *De Nederlandsche Konjunktuur*. Agosto de 1939. p. 122; citado por SCHIFF, Erich. “Direct Investments, Terms of Trade and Balance of Payments”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Fevereiro de 1942. p. 310.



Os investimentos belgas no Congo ensejaram, também, taxa de lucro consideravelmente superior à auferida pelas empresas em operação na Bélgica.

“Os lucros líquidos das empresas com atividade principalmente no Congo representaram, em média, durante o período 1947/51, 16,2% do capital mais reservas em comparação com a média de 7,2% registrada pelas empresas operando na Bélgica.”<sup>62</sup>

Os resultados não são diferentes quando comparamos os lucros das empresas norte-americanas que operam em países subdesenvolvidos com a rentabilidade das inversões internas:<sup>63</sup>

Ano	Relação entre lucros e capital social em países subdesenvolvidos	Relação entre lucros e capital social nos Estados Unidos
1945	11,5	7,7
1946	14,3	9,1
1947	18,1	12,0
1948	19,8	13,8

As remessas a título de lucros e dividendos do capital estrangeiro absorvem, por isso mesmo, parcela considerável da receita cambial dos países subdesenvolvidos. Em 1949, por exemplo, as remessas de rendas de capitais estrangeiros representaram 5% da receita cambial da Índia; 8,5% da Indonésia; 6,5% do Egito; 10% do México; 8,6% do Brasil; 17,1% do Chile; 17,7% da Bolívia; 34,3% da Rodésia do Norte; e 53,1% do Irã, para mencionar somente algumas das nações mais importantes.<sup>64</sup>

No período colonial britânico, a situação não pode ser qualificada se não de ultrajante, comparável apenas, talvez, ao que acontece ao excedente econômico dos países produtores de petróleo. A esses territórios dependentes — cuja população tem inegavelmente o mais baixo nível de renda por habitante de todo o mundo — tem sido atribuído, pelos “paternalistas” Governos britânicos (tanto trabalhistas como conservadores), o encargo de *sustentar* durante todo o pós-guerra o padrão de vida incomparavelmente mais elevado da Grã-Bretanha. Entre os anos de 1945 e 1951, as colônias foram forçadas, sob inúmeros pretextos, a acumular saldos não inferiores a 1 bilhão de libras em suas transações externas. Uma vez que os referidos saldos representam a diferença entre as receitas obtidas no exterior pelas colônias e os seus pagamentos a outros países, aquele quantitativo representa a *exportação* de capitais das colônias para a Grã-Bretanha! Nas palavras comedidas do autor da excelente monografia em que baseamos nossas observações acima,

“o investimento (das colônias) de 1 bilhão de libras na Grã-Bretanha não se coaduna com as idéias largamente difundidas sobre a direção desejável do fluxo de capitais en-

<sup>62</sup> Nações Unidas. *The International Flow of Private Capital 1946-1952*. 1954. p. 26.

<sup>63</sup> DERNBURG, H. J. “Prospects for Long-Term Foreign Investments”. In: *Harvard Business Review*. Julho de 1950. p. 44. Um cálculo aproximado, com base em dados divulgados em “International Investments and Earnings” (*Survey of Current Business*, agosto de 1955), de S. Pizer e F. Cutler, leva à conclusão de que essa diferença na taxa de lucros aumentou, de maneira significativa, depois de 1949.

<sup>64</sup> FINCH, D. “Investment Services of Underdeveloped Countries”. In: *Fundo Monetário Internacional. Staff Papers*. Setembro de 1951. p. 84. Note-se, porém, que para alguns países essas percentagens foram sensivelmente mais baixas em 1949 do que antes da Segunda Guerra Mundial, por força dos controles de câmbio instituídos por esses países, e que impediram a livre saída de lucros. É impossível dizer, porém, quanto desses fundos bloqueados será reinvestido nos países em que os mesmos foram gerados e quanto será enviado para o exterior tão pronto cessarem os mencionados controles.



tre países de níveis diferentes de desenvolvimento econômico. Há uma crença generalizada de que a política colonial se tem distinguido por sua grande generosidade, do ponto de vista financeiro. Eram grandes as necessidades das colônias, daí não restar ao contribuinte britânico outra alternativa que não a de socorrê-las. Acredita-se que, desde o fim da guerra, o Reino Unido vem destinando somas vultosas de dinheiro ao auxílio das colônias. Um dos propósitos desse trabalho é verificar a correção e a procedência dessas teses".<sup>65</sup>

Como salientamos anteriormente, a propósito de outra questão, a importância dos pagamentos externos dos países subdesenvolvidos para o seu desenvolvimento econômico não pode ser medida adequadamente por qualquer proporção que tais pagamentos representem em relação à renda nacional desses países. A importância fundamental de tais transferências somente se torna clara quando se compreende que proporção do *excedente econômico* das nações pobres é removida para o exterior por esse processo. Não é de estranhar, pois, que "muitos países subdesenvolvidos sintam que este é um preço demasiado elevado a ser pago pelo capital estrangeiro",<sup>66</sup> particularmente quando se percebe quão modesta é a sua contribuição — se é que há alguma — ao crescimento econômico dos países que o acolhem.

Outra noção, também amplamente difundida, relacionada com a concepção errônea de que a escassez de capital é o mais importante fator limitativo do desenvolvimento econômico dos países atrasados, é a de que a deterioração das relações de troca das áreas de produção primária tem comprometido seriamente o seu progresso econômico.<sup>67</sup> Conquanto não se possa negar que essa tendência exista — embora tenham sido levantadas algumas dúvidas a respeito<sup>68</sup> — e não se possa igualmente negar a sua importância para alguns países, o seu significado geral para o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos é, porém, altamente questionável por dois motivos. Em primeiro lugar — e isso diz respeito a muitos países atrasados —, pouco sentido se pode atribuir ao conceito "relações de troca". Já tivemos oportunidade de assinalar que as companhias de petróleo podem manipular seus lucros e, em consequência, o preço FOB de seus produtos, com o objetivo de minimizar o montante de *royalties* devidos aos Governos dos países onde operam. O que acontece com as empresas de petróleo não deixa, também, de ocorrer com outras empresas estrangeiras produtoras e exportadoras de matérias-primas. Muitos desses consórcios são de grande porte, controlam as instalações de beneficiamento — localizadas, quase sempre, no exterior — e os canais de comercialização de sua produção exportável, operam, muita vez, por conta própria (ou, então, em íntima associação com outras organizações), os serviços de transporte de que necessitam. Em tais condições, o preço FOB das matérias-primas exportadas pelos países subdesenvolvidos é determinado à luz de numerosas e complicadas considerações, pertinentes a diferenças nos sistemas tributários nacionais e nos

<sup>65</sup> HAZLEWOOD, A. D. "Colonial External Finance Since the War". In: *Review of Economic Studies*. Dezembro de 1953. p. 49 et seqs. A transcrição que aparece no texto de M. Hazlewood é extraída da publicação oficial do Governo intitulada *Introducing the Colonies*. 1949. p. 58.

<sup>66</sup> Nações Unidas. *Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries*. 1951. p. 22.

<sup>67</sup> "Os elementos estatísticos disponíveis indicam que entre a última parte do século XIX e o início da Segunda Grande Guerra — um período, portanto, de mais de meio século — verificou-se uma tendência secular ao declínio dos preços dos produtos primários em relação aos preços dos bens manufaturados. Em média, uma dada quantidade de produtos primários exportados pagaria, ao fim do período, apenas 60% do valor dos bens manufaturados que poderia ter comprado no início do período". Nações Unidas. *Relative Prices of Exports and Imports of Under-Developed Countries*. 1949. p. 7. H. W. Singer deu grande ênfase a esse problema em seu artigo "The Distribution of Gains Between Investing and Borrowing Countries", *American Economic Review* (maio de 1950), notadamente às p. 477 et seqs.

<sup>68</sup> McLEOD, A. N. "Trade and Investment in Underdeveloped Areas: A Comment". In: *American Economic Review*. Junho de 1951. Ver também, na mesma edição, "Reply", de H. W. Singer.



acordos de *royalties* com os Governos locais, bem como acordos financeiros entre empresas pertencentes ao mesmo grupo, ficando os consórcios livres para atribuir seus lucros a uma ou outra de suas associadas e subsidiárias. Dependendo do que for mais vantajoso em dado momento, podem ser registrados preços altos ou baixos (e lucros grandes ou pequenos) nos livros de contabilidade da empresa produtora e exportadora de matéria-prima, da firma que beneficia essa matéria-prima ou mesmo da companhia de navegação — todas elas controladas pelo mesmo grupo financeiro.<sup>69</sup>

Isso nos leva ao outro aspecto da questão, mais importante ainda que o anterior. Para a maioria dos países subdesenvolvidos exportadores de matérias-primas, especialmente para a maioria daqueles em que as atividades de produção e exportação são exercidas por empresas estrangeiras, modificações nas relações de troca têm realmente pouco significado na medida em que essas variações dependem mais de alterações dos preços das matérias-primas do que dos preços dos bens importados. É verdade que preços FOB mais elevados para os produtos primários de exportação podem fortalecer um pouco o poder de barganha da mão-de-obra ou do pequeno produtor rural nativos, em seus negócios com a empresa estrangeira produtora ou atacadista, da mesma maneira que preços FOB mais baixos provocam um declínio das atividades e aumento de desemprego. Todavia, como afirmamos anteriormente, a natureza das economias baseadas em matérias-primas é tal que sua oferta é, em sua maior parte, relativamente inelástica, e que variações de procura afetam principalmente o nível de preços e os lucros. Cabe sublinhar, uma vez mais, que a importância do montante de lucros para o bem-estar dos habitantes dos países subdesenvolvidos ou para seu desenvolvimento econômico depende exclusivamente de quem se apropria desses lucros e do emprego que se lhes dá.<sup>70</sup> Uma diminuição nos lucros pode traduzir-se simplesmente em menores remessas para o exterior, o que significa aborrecimentos para os acionistas estrangeiros ou mesmo dificuldades para os países cujos balanços de pagamentos podem ser, por isso, afetados em sentido desfavorável. Tais acontecimentos, porém, podem não ter conseqüências maiores para a economia das regiões exportadoras de matérias-primas. Por outro lado, um aumento dos lucros das empresas dedicadas à produção de matérias-primas pode significar maiores remessas para o exterior, a título de dividendos, ou novas inversões na expansão da produção de matérias-primas — o que não tem, como já vimos, nenhuma importância especial para as áreas subdesenvolvidas. De fato, uma vez que um aumento de preços de matérias-primas e os correspondentes lucros das empresas produtoras conduzem, normalmente, a maiores pagamentos ao capital estrangeiro, os melhores preços de exportação não correspondem a uma ampliação da capacidade dos países subdesenvolvidos para importar mercadorias estrangeiras mas, sim, a uma expansão das exportações que não têm contrapartida. Nas palavras do Dr. Schiff, que foi o primeiro, no meu entender, a chamar a atenção para esse assunto:

“O fato de, em conseqüência de um aumento das exportações e, portanto, dos lucros brutos e líquidos das empresas, recursos adicionais deixarem o país significa que o mundo exterior, mediante o simples aumento da procura de artigos importados des-

<sup>69</sup> A existência de controle de câmbio, por exemplo, constitui forte estímulo à dissimulação dos lucros das firmas que operam nos países subdesenvolvidos e a sua transferência em grande escala, pelos métodos apontados, às matrizes dos consórcios em questão. Esse comportamento, é desnecessário dizer, pode dar origem a uma distorção das “relações de troca” de um país como, por exemplo, a Guatemala.

<sup>70</sup> H. Myint em seu importante trabalho “The Gains from International Trade and the Backward Countries” — *Review of Economic Studies* (1954-1955), n.º 58, p. 129 et seqs. — chama a atenção para esse fato, se bem o examine sob ângulo diferente.



se país, obtém parte dos meios que necessita para pagar as mercadorias adicionais que adquiriu. Deixa, desse modo, de enviar ao país exportador bens e serviços equivalentes à quantidade adicional de mercadorias que comprou. Até certo ponto, o sistema é autofinanciável".<sup>71</sup>

Se esses maiores lucros não são apropriados pelas grandes empresas estrangeiras, mas dele se apossam exportadores e atacadistas nativos, o emprego que estes vierem a dar à parcela excedente de lucros é que dirá que papel a melhoria das relações de troca desempenha na vida econômica do país exportador.<sup>72</sup>

## V

O segundo corolário relaciona-se a outro conceito que tem sido também objeto de desmedido entusiasmo em trabalhos sobre desenvolvimento econômico, os quais nunca se cansam de explicar o atraso dos países subdesenvolvidos ou como o resultado da ação de "forças eternas" ou por um conjunto de reflexões reunidas ao acaso, e aparentemente profundas, mas que, de fato, são extremamente superficiais. A essa última categoria pertence a lamentação pela falta de "capacidade empresarial" ou de "espírito de empresa" nos países subdesenvolvidos, a cuja existência abundante se deve creditar o progresso econômico dos países capitalistas ocidentais. Inspirados pelo trabalho de Weber e Schumpeter — autores que, note-se, devem ser sempre colocados em plano muitíssimo superior aos desses seus "discípulos" —, os economistas identificados com esse ponto de vista destacam e dão ênfase ao papel crucial desempenhado pelo "empresário inovador" na promoção do desenvolvimento econômico. É por isso que o Prof. Yale Brozen sustenta que

"o progresso tecnológico, isto é, o desenvolvimento e o uso de técnicas que promoverão o aumento da produtividade e o crescimento da renda, requer empresários inovadores postos em xeque ou espicaçados pelo livre jogo das forças de um mercado livre".<sup>73</sup>

O Prof. Moses Abramovitz afirma, por sua vez, que

"a razão da existência de diferenças do nível de investimentos entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre economias adiantadas e entre diferentes estágios do progresso de um mesmo país, é explicada em grande parte pelo tamanho, pela energia e liberdade de ação da classe empresarial ou dos homens de negócios".<sup>74</sup>

Já o Prof. Arthur Cole é levado a proclamar que

<sup>71</sup> "Direct Investments, Terms of Trade, and Balance of Payments". In: *Quarterly Journal of Economics*. Fevereiro de 1952. p. 310.

<sup>72</sup> Da mesma maneira que as modificações no preço do petróleo podem ser apenas acompanhadas pelos povos da Arábia Saudita e do Irã, há também ampla evidência de que o sensível aumento dos preços de matérias-primas e produtos alimentares produzidos e exportados por países da América Latina, no período do pós-guerra, teve pouco efeito sobre o nível de vida de sua população ou sobre o ritmo de seu desenvolvimento econômico. Deve-se ter em mente, a propósito, que as estatísticas de renda nacional são inexpressivas a esse respeito, pois um aumento dos preços das matérias-primas exportadas aparecerá sob a forma de um aumento da renda nacional, sem que se permita identificar a quem pertence esse aumento, se à população trabalhadora, sob a forma de um aumento de salários, ou se às empresas estrangeiras, como um acréscimo de seus lucros. É por isso que a Venezuela — a julgar pelas estimativas oficiais de renda nacional — tem uma renda por habitante da mesma ordem que, por exemplo, a da França, da Holanda ou da Bélgica! Cf. Nações Unidas. *National Income and its Distribution in Under-Developed Countries*. 1951. p. 3.

<sup>73</sup> "Entrepreneurship and Technological Change". In: WILLIAMSON, H. F. e BUTTRICK, J. A. (ed.). *Economic Development, Principles and Patterns*. Nova York, 1954. p. 224.

<sup>74</sup> "Economics of Growth". In: HALEY, B. F. (ed.). *A Survey of Contemporary Economics*. Illinois, Homewood, 1952. v. II, p. 158.



“estudar o ‘empreendedor’ é estudar o personagem central da história econômica moderna (...), a figura central da Economia”.<sup>75</sup>

A dificuldade com que defronta a teoria que se apóia nessa “figura central” é que ou ela se reduz a mera tautologia ou sua substância é simplesmente falaciosa. Se se interpreta de acordo com a primeira dessas duas hipóteses — a mais generosa delas — a doutrina se reduz à descoberta de que sem o capitalismo industrial não pode haver industriais capitalistas e vice-versa, o que é, de fato, uma proposição correta, embora despida de qualquer interesse. Em todas as partes do mundo e em todas as fases da História da humanidade surgiram sempre homens ambiciosos, cruéis e empreendedores, que tiveram oportunidade e vontade de “inovar”, de tomar a dianteira, de conquistar o poder e de exercer sua autoridade. Em algumas épocas essa elite forneceu os chefes de tribo, em outras os cavaleiros, os cortesãos e os dignitários eclesiásticos, enquanto em certo período do processo histórico ela produziu os príncipes-mercadores, os aventureiros, os exploradores e os pioneiros da Ciência. Finalmente, durante a etapa mais recente do desenvolvimento histórico — a era do capitalismo moderno — aparece em cena o empresário capitalista, que organiza a produção industrial ou que domina a arte das finanças, objetivando concentrar e colocar sob seu controle imensas quantidades de capital. Deveria parecer óbvio que não é o súbito aparecimento de homens de gênio que os teóricos do “empreendimento” têm que explicar — tais indivíduos sempre existiram! — mas sim o fato de que esses homens em certo momento histórico passaram a empregar o seu “gênio” com o objetivo de acumular capital e descobriram que a melhor maneira de fazê-lo era investindo em empresas industriais. Falhando nesse mister e invocando, ao invés disso, um *deus ex machina*, os teóricos em tela oferecem uma “explicação” que não difere muito daquela que atribui a miséria à existência da pobreza, e transformam a teoria do empreendimento — que tem importância estratégica — em algo destituído de valor. O estudioso da história empresarial, agora tão em moda,

“ao lidar com uma relação econômica, cuja gênese histórica desconhece, naturalmente considera cômodo explicar o seu aparecimento em termos de uma Filosofia da História e apela para a mitologia: Adão e Prometeu tiveram, por acaso, essa idéia, pronta e acabada, razão por que a lançaram etc. Nada é mais árido e cansativo que esse *locus communis fantasioso*”.<sup>76</sup>

Como a literatura que atribui o atraso econômico à oferta inadequada desse “fator de produção” não tenha nem mesmo uma interpretação histórica e sociológica da alegada insuficiência de capacidade empresarial, poder-se-ia supor que o objetivo visado por esses autores não é tanto a formulação de um fenômeno específico, observável nos países subdesenvolvidos. Esse fenômeno seria constituído, provavelmente, pela ausência entre os habitantes das regiões atrasadas, dos traços de caráter que distinguem o empresário, e isso devido a peculiaridades biológicas e psíquicas características dos povos das nações subdesenvolvidas. Tal explicação tem tom e implicações racistas que, provavelmente, não são percebidos nem pelos apologistas mais entusiastas do que freqüentemente se pretende apresentar como um patrimônio particular dos povos anglo-saxões — o homem de empresa audacioso, imaginoso e de hábitos e costumes morigerados. Não precisamos perder

<sup>75</sup> “An Approach to the Study of Entrepreneurship”. In: LANE, F. C. e RIEMERSMA, J. C. (ed.). *Enterprise and Secular Change*. Illinois, Homewood, 1953. p. 187.

<sup>76</sup> MARX. *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie*. Rohentwurf. Berlim, 1953. p. 6.



tempo em refutá-la, pela simples razão de que escassez de talento empresarial existe tão-somente nas investigações realizadas no Ocidente sobre as causas do desenvolvimento econômico. Na verdade, para dizê-lo clara e honestamente, o que há é abundância, se não mesmo superabundância, de capacidade empresarial nos países subdesenvolvidos. Tanto faz olharmos para a Índia, como para o Oriente Próximo, para a América Latina como para os países atrasados da Europa (a Grécia e Portugal, por exemplo) que encontraremos todos eles fervilhando de empresários audaciosos, calculistas e imaginosos, empenhados na "combinação de fatores" que lhes seja mais vantajosa e determinados a maximizar seus lucros dentro da estrutura e gama de oportunidades que lhes são oferecidas pelo meio em que vivem. O problema da capacidade empresarial nos países subdesenvolvidos assemelha-se muito ao problema do excedente econômico. Ele não consiste tanto na inadequação de sua oferta como no uso que é dado à capacidade disponível, em dado contexto econômico e social. Eis as palavras de eminente observador:

"Conquanto não fale ao Sudoeste asiático uma classe empresarial, os empreendimentos tendem a concentrar-se nas atividades comerciais, no comércio de exportação e importação, na especulação imobiliária e na agiotagem".<sup>77</sup>

O mesmo se poderia dizer de grande parte do mundo subdesenvolvido.<sup>78</sup>

## VI

Todavia, como diz um ditado russo: estes são apenas os botões, os frutos ainda não nasceram. Realmente, é nas teorias sobre população, que ocupam lugar de destaque na literatura moderna sobre os países subdesenvolvidos, que a Ciência Social burguesa realiza o seu esforço supremo de atribuir o atraso e a estagnação da maior parte do mundo capitalista a fatores que podem ser considerados independentes da ordem econômica e social vigente. Aqui, a desesperança constitui a ordem do dia, e sombrias são as previsões sobre as possibilidades de melhoria da sorte de milhões e milhões de pessoas que habitam essas regiões. Considera-se como grande obstáculo ao rápido crescimento da renda *per capita* o acentuado e contínuo aumento populacional, resultante de uma alta e sempre crescente taxa de natalidade e de um declínio na taxa de mortalidade, devido à melhoria das condições sanitárias. As nuvens ameaçadoras do perigo malthusiano pairam, assim, sobre os povos das regiões atrasadas. A sua única esperança reside na rapidez com que se adotem medidas mais ou menos drásticas, capazes de refrear a expansão de suas populações. Muitos economistas expressam esse profundo pessimismo em linguagem comedida e apropriada a trabalhos acadêmicos:

"Se não se puder reduzir a taxa de natalidade, de modo a ajustá-la melhor ao declí-

<sup>77</sup> MASON, F. S. *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955. p. 46.

<sup>78</sup> O problema pode ser posto em termos bastante claros, tomando-se o exemplo de Portugal. Nesse país, "há uma grande classe de pessoas com fortunas vultosas que demonstra uma marcada preferência por conservá-las líquidas ou para aplicá-las na aquisição de terras. (...) Alguns desses indivíduos revelam atividade e dinamismo apenas quando têm de combater qualquer tentativa de outra firma portuguesa, mais vigorosa, de penetrar no campo de produção que eles procuram monopolizar" ("Portugal". In: *The Economist*. 17 de abril de 1954). Pode-se afirmar, com segurança, que, uma vez postos em "atividade", esses elementos demonstrarão toda a sua capacidade empresarial que foi o que lhes permitiu, em primeiro lugar, formar suas vultosas fortunas e conquistar suas posições monopolísticas. É nessas situações de monopólio, bem como em todas as outras relações já discutidas, que se pode encontrar uma explicação para a ausência ou lentidão do crescimento industrial nos países subdesenvolvidos, ao invés de tentar explicá-la mediante estereis especulações sobre "letargia inerente", "preferência pela manutenção de empresas cujo capital está todo nas mãos de uma família", e "falta de espírito de empresa", que, segundo alguns, são falhas típicas dos capitalistas dos países atrasados.



nio previsto da taxa de mortalidade, não deixará de haver apenas crescimento da renda por habitante; poderá ocorrer mesmo uma diminuição desta”.<sup>79</sup>

Escritores populares, dirigindo-se a públicos maiores e menos selecionados, empregam uma linguagem mais viva e colorida:

“Nunca, em outras épocas da História da humanidade”, escreve um dos de maior sucesso, “tantas centenas de milhões de indivíduos se encontraram à beira do precipício”.

Deve-se isso, esclarece esse autor, ao fato de

“duas curvas — a da população e a dos meios de subsistência — se terem cruzado e tenderem a se afastar uma da outra, cada vez com maior rapidez. Quanto mais distante se encontrarem, tanto mais difícil será a tarefa de reaproximá-las”.<sup>80</sup>

Outro autor, cujo livro é adornado por um prefácio de Julian Huxley, adverte, sem piedade, que

“chegará o dia em que o inevitável acontecerá, e a população mundial será grande demais para a quantidade de alimentos produzida”.<sup>81</sup>

Realmente, se não se puser fim à “copulação desenfreada” entre “milhões de seres de alta fertilidade”, nada se poderá fazer em benefício do mundo subdesenvolvido:

“se não se puder interromper o crescimento demográfico, podemos abandonar a luta”.<sup>82</sup>

É óbvio que o “nós”, nesse contexto, é mera figura de retórica; aqueles que podem “abandonar a luta” não somos “nós”, mas as massas famintas, doentes e desesperadas dos países atrasados. Elas

“bem que poderiam livrar-se desse modo de pensar (...) que leva a redigir e aceitar documentos como o Manifesto Comunista e a Carta do Atlântico. Ele induz o homem a buscar soluções políticas e (ou) econômicas para problemas que são políticos, econômicos, sociais, geográficos, psicológicos, genéticos, fisiológicos etc.”

Embora essa estarrecedora lista de fatores responsáveis pelo presente estado de coisas presumivelmente sirva para indicar em quantos assuntos os povos dos países subdesenvolvidos devem meditar antes de dizer — e principalmente de fazer — qualquer coisa sobre a miséria reinante, a verdade é que todo esse profundo pensamento não conduz realmente a nada. E isso porque

“nossa educação terá que ser remodelada, para levar em conta a nossa existência num ambiente tão *completamente* sujeito a leis físicas como uma bola que deixamos escapar das mãos”.<sup>83</sup>

Conquanto seja sempre

<sup>79</sup> MASON, E. S. *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955. p. 53.

<sup>80</sup> VOGT, W. *Road to Survival*. Nova York, 1948. p. 265 e 267. Esse livro foi honrado com uma introdução de Bernard M. Baruch.

<sup>81</sup> COOK, R. C. *Human Fertility: the Modern Dilemma*. Nova York, 1951. p. 322.

<sup>82</sup> VOGT. *Op. cit.*, p. 279.

<sup>83</sup> *Ibid.*, p. 53 e 286 (grifo nosso).



“mais conveniente e muito mais de acordo com os interesses da classe dominante (...) explicar (...) a superpopulação mediante recursos a leis eternas da Natureza, ao invés de explicá-la recorrendo-se às leis históricas da produção capitalista”,<sup>84</sup>

esta “explicação” tem hoje tanto de científica quanto o tinha a de Malthus, pois os fatos científicos pertinentes à questão são bem diferentes daquilo em que os neomalthusianos gostariam que acreditássemos. Convém mencioná-los, ainda que de maneira resumida. Em primeiro lugar, não é verdade que padrões de vida miseráveis, fome e epidemias constituam fenômenos necessariamente associados a populações densas ou a populações que apresentam elevadas taxas de crescimento. O quadro seguinte, preparado pelo Prof. Grundfest, compara densidades demográficas (em números redondos) em alguns países “pobres” (subdesenvolvidos) e “ricos” (desenvolvidos):

<i>Países “pobres”</i>	<i>Densidade demográfica</i>	<i>Países “ricos”</i>	<i>Densidade demográfica</i>
Suriname (Índias Ocidentais Holandesas)	4	Bélgica	800
Bolívia	10	Inglaterra e Gales	750
Congo Belga	13	Reino Unido	500
Colômbia	26	Holanda	610
Irã, Iraque	30	Itália	400
Filipinas	175	França	200
Índia	250	Escócia	170
Martinica (Índias Ocidentais Francesas)	615	Espanha	140

“Esses números”, observa aquele professor, “levam-nos a uma série de conclusões: a) certos países são pobres independentemente de suas respectivas densidades populacionais e a despeito de possuírem ricos recursos agrícolas e (ou) minerais; b) as colônias podem ter população muito menos densa que os países a que pertencem, assim como recursos naturais muito mais ricos e abundantes (por exemplo, o Suriname e o Congo Belga) e, apesar disso, serem muito mais pobres; c) não há correlação entre densidade demográfica e padrão de vida nos países ricos, os quais, a este último respeito, colocam-se na seguinte ordem decrescente: Inglaterra, Escócia, França, Países Baixos, Itália e (bastante atrás) a menos povoada Espanha; d) há, entretanto, correlação direta entre padrões de vida, ordenados em escala decrescente, e grau de industrialização (...); e) todos os países pobres têm, também, uma característica em comum: eles são industrialmente subdesenvolvidos, limitando-se a utilização de seus recursos à atividade extrativa, cuja produção é destinada ao mercado mundial (capitalista).”<sup>85</sup>

As duas últimas conclusões — de acordo com as quais o grau de industrialização constitui o determinante principal do nível de renda por habitante, ao invés da densidade demográfica — encontram inteiro apoio na correlação existente entre energia consumida e produto nacional,<sup>86</sup> evidenciado pelo quadro seguinte:

<sup>84</sup> MARX. *Capital*. Ed. Kerr. v. I, p. 580 n.

<sup>85</sup> “Malthusism”. In: *Monthly Review*. Dezembro de 1951. p. 251.

<sup>86</sup> Os dados referem-se a 1950 e foram obtidos em DEWHURST, J. F. e colaboradores. *America's Needs and Resources*. Nova York, 1955. p. 1099; e em GILBERT, M. e KRAVIS, I. B. *An International Comparison of National Pro-*



<i>País</i>	<i>Consumo de energia por habitante (equivalência em milhões de toneladas de carvão)</i>	<i>Renda nacional por habitante (em dólares)</i>
Estados Unidos	16 100	1 810
Canadá	15 600	970
Grã-Bretanha	9 500	954
Bélgica	7 770	582
Suécia	7 175	780
Alemanha (Ocidental)	5 785	604
França	4 755	764
Suíça	4 685	849
Polônia	4 600	300
Hungria	2 155	269
Japão	1 670	100
Itália	1 385	394
Portugal	570	250
Turquia	570	125
Índia	155	57
Birmânia	45	36

Se a tese segundo a qual a pobreza de um país promana da pressão populacional nada mais é que uma deformação grosseira da realidade, não é menos irreal atribuir essa pobreza à impossibilidade “física” de produzir alimentos em quantidades suficientes para manter uma população crescente.<sup>87</sup> O absurdo dessa proposição é óbvio, quer consideremos o problema na sua exata dimensão temporal, quer sigamos os profetas da desgraça e da ruína em seus cálculos de ficção científica relativos aos anos 2100 ou 2200. A resposta ao primeiro ponto pode ser encontrada na excelente monografia de autoria do Dr. C. Taeuber, chefe do Departamento de Estatística da FAO. São estas as conclusões a que chegaram os pesquisadores que se dedicaram ao exame do problema:

“É possível colocar em produção cerca de um bilhão de acres de terras nas zonas tropicais e aproximadamente 300 milhões de acres fora dos trópicos. Admitindo-se para as terras tropicais um rendimento por unidade de área cultivada equivalente ao rendimento já alcançado na Finlândia para as terras não tropicais, e somando-se à produção assim estimada aquela que se considera possível obter nas terras que são cultivadas atualmente, chega-se à conclusão de que a produção agrícola resultante possibilitaria uma oferta mais do que adequada de todos os tipos de alimentos e corresponderia a mais do dobro das necessidades de cereais, raízes e tubérculos, açúcar, gorduras e

*ducts and the Purchasing Power of Currencies*. Paris, s.d., p. 30. É necessário assinalar que as estimativas são precárias no que respeita à renda. As cifras relativas à Grã-Bretanha, França, Alemanha e Itália baseiam-se em estudos de preços relativos, enquanto as outras foram convertidas em dólares com o emprego das taxas oficiais de câmbio adotadas pelos respectivos países. Apesar disso, dão uma idéia, ainda que aproximada, das posições relativas de cada um dos países considerados.

<sup>87</sup> Não é de estranhar, pois, que um documento publicado por uma organização como a Fundação Rockefeller (*Public Health and Demography in the Far East, 1950*) anuncie que “cedo ou tarde a crescente pressão da população sobre as disponibilidades de alimentos restabelecerá o predomínio da morte, seja pelo enfraquecimento geral da população, seja pela fome e a peste”, enquanto R. C. Cook pergunta dramaticamente: “Mesmo se a ciência pudesse encontrar um meio de extrair pão e carne da água do mar, poderia tal multidão ser alimentada?” — *Human Fertility: the Modern Dilemma*. Nova York, 1951. p. 323.



óleos. O total 'obtenível' nessas condições equivaleria a mais do que dobrar os objetivos usados em nosso cálculo".<sup>88</sup>

Colin Clark vai ainda mais longe. Acredita esse autor que, independentemente de novas terras que poderiam ser incorporadas à agricultura, poder-se-ia produzir o bastante mediante a administração científica das terras já em exploração:

"Pode-se prever que a população mundial cresça à taxa de 1% ao ano, enquanto o progresso da tecnologia agrícola poderá aumentar a produção homem/ano à razão anual de 1,5% (ou 2% ao ano em alguns países). Qualquer pessimismo malthusiano mais profundo está fadado ao inteiro descrédito: o progresso científico, por si só, será capaz de fazer face ao crescimento da população mundial".<sup>89</sup>

Quando deparamos com cálculos "à Júlio Verne" realizados pelos neomalthusianos, tudo o que necessitávamos dizer já se encontra expresso de maneira admirável na lúcida monografia do Prof. M. K. Bennett, diretor do Instituto de Pesquisas sobre Alimentação, da Universidade de Stanford:

"Ninguém deveria impressionar-se com cálculos sobre razões terra/homem, que mostrem com perfeição aritmética que se a população mundial continuar aumentando à taxa atual de 1% ao ano poder-se-á identificar um ano no futuro em que se disporia de apenas uma polegada quadrada de superfície terrestre por pessoa. Isso é, evidentemente, um simples exercício aritmético. Trata-se, porém, de um exercício completamente estéril. (...) Pode-se esperar que a sociedade seja levada a agir de maneira a contrariar o cálculo aritmético impecável. E a sociedade tem esse poder. A aritmética *perse* não possui nenhum elemento profético, nenhum elemento de compulsoriedade. Igualmente estéreis e desinteressantes são todos os esforços que se fazem para calcular quantas pessoas poderiam ser, em última análise, alimentadas pela utilização de toda a superfície terrestre. (...) Apesar disso, pesquisadores sérios procuram, hoje em dia, aplicar toda a sua capacidade e todo o seu instrumental analítico no estudo de partes do mundo ao invés de estudá-lo em seu todo; no estudo da História e de tendências observadas, mais do que em profecias; em adivinhações e especulações sobre o que nos reservam os séculos vindouros e a eternidade, ao invés de concentrarem-se em um prognóstico para as próximas décadas".<sup>90</sup>

Ou, então, como um professor universitário britânico conclui sua instrutiva "investigação sobre a capacidade produtiva do homem":

"Este planeta não é ilimitado, mas é suficiente para sustentar todos aqueles que nele devem viver. Em outras palavras, os seres humanos alcançaram um estágio de desenvolvimento tecnológico tal que, com os recursos existentes, podem prover não apenas a sua subsistência mas a abundância".<sup>91</sup>

Não tem sentido, pois, falar-se de "superpopulação" em termos gerais — e esta é a terceira grande falácia tanto do antigo quanto do novo malthusianismo. A fim de que o vocábulo "superpopulação" tenha algum significado é imprescindível

<sup>88</sup> "Utilization of Human Resources in Agriculture". In: *The Milbank Memorial Fund Quarterly*. Janeiro de 1950. p. 74.

<sup>89</sup> "The World's Capacity to Feed and Clothe Itself". In: *Way Ahead*. Haia, 1949. v. II, n.º 2; citado em CASTRO, Josué do. *Geografia da Forma*. Boston, 1952. p. 281.

<sup>90</sup> *Population, Food, and Economic Progress*. Rice Institute Pamphlet. Julho de 1952. p. 58.

<sup>91</sup> BRITAIN, R. *Let There Be Bread*. Nova York, 1952. p. 223. John Boyd Orr diz na introdução a esse fascinante trabalho: "Esse livro dá o mais completo balanço que já vi do que se pode fazer com a ciência moderna para criar um mundo de abundância". Ele deveria ser lido por todo aquele que não está completamente imunizado contra o bacilo neomalthusiano.



que se defina, de forma inequívoca, *em relação a que se considera excessiva a população*. Uma vez feito isso, constata-se que há poucos lugares — se é que há algum — que podem ser apontados como sofrendo dos males de superpopulação *em relação aos recursos naturais* de que dispõem. É evidente que não se pode entender o conceito a todo o mundo, com base no que ocorre nessas regiões. A superpopulação que existe no presente estágio de desenvolvimento histórico é superpopulação não em relação a recursos naturais, mas sim *em relação a instalações e equipamentos produtivos*. Nas palavras penetrantes de Engels:

“a pressão da população não é sobre os meios de subsistência, mas sobre os meios de trabalho”.<sup>92</sup>

A oferta dos “meios de trabalho” necessários não constitui, porém, fenômeno natural, mas sim um fenômeno social, que só pode ser compreendido e tratado como tal. Como mostramos anteriormente, a diferença entre o excedente econômico efetivo, investido na expansão da riqueza produtiva da espécie humana, de um lado, e o excedente econômico potencial, que *podia* ser usado com esse propósito em uma sociedade racionalmente organizada, de outro, tem-se tornado tão grande — tanto nos países adiantados como nos países subdesenvolvidos — que se poderia obter enorme expansão do aparelho produtivo de qualquer país, em tempo relativamente curto.<sup>93</sup> Como disse o Dr. Taeuber,

“dado esse conhecimento, o problema (...) que subsiste é o de saber se serão feitas as necessárias modificações nas instituições econômicas, sociais e políticas capazes de propiciar as melhorias que já se encontram ao alcance da sociedade”.<sup>94</sup>

Desse modo,

“o que é muitas vezes chamado de corrida entre a população e as disponibilidades de alimentos poderia ser interpretado mais corretamente como uma corrida — se é que ela existe de fato — entre a população e o desenvolvimento econômico”.<sup>95</sup>

isso porque o desenvolvimento econômico, e somente este, pode resolver ambos os aspectos do chamado problema da superpopulação. Ele aumenta a oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, diminui o ritmo de crescimento demográfico. Para usar uma vez mais as palavras do Prof. Bennett,

“creio que se pode afirmar, com segurança, que, com níveis crescentes de consumo, a tendência a longo prazo é para uma queda na taxa de natalidade — os casamentos são contraídos com mais idade, o tamanho das famílias tende a ser limitado como resultado de maior preocupação com o futuro e da adoção de medidas anticoncepcionais. Quando o padrão de consumo alcança um nível suficientemente elevado, a taxa de natalidade tende a estabilizar-se”.<sup>96</sup>

<sup>92</sup> Carta a F. A. Lange, 29 de março de 1865. In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. Nova York, 1934. p. 198.

<sup>93</sup> Cabe notar que, mesmo pelos padrões da teoria econômica burguesa, deixaram de ter conteúdo na era do capitalismo monopolista e do imperialismo conceitos como “escassez de recursos” e “escassez de capital”, que tiveram um significado real durante a juventude competitiva do capitalismo, ou melhor, na época em que o regime capitalista representava um progresso em relação à fase precedente de domínio feudal. Esses conceitos são tão sem sentido quanto a noção de “distribuição ótima de recursos” sob condições de subemprego e desperdício. Servem apenas para perpetuar a mistificação ideológica, que atribui “superpopulação”, atraso e miséria a inexoráveis e eternas leis da Natureza, a “relações econômicas imutáveis”, ao invés de explicá-los como fruto exclusivo da irracionalidade da ordem econômica e social do capitalismo e do imperialismo.

<sup>94</sup> *Op. cit.*, p. 83.

<sup>95</sup> BENNETT. *Op. cit.*, p. 27.

<sup>96</sup> *Ibid.* p. 54.



Acrescente-se, ainda, que o desenvolvimento econômico, pelo aperfeiçoamento dos serviços médicos e pela difusão de medidas profiláticas, tende a reduzir de maneira substancial a taxa de mortalidade — sem dúvida, a mais salutar e a mais urgente necessidade de todo o mundo, particularmente dos países atrasados. Uma redução da taxa de mortalidade não significa apenas elevação nos padrões de saúde, de vitalidade e de eficiência da população, mas também — esse efeito é especialmente importante — declínio da mortalidade infantil. A importância estritamente econômica desta última conseqüência pode ser apreendida, com rapidez, considerando-se que aproximadamente 22,5% da renda nacional da Índia são gastos na manutenção de crianças que morrem antes de alcançarem a idade de 15 anos, sem terem tido, pois, a oportunidade de uma vida produtiva.<sup>97</sup>

Não se pode, porém, ir ao extremo de negar, como algo “inconcebível”, a possibilidade de ocorrência de escassez de alimentos ou de outros produtos indispensáveis à sobrevivência da raça humana, após se terem criado condições propícias ao progresso econômico rápido e racional, após os seus efeitos se terem feito sentir sobre as taxas de natalidade e mortalidade, e depois de terem sido esgotadas todas as possibilidades de utilização científica dos recursos terrestres. Esse perigo, no presente estágio de evolução histórica, não representa mais que pequena pedra no leito de ampla estrada, o que permite a qualquer um juntar-se ao Prof. Bennett e “confessar completa falta de interesse” pelo problema. Engels assinalou na carta que escreveu a F. A. Lange, à qual fizemos referência, que se

“a ciência (...) for (...) finalmente aplicada em grande escala à agricultura e com a mesma consistência com que a empregada na indústria” e se todas “as regiões não utilizadas ou subutilizadas tiverem sido cultivadas e, após tudo isso, sobrevier uma escassez de alimentos, terá, então, chegado o tempo de dizer *caveant consules*”.

É extremamente necessário, na verdade, fazer soar o alarma — mas não porque leis eternas da Natureza tornem impossível alimentar a população mundial. O alarma deve ser dado porque o sistema econômico e social do capitalismo e do imperialismo condena milhões e milhões de seres humanos à fome, à degradação e à morte prematura. O alarma deve ser dado porque é o sistema econômico e social do capitalismo e do imperialismo que se opõe à completa mobilização, urgentemente necessária, do excedente econômico potencial e à obtenção de taxas elevadas de crescimento econômico que esse mesmo excedente pode permitir. Como já vimos, o excedente econômico potencial situa-se, na maioria dos países subdesenvolvidos, ao redor (ou acima) de 20% de suas respectivas rendas nacionais. O investimento produtivo de recursos dessa ordem produziria incrementos anuais da renda nacional de 7 a 8% e (freqüentemente mais) onde quer que se pudessem admitir relações capital/produto razoáveis.<sup>98</sup> Os incrementos de renda hoje observados — apenas onde eles realmente ocorrem — mal atingem as taxas de crescimento demográfico de 1 ou 2% ao ano, ou então, na hipótese mais favorável, excedem essas taxas por quantias insignificantes.

Trata-se, realmente, de uma “corrida entre população e desenvolvimento econômico” — uma corrida tornada duplamente dramática pela fria expressão de misantropia e crueldade evidente em toda a literatura imperialista sobre o problema demográfico nos países subdesenvolvidos. O que importa não é o fato de que

<sup>97</sup> GHOSH, D. *Pressure of Population and Economic Efficiency in India*. Nova Delhi, 1946. p. 22; citado por SPENGLER, J. J. “The Population Obstacle to Economic Betterment”. In: *American Economic Review*. Maio de 1951. p. 351.

<sup>98</sup> É evidente que não se toma em consideração aqui a possibilidade de enorme aceleração do processo de desenvolvimento econômico que seria possível mediante o auxílio generoso e desinteressado dos países mais adiantados às áreas atrasadas. Mesmo essa ajuda não pode ser prevista ou admitida como possível dentro do quadro institucional do sistema capitalista.



“o humanitarismo não constitua interesse nacional de importância; os Governos simplesmente não agem com base em considerações dessa natureza”.<sup>99</sup>

O que importa é a sistemática disseminação de uma ideologia desastrosa para a felicidade humana e para os sentimentos superiores que nutrem a vida humana — se é que a felicidade e os sentimentos em jogo são os dos “amarelos”, “negros” e membros de outras “raças inferiores”. Nenhum outro sentido se pode atribuir a pronunciamentos como este:

“A profissão médica moderna, cuja ética ainda repousa sobre dúbios conceitos emitidos por um homem ignorante que viveu há mais de dois mil anos — ignorante em termos do mundo moderno —, continua a acreditar que é seu dever manter vivo o maior número possível de pessoas”.<sup>100</sup>

A profissão médica encontraria orientação mais adequada no fato de que

“há pouca esperança de que o mundo venha a escapar dos horrores de grandes fomes na China, nos próximos anos. Todavia, do ponto de vista mundial, elas podem não ser apenas desejáveis mas sim indispensáveis. Uma população chinesa que continue a crescer em progressão geométrica não pode deixar de constituir uma calamidade total”.

Assertivas como a seguinte demonstram que pelo menos alguns membros da profissão médica começam a “pautar sua conduta ética”, por padrões que estão mais em consonância com o mundo moderno”:

“É óbvio que o primeiro objetivo do programa médico-sanitário não pode ser simplesmente o de salvar vidas. Ao contrário, ele deve consistir no desenvolvimento de métodos que permitam ao povo chinês reduzir sua taxa de natalidade”.<sup>101</sup>

O Prof. Norbert Wiener compreende perfeitamente as implicações desse neo-barbarismo. É isso o que demonstra o trecho seguinte:

“Se essa recusa de socorro médico obedece a um propósito consciente, ou mesmo se não atende a nenhum objetivo, e se os fatos nela implícitos penetram nos lares de ingleses e americanos que correspondam ao tipo idealizado hoje por todos os ingleses e americanos, essa atitude será, por inúmeras razões, tão prejudicial a um padrão moral elevado que simplesmente não poderá ser tolerada. Mesmo a perda da posição desfrutada pelo homem branco será uma calamidade menos difícil de se aceitar”.<sup>102</sup>

Claro está que o Prof. Wiener ainda não “ajustou sua ética” às necessidades do mundo moderno. Essas “necessidades” são inteiramente controladas pelos amigos “modernos” dos povos que habitam os países subdesenvolvidos.

“A eliminação de uma série de doenças contagiosas do seio de uma população que não tem o bastante para comer, bem como o ato de trazer à luz uma caudal de novos seres humanos numa economia incapaz de manter até mesmo sua atual população, representa convite certo ao desastre.” A sua pior consequência seria “um firme declínio da percentagem da população terrestre que apóia as idéias e os padrões de cultura [sic!] desenvolvidos no Mundo Ocidental a partir de 1600.”

<sup>99</sup> MASON, E. S. *Promoting Economic Development*. Califórnia, Claremont, 1955. p. 13.

<sup>100</sup> VOGT, W. *Road to Survival*. Nova York, 1948. p. 48; a citação seguinte encontra-se à p. 238.

<sup>101</sup> WIENFIELD, G. F. *China: The Land and the People*. Nova York, 1948. p. 344. É importante notar que o autor é médico enviado à China pelo Comitê de Missões no Exterior da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

<sup>102</sup> *The Human Use of Human Beings*. Boston, 1950. p. 52.



O que tornaria o desastre mais alarmante é que, a menos que se adote um plano tendente

“a valorizar as qualidades inatas das gerações futuras (...) [pela] elevação da taxa de natalidade dos grupos mais bem dotados e de maior capacidade (...), a fertilidade mal distribuída conduzirá (...) ao agravamento da erosão de nossa herança biológica e cultural”,<sup>103</sup>

o que — esta é a preocupação de Vogt — importará “em alto custo para o policiamento das partes superpovoadas da Europa e da Ásia”.<sup>104</sup>

Poder-se-ia objetar que, felizmente, apenas a “camada de lunáticos” de nossa sociedade é capaz de encampar doutrinas

“que têm como propósito assegurar a supremacia do homem branco, mas que, no fundo, nada mais são que a aceitação de uma guerra empreendida por todos e contra todos”.<sup>105</sup>

Lamentavelmente, não é isso, porém, o que acontece. Nem o Dr. Baruch, que endossou o livro de Vogt, nem Julian Huxley, que entoou loas ao livro de Cook, podem ser tidos como figuras do submundo intelectual de nossa sociedade. Tampouco se pode dizer que é injusto atribuir a essas personalidades idéias que elas talvez não hesitassem em repudiar ao se aperceberem de suas implicações e significado reais. Não se discute aqui sentimento de natureza subjetiva, como a bondade ou a maldade dos indivíduos — se bem que, como sabiamente adverte J. S. Furnivall,

“em Política, como em Direito, os homens têm que estar conscientes das conseqüências naturais de seus atos”.

Discute-se apenas o papel que essa mentalidade, por eles refletida e constantemente incentivada, desempenha no mundo objetivo. Esta é a mentalidade típica de um sistema econômico e social prisioneiro de sua monstruosa inadequação, de um sistema que constitui um obstáculo no caminho da humanidade para um maior desenvolvimento e para a própria sobrevivência.

O desenvolvimento econômico é hoje a necessidade mais urgente e vital da esmagadora maioria da raça humana. Cada ano perdido representa a perda de milhões de vidas humanas. Cada ano de inatividade significa maior enfraquecimento e maior desesperança para os povos que vegetam nos países subdesenvolvidos. Certa vez, John Foster Dulles colocou, com perfeição, o problema ao afirmar:

“Nós americanos podemos falar com eloqüência sobre independência e liberdade, sobre direitos humanos e liberdades fundamentais, sobre dignidade e valor da pessoa humana, mas grande parte de nosso vocabulário provém de um período em que a

<sup>103</sup> COOK, R. C. *Human Fertility: The Modern Dilemma*. Nova York, 1951. p. 282, 295, 255 e 315. Conquanto não haja, obviamente, motivos para sugerir a possibilidade de plágio por parte de Cook, é interessante notar como “pensadores distintos” chegam, independentemente, a idênticas conclusões, pois partiram de premissas ideológicas e sócio-econômicas semelhantes. “Uma vez que o inferior é sempre numericamente superior ao melhor, o pior se reproduziria de tal maneira mais rapidamente — dada a mesma oportunidade para sobreviver e para procriar — que o melhor seria inevitavelmente relegado a um segundo plano. Há necessidade de se empreender, por conseguinte, uma ação corretiva em favor do melhor. A Natureza proporciona um desses meios ao sujeitar o pior a condições de vida mais difíceis, que reduzem o seu número. Quanto ao resto, finalmente, ela não permite sua multiplicação indiscriminada, mas efetua uma seleção impiedosa, cujos critérios são a robustez e a saúde”. HITLER, Adolf. *Mein Kampf*. Munique, 1934. p. 313.

<sup>104</sup> *Op. cit.*, p. 79.

<sup>105</sup> WIENER. *Op. cit.*, p. 53.



nossa própria sociedade era individualista. É por isso que esses conceitos pouco significam para aqueles que vivem sob condições onde o individualismo significa morte prematura".<sup>106</sup>

Tais condições não são, na verdade, as condições de uma sociedade individualista, mas as condições comuns a uma sociedade dominada pelo capitalismo monopolístico e imperialista.

"Essa situação se torna, cada dia que passa, mais absurda e mais desnecessária. Ela *deve e pode* ser abolida. É possível a instauração de uma nova ordem social, na qual — talvez após breve período de transição, à custa de alguma privação, mas de qualquer modo de grande valor —, mediante a utilização planejada e a expansão das enormes forças produtivas de todos os membros da sociedade, já existentes, e com a uniforme obrigação de trabalhar, estarão disponíveis, para todos, em igual medida e em crescente abundância, os meios necessários à existência e ao aproveitamento dos prazeres superiores da vida, ao desenvolvimento de todas as faculdades físicas e mentais do ser humano."<sup>107</sup>

Se a "situação" já era "desnecessária" em 1891, quando Engels escreveu as palavras acima, hoje ela se tornou mais "desnecessária" ainda. As "enormes forças produtivas já existentes" alcançaram prodigioso poder. Os problemas do subdesenvolvimento, da superpopulação, das necessidades humanas, das enfermidades, poderiam ser resolvidos no decurso de uma geração, por um esforço mundial integrado e planejado. Não se pode daí concluir, entretanto, que este será, de fato, o curso da História.

"Seria errôneo acreditar", disse Lênin, "que as classes revolucionárias têm sempre suficiente força para conquistar o poder tão logo as condições de desenvolvimento sócio-econômico houverem criado um ambiente inteiramente propício à revolução. Não é assim na vida real. A sociedade humana não se encontra ordenada tão racionalmente, nem de forma tão 'conveniente' para os seus elementos progressistas. A necessidade de tomar o poder pode ter amadurecido, mas o poderio das forças revolucionárias que derrubarão o regime vigente pode ter-se tornado inadequado para essa empreitada. Sob tais condições, a sociedade entra em decadência, processo que pode, algumas vezes, se prolongar por décadas inteiras."<sup>108</sup>

É um desses períodos históricos de decadência que grande parte da humanidade vive nos dias que correm. Vogt retratou essa situação ao concluir o seu livro com as palavras seguintes:

"A raça humana está prisioneira de algo bem concreto, e concreto como um par de sapatos dois números menor".

A imagem é correta, somente que o par de sapatos deve representar, no caso, o capitalismo monopolista e o imperialismo. O dilema com que defronta hoje a maioria da espécie humana é o de libertar-se de ambos ou deixar-se amputar por eles até ajustar-se ao tamanho dos sapatos.

<sup>106</sup> *War or Peace*. Nova York, 1950. p. 257.

<sup>107</sup> ENGELS. Introdução a *Wage Labor and Capital* de Marx. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I. p. 73.

<sup>108</sup> *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1947. v. 9, p. 338.







## *Desenvolvimento Econômico Rápido*

### *I*

É no mundo subdesenvolvido que o fato central e dominante de nossa época se torna visível a olho nu: o sistema capitalista, inicialmente poderoso instrumento de desenvolvimento econômico, converteu-se em não menos formidável obstáculo ao progresso humano. O que Alexis de Tocqueville observou em relação às instituições políticas aplica-se em escala mais ampla do que se poderia imaginar:

“A fisionomia de um Governo pode ser melhor julgada em suas colônias, pois, aí, seus traços são ampliados e se tornam mais evidentes. Quando quiser estudar os méritos da administração de Luís XIV, devo ir ao Canadá; aí, sua deformação é vista como por meio de um microscópio”.<sup>1</sup>

De fato, a discrepância entre o que *poderia* ser realizado com as forças produtivas à disposição da sociedade e o que está sendo efetivamente obtido é incomparavelmente maior nos países adiantados do que nas áreas atrasadas.<sup>2</sup> Enquanto, porém, nos países adiantados essa discrepância é obscurecida pelo alto nível *absoluto* de produtividade e produção, atingido na era capitalista, nos países subdesenvolvidos o hiato entre o efetivo e o possível é chocante, e suas implicações, catastróficas. A diferença aí não é, como nos países adiantados, entre níveis de desenvolvimento elevados e diminutos; entre a solução final, que se pode agora encontrar para o problema das necessidades insatisfeitas, e a continuação da servidão, da pobreza e da degradação cultural; a diferença aí é entre o pauperismo e a vida decente, entre a miséria da estagnação e a animação do progresso, entre a vida e a morte para centenas de milhões de pessoas. Por isso, mesmo autores burgueses admitem, algumas vezes, que, nos países subdesenvolvidos, a transição para uma organização social e econômica racional é vital e premente — ao mesmo tempo que sustentam que os países adiantados podem “permitir-se” permanecer sob o domí-

<sup>1</sup> Citado por FRANKEL, S. Herbert. *The Economic Impact on Under-Developed Societies*. Oxford, 1953. p. 17.

<sup>2</sup> Nesse sentido, o Prof. Mason está inegavelmente certo quando diz que “talvez os Estados Unidos sejam a região subdesenvolvida, e não o Oriente Médio”. *Promoting Economic Development*. Claremont, Califórnia, 1955. p. 9.



nio do capitalismo monopolista e do imperialismo.<sup>3</sup> Nada, porém, pode ser mais errôneo. O domínio do capitalismo monopolista e do imperialismo nos países adiantados e o atraso econômico e social nos países subdesenvolvidos estão, como vimos, intimamente ligados, representam apenas aspectos diferentes do que é, na verdade, um problema global. Uma transformação socialista do Ocidente adiantado não somente abriria para seus próprios povos um caminho para o progresso econômico, social e cultural sem precedente como, ao mesmo tempo, possibilitaria aos habitantes dos países subdesenvolvidos superarem rapidamente sua condição atual de pobreza e estagnação. Essa transformação não poria apenas fim à exploração dos países atrasados! A organização racional e a plena utilização dos imensos recursos produtivos do Ocidente possibilitariam às nações desenvolvidas pagar pelo menos parte de sua dívida histórica para com os povos atrasados e propiciar-lhes auxílio generoso e desinteressado em seus esforços para aumentar rapidamente seus "meios de emprego" espantosamente inadequados.

Pelas razões que indicamos acima,<sup>4</sup> cuja análise detida nos levaria muito além do âmbito da presente exposição, essa não foi a forma pela qual o processo histórico se desenvolveu. Longe de ser auxiliada pelos países adiantados, a transição das nações atrasadas para uma ordem social e econômica que lhes assegurasse desenvolvimento progressivo está ocorrendo *apesar* da resistência feroz das potências imperialistas. O que Lênin escreveu, em 1913, sobre os países europeus, poderia perfeitamente ser escrito hoje sobre todo o Ocidente adiantado:

"A Europa civilizada e adiantada, com sua indústria de máquinas altamente desenvolvida, sua rica cultura universal e sua constituição, atingiu um momento histórico em que a burguesia dirigente, devido a seu temor ao crescimento e à força cada vez maior do proletariado, sustenta tudo o que é atrasado, moribundo e medieval. A arcaica burguesia se une a todas as forças obsoletas e obsolescentes num esforço para preservar a vacilante escravidão do sistema salarial".<sup>5</sup>

Esse apoio a "tudo o que é atrasado, moribundo e medieval" pode ser observado em toda parte: quer olhemos para a China e o Sudeste asiático, para o Oriente Próximo e a América Latina, para a Europa oriental e sul-oriental, quer para a Itália, a Espanha e Portugal. Seu objetivo é evitar as revoluções sociais onde quer que sejam possíveis, e dificultar a estabilização e o progresso dos países socialistas em que tais revoluções se realizaram.

Quase nada precisa ser dito aqui sobre os aspectos puramente militares da questão. Os poucos traços de verdadeiro humanismo, que ainda permaneciam na consciência da burguesia desde os dias da sua gloriosa juventude, desapareceram completamente sob o impacto da intensificação da luta de classes. Se a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX ainda se caracterizaram por uma série de acordos internacionais no sentido da "humanização" das guerras, tudo se permite na atual luta do imperialismo contra a libertação nacional e social dos povos que habitam os países subdesenvolvidos. A "Operação Assassínio" é considerada tão legítima como a "Operação Estrangulamento", e o incêndio de cidades inteiras tão inatacável como o bombardeio de populações civis com bombas incendiárias. Essa atitude foi sintetizada pelo Presidente Eisenhower da seguinte maneira:

<sup>3</sup> Assim, os autores do relatório das Nações Unidas, anteriormente citado, *Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries* (1951), não admitem, para "certo número de países subdesenvolvidos (...) a perspectiva de muito progresso econômico antes que uma revolução social efetue uma mudança na distribuição da renda e do poder". (§ 37.)

<sup>4</sup> Ver as últimas páginas da seção I do capítulo V.

<sup>5</sup> "Backward and Advanced Asia". In: *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. I, Parte 2, p. 314.



“a utilização da bomba atômica seria decidida pela questão: ela me será vantajosa ou não (...) ? Se acreditasse que a vantagem estaria do meu lado, usá-la-ia imediatamente”.<sup>6</sup>

É desnecessário dizer que essa fórmula não reflete a ferocidade excepcional de um dado indivíduo, mas a extrema bancarrota moral de uma ordem social decadente.<sup>7</sup>

Uma vez, porém, que não é nada certo que a “vantagem” estaria do lado do campo imperialista, o expediente supremo da guerra tem que ser encarado com extrema cautela e empregado apenas onde a própria existência do capitalismo e do imperialismo pareça estar ameaçada. Entrementes, todos os outros meios são utilizados para sabotar o desenvolvimento dos países socialistas. Não quer isso dizer que neguemos o fato de que muito está sendo e pode ser realizado pelas nações que adotaram um sistema socialista de planejamento. Os autores do relatório das Nações Unidas intitulado *Measures for the Economic Development of Under-Developed Countries* (Medidas para o Desenvolvimento Econômico dos Países Subdesenvolvidos) afirmaram, corretamente, que:

“se os dirigentes ganham a confiança do país e se mostram vigorosos na erradicação dos privilégios e das enormes desigualdades, podem eles inspirar às massas um entusiasmo pelo progresso que afasta tudo de seu caminho”.<sup>8</sup>

John Foster Dulles reconhece que

“os comunistas soviéticos (...) podem realizar muito, e realmente realizam, com o auxílio da imagem da grande experiência soviética com a qual, neste século, estão ganhando a admiração de pessoas em todo o mundo, da mesma forma que o fizemos no século XIX, com a nossa ‘grande experiência americana’”.<sup>9</sup>

E quando se reconhece que a primeira e primordial necessidade sentida pelos países subdesenvolvidos é um rápido aumento de sua renda nacional, o Prof. Mason atesta que:

“para a promoção do desenvolvimento econômico, o comunismo pode trazer vantagens formidáveis. (...) A longo prazo, dada certa medida de competência administrativa na realização de investimentos e a utilização de novas fontes de capital, a renda nacional deve crescer a um ritmo extremamente rápido”.<sup>10</sup>

Poder-se-ia esperar que, nessas circunstâncias, as nações atrasadas que conseguiram emergir de seu longo estado de estagnação recebessem congratulações e encorajamento — talvez algo mais tangível — daqueles que se mostram tão profundamente interessados em seu progresso. Tal esperança, contudo, não seria mais que o reflexo de uma visão inteiramente ingênua da situação existente. Como diz Lênin:

“onde, a não ser na consciência dos reformadores sentimentais, existem trustes capa-

<sup>6</sup> Citado no brilhante artigo de LYND, Helen M. “Realism and the Intellectual in a Time of Crisis”. In: *The American Scholar*. Inverno de 1951-1952. p. 26.

<sup>7</sup> Como Marx observou, ao falar da Comuna de Paris, “tudo isso (...) mostra apenas que a burguesia de nosso tempo considera-se sucessora legítima do barão do passado, que julgava justo o porte de qualquer arma que pudesse utilizar contra os plebeus, enquanto toda arma nas mãos dos plebeus constituía, por si só, um crime”. *The Civil War in France*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I, p. 489.

<sup>8</sup> § 38.

<sup>9</sup> *War or Peace*. Nova York, 1950. p. 256.

<sup>10</sup> *Promoting Economic Development*. Claremont, Califórnia, 1955. p. 6.



zes de se interessar pela condição das massas, ao invés de pela conquista de colônias?"<sup>11</sup>

De fato, o progresso realizado pelos países subdesenvolvidos por meio de uma planificação socialista é altamente desconcertante para a opinião oficial, do Ocidente. Embora Dulles observe que os comunistas "tiveram algum sucesso na China em despertar um sentido de responsabilidade social e em impor uma disciplina aos que os apóiam" — o que obviamente é um passo importante na luta pelo desenvolvimento econômico — ele piamente espera que esse passo à frente dê em nada, face ao "caráter nacional" chinês, que descreve, aparentemente com admiração, da maneira seguinte:

"Os chineses, graças a seus hábitos de pensamentos, religiosos e tradicionais, tornaram-se um povo individualista. A família tem sido o mais elevado padrão de valor; a lealdade individual é devida, unicamente, a ancestrais e descendentes. Observa-se a existência, em pequena escala apenas, daquela lealdade mais ampla para com os semelhantes, grupos sociais ou classe, e a nação".<sup>12</sup> "Esse 'caráter nacional' é, sem dúvida, uma dádiva dos céus para os imperialistas, cuja única preocupação é dominar os que por ela são abençoados. Dessa forma, Dulles acredita que "as religiões do Oriente estão profundamente enraizadas e possuem preciosos valores. Suas crenças espirituais não se podem conciliar com o ateísmo e o materialismo comunista. Isto cria um laço comum entre nós, e nossa tarefa é reconhecê-lo e procurar desenvolvê-lo".<sup>13</sup>

Esse sentimento é reafirmado pelo Prof. Mason, que espera que a religião se constitua em obstáculo importante ao progresso dos países socialistas, e que sustenta que

"no sul da Ásia, como em toda parte, a religião constitui poderoso baluarte contra o comunismo".<sup>14</sup>

Não é de surpreender, portanto, que "tudo o que é atrasado, moribundo e medieval" nos próprios países subdesenvolvidos se sinta como unha e carne em relação a seus amigos e protetores do Ocidente. Vitalmente interessados em que a população constitua uma

"sociedade espiritual de indivíduos que amem a Deus (...) que trabalhem arduamente por dever e auto-satisfação (...) e para os quais a vida não seja apenas crescimento físico e gozo, mas desenvolvimento intelectual e espiritual",<sup>15</sup>

as classes dominantes dos países subdesenvolvidos não poupam energias — e recebem por isso grande apoio dos Estados Unidos — para aumentar o domínio das superstições religiosas sobre os espíritos das famintas populações desses países. Que importa a tais classes ou aos imperialistas que essas superstições representem grande obstáculo ao progresso? Que importa a eles ou a seus cúmplices ocidentais que o custo da conservação do obscurantismo religioso seja a fome crescente e a multiplicação da morte? Como observou o Dr. Balogh, escrevendo sobre sua viagem à Índia:

<sup>11</sup> VARGA, E. e MENDELSON, L. (eds.). *New Data for Lenin's Imperialism — The Highest Stage of Capitalism*. Nova York, 1940. p. 184.

<sup>12</sup> *Op. cit.*, p. 245.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 229.

<sup>14</sup> *Op. cit.*, p. 29.

<sup>15</sup> DULLES. *op. cit.*, p. 260.



“O renascimento religioso, promovido pelas classes mais ricas (...) impede uma política racional para aumentar o rebanho bovino. A Índia possui 200 milhões de cabeças de gado, das quais grande parte é inútil, apesar do país dispor de alimentação escassa. A matança de gado é proibida por lei e foi paralisada *de facto* em muitas regiões. Até os macacos são sagrados, embora destruam ou comam, anualmente, cerca de 1,25 milhão de toneladas de cereais”.<sup>16</sup>

Como os aristocratas do fim do período feudal, os monarquistas econômicos dos últimos tempos do capitalismo monopolista e do imperialismo não estão sob o domínio desse tipo de obscurantismo. Eles o consideram, porém, perfeitamente saudável para os seus lenhadores e aguadeiros, no país e no estrangeiro.<sup>17</sup> John Foster Dulles colocou a questão em poucas palavras:

“Não temos uma política positiva de muito longo prazo, pois não podemos ir além das coisas materiais”.<sup>18</sup>

É, na verdade, a incapacidade do capitalismo de “ir além das coisas materiais”, de servir como uma estrutura para o progresso econômico e social que obriga seus apologistas e políticos a confiar a estabilidade do sistema mais no circo que no pão, mais na arenga ideológica que na razão. Por isso, a campanha para a preservação do capitalismo é apresentada — hoje mais energicamente do que nunca — como uma cruzada pela liberdade e pela democracia. Nos dias da luta inicial contra o feudalismo, quando o capitalismo constituía poderoso instrumento do progresso e quando a educação e a razão estavam inscritas na bandeira da classe capitalista nascente, essa pretensão tinha, ao menos, validade histórica parcial. Essa validade, entretanto, já havia desaparecido completamente na segunda metade do século XIX, quando o domínio burguês se via cada vez mais ameaçado pelo crescente movimento socialista e quando se tornava progressivamente evidente que

“por liberdade se entende, nas atuais condições burguesas de produção, livre comércio, livre compra e venda”.<sup>19</sup>

Ela se tornou verdadeira impostura hipócrita no período imperialista, quando o capitalismo, após ter perdido o controle sobre 1/3 do globo, luta por sua própria sobrevivência. Engels previu isso brilhantemente:

“no dia da crise e no dia seguinte à crise (...) toda a reação coletiva (...) se agrupará em torno da democracia pura”.<sup>20</sup>

A relação dos membros do chamado mundo livre indica claramente o que constitui na realidade “toda a reação coletiva” e que a “democracia pura” pela qual luta não é senão a liberdade de exploração. Espanha e Portugal, Grécia e Turquia, Coreia do Sul e Vietnã do Sul, Tailândia, Paquistão, os emirados do Oriente Médio, as ditaduras militares da América Latina e a União Sul-Africana são países que foram elevados, pelos cruzados imperialistas, à condição de “Estados democráticos”.

<sup>16</sup> “How Strong is India?”. In: *The Nation*. 12 de março de 1955. p. 216.

<sup>17</sup> Assim, enquanto a Fundação Rockefeller dedica parcelas crescentes de suas verbas para promoção de escolas de Teologia e outras atividades religiosas nos Estados Unidos, a Fundação Ford financia prodigamente empreendimentos muçulmanos, budistas e de outras religiões, nos países subdesenvolvidos.

<sup>18</sup> *Op. cit.*, p. 254.

<sup>19</sup> MARX e ENGELS. *Manifesto of the Communist Party*. In: *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I, p. 46.

<sup>20</sup> Carta a Bebel, 11 de dezembro de 1884. In: MARX e ENGELS. *Selected Correspondence*. Nova York, 1934. p. 434. (Os grifos são do original.)



O Prof. Mason, em passagem omitida na citação anterior, critica o “ritmo extraordinariamente rápido” de crescimento da renda nacional que pode ser atingido por uma sociedade socialista, alegando que ele dependeria de um

regime totalitário que utilizasse as armas do terror (...) comprimisse os níveis de vida (...) como nenhum país democrático poderia fazê-lo”.<sup>21</sup>

Não leva em conta, porém, o fato de que o terror que se verificou durante todas as revoluções sociais — freqüentemente excessivo, mas sempre doloroso e lamentável — representa as inevitáveis dores do parto de uma nova sociedade, e que a compressão do nível de vida, tal como ocorreu, afetou fundamentalmente — e talvez exclusivamente — a classe dominante, cujo consumo excessivo, esbanjamento de recursos e fácil movimentação de capitais tiveram de ser “sacrificados” em favor do desenvolvimento econômico. Não é costume da economia burguesa exprimir tais suspeitas sobre os regimes mercantil e colonial que “utilizam as armas do terror (e) (...) comprimem os níveis de vida” em nome da preservação da riqueza e dos lucros de seus sustentáculos e a fim de perpetuar a miséria e a estagnação de seus países — como em Formosa ou na Grécia, na Malásia ou no Quênia, em Madagascar ou na Argélia, nas Filipinas ou na Guatemala.

Os apologistas primários que identificam a liberdade com a liberdade do capital, os interesses de uma minoria parasita com as necessidades vitais da população e que tratam o imperialismo como sinônimo de democracia dificilmente mereceriam atenção, se não fosse por duas considerações que os relacionam diretamente ao problema do desenvolvimento futuro. A primeira se relaciona com o profundo impacto dessa ideologia, e das circunstâncias históricas que lhe servem de base, sobre a evolução social, política e cultural das próprias nações imperialistas. Esse impacto pode ser resumido pela profunda observação de Marx e Engels de que “nenhuma nação pode ser livre se oprime outra nações”; sua trágica importância se manifesta acima de qualquer possibilidade de erro, quer olhemos para as primeiras etapas históricas das “nações opressoras” ou para os períodos mais recentes, quer pensemos na Europa ocidental ou na Rússia czarista, na Ásia ou na América. Tudo o que podemos fazer, neste momento, é mencionar essa questão terrivelmente importante, pois sua análise nos desviaria muito de nossos propósitos.<sup>22</sup>

## II

A outra consideração, que diz mais respeito ao nosso problema presente, é o efeito direto das atividades imperialistas, refletidas e inspiradas por esse “neochauvinismo”, sobre o desenrolar dos acontecimentos nos países subdesenvolvidos. Esse efeito é bastante significativo, e sua magnitude pode ser estudada com a necessária dose de realismo. Ele assume duas formas principais para os países subdesenvolvidos que ainda fazem parte do “mundo livre”. Em primeiro lugar, seus elementos mercantis dominantes, sempre sustentados pelas potências imperialistas, são, hoje, mais enérgica, sistemática e abertamente auxiliados. Não somente recebem subsídios para a difusão da religião, para a continuação de suas atividades políticas, como também lhes é prestada assistência militar em sua luta contra o povo cada vez mais descontente. Em número crescente de países, os regimes baseados em

<sup>21</sup> *Op. cit.*, p. 6.

<sup>22</sup> Cf. capítulo IV, seção VIII, deste livro.



forças reacionárias devem sua existência unicamente a essa ajuda recebida do Ocidente imperialista.<sup>23</sup>

Em segundo lugar, grande número desses governos — senão todos — não apenas recebem armamentos, mas também são coagidos a dedicar partes consideráveis da renda nacional de seus países à construção e manutenção de grandes instalações militares. A parcela da renda nacional gasta com fins militares é de mais de 5% no Paquistão, pouco menos que isso na Turquia, cerca de 3% na Tailândia, e muito maior nas Filipinas, na Grécia e em vários outros países — isso para não falar na Coreia do Sul, no Vietnã do Sul e em Formosa, onde tal percentagem é ainda mais elevada. Deve-se lembrar que a importância desse ônus só pode ser plenamente apreciada quando ele é considerado, não em relação à renda nacional total, mas como parcela do excedente econômico. De fato, na maioria desses países, senão em todos, os gastos militares são iguais ou maiores do que o investimento produtivo total! Essa completa destruição de recursos, os quais poderiam servir como base de maciço crescimento dos “meios de emprego”, é justificada pelos imperialistas ocidentais e por seus agentes nos países subdesenvolvidos, com a alegação da suposta existência de perigo de agressão soviética. Boa parte, porém, dos que invocam mais estrepitosamente a agressividade da União Soviética não acredita em sua própria propaganda. É isso porque está bem cônica de que o país dos soviets não tem nenhuma intenção de atacar qualquer nação capitalista. A veracidade dessa afirmativa é confirmada por vários estudiosos da política soviética que não podem ser considerados suspeitos de nutrir simpatia pelo socialismo. Um dos principais peritos norte-americanos em problemas soviéticos não deixa a menor dúvida sobre a questão:

“A teoria da inevitabilidade do desaparecimento final do capitalismo tem a feliz conotação de que não é preciso ter pressa de que isso aconteça. As forças do progresso têm tempo para preparar seu *coup de grâce* final. (...) O Kremlin (...) não tem o direito de arriscar as conquistas da revolução em troca de vãs quinquilharias do futuro. (...) Não há nenhum traço na psicologia soviética de que (...) o objetivo deva ser atingido num tempo determinado”.<sup>24</sup>

A mesma opinião, em essência, é partilhada pela pessoa mais interessada no problema, ou seja, o Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Charles E. Wilson, que

“declarou a uma subcomissão do Senado (...) que se deve assegurar ao povo americano que a ênfase soviética na produção de aviões de caça é um sinal de que os russos pretendem construir uma força aérea com capacidade fundamentalmente defensiva”.<sup>25</sup>

Numerosos outros observadores tanto nos Estados Unidos como na Europa ocidental manifestaram sua convicção de que é extremamente improvável que o campo socialista — preocupado como está com o desenvolvimento interno — inicie uma guerra.<sup>26</sup>

O perigo de “agressão soviética” limita-se, na realidade, ao perigo da chama-

<sup>23</sup> Isso se aplica tanto às Filipinas como a Formosa, ao Irã como à Coreia do Sul, à Espanha como à Guatemala.

<sup>24</sup> KENNAN, George F. *American Diplomacy 1900-1950*. Chicago, 1951. p. 116 e 118.

<sup>25</sup> *New York Times*. 20 de maio de 1953.

<sup>26</sup> Essa convicção responde, em parte, pela pronunciada tendência, observável tanto na Europa ocidental como na Índia — mesmo entre pessoas bastante contrárias à União Soviética —, de condenar a política externa dos Estados Unidos por gerar, artificialmente, uma atmosfera de perigo de guerra.



da “subversão” — nome que hoje se dá à revolução social. Isso foi dito claramente por John Foster Dulles:

“A imposição *por quaisquer meios*, ao Sudeste asiático, do sistema político da Rússia Comunista e da China Vermelha constituiria grave ameaça a toda a comunidade livre. Os Estados Unidos acreditam que essa possibilidade não deve ser passivamente aceita, e sim enfrentada pela ação comum”.<sup>27</sup>

Tratar as revoluções sociais em países determinados como resultantes de “subversão externa” ou de “imposição” de conspiração e maquinações constitui prova de absoluta incompreensão da História ou de sua consciente deturpação. De fato, como observa o grande historiador inglês da União Soviética,

“a revolução de 1917, ela mesma um produto do conflito de 1914, constitui um marco decisivo na História universal, certamente comparável, em magnitude, à Revolução Francesa de mais de um século antes, e, talvez, mais importante ainda”.<sup>28</sup>

Esse “marco decisivo na História universal” foi uma “subversão” habilmente preparada? Ou foi a revolução chinesa, outro acontecimento de enorme significado histórico, planejada por especialistas soviéticos em “subversão”? A resposta nos é fornecida tanto pelo Departamento de Estado norte-americano, como por George Kennan, que foi, durante muito tempo, um dos mais importantes funcionários daquele Departamento.

“A realidade triste, mas inegável, é que o portentoso resultado da guerra civil na China estava fora de controle do Governo dos Estados Unidos. Nada que esse país fez, ou que poderia ter feito dentro dos limites razoáveis de suas possibilidades, poderia mudar o resultado; nada que deixou de ser feito contribuiu para ele. Ele foi o produto de forças internas da China, forças que esse país tentou influenciar, mas que não pôde.”<sup>29</sup>

Kennan afirma, “cautelosamente”, que

“atribuir a revolução que ocorreu na China nestes últimos anos à propaganda e à instigação soviética é subestimar em muito, para não dizer algo pior, bom número de outros fatores importantes”.<sup>30</sup>

Essa questão pode ser corretamente resumida, citando-se uma observação de Lênin:

“O domínio do capitalismo é subvertido, não porque alguém queira tomar o poder; tal tomada do poder seria um contra-senso. O término do domínio do capitalismo seria impossível, se todo o desenvolvimento econômico dos países capitalistas não tivesse a ele conduzido. A guerra acelerou esse processo e tornou o capitalismo impossível. Nenhuma força destruiria o capitalismo, se ele não fosse solapado e subvertido pela História”.<sup>31</sup>

É inevitável a conclusão de que o prodigioso desperdício dos recursos dos paí-

<sup>27</sup> Discurso pronunciado no Clube de Imprensa Estrangeira, em 20 de março de 1954, e citado em *Monthly Review*, Maio de 1954, p. 2 (o grifo é do autor).

<sup>28</sup> CARR, E. H. *Studies in Revolution*. Londres, 1950, p. 226.

<sup>29</sup> Departamento de Estado. *United States Relations with China*. Washington, 1949, p. XVI.

<sup>30</sup> *Op. cit.*, p. 152.

<sup>31</sup> *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1947, v. 24, p. 381.



ses subdesenvolvidos, realizado com a construção de enormes instalações militares, não é ditado pela existência de perigo externo. A atmosfera desse perigo é apenas criada e alimentada continuamente para facilitar a sobrevivência de regimes feudal-mercantis nesses países; as forças armadas que mantêm são necessárias, fundamentalmente — ou talvez exclusivamente — para a supressão dos movimentos populares internos de libertação nacional e social. O dramático da situação atinge as dimensões de uma tragédia grega. Nos campos de concentração de Hitler, as vítimas eram obrigadas a cavar suas próprias sepulturas antes de serem massacradas por seus algozes nazistas. Nos países subdesenvolvidos do “mundo livre”, os povos são obrigados a empregar grande parte daquilo que os habilitaria a emergir da situação de pauperismo e debilidade para manter mercenários, cuja função é fornecer “bucha de canhão” para seus senhores imperialistas e sustentar regimes que perpetuam essa situação de pauperismo e debilidade.<sup>32</sup>

A cruzada contra-revolucionária não tem apenas efeito mutilador nas regiões subdesenvolvidas sob controle imperialista; suas repercussões são fortemente sentidas pelos países que pertencem ao campo socialista. Entre estas, devemos citar a necessidade inevitável de dedicar parcela considerável dos recursos nacionais à manutenção de instalações militares. No caso dos países socialistas, tais instalações têm por objetivo a defesa. Defrontando com o ódio implacável da classe capitalista, ameaçados por programas de “libertação” e de “guerras preventivas”, os países socialistas vêm-se na contingência de temer, continuamente, um ataque das potências imperialistas. David Sarnoff, um dos principais monopolistas americanos, contribui em muito para esclarecer toda a questão:

“Embora os soviéticos não desejem mais do que nós uma guerra nuclear, aceitam seu risco ao realizar sua ofensiva política. Nós também não podemos evitar riscos. (Pode tornar-se necessário, disse recentemente o Sr. Dulles, abrir mão da paz para assegurar as bênçãos da liberdade!)”<sup>33</sup>

Em chocante contraste com os propagandistas anti-socialistas de mais alto nível, Sarnoff se apercebe claramente de que

“devemos compreender que o comunismo internacional não é um instrumento nas mãos da Rússia; a Rússia é que é um instrumento nas mãos do comunismo internacional. Numerosas vezes Moscou sacrificou interesses nacionais em benefício das necessidades revolucionárias mundiais”.

Assim, é óbvio que a “ofensiva política”, da qual o General Sarnoff se ocupa, não tem nenhuma relação com a absurda noção de “imperialismo russo”, mas é simplesmente a expansão da revolução social. De fato,

“deve-se ter bem claro na mente que o desafio é global. As guerrilhas vermelhas na

<sup>32</sup> “O General-de-Brigada W. L. Roberts, do Exército dos Estados Unidos, comandante do Grupo de Assessoria Militar Coreano (KMAG), declarou ao correspondente do *New York Tribune*, a 5 de junho de 1959, que o KMAG é uma demonstração viva de como o uso inteligente e intensivo de 500 oficiais e soldados americanos, enrijecidos pelo combate, pode preparar 100 mil sujeitos que lutarão para você (...) O contribuinte americano tem na Coréia um Exército que é um fiel cão de guarda dos investimentos realizados naquele país, e uma força que representa o máximo de resultados com o mínimo de custo”. Citado por STEIN, Gunther. *The World the Dollar Built*. Londres, 1962. p. 253.

<sup>33</sup> “A New Plan to Defeat Communism”. In: *U. S. News & World Report*. 27 de maio de 1955. p. 139. Deve-se notar, de passagem, que as opiniões do General Sarnoff, então presidente da Radio Corporation of America, não podem ser consideradas como as de um excêntrico. Os diretores da *U. S. News & World Report* observaram, em sua apresentação, que elas foram “discutidas amplamente com o Presidente Eisenhower, que elogiou a abordagem feita, em sua entrevista à imprensa”.



Birmânia, os comunistas na França e nos Estados Unidos, os *huks* nas Filipinas, os agentes vermelhos na América Central — todos eles constituem tanto o inimigo quanto o próprio Kremlin”.

Como dissemos anteriormente, entretanto, não se pode afirmar que as revoluções sociais são obra de agentes astutos, ou devem ser atribuídas à “instigação ou propaganda soviéticas”. Elas são o resultado das lutas de classes que se travam no seio das sociedades capitalistas, lutas que ninguém pode abolir ou suspender. Decorre daí a circunstância de que uma revolução social em país atualmente capitalista pode levar os imperialistas a “abrir mão da paz” e mergulhar o mundo numa guerra nuclear. Decorre também daí que o campo socialista pode ter que enfrentar tal catástrofe a qualquer momento. E isso porque ele não pode nem “regular” as revoluções sociais, para não privar indevidamente os beneficiários imperialistas das “bênçãos da liberdade”, nem prever efetivamente qual revolução social será considerada pelas potências imperialistas como *casus belli*, como o sinal para o início de um holocausto geral.

Isso não significa que uma guerra mundial possa eclodir “a qualquer minuto”, que o mundo viva permanentemente sobre a cratera de um vulcão e que os acontecimentos futuros sejam inteiramente imprevisíveis. O que isso significa, entretanto, é que, na época do imperialismo e das revoluções sociais, o perigo de guerra está sempre presente e que os países socialistas não têm outra alternativa senão sacrificar parcelas ponderáveis de seus recursos para a manutenção de uma defesa adequada.<sup>34</sup> A resultante diminuição de seu ritmo de progresso e a conseqüente pressão sobre seus padrões de vida constituem o custo principal que o imperialismo impõe aos povos dos países socialistas. Os efeitos das campanhas de propaganda, que contra eles o campo imperialista promove, causam um dano adicional. Essas campanhas visam a criar

“um espírito de rebeldia, a conservar o Kremlin em intranqüilidade, a aprofundar as brechas existentes, a tornar agudos os problemas econômicos e jurídicos”, e consistem freqüentemente em “programas de caráter espiritual e religioso (...) (que) pregam a fé no Divino, a execração do materialismo comunista, a resistência ao ateísmo”.<sup>35</sup>

E eles de fato incentivam os remanescentes das antigas classes dominantes nos países socialistas, fortalecem o domínio das superstições religiosas sobre os espíritos dos camponeses e operários atrasados, aumentam as dificuldades existentes de educação e de organização das massas para um esforço coletivo no sentido da superação de sua pobreza. Agravam, assim, as condições internas desses países, aumentam a força daqueles que mais desconfiam das intenções ocidentais e desse modo embarçam o progresso do país em direção à democracia e ao socialismo. Seguir, porém, o conselho do General Sarnoff e rebatizar a “Voz da América”, com o pomposo nome de “Voz da América — Para a Liberdade e para a Paz”, não faria muita diferença. “Os fatos são teimosos”, e o Sr. John Foster Dulles os apontou com justeza devida:

“De nada adianta ter Vozes da América maiores e mais altas, a menos que tenhamos algo a dizer que seja mais persuasivo do que tudo o que já foi dito”.<sup>36</sup>

<sup>34</sup> É por isso que a luta política e ideológica contra o imperialismo nos países capitalistas adiantados — luta que reduz a vontade de deflagrar guerras — está diretamente ligada ao esforço para acelerar e para facilitar o progresso social e econômico dos países subdesenvolvidos, tanto capitalistas como socialistas.

<sup>35</sup> SARNOFF. *Op. cit.*, p. 138 e 140.

<sup>36</sup> *War or Peace*. Nova York, 1950. p. 261.



### III

O estabelecimento de uma economia socialista planejada é condição essencial, e mesmo indispensável, para que os países subdesenvolvidos atinjam o progresso econômico e social. Como disse Lênin,

“para a revolução burguesa, que surge do feudalismo, as novas organizações econômicas são criadas no seio da velha ordem, mudando gradativamente todos os aspectos da sociedade feudal. A revolução burguesa defrontava com apenas uma tarefa — afastar, eliminar, destruir todos os obstáculos ao progresso da sociedade. Cumprindo essa tarefa, toda revolução burguesa realiza, integralmente, o que dela se espera: acelera o crescimento do capitalismo”.<sup>37</sup>

A tarefa que se apresenta à revolução socialista num país atrasado é bem mais complexa. Não basta que ela dê origem a enorme desenvolvimento das forças produtivas do país. Ela precisa também — para realizar isso — criar a ordem econômica e social inteiramente nova do socialismo.

“A revolução burguesa geralmente termina com a tomada do poder, enquanto para a revolução proletária a conquista do poder representa apenas o seu começo, passando ele a funcionar como alavanca para a reconstrução da velha economia e a organização da nova.”<sup>38</sup>

Nessa “reconstrução da velha economia e organização da nova”, a mobilização do excedente econômico potencial da sociedade representa o primeiro passo que é, sob muitos aspectos, o decisivo. Ele é relativamente simples, até certo ponto. A expropriação dos capitalistas e proprietários de terras (nacionais e estrangeiros) e a conseqüente eliminação da pressão sobre a renda corrente, do consumo excessivo, da remessa de capitais para o exterior etc. determinam aumento instantâneo do excedente efetivo. A única questão econômica que surge a esse respeito é a da natureza física dos recursos que foram dessa forma liberados para uso alternativo. Na maioria dos casos, entretanto, eles existem efetivamente sob forma que permite sua transferência imediata para emprego produtivo. Quer apareçam sob a forma de mão-de-obra e materiais utilizados na construção de residências ou na produção de artigos de luxo para as classes de renda elevada, quer se tornem disponíveis sob a forma de divisas estrangeiras, anteriormente usadas para importações não-essenciais ou para transferências de fundos para o exterior, essa parte do excedente econômico potencial pode ser diretamente transferida para uso produtivo.<sup>39</sup>

Mais complicada é a mobilização do excedente econômico potencial que existe sob a forma de trabalho improdutivo de toda espécie. Embora desapareça a estrutura econômica e social que suportou a existência de comerciantes, corretores, agiotas etc. e, em conseqüência, os clubes noturnos, os hotéis, as mercearias e outros estabelecimentos que satisfazem as exigências, os indivíduos responsáveis pelo seu funcionamento podem não ser transferíveis, rapidamente, para emprego alter-

<sup>37</sup> *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. II, Parte I, p. 418 et seqs.

<sup>38</sup> STALIN. *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1948. v. 8, p. 21 (o grifo é do original).

<sup>39</sup> Importante modificação do que foi dito acima deve ser feita, obviamente, no caso do bloqueio econômico imposto a um país socialista, pelo mundo capitalista. Nesse caso, a realização de exportações pode tornar-se impossível e as conseqüências imediatas para o país bloqueado, calamitosas. O boicote do petróleo iraniano após a nacionalização temporária da Anglo-Iranian Company constitui bom exemplo, apesar de não se referir a um país socialista. No conjunto, todavia, tais bloqueios não têm nunca longa duração: a concorrência entre os compradores das mercadorias de exportação é sempre suficientemente aguda, de modo que o bloqueio é furado logo no início. Isso se aplica particularmente, a casos em que as mercadorias em questão são matérias-primas ou produtos alimentícios de grande procura no mercado mundial.



nativo. Embora a redistribuição se realize a prazo pouco mais longo, as dificuldades e privações individuais podem assumir proporções consideráveis, durante o período de transição. O problema, obviamente, diminui de intensidade à medida que parte dos indivíduos assim deslocados emigra, como aconteceu em alguns países. Se permanecem no país, tornam-se um peso, seja para seus parentes, seja para os serviços de assistência social, ou então encontram alguma forma de emprego produtivo onde se lhes paga — por motivos humanitários — salários acima de sua contribuição efetiva à produção social. Não é preciso dizer que a crise é mais aguda quando se trata de pessoas idosas: a reorientação, para novo modo de existência, é realizada pelos jovens, com relativa facilidade. De qualquer modo, porém, o consumo global das classes improdutivas se reduz enormemente.

Não se pode, entretanto, supor que essa redução do consumo improdutivo determine aumento correspondente do excedente econômico efetivo. Ele determinará, em boa parte e necessariamente, uma expansão do consumo popular. É verdade que a expropriação das empresas industriais e de mineração, das ferrovias, dos grandes estabelecimentos de matérias-primas etc., normalmente transferirá, para a sociedade, o controle do excedente que geravam. Já a revolução agrária — que, forçosamente, será parte integrante da revolução social na maioria dos países subdesenvolvidos —, ao fragmentar grandes propriedades territoriais e abolir o pagamento das taxas de arrendamento pelo campesinato, bem como ao eliminar os especuladores, os usurários etc. e pôr fim à exploração das pessoas pelo capital mercantil, não transfere excedente econômico do controle privado para o público. Ao destruírem seus fundamentos sociais, tais medidas fazem com que desapareça completamente o excedente gerado e aumente em igual medida a renda real da população rural.<sup>40</sup>

Isso não quer dizer que esse aumento do consumo e do excedente econômico efetivo ocorrerá *imediatamente* após a revolução. A queda da produção total que sempre ocorreu em virtude da comoção geral e da desorganização, que forçosamente acompanham e se seguem à crise revolucionária, pode não apenas impedir o aumento das inversões e a melhoria dos níveis de vida, mas também causar grande redução de ambos. Na verdade, não só o excedente econômico pode desaparecer, mas até o atendimento do consumo indispensável — particularmente nas áreas urbanas — pode encontrar sérias dificuldades. É evidente que nada de geral pode ser postulado quanto à duração e à profundidade de tal crise. Isso porque dependem da intensidade da luta política associada à transição revolucionária, da resistência da classe dominante ao novo Governo revolucionário, e assim por diante. Dependem, em não menor grau, do entusiasmo da consciência cívica e da disciplina das massas, bem como da maturidade das forças socialistas que tomam o poder e de sua habilidade em encontrar políticas justas e em instalar, rapidamente, o mecanismo da nova administração.

“A diferença entre a revolução socialista e a revolução burguesa consiste precisamente no fato de que esta última encontra prontas as formas das relações capitalistas;

<sup>40</sup> Na Rússia, antes da Primeira Guerra Mundial, os latifundiários e os kulaks, que contribuíam com cerca de 50% da produção total de cereais, destinavam ao mercado 47 e 34% de suas respectivas produções. Os médios e pequenos camponeses, que contribuíam com a outra metade da produção total, destinavam ao mercado 14,7% das suas colheitas. Em 1926/27, os kulaks, produzindo 13% do total de cereais, destinavam 20% ao mercado, ao passo que os médios e pequenos camponeses, agora contribuindo com 85,3% da produção total, destinavam apenas 11,2%. Em consequência, a cidade recebeu aproximadamente a metade da quantidade de cereais que recebia antes da Revolução: o fato chocante de que acontecimentos mais ou menos semelhantes ocorreram na China após o término da revolução foi observado por M. Ganguli, em seu interessante estudo “Reorganization of Chinese Agriculture after Land Reform”, *Indian Economic Review* (agosto de 1953). Doreen Warriner observa a mesma coisa com relação à Europa oriental e sul-oriental depois de suas respectivas revoluções. Cf. seu *Revolution in Eastern Europe*. Londres, 1950.



ao passo que o poder soviético — o poder proletário — não herda tais relações pré-fabricadas. (...) A organização da contabilidade, do controle das grandes empresas, a transformação de todo o mecanismo econômico do Estado numa única e imensa máquina, num organismo econômico que funcione de forma a possibilitar que centenas de milhões de pessoas sejam dirigidas por um único plano — eis o enorme problema organizacional, cuja solução estava em nossas mãos.”<sup>41</sup>

Nesse aspecto, como em muitos outros, todo novo Governo socialista enfrenta tarefa bem menos árdua do que a que se colocou a quem tomou o poder, em momento anterior, em outro país. A experiência histórica é cumulativa para os que a compreendem; a famosa frase de Hegel — “os povos e os Governos nada aprendem com a História” — é a generalização que o próprio desenvolvimento histórico tornou obsoleta. Os partidos socialistas que, no futuro, tomarem o poder em diferentes países poderão aproveitar a riqueza da experiência (positiva e negativa) acumulada pela União Soviética, o que os livrará, pelo menos em parte, da dura prova de caminhar sempre às apalpadelas — prova que foi o único caminho disponível ao primeiro Governo socialista da História da humanidade.

Não se deve, porém, supor que essa circunstância e que a assistência técnica e a ajuda material que os recém-chegados ao campo socialista receberão de seus membros mais antigos serão suficientes para poupá-los inteiramente de todos os atritos e dificuldades do período inicial. Esses atritos e dificuldades, que são mais ou menos seriamente agravados por intervenções militares, econômicas e políticas estrangeiras, determinam “a compressão dos níveis de vida”, tão deplorada e condenada pela literatura burguesa sobre o assunto. Entretanto, como acentuou Lênin,

“para a salvaguarda da vitória da (...) revolução, o proletariado não tem o direito de temer uma queda temporária da produção, do mesmo modo que, na América do Norte, os inimigos burgueses da escravidão não temeram uma queda temporária da produção de algodão em consequência da Guerra Civil de 1863-1865”.<sup>42</sup>

O que tem importância fundamental, entretanto, é que o tumulto revolucionário, durante o qual uma queda da produção, do consumo e do investimento pode tornar-se inevitável, é fenômeno *transitório*, cuja duração é, em geral, muito exagerada pela propaganda contra-revolucionária. Na Rússia, onde a crise econômica foi causada tanto pela Primeira Guerra Mundial como pela revolução e guerra civil subseqüentes, foram necessários apenas alguns anos para restabelecer o nível de *antes da guerra* da produção agrícola e aproximadamente oito anos para recuperar a posição industrial de 1913. Na China, assim como em muitos países socialistas da Europa oriental e sul-oriental, onde a destruição causada pela guerra danificou enormemente a capacidade produtiva, os níveis de produção de *antes da guerra* foram superados em dois ou três anos.<sup>43</sup>

Logo que a crise revolucionária termina, que o volume de produção pré-revolucionária é restaurado e que a nova ordem se consolida política e administrativa-mente, a expansão econômica não mais se realiza mediante a redução do consumo popular abaixo de seu nível *pré-revolucionário*. O impulso inicial em todos os países em que a revolução agrária acompanha a revolução social pode depender muito — isso sim — da recuperação do excedente econômico potencial, cuja

<sup>41</sup> LÊNIN. *Op. cit.*, p. 420.

<sup>42</sup> *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. II, Parte II, p. 457. (As datas 1863/65 são do texto de Lênin.)

<sup>43</sup> Na maioria das economias planificadas da Europa oriental e sul-oriental, o volume de produção anterior à guerra foi atingido por volta de 1949. Cf. Nações Unidas. *Economic Survey of Europe in 1949*. 1950. Na China, a produção total em 1952, três anos após a criação da República Popular da China, foi a maior de toda a história chinesa; cf. Nações Unidas. *Economic Bulletin for Asia and Far East*. Novembro de 1953.



maior parcela, após a revolução, passa a ser absorvida pelo aumento do consumo dos camponeses. A importância desse problema varia, obviamente, de país para país e depende de estrutura econômica anterior à revolução. Em alguns países — no Oriente Médio produtor de petróleo ou nas áreas produtoras de minerais da África ou da América Latina, por exemplo — o montante de excedente econômico que a revolução social colocaria nas mãos da sociedade pode ser tão grande que o emprego de parte dele para o aumento imediato do consumo das massas pode deixar ainda um montante suficiente ao Governo para o início de ambicioso programa de investimentos produtivos. Em outros lugares, onde o grosso do produto social (e, portanto, do excedente econômico) é gerado pela agricultura — o que significa que depois da revolução passará a ser gerado por pequenos e médios camponeses —, a mobilização desse excedente constitui condição indispensável a qualquer esforço desenvolvimentista.

É justamente aí, porém, onde essa mobilização do excedente é indispensável, que as dificuldades que a cercam são bem maiores. O assunto do consumo popular determinado pela revolução agrária, embora absorva grande parte do excedente potencial global, só permite melhoria *per capita* relativamente pequena e não constitui mudança *qualitativa* do nível de vida do campesinato. Alivia seu estado de fome, mas não elimina sua imensa pobreza. Todos os esforços do Governo para lançar mão desse incremento da renda real dos camponeses para fins de investimentos encontram, por si, tenaz resistência.

A experiência soviética da década de 1920 constitui, a esse respeito, exemplo típico do que acontece nos primórdios de uma revolução agrária. Embora um imposto de renda possa parecer solução simples para o problema, esse artifício é inteiramente inútil na estrutura da pequena economia camponesa. É impraticável também a estimativa da renda auferida pelos camponeses — agora em maior número — que se dedicam à agricultura de subsistência,<sup>44</sup> bem como a cobrança dos impostos respectivos. As autoridades fiscais enfrentam obstinada oposição por parte dos camponeses recém-libertados dos fardos dos impostos e arrendamentos do período pré-revolucionário. Além disso — e esse aspecto nos parece mais importante — a própria natureza da produção das unidades da agricultura de subsistência torna o pagamento de impostos inteiramente impossível: consiste ela de grande variedade de produtos agrícolas, dos quais apenas parcela mínima chega ao mercado, o que faz com que o camponês tenha rendas monetárias insignificantes. A cobrança de impostos em produtos é, por outro lado, tarefa administrativa irrealizável. Existe ainda outro método para “sugar” parte da produção da agricultura, que não é, porém, mais promissor: a chamada “abertura das lâminas da tesoura”, isto é, uma variação dos preços relativos em favor das indústrias nacionalizadas. Também essa estratégia é frustrada pela pobreza do camponês que se dedica à agricultura de subsistência, cuja economia seminatural reduz a um mínimo a quantidade de produção que ele troca por bens manufaturados mais essenciais (querosene, sal, fósforos etc.). Por outro lado, os camponeses mais ricos — os *kulaks* —, que possuem certa quantidade de produtos comerciáveis, tendem a aumentar seu próprio consumo ou a usar seus excedentes na compra de gado e de outros ativos, pertencentes a outros camponeses (ou a particulares residentes na cidade), em vez de comerciar com o Governo em termos inferiores ao que consideram ser a relação de “paridade”. O Estado e as cooperativas que se encarregam das funções de crédito

<sup>44</sup> Antes da guerra de 1914, havia na Rússia de 15 a 16 milhões de unidades familiares camponesas. Esse número, em 1927, havia-se elevado para 24 ou 25 milhões.



e distribuição não podem, enquanto isso, se entregar às atividades especulativas dos comerciantes e agiotas do passado.

Assim, a mobilização do excedente econômico potencial que não era utilizado na estrutura da sociedade capitalista pré-revolucionária torna-se o primeiro e principal problema a ser resolvido pelo Governo socialista, antes do início da execução de qualquer programa planejado de desenvolvimento econômico. De fato, até que essa mobilização se torne possível, o âmbito da planificação permanece limitado num de seus principais aspectos: a distribuição do produto total entre consumo corrente e excedente econômico. É nesse ponto que reside uma das diferenças fundamentais entre a ordem capitalista e a socialista. No capitalismo, a estrutura do produto social, sua distribuição entre o consumo das massas e o excedente econômico, e a própria repartição do excedente econômico entre o consumo capitalista e os vários tipos de investimento, são determinadas pelas relações de produção existentes, pela política de maximização de lucros seguida pela classe capitalista e pela distribuição existente dos meios de produção e da renda. Numa economia socialista planejada, tanto a estrutura do produto social como o seu dispêndio estão sujeitos à determinação consciente e racional da sociedade socialista.

“As condições de existência que formam o ambiente do homem, que até agora dominaram o homem, passam, nesse momento, ao domínio e controle dele, o qual, pela primeira vez, torna-se o senhor real e consciente da Natureza, porque (e na medida em que) se tornou senhor de sua própria organização social. As leis de sua atividade social, que até agora o confrontavam como leis externas, como leis naturais, dominadoras, serão aplicadas pelo homem com inteira consciência; serão, portanto, dominadas pelo homem.”<sup>45</sup>

Tal situação, porém, não existe na medida em que grande (e tremendamente importante) parcela do produto nacional — a produção agrícola — permanece inacessível à planificação governamental. A única maneira de incluí-la no contexto geral da economia nacional é liquidar a agricultura de subsistência como forma principal de atividade agrícola e transformar a agricultura em indústria especializada, orientada pelo princípio da divisão do trabalho e para a produção de mercado, na qual a estrutura da produção, bem como sua distribuição entre o consumo dos que nela trabalham e o excedente que cabe à sociedade como um todo, podem ser determinadas pela autoridade planificadora, como no caso das outras indústrias. Em condições socialistas de produção, essa transformação não pode ser efetuada senão por meio de cooperação produtiva dos camponeses e da coletivização — assunto ao qual voltaremos oportunamente. Embora esse aspecto da questão não deva ser superestimado em prejuízo de outros não menos importantes, deve-se acentuar que, se não houvesse outras razões poderosas para a coletivização da agricultura, a necessidade vital de mobilização do excedente econômico gerado pelo setor primário tornaria, por si só, a coletivização verdadeiramente indispensável. Transferindo a colocação da produção agrícola das mãos dos camponeses para as direções das fazendas coletivas, supervisionadas pelo Estado, a coletivização destrói a base da resistência dos camponeses à “drenagem” do excedente econômico. Efetuada a coletivização, a parcela da produção consumida no campo pode ser fixada por distribuição direta aos membros das fazendas coletivas, enquanto o consumo de produtos não-agrícolas pode ser regulado mediante a fixação dos preços pagos pelo Governo à parcela da produção agrícola destinada ao mercado e me-

<sup>45</sup> ENGELS. *Anti-Dühring*. Nova York, 1939. p. 309.



diante os preços cobrados pelo setor nacionalizado da economia pelos bens fornecidos à população rural.

O fato de que o Governo socialista está, assim, em condições de decidir sobre a parcela da produção global que deve ser retirada do consumo e dedicada a investimentos — e (ou) utilização coletiva — não tem, *per se*, nenhuma influência sobre o conteúdo concreto dessa decisão. O objetivo da planificação econômica socialista é, nas palavras de Stálin,

“assegurar a máxima satisfação das crescentes exigências materiais e culturais de toda a sociedade, através da contínua expansão e aperfeiçoamento da produção, com base em técnicas mais adiantadas”.<sup>46</sup>

Não obstante, a distribuição dos recursos entre as exigências materiais e culturais, bem como a velocidade da expansão e do aperfeiçoamento da produção socialista, têm que ser determinadas à luz das condições concretas existentes em qualquer fase particular do desenvolvimento histórico de um país. Assim, um país socialista economicamente adiantado pode, em certa fase de sua evolução, considerar desnecessário lutar por um aumento excepcionalmente rápido de seu produto material *per capita*. A eliminação das irracionalidades e do desperdício, que caracterizam a ordem capitalista, e a reorganização da produção social podem ser encaradas como tudo o que é necessário para assegurar o suprimento satisfatório de bens materiais à sociedade. A substituição normal do equipamento produtivo deteriorado, por outro mais adiantado tecnologicamente, aliada ao investimento produtivo de quantidades relativamente pequenas do produto líquido, pode bastar para proporcionar taxas de crescimento que permitam não só padrões de vida adequados para uma população crescente, mas também ajuda generosa aos países menos desenvolvidos e diminuição acentuada do dia de trabalho. Uma vez que a expansão das necessidades culturais requererá para sua satisfação investimentos relativamente pequenos e talvez, principalmente, lazer adicional, a autoridade planificadora pode impor limites à formação do excedente econômico efetivo. Por outro lado, um país socialista economicamente atrasado como a União Soviética, cercado por potências imperialistas hostis, defrontou com situação bem diferente. As máximas taxas de crescimento da produção *material* que se podia obter não eram ditadas aí apenas pela necessidade de elevar, substancialmente, a oferta *per capita* de gêneros alimentícios, de vestuário, de habitação etc. — então desesperadamente baixa — mas também pela urgência de criar um potencial militar suficiente para conter um agressor estrangeiro.<sup>47</sup> É claro que, em tais circunstâncias, a autoridade planificadora procurará dividir o produto global de modo tal que seja capaz de proporcionar o máximo investimento possível nos setores da produção material — base indispensável ao progresso. Semelhante, em alguns dos recém-chegados ao campo socialista, a destinação maciça de recursos para a defesa pode ser considerada desnecessária face à localização geográfica do país e a outras considerações, enquanto a construção de meios de transporte pode representar uma necessidade vital. E, em outro país, necessidades educacionais podem requerer maior atenção, o que faz com que se dê menor prioridade a outros setores. Em todos esses casos, diferentes proporções da produção global serão destinadas à realização de investimentos.

<sup>46</sup> *Economic Problems of Socialism in the USSR*. Nova York, 1952. p. 33.

<sup>47</sup> “Estamos atrasados em relação aos países adiantados em 50 ou 100 anos. Temos que percorrer essa distância em dez anos. Se não o conseguirmos, seremos esmagados”. STALIN. *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1951. v. 13. p. 39. É interessante notar que essa afirmação foi feita a 4 de fevereiro de 1931, isto é, quase dez anos antes da invasão da União Soviética pela Alemanha.



É, pois, impossível fazer generalizações mesmo sobre a grandeza do produto material global que uma sociedade socialista desejará atingir, logo que tenha alcançado certo nível de progresso. É também impossível formular princípios abstratos sobre a divisão do produto global entre consumo e investimento. Além disso, embora a maximização das taxas de crescimento — se for isso o que requer a situação concreta — se identifique à minimização do consumo corrente (ou, inversamente, à maximização do excedente econômico), seria errôneo igualar essa minimização do consumo, conducente ao crescimento mais rápido, com sua redução ao nível mínimo. Face à relação óbvia entre padrões de consumo e capacidade e disposição para trabalhar por parte da população, o consumo mínimo compatível com a produção e o crescimento máximos pode significar — e isso acontece na maioria dos países subdesenvolvidos — *aumento* mais ou menos substancial dos padrões de consumo vigentes. Se se parte de uma produção inicial pequena e de uma situação que, em conseqüência, oferece limitadas possibilidades para esse aumento, este terá que ser diferenciado, proporcionando-se aumentos maiores aos setores em que se espera que esse incentivo seja mais eficaz. Embora se possa pensar, à primeira vista, que a maximização das taxas de crescimento exija a devolução à economia de todos os incrementos de produção resultantes do investimento corrente, a realidade parece indicar que dividir esses incrementos de modo a aumentar *tanto* o investimento *como* o consumo pode ser método mais eficaz — ou mesmo o único realizável — para atingir o maior aumento possível da produção.

Esse problema foi plenamente apreendido pela famosa resolução do XV Congresso do Partido Comunista da União Soviética, intitulada “Sobre as Diretrizes Referentes à Formulação do Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico”:

“No que concerne à relação entre a acumulação e o consumo, é necessário ter em mente que é impossível abordá-la visando, simultaneamente, a uma amplitude máxima para ambos (...) pois este é um problema insolúvel. Nem é possível abordá-la com interesse unilateral, em dado período de tempo, pela acumulação ou pelo consumo. Levando em conta tanto a contradição relativa entre esses elementos como sua interação e interdependência, e considerando que, em termos de desenvolvimento a longo prazo, os dois interesses, em geral, coincidem, é necessário abordar o problema sob o prisma da combinação ótima entre ambos os fatores. No que tange à velocidade do desenvolvimento, é preciso também ter em mente a extrema complexidade dessa tarefa. O que é necessário aqui é lutar pelo ritmo máximo de acumulação no próximo ou nos próximos anos, mas por uma coordenação tal dos componentes da economia nacional que assegure, a longo prazo, o mais rápido desenvolvimento”.<sup>48</sup>

A parcela do produto social que se transforma em excedente econômico efetivo é, desse modo, determinada no socialismo à luz das possibilidades, necessidades e tarefas específicas, características de dada sociedade socialista e de determinada fase de seu desenvolvimento. Em relação a sua magnitude, ao processo pelo qual é gerada e aos objetivos aos quais deve servir, nada tem em comum com o excedente econômico efetivo do capitalismo. Como *excedente econômico planejado*, ela tem que ser conservada dentro dos limites estabelecidos pelas necessidades da sociedade como um todo; como *excedente econômico planejado*, tem que ser mobilizada de maneira tal que o sacrifício que envolve seja repartido, equitativamente, por toda a sociedade; como *excedente econômico planejado*, tem que ser utilizada de modo a proporcionar, a longo prazo, o desenvolvimento ótimo dos recursos materiais e humanos da sociedade.

<sup>48</sup> VKP (B) v Resoluziakh i Resheniakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK (Partido Comunista da União Soviética — Resoluções e Decisões do Congresso e Sessões Plenárias do Comitê Central). Moscou, 1941. Parte 2, p. 236.



## IV

Uma vez que o volume do excedente a ser investido em qualquer período de tempo é determinado da maneira acima exposta, a tarefa central dos órgãos planejadores de uma sociedade socialista é distribuí-lo do modo mais adequado. Como não pretendemos invadir o vizinho domínio da teoria da planificação econômica, tentaremos aqui simplesmente esboçar as questões que nos parecem mais importantes.

Em primeiro lugar, devemos mencionar a questão — à qual se deu muita atenção na literatura ocidental — de saber se o desenvolvimento econômico deve ser procurado mediante a industrialização ou se o progresso deve ser atingido pela elevação da produtividade da agricultura. O problema, porém, se torna inabordável quando é levantado com tal generalidade. Se se aborda concretamente, ou o dilema que envolve desaparece ou a resposta é quase axiomática. Podemos esclarecer o problema encarando-o em relação aos países subdesenvolvidos *capitalistas* e supondo que se procura a política mais desejável que deve ser seguida pela autoridade planejadora; de outro modo, a investigação perderá todo e qualquer sentido. Essa abordagem pode ser feita considerando-se a agricultura em suas duas formas predominantes: a agricultura em grande escala e a agricultura de subsistência. No que respeita à primeira, nada precisa ser acrescentado ao que foi dito anteriormente. A mecanização e o aumento da produtividade das grandes propriedades que produzem predominantemente para a exportação dificilmente melhorarão as condições dos países em questão. O efeito poderia ser mesmo inteiramente prejudicial, uma vez que a mecanização deslocaria certo número de operários agrícolas nativos e os privaria do modesto meio de vida que tinham antes. Uma vez que os implementos utilizados para a mecanização das operações agrícolas geralmente são importados, sua produção não ofereceria oportunidades de emprego compensatórias. Não se pode contar também que o aumento da produtividade da força de trabalho restante resulte em maiores taxas de salários: o excesso da oferta de trabalho deverá eliminar, no nascedouro, esse movimento. Tudo o que aconteceria seria a expansão dos lucros auferidos pelos proprietários estrangeiros e (ou) nacionais das grandes fazendas, maiores lucros estes que seriam remetidos para o estrangeiro ou utilizados da mesma forma que os auferidos anteriormente. O resultado não será ainda nada benéfico, mesmo que os maiores lucros das grandes fazendas estimulem sua expansão. A criação de novas grandes fazendas acarretará o deslocamento de camponeses que se dedicam à agricultura de subsistência, ocasionará maior pauperização da população rural, determinará nova distorção no desenvolvimento econômico do país subdesenvolvido.

O problema se torna mais complexo quando se trata da agricultura de subsistência. Não há dúvida de que inúmeras coisas úteis podem ser feitas para os camponeses que a ela se dedicam nos países subdesenvolvidos. Quer mediante o fornecimento de melhores sementes e melhor gado, quer mediante a assistência agrônômica ou o suprimento de crédito mais barato, existe sempre a possibilidade de aumentar sua renda real. A melhoria que se pode obter desse modo, entretanto, é tão pequena que o crescimento da população impede qualquer aumento apreciável do produto *per capita*. Não se pode, por conseguinte, esperar que ela venha dar origem a excedentes. Além disso, se todas essas medidas não resultam em excedentes, elas se tornam ações quase filantrópicas, assumem o caráter de dádivas esporádicas, não dinamizam a agricultura e não fornecem base para posterior expansão. De fato, um aumento ponderável de produtividade da agricultura depende da aplicação de modernas técnicas de cultivo — energia mecânica, equipamento complexo, produtos químicos — que são mais aplicáveis às lavouras em grande



escala. O camponês que se dedica à agricultura de subsistência nas regiões atrasadas (e em outros lugares) não tem nem os meios para adquirir os implementos necessários, nem — e isso é ainda mais importante — poderia empregá-los em seus minúsculos lotes de terra.

É verdade que a agricultura em grande escala pode emergir — e em alguns países adiantados realmente emergiu — durante o processo de desenvolvimento capitalista. Ela foi o resultado daquilo que denominamos, anteriormente, “contra-revolução agrária”, da penetração maciça do capitalismo na agricultura, de enormes diferenciações na população rural e da conseqüente evolução dos capitalistas e do proletariado agrícolas. Além do fato de que esse processo foi excessivamente doloroso, acompanhado como foi do cerco das terras e da completa ruína do camponato, deve-se notar que ele só se pôde realizar após se efetuar a transição da fase mercantil do capitalismo para a industrial. Foi precisamente essa transição que conduziu à invasão capitalista da agricultura e à revolução tecnológica da produção agrícola, fornecendo, ao mesmo tempo, tanto um mercado para a produção das grandes empresas agrícolas como uma área, pelo menos parcial, para emprego das massas rurais expropriadas e desalojadas. Assim, deveria ser claro, mesmo para aqueles que defendem atualmente esse caminho para o desenvolvimento dos países atrasados, que só mediante a industrialização desses países é que se pode obter aumento considerável da produtividade de suas agriculturas. Não obstante, a literatura burguesa sobre a questão está cheia de advertências sobre a “ênfase exagerada” dada à industrialização, sobre “o nacionalismo fanático que conduz à pressa excessiva do desenvolvimento industrial” e assim por diante. De acordo com a opinião oficial ocidental, a ênfase na “prioridade para a agricultura” — admitindo-se, por condescendência, a deseabilidade de algumas indústrias de bens de consumo — tornou-se o sinal de uma atitude “prudente” e “de estadista” em relação ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos. Embora possa haver algum mérito nessa posição, quando se trata de alguns países *capitalistas* subdesenvolvidos que levaram a cabo a realização de projetos industriais mais ou menos isolados, sem maiores preocupações de planejá-los adequadamente e de coordená-los convenientemente com outras medidas econômicas, ela reflete, fundamentalmente, não uma preocupação com os interesses dos povos que habitam as regiões atrasadas, mas uma solicitude para com os interesses do capital monopolista do ocidente. Isso foi tão francamente afirmado em importante documento governamental, citado anteriormente, que é interessante citá-lo aqui mais extensamente.

“As potencialidades e os problemas dos países subdesenvolvidos, bem como a *natureza de nosso interesse em seu desenvolvimento econômico*, indicam o caráter dos programas de desenvolvimento que devemos apoiar. (...) Para os países que possuem recursos que podem ser explorados para atender a uma procura mundial lucrativa, essa pode ser a maneira mais eficiente de obter bens adicionais. (...) A principal exigência, na maioria dos casos, é a de um desenvolvimento que incrementa a produção agrícola. Um desenvolvimento desse tipo deve ser contrabalançado pela ampliação de condições favoráveis à produção industrial; no início, particularmente de indústrias leves produtoras de bens de consumo. (...) Os Estados Unidos sentirão necessidade crescente de matérias-primas, particularmente minerais, na medida em que suas fontes internas se esgotarem, progressivamente.”<sup>49</sup>

É claro que o Governo socialista de um país subdesenvolvido nada pode ter em comum com tal política de “desenvolvimento”, que visa a preservar os países

<sup>49</sup> *Report to the President on Foreign Economic Policies* (“Gray Report”). Washington, 1950. p. 59. (Grifo nosso.)



subdesenvolvidos na condição de fontes de matérias-primas para o Ocidente imperialista, perpetuando, assim, sua situação de atraso econômico, social e político. Num sociedade socialista, o dilema — industrialização ou incremento da agricultura — perde todo o sentido, uma vez que o progresso é indivisível, e a manutenção da harmonia entre os dois setores da sociedade é uma das condições fundamentais para o desenvolvimento rápido e saudável. Como a revolução social nos países subdesenvolvidos não pode esperar e, de fato, não

“espera (...) até que a produção capitalista se tenha desenvolvido em toda parte até suas últimas conseqüências, até que o último pequeno artesão e o último pequeno camponês tenham sucumbido à produção capitalista em grande escala”,<sup>50</sup>

o atraso existente na maioria dos países e o estado quase medieval de sua agricultura representam o maior legado do capitalismo que tem de ser superado pela sociedade socialista. O método pelo qual se deve realizar essa superação foi indicado por Engels. Para poupar os pequenos camponeses da experiência espontânea e destruidora do deslocamento e da proletarização a que os condena a transformação capitalista da agricultura, deve-se dar a eles

“a oportunidade de introduzirem, eles mesmos, a produção em grande escala, não por conta dos capitalistas, mas por sua própria conta, coletivamente” e habituá-los a efetuar “a transição de sua empresa e propriedade para empresas e propriedades cooperativas”.<sup>51</sup>

Na União Soviética esse programa foi desenvolvido por Lênin e dotado de conteúdo concreto e de especificidade. Escrevendo em 1918, ele o formulou com grande clareza:

“O desperdício da força de trabalho e de energias humanas, tal como ocorre na pequena economia camponesa, não pode continuar. Se se realizar a transição dessa economia fragmentada para uma economia socializada, a produtividade do trabalho pode dobrar e triplicar; o trabalho humano poderia ser então reduzido de duas ou três vezes, tanto para a agricultura como para a economia em geral. (...) Nossa disposição e nosso dever é dirigir (todas as forças da tecnologia) (...) de modo que o ramo mais atrasado da produção, a agricultura, (...) se oriente por um novo caminho, de tal maneira que ela se transforme e que deixe de ser uma ocupação dirigida irracionalmente e de forma obsoleta, para se tornar atividade baseada na ciência e nas conquistas da tecnologia”.<sup>52</sup>

É preciso um pouco de reflexão apenas para ver que esse reconhecimento da necessidade urgente do desenvolvimento da agricultura nada tem em comum com a noção de que se deva dar prioridade à agricultura em relação à indústria, ou de que o crescimento da agricultura deva ser considerado como a “principal necessidade” dos países subdesenvolvidos. Inúmeras vezes Lênin acentuou a enorme importância da industrialização.

“A salvação da Rússia não reside apenas numa farta colheita agrícola — isso não basta; não se circunscreve a um bom estado da indústria leve, que fornece bens de consumo ao campesinato — isso também não basta; necessitamos também de uma in-

<sup>50</sup> ENGELS. “The Peasant Question in France and Germany”. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. II. p. 395.

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 393 e 394.

<sup>52</sup> *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1947. v. 28, p. 319.



dústria pesada. Para colocá-la em boas condições, necessitaremos muitos anos de trabalho.”<sup>53</sup>

Adotando um ponto de vista mais geral e mais a longo prazo, observou que,

“Quando a Rússia estiver coberta por compacta rede de usinas elétricas e de poderosas instalações técnicas, nossa construção econômica comunista servirá como exemplo para a Europa e para a Ásia, quando elas iniciarem a sua construção do socialismo”.<sup>54</sup>

Como efeito, a modernização da agricultura e a industrialização maciça são coisas tão ligadas como irmãos siameses. É o crescimento da indústria que proporciona à agricultura os meios técnicos necessários a seu desenvolvimento e os bens industriais de consumo que a população rural necessita; é a expansão da agricultura que proporciona alimentação para a crescente força de trabalho industrial e inúmeras matérias-primas para a ascendente produção industrial. Além disso, “é justamente (...) (a) poupança de trabalho, que representa uma das principais vantagens da agricultura em grande escala”,<sup>55</sup> que constitui o pré-requisito indispensável à industrialização, e é a evolução da moderna indústria que fornece mercado para uma produção agrícola maior.

É evidente que a compreensão dessa interdependência, por si só, não indica o ponto de apoio sobre o qual se pode basear, a fim de deslocar toda a estrutura do ponto morto. O excedente econômico disponível deve ser usado, em primeiro lugar, para investimentos na agricultura, ou deve ser destinado à construção industrial? A primeira orientação nos conduz ao fato já mencionado de que, nas condições da “fragmentada economia” camponesa, não há nem lugar para investimento remunerador nem perspectiva de que o investimento que se realizasse proporcionaria, em tempo razoavelmente curto, um excedente apreciável para ser usado no desenvolvimento industrial. Ao mesmo tempo, porém, a criação de fazendas cooperativas — que constituem a estrutura sócio-econômica dentro da qual podem ser obtidos o aumento significativo da produção e a mobilização do excedente gerado pela agricultura — depende da disponibilidade de implementos agrícolas e de outros recursos com os quais as recém-criadas fazendas devem ser equipadas. Como Marx e Engels observavam,

“o estabelecimento de uma economia coletiva depende do desenvolvimento da maquinaria, da utilização dos recursos naturais e de muitas outras forças produtivas. (...) Se não existem essas condições, a própria economia coletiva não representa uma força produtiva nova, pois carece de toda a base material e repousa sobre meras formulações teóricas. Isso quer dizer que ela não seria mais que um capricho, semelhante ao governo de um mosteiro”.<sup>56</sup>

De fato, se essas condições não existem, a coletivização pode possibilitar a mobilização do excedente econômico gerado pela agricultura, mas não conduzirá à elevação do nível da produtividade agrícola e, portanto, à transformação da agricultura em “atividade baseada na ciência e nas conquistas da tecnologia”. As fazendas coletivas podem tornar-se grandes latifúndios, administrados por um campesinato faminto, em vez de prósperas empresas agrícolas que proporcionem padrão de vida

<sup>53</sup> *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. II, Parte II, p. 697. (Grifos no original.)

<sup>54</sup> *Sochinenya (Obras)*. Moscou, 1947. v. 31, p. 486.

<sup>55</sup> ENGELS. *Loc. cit.*

<sup>56</sup> “Marx und Engels über Feuerbach”. In: *Marx-Engels Archiv*, Frankfurt, s. d. vol. I, p. 284.



elevado a seus membros e grandes excedentes agrícolas para a sociedade. Além disso, como se poderia induzir os camponeses a aderir às cooperativas de produção (e a nelas permanecer), a passar à agricultura coletiva (e a nela permanecer)? É claro que a possibilidade de assegurar o apoio dos camponeses à coletivização e de despertar seu entusiasmo pela construção de uma economia agrícola moderna depende de fazê-los

“compreender que isso é de seu próprio interesse, que este é o único caminho para a sua salvação”. Isso não pode ser realizado “pela força, mas pelo poder do exemplo e pelo oferecimento de assistência social com esse objetivo”.<sup>57</sup>

É isso, precisamente, porém, que é impossível sem uma indústria desenvolvida: o estabelecimento de fazendas-modelo em número suficiente para impressionar, e o “oferecimento de assistência social” em escala adequada. O pior é que mesmo um grande esforço para conseguir a adesão do campesinato mediante “o poder do exemplo” ou assistência maciça poderá defrontar com a suspeita e a oposição dos camponeses. A superação destas, entretanto,

“pressupõe tal padrão de cultura entre os camponeses (...) que não pode ser obtida sem uma completa revolução cultural”. E a revolução cultural, por sua vez, “defronta com imensas dificuldades de caráter puramente educacional (pois somos analfabetos) e material (pois, para sermos cultos, precisamos atingir certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, precisamos ter certa base material)”.<sup>58</sup>

Essas considerações parecem sugerir que a política correta seria começar pela indústria, que o desenvolvimento industrial deveria receber todo o apoio possível, e que a revolução social, técnica e cultural da agricultura deveria ser adiada até que a sociedade houvesse reunido força industrial suficiente para construir os alicerces materiais indispensáveis à reconstrução do setor primário. A praticabilidade desse programa depende, porém, da disponibilidade de recursos necessários à expansão adequada da indústria; em outras palavras, da capacidade da agricultura em prover um excedente bastante grande, capaz de financiar um volume suficiente de construção industrial.

Poderia parecer que nos estamos defrontando com um círculo vicioso. Não pode haver modernização da agricultura sem industrialização, e não pode haver industrialização sem um aumento da produção e do excedente agrícolas. É comum, no universo das relações sociais e econômicas, o encadeamento de fatores parecer rígido e a circularidade de uma constelação, constrangedora. Isso acontece, porém, apenas na medida em que esse encadeamento e essa circularidade são considerados abstratamente — “especulativamente”, como dizia Marx. Numa situação histórica concreta, existem numerosos elementos que participam do processo e permitem uma ruptura onde, no “campo da teoria”, parecia não haver saída. Nos primórdios do capitalismo, a solução emanava da abundante transfusão de excedente econômico trazido do exterior (pela pilhagem das colônias ou pelos processos comuns de importação de capital), bem como pela enorme pressão sobre o padrão de vida das massas urbanas e rurais. Como bem diz o Prof. Mason,

“ao ser estabelecido o equilíbrio entre os chamados direitos de propriedade e os chamados direitos humanos, não foram certamente os direitos de propriedade que sofre-

<sup>57</sup> Ambas as citações são de ENGELS. *Op. cit.*, p. 393 e 394.

<sup>58</sup> LÊNIN. *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. II, Parte II, p. 722 e 723.



ram”.<sup>59</sup> Daí decorre a circunstância de que “grande parte do montante de capital de que dispomos atualmente nada mais é que o resultado dos salários que nossos pais não receberam”.<sup>60</sup>

A Rússia socialista tinha que encontrar uma saída diferente para esse impasse. E isso porque não somente não podia contar com a exportação de colônias ou com empréstimos externos, como tinha que destinar considerável parcela de seus escassos recursos para a manutenção do indispensável sistema de defesa. Não obstante, ela decidiu cortar o nó górdio criando uma indústria poderosa e, *simultaneamente*, suprimindo a agricultura com os instrumentos técnicos necessários para sua modernização e coletivização. A realização dessa tarefa gigantesca somente foi obtida por um preço tremendamente elevado. Como disse Stálin:

“foi necessário aceitar sacrifícios e impor a mais severa economia de tudo. Foi necessário economizar na alimentação, em escolas, em bens manufaturados a fim de se conseguir acumular os meios necessários à criação da indústria. Esta era a única maneira de superar a fome de equipamento técnico”.<sup>61</sup>

Os custos não foram apenas econômicos. O princípio da voluntariedade de adesão dos camponeses às fazendas coletivas foi continuamente burlado. Enquanto as declarações oficiais acentuavam a natureza voluntária do movimento de coletivização, tentando desse modo contribuir para que se obtivessem os resultados desejados — a coação e o terror constituíam-se em elementos decisivos para a obtenção dessa

“profunda transformação revolucionária, desse salto de um velho para um novo estado qualitativo, salto que pode ser comparado, em suas conseqüências, à transformação revolucionária de Outubro de 1917”<sup>62</sup>

Não pode haver dúvida de que essa ruptura revolucionária do atraso centenário da antediluviana aldeia russa não poderia ser realizada com o consentimento do campesinato irracional, analfabeto e ignorante. Devemos lembrar aqui que, em inúmeras situações, as exigências objetivas do desenvolvimento social colidem com a idéia que os indivíduos têm dessas exigências. Essa idéia pode mesmo obstruir e retardar o processo histórico; não pode, porém, pará-lo para sempre. Além disso, as atitudes dos indivíduos em relação a qualquer direção determinada dos acontecimentos, longe de serem rígidas e imutáveis, tendem a se harmonizar com as mudanças objetivas — algumas vezes devagar, outras rapidamente. O importante para que essa harmonia surja após um lapso de tempo é que as mudanças efetuadas correspondam às necessidades, objetivamente existentes e determináveis, da sociedade. O que assegurou o sucesso final à coletivização da agricultura na Rússia — não obstante todo o sofrimento ocasionado em sua fase inicial — foi a circunstância de que essa era a única via de acesso à ampla avenida do progresso econômico, social e cultural. O fato de que a força teve que ser usada na transformação revolucionária da agricultura “não implica”, como diz Oskar Lange,

“que o Governo soviético não estivesse interessado em obter a aprovação da população para seus objetivos, bem como para os métodos de atingi-los. Essa aprovação,

<sup>59</sup> *Promoting Economic Development*. Claremont, Califórnia, 1955. p. 44.

<sup>60</sup> BEVAN, Aneurin. *Democratic Values*. “Fabian Tract n.º 282”. Londres, 1950. p. 12.

<sup>61</sup> *Voprosy Leninizma (Questões de Leninismo)*. Moscou, 1939. p. 487.

<sup>62</sup> *Istoriya Vsesoyuznoy Kommunisticheskoy Partii (Bolshevikov) — Kratki Kurs (História do Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética — Curso Rápido)*. Moscou, 1938. p. 291.



contudo, foi obtida *ex post facto*, por meio da propaganda e das atividades educacionais do Estado e do Partido Comunista".<sup>63</sup>

Mais importante ainda é que essa aprovação foi obtida graças ao fato convincente de que a *realização material* foi tal que demonstrou, para número cada vez maior de pessoas, que a coletivização era um passo enorme, e mesmo indispensável, no sentido do desenvolvimento econômico e social. Embora

"a principal contribuição que as formas coletivas de agricultura deram (...) (nos) difíceis anos do primeiro quinquênio ao progresso da industrialização tenha sido o aumento substancial do excedente comerciável da produção agrícola"<sup>64</sup>

foi possível, em quatro anos, superar a maioria dos efeitos negativos que a coletivização repentina teve sobre a produção agrícola. E, no último ano do Segundo Plano Quinquenal, a colheita de cereais atingiu nível recorde, em relação a toda história da Rússia, ao passo que a produção das chamadas colheitas técnicas (linho, algodão e beterraba) mais do que dobrou em relação a 1928.<sup>65</sup>

Assim, não só foi resolvido o problema da alimentação, tanto na aldeia coletivizada como nos centros urbanos que cresciam rapidamente, mas também se propiciou às indústrias de bens de consumo a base de matérias-primas indispensáveis ao seu crescimento, e o Governo ficou em condições de acumular reservas substanciais de alimentos para possíveis emergências. O papel que essas reservas desempenharam durante a guerra, alguns anos mais tarde, é bem conhecido. A história, porém, não termina aqui. Igualmente importante é o fato de que o aumento da produção agrícola foi acompanhado da liberação, pela agricultura, de cerca de 20 milhões de pessoas, o que possibilitou a migração de trabalhadores do campo para a cidade — migração indispensável à expansão industrial. Essa migração refletiu a elevação da produtividade agrícola *per capita* de 60%, verificada entre 1928 e o fim da década de 1930.<sup>66</sup> Essa elevação, por sua vez, foi o resultado do "oferecimento de assistência social" à agricultura, em escala enorme. Tendo recebido durante o Primeiro Plano Quinquenal cerca de 250 mil tratores e quase o dobro até o fim do Segundo Plano Quinquenal, a agricultura russa

"anteriormente uma das mais atrasadas (...) [pôde] acumular no espaço de alguns anos um enorme capital de produção — em maquinaria agrícola e em construções — e mecanizar as principais lavouras em extensão muito maior do que outros países haviam realizado durante um longo período".<sup>67</sup>

Em suma — tomando emprestadas as palavras do autor de monumental estudo sobre a agricultura russa e cuja atitude crítica em relação à União Soviética é bem conhecida —

"o impulso da socialização na agricultura atingiu, em grande parte, seu principal objetivo econômico que era o de servir como base para o impulso da industrialização. Isso, porém, foi tudo o que conseguiu. (...)"<sup>68</sup>

<sup>63</sup> *The Working Principles of Soviet Economy*. Nova York, 1943. p. 7.

<sup>64</sup> DOBB, Maurice. *Soviet Economic Development Since 1917*. Londres, 1948. p. 247. Aí se diz que "a colheita de 1932/33 (...) foi quase o dobro da de seis anos antes, no que respeita a cereais e batatas, e mais do que o dobro, para o algodão, o linho e a lã".

<sup>65</sup> Cf. BAYKOV, A. *The Development of the Soviet Economic System*. Cambridge e Nova York, 1947. p. 325.

<sup>66</sup> DOBB. *Op. cit.*, p. 253 e 285.

<sup>67</sup> BAYKOV. *Op. cit.*, p. 323.

<sup>68</sup> JASNY, Naum. *The Socialized Agriculture of the USSR*. Stanford, Califórnia, 1949. p. 33.



Na realidade, isso é “tudo”! A história da industrialização soviética foi contada várias vezes e não há necessidade de repeti-la. Basta lembrar que as taxas de crescimento da produção industrial desde o início da campanha de industrialização — não levando em conta os anos da Segunda Guerra Mundial — situaram-se acima de 18% ao ano, enquanto a produção global cresceu à taxa de 16% aproximadamente.

“Essa taxa de crescimento significa a duplicação em cada quinquênio; e é quase duas vezes maior do que a observada, no mundo capitalista, em período de excepcional prosperidade, como nos Estados Unidos, na segunda metade da década de 1880 (8,6%); na Rússia, na década de 1980 (8%); ou no Japão, entre 1907 e 1913 (8,6%). Compare-se com ela a taxa de crescimento da produção industrial dos Estados Unidos, entre 1899 e 1929, que foi de 5%, e a da Inglaterra, entre 1885 e 1913, que atingiu 3%.<sup>69</sup>

“A revolução vinda de cima”, que consolidou a ordem socialista na Rússia e que marcou o efetivo início da planificação socialista global, determinou uma rápida deterioração da situação econômica imediata, uma séria ruptura do fluxo normal da produção agrícola (e de bens de consumo) e ocasionou dolorosa diminuição do padrão de vida. Ela foi, nesses aspectos, bem semelhante à maioria das rupturas revolucionárias que a História registra. Embora a doença que provocou fosse aguda e dolorosa, esta não era mais que uma doença de crescimento: atingiu seu ponto crítico com enorme rapidez e deu lugar, em poucos anos, à convalescença. Ao término do Primeiro Plano Quinquenal, os piores aspectos da “compressão” do consumidor haviam desaparecido; em 1935 o racionamento pôde ser abolido; o

“padrão de vida, em 1937, era provavelmente mais elevado do que em qualquer outro ano desde 1928 (ano em que se iniciou o Primeiro Plano Quinquenal) e, de acordo com certas informações, pode mesmo ter superado o daquele ano”.<sup>70</sup>

<sup>69</sup> DOBB, Maurice. “Soviet Economy: Fact and Fiction”. In: *Science and Society*. Primavera de 1954. “Inspirados” pelas exigências da guerra fria e pelas óbvias implicações, para os países subdesenvolvidos, das realizações da planificação socialista, grande número de especialistas em assuntos soviéticos, especialmente nos Estados Unidos, se empenhou em diminuir essa realização histórica sem precedente. Entretanto, mesmo o mais audaz de todos, o Sr. Jasny, não pôde deixar de reconhecer um crescimento anual de 8 a 9% da renda, entre 1928 e 1937. *The Soviet Economy During the Plan Era*. Stanford, Califórnia, 1951. p. 85. Outros pesquisadores, embora dispostos a “rever” e a “corrigir” as estatísticas soviéticas, não fazem mais que corroborá-las. O Prof. D. R. Hodgman, em *Soviet Economic Growth* (ed. A. Bergson, Nova York, 1953), apresenta um índice de produção industrial que evidencia uma taxa de crescimento anual de 15 a 16% para o período compreendido entre 1927/28 e 1937, e de cerca de 20% para os anos de 1946 e 1950. O Prof. Alexander Gerschenkron, por outro lado, mostrou, após cuidadosa análise, que não há razão para se suspeitar da existência de uma “tendenciosidade para mais” que seja maior nas estatísticas soviéticas do que em qualquer outra série de números-índices. Embora houvesse afirmado que “a exata medida da — infelizmente tão ilusória — tendenciosidade dos números-índices de 1926/27 deve ainda permanecer uma questão sujeita a conjeturas” (*A Dollar Index of the Soviet Machinery Output 1927/28 to 1937*. The Rand Corporation, 1951. p. 58), ele não achou necessário tirar a conclusão a que conduziavam suas próprias investigações, e repudiar as especulações internacionais sobre a “tendenciosidade” das estatísticas soviéticas. Há algum tempo, eu também partilhava da opinião de que tal tendenciosidade maculava a fidedignidade das estatísticas soviéticas sobre renda nacional (cf. meu “National Income and Product of the USSR in 1940”. In: *Review of Economic Statistics*. Novembro de 1947). Após estudos e reflexões, entretanto, cheguei à conclusão de que, na medida em que tal exagero realmente existe, ele é uma falha comum a todas as comparações intertemporais mediante números-índices, e de que, por outro lado, há inúmeros dados referentes a produções físicas parciais que corroboram plenamente a impressão geral fornecida pelas estatísticas globais soviéticas. De qualquer modo, a atual preocupação corrente sobre as informações oferecidas pelas estatísticas soviéticas e os esforços dos Srs. Jasny, Gerschenkron, Schwartz e outros nada mais são do que exercícios de “ciência pura”; eles são parte de uma campanha de calúnias contra a planificação socialista, cujo resultado histórico, entretanto, está bem acima dessas questões sem sentido. Nas palavras do Sr. P. J. D. Wiles: “se as deflacionarmos, essas estatísticas (soviéticas) continuam a mostrar uma taxa de crescimento da produção industrial permanente maior do que as que foram alcançadas em qualquer época por qualquer país capitalista. Não conheço um só especialista, por mais cético ou politicamente hostil que fosse, que provasse o contrário”. Carta a *The Economist*. 19 de setembro de 1953. (Os grifos são do original.)

<sup>70</sup> BERGSON, A. *Soviet National Income and Product in 1937*. Nova York, 1953. p. 10. Em nota inserida nessa mesma página, o Prof. Bergson se refere ao fato de que mesmo os cálculos do Sr. Jasny mostram que o padrão de vida em 1937 superou em 10% o de 1928.



Embora a elevação dos níveis de vida tenha sido interrompida pela ameaça de guerra e, em particular, pela própria guerra, a década que se seguiu ao término do conflito presenciou o retorno à antiga tendência de melhoria rápida e contínua do padrão de vida da população. Em fins de 1954, era ele, aproximadamente, 75% superior ao último ano anterior à guerra.<sup>71</sup>

Emergem do que foi dito duas importantes conclusões: a) Sob condições de planificação socialista, não existe o problema de se o desenvolvimento deve ser realizado através da industrialização ou da modernização da agricultura: ele só pode ocorrer mediante esforços *simultâneos* em ambas as direções. As dificuldades envolvidas são, sem dúvida, enormes, embora suas naturezas e suas intensidades variem ao longo do desenvolvimento histórico. Assumem elas formas diversas: ameaça estrangeira à segurança do país socialista, irracionalidade das camadas populares ainda sob a influência de ideologias herdadas do passado capitalista, escassez de recursos em inúmeros setores. Devido à circunstância de serem intimamente relacionadas, não podem ser superadas isoladamente. Assim como a pobreza, o analfabetismo e a doença dão origem à mitologia, às superstições religiosas e ao obscurantismo, o atraso ideológico retarda o desenvolvimento das forças produtivas. Assim como o perigo de agressão capitalista impede a utilização de recursos para fins racionais, o atraso e a conseqüente debilidade militar aguçam o apetite do imperialismo. Contudo, se essa interdependência torna extremamente árdua a tarefa do Governo socialista no período inicial, se origina a necessidade premente de atacar simultaneamente em várias frentes — é essa mesma concatenação dos fatores determinantes das possibilidades de progresso em dado momento que faz com que se atinja rapidamente cada uma das sucessivas etapas. b) O que a experiência da União Soviética e a de outros países socialistas demonstram claramente é que o excedente econômico efetivo não precisa ser *maximizado* a fim de se obter taxas de investimento e de expansão econômica tremendamente elevadas. Estas são inteiramente compatíveis com razoável e contínuo aumento do padrão de vida das populações.<sup>72</sup> Elas são possíveis sob a condição de que se façam uma *distribuição* correta e uma *utilização* racional do excedente econômico disponível para investimento produtivo. Enquanto a primeira deve ser governada pelas necessidades de longo prazo do processo de crescimento econômico, e não pelo desejo de rápidos e imediatos acréscimos da produção de bens de consumo, a utilização racional é sinônimo da máxima exploração do capital produtivo disponível. Diante disso, a política de investimento deve dar ênfase primordial ao desenvolvimento da indústria — elevando, ao mesmo tempo, a agricultura ao nível em que ela se torna capaz de sustentar o processo de industrialização — de forma a se poder, no momento devido, dar meia-volta e proporcionar à agricultura grande expansão com o auxílio dos agora acréscidos recursos da produção industrial. Em conseqüência, a relação capital-produto deve ser tornada tão favorável quanto possível, utilizando-se todo o equipamento disponível na indústria, nos transportes e na agricultura até os limites máximos de sua capacidade de produção.<sup>73</sup>

<sup>71</sup> Cf. Informe de Malenkov ao XIX Congresso do Partido Comunista, a 5 de outubro de 1952, e o Informe sobre o Cumprimento do Plano Econômico para 1954, publicado pelo *Pravda* de 21 de janeiro de 1955.

<sup>72</sup> Isso foi acentuado inúmeras vezes e de forma correta, por Maurice Dobb. Cf. os seus livros *Soviet Economic Development Since 1917* (Londres, 1948), em particular o capítulo 10, e *Some Aspects of Economic Development*. Nova Delhi, 1951. p. 37 *et passim*.

<sup>73</sup> Calcula-se que a relação capital-produto na União Soviética seja aproximadamente a metade do que é nos países ocidentais. Em vista da menor qualificação dos trabalhadores russos, em muitos ramos da economia, esse fato sugere que os ativos produtivos são na URSS utilizados, no mínimo, duas vezes mais intensamente. Academia de Ciências da URSS, Instituto de Economia. *Politicheskaya Ekonomiy — Uchebnik (Compêndio de Economia Política)*. Moscou, 1954. p. 470.



## V

O segundo problema que surge em relação à tarefa da distribuição ótima do excedente econômico é se o desenvolvimento econômico deve realizar-se mediante a expansão das indústrias (pesadas) de bens de produção ou mediante o aumento das indústrias (leves) de bens de consumo. Esse problema envolve a distribuição da renda nacional entre consumo e excedente econômico, ou — o que é praticamente a mesma coisa — o ritmo de crescimento que deve ser alcançado durante o período de planificação que se considera. Ao analisar a reprodução ampliada, Marx formulou claramente a condição básica para o crescimento econômico: o produto bruto do Departamento I (indústrias produtoras de bens de produção) tem que exceder a procura de substituição de bens de produção, gerada tanto no Departamento I como no Departamento II (indústrias de bens de consumo).<sup>74</sup> Ou, como diz Lênin:

“Para expandir a produção (...) é necessário produzir, em primeiro lugar, os meios de produção e isso exige, em consequência, a expansão daquele ramo da produção social que constrói os meios de produção”.<sup>75</sup>

Evidentemente, a quantidade de meios de produção adicionais, que deve ser produzida em dado ano, depende do ritmo de expansão do produto global que se pretende atingir nos anos subseqüentes.

Sim, pois as indústrias produtoras de bens de produção que foram criadas produzirão, durante todo o período de seu funcionamento, *bens de investimento*; esses bens de investimento só serão convenientemente utilizados se o volume de inversão durante aquele período for suficiente para absorver a produção de tais indústrias. Em outras palavras, o excedente econômico neste período deve igualar a produção física das indústrias produtoras de bens de investimento. Inversamente, se as indústrias recém-instaladas devem produzir *bens de consumo*, elas só serão adequadamente utilizadas se o consumo se expandir (e o excedente se contrair) o suficiente para proporcionar um mercado adequado à sua produção. A decisão sobre a *velocidade* que se deseja imprimir ao crescimento econômico determina, pois, tanto a parcela da renda nacional que deve constituir o excedente econômico como a natureza física do investimento necessário. Grandes investimentos em indústrias produtoras de bens de produção equivalem a manter taxas de crescimento elevadas durante todo o período de planificação; um programa que vise ao desenvolvimento econômico pela criação de indústrias produtoras de bens de consumo significa, automaticamente, não apenas investimento inicial menor, mas também taxas de crescimento subseqüente muito mais baixas.<sup>76</sup> Não quer isso dizer que o investimento possa ser orientado para um objetivo com a exclusão do outro. A expansão do Departamento I requer aumento do suprimento de bens de consumo para os operários empregados nas indústrias de bens de produção; o investimento no Departamento II exige incremento da oferta de bens de produção para equipar as novas instalações produtoras de bens de consumo.<sup>77</sup> A principal tarefa das auto-

<sup>74</sup> *Capital*. Edição Kerr. v. II, capítulo 21

<sup>75</sup> *Sochinenya (Obras)*. Moscou. 1947. v. 2. p. 137.

<sup>76</sup> Ver a esse respeito o excelente estudo de DOBB, Maurice. “Rates of Growth under the Five-Year Plans”. *Soviet Studies*. Abril de 1953. Reproduzido em seu *On Economic Theory and Socialism*. Londres, 1955.

<sup>77</sup> O acesso ao comércio estrangeiro não altera a essência da argumentação. Nesse caso, as indústrias de exportação, independentemente da natureza física de sua produção, tornam-se indústrias de “bens de produção”, pois o seu produto — divisas estrangeiras — pode ser convertido em bens de capital. Se tal caminho é ou não aconselhável depende dos recursos naturais do país em questão, das possibilidades comparativas de aumento de produtividade das indústrias



ridades planificadoras é justamente a manutenção das proporções exigidas para que o processo de desenvolvimento prossiga harmoniosamente. Os erros que se cometerem a esse respeito, particularmente no que tange ao crescimento suficiente da produção de bens de consumo, poderão causar sérias tensões econômicas e políticas e pôr em perigo a realização dos planos de desenvolvimento.<sup>78</sup>

Como mencionamos anteriormente, o país socialista que atingir o estágio em que não mais se considere necessária a realização de investimentos líquidos reduzirá seu excedente econômico ao montante indispensável à manutenção de reservas para certos gastos coletivos, como os de administração etc., e expandirá a produção na medida em que se fizer necessário para atender ao crescimento da população mediante a substituição de maquinaria gasta por equipamento tecnicamente mais aperfeiçoado. Nesse caso, a capacidade de produção do Departamento I deverá ser reduzida ao nível necessário para atender às exigências de substituição. Essa diminuição de capacidade deverá ser efetuada mediante a conversão das instalações existentes, mediante a paralisação de sua substituição. É necessário dizer que nenhuma das economias planificadas hoje existentes está perto desse estágio; a contínua ênfase que se dá, nesses países, ao investimento na indústria pesada reflete o fato inegável de que a rápida expansão do produto global permanecerá na ordem do dia ainda por muito tempo.

## VI

Intimamente relacionado a essas questões está o *terceiro* problema de planificação para o desenvolvimento econômico. Resume-se ele na tradicional questão de se devem ser escolhidos para os programas de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos os métodos de produção que usam fundamentalmente capital ou os que utilizam predominantemente trabalho. Na literatura convencional sobre o assunto, a resposta a essa questão é tratada como uma conclusão já firmada. O Prof. Nurkse, por exemplo, escreve que, nos países subdesenvolvidos,

“não se deverá desejar nem permitir a mesma intensidade de capital que nos países economicamente adiantados”.<sup>79</sup>

Esse ponto de vista geralmente se baseia na existência, na maioria dos países subdesenvolvidos, de grande excedente de população rural, cuja transferência do estado de desemprego “disfarçado” para alguma outra ocupação resultaria em aumento da produção global. Não levaremos em conta aqui a sugestão artificial — que evidentemente não foi feita para ser tomada a sério — de que

“os operários que trabalham no setor de investimento, antes de começarem a construir uma peça de capital fixo como uma estrada, podem sentar-se e fabricar eles mesmos as ferramentas primitivas mais necessárias, partindo, se necessário, do nada”.

Isso posto, deve ser dada, a um trabalhador transferido da agricultura para um em-

---

de bens de produção e das que trabalham para a exportação, bem como as relações de troca que o país em desenvolvimento pode esperar depois da expansão de suas exportações.

<sup>78</sup> Tais erros foram cometidos na União Soviética, bem como em alguns países socialistas do Leste e do Sudeste da Europa e criaram consideráveis dificuldades ao abastecimento das cidades. Cf. o interessante estudo “The Economy of Hungary, 1950 to 1954”. Nações Unidas. *Economic Bulletin for Europe*. Agosto de 1955.

<sup>79</sup> *Problems of Capital Formation in Under-Developed Countries*. Oxford, 1953. p. 45. A citação seguinte é da mesma obra, p. 44.



prego industrial, uma quantidade de equipamento produtivo pelo menos suficiente para habilitá-lo a produzir o equivalente à sua própria subsistência. A não ser que isso possa ser feito, sua transferência envolveria um subsídio consumo para o novo trabalhador, reduzindo, portanto, o excedente econômico de que dispõe a sociedade para fins de investimento. Além disso, a transferência do campo para um centro industrial, de uma pessoa que se encontre em situação de desemprego “disfarçado”, requer uma série de gastos em habitação, serviços urbanos, hospitais, escolas etc., os quais calculados em termos *per capita* podem facilmente significar a duplicação do montante necessário para equipar um operário industrial adicional. Se esses dispêndios forem levados em consideração, as técnicas que utilizam fundamentalmente trabalho podem muito bem envolver um gasto de capital por unidade de produção maior do que as técnicas que usam predominantemente capital.<sup>80</sup>

Há uma observação complementar a fazer que não é menos importante que as anteriores. Aos novos operários industriais tem que ser pago o salário industrial vigente, o que significa que lhes tem que ser assegurada a quantidade de alimentos, roupas etc., que constitui o padrão de vida socialmente necessário no país em questão. Além da dificuldade de obter os alimentos necessários — uma vez que o fato crucialmente importante sobre o desempregado rural “disfarçado” é que ele não traz consigo seu alimento — há a observar que a necessidade de suprir de bens de consumo os operários empregados nos novos projetos de investimentos implica que, se são utilizadas técnicas que usam fundamentalmente trabalho, a expansão do Departamento I requer uma expansão do Departamento II maior do que se são escolhidas técnicas que usam predominantemente capital. As primeiras acarretam, portanto, retardamento do processo de expansão, uma diminuição das taxas de crescimento econômico. Isso é muito bem formulado por Maurice Dobb e não podemos aqui fazer nada melhor que expor suas conclusões com suas próprias palavras:

“A escolha entre formas de investimento que usam mais ou menos predominantemente capital nada tem a ver com a existente proporção de fatores. (...) Ela não depende da proporção existente entre trabalho e capital disponível (tratados como estoque), mas sim das mesmas considerações que determinam a escolha entre uma taxa de investimento elevada e uma baixa (...) ou seja, a importância a ser atribuída ao aumento de consumo no futuro imediato comparado com o acréscimo potencial de consumo em futuro mais distante, que uma taxa de investimento e uma forma de investimento determinadas tornarão possível. Em outras palavras, as mesmas razões que justificariam uma taxa elevada de investimento (...) justificariam também um alto grau de intensidade de capital na escolha das formas de investimento, e *vice-versa*”.<sup>81</sup>

Além disso, ao decidir entre a utilização de técnicas que usam intensamente capital e técnicas que se baseiam predominantemente no trabalho, as autoridades planificadoras devem ter em mente que a abundância e “modicidade” dos preços

<sup>80</sup> Parece-nos que devemos fazer uma restrição ao que foi dito acima, na medida em que parte da força de trabalho industrial potencial se constitui não de desempregados “disfarçados” rurais, mas de uma variedade um pouco diferente de desempregados: aqueles que já vivem nas cidades. Eles não devem ser confundidos com o que se tem chamado de “desempregados keynesianos”: indivíduos que perderam seu emprego em virtude de contrações da produção, ocasionadas por depressões gerais ou parciais. Aqueles são pessoas que vieram para a cidade à procura de trabalho e ingressaram nas fileiras dos desempregados “não-disfarçados”, vegetando à margem da sociedade graças a ganhos ocasionais, esmolas, roubos, etc. Em alguns países, o número desses “lumpemproletários” é bem grande. Sua importância para a nossa argumentação é bastante reduzida pelo fato de que a maioria deles se desmoraliza a ponto de se tornar essencialmente não-empregável. Nos casos em que seu emprego é possível, não se pode esperar que se transformem em trabalhadores úteis, se se permite que permaneçam nas favelas em que normalmente “residem”.

<sup>81</sup> “A Note on the So-Called Degree of Capital-Intensity of Investment in Under-Developed Countries”. In: *Économie Appliquée*. Paris, 1954. n.º 3. Reproduzido em *On Economic Theory and Socialism*. Londres, 1955. Daí extraímos a citação acima (p. 149).



da força de trabalho disponível podem ser apenas uma condição temporária, que *antecede* a realização de dada etapa do programa de desenvolvimento. Cômscio da procura global de trabalho que seu próprio plano ocasionará, o órgão planificador deve considerar que relativamente cedo — durante a vida útil do equipamento a ser instalado — o trabalho pode transformar-se de fator relativamente abundante em fator relativamente escasso, sobretudo quando se trata de trabalho qualificado.

Isso, porém, não é tudo. O desenvolvimento econômico, como já vimos, baseia-se na expansão das indústrias produtoras de bens de produção. Dificilmente existirá um bem de produção que possa ser produzido pelos trabalhadores desse setor se eles “se sentarem” e “partirem do nada”. De fato, as técnicas exigidas para a produção de tratores ou de máquinas-ferramentas, de equipamentos elétricos ou de alumínio deixam pouca margem para escolha entre processos que usam fundamentalmente capital e os que usam predominantemente trabalho. Na maioria dos casos, a única escolha possível é produzir ou não produzir certa mercadoria. Assim, os países subdesenvolvidos podem industrializar-se e desse modo usufruir a única vantagem que o desenvolvimento histórico lhes propiciou — a possibilidade de aproveitar os progressos científicos e tecnológicos dos países mais adiantados — ou renunciar à industrialização e se contentar com as poucas migalhas da rica mesa do progresso técnico obtida mediante a importação de equipamentos de segunda mão dos países industriais, o que lhes possibilitará elevar seu “bem-estar” a passo de lesma. O fato de os economistas darem preferência às técnicas que usam predominantemente trabalho ao formularem programas de desenvolvimento econômico está longe, por conseguinte, de ser uma falácia teórica “inocente”, como pode parecer à primeira vista. Ele representa importante elo na campanha atualmente empreendida para provar, “cientificamente”, que os países atrasados devem “caminhar devagar” (ou melhor ainda, não caminhar) na direção da industrialização e do desenvolvimento econômico.

## VII

Ao longo de toda essa discussão, supusemos, implicitamente, que um país socialista, que planifica o seu desenvolvimento, representa uma economia fechada em meio a um cerco capitalista hostil. Mesmo em relação à Rússia, essa hipótese é bastante irrealista. Com efeito, embora as relações econômicas da Rússia com o estrangeiro não tenham sido muito intensas depois da Revolução, o intercâmbio econômico com o mundo capitalista desempenhou importante papel no processo de sua industrialização, particularmente nos anos do Primeiro Plano Quinquenal. Esse intercâmbio não só possibilitou à Rússia, naquele período, a obtenção de consideráveis empréstimos a curto prazo, concedidos pelos países capitalistas severamente atingidos pela depressão e que se mostravam ansiosos em abrir novos mercados para suas exportações, mas contribuiu também para o desenvolvimento econômico russo ao permitir à União Soviética a aquisição de substancial quantidade de equipamento industrial que ela era tecnicamente incapaz de produzir internamente.<sup>82</sup> Se a importação de tal maquinaria tivesse sido impossível, as dificuldades iniciais do processo de industrialização teriam sido ainda maiores, e os sacrifícios a ele relacionados ainda mais prolongados e penosos. Foi somente após o término do Primeiro Plano Quinquenal que o comércio da Rússia com os demais países de-

<sup>82</sup> Para um resumo e uma análise breve das relações econômicas da União Soviética com o estrangeiro, cf. meu “The USSR in the World Economy”. In: *Foreign Economy Policy for the United States*. Ed. S. E. Harris, Cambridge, Massachusetts, 1948.



clinou acentuadamente e o país alcançou quase completa auto-suficiência, tanto econômica como técnica.<sup>83</sup>

A posição da Rússia nesse particular foi muito pouco típica: há poucos países no mundo aos quais se poderia aplicar, hoje em dia, a famosa frase de Lênin — tem “tudo que é necessário e suficiente para construir uma sociedade socialista”. Na maioria dos outros países, particularmente nos subdesenvolvidos, a estrutura econômica e os recursos naturais de que dispõem são tais que as relações econômicas com o mundo exterior constituem não apenas uma diminuição altamente desejável das dificuldades econômicas que, de outro modo, seriam insuperáveis, mas também uma condição para a sua própria sobrevivência. Mesmo um país tão extenso e tão rico em recursos naturais como a China teria tropeçado em inúmeras dificuldades para a construção dos alicerces de uma economia industrial se não tivesse tido a possibilidade de importar os equipamentos industriais (e agrícolas) mais essenciais. E o que é verdade para a China aplica-se, *a fortiori*, a outros países atrasados bem menos auto-suficientes.

Muito pouco se precisa dizer sobre os benefícios que um país socialista subdesenvolvido pode obter de empréstimos estrangeiros. Podem eles reduzir de muito a necessidade de mobilizar todo o excedente econômico de que dispõem logo no início do processo de industrialização e, assim, aliviar os esforços e tensões inevitavelmente associados a essa fase do processo de desenvolvimento econômico. Podem eles facilitar a superação dos obstáculos apresentados pela interdependência entre o desenvolvimento industrial e o agrícola e tornar possível a solução de alguns dos problemas de transição pela importação de maquinaria agrícola, de equipamento industrial ou de produtos alimentares. Podem eles evitar, aos países que os recebem, a necessidade de coletivização apressada do pequeno camponês e permitir-lhes

“fazer todo o possível para tornar o seu destino mais suportável, para facilitar a sua transição para o sistema de cooperativas, se ele assim o decidir, e até mesmo, se ele ainda é incapaz de tomar por si mesmo essa decisão, para tornar possível a ele permanecer em sua pequena propriedade durante longo período de tempo para pensar sobre a questão”.<sup>84</sup>

É evidente, porém, que, embora os países capitalistas adiantados pudessem conceder rapidamente tais empréstimos, dificilmente se pode esperar que o façam na escala adequada. Tais países ou subordinam tais créditos a condições políticas e econômicas que os tornam inaceitáveis aos países socialistas ou os concedem apenas a curto prazo, em épocas de depressão, durante as quais a necessidade que se tem de expandir suas vendas supera, temporariamente, a má vontade que têm de aju-

<sup>83</sup> O que de fato deveria ser evidente por si mesmo, mas que precisa ser frisado em virtude de freqüente confusão e deformação, é que, em nenhuma época, o esforço para alcançar independência econômica em relação ao mundo capitalista foi ditado por uma “filosofia de autarquia” ou por noções irracionais semelhantes. Ele foi governado exclusivamente pela constatação do contínuo perigo de agressão econômica e militar estrangeira, bem como pela necessidade de tornar o desenvolvimento econômico da Rússia independente das oscilações dos mercados internacionais. Se a primeira consideração encontrava apoio na experiência da intervenção ocidental logo após a Revolução, a última era inteiramente justificada pelo desenvolvimento das relações de troca dos países exportadores de matérias-primas. Já em outubro de 1927, a Resolução do Comitê Central do Partido Comunista, ao formular os princípios a serem seguidos na preparação do Primeiro Plano Quinquenal, declarava explicitamente: “Levando em conta a possibilidade de agressão militar dos países capitalistas contra o primeiro Estado proletário de toda a História, é necessário executar o Plano Quinquenal de modo a dar o máximo de atenção àqueles ramos da economia nacional em geral, e da indústria em particular, que desempenharão o principal papel em assegurar a defesa e a estabilidade econômica do país em tempo de guerra”. *VKP (B) v. Resolutsiakh i Reshoniakh S'ezdov, Konferentsii i Plenumov TsK (Partido Comunista (Bolchevique) da União Soviética — Resoluções e Decisões de Congressos, Conferências e Sessões Plenárias do Comitê Central)*. Moscou, 1941. Parte 2, p. 202.

<sup>84</sup> ENGELS, “The Peasant Question in France and Germany”. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. II, p. 394.



dar os países socialistas. Só países socialistas concederão empréstimos em condições adequadas a outros países socialistas. As possibilidades aqui ainda são, por enquanto, bastante limitadas, face à pobreza mesmo dos países socialistas mais adiantados, ou melhor, menos atrasados.

A oportunidade de obter empréstimos externos é, porém, apenas uma — e não é a mais importante — das vantagens que decorrem dos contatos econômicos com países estrangeiros. O que é talvez bem mais importante — e mesmo vital — para vários países é a possibilidade de comerciar parcelas mais ou menos grandes de sua produção nacional bem como a capacidade de obter a *variedade física* dos bens necessários a seu consumo e a seus investimentos industriais e agrícolas. É certo que a maioria, se não a totalidade, dos países do mundo poderia orientar seus recursos produtivos de modo a se transformar numa economia auto-suficiente. Tal política pode mesmo ser inevitável em condições de guerra ou de cerco político e econômico. Isso não significa, porém, que — a não ser em tais condições de emergência — haja qualquer interesse por parte dos países socialistas em levar a diversificação de sua produção ao ponto de terem todos os produtos necessários a seu desenvolvimento econômico e ao bem-estar de suas populações. Tal grau de diversificação seria mesmo, em alguns países, tecnicamente impossível; em outros, os custos envolvidos seriam tão altos que reduziriam enormemente a produtividade e o produto global. Embora tal redução da produtividade e do produto social não signifique necessariamente a diminuição do padrão de vida das populações dos países subdesenvolvidos — em alguns casos, de modo bastante paradoxal, poderia dar-se o oposto, desde que os lucros constituíssem a única parcela da renda nacional que sofresse diminuição — ela ocasionará grande redução, se não o completo desaparecimento, do excedente econômico potencial que poderia ser utilizado para fins de desenvolvimento econômico. Basta pensar no Oriente Médio e na Venezuela com sua produção de petróleo, na Malásia com sua produção de borracha, ou em Cuba com sua produção de açúcar, para perceber o efeito que teria a auto-suficiência sobre o excedente econômico potencial. Os países socialistas — grandes ou pequenos, mais ou menos adiantados — estão interessados, por conseguinte, em manter relações comerciais com países estrangeiros, sejam estes capitalistas ou socialistas. A manutenção e o desenvolvimento de tais relações com os países capitalistas têm defrontado, porém, com ponderáveis dificuldades ao longo da História de todos os países socialistas. Além do fato de que a realização reduz, inevitavelmente, sua capacidade de continuar a exportar os produtos alimentares e as matérias-primas que eram normalmente adquiridos pelos países industriais, os obstáculos políticos ao comércio têm aumentado de importância. Após o término da Segunda Guerra Mundial, os países socialistas do Leste e do Sudeste europeu, bem como a China, foram submetidos, pelas potências capitalistas, ao que constitui virtualmente um bloqueio econômico, que os privou da possibilidade de adquirir exatamente aqueles bens de que mais necessitavam para sua industrialização. Foi, sem dúvida, exata a observação da Comissão Econômica para a Europa, das Nações Unidas, feita em boletim recente, segundo a qual

“os custos do desenvolvimento de um país pequeno, pobremente dotado de recursos energéticos e materiais, aumentarão e retardarão o seu crescimento, a não ser que ele esteja preparado para tirar pleno proveito da divisão internacional do trabalho”.<sup>85</sup>

Independente, porém, da vontade de os países pequenos seguir ou não esse bom

<sup>85</sup> *Economic Bulletin for Europe*. Agosto de 1955, p. 94.



conselho! De fato, não fosse a possibilidade de comerciar com outros países socialistas, a política de auto-suficiência teria sido imposta *de facto* aos países socialistas pela hostilidade das potências ocidentais. Nesse caso, os países socialistas pequenos e aqueles cujos recursos (no presente momento) são pobres ou altamente especializados poderiam ter-se revelado incapazes de sobreviver, sucumbindo às forças (associadas) da dependência econômica e da pressão política.

A situação, entretanto, muda drasticamente com o aparecimento e a industrialização de certo número de países socialistas, capazes de estabelecer cooperação econômica e assistência mútua. Isso permite não só a concessão de empréstimos de um a outro se (e quando) tais possibilidades existem, como também facilita a manutenção de suas relações comerciais através das bases firmes de acordos a longo prazo, que os livram das incertezas sobre o volume e os preços de suas exportações e importações. Além disso, aquela circunstância favorece a coordenação de longo alcance de seus planos de desenvolvimento econômico, assegurando-lhes a possibilidade de tirar pleno proveito das economias de escala, de evitar duplicações desnecessárias de instalações produtivas e de trocar informações técnicas etc. Como observa Oskar Lange, somente dentro da estrutura de colaboração internacional entre os países socialistas é que a divisão internacional do trabalho e o princípio dos custos comparativos se tornam válidos e se transformam de frases ideológicas, que marcaram a exploração dos países fracos pelos fortes, em princípios orientadores da atividade econômica.<sup>86</sup>

Mais importante que isso é a transformação radical que sofre o significado dos princípios da divisão internacional do trabalho e da distribuição de recursos de acordo com as vantagens comparativas dos diferentes países. Ao se constituírem em princípios orientadores das relações econômicas entre os países socialistas, essas máximas não mais são interpretadas de modo a congelar a divisão do trabalho existente e a preservar a especialização vigente entre as diversas nações. Pelo contrário, o objetivo a que visa a planificação econômica, quer nacional, quer internacional, do campo socialista é eliminar, rapidamente, as estruturas econômicas desequilibradas dos países subdesenvolvidos, as quais freqüentemente se baseiam em uma ou duas mercadorias de exportação. Tal esforço no sentido de diversificação de suas atividades produtivas é não apenas desejável, mas verdadeiramente indispensável. Sem ele não há nem possibilidade de crescimento econômico a longo prazo, nem oportunidade para liquidação do atraso social e cultural, para eliminação do que Marx costumava chamar de “estupidez da vida rural”.<sup>87</sup>

A reorganização obrigatória das economias dos países subdesenvolvidos com vista à diversificação e ao aumento rápido do produto social não requer, entretanto, redistribuição precipitada de seus recursos produtivos nem a instalação indiscriminada de novas linhas de produção. A decisão quanto à velocidade e à natureza das mudanças desejadas deve levar em conta grande número de considerações econômicas, sociais, técnicas e locais que determinam a maior ou menor atividade das alternativas disponíveis. Tomadas em conjunto, elas fornecem uma lista que é diferente para países distintos. Ela não se pode basear nas condições vigentes em determinada época, mas deve abranger as mudanças que possam ocorrer durante o período de planificação, tanto no país para o qual se planifica como no

<sup>86</sup> *Zagadnienia Ekonomii Politycznej (Problemas de Economia Política)*. Varsóvia, 1953. p. 127 et seqs. Cf. também GRANICK, D. “The Pattern of Foreign Trade in Eastern Europe and its Relation to Economic Development Policy”. In: *Quarterly Journal of Economics*. Agosto de 1954.

<sup>87</sup> Esse esforço de diversificação é também uma condição de enorme importância para a redução progressiva da considerável disparidade econômica e cultural, que existe, em todos os países capitalistas, entre áreas urbanas e rurais.



exterior.<sup>88</sup> É evidente que a resultante distribuição de recursos é tanto mais racional quanto maior for a possibilidade de efetua-la com a ajuda de outros países e com pleno conhecimento da natureza e da taxa de desenvolvimento planejado destes.

Tal colaboração entre os países socialistas constitui, na verdade, progresso que marca época, quando comparado à estrutura das relações econômicas internacionais existentes entre potências imperialistas e países subdesenvolvidos, na qual

“uma superioridade inicial de poder possibilita, à potência imperial, modelar a direção e a composição do comércio da colônia; as relações comerciais que se estabelecem desse modo reforçam, por sua vez, a posição de poder inicial da potência imperial”.<sup>89</sup>

Essa colaboração representa, porém, apenas o primeiro passo na direção da organização plenamente racional da economia mundial. Sua natureza atual, ainda “subdesenvolvida”, é determinada não só pelo fato de que afeta apenas um número de países relativamente pequeno como também pela circunstância de que todos eles ainda são, em maior ou menor grau, economicamente atrasados. A primeira limitação reduz em muito os benefícios que poderiam ser obtidos de uma divisão do trabalho e especialização globais; a última restringe o alcance da ajuda mútua que os diversos países estão em condições de proporcionar.

Numa comunidade socialista adiantada essa colaboração entre seus membros irá bem mais longe; terá na realidade, nova qualidade. Na medida em que a era do capitalismo for encarada cada vez mais como a “pré-história da humanidade”, um dos seus principais legados começará a abandonar o palco histórico. O fenômeno político e econômico da *nação* desaparecerá lenta e progressivamente, acompanhando a dissolução da ordem econômica e social à qual deve sua gênese e cristalização. O capitalismo, que em sua etapa ascendente criou e desenvolveu a entidade nacional com todas as feições progressivas e bárbaras, produziu também as condições para sua desintegração e desaparecimento final. Embora tenha “dado um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de cada país” e substituído o “antigo isolamento das nações e sua auto-suficiência” pelo “intercâmbio em todas as direções, pela interdependência universal das nações”,<sup>90</sup> o capitalismo atingiu esse “caráter cosmopolita” e essa “interdependência universal” de forma antagônica, intrinsecamente explosiva. Ele os atingiu através da subjugação dos países fracos pelos fortes, através do imperialismo, do colonialismo e da exploração. Tendo transferido as noções da democracia burguesa para as relações internacionais, proclamou que a “comunidade mundial” se compunha de países iguais e soberanos, reconhecendo, por essa insistência na condição de igual e na igualdade de direitos

<sup>88</sup> Talvez seja mais apropriado chamá-la de “lista das desvantagens comparativas”, uma vez que o que está em pauta é a diferença entre os custos de produção de um novo artigo e os custos de sua aquisição em troca de bens normalmente produzidos no país subdesenvolvido. Em alguns casos, essa diferença pode ser quase proibitiva; em outros, pode ser considerável no momento em que se observa, mas pode oferecer perspectivas de declínio quando a produção interna de novos produtos aumenta e (ou) quando forem desenvolvidos outros ramos da economia; em outros, ainda, ele pode existir meramente em virtude da escassez de mão-de-obra qualificada e pode, portanto, desaparecer inteiramente após alguns anos de experiência e treinamento. A magnitude total dessa diferença (calculada com base na produção prevista para o período de planejamento e levando-se em conta as mudanças de custo dos produtos relevantes, interna e externamente, que se espera possam também ocorrer no período em questão) deve ser adicionada ao custo do investimento direto nas respectivas fábricas e instalações. Os empreendimentos que exigem gastos globais mais baixos serão preferíveis aos que exigem maiores montantes de recursos — as demais condições permanecendo imutáveis. É evidente que, na maioria dos casos, “as demais condições” não permanecem imutáveis. A montagem de uma tipografia pode envolver maiores gastos que a construção de uma fábrica de bebidas; apesar disso, a primeira alternativa pode ser a preferível. O que a lista permite, entretanto, é a determinação dos custos implícitos nas escolhas que se fizerem, independentemente das considerações que servirem de base a essas escolhas.

<sup>89</sup> HIRSCHMAN, A. O. *National Power and the Structure of Foreign Trade*. Berkeley e Los Angeles, 1945. p. 13.

<sup>90</sup> *The Communist Manifesto*. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. I, p. 36.



das potências imperialistas e de suas dependências dos grandes e dos pequenos, dos dominantes e dos dominados, a profunda desigualdade dos povos que habitam, respectivamente, os países adiantados e os subdesenvolvidos. O que Marx observou sobre os indivíduos que fazem parte da sociedade capitalista aplica-se também às nações que integram o sistema mundial do imperialismo:

“O direito igual é um direito desigual para trabalho desigual. Não reconhece diferenças de classe, porque cada um é apenas um trabalhador como qualquer outro; mas reconhece tacitamente a desigualdade das qualidades individuais e, por conseguinte, a desigualdade da capacidade produtiva como privilégios naturais. O direito igual é, portanto, em seu conteúdo, um direito de desigualdade, como todo e qualquer direito”.<sup>91</sup>

É em meio a essa desigualdade que a maioria da humanidade perece em contínua miséria, enquanto pequena minoria, que atingiu elevadas posições graças a essa mesma miséria, permanece como espectadora ociosa; é essa condição de “direitos iguais para todas as nações” que dá origem ao poderoso movimento popular contra o imperialismo e o colonialismo e pela libertação nacional e social. Embora esse movimento já tenha, parcialmente, tido êxito, e conduza à derrocada final do domínio do imperialismo e ao término da dominação de uma nação por outra, ele pode apenas criar as condições indispensáveis para a eliminação da desigualdade entre as nações; não pode, porém, eliminar essa desigualdade. Do mesmo modo que a revolução social conduz à abolição das classes, mas não resulta ela mesma nessa abolição, a revolução nacional conduz à abolição das nações, mas não resulta ela mesma nessa abolição. Para que ambas se materializem, é necessário que acontecimentos de profundo alcance mudem inteiramente a estrutura e o conteúdo da existência social. O crescimento econômico tem que avançar bastante para levar o desenvolvimento das forças produtivas a tal ponto que propicie padrões de vida e de saúde decentes não somente para algumas nações “escolhidas” mas para todas as partes e todos os membros do mundo socialista. Além disso, esses padrões têm que ser substancialmente uniformizados — levando-se em conta, naturalmente, as peculiaridades culturais e climáticas das diferentes regiões. Isso exigirá, indubitavelmente, a “concessão de subsídios” a algumas áreas por aquelas que gozam de “rendas diferenciais” em virtude de terem solos mais férteis, maiores recursos minerais ou mais longa tradição de atividade industrial. Não se pode opor a essa “concessão de subsídios” nada mais do que se opõe ao fato de uma parte do país “subsidiar” outra ou ao fato de serem distribuídos alimentos e roupas entre os membros de uma família independentemente da contribuição pessoal de cada um à renda total da família. Em outras palavras, isso exige o destronamento da relação que governa todos os aspectos de existência no capitalismo, a relação de *quid pro quo*, a lei do valor. É desnecessário dizer que isso não é algo que será atingido pela própria revolução. Para atingir esse estado, o único estado compatível com a dignidade e as potencialidades do homem, serão necessárias décadas — décadas em que novas gerações de seres humanos serão educadas como membros de uma sociedade cooperativa socialista e não como lobos competitivos da selva do mercado capitalista. É e será uma luta árdua, pois estão profundamente enraizados os modos de pensar e agir implantados na humanidade por uma “cultura” de compra e venda, por séculos de dominantes e dominados, por eras de exploradores e explorados. Se as dificuldades para vencer essa tradição serão grandes em escala nacional, serão ainda maiores em escala internacional.

<sup>91</sup> Critique of the Gotha Program. Op. cit., v. II, p. 22. (Grifos no original.)



“Quanto mais atrasado é um país, tanto mais ele é dominado internamente pela pequena produção agrícola, pelo patriarcalismo e pela ignorância, o que inevitavelmente dá particular força e tenacidade aos mais profundos preconceitos pequeno-burgueses, a saber, o egoísmo e a mesquinhez nacionais. Esses preconceitos perecem muito lentamente, pois só podem desaparecer depois que desaparecerem o imperialismo e o capitalismo nos países adiantados e depois que todo o fundamento da vida econômica dos países atrasados tiver mudado radicalmente.”<sup>92</sup>

Stálin formulou corretamente algumas das exigências imediatas para o progresso em direção àquele objetivo de mais longo prazo:

“É necessário (...) assegurar tal avanço cultural da sociedade que garanta a todos os seus membros o desenvolvimento pleno de suas capacidades físicas e mentais. (...) Para isso é necessário, antes de mais nada, encurtar o dia de trabalho pelo menos para seis e, posteriormente, para cinco horas. Essa diminuição é indispensável a fim de que os membros da sociedade possam dispor de tempo livre, em medida adequada, para a obtenção de uma educação completa. É igualmente necessário que as condições de habilitação melhorem radicalmente e que o salário real dos trabalhadores seja, no mínimo, duplicado ou mais que duplicado”.<sup>93</sup>

De fato, somente com base numa revolução cultural, numa tremenda elevação dos níveis educacionais, numa “rendição incondicional” da superstição, da ignorância e do engano diante do realismo, da razão e da ciência, é que a abolição das classes e a comunidade socialista podem ser atingidas *intranacionalmente*. É somente com base num padrão de vida elevado, na abundância de bens materiais, que se poderá verificar a igualação *internacional*, em que todas as partes da sociedade contribuirão para o progresso do todo, em que os “que têm” quererão e poderão ajudar os “que não têm” e em que os “que não têm” se libertarão, paulatinamente, da necessidade de serem ajudados pelos “que têm”. Os céticos e os cínicos dirão que tudo isso não passa, na melhor das hipóteses, de uma “sinfonia do futuro”. E ela indubitavelmente o é. É, porém, uma sinfonia cujo primeiro movimento já pode ser ouvido por todos aqueles que conseguiram libertar-se do torpor mental e psíquico em que são continuamente submergidos — de maneira sistemática, implacável e deliberada — pelas inúmeras e elaboradas agências de ideologia capitalista.

\* \* \*

A implantação de um ordem social em que o crescimento econômico e cultural será possível com base no crescente domínio racional, pelo homem, das forças inesgotáveis da Natureza é tarefa que excede, em alcance e desafio, tudo o que já se obteve ao longo do evoluir histórico. Se a riqueza da humanidade consiste essencialmente, como disse Marx, na totalidade de suas capacidades e aspirações, sua pobreza, então, nada mais é do que sua ignorância e sua timidez. Procurar colocar a razão no lugar hoje ocupado pela superstição, procurar substituir a aceitação submissa de uma realidade perniciosa pela confiança nas capacidades humanas, constitui sempre empreendimento árduo e arriscado. Ele encontra não só a tenaz resistência de todas as “fúrias da propriedade privada”, como se choca contra o homem subterrâneo de Dostoievski, que “vomita razões” e pergunta:

<sup>92</sup> LÊNIN. *Selected Works in Two Volumes*. Moscou, 1950. v. II, Parte II, p. 469.

<sup>93</sup> *Economic Problems of Socialism in the USSR*. Nova York, 1952. p. 53.



“Que me importam as leis da Natureza e a Aritmética se, por uma razão ou por outra, não gosto dessas leis e nem do fato de que dois mais dois somem quatro?”

Esse homem subterrâneo tem sido mimado e cultivado por todo o aparato da civilização burguesa. Os economistas dão a sua contribuição ao apresentarem o sistema capitalista como a única estrutura possível e “natural” da atividade econômica, passível talvez de algumas melhorias. Os psicólogos participam desse processo ao considerarem o inconsciente como força obscura, impenetrável, que torna baldados, inevitavelmente, todos os esforços para fazer progredir a causa da razão, ao mesmo tempo que atribuem a estrutura observável do “Id” a forças perenes, biológicas, e não às frustrações e ansiedades continuamente produzidas e reproduzidas por uma sociedade desumanamente organizada.<sup>94</sup> Escritores como Aldous Huxley, Orwell, Koestler dão a sua contribuição pintando quadros surrealistas do que eles pensam seria uma sociedade racional e tentando provocar, desse modo, uma reação contra a razão, por parte da multidão daqueles que são incapazes de perceber a diferença entre a caricatura e a realidade.<sup>95</sup> Outros, como Ernest Hemingway, desapontados porque a História não “se comporta” de acordo com suas preferências, pregam a desorientação, o desespero e a inutilidade. Os artistas desempenham seu papel criando obras escapistas, obscurecendo e distorcendo toda a compreensão do mundo real. Finalmente, para rematar, a indústria cinematográfica, a imprensa, o rádio e a televisão proporcionam divertimentos imbecilizantes e destroem, sistemática e implacavelmente, todo pensamento inteligente entre jovens e velhos, entre ignorantes e educados, nos países adiantados e nas nações subdesenvolvidas.

O homem subterrâneo, moldado e educado nas masmorras da cultura capitalista, não desaparecerá com a alvorada da revolução social. A destruição da base social que retira continuamente suas energias diminui grandemente seu poder de resistência, mas não o elimina da noite para o dia. Superar essa herança do que será um dia considerado o fim do período negro da humanidade exigirá campanha prolongada, que deverá ocupar várias gerações. Hegel dizia que a ascensão da razão nunca se fez em linha reta. Ela tem sido continuamente obstruída e retardada — por inquisições e campos de concentração, por câmaras de gás e por perseguições. Ela tem sido assinalada por brilhantes vitórias e interrompida por tristes derrotas, tem efetuado progressos entusiasmadores e tem sido embaraçada por retrocessos desalentadores. Os obstáculos que se encontram no caminho da razão não são apenas o ódio e a tenacidade das forças que se agarram desesperadamente ao *status quo* e à ignorância dos que por elas são dominados. As impropriedades e erros, freqüentemente exasperadores, dos que devotadamente lutam por seu triunfo, constituem também obstáculos. Essas aberrações desencorajaram e desorientaram muitas pessoas que poderiam ter encontrado a força e a coragem para arrostar as penalidades e o ostracismo impostos pela sociedade burguesa, e para se aliar à causa do progresso. O estratagema mais comum dos oportunistas é aproveitar-se dos erros cometidos no progresso da causa da razão para abandonar essa causa e mergulhar no agnosticismo e na passividade.

Erros são inevitáveis em todos os empreendimentos humanos; sua ocorrência forma, na verdade, um aspecto do próprio progresso da razão, na promoção do qual podem ser cometidos e corrigidos. De todas as falhas de pensamento, talvez

<sup>94</sup> Essa é a principal fraqueza de Freud, que o leva, especialmente em suas últimas obras, a se aproximar, perigosamente, do misticismo.

<sup>95</sup> Esse aspecto foi analisado em magistral ensaio da autoria de ADORNO, T. W. “Der Entzauberte Traum”. In: *Die Neue Rundschau*. 2.ª edição, 1951. Reproduzido em seu *Prismen, Kulturkritik und Gesellschaft*. Berlim e Frankfurt, 1955.



nenhuma seja tão perigosa e destruidora como a incapacidade de distinguir a irracionalidade do erro. A diferença é a mesma que existe entre as incoerências de um psicopata e as afirmações erradas de uma pessoa sã. Aquelas decorrem de grave enfermidade, estas de uma inadequação do conhecimento e do discernimento. Na escala social, bem como na escala individual, elas só podem ser eliminadas se se liquidarem as causas que as provocam. Como fenômeno social, a irracionalidade não será superada enquanto sua base, o sistema capitalista, continuar a existir. Além disso, do mesmo modo que um psicopata não pode ser influenciado por argumentos e persuasão, uma ordem social cujo próprio princípio organizacional é a irracionalidade não se pode tornar racional mediante o progresso da ciência e da educação. De fato, todo o conhecimento adicional adquirido por uma sociedade irracionalmente constituída não pode senão ampliar e acentuar as forças da morte e da destruição.

A situação é totalmente diferente numa sociedade em que a razão se tornou o princípio diretor das relações sociais. Repetimos uma vez mais que a evolução dessa sociedade será um processo demorado e doloroso.

“Temos que lidar aqui com uma sociedade comunista, não como ela se desenvolveu a partir de seus próprios alicerces, mas, ao contrário, como ela emerge da sociedade capitalista; com uma sociedade, portanto, que apresenta em todos os seus aspectos — econômica, moral e intelectualmente — os sinais próprios da velha sociedade de cujo seio emerge.”<sup>96</sup>

De fato, durante prolongado período de tempo, tanto a irracionalidade como o erro obstruirão também a ordem socialista. Crimes serão cometidos, abusos serão perpetrados, a crueldade e a injustiça serão inevitáveis. Não se pode esperar que não se cometam erros na administração de seus negócios. Planos serão estabelecidos de maneira errada, recursos serão desperdiçados, pontes serão construídas em locais impróprios, fábricas serão instaladas onde se devia ter plantado mais trigo. O que tem importância crucial, entretanto, é que a irracionalidade não será então algo *inerente* à estrutura da sociedade, como o é no capitalismo. Ela não será o resultado inevitável de um sistema social baseado na exploração, no preconceito nacional e na superstição incessantemente cultivada. Ela será, isso sim, o resíduo de um passado histórico, desprovido de seu fundamento sócio-econômico, desarraigado pelo desaparecimento das classes, pelo término da exploração do homem pelo homem. Na medida em que a sociedade socialista amadurecer, na medida em que ela começar a “desenvolver suas próprias bases”, ela se libertará progressivamente da herança do passado capitalista. Seus próprios distúrbios e erros funcionais basear-se-ão em enganos de homens racionais, resultantes das insuficiências de seus dotes intelectuais e psíquicos ou das deficiências do nível reinante de conhecimento. Remediar essas duas coisas, aumentar a eficiência dos homens no controle da Natureza e na melhoria de suas relações mútuas, converte-se então no amplo e grandioso desafio a todo esforço científico. Quando o conhecimento se transformar em poderoso instrumento do progresso humano, ele se converterá em preocupação dos homens e mulheres em todos os domínios da vida. Retirando suas energias dos incomensuráveis recursos dos povos livres, ele não só vencerá irrevogavelmente a fome, a doença e o obscurantismo, mas no próprio processo de seu avanço vitorioso recriará a estrutura intelectual e psíquica do homem.

A função mais nobre, a única função legítima do esforço intelectual, é contri-

<sup>96</sup> MARX. “Critique of the Gotha Program”. In: MARX e ENGELS. *Selected Works*. Moscou, 1949-1950. v. II, p. 21. (Grifos no original.)



buir para a emergência de uma sociedade em que o desenvolvimento suplantar a estagnação, em que o crescimento substituirá a decadência, em que a cultura porá fim ao barbarismo. Não se pode provar por inferências lógicas a necessidade da vitória da razão sobre o mito, da vitória da vida sobre a morte. Como disse certa vez um grande físico, a

“lógica, *per se*, é incapaz de levar alguém além do domínio de sua própria percepção; ela não pode sequer obrigá-lo a reconhecer a existência de seus semelhantes”.<sup>97</sup>

Essa necessidade se deve basear na proposição de que a reivindicação da humanidade à vida, ao desenvolvimento e à felicidade não requer justificação. Ela se mantém ou desaparece com essa proposição, que é a sua única premissa indemonstrável e irrefutável.

<sup>97</sup> PLANCK, Max. *Das Weltbild der Neuen Physik*. Leipzig, 1929. p. 9.







## Índice

<i>Apresentação de Tamás Szmrecsányi</i> .....	VII
--	-----

### A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO

<i>Prefácio à Primeira Edição Americana</i> .....	7
<i>Prefácio à Edição Americana de 1962</i> .....	11
CAP. I — Uma Visão Geral .....	35
I. O interesse pelas questões do desenvolvimento econômico, desde Adam Smith .....	35
II. O desenvolvimento econômico depois da Segunda Guerra Mundial .....	41
III. Os esforços de sobrevivência do imperialismo .....	44
IV. Definição e análise do processo de desenvolvimento .....	47
CAP. II — O Conceito de Excedente Econômico .....	51
I. Definição de excedente econômico .....	51
II. Evolução do conceito .....	52
III. O trabalho improdutivo; as formas sob as quais se oculta o excedente econômico no capitalismo .....	57
IV. O excedente econômico potencial e o planejado .....	65
CAP. III — Imobilidade e Movimento do Capitalismo Monopolista (I) .....	67
I. Ritmo e direção do desenvolvimento; o <i>modus operandi</i> da economia capitalista .....	67
II. A economia capitalista e as “condições clássicas” do desenvolvimento .....	71
III. O nível de salários .....	74
IV. Monopólio, oligopólio e distribuição do excedente econômico .....	78
V. Inadequação do investimento privado ao volume de excedente econômico; a concentração dos lucros nas mãos dos capitalistas; a anarquia do mercado capitalista .....	86



VI. Condições de entrada no setor industrial .....	89
VII. Conclusões .....	95
CAP. IV — Imobilidade e Movimento do Capitalismo Monopolista (II) .....	97
I. O capitalismo monopolista e o desenvolvimento automático; os dispêndios improdutivos .....	97
II. Necessidade de impulso do Estado, agindo como representante da burguesia .....	100
III. O pleno emprego e o funcionamento normal do sistema capitalista .....	106
IV. O comércio exterior .....	112
V. A política do imperialismo em suas correlações com a economia .....	117
VI. Incapacidade que o capitalismo monopolista tem para resolver seu problema básico de superprodução e subemprego .....	120
VII. Participação do Governo na manutenção do nível de emprego .....	122
VIII. Precariedade da estabilidade do capitalismo monopolista .....	126
CAP. V — As Raízes do Subdesenvolvimento .....	131
I. O capitalismo nos países subdesenvolvidos; a evolução do capitalismo nos países hoje adiantados .....	131
II. O caso da Índia; a pilhagem britânica .....	139
III. A evolução do Japão .....	143
IV. Razões dessa evolução .....	151
CAP. VI — A Morfologia do Subdesenvolvimento (I) .....	153
I. Situação atual dos países capitalistas subdesenvolvidos; ausência das condições clássicas de desenvolvimento; o setor agrícola: a necessidade da reforma agrária e seus problemas .....	153
II. Posições relativas do setor agrícola e do setor não-agrícola .....	158
III. Dinâmica da expansão industrial; o investimento .....	161
IV. A empresa estrangeira nos países subdesenvolvidos, suas relações com a força de trabalho local, sua contribuição para o subdesenvolvimento .....	164
V. A expropriação do excedente econômico pelo capital estrangeiro e as reinversões .....	169
VI. O efeito indireto das empresas estrangeiras sobre o desenvolvimento .....	173
VII. Seus canais: monopólios locais, grupos comerciais e proprietários feudais; a coalizão política e social desses grupos .....	177
VIII. Objetivos da política externa dos países imperialistas .....	180
CAP. VII — A Morfologia do Subdesenvolvimento (II) .....	183
I. A apropriação econômica pelo Estado .....	183
II. Os países subdesenvolvidos e o petróleo: Oriente Médio e Venezuela .....	186
III. Os países de soberania recente: os movimentos nacionalistas e a unidade nacional; a Índia .....	197
IV. O principal obstáculo ao desenvolvimento não é a escassez de capital, mas do excedente econômico efetivo .....	202
V. “Capacidade empresarial” nos países subdesenvolvidos .....	208
VI. O problema demográfico .....	210
CAP. VIII — Desenvolvimento Econômico Rápido .....	221
I. Capitalismo, obstáculo ao progresso; seu processo histórico; perda de validade histórica das suas razões .....	221



II. As atividades imperialistas nos setores sociais, políticos, ideológicos e culturais; o problema da guerra .....	226
III. Primeiro passo para a construção da economia socialista: mobilização do excedente potencial .....	231
IV. Principais aspectos da planificação econômica .....	238
V. Ênfase na indústria de bens de produção ou de consumo? .....	247
VI. Utilização intensiva do capital ou do trabalho? .....	248
VII. O país socialista e suas relações com o mundo .....	250
[Conclusão] .....	256



Composto e impresso na  
Divisão Gráfica da Editora Abril S.A.  
Acabamento: Circulo do Livro S.A.  
São Paulo — Capital